unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

ISSN 1806-6755

Revista NERA

n. 51

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

MULTIDIMENSIONALIDADE, MULTITERRITORIALIDADE E MULTIESCALARIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL GLOBAL
Lorena Izá Pereira, Camila Ferracini Origuéla e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

MULTIFUNCTIONALITY OF AGRICULTURE: A BRAZILIAN PERSPECTIVE
Tarita Schnitman

O *BOOM* DA BOLHA DAS *COMMODITIES* NO SÉCULO XXI E A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA: DA MOBILIZAÇÃO À CRISE DO TRABALHO
Fábio Teixeira Pitta, Ana Carolina Gonçalves Leite e Erick Gabriel Jones Kluck

SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA DE ÓLEO DE PALMA NA AMAZÔNIA PARAENSE
Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr. e José Antônio Herrera

GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA: IMAGINÁRIO, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIAS
Jondison Cardoso Rodrigues e Ricardo Angelo Pereira de Lima

UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO ACREANO: A "FLORESTANIA"E OUTRAS HISTÓRIAS
Carlos Estevão Ferreira Castelo

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA CADEIA DE PAPEL E CELULOSE EM IMPERATRIZ - MA: TERRA, TRANSPORTES E TRABALHO
Allison Bezerra Oliveira e Daniely Lima Silva

A FALSA VILÃ: IDEOLOGIAS E AÇÃO ESTATAL NO SEMIÁRIO BRASILEIRO
José Carlos Dantas

CONFLITOS POR TERRITÓRIO NA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA
Cristiano Quaresma de Paula

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA EM PARATY/RJ
Guilherme Freitas Ewald Strauch

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE POR PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL APLICADA À REGIÃO DO NORDESTE GOIANO, ESTADO DE GOIÁS
Júnio Gregório Roza dos Santos e Selma Simões de Castro

O ARROZ ECOL[OGICO TERRA LIVRE: DESENVOLVIMENTO E COMPROMISSO SOCIAL
Germano Ehlert Pollnow, Nádia Velleda Caldas e Daiane Roschildt Sperling

O PATRIARCADO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL - RS
Caroline Tapia Bueno e Susana Maria Veleda da Silva

A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: DA FRANÇA AO SUL DO BRASIL
Angelita Zimmermann, Ane Carine Meurer e Cesar De David

A ORDEM DO DISCURSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO BRASILIERO: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ENUNCIADA EM ANÁLISE DOCUMENTAL
Maria Aparecida Vieira de Melo, Marcelo da Fonsêca Santana e Ricardo Santos de Almeida

BRAZILIAN AGRIBUSINESS IN MOZAMBIQUE: PROSAVANA PROGRAMME CASE STUDY
Tamy Yuki Kobashikawa

PROCESSES OF LAND APPROPRIATION FOR LARGE SCALE OIL PALM: DEVELOPMENT IN WEST KALIMANTAN, INDONESIA
Albert Hasudungan e Jeffrey Neilson

Jan./Abr.
2020

Revista NERA nº. 51

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2020

Revista NERA (RNERA) nº. 51

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio de Oliveira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)

Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por

Indexada por

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 27
2000 – ano 3, nº. 3	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2001 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº 30
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2004 – ano 7, nº. 4	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2016 – ano 19, nº33
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº35
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº37
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº 40
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 41
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2009 – ano 12, n°. 15	2018 – ano 21, nº 43
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 44
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 46
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2012 – ano 15, Dossiê	2019 – ano 22, nº 49
2012 – ano 15, nº. 21	2019 – ano 22, nº 50
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 51
2013 – ano 16, nº. 23	
2014 – ano 17, nº. 24	Quadrimestral
2014 – ano 17, nº. 25	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO
Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

9 **MULTIDIMENSIONALIDADE, MULTITERRITORIALIDADE E MULTIESCALARIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL GLOBAL**

MULTIDIMENSIONALITY, MULTITERRITORIALITY AND MULTISCALARITY OF THE AGRARIAN QUESTION IN THE GLOBAL SOUTH

MULTIDIMENSIONALIDAD, MULTITERRITORIALIDAD Y MULTIESCALARIDAD DE LA CUESTIÓN AGRARIA EN EL SUR GLOBAL

Lorena Izá Pereira, Camila Ferracini Origuéla e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

21 **MULTIFUNCTIONALITY OF AGRICULTURE: A BRAZILIAN PERSPECTIVE**

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA

MULTIFUNCIONALIDAD DE LA AGRICULTURA: UNA PERSPECTIVA BRASILEÑA

Tarita Schnitman

41 **O BOOM E O ESTOURO DA BOLHA DAS COMMODITIES NO SÉCULO XXI E A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA: DA MOBILIZAÇÃO A CRISE DO TRABALHO**

THE COMMODITY'S BUBBLE BOOM AND BURST IN THE 21ST CENTURY AND THE BRAZILIAN SUGARCANE AGROINDUSTRY: FROM LABOR MOBILIZATIO TO ITS CRISIS

EL BOOM Y EL ESTALLIDO DE LA BURBUJA DE LAS COMMODITIES EN EL SIGLO XXI Y LA AGROINDUSTRIA BRASILEÑA DE LA CANÃ DE AZÚCAR: DE LA MOVILIZACIÓN A LA CRISES DEL TRABAJO

Fábio Teixeira Pitta, Ana Carolina Gonçalves Leite e Erick Gabriel Jones Kluck

64 **SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA DE ÓLEO DE PALMA NA AMAZÔNIA PARAENSE**

SUBSUMPTION OF LABOR TO CAPITAL IN THE PALM OIL AGRO-INDUSTRY IN THE AMAZÔNIA PARAENSE

SUBSUNCIÓN DEL TRABAJO AL CAPITAL EN LA AGROINDUSTRIA DE ACEITE DE PALMA EN LA AMAZÔNIA PARAENSE

Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr. e José Antônio Herrera

89 **GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA: IMAGINÁRIO, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIAS**

MAJOR INFRASTRUCTURE PROJECTS IN THE AMAZON: IMAGERY, COLONIALITY AND RESISTANCE

GRANDES PROYECTOS EN LA AMAZONIA: IMAGINARIO, COLONIALIDAD Y

RESISTENCIA

Jondison Cardoso Rodrigues e Ricardo Angelo Pereira de Lima

117 **UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO ACREANO: A "FLORESTANIA" E OUTRAS HISTÓRIAS**

A LOOK AT ACREANO DEVELOPMENT: "FLORESTANIA" ANDOTHER STORIES

UNA MIRADA AL DESARROLLO ACREANO: "FLORESTANIA" Y OTRAS HISTORIAS

Carlos Estevão Ferreira Castelo

133 **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA CADEIA DE PAPEL E CELULOSE EM IMPERATRIZ – MA: TERRA, TRANSPORTES E TRABALHO**

PRODUCTIVE RESTRUCTURING OF THE PULP AND PAPER CHAIN IN IMPERATRIZ - MA: LAND, TRANSPORT AND WORK

REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA DE LA CADENA DE PULPA Y PAPEL EN IMPERATRIZ - MA: TIERRA, TRANSPORTE Y TRABAJO

Allison Bezerra Oliveira e Daniely Lima Silva

157 **A FALSA VILÃ: IDEOLOGIAS E AÇÃO ESTATAL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**

THE FALSE VILLAIN: IDEOLOGIES AND STATE ACTION IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID

LA FALSA VILLANA: IDEOLOGÍAS Y ACCIONES ESTATALES EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA BRASILEIRA

José Carlos Dantas

180 **CONFLITOS POR TERRITÓRIO NA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA**

CONFLICTS BY TERRITORY IN BRAZILIAN ARTISANAL FISHING

CONFLICTOS POR TERRITORIO EN LA PESCA ARTESANAL BRASILEÑA

Cristiano Quaresma de Paula

205 **A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA EM PARATY/RJ**

THE TERRITORIALIZATION OF CAPITAL AND PEASANT RESISTANCE STRATEGIES IN PARATY/RJ

LA TERRITORIALIZACIÓN DEL CAPITAL Y LAS ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA CAMPESINA EN PARATY/RJ

Guilherme Freitas Ewald Strauch

231 **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DE PROJETOS**

DE ASSENTAMENTO RURAL APLICADA À REGIÃO DO NORDESTE GOIANO, ESTADO DE GOIÁS

METHODOLOGY FOR EVALUATING THE SUSTAINABILITY OF RURAL SETTLEMENT PROJECTS APPLIED TO THE REGION OF THE NORTHEAST OF GOIÁS, STATE OF GOIÁS

METODOLOGÍA DE EVALUACIÓN DE SOSTENIBILIDAD DE PROYECTOS DE ASENTAMIENTO RURAL APLICADA A LA REGIÓN DEL NORDESTE GOIANO, ESTADO DE GOIÁS

Júnio Gregório Roza dos Santos e Selma Simões de Castro

260

O ARROZ ECOLÓGICO TERRA LIVRE: DESENVOLVIMENTO E COMPROMISSO SOCIAL

THE ECOLOGICAL RICE TERRA LIVRE: DEVELOPMENT AND SOCIAL COMMITMENT

EL ARROZ ECOLÓGICO TERRA LIVRE: DESARROLLO Y COMPROMISO SOCIAL

Germano Ehlert Pollnow, Nádia Velleda Caldas e Daiane Roschildt Sperling

279

O PATRIARCADO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS

PATRIARCHY IN THE BRAZILIAN FAMILY FARMING: REFLECTIONS FROM THE MUNICIPALITY OF SÃO LOURENÇO DO SUL – RS

EL PATRIARCADO EN LA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEÑA: REFLEXIONES A PARTIR DEL MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS

Caroline Tapia Bueno e Susana Maria Veleda da Silva

300

A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: DA FRANÇA AO SUL DO BRASIL

SUBJECT FORMATION IN RURAL AREAS AND THE PEDAGOGY OF ALTERNATION: FROM FRANCE TO SOUTHERN BRAZIL

LA FORMACIÓN DEL CAMPO Y DE LA PEDAGOGÍA DE LA ALTERNANCIA: DE FRANCIA PARA EL SUR DEL BRASIL

Angelita Zimmermann, Ane Carine Meurer e Cesar De David

328

A ORDEM DO DISCURSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ENUNCIADA EM ANÁLISE DOCUMENTAL

THE DISCOURSE ORDER OF YOUTH, ADULT AND ELDERLY EDUCATION IN THE BRAZILIAN TERRITORY OF EDUCATION: THE PROFESSIONAL QUALIFICATION ENUNCIATED IN DOCUMENT ANALYSIS

EL ORDEN DEL DISCURSO DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES, ADULTOS Y ANCIANOS EN EL TERRITORIO BRASILEÑO DE LA EDUCACIÓN: LA CALIFICACIÓN PROFESIONAL ENUNCIADA EN EL ANÁLISIS DE DOCUMENTOS

Maria Aparecida Vieira de Melo, Marcelo da Fonsêca Santana e Ricardo Santos de Almeida

345 **BRAZILIAN AGRIBUSINESS IN MOZAMBIQUE: PROSAVANA PROGRAMME CASE STUDY**

O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA PROSAVANA

EL AGRONEGOCIO BRASILEÑO EM MOZAMBIQUE: ESTUDIO DE CASO SOBRE EL PROGRAMA PROSAVANA

Tamy Yuki Kobashikawa

366 **PROCESSES OF LAND APPROPRIATION FOR LARGE-SCALE OIL PALM DEVELOPMENT IN WEST KALIMANTAN, INDONESIA**

PROSES PEMBEBASAN LAHAN UNTUK PERKEBUNAN KELAPA SAWIT DI KAPUAS HULU, KALIMANTAN BARAT

PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE TERRA PARA A PRODUÇÃO DE ÓLEO DE PALMA EM KAPUAS HULU, INDONÉSIA

Albert Hasudungan e Jeffrey Neilson

390 **COMPÊNDIO DE AUTORES**

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

422 **COMPÊNDIO DE EDIÇÕES**

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul Global

Lorena Izá Pereira
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Camila Ferracini Origuéla
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Resumo

A questão agrária não é recente, a mesma é realidade desde o processo acumulação primitiva descrito por Marx (1970 [1867]). Contudo, no século XXI, devido a processos como a convergência de múltiplas crises, a globalização neoliberal e as mudanças geopolíticas globais, o problema agrário assume novas características. O capital, para garantir sua acumulação interminável, necessita de ajustes espaciais e temporais e neste sentido os espaços agrários do Sul Global têm sido profundamente incorporados pelas dinâmicas expansivas do capital. Este processo é materializado por meio de distintas estratégias, cada vez mais sofisticadas e violentas, ao mesmo tempo em que resulta em diferentes formas de resistências desde abaixo. Neste sentido, a atual questão agrária no Sul Global envolve uma diversidade de territorialidades, dimensões e escalas.

Palavras-chave: Território; territorialidade; escala; agronegócio; campesinato.

Multidimensionality, multiterritoriality and multiscalarity, of the agrarian question in the Global South

Abstract

The agrarian question is not recent, it is a reality since the primitive accumulation process described by Marx (1970 [1867]). However, in the 21st century, due to processes such as the convergence of multiple crises, neoliberal globalization and global geopolitical changes, the agrarian problem takes on new characteristics. Capital, in order to guarantee its endless accumulation, needs spatial and temporal adjustments and in this sense the agrarian spaces of the Global South have been deeply incorporated by the expansive dynamics of capital. This process is materialized through different strategies, increasingly sophisticated and violent, while resulting in different forms of resistance from below. In this sense, the current agrarian question in the Global South involves a diversity of territorialities, dimensions and scales.

Keywords: Territory; territoriality; scale; agribusiness; peasantry.

Multidimensionalidad, multiterritorialidad y multiescalaridad de la cuestión agraria en el Sur Global

Resumen

La cuestión agraria no es reciente, es una realidad desde el proceso de acumulación primitiva descrito por Marx (1970 [1867]). Sin embargo, en el siglo XXI, debido a procesos como la convergencia de múltiples crisis, la globalización neoliberal y los cambios geopolíticos globales, el problema agrario adquiere nuevas características. El capital, para garantizar su acumulación interminable, necesita ajustes espaciales y temporales y, en este sentido, los espacios agrarios del Sur Global han sido profundamente incorporados por la dinámica expansiva del capital. Este proceso se materializa a través de diferentes estrategias, cada vez más sofisticadas y violentas, al tiempo que genera diferentes formas de resistencia desde abajo. En este sentido, la cuestión agraria actual en el Sur Global involucra una diversidad de territorialidades, dimensiones y escalas.

Palabras clave: Territorio; territorialidade; escala agronegocio; campesinato.

Introdução: a multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária

Organizar uma apresentação de um número de periódico científico cujos artigos, por mais que se debrucem sobre uma mesma temática e paradigma, sejam tão distintos em suas escalas, abordagens e construções teóricas é um agradável desafio, uma vez que nos permite refletir sobre as diferenças e semelhanças da questão agrária em diferentes escalas. No momento em que construímos o número, o fato de haver contribuições sobre três continentes distintos, todos no Sul Global, nos instigou a debatermos sobre a multidimensionalidade, a multiterritorialidade e a multiescalaridade da questão agrária. Mais do que apresentar e debater sobre o que nos separa, esta introdução tem como objetivo debater o que nos une enquanto territórios alvos da expansão do capital no século XXI.

A questão agrária é essencialmente multidimensional, multiterritorial e multiescalar, evitando a tradicional abordagem unilateral da questão agrária como um problema apenas de acesso à terra. Antes de tudo, destacamos que entendemos a categoria geográfica do território como espaços sociais, culturais, nos quais há manifestação de relações e ideias (FERNANDES, 2009). O território possui como princípios a soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

A partir desta compreensão de território enquanto multiescalar e multidimensional, Fernandes (2009a) propôs três tipologias para o território, a saber: 1) *primeiro território:* compreendido como o espaço de governança, caracterizado pelo fato de ser uno; 2) *segundo território*: abordado como as frações territoriais, neste ponto o campesinato seria uma fração territorial e o agronegócio outra, representando, deve-se distinguir as frações territoriais, uma vez que as relações sociais que as produzem são distintas; 3) *terceiro*

território: compreendido como território relacional, resultado das conflitualidades entre as frações de territórios, as conflitualidades entre o território do agronegócio e do campesinato.

O território é apropriado por diferentes agentes, que (re)produzem distintas territorialidades e dimensões. A territorialidade corresponde a expressão e a representação do território, como o uso e controle do território e pode ser entendia como "estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas, por meio do controle de áreas" (SACK, 1986, p. 03). Assim, a questão agrária envolve usos corporativos, como os monocultivos do agronegócio e territorialidades camponesas, como os assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas, entre outras. A partir dessa abordagem, o território é multidimensional porque não envolve apenas a dimensão produtiva ou econômica, mas também política, social, ambiental, cultural, educacional, sejam estas materiais ou imateriais. No número 51 todos os artigos exploram diferentes territorialidades e dimensionalidades da questão agrária. Contribuindo para este debate necessário.

Outro ponto que tem sido negligenciado no debate acerca da questão agrária é a escala[1], que não tem sido entendida como uma construção social, mas sim como uma escolha arbitrária e aleatória (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983). As escalas não são dadas, mas sim produzidas socialmente a partir de correlação de escalas, da relação entre escalas e do mosaico de escalas (BRENNER, 2013). Esta abordagem escalar permite compreender a questão agrária como resultado de processos e dinâmicas global, regional e local em interação no espaço e no tempo. Deste modo, a questão agrária é geral, particular e singular (CHEPTULIN, 1982)[2]. Embora haja elementos que a torne semelhantes em diferentes escalas, como os artigos deste número nos permitem analisar, a questão agrária se materializa de forma distinta[3], pois é resultado de processos interescalares.

A questão agrária no Sul Global

Desde a década de 1970, resultado de uma crise de sobreacumulação, o capital apresenta novas estratégias e dinâmicas que promovem a sua expansão, como a ascensão do neoliberalismo, especialmente nos países do Sul Global. No século XXI a situação é intensificada com a convergência de múltiplas crises: alimentar, ambiental, climática, energética e financeira (BORRAS JR., FRANCO, KAY e SPOOR, 2011), que inseriu a

[1] Souza (2013) argumenta que há três tipos de escala: 1) a escala do fenômeno, que compreende a abrangência dos processos; 2) a escala de análise equivale a escala analítica. A escala de análise não é um simples resultado da escala do fenômeno, mas sim algo construído com base na escala do fenômeno e; 3) s escala da ação reflete o alcance espacial das práticas dos envolvidos no processo.

[2] "O singular e o geral estão organicamente ligados um ao outro e só podem ser separados no estado puro por abstração. A correlação do singular e do geral no particular manifesta-se como correlação de aspectos únicos em seu gênero, que são próprios apenas por uma formação material dada" (CHEPTULIN, 1982, p. 195)

[3] Ao contrário do debate sobre a homogeneização devido a ascensão da globalização neoliberal, a questão agrária apresenta particularidade e singularidades de acordo com o local.

necessidade de ajustes espaciais (HARVEY, 2014; PEREIRA, 2019a) e repercutiu em uma corrida mundial por terras. A terra tradicionalmente é alvo de interesse por parte do capital, mas raramente foi vista como um ativo financeiro pelo capital especulativo (PEREIRA, 2019b), como é tratada, sobretudo após 2008.

Além da convergência de crises e globalização neoliberal, no século XXI emergem novas dinâmicas, processos e agentes, dentre os quais destacamos a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar, regime alimentar corporativo, ascendência dos países de renda média, também chamados de *Middle Incomes Countries* (MICs) e intensificação do capital financeiro em todas as fases do processo produtivo, tornando difícil a distinção entre capital produtivo e financeiro (FAIRBAIRN, 2014). Todos estes elementos são materializados por meio de novas e antigas estratégias de acesso e controle do território. Argumentamos que no século XXI há mecanismos mais sofisticados, que não necessariamente envolvem a posse e propriedade da terra (McKAY, 2017), porém, simultaneamente, as formas violentas de despossessão ainda permanecem.

Neste cenário, os territórios rurais do Sul Global têm ocupado um papel central como epicentros da recente dinâmica da expansão capitalista (RINCÓN e FERNANDES, 2018). E mesmo que haja particularidades e singularidades de acordo com a região e país, há características que permeiam todo o Sul Global. Primeiramente há um *boom* dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, como demonstrado no artigo de Pitta, Leite e Kluck nesta edição, o que auxiliou na "pasaje del *Consenso de Washington*, asentado sobre la valorización financiera, al *Consenso de los Commodities*, basado en la exportación de bienes primarios en gran escala" (SWAMPA, 2013, p. 30). O *Consenso das commodities* resultou na reprimarização da economia do Sul Global, no aumento da dependência em relação aos países do Norte Global, que são os principais destinos das *commodities* produzidas neste modelo e na despossessão de centenas de comunidades tradicionais em todo o Sul Global.

Deste modo, há um direcionamento a um modelo de acumulação de capital pautado no neoextrativismo, compreendido como uma versão contemporânea do extrativismo[4] (GUDYNAS, 2009) e como "uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos (...) esse extrativismo forjou-se na exploração de matérias-primas indispensáveis para o bem-estar do Norte Global" (ACOSTA, 2016, p. 49-50). O neoextrativismo remete a atividades que removem grandes volumes de

[4] É necessário destacar que o sentido do extrativismo empregado neste artigo é como "sinônimo de extração desenfreada de recursos naturais sem a preocupação com a sustentabilidade (...) refere-se a remoção de grandes volumes de recursos naturais destinados à exportação" (DILGER e PEREIRA FILHO, 2016, p. 20). Ou seja, é contraria a definição comumente utilizada no Brasil, no qual o extrativismo remete a qualquer atividade praticada pelo humano, estando ou não em equilíbrio com a natureza (DILGER e PEREIRA FILHO, 2016).

recursos naturais não ou parcialmente processados e não se limita a questão mineral, mas também ao agrário e florestal (ACOSTA, 2016).

Este espécime de acumulação avança na fragmentação territorial, promove enclaves extrativos associados aos mercados globais (GUDYNAS, 2009; ACOSTA, 2016) e alavanca o cercamento e o controle de bens naturais e comuns. No século XXI este modelo de acumulação imposto ao Sul Global está pautado nas *commodities* flexíveis, que correspondem àquelas que com múltiplos usos, como alimentação, ração animal e agroenergia (BORRAS JR., FRANCO, ISAKSON, LEVIDOW e VERVEST, 2015). As *commodities* flexíveis solucionam um desafio para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços. A ascensão destas *commodities* está relacionada com a financeirização da agricultura, pois os múltiplos e flexíveis usos tem o potencial de mitigar o risco dos investimentos e maximizar os retornos (FRANCO, BORRAS JR., ALONSO-FRADEJAS, BUXTON, HERRE, KAY e FEODOROFF, 2013; PEREIRA, 2019b).

Artigos que compõem esta edição nos permite refletir sobre as *commodities* flexíveis no Sul Global. No artigo “O *Boom* e Estouro da Bolha das *Commodities* no Século XXI e a Agroindústria Canavieira Brasileira: da Mobilização à Crise do Trabalho”, Fábio Teixeira Pitta, Ana Carolina Gonçalves Leite e Erick Gabriel Jones Kluck abordam a expansão do cultivo de cana-de-açúcar, utilizado para a produção do etanol e açúcar. Já Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr. e José Antônio Herrera no artigo “Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia Paraense”, debatem sobre outra *commodity* flexível: a palma, que tem apresentado crescimento no Brasil. Em outra escala, Albert Hasudungan e Jeffrey Neilson, também expõem acerca da expansão do cultivo de palma na Indonésia, na Ásia e, assim como no Brasil, tal expansão, tem resultado em um controle e cercamento de territórios.

Simultaneamente, não é possível compreendemos a questão agrária atual sem superarmos o fato que a mesma não remete apenas a terra, mas sim a múltiplos recursos, a bens naturais, a mineração, a geração de energia, a política pública, a infraestrutura, a comercialização e assim por diante. Isto é, a questão agrária no Sul Global, mais do que nunca, é multidimensional e multiescalar e o número 51 da Revista NERA evidencia tal afirmação.

Sobre os artigos

O número 51 da Revista NERA está composto por dezesseis artigos que nos permitem explorar a multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária. Tais artigos percorrem temas como crise do trabalho, *boom* das

commodities (particularmente aquelas caracterizadas como flexíveis), mercantilização e controle de recursos naturais, megaprojetos de infraestrutura, conflitos territoriais e resistências em múltiplas escalas, tanto no Brasil, como em todo o Sul Global.

O artigo intitulado "Multifunctionality of agriculture: a Brazilian perspective", de autoria de Tarita Schnitman, abre a edição abordando a multifuncionalidade da agricultura, pautada na reprodução socioeconômica das famílias, na promoção da segurança alimentar, na manutenção do tecido social e cultural e na preservação dos recursos naturais e da paisagem rural como um contraponto à agricultura de larga escala. Ao analisar a realidade da comunidade quilombola Mandira, localizada no município de Cananéia, no Vale do Ribeira, região mais pobre do estado de São Paulo, Schnitman conclui que a agricultura multifuncional vinculada ao meio ambiente é o que permite a renda diversificada que os mantêm na área rural.

Em seguida, Fábio Teixeira Pitta, Ana Carolina Gonçalves Leite e Erick Gabriel Jones Kluck, através do artigo "O *Boom* e Estouro da Bolha das *Commodities* no Século XXI e a Agroindústria Canavieira Brasileira: da Mobilização à Crise do Trabalho", inserem a discussão da expansão da agroindústria canavieira no século XXI no Brasil, mais precisamente no estado de São Paulo, destacando o processo de formação e crise do trabalho do assalariado da cana-de-açúcar e elencando as determinantes deste processo e suas consequências no que concerne à mobilidade do trabalho. Pitta, Leite e Kluck concluem afirmando que a expansão da área e respectivo crescimento da produção nos últimos anos em conjunto com a mecanização do corte de cana-de-açúcar, acompanham não apenas a oferta e a demanda de etanol e açúcar, mas também a sua precificação.

No artigo "Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia Paraense", os autores Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr. e José Antônio Herrera, a partir da análise de outra *commodity* flexível, a palma, analisam as formas da subsunção do trabalho ao capital na microrregião de Tomé-Açu, no Nordeste do Pará, região responsável por 70% da produção estadual de azeite de dendê e que teve seu *boom* a partir de 2004 por meio da implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Paixão Jr. e Herrera concluem que há três formas de subsunção, sendo a real, presente nas usinas processadoras; a formal, dominante nos campos de dendezeiros empresariais e a ideal, presente na integração com a propriedade camponesa, porém reproduzida pelo próprio capital.

Ainda sobre a Amazônia, Jondison Cardoso Rodrigues e Ricardo Angelo Pereira de Lima, por meio do artigo intitulado "Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências" inserem o debate da multiterritorialidade e multidimensionalidade do território através dos megaprojetos de infraestrutura conduzidos pelo Estado e empresas nacionais e internacionais, sendo rodoviário, ferroviário, portuário,

hidrelétrico e minerário. Assim, Rodrigues e Lima refletem sobre o imaginário e as narrativas acerca dos megaprojetos na Amazônia, enfatizando as resistências das populações tradicionais. Os autores concluem que o imaginário e as narrativas emersas nas novas dinâmicas territoriais e na presença de novos agentes, moldam os megaprojetos. Ao mesmo tempo, há a emergência nos territórios de projetos contra-hegemônicos promovidos pelas comunidades tradicionais como forma de resistência.

Carlos Estevão Ferreira Castelo, a partir da contribuição intitulada “Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias” reflete acerca do desenvolvimento recente do Acre (1999-2018) pautado pelo discurso global do desenvolvimento sustentável, ou seja, o Estado se apropriou de um discurso cunhado por instituições multilaterais e implantou como base para o desenvolvimento local. O Estado exerceu um importante papel neste processo através da narrativa de que o desenvolvimento se daria pelo aproveitamento da *única vantagem comparativa do estado do Acre*: a floresta. Castelo conclui destacando que se observa um aprofundamento na mercantilização de bens naturais através do financiamento de instituições multilaterais de crédito, realidade cada vez mais frequente nos países do Sul Global, como apontam outros artigos deste número.

No artigo intitulado “Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho”, os autores Allison Bezerra Oliveira e Daniely Lima Silva analisam o processo recente de reestruturação produtiva do município de Imperatriz, Sul do estado do Maranhão, pela cadeia produtiva de papel e celulose através das seguintes vertentes: apropriação de terras para o cultivo de eucalipto, mobilidade do capital por meio do transporte de matéria-prima e especialização da força de trabalho. Segundo os dados de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014 foram cultivados 207.448 hectares de eucalipto, extensão que saltou para 253.043 em 2018 (IBGE, 2018). Oliveira e silva trazem uma importante contribuição na medida em que contempla em suas análises a relevância da questão do transporte (e toda infraestrutura ligada a este), enfatizando a multidimensionalidade do território.

No artigo com o título “A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro”, José Carlos Dantas explora como se constituíram as ideologias de combate à seca e convivência com o semiárido e como estas influenciaram as políticas públicas direcionadas para o semiárido brasileiro no decorrer das décadas. O autor conclui que a ideologia de combate à seca é responsável por criar uma falsa vilã (a seca) e a ideologia da convivência com o semiárido promove discursos e práticas que mostram ser possível viver na região em meio às suas condições ambientais. Dentre as inúmeras contribuições do artigo, Dantas explora outra dimensão da luta pelo território: a luta pela água, que em um contexto de privatização de recursos naturais, cada vez mais é considerada.

Cristiano Quaresma de Paula, no artigo intitulado “Conflitos por território na pesca artesanal brasileira”, explora os conflitos pelo território terrestre e aquático, ou seja, que integram áreas de pesca, de moradia e vivência das comunidades de pescadores. Os conflitos territoriais são múltiplos, estando relacionado principalmente às questões fundiárias, turismo, unidades de conservação e especulação imobiliária. A partir da análise de dissertações e teses, De Paula chega ao número de conflitos de 105 conflitos relacionados ao território da pesca. A distribuição dos conflitos não é homogênea, sendo: 46,67% na região Nordeste, 20,95% no Sul do Brasil, 17,14% na região Norte, 12,38% no Sudeste totaliza e 2,86% no Centro-Oeste. Assim como a distribuição dos conflitos é distinta, os pescadores artesanais brasileiros resistem e criam estratégias para a permanência das comunidades em seus territórios.

No artigo “A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ”, o autor Guilherme Freitas Ewald Strauch, a partir do estudo de caso do município de Paraty, litoral Sul do estado do Rio de Janeiro, nas últimas seis décadas, aborda a permanência do campesinato na atualidade, ressaltando a ampla diversidade de suas formas e estratégias de resistência frente aos processos de territorialização do capital no campo. Ewald Strauch conclui destacando que as estratégias de resistência camponesa frente ao avanço do capital são variadas e ocorrem no interior das unidades de produção e consumo, no cotidiano e por meio da formação de rede de movimentos sociais.

No décimo artigo desta edição, intitulado “Metodologia de avaliação de sustentabilidade de Projetos de assentamento rural aplicada à região do Nordeste goiano, estado de Goiás”, os autores Júnio Gregório Roza dos Santos e Selma Simões de Castro abordam acerca da sustentabilidade dos projetos de assentamento no estado de Goiás, especialmente na região Nordeste do estado. Santos e Castro enfatizam que mesmo apresentando baixa aptidão agrícola e insuficiência de infraestrutura, a referida região apresenta a maior concentração de assentamentos de reforma agrária da unidade da federação, sendo 57 assentamentos, totalizando 474.526 hectares e 4.978 famílias assentadas. Santos e Castro concluem que o abandono dos lotes por parte dos assentados é de 50%, o que evidencia a ineficácia das intervenções dos órgãos envolvidos na reforma agrária.

Abordando a dimensão da produção orgânica e agroecológica, os autores Germano Ehlert Pollnow, Nádia Velleda Caldas e Daiane Roschildt Sperling, a partir do estudo de caso do arroz Terra Livre, produzido por assentados da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, trazem como contribuição o artigo intitulado “O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social”. A partir de pesquisa de campo, Pollow, Caldas e Sperling destacam que o principal desafio apontado pelos assentados é a comercialização, especialmente devido ao desmonte das políticas públicas para a agricultura camponesa.

Mesmo com as dificuldades, a referida produção envolve cerca de 600 famílias em 22 assentamentos distribuídos em dezesseis municípios do Rio Grande do Sul, o que promoveu o reconhecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como o maior produtor de arroz orgânico da América.

Em seguida, no artigo "O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS", as autoras Caroline Tapia Bueno e Susana Maria Veleda da Silva enfatizam outra dimensão da questão agrária, que nos últimos anos tem ganhado visibilidade: a questão de gênero. Por meio da investigação do município de São Lourenço do Sul, na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, Bueno e Silva abordam o patriarcado e as consequentes desigualdades de gênero na estrutura da agricultura familiar. A metodologia utilizada pelas autoras às permite concluir que o sistema patriarcal dita as regras de comportamento para as mulheres e suas famílias, que incide na vida das agricultoras, como na desigual divisão sexual do trabalho, que dificulta o acesso ao estudo e ao trabalho remunerado, com consequências para o futuro das jovens agricultoras.

Introduzindo a dimensão da educação do campo no número 51 da Revista NERA, os autores Angelita Zimmermann, Ane Carine Meurer e Cesar De David, por meio do artigo com o título "A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil", abordam a experiência das Maisons Familiales Rurales (MFRs), na França e das Casas Familiares Rurais (CFRs), no Brasil à vida dos jovens e das famílias que vivenciam a proposta da Pedagogia da Alternância. Zimmermann, Meurer e De David finalizam o artigo destacando que as Casas Familiares Rurais apresentam limites relativos às estruturas e conjunturas nacionais, específicas da educação e do campo de cada país, partilhando desafios e perspectivas, entre os quais, uma formação diferenciada da juventude do campo, priorizando a construção de políticas pedagógicas.

Ainda sobre a educação do campo, no artigo "A ordem do discurso da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no território da Educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental", os autores Maria Aparecida Vieira de Melo, Marcelo da Fonsêca Santana e Ricardo Santos de Almeida objetivam mapear e descrever a ordem do discurso enunciado nos documentos brasileiro da educação de jovens, adultos e idosos para os camponeses. Por meio da metodologia Análise Arqueológica do Discurso (AAD), Melo, Santana e Almeida concluem acerca da necessidade da continuação da luta pelo direito a educação.

Evidenciando a multiescalaridade da questão agrária, no artigo intitulado "Brazilian agribusiness in Mozambique: the ProSANAVA Programme case study", a autora Tamy Yukie Kobashikawa objetiva examinar o status do Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA) e quais são os motivos para o agronegócio brasileiro não investir em Moçambique no período entre 2007

e 2017. O ProSAVANA é caracterizado como uma cooperação Sul-Sul entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão, sendo inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), implantado no Brasil durante a década de 1970. O ProSAVANA envolve múltiplas dimensões da questão agrária, como é abordado no número 38 da Revista NERA[5], publicado em 2017. Kobashikawa conclui que os principais motivos para a retração do investimento do agronegócio em Moçambique são o alto risco de investimento resultante da falta de subsídios públicos para o agronegócio, a burocracia da Lei de Terras (1997) e a mobilização da sociedade civil contra o ProSAVANA[6].

Finalizando a edição, os autores Albert Hasudungan e Jeffrey Neilson no artigo intitulado "Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia", abordam as transações de terras para o cultivo de palma para fins extrativos em Kapuas Hulu, no distrito de Kalimantan, no Oeste na Indonésia. Assim como a microrregião de Tomé-Açu, no Nordeste do Pará, analisada no artigo de Paixão Jr. e Herrera neste número, a região de Kapuas Hulu está na linha de frente da área de expansão das plantações de palma na Indonésia. Hasudungan e Neilson apresentam as complexidades dos arranjos institucionais entre distintos agentes que negociam ao controle do território por meio da expropriação e que conformam uma rede que promove o *powers of exclusion.*

Mesmo pelo fato da questão agrária ser resultado de dinâmicas locais e globais em interação e variar de acordo com cada formação territorial, em um contexto de convergência de múltiplas crises e de globalização neoliberal, o presente número da Revista NERA nos permite identificar dinâmicas semelhantes que permeiam todo o Sul Global. O extrativismo, o neoextrativismo, a privatização e mercantilização de bens naturais e comuns, a ascensão de *commodities* flexíveis e resistências de diversas comunidades tradicionais em todo o Sul Global evidenciadas no número 51 apontam para a necessidade de uma abordagem da Geopolítica da Questão Agrária.

Referências

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Editora Elefante, 2016, p. 46-85.

[5] Dossiê Moçambique disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/DOSSI%C3%8A%20MO%C3%87AMBIQUE>. Acesso em: 07 jan. 2020.

[6] Assim como há uma cooperação Sul-Sul no âmbito dos investimentos referentes ao agronegócio, há uma cooperação Sul-Sul dos povos de Moçambique e do Brasil (AGUIAR e PACHECO, 2016), o primeiro impactado com o ProSAVANA e o segundo com o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, região que compreende 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e considera a última fronteira agrícola em áreas de Cerrado (FERNANDES, FREDERICO e PEREIRA, 2019). Catsossa (2019) pondera ambos os programas como a base para a compreensão da Geopolítica da Questão Agrária.

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria Emília (Org.). **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique**. Memória da resistência ao ProSavana e análise crítica de seu plano diretor. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. **Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader** International perspectives. Santiago: FAO, 2011.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies,** v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**, n. 33, p. 198-220, 2013.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. Ousar a pensar "fora da caixa". DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Editora Elefante, 2016, p. 12-23.

FAIRBAIRN, Madeline. Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FRANCO, Jennifer; BORRAS JR, Saturnino; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BUXTON, Nick; HERRE, Roman; KAY, Sylvia; FEODOROFF, Timothé. **L'Accaparement des terres**: un livret. Amsterdam: Transnational Institute, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajos el progresismo Sudamericano actual. Centro Andino de Acción Popular (CAAP) / Centro Latinoamericanode Ecología Social (CLAES) (Org.). **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP / CLAES, 2009, p. 187-225.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970 [1867].

McKAY, Ben. **The politics of control**: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex, 2017, 290 f. Thesis (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 09-21, Dossiê MATOPIBA, 2019a.

_____. **"A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito":** os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019b.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFY, V. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 45, n. 1, p. 133-145, jan/mar. 1983.

RINCÓN, Luis Felipe; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorial dispossession: dynamics of capitalism expansion in rural territories in South America. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 11, p. 2085-2102, 2018.

SACK, Robert. Human territoriality: its theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valorización en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.

Multifunctionality of agriculture: a Brazilian perspective[1]

Tarita Schnitman
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade do Estado de São Paulo (ESALQ/USP) – Piracicaba, São Paulo, Brasil.
e-mail: taritaturismo@yahoo.com.br

Abstract

Earlier international studies on multifunctional agriculture question rural development and show a new direction to rural areas. This approach is conceptualised as a counter to larger industrial agriculture and integrates social, economic, environmental preservation, productive and cultural values to sustain farming communities among traditional farmers. Brazilian researchers have previously argued for a four-pillar model of rural development to be incorporated to the concept of multifunctional agriculture. This paper presents a framework to investigate this theoretical approach. It presents a Brazilian case study among the Quilombola community of Mandira-Brazil and how it fulfils the four-pillar model. Results show exemplary protection of their cultural and biophysical territory and recognition of their traditional ways by the State, the ability to sustain livelihoods over time, but keeping the youth engaged is a challenge. The case study reveals unique Brazilian lenses towards the approach.

Keywords: Multifunctionality of agriculture; quilombolas.

Multifuncionalidade da agricultura: uma perspectiva brasileira

Resumo

Estudos internacionais sobre agricultura multifuncional questionam o desenvolvimento rural e mostram uma nova direção para as áreas rurais. A abordagem é conceituada como um contraponto à agricultura de larga escala, industrial e integra valores sociais, econômicos, de preservação ambiental, valores culturais que sustentam as comunidades agrícolas entre os agricultores tradicionais. Pesquisadores brasileiros defendem um modelo de desenvolvimento rural baseado em quatro pilares que devem incorporar o conceito de agricultura multifuncional. Este artigo apresenta uma estrutura para investigar essa abordagem teórica. Apresenta um estudo de caso brasileiro realizado na comunidade quilombola Mandira e como ela se integra ao modelo de quatro pilares da multifuncionalidade da agricultura. Os resultados mostram uma proteção ambiental exemplar de seu território cultural e biofísico e o reconhecimento de suas formas tradicionais pelo Estado, a capacidade de sustentar os meios de subsistência ao longo do tempo, mas manter os jovens engajados é um desafio. O estudo de caso revela uma olhar inédito sob a abordagem da multifuncionalidade da agricultura.

Palavras-chave: Multifuncionalidade da agricultura; quilombolas.

[1] Trabalho desenvolvido com financiamento por meio da chamada pública de Bolsa Sanduíche - CAPES na University of Melbourne- Australia. Tese de Doutorado em Ecologia Aplicada ESALQ/CENA 2014.

Multifuncionalidad de la agricultura: una perspectiva brasileña

Resumen

Estudios internacionales han mostrado una nueva dirección para las zonas rurales, a multifuncionalidad de la agricultura. El enfoque es conceptuado como un contrapunto a la agricultura de larga escala, industrial e integra valores sociales, de preservación ambiental, valores culturales que sostienen las comunidades agrícolas. Los investigadores brasileños defienden un modelo de desarrollo rural basado en cuatro pilares que deben incorporar el concepto. Este artículo presenta una estructura para investigar este enfoque teórico. El estudio se realizó en comunidad quilombola Brasilena. Resultados muestran una protección ambiental de su territorio cultural y biofísico y el reconocimiento por el Estado, la capacidad de sustento de los medios de subsistencia a lo largo del tiempo, pero manter los jóvenes en él es un desafío. El estudio de caso revela una perspectiva brasileña sobre el enfoque de la multifuncionalidad de la agricultura.

Palabras clave: Multifuncionalidad de la agricultura; quilombolas.

Introduction

Ideally, a less industrial production system can enhance a more integrated approach to landscape management. Multifunctional agriculture is considered as an alternative to the current, dominant production-first, industrial model of agriculture. Drivers of rural land use change are linked to restructuring agriculture in response to aggressive neoliberal agendas (DIBDEN ET AL, 2009; HOLMES, 2006). Various terms identify the multifunctional importance of agriculture, such as: multifunctional agriculture, multifunctional agricultural systems, multifunctional landscapes, multifunctionality of agriculture and multifunctionality of agroecosystems. The term has been applied in practice and public politics in different countries (BELLETTI ET AL, 2002; BATIE, 2003; HYYTIÄ and KOLA, 2005; REIG, 2005; DOBBS and PRETTY, 2008; MORGAN ET AL, 2010; ARGENT 2011; WILSON, 2008). The term was used at the Conference on Environment and Development of Rio de Janeiro (UNCED) in 1992 and widely propagated during the conference of the Ministers of Agriculture of the Organization for Economic Cooperation and Development (OCSE, 1998). Much of international literature on multifunctional agriculture focuses on agri-environmental payment schemes. In Europe for example, much land is designated as protected area (HODGE and BONN, 2018). In the Netherlands and Germany for example, multifunctional landscape policies were directed to conservation of biodiversity through protection of agricultural landscapes on small-scale family farms (BEILIN ET AL, 2012). This is the case in Spain as well (REIG, 2005). For example, French and Italian governments promote the diversification of farming activity (LAPKA and CUDLI NOVA, 2007) using such schemes. Japan has a rich tradition of valuing cultural landscapes. Agri-environmental payment

schemes (BJØRKHAUG and RICHARDS, 2008 and DOBBS AND PRETTY) are common in European literature and practice, but very incipient in Brazil considering its vast territory.

Within the Common Agricultural Policy (CAP), multifunctionality has taken on a significant role from the 2007-2013 planning period, and has gained further attention in the present planning period (2014-2020), which has faced the theme of the enhancement of the functions that agriculture performs (SCHIMMENTI ET AL, 2017). The Sicily Rural Development Program (RDP) 2014-2020 is an example (REGIONE SICILIANA, 2014). Daugbjerg and Swinbank (2015) note that the process of reforms of the European agricultural policy has been continuous and constantly reforming for over thirty years. Multifunctionality is seen in some countries as an analytical framework to recognize many services that farms provide to their surrounding communities and society (BARBIERI and VALDIVIA, 2010). It has implications for conserving nature, maintaining people in rural areas, promoting agritourism, organic farming and the production of relatively high quality and region-specific products (VAN DER PLOEG ET AL., 2000). Multifunctional agriculture is presumed to have emerged as an important policy logic to stabilize commodity production while encouraging amenity-based development and the production of ecological services.

Meanwhile, the theoretical perspective is commonly referred to as multifunctionality of agriculture in Brazil. The Brazilian perspective of multifunctional agriculture has a strong social concern by focusing on aspects like maintenance of rural activities, well-being and rural livelihoods. The book Além da Produção (MALUF and CARNEIRO, 2003) presents a holistic interpretation of the term multifunctionality of agriculture, focusing on the Brazilian reality. In it, ideas of food production combined with the increase of farmers' income to overcome poverty are connected to social and cultural well-being. Its authors proposed four main pillars as a frame for multifunctional agriculture. These are described below:

1. Socioeconomic reproduction of families: the main issues addressed are the sources of employment and income for members of rural households, the conditions of stay in the field, the practices of sociability, installation conditions of youth and issues concerning the succession of family units.
2. Promoting food security of society and individual rural families: it covers the production for selfconsumption of households and also commercial food production, as well as the technical and productive options for farmers and the main channels of commercialization.
3. Maintenance of the social and cultural fabric: This field refers to preserving and improving the conditions of life of rural communities, taking into account the processes of elaboration and legitimacy of social identities and promoting social integration.

4. Preservation of natural resources and rural landscape: this dimension is in reference to the use of natural resources, and the relationship between economic activities and the landscape and biodiversity conservation.

There are four distinct scopes that Brazilian literature locates as central to understanding multifunctionality and they involve the role or place of the rural family, territory, society and public policy (CAZELLA ET AL, 2009). In this paper the investigation focuses on the scope of the rural family since the research was undertaken among families of small scale farmers. The study reflects many of the contestations found in the literature on rural communities and it is an example of both social and ecological interaction within a protected area and about the cultural survival of a traditional farming community. The main purpose of this paper is to adapt the four pillars of multifunctionality proposed by Carneiro and Maluf (2003) in a schematic way thus, creating a framework to analyse its consistency towards the theoretical approach.

The paper introduces background literature on the theoretical approach of multifunctional agriculture throughout the world. The Brazilian lenses towards multifunctionality of agriculture is presented, rural Brazil is discussed, the case study is analyzed and conclusions follow.

Introducing the case study

The case study is a traditional population, Quilombolas, who are descendants of the Brazilian slavery period. It comprises a total of 23 families, the community is located at Vale do Ribeira region of São Paulo state. Mandira territory (2.054, 65ha) is communal land owned by Quilombolas (ITESP, 2002) living in the area for approximately 143 years. After abolition in 1888, slave descendants were immersed in a cycle of oppression, land access prohibition and marginalization. Mandira patriarch, an ex-slave, inherited land from a white half-sister. Land conflicts occurred in the past, and forced many members to sell their land and leave the territory. Recently, in 2007, the Brazilian National Policy for the Sustainable Development of Peoples and Traditional Communities recognized the "remnants of quilombos" as a particular group and through a public policy initiative, assured them of land tenure. The remanents of Mandira community have been given land tenure (SÃO PAULO 2002; ITESP, 2002) and are recognized as a traditional population receiving some government support and projects.

Mandira community are co-managers of governmental protected area called Mandira Extractive Reserve (MER). The Atlantic forest of the region is designated an Atlantic Forest Biosphere Reserve (DIEGUES, 2007). There are approximately 1.2 million

hectares of forests; 190,000 acres of; 30,000 hectares of mangroves and 200 km of coastline cut by a complex of beaches, estuaries, islands and forest. Much of this territory is under legal protection because of its important biodiversity, cultural, speleological and archaeological heritage. The State Park Jacupiranga borders the right bank of Mandira River. The community's land is a buffer zone to the aquatic area (1.175 ha.) that became the MER. It is intertwined with the Federal Environmental Protection Area Iguape-Peruíbe-Cananéia and the State Park Lagamar of Cananéia and State Park of Ilha do Cardoso. Mandira people have been granted long-term usufruct rights to natural resources that they collectively manage. MER is not inhabited, neither used for logging purposes

In the 1980's this region's mangroves were being exploited through unsustainable practices putting at risk the whole ecosystem. Many locals used to extract oysters directly from the mangrove and sell them for little return. In 1994 the government launched a regional project of oyster cultivation assisted by researchers and the Fisheries Institute of the State of Sao Paulo. It aimed for sustainable practices related to oyster farming, including managing cultivation directly in the mangrove, and the empowerment of fishermen who were being pressured by large competing enterprises. There was also the creation of a cooperative which would improve the oyster market value, COOPEROSTRA. Economic activities are based on oyster cultivation, traditional farming and tourism managed collectively. Visitors are school groups, university students, researchers and people interested in the Quilombola culture. Since the 1990s oyster cultivation is the main economic activity of the community. In 2002 the cooperative received the Equatorial Initiative prize from the United Nations, international recognition for its sustainable use of the environment.

A Country of diversity

The impetus for massive export drives agricultural activity in Brazil and is the dominant focus for public policies (CAZELLA ET AL, 2009). Brazil has been a major goods exporter of coffee, orange juice, soybean, sugar, tobacco, paper and cellulose, and meat (FAVARETO and TRENTINI, 2011:4). In 2004 it became a leader in exports where one fifth of the meat sold internationally originates from Brazil and is commercialized to 180 countries (BRAZILIAN MINISTRY OF AGRICULTURE, 2015). Coffee, for example, is exported to Germany, USA, and Italy at 32% of the world market.

In Brazilian rural space there is a great disparity between small and large farm holders. The fact is important to understand how Mandira people are inserted in the agricultural Brazilian context. The national average area of a family farm is around 26 ha. (BUANAIN, 2007). On the other hand, the average size of a large farm is around 433 hectares. Large farm holders represent only 15.6% of the total establishments in Brazil

(IBGE, 2006). Large farm holders occupy more area and employ less people. European agricultural holdings, for example, indicate that historical patterns of occupation and landscapes are diverse and are smaller in comparison to Brazil. Also, historically Brazilian large farm holders have been receiving more credit and subsidies through directed public policies.

As an example, in 2012/2013 the Agricultural Plan provided approximately R$ 115 billion Reais for entrepreneurship on large farms and R$ 18 billion Reais for small farm holders' entrepreneurship even though, there is a larger number of small farms (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 2014). The Agricultural Census of 2006 recorded 5, 2 million small farm holdings (which vary in size from 5 to 100 ha to in Brazil depending on the state), 40% of them measuring 5 ha. During that time, small farmers represented 84% of all Brazilian rural holdings (BRASIL, 2018). Importantly, family farming is of great social and economic importance to the country including the production of (87%), cassava crops, (70%) beans, pig farms (59%), and milk production (58%), among others. Small farm holdings are very productive and responsible for growing more than 50% Brazilian food products (BRASIL, 2018). Recent Studies show that nowadays small scale agriculture is also responsible for the production of commodities (CONTERATO, 2008; BAZOTTI, 2016).

Brazilian rural dynamics may be interpreted based on the Demographic Census (IBGE, 2010) which identified 81% of the Brazilian population living in urban areas in the year of 2000, and by 2010 this percentage increased to 84%. Factors that may be part of this depletion may include the government's lack of incentive for greater investment in public policies, of the territorialization of agribusiness and devaluation of peasant identity among others (DE ARAÚJO ET AL, 2018). The reports of the Project "Rururbano" elaborated from studies in Brazilian rural areas between 1981 and 1999 indicate that families who are dedicated exclusively to agricultural activities are decreasing rapidly, accompanied by a growth of families engaged in non-agricultural activities since the mid-1980s (GRAZIANO DA SILVA, 2002). Consists of modern agriculture based on commodities linked to agribusiness. There are also a set of nonagricultural activities related to housing, leisure, industrial activities and services, and new agricultural activities stimulated by niche markets. In short, the rural areas in Brazil have undergone changes.

Nontheless, these changes may re-inform a multifunctional perspective of agriculture. As an example, communities associated with the regional network of small farm holders in Santa Catarina State (MORUZZI and LACERDA, 2008). In 1996, the association of ecological farmers (AGRECO) encountered significant challenges in rural spatial dynamics relating to their production activities, processing and marketing of organic food. The Association Acolhida na Colônia in Santa Catarina State implemented a set of activities for the maintenance of families in the rural areas by valuing farming activities and encouraging

agritourism (MORUZZI and LACERDA, 2008). The agritourism circuit covers about 80 municipalities in the territory of Encostas da Serra Geral of Santa Catarina State, the landscape is valued aesthetically and for productivity, and there is collective effort to reduce environmental impacts. The association maintains reforestation practices through local associations and their institutional arrangements. According to Moruzzi and Lacerda (2008), multifunctional values are evidenced in the conservation of natural systems, the recovery of degraded areas, reduction of pesticide use, and healthy eating. The improvemet in farmers' economic well-being is associated with maintaining a variety of rural activities, and encouraging and reinforcing knowledge exchange due to agritourism. A more recent study (NAVAS and KANDIKADAN, 2017) contains a social analysis of multifunctionality of agriculture. Another example, the rural settlement of Monte Alegre-SP examined by Gavioli and Baptista Costa (2011) identifies agriculture creating benefits beyond agricultural production by promoting territorial cohesion, food security maintenance, and conservation of agricultural biodiversity which embody a reconstruction of a rural way of life.

Some academic production about the theme is identified in Brazil, mostly in the impetus of propagating the perspective among other scholars and the engagement of some academics among international research groups. There is some impetus in academic circles to identify the skill base associated with perpetuating multifunctional agriculture and encourage interest in re-asserting a 'stepping stone' towards a different social order. The perspective though, fits perfectly for the Brazilian reality because of the social disparities in rural areas, the large amount of rural family holdings which are economically threatened by large enterprises and the lack of environmental control in rural areas. It also may counter the increasing global trend to migration for urbanization, dispossession from land, and land-grabbing of territory by other nation-states.

Material and methods

The investigation occurred in the years of 2011, 2012 and 2013. In 2011 there were 4 different data collections, three different periods in 2012 and one week in 2013. There were telephone interviews in 2015. Fieldwork was also undertaken in Cananéia city and regional surroundings, interviews at Ilha do Cardoso State Park and trips to other Quilombola communities in the state of Bahia and state of São Paulo. The author lived in Mandira with one family for a week allowing a closer understanding of their daily routines. Overall the work included a total of 60 days in Mandira community. There are 23 families living in Mandira and all of them were interviewed.

Thematic analysis was utilized to create categories based on the four pillars of multifunctionality of agriculture elaborated by Maluf and Carneiro (2003) discussed in the

book entitled Para Além da Produção. The research involved interviews and questionnaires which investigated how multifunctional agriculture occurs in Mandira.The methods used were semi-structured interviews, field diary notations, ethnographic observation (DIEGUES, 1998) and participant observations. These methods were guided by existing anthropological studies (DIEGUES, 1998; DURHAM, 2004; CARNEIRO CUNHA, 2009). Four major questions based on each of the 4 pilars of multifunctionality of agriculture (MALUF and CARNEIRO, 2003) became a main framework for interviews, data search, notations and observations.

An example follows,

Question	Pillar
What are the indicators of socioeconomic reproduction within the families?	1.Socioeconomic reproduction of families
How are social and cultural fabrics being maintained and how are these issues associated with multifunctionality?	2.Maintenance of the social and cultural fabric
What is relevant as 'food security'?	3.Territory's capacity to grow its own food and commercialize products ('food security')
What are the practices that collaborate with preservation of nature?	4. Preservation of Nature

Questions included aspects of identity, territoriality, feelings of belonging, capital, sources of income, management of natural resources, everyday activities, collective organization, social interaction, activities performed by adults, children and juveniles, environmental preservation, religion and celebrations, eating habits, and commercialization of products. Most community members were interviewed in their homes and this step permitted to observe their household practices and daily routines. Some were interviewed while performing their daily activities. Local views and opinions about everyday life within the community and the logic of cooperation were noted in order to triangulate ideas and discussions.

Field observation captured data on work schedules, family ties, religious ceremonies, eating habits, community's organization, and interaction with tourists and students. Some further observation occurred where the researcher collected data through face-to-face interactions and participation in everyday tasks. For example, the author joined families in a day routine of oyster cultivation. Chats while preparing lunch for tourists, cleaning-up activities after tourists' departure and by participating in the group work of

making an artesanal curtain. There were many days of participative encounters with Mandira members. The research also involved meetings with the Extractive Reserve manager, meeting with the president of Mandira Association, chats with the ex-president and ex-members of the Oyster Cooperative. Oficial meetings with the Management Board of the Extractive Reserve Mandira which gathered public municipal/state officers, federal government and community members were attended were attended. Intense research occurred along three years.

Thematic categories for each different theme. Then they were analyzed alongside with specific literature for each pillar. There was literature review over the themes: territory, identity, social coherence and ecology (DIEGUES, 2001; BEGOSSI AVILA-PIRES 2003; SANTOS, 2000 AND CARNEIRO CUNHA, 2009). Initially the data was organized and separated. Then, data was coded according to each of the four Brazilian pillars of multifunctional agriculture (CARNEIRO and MALUF, 2003).

Figure 1: Extractive Mandira Reserve. Management

Source: Brazilian Ministry of Environment, 2011.

Results

The results are an analysis of the thematic framework ellaborated which tested the theoretical approach of multifunctionality of agriculture discussed by Maluf and Carneiro. Each of the four pillars corresponds to a theme that is explored with data and literature review. Parts of interviews are displayed along the results to reinforce de discussion over each pillar of the framework. The author believes it is important to show resident's viewpoint since it adds information and emphasizes elements related to the specific pillar being theoretically discussed.

The pilar of Maintenance of the social and cultural fabric in the Brazilian context, incorporates the idea of preserving and improving the living conditions of rural communities, and it also takes into account the processes of social identity formation through territory and subsequent social coherence (CARNEIRO and MALUF, 2003). It is embodied in the maintenance of the social and cultural fabric and multifunctional activities/agriculture of the communities. This investigation utilizes the interpretation of territory that is basis of work and residence, an arena for struggle among competing interests, but may also be the locus of possibilities for solidarity. Reflecting on this perspective, Mandira people engage in various kinds of cooperative work when the community receives tourists that correspond to the spirit of affirming and maintaining territory. Trails must be cleaned and tourist groups have to be guided by community members. There is a group of women who take turns in cooking activities and preparation of meals. Another group of women manufacture handcrafts and art products and manage the souvenir shop and store together. As an example part of an interview is shown below to demonstrate how the work is performed.

> *We take turns in the cooking team. Each different visiting group has a different cooking team except for the head cook. It is the same menu; we all know how to fry a fresh fish, rice, beans, oyster, salad, juice. (Interview female, age:47years, 2012)*
> *These curtains are part of our collective effort. We have new orders, so we get together to get things ready. Some of our products have been exhibited in fairs and exhibitions. We have made tons of cloth bags for sail and curtains. (Interview female, age:37 years, 2012).*

Mandira people are traditional land farmers, but in 1997 oyster cultivation became a new activity. The oyster cooperative unites members by providing direction around common objectives and results. Members must work together in the commercialization and distribution of oysters to restaurants along São Paulo's coast. They have to maintain all infrastructure associated with the reception, depuration and the packaging of the mollusks for the implementation of the cooperative project. This project included cultural exchanges between

government workers, researchers, and other professionals. In such way, oyster cultivation is an economic activity introduced in Mandira and it provides more jobs and financial opportunities to residentes. Interviewees showed to be very satisfied about being part of the oyster cooperative. These farmers perceive the importance of maintaining Mandira's agricultural practices. Interviews follows:

> *Be it today or in the future generation, our land is maintained, we continue our living way, that the culture of our community does not dissipate. [..] We want to show people to have respect for the traditional culture, the way we live. (Interview: female, age:19 years,2013)*.
> *Nowadays it is important to have public recognitions as Quilombola, yes; it reinforces our connection, our culture. Our way of living, the way of working, of producing, this is the culture of being quilombola. The seed is preserved, [...] the way of processing the products. Interview: male, age:45 years, 2013).*

Their comments indicate they value Mandira culture in relation to a connection with the land and agriculture. Interviews revealed that agriculture is a cultural activity, a 'heritage producer' and it relates ethnographic aspects, social identities, and cultural manifestations (DAUGSTADA ET AL, 2006) of importance to the whole group. Agriculture fundamental to their lives in the form of celebrations, food choice and connection with the land. Sabourin (2008) refers to agriculture performing cultural functions. It also promotes social coherence (CARNEIRO and MALUF, 2003). An example of social coherence is associated with the celebration of religious heritage. The majority of residents are Catholic and during all interviews respondents answered that the Santo Antonio celebration is the most important event of the year. This event celebrates crops and agriculture. Residents unite to celebrate this festival by having special food, folk music and dance. Other than this aspect, many of the families get together in the community's church to celebrate other special ceremonies and sing traditional repertoires. Some have been recorded and transmitted on national TV news.

Within the Mandira population seven people explained how they enjoy travelling and participating in fairs, events, and festivals associated with demonstrating Mandira cultural events. Many families enjoy visiting other quilombola communities in Brazil. Some members participated in national quilombola events. Many members mentioned that exchanging ideas about their culture with other Quilombolas and tourists is also very important. The three families who sell their products in the local organic market mentioned the importance of meeting other farmers through the regional agro-ecology network, creating new networks among people from diverse places. Many families enjoy visiting other quilombola communities in Brazil. Some members have participated in national quilombola events.

> *I have travelled to Bahia State and met other Quilombolas. We share ideas about our communities and the quilombola culture. Interview: male, age:50 years, 2012.*
> *I enjoy talking to different people (visitors), learning new things. (Interview: male, age:33 years, 2012.)*
> *I have travelled to tons of places and farms to exchange ideas of agroforestry systems. (Interview: male, 45 years, 2013.)*

Despite agriculture not being the center of activity for 19 of the Mandira traditional land-owning families for the last decade, it is critically important to their lives in the form of celebrations, food choice and connection with the land.

The pillar of Socioeconomic reproduction of families relates to income, job security, maintenance of people in the rural area, and retention of young people in the field (CARNEIRO and MALUF, 2003). In Mandira four families farm, two families are crab and clam collectors and 17 families have revenues from oyster commercialization. All families earn at least what is as equivalent to a monthly minimum wage. There isn't unemployment; all Mandira residents have activities related to farming, fishing or oyster cultivation or tourism, sometimes more than one activity. These are the means to achieve income or subsistence, guaranteeing job security.

> *Here we live well, there is food, fish, and oysters, and sometimes we plant. Interview: male, 2012. There is job for everyone, for those who want to work there is free mangrove to grow oysters.(Interview: male, 34 years, 2011.)*
> *We have improved our lives after the oyster cooperative. Oyter prices have gone up.(Interview: male 27 years, 2013.) Oyster commercialization has added to our monthly revenues. We are having extra money in the end of the month. (Interview, male 26 years, 2012).*

One of the important criteria central to the Brazilian multifunctional perspective is the maintenance of people in their rural area, to avoid a rural exodus which can lead to urban social, economic and environmental problems; and to maintain rural culture. Adams et al (2012) in research among various quilombola families in Vale do Ribeira Region (SP) noted that 37% of people over 25 years old migrate to cities. Of the 23 Mandira families researched from 2011-2013, five families have siblings over twenty-one years of age. These families' youngsters have moved from the community to nearby cities. Still in 2015, three community members married and had children, creating new Mandira families which are willing to stay in the territory. Importantly, all juveniles interviewed wished to continue to live in the community. If there are job opportunities in the community or surrounding areas, then the city is less attractive. In Mandira's case, agriculture and oyster farming is not sufficient to sustain or retain young people in the field, no matter its potential markets. Rather, tourism has been attracting a few young families to stay in the territory.

The pillar of the Capacity of territory to grow its own food and commercialize products. According to Carneiro and Maluf (2003), multifunctional agriculture enables food consumption, commercial food production, marketing channels, productive technical options and healthier eating. This pillar includes food utilization, affordability and availability. In relation to Mandira families, in the past raditional crops in Mandira were cassava, sweet potato, sugarcane, beans, corn, rice, coffee, pumpkin and cucumber (CARDOSO, 2008). Life was based on agriculture. After some government imposed agricultural prohibitions and the advent of the oyster cultivation project providing cash income, most of the families diminished their farming practices. Nowadays, a few fruit trees, herbs and some vegetables are grown by the majority of the population. Natural, herbal teas which many times replace the purchase of medicines are grown in their local gardens. Chickens are grown by several families. Meat is purchased in markets or stores. Oysters were eaten with more frequency in the past; nowadays there is priority to sell them because there has been less production as the river warms due to climate change. Therefore, oysters are consumed locally only on special occasions. Rice and beans are the two other main food sources among Mandira families. Fish is part of all Mandira residents' daily protein intake and it has always been. The majority of the 19 Mandira families said: There is fish, rice and beans every day. Sometimes we eat chicken or meat.

Four families are fully dedicated to farming the land and they don't cultivate oysters. They grow a variety of food products such as: manioc, bread, tangerines, bananas, lettuce, cabbage, chicken, manioc, beans, carrot, palm heart, honey, tangerines, onions and also raise animals, pigs, chicken, cattle. These four farming families have access to a variety of products that are not part of the daily diet of the remaining families who have smaller orchards. These families have primary access to a more diversified and healthy diet. They have a richer diet with milk, vegetable, fruit and egg consumption. They also grow rice and beans, which are the two other main elements of daily dietary intake of Mandira people considered by Brazilian nutritionists as a complete, healthy food combination.

Also, three families grow various food products that are sold at the weekly Cananéia organic market.

> *[…] our family harvests good quality products not only for subsistence; we sell in the city market. Here we have a diversity of production, bananas, pupunha, there is an agroforest with coffee, Juçara palm heart, and we have lots. I work with an orchard and apiculture. Some fruits are turned into alcoholic beverages, liquors. We also have chicken, turkey, different bird species. (Interview, 37 years, 2013).*

In the community products are harvested without the use of pesticides, because they are prohibited in Mandira territory since it is an area of preservation. Water for irrigation

comes directly from natural springs or surrounding areas of the Extractive Reserve. Food is free of chemicals, which makes the diet healthy and pure. The Brazilian perspective of multifunctional agriculture follows Holmes (2006) principles of the land providing a central medium through which all aspects of life are mediated and economic considerations are merely part of a holistic relationship. Likewise, agriculture, oyster farming and fishing in Mandira enable the ability of the territory to afford healthy food.

Products are also commercialized through the Cananéia Network as well. This network stimulates practices of solidarity and social justice. In this case, there is food commercialization and marketing channels (CARNEIRO and MALUF, 2003) in Mandira. Another aspect of multifunctionality is the process of depuration and packaging of oysters by Mandira members. Consumers are informed of the product's origin—adding to the sense of local identity and establishing a brand among consumers associated with a conservation area and traditional people. Interviews during 2011 and 2013 reveal that all the community members consider the oyster project as a satisfactory form of diversification of their labor. Oyster farming is a further diversification of farming activity note in defining multifunctional agriculture. Multifunctionality therefore includes access to natural resources such as oysters and food products, healthy food, commercialization of products and Cananéia Network.

The pillar Preservation of Nature was analysed as follows. It considers that the region includes the Biosphere Reserve of the Atlantic Forest (DIEGUES, 2007). It is a green belt of biodiversity and cultural heritage, due to the existence of traditional and indigenous communities, many of whom have lived in these remote areas for several decades. According to Diegues (2001) there is historical evidence of Brazilian traditional fishery populations preserving the biodiversity of coastal ecosystems. Diegues (2001) states that in different countries the exclusion and expropriation of local communities who once occupied protected areas has led to increasingly severe ecological and social impacts. Begossi (2003) and Diegues (2001) describe a continuing and harmonious coexistence between nature and traditional Brazilian populations. Mandira people are an example. They were instrumental in the creation of the Extractive Reserve in 2002 (MER) and this may be considered an extension of their relationship to the territory around them. They struggled with the government for 13 years for the creation of the MER in order to guarantee the preservation of nature (MMA, 2010). Mandira people have a tight relationship with nature and a sense of belonging to the territory.

The population is responsible for ensuring that other people do not enter the reserve and withdraw natural resources or cause ecological impact, as Mandira people are the only ones to have legal permission to fish, cultivate oysters and utilize the natural resources of the MER. The extraction of oysters, clams and crabs are government controlled and respects reproductive cycles and the animals' mature size for commerce. The community's careful

cultivation of the oyster is an action that demonstrates their concerns to preserve biodiversity since the mollusk continues to reproduce while being cultivated, thus, contributing to the reproduction of the species in the mangrove.

Also, in the past years, at least six families have been voluntarily planting Juçara palm trees, (Euterpe edulis) in the forest. This native tree of the Atlantic forest was once threatened by extinction basically because of the commercialization of palm heart. Mandira residents know the importance of preserving the tree and its importance for the lives of many birds and other forest animals. The population has a thorough knowledge of natural resources, the breeding seasons of species and a timetable within which to integrate and background the various uses of these ecosystems. Families state that agro-ecology practices help them understand more about nature's processes and preservation. Interviews and field observation reveal their respect for nature and the preoccupation of creating fewer residues, waste products and making best use of natural resources.

Discussion

The community has been recognized by Brazilian society and government to be a traditional population playing an important role in preserving the environment. Therefore, taking into consideration the interviews and field work, environmental preservation is a reality in Mandira community. Holmes (2006) states that agriculture has always produced a wide range of services, it is historically multifunctional and for "traditional owners and subsistence societies seeking to maintain their culture, occupying land continues to be founded on embedded, intrinsic multifunctional values". Agriculture and oyster farming are providing well-being for the Mandira population as evidenced through the socioeconomic reproduction of families. Adults over 40 years of age are able to reside in the rural area and maintain their traditional celebrations, rural lifestyle, their contact with nature and their social relations. Religious celebrations, as well as, the Quilombola culture reflect this connection with agriculture. Agriculture in Mandira contributes to sustaining ethnicity, managing resource utilization and building farming knowledge (DAUGSTADA ET AL, 2006), and this in turn, contributes to maintaining local culture.

Agriculture is partially fulfilling the capacity of the territory to produce its own food, and certainly demonstrating that the members could do it at a larger scale if they wished to do so. In the past, production from the land provided enough food for the residents, but the community is satisfied with the oyster project as a form of diversification of their labor. It is associated with quality food provision is taking place at four rural holdings. Oyster farming incentives have diversified the options for income generation within the local economy and also led to a diminishing of farming among most families of the case study. But this has not

undermined the overall local production system because some families maintain cultivation of local food for themselves and the local market. The community's cultural background reinforces the importance of managing the land and MER and traditional agricultural practices associated with small sized holdings and culturally important foods for future generations.

The case shows the complexity of this everyday enactment, with diversity of responses within and among families and their involvement with agriculture and oyster culture. In relation to the four pillars defined by Carneiro and Maluf (2003), the Mandira case study reveals: Staple products like rice and beans, which were planted in the past, can be planted collectively. Some families may join the existing organic network Rede Cananéia and this would increase the community's resilience capacity. The advantage to the Mandira community is that they can always resume farming if they stay connected to the land and river and that is partly because they have maintained the protected area as part of their territory. The MER contributes to a multifunctional landscape because people have diversified their activities and it sustains their local production. Interestingly, the agricultural families appear to be a buffer for the rest of the community, and their capacity to engage in diverse activities associated with the land and river is a benefit to the community as a whole.

Conclusion

For future studies, social elements discussed should be also verified with indexes and quantitative data. Mandira case study demonstrates multifunctional agriculture as part of their daily livelihood repertoire and provides the impetus and diversified income which keeps them in the rural area. An agriculture visibly connected to the environment, quality of food, fair trade, and maintenance of traditions. This specific Brazilian case study contributes to emergent debates in rural development since it reflects global rural trends.

The methodology was elaborated as part as a doctoral thesis. The Brazilian perspective towards the theoretical approach has been quite diferent from studies worldwide. This study suggests that multifunctional agriculture can support social concerns and also cultural heritage aspects. The Brazilian approach to multifunctionality of agriculture emphasizes the social function of agriculture where people are encouraged to stay in rural areas perpetuating traditional activities, their social ties and growing their own food. This study reafirms how agriculture may contribute to the production of regional products, promotion of agritourism, and agroecological practices. The aliance of preservation values and ecological practices dimishing the pressure of agriculture over the environment. In such way, agriculture performing social and ecological functions. It was very important to evaluate

the four pillars of multifunctionality of agriculture in a schematic way within a framework of analysis which allowed testing the theoretical approach.

References

ADAMS, C et al. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecology: An Interdisciplinary Journal.** 2012

ARAUJO, A et al. Juventudes camponesas: protagonizando esperanças, emancipando sujeitos. **Revista NERA,** Presidente Prudente, v. 21, set. -dez. 2018, 16-133 p.

ARGENT, N. Trouble in Paradise? governing Australia's multifunctional rural landscape. **Australian Geographer**, 42:2, 2011, 183-205.

BARBIERE, C. A., VALDIVIA, C. Recreation and agroforestry: Examining new dimensions of multifunctionalityin family farms. Journal of Rural Studies, 2010, 465-47 p.

BATIE, S.The Multifunctional Attributes of Northeastern Agriculture: A Research Agenda. **Agricultural and Resource Economics Review** 32/1, 2003.

BEGOSSI, A., AVILA-PIRE, F. Latin America and Brazil: biodiversity and indigenous peoples. **Environment, Development and Sustainability**, v. 5, 2003, 179-195 p.

BJORKHAUG and RICHARDS. Multifunctional agriculture in policy and practice? A comparative analysis of Norway and Australia*.* **Journal of Rural Studies,** 2008, 98-111 p.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: 2006.

BRASIL. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação / Ministério do Meio Ambiente. 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Manejo do Mandira. 2010

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Rural na Agricultura Familiar. Portal da Cidadania, 2010.

Brazilian Ministry of Agriculture. Internacional. http://www.agricultura.gov.br Access: July, 2015.

BUANAIN, A. **Agricultura, Instituições e Desenvolvimento Sustentável Agricultura Familiar e Inovação Tecnológica no Brasil: Características, Desafios e Obstáculos.** Campinas: Unicamp, 2007.

CARDOSO, T.A. **A construção da gestão compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia, SP**. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Departamento de Hidrobiologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos,130 p., 2008.

CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Anais XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Natal. Agosto 1997.

CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. (orgs). **Para Além da Produção, multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro: Maud. 2003

CAZELLA, A. et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COTRIN et al. **Rev. Fac. Agron. La Plata**, v. 116, 61-72p.

DAUGSTADA, K. et al Agriculture as an upholder of cultural heritage? Conceptualizations and value judgements—A Norwegian perspective in international context**. Journal of Rural Studies**, 2006, V. 22, 67–81 p.

DAUGBJERG, C., SWINBANK, A. Designing Durable Policy Reforms: Gradual Layering in the EU's Common Agricultural Policy over Three Decades. Workshop: Design and Non-Design in Policy Making: When and How Policy Design Matters, 2015.

DEGUIGNET et al. United Nations List of Protected Areas. UNEP-WCMC: Cambridge, UK,2014.

DIRIMANOVA,V. 2011. Multifunctional Agricultural and its Impact on Rural Development in North Eastern Bulgaria. **Journal of Sciences**, Plovdiv, Agricultural University of Plovdiv, Bulgaria, Vol 9, 60-63 p.

DIEGUES, A.C.S. **The Myth of Untamed Nature in the Brazilian Rainforest**. Editora Hucitec: São Paulo,1998.

DIEGUES, A.C.S. **Deforestation and Livelihoods in the Brazilian Amazon.** Editora São Paulo: São Paulo.1997.

DIEGUES, A.C.S.Traditional fisheries knowledge and social appropriation of marine resources in Brazil. Mare Conference: People and Sea, Amsterdam: Aug/Sept,2001.

DIEGUES, A.C.S.Marine Extractive Reserve in Brazil : A challenge for sustainable use of coastal/marine resources in Tropical Countries. Keynote speech at Wiomsa, Durban-South Africa,2007.

DOBBS, T. and PRETTY, J. Agri-Environmental Stewardship Schemes and "Multifunctionality". **Ecological Agricultural Economics**, 2008, 765 – 775 p.

DURHAM, E.**A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. Editora Cosac Naify: São Paulo, 2004.

GAVIOLI, F., COSTA, M. As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **RESR**, vol. 49, nº 02, 2011, 449-472 p.

ERNEST, R., 2005. The Spanish Approach to the Multifunctionality of Agriculture: a survey of the Literature. Roczniki Akademii Rolniczej w Poznaniu – CCCLXV.Department of Applied Economics II of the University of Valencia, 2005.

ESTADÃO. http://www.estadão.com.br Espaço Economia &Negócios. Acess: Feb, 4, 2013.

FAVARETO, A., Trentini, F. 2001. Changes in the Brazilian Rural Panorama and their Implications. Commission II. National Report –Brasil_. XXVI European Congress and Colloquium of Agricultural Law. Bucharest, 2001, 21-24 September.1-16p.

GRAZIANO DA SILVA, J.et al. O que há de Realmente Novo no Rural Brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. **El nuevo mundo rural brasileño**. vol. 1, Alasru:México, 2005, 47-68p.

Holmes, J. Impulses towards multifunctional transition in rural Australia: Gaps in the research Agenda. **Journal of Rural Studies**, Penrith. v. 22, 2006, 142-160p.

IBGE, 2010. http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia

IPEA. www.ipea.gov.br. 2000.

JAN DOUWE VAN DER PLOEG et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory**. Sociologia Ruralis**, 2000, Vol 40, Number 4.

HYYTIA, N., KOLA, J. Citizens' attitudes towards multifunctional agriculture. Department or Economics and Management.99th seminar of the European Association of Agricultural Economists, Denmark, 2005, August 24-27.

LAPKA, M., CUDLI NOVA, E. The emerging role of post-classical approaches in agriculture and their possible application: Case from Nove´ Hrady, Czech Republic. **Ecosystems and Environment**, 2007, 373–382p.

MARTINS, M.R.; CONTERATO, M.A., 2013. Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.1, 269-284p.

MORGAN, A. et al. Agricultural multifunctionality and farmers' entrepreneurial skills: A study of Tuscan and Welsh farmers. **Journal of Rural Studies**, 2010, 116–129p.

MARQUES et al. **Rev. Cult. Ext. USP**: São Paulo, v. 18, 13-23 p.

MARQUES P.E.M, P. Lacerda, T. Agricultura Orgânica, Representação Territorial e Reprodução Social da Agricultura Familiar. Revista Ruris: Centro de Estudos Rurais. 2008 V. 2 n. 2, 242p.

KANIKADAN, S.; SILVA, R. O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL). **Revista NERA**, 2017, v. 20, p. 273-293p.

Rural Development Programme – Sicilia; acessível em : http://www.psrsicilia.it/bozzapsr/avvioconsultazionevas/Programma_di_Sviluppo_Rurale_Sicil ia-2014-2020%20-22_luglio-2014.pdf**,** 2014.

REIG, E. The Spanish Approach to the Multifunctionality of Agriculture: a survey of the Literature. Roczniki Akademii Rolniczej w Poznaniu – CCCLXV from Department of Applied Economics II of the University of Valencia, 2005.

SABOURIN, E. Renovação dos instrumentos de desenvolvimento e extensão rural: reflexão sobre métodos e políticas públicas. **Sociedade e Desenvolvimento Rural,** 2008, V2. Num.1.

SANTOS M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2000.

WILSON, G.A. From 'weak' to 'strong' multifunctionality: conceptualising farm-level multifunctional transitional pathways. **Journal of rural studies** v. 24, Issue 3, Jul, 367–383p.

SCHIMMENTI et al. **Rivista di Economia Agraria**, Anno LXXI, n. 1 (Supplemento). Firenze University Press, 2016.

About the author

Tarita Schnitman – Bachelor of Administration. Master in Geography and Environmental Studies from the University of Haifa - Israel. PhD in Applied Ecology from the University of São Paulo (USP). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-2913-0402.

How to cite this article

SCHNITMAN, Tarita. Multifunctionality of agriculture: a Brazilian perspective. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 21-40, jan.-abr., 2020.

Received for publication on July 23, 2019.
Accepted for publication July 27, 2019.

O *Boom* e Estouro da Bolha das *Commodities* no Século XXI e a Agroindústria Canavieira Brasileira: da Mobilização à Crise do Trabalho[1]

Fábio Teixeira Pitta
Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: pitta.fabio@gmail.com

Ana Carolina Gonçalves Leite
Universidade Federal de Pernambuco – Recife, Pernambuco, Brasil.
e-mail: carolinavecchia@gmail.com

Erick Gabriel Jones Kluck
Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: erick@usp.br

Resumo

A expansão da agroindústria canavieira das últimas décadas no Brasil carrega em sua dinâmica os paradigmas que permitem uma reflexão sobre o próprio processo de territorialização do capital cada vez mais financeirizado. As transformações recentes de ordem produtiva tais como as relações de trabalho, expansão em área e produtividade, endividamento e crise de tal agronegócio, no estado de São Paulo e outros da região Sudeste, são apresentados no presente artigo. Com ele, tentamos mostrar como a reprodução ampliada do capital se desdobra numa contraditória dinâmica de expansão produtiva, crise do trabalho e dependência cada vez maior de capital fictício, balizados quase sempre no Estado, e como isso envolve outra dinâmica, relativa à mobilidade do trabalho e urbanização recente de cidades dependentes da dinâmica desse setor, o que diz respeito, na verdade, à pergunta acerca da reprodução da socialização sob relações capitalistas como um todo, no momento de sua crise.

Palavras-chave: Agroindústria canavieira; financeirização da agricultura; bolha das *commodities* e sua crise; mobilidade do trabalho.

The Commodity's Bubble Boom and Burst in the 21st Century and the Brazilian Sugarcane Agroindustry: from labor mobilization to its crisis

Abstract

The sugarcane agroindustry expansion in the last decades in Brazil contains in its own dynamics the paradigms that allow the reflection on its more and more financialized process of capital territorialization. The recent productive transformations in this agroindustry will be presented in this article regarding: the labor relations, the area and productivity expansions of sugarcane production and the indebtedness and crisis of the agribusiness related to this economic sector, in São Paulo state and other states in Southeast of Brazil. Thus, we intend to highlight how the amplified reproduction of capital unfolds itself in a contradictory dynamic of productive expansion, labor crisis and fictitious capital determination, supported almost always by the State. Such a dynamic also involves another contradiction related to the labor mobility and the recent urbanization of cities that are dependent to this sector of the

[1] Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo número 2016/08587-9), Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPESP) e Capes.

economy, what has to do with the issue around the form of social reproduction that is immanent to capitalist relations as a whole, in the moment of its crisis.

Keywords: Sugarcane agribusiness; financialization of agriculture; commodity bubble and its crisis; labor mobility.

El *Boom* y el Estallido de la Burbuja de las *Commodities* en el Siglo XXI y la Agroindustria Brasileña de la Caña de Azúcar: de la Movilización a la Crisis del Trabajo

Resumen

La expansión de la agroindustria de la caña de azúcar de las últimas décadas en Brasil lleva en su dinámica los paradigmas que permiten una reflexión sobre el proceso mismo de territorialización del capital cada vez más financiarizado. Las recientes transformaciones del orden productivo, como las relaciones laborales, la expansión del área y la productividad de la producción de caña de azúcar, el endeudamiento y la crisis del agronegocio en torno a esta actividad, en el estado de São Paulo y los estados que la limitan, se presentan en este artículo. Con él, intentamos mostrar cómo la reproducción expandida del capital se desarrolla en una dinámica contradictoria de expansión productiva, crisis del trabajo y dependencia creciente del capital ficticio, casi siempre referenciado en el Estado, y cómo esto involucra a otro, relacionado con la movilidad del trabajo y la reciente urbanización de ciudades dependiente de la dinámica de este sector, que se refiere, de hecho, a la cuestión de la reproducción de la socialización bajo las relaciones capitalistas en su conjunto, en el momento de su crisis.

Palabras-clave: Agroindustria de la caña de azúcar; financiarización de la agricultura; burbuja de las commodities y su crisis; movilidad del trabajo.

Introdução: formação e mobilização do trabalho no Brasil

As recentes transformações ocorridas – sobretudo em São Paulo, mas se expandindo também para estados que fazem divisa com este – nas relações e condições de trabalho dos safristas cortadores de cana-de-açúcar, popularmente conhecidos como bóias-frias, respondem, sem dúvida, ao processo que redesenhou os termos da produção canavieira no Brasil, no século XXI: ampliação da produção em volume e em área, expansão das lavouras para terras de renda diferencial inferior, ocupadas, antes, por exemplo, com pastagens e, por fim, a pronunciada mecanização da colheita.

Vale o destaque de que tal expansão enquanto territorialização recente da lavoura canavieira, no século XXI, por sua vez, ocorreu de forma extensiva e intensiva, ou seja, representou não apenas aumento da área ocupada, como também o aumento da produtividade média dos canaviais, assim como redução dos postos de trabalho como efeito do processo desta mecanização (PITTA, 2016; PITTA & MENDONÇA, 2018). Destacaremos no presente artigo as determinantes deste processo e suas consequências no que concerne à mobilidade do trabalho, ou seja, à migração e à intensificação e formas de ser do trabalho

na produção canavieira ao longo da bolha das *commodities*, de 2002 a 2011/2012 (GIBBON, 2013).

Desde que se iniciou o estabelecimento das lavouras canavieiras integradas à produção industrial a montante (indústrias de bens e insumos para a agricultura) e a jusante (usinas onde são processados o açúcar e o etanol), por volta da segunda metade do século XX, no Brasil (THOMAZ Jr., 2002), as transformações que impactaram seus trabalhadores não estiveram restritas ao campo. Inclusive porque a reprodução dos mesmos assim como a realização de diferentes momentos que reproduzem o setor identificado como "agronegócio" ocorre nas cidades e, mais que isso, participa da produção do espaço urbano. Contextos como este passaram a exigir uma atenção sobre o processo de urbanização que extrapolasse espaços metropolitanos, cidades que polarizam regiões, etc. Essa atenção coloca problemáticas importantes como a das cidades médias (SPOSITO *et al*., 2007) e do agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2007).

Ao ampliar nossa leitura a partir da consideração de que inúmeros trabalhadores do setor canavieiro são migrantes, temporários ou não, e de que a mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) é o que dá fundamento às migrações modernas, apontamos ainda que a própria constituição dos espaços rurais e urbanos, e da separação entre eles, foi desdobrada historicamente do processo de modernização que teve e tem como momento necessário a mobilização do trabalho. Assim, podemos sugerir que desde o rural, a modernização produziria o espaço urbano ao passo que consolidava também o primeiro como rural. E produziria ainda as migrações, dirigidas desde o primeiro para este último. Ou, mais conceitualmente, podemos sugerir ainda que a mobilidade do trabalho produz espaço como condição de sua reprodução futura (deslocamentos incluídos aqui).

A formação dos bóias-frias expõe precisamente essa dinâmica. Na produção cafeeira que antecedeu a formação das referidas lavouras canavieiras pelo chamado Oeste Paulista as fazendas eram o *lócus* da produção ao passo que também abrigavam as moradias de trabalhadores e, além deles, dos proprietários que não haviam se tornado absenteístas, deslocando suas residências para os núcleos urbanos do interior ou para a capital. Mais precisamente, a inserção dos trabalhadores naquelas fazendas cafeeiras, além de trabalho e moradia, incluiu, ainda, condições para a produção direta dos meios de sobrevivência responsáveis por assegurar a reprodução familiar, mediante a feitura de roças e criações. Conhecida como colonato, a relação de trabalho vigente em tais fazendas (do final da escravidão, em 1888, até a metade do século XX) unia ganhos monetários pelo trato dos cafezais com acesso à terra, muito embora controlado pelos proprietários, de modo que aquele trabalhador não pode ser entendido, sem mais, como assalariado (MARTINS, 2000). O caráter contraditório da relação de trabalho, por sua vez, demonstrava o caráter contraditório das condições de acumulação das próprias fazendas cafeicultoras. Em um

contexto de expansão da cafeicultura para o Oeste Paulista e, portanto, de abundância relativa de terras “livres”, por um lado, enquanto havia falta relativa de trabalhadores, por outro, contra a qual se tentava impor, como política de colonização sistemática, o incentivo à imigração massiva, a relação de trabalho assinalada tratava de assegurar que a acumulação de capital não esbarrasse nem em altas salariais, nem na possibilidade do trabalhador produzir exclusivamente para si ao invés de produzir para as fazendas, encontrando-se aberta ainda a fronteira no Brasil (BOECHAT, 2009).

O processo de industrialização das relações de produção no campo, presidido pela assim chamada Revolução Verde, iniciada na segunda metade do século XX também já no Brasil (CAMARGO, 2010), tornaria, sem embargo, a descrita dinâmica de acumulação antediluviana. Como esforço de mitigação da crise de superprodução ou, melhor, de sobreacumulação em curso nas economias ponta de lança da industrialização, a chamada exportação de capitais veio reorientar a posição de países que historicamente haviam sido relegados à condição quase exclusiva, primeiro, de colônias de fornecimento de gêneros agrícolas tropicais e metais preciosos e, depois, de países exportadores de matérias-primas (OLIVEIRA, 1977) para o mercado mundial. Atrelada à implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que garantiria o consumo produtivo dos insumos e maquinários produzidos, a referida industrialização transformaria as feições do campo não só no aspecto técnico, entendido de maneira restrita, mas precisamente com respeito à relação de trabalho e condições de acumulação: as terras mobilizadas pela produção dos meios de vida pelos trabalhadores ganhavam incorporação rentável na produção cafeeira em virtude da utilização de insumos enquanto os próprios trabalhadores ficavam relativamente desnecessários pelo uso de maquinários. As fazendas restringiam-se apenas como *lócus* da produção. As cidades urbanizavam-se pela constituição de um mercado de trabalho que por fim superaria a necessidade daquela antiga dinâmica regional de mobilização do trabalho (BOECHAT, LEITE e TOLEDO, 2017), pela industrialização a incorporar de tal modo a agricultura que o conjunto passaria a ser identificado como complexo agroindustrial (DELGADO, 2012) e, ainda, pela centralização de infraestrutura, bens e serviços necessários à modernização da produção mercantil e sua reprodução.

O presente artigo, assim, ao apresentar a agroindústria canavieira brasileira e sua particularidade paulista, dá destaque ao processo de formação e crise do trabalho do assalariado da cana-de-açúcar, o bóia-fria. Desta forma, podemos apresentar o trabalho como socialmente constituído no capitalismo e passível de crítica. A formação e crise do trabalho é parte constituinte da sociedade capitalista, aqui entendida como mediação dos homens por meio das mercadorias, uma *objetividade social fantasmagórica* (MARX, 1986 e KURZ, 2019), caracterizada por sua unidade na contradição entre valor e valor de uso (MARX, 1986). A produção, troca e consumo de mercadorias, assim, se apresenta como

determinada pela valorização do valor por meio da exploração do trabalho, mas aparece socialmente objetificada como se sua finalidade fosse a satisfação de necessidade humanas por meio das coisas, o que naturaliza o trabalho e esta forma de sociedade mesma.

A contradição acima referida, então, define a sociabilidade capitalista e se desdobra em processo histórico, que nunca se repete da mesma forma. A apreensão da contradição em processo possibilita a compreensão de tal sociabilidade como totalidade concreta (MARX, 2008, p. 259), ou seja, ao partirmos das categorias do pensamento mais abstratas e as tensionarmos dialeticamente com o movimento histórico da própria sociedade, cabe então formularmos que tais categorias são socialmente determinadas. Ao apresentarmos por meio da expansão e crise da agroindústria canavieira brasileira a formação e crise do trabalho, pretendemos, assim, através de um procedimento metodológico dialético de formulação do capitalismo como totalidade concreta, destacar a necessidade de superação do que foi socialmente constituído e ao qual estamos submetidos: a sociedade do trabalho e sua mediação pela mercadoria[2].

O bóia-fria superexplorado e sua constituição social no capitalismo brasileiro

A constituição das cidades anteriormente referidas ocorre a partir da referida expansão cafeeira, não à toa chamada de “sementeira de cidades” (MONBEIG, 1984), em um processo que sofrera já uma importante inflexão na década de 1930, como decorrência da intersecção entre sistemáticas crises de superprodução da cafeicultura e crise mundial. Ao olhar de modo mais detalhado, entre as respostas a esse processo sobrevieram a incorporação da pecuária e a diversificação da agricultura, com laranja, algodão e, inclusive, com cana-de-açúcar, foco das nossas atenções neste artigo, além do progressivo parcelamento das grandes fazendas dando origem a loteamentos e à expansão das cidades (BOECHAT e GIAVAROTTI, 2015). Com a chegada dos trabalhadores massivamente expropriados das fazendas, sem embargo, para além daqueles loteamentos, se estabeleceriam ainda outras modalidades de acesso à habitação, entre elas, cortiços, alojamentos fornecidos pelas usinas, no caso da produção canavieira, moradias coletivas ou multifamiliares agenciadas por arregimentadores de mão-de-obra ou casas de periferias cada vez mais favelizadas pela falta de acesso à regularização fundiária e/ou infraestrutura urbana. De urbanização assentada em uma gritante desigualdade, tais cidades teriam suas zonas mais dinâmicas, relacionadas tanto à tecnificação como à integração industrial e

[2] A fim de realizarmos tal procedimento metodológico dialético, o qual nos permitiu colocar em tensão nossos próprios pressupostos teóricos na sua relação com o desdobramento histórico concreto do recorte aqui estudado, utilizamo-nos de pesquisa documental e interpretação de dados, trabalhos de campo com entrevistas qualitativas abertas e revisão da bibliografia selecionada. Tal forma de apresentarmos a sociabilidade capitalista e sua crítica está presente em diversas pesquisas e teses dos autores do presente artigo, algumas delas referidas também aqui.

financeira da produção, pensadas como espaços luminosos, onde o chamado meio técnico-científico-informacional substituíra o meio natural e o meio técnico, por oposição aos espaços opacos da exclusão (ELIAS e PEQUENO, 2007), os quais têm que, de nossa perspectiva, ser tomados igualmente como resultantes da modernização e não da falta dela, conforme as referências mencionadas não tratam de desambiguar.

Expressa na urbanização, a desigualdade assumida como objeto da crítica das cidades do agronegócio teria por fundamento as condições de trabalho ou, ainda, mais que isso, as condições de formação do bóia-fria, enfrentadas também criticamente em estudos sobre a superexploração do trabalho no Brasil. Expropriados do acesso à terra antes existente no contexto da reprodução das relações de produção nas fazendas regionais, os bóias-frias constituir-se-iam trabalhadores expropriados até mesmo do seu próprio reconhecimento enquanto tal: promulgados ambos nos primeiros anos de 1960, o Estatuto da Terra regulamentaria sua expulsão e o Estatuto do Trabalhador Rural não lhe asseguraria os direitos, legitimando sua condição de volante, um dos alicerces do sucesso da modernização da agricultura (MORAES SILVA, 1999).

Inseridos num ambiente de relações contratuais legalmente descontínuas, os bóias-frias acabariam à mercê dos chamados “gatos”, arregimentadores de trabalho responsáveis por dissimular terceirização ou inexistência de efetivo vínculo empregatício com as empresas contratantes. Além disso, esses agentes mediariam ainda uma espécie de extorsão dos trabalhadores: adiantavam-lhes fundos para o custeio do aluguel e/ou para a compra de suprimentos básicos, mas tais itens deviam necessariamente ser consumidos sob sua intermediação, a preços de monopólio. Não raro, essa relação produzia endividamento, culminando em mecanismos compulsórios de trabalho, combinados com retenção de documentos, jornada exaustiva, maus tratos etc. (ALVES, 2008; MORAES SILVA, 1999).

Mais característico da condição superexplorada do bóia-fria que qualquer outro elemento, todavia, seria o recebimento de salário por produção nos mesmos termos que Marx (1986) conceituou. Para olharmos para a produção canavieira, num contexto em que a mecanização das forças produtivas não havia alcançado a colheita ou, melhor dizendo, o corte da cana (PITTA, 2011), a ampliação da produtividade era garantida por essa forma de remuneração que incitava os trabalhadores a extrapolar sua produção, colhendo mais e mais cana como alternativa para ganhar melhor, estratégia de sobrevivência única no seu horizonte de parcas condições. Essa circunstância produziria sistematicamente adoecimento e inclusive mortes por excesso de trabalho, conforme a bibliografia dedicada à questão não deixou de apontar (ALVES, 2008; RAMOS, 2007; PITTA, 2016).

Amplamente designada por “modernização conservadora”, “incompleta” ou mesmo “trágica” (cf. DELGADO, 2012; MORAES SILVA, 1999; GRAZIANO DA SILVA, 1982;

KAGEYAMA, 1990; THOMAZ JR., 2002), o processo descrito acima seria criticado sobretudo por sua suposta excepcionalidade, aparentemente característica de certa fisionomia própria dos trópicos, tecnicamente modernizados, mas não suficientemente desenvolvidos do ponto de vista da ampliação do acesso a direitos e benefícios sociais, diriam alguns ou, diriam outros, sequer modernizados suficientemente de modo a superar definitivamente a extração de mais-valia absoluta em favor da mais-valia relativa (MARX, 1986), como se a modernização pudesse oferecer, em algum contexto diferente e de fato, qualquer horizonte de incorporação social efetivamente positivo.

A evolução da produção canavieira na industrialização agrícola brasileira

A evolução da produção canavieira formada com a crise da cafeicultura e as enormes transformações sofridas pelas antigas fazendas paulistas, as quais foram observadas na introdução desse artigo, pode ser discutida a partir de um olhar sobre o Proálcool (1975-1990). Surgido no bojo dos investimentos da ditadura civil-militar (1964-1985) no processo de industrialização da agricultura, destacou-se como um dos mais importantes programas em montante de financiamento (PITTA, 2011; PITTA, TOLEDO e BOECHAT, 2016), tendo alcançado aproximadamente a soma de US$ 7 bilhões até 1990 (TCU, 1990, p. 49). A principal justificativa para sua implantação remeteria, contudo, ao chamado "choque do petróleo", elevação drástica dos preços do barril de mais ou menos 400% entre fins de 1973 e início de 1974[3], e a significativa pressão sobre a balança comercial desencadeada pelo mesmo. A partir daí, se apresentaria como uma necessidade diminuir o déficit criado e a substituição da matriz energética da gasolina pelo álcool apareceria como uma possível opção.

A leitura de que foi a guerra, tomada como um evento circunscrito, a responsável por desencadear o choque do petróleo acaba por ocultar, não obstante, que a fragilidade de sustentação de uma balança comercial cuja capacidade de exportação se apresentava relativamente reduzida diante da alta dependência de importação daquele produto tinha fundamento no padrão mesmo de industrialização em curso no país[4]. Mais que mera escolha política, já que reconhecemos criticamente o caráter de *sujeito sujeitado* (KURZ, 1994) ostentado pelo Estado, tal padrão se desdobrava, com efeito, das condições em que a reprodução do capital ocorria em escala global, naquele momento histórico. No esforço de

[3] Inflação do preço dos barris decorrente do bloqueio comercial imposto pelos membros da OPEP aos países que apoiaram Israel contra o Egito e a Síria por ocasião da guerra iniciada com os ataques de *Yom Kippur*, o Dia do Perdão, em 1973.

[4] Quando do segundo "choque do petróleo" (1979), dessa vez provocado por um conflito entre Irã e Iraque, que fez o preço do barril sair do valor de 12 para atingir o de 30 dólares, o Brasil consumia 42% de suas exportações na compra daquela mercadoria, que correspondia a 30% das importações nacionais (BORGES, FREITAG, HURTIENNE e NITSCH, 1988, p. 27).

mitigar uma crise de sobreacumulação ou de falta de opções de investimento lucrativo nas economias centrais, impingida pelo contínuo aumento da composição orgânica dos capitais a pressionar a taxa de lucro tendencialmente[5], fora desencadeado um processo de exportação de capitais para países periféricos. No Brasil, o mesmo se assentou no endividamento externo tanto estatal como empresarial direto e dirigiu-se abundantemente para o setor automobilístico de maneira a promover, do ponto de vista da logística, ampla rodoviarização, e, do ponto de vista da modernização da agricultura, intensa tratorização, sobretudo em algumas zonas do país (OLIVEIRA, 1977).

Sem dúvida a modernização agrícola não se restringiu apenas ao estabelecimento de uma indústria nacional de tratores. A produção dos chamados insumos e defensivos esteve no foco e a indústria química, igualmente modulada pela Revolução Verde, também se desenvolveu bastante. Tal aspecto tem que ser, todavia, ressaltado quando abordamos o estrutural desequilíbrio que se impôs no período para a balança comercial, pois foi ele o responsável por dilatar a dependência nacional de exportação do petróleo. E não apenas. Também ele esteve associado à dependência contínua da importação como única relação possível com um Departamento I (bens de produção) que nunca foi transferido totalmente para os países periféricos[6], em geral ficando restrito à produção de bens intermediários (OLIVEIRA e MAZZUCCHELLI, 1977). Por isso, Oliveira e Mazzucchelli (1977) terminam seu ensaio sugerindo que a crise daquele padrão de acumulação que teve início em 1970 teria de ser enfrentada necessariamente com um novo ciclo de expansão do Departamento I que pelo menos completasse a instalação da produção de bens intermediários e com uma reativação do Departamento II para a produção de bens agropecuários para exportação que compensasse minimamente o acirramento daquele desequilíbrio da balança comercial. Não à toa, ambos os pontos aparecem no centro da estratégia do II PND.

Contextualizada a modernização da agricultura brasileira como momento da reprodução daqueles capitais internacionais ociosos, a expansão da lavoura canavieira em São Paulo justifica-se por sua eleição como fornecedora de matéria-prima para a produção do etanol ou álcool combustível e pela seleção, ao menos no início do programa, das regiões e empresas mais produtivas como destino dos investimentos. Os créditos do

[5] O aumento da produtividade decorrente do aumento da composição orgânica do capital também aumenta, por um lado, a parcela de mais-valia produzida por cada trabalhador. Por outro, entretanto, permite o emprego de cada vez menos trabalhadores e aumenta a soma necessária de ser antecipada na forma de capital constante por cada trabalhador empregado. No longo prazo, esse segundo efeito de tendência contrária suplanta o primeiro de maneira que ao aumento da taxa de mais-valia acaba por corresponder uma concomitante diminuição da taxa de lucro, efeito apenas compensado enquanto cresce a massa absolta de mais-valia. Para tal argumento cf. Kurz (2019, p. 81 e 82).

[6] "Um padrão de acumulação desse tipo tinha todas as condições de inviabilidade, se observadas as relações de proporcionalidade existentes entre o departamento III em implantação e o Departamento I, de produção de bens de produção, naquele período. Historicamente, o Departamento I da economia nacional – como, de resto, de qualquer outra economia dependente – situa-se fora do circuito interno de acumulação: situa-se no interior das economias centrais e, nas economias dependentes, são as exportações sobretudo primárias que cumprem o papel de financiar as compras de bens de produção" (OLIVEIRA e MAZZUCCHELLI, 1977, p. 117).

Proálcool financiaram tanto a produção agrícola da matéria-prima cana-de-açúcar como sua transformação industrial em etanol, seja pela expansão ou pelo incremento de produtividade em usinas já existentes, seja pela instalação de unidades novas, muitas vezes exclusivamente destilarias (THOMAZ Jr., 2002). Por terem ficado concentrados nas regiões e empresas mais produtivas, a produção acabou fomentada em contextos que antes haviam sido beneficiados por subsídios prévios a criação do Proálcool[7].

Tal dinâmica concentracionista se ergueria como mais um importante objeto da crítica já apontada ao caráter conservador da modernização nacional. Contraditoriamente, ela não se manteve estritamente concentradora, mas acabou por assumir igualmente uma feição distributivista que não deixava de ser funcional à reprodução dos capitais mais produtivos: sobretudo a partir da segunda fase do Proálcool, já nos anos 1980, ao serem expandidos os subsídios creditícios para regiões menos produtivas, acabavam mobilizadas na produção mercantil solos piores (tornadas economicamente viáveis por uma compatível definição dos preços pelo IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool), acrescentando sobrelucro aos solos mais produtivos (PITTA, 2011; PITTA, TOLEDO e BOECHAT, 2016).

Assim, a marcha da produção canavieira subsidiada pelo Proálcool no período partiu de regiões mais produtivas como a DIRA de Ribeirão Preto para alcançar o noroeste do estado, como a DIRA de São José do Rio Preto[8] mas, além de se expandir para solos menos produtivos, produziu também um aumento na produtividade média para o estado junto com aumento na produção, ou seja, na área plantada com cana-de-açúcar (PITTA, 2011). O aspecto central para entender o processo é o da busca por compensação dos altos níveis de investimento mediante a incorporação da renda da terra e, finalmente, um esforço de compensação da própria queda tendencial da renda da terra (MARX, 1986) desencadeada pela incorporação dos solos menos produtivos a uma base técnica de composição orgânica muito grande. O aspecto contraditório da reprodução do capital nas economias centrais que impõe a exportação do mesmo também se transfere, tão logo a reprodução na periferia tende aos mesmos níveis de produtividade.

No entanto, o cenário que se monta quando da retirada dos subsídios para a expansão e reprodução da agroindústria canavieira mostra a necessidade de avançar a análise para questionarmos mesmo o efeito dos esforços de contenção da queda tendencial da renda da terra e, sobretudo, a eficácia da incorporação dessa última como contratendência à tendência de queda da taxa de lucro. Em 1986, créditos que já haviam

[7] Subsídios advindos, por exemplo, do Sistema Nacional de Crédito Rural ou do Fundo Especial de Exportação, ambos de 1965. Como apontam Pitta, Toledo e Boechat (2016) essa não foi apenas uma coincidência produzida pelas taxas de produtividade. A produção açucareira havia recebido inúmeros incentivos para alçar o mercado internacional e atender uma demanda que previsões traçadas pelo IAA acreditavam crescentes. A dinâmica crítica de superprodução, no entanto, não tardaria a se instaurar produzindo uma capacidade ociosa nas usinas beneficiadas. Investimentos do Proálcool nas mesmas teriam o sentido de convertê-las para a produção de etanol já que o mercado de açúcar se pôs estagnado em meados dos anos 1960 (THOMAZ Jr., 2002).

[8] DIRA é a sigla utilizada para as Divisões Regionais Agrícolas do estado de São Paulo.

operado a juros reais negativos[9] perdem subsídios e o Estado, além de enfraquecer a destinação[10], estabelece a cobrança integral da correção monetária e taxas de juros reais. Ocorre uma série de fechamento das indústrias sucroalcooleiras (muitas destilarias vão à bancarrota e usinas fecham temporariamente as portas), não somente nos estados e nas regiões paulistas menos produtivas, mas no Brasil como um todo (THOMAZ JR., 2002). A indisponibilidade de subsídios explicita a necessidade da participação do fundo público para além da incorporação da renda fundiária como momento necessário da reprodução do capital que, por isso mesmo, poderia ser interpretada como fictícia. Reprodução fictícia no sentido empregado por Marx (1986) ao formular tal conceito: não se restringe simplesmente ao crédito pago com outros créditos, o que, ademais, foi procedimento absolutamente comum na reprodução canavieira, chamado rolagem (cf. PITTA, 2011), mas vai encontrar justo o problema da concorrência a empurrar a composição orgânica e com ela a produtividade do trabalho para cima e a taxa de lucro para baixo, acompanhada da necessidade de adiantamentos em capital constante cada vez mais altos, que tornam estrutural a dependência de crédito ao passo que não permitem que sejam quitados, em geral, com a mais-valia que eles próprios possibilitam mobilizar (PITTA, 2011).

O *boom* da bolha das *commodities* e a particularidade da agroindústria canavieira brasileira no século XXI

A retomada da expansão da agroindústria canavieira no contexto contemporâneo tem que ser pensada também com referência à dinâmica crítica da valorização do valor acima referida. Não à toa igualmente culminou numa débaclê, iniciada em 2008, mas com maior aprofundamento principalmente após 2011/2012, com a falência de inúmeras empresas (dentre usinas, fornecedores, indústria de usinas, prestadores de serviços, entre outros). A abrangência da crise e das inúmeras quebras de empresas ocorridas na agroindústria canavieira foi nacional. Quando a crise se aprofundou a partir de 2011 (PITTA e MENDONÇA, 2018), existiam 495 usinas no Brasil e, passados seis anos, ao final de 2014, 120 teriam sido fechadas (SAMPAIO, 2015, p. 709). Sem computarmos as recuperações judiciais, ao final de 2014 existiam, portanto, 375 usinas (O ESTADO DE SÃO PAULO, “O tamanho da crise do etanol”, 27 de outubro de 2014, p. 2). E não se trata apenas de apontar que a crise do setor também acometeu o Centro-Sul ou todo o Brasil, mas de assinalar que, no caso de São Paulo, onde a produtividade era a maior do país,

[9] A segunda fase do Proálcool (1980-1985) “foi a fase com maior aporte de recursos a juros reais negativos, sendo de 2,1 bilhões de dólares o montante de dinheiro público destinado ao Proálcool, fomentando então a instalação de destilarias anexas e autônomas – em muito maior número que a primeira fase”.
[10] São investidos 500 milhões de dólares nessa terceira fase (1985-1990) (TCU, 1990, p. 49).

mesmo enquanto houve expansão da área plantada com cana-de-açúcar, as usinas faliram, pois a crise não se estabeleceu simplesmente pela falta de competitividade da produção.

O desenvolvimento das forças produtivas na lavoura paulista, expresso sobretudo na mecanização da colheita de cana-de-açúcar, no século XXI, foi movido por um processo de endividamento que se aprofundou e se transformou qualitativamente com a subida do preço do açúcar nos mercados internacionais no contexto do *boom* dos preços das *commodities* (cf., por exemplo, DELGADO, 2012; KURZ, 2011 e GIBBON, 2013), iniciado em 2002/2003. As usinas realizavam uma penhora da promessa de expansão futura da sua capacidade produtiva para aquisição de empréstimos em dólar, mas que eram pagos em açúcar. E era justamente a inflação do preço do açúcar como ativo financeiro que determinava a quantidade de capital a juros tomada emprestada[11] (PITTA, 2016). Nenhuma usina fazia empréstimos ancorados na quantidade de açúcar que poderia produzir no momento de aquisição dos mesmos, mas, sim, na promessa de expansão da sua capacidade produtiva, o que incluía o desenvolvimento das forças produtivas, mas também a necessidade de incorporação de novas áreas de produção. Nesse processo, muitas usinas chegaram a ficar endividadas em até cinco safras e, quando começou a deflação do preço do açúcar, concomitante com a subida do dólar em relação ao real, a partir de 2008, passaram à falência ou recuperação judicial por não conseguirem novas dívidas para saldar as dívidas anteriores. Mesmo assim as usinas continuaram se expandindo, ou arrendando terras ou incorporando fornecedores, na tentativa de pagar as dívidas em açúcar. O que ocorreu foi, portanto, uma territorialização do capital como expansão movida pela crise de valorização do valor (PITTA, 2016).

Tal expansão movida pela crise é parte de um processo mundial de reprodução do capital por meio de capital fictício (KURZ, 2019), desde os anos 1970, mas que assumiu novas formas nos anos 1990. Neste momento, no Brasil, mesmo com a moratória de 1986, novas rodadas de empréstimos internacionais já voltavam a ocorrer, mas só se estabeleceram enquanto passagem da dívida externa para a interna após o Plano Brady (1994, no caso brasileiro; cf. CARNEIRO, 2002), no qual os títulos de dívida externa dos países da América Latina passavam a ser negociados em mercados financeiros internacionais denominados mercados secundários. Nestes mercados, são os preços futuros de títulos, taxas e índices que são negociados, fazendo com que tais preços variem de forma relacionada, mas independente do valor de face dos títulos a que se referem (cf., por exemplo, CARNEIRO *et al.*, 2011). Estes mercados passaram a ser o *lócus* dos investimentos financeiros no mundo e permitiram que não apenas bancos comerciais pudessem realizar empréstimos, mas todo tipo de investidor, o que justamente moveu novas

[11] Para um estudo detalhado dessa prática cf. Pitta (2016), principalmente a “Introdução” ao “Capítulo 1”.

rodadas de endividamento para os países da América Latina, antes insolventes. Os mercados de futuros de *commodities* se incluem justamente no bojo deste processo.

Naquele momento, nos anos 1990, foram as chamadas "reformas neoliberais" (como mudança da forma de participação do Estado na economia e nos processos de modernização) que incluíram o Brasil nos circuitos financeiros dos mercados secundários internacionais (também chamados de mercados de derivativos), com então acesso a novos endividamentos e formação dos preços a partir destes mercados (justamente o que veremos para o caso das *commodities* agrícolas como um todo e em especial do açúcar). Como medidas importantes relacionadas ao processo que viemos apresentando, incluem-se a regulamentação para autorização de entrada e saída de investimentos financeiros internacionais no Brasil, ao mesmo tempo em que cortavam-se subsídios estatais para a produção industrial e agroindustrial como um todo (Fernando Henrique Cardoso tentou privatizar o BNDES e o SNRC deixou de ter o papel que teve no momento anterior) e fomentava-se a entrada de capital estrangeiro para a aquisição de empresas a serem privatizadas naquele momento (CARNEIRO, 2002). Cabe o destaque inclusive de que o preço da terra caia em termos reais para o período (DELGADO, 2012 e CORREA, 2018).

Em relação à agroindústria canavieira brasileira, Baccarin (2005) ressalta que na década de 1990, o Estado brasileiro teria promovido, a partir da extinção do IAA em 1991, o fim das quotas para produção das usinas, o fim das políticas de compra por parte do Estado e das políticas de preços para açúcar e etanol. O que Baccarin (2005) denominou de "nova regulamentação" do setor estabeleceu uma liberalização deste mercado e definiu, assim, que os preços do açúcar passavam a ser determinados nos mercados secundários de derivativos do mesmo, internacionais e altamente especulativos, assim como promoveu um aprofundamento da concorrência entre as empresas por fatias do mercado nacional e internacional.

Com a escalada especulativa dos preços das *commodities* (GIBBON, 2013), as empresas da agroindústria canavieira se embrenharam em um processo concorrencial baseado em tais preços[12]. Gibbon (2013) explicita que após a derrocada dos preços das empresas de tecnologia da Bolsa de empresas de tecnologa Nasdaq, dos Estados Unidos,

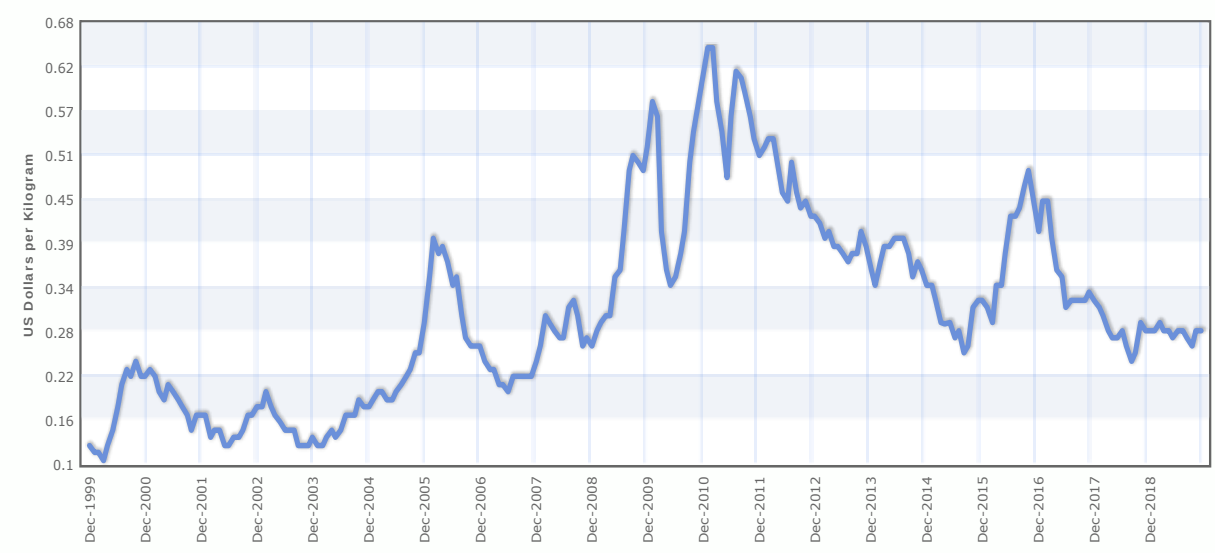
[12] Parte da Nova Regulamentação (BACCARIN, 2005) da agroindústria canavieira foi a criação, em 1999, do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de S. Paulo, localizado na ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"). O preço da cana-de-açúcar no Centro-Sul, mas principalmente em São Paulo, passa a ser calculado conforme uma série de critérios que levam em consideração a produtividade de sacarose da cana-de-açúcar (os Açúcares Totais Recuperáveis – ATR), por meio de um sistema de formação de preços, administrado pelo CONSECANA. Tal conselho é composto por representantes das diferentes categorias patronais de tal agroindústria – os fornecedores e usineiros – a fim de impedir a formação de cartéis e analisar os preços de mercado do açúcar e do etanol, assim como os preços de produção médios da agroindústria em questão, para estabelecer um suposto "preço justo" de mercado do ATR. Assim, a inflação e deflação dos preços do açúcar no mercado de futuros impacta diretamente o preço de mercado da cana-de-açúcar a ser pago em São Paulo para aqueles que adotam o sistema, adoção majoritária neste estado, no caso, mas que passou a ter cada vez maior adesão no Centro-Sul do país, conforme a lavoura se territorializava para além do estado de São Paulo (PITTA, 2016).

entre 2001 e 2002, a política econômica estadunidense teria sido de redução drástica das taxas de juros (de 6,5 % em 2000 para 1,25% em 2002) e reativação da disponibilidade de dinheiro para o sistema financeiro. Conforme Gibbon, dois movimentos correlatos teriam ocorrido, uma parte dos investimentos teria ido para o mercado imobiliário urbano dos Estados Unidos e Europa (Espanha, Inglaterra e Alemanha, principalmente) e outra parte, em busca de investimentos que aparentemente apresentassem menor risco, teriam procurado nos mercados de derivativos de preços futuros de *commodities* uma possibilidade para tanto.

Porém, conforme a demanda por contratos futuros de *commodities* faziam seus preços subirem, novos investidores seguiam o mesmo caminho. Grandes quantidades de capital financeiro provenientes das mais diversas fontes como *hedge funds*, fundos de investimento e fundos de pensão alimentaram a alta destes preços, os quais impactavam inclusive e consequentemente os preços de mercado destas mercadorias (CARNEIRO *et al*., 2011). O processo de alta dos preços em questão, então, pode ser entendido como uma profecia alto realizável, já que a aparência de que os investimentos em *commodities* eram seguros, no início do século XXI, acabou por realimentar a alta destes mesmos preços. Em 2008, com a crise econômica do capital (CHESNAIS, 2016), os preços das *commodities* despancam[13]. Os investimentos nos mesmos retomam um processo altista entre 2010 e 2011 e logo depois caem até o presente momento (veja Gráfico 1 - para os preços do açúcar), em razão da redução do mercado internacional impactado pela crise de 2008, mais especificamente pela crise da Europa e pela redução do crescimento econômico chinês, também afetados então pela crise (CHESNAIS, 2016).

[13] Ainda segundo Gibbon (2013), em 2008, praticamente a totalidade dos mercados de futuros de commodities estava nas mãos de investidores institucionais.

Gráfico 1: Preços do Açúcar no Mercado Internacional de Futuros (1999 – 2018)



Fonte: IndexMundi, Banco Mundial. Disponível em: https://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=sugar&months=240. Acesso em 11/05/2019.

Vale o destaque de que a alta no preço das *commodities* viabilizou a produção dos carros chamados flexfuel (os quais aceitam um mix entre etanol e gasolina) no Brasil, a partir de 2003. Os preços do etanol, apesar de não serem negociados em mercados de futuros internacionais estão "commoditizados" pelo açúcar e pelo petróleo. Uma alta do petróleo viabiliza economicamente o consumo do etanol (que deve ter por volta de 70% do preço da gasolina para ser viável em termos de rendimento no uso em automóveis).

Assim, entre 2002 e 2011, pode-se verificar uma expansão com particularidades concretas para a agroindústria canavieira brasileira, principalmente no Centro-Sul do país. Tal expansão ocorreu por meio do endividamento sobre os preços futuros do açúcar e o processo só se sustentaria enquanto os preços continuassem subindo. No momento de alta dos preços, aqueles que não o acompanhassem corriam o risco de perder mercado frente aos capitais mais produtivos e falirem ou serem incorporados, o que de fato ocorreu. Ao mesmo tempo em que usinas e fornecedores ampliavam sua área plantada com cana-de-açúcar, também aumentavam a produtividade dos talhões de cana-de-açúcar, com adubação química e aplicação de pesticidas e novas variedades de cana; e aprofundavam significativamente a mecanização do plantio, tratos culturais, mas principalmente do corte de cana[14]. Isso moveu um processo de expulsão do trabalho vivo (produtor de valor) dos

[14] Diversos são os relatos no setor de que com a mecanização se aproveitaria mais ou menos 15% a mais de cana cortada por colhedeira do que manualmente. Porém, para tanto, se faz necessária uma reestruturação espacial dos canaviais, além de que se exige a contiguidade dos mesmos para que tal prática não acarrete em prejuízos (PITTA, 2016). Após a implantação da mecanização do corte de cana (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013), muitos são os relatos de queda da produtividade dos talhões em um primeiro momento.

processos produtivos[15] de cana-de-açúcar, ou seja, uma redução dos postos de trabalho (BACCARIN, GEBARA e SILVA, 2013) e consequente aumento da produtividade do trabalho manual em razão do aumento da concorrência entre os próprios cortadores de cana, o que resultou em um aprofundamento da exploração do trabalho (PITTA, 2016), assim como dos casos de mortes nos canaviais brasileiros entre 2004 e 2008 (SILVA, BUENO e MELO, 2014).

A territorialização da agroindústria canavieira acabou por alcançar as DIRAs mais ao oeste do estado de São Paulo, como Araçatuba, Bauru e Presidente Prudente. A cana-de-açúcar substituía áreas de pastagem, com solos piores e degradados. DIRAs anteriormente já ocupadas pela cana-de-açúcar em razão da territorialização do Proálcool apresentaram também um processo de intensificação da lavoura canavieira, mas em menor grau, como é o caso das DIRAs de Ribeirão Preto e Piracicaba. A DIRA de São José do Rio Preto se tornou a principal produtora de cana-de-açúcar do estado de São Paulo e a DIRA de Barretos (onde estão as cidades de Olímpia e Bebedouro) passou por um processo de substituição da lavoura de laranja pela de cana-de-açúcar, com níveis elevados de produtividade do solo (PITTA, 2016).

Tal territorialização também ocorreu de São Paulo para os estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo. Vale o destaque, aqui, que não se tratava de um movimento espacial do capital nos mesmos termos que aquele dos anos 1970/1980. O que estava em questão aqui era uma concorrência pelos altos preços do açúcar nos mercados de futuros. Em tais momentos de grande oferta de capitais financeiros em busca de investimentos (como foi o caso da bolha das *commodities*), instituições financeiras também passam por um processo aprofundado de concorrência intercapitalista, no qual interessa o volume de contratos alcançados (CHESNAIS, 2016). O tamanho das empresas é muito importante em tal momento de simulação fictícia da acumulação capitalista. A terra, as usinas e o próprio açúcar são utilizados como garantias financeiras dos empréstimos. Quanto maior seus volumes de ativos, maior os empréstimos e a possibilidade de aproveitar prazos mais longos e juros menores nos financiamentos por parte das empresas. Terras menos produtivas e mais baratas, mas que tendiam a ter seu preço inflado em razão da demanda pelas mesmas, também passam a se tornar um ativo financeiro de interesse (PITTA e MENDONÇA, 2018).

[15] Como continuação da nota 5, acima, temos que a partir dos anos 1980, com a chamada Terceira Revolução Industrial, caracterizada por processos de robotização e consequente automação dos processos produtivos industriais, aquele mecanismo de compensação da queda da taxa de lucro por meio do aumento da massa de mais-valia através da expansão das cadeias produtivas do fordismo atingiu seu limite histórico. A partir de então, com a expulsão do trabalho vivo do processo industrial produtivo de valor, o capitalismo como totalidade passa à redução em termos absolutos de sua produção de mais-valia (KURZ, 2019). Com isso, o capitalismo teria passado à simulação da acumulação de capital por meio do capital fictício criado nos circuitos financeiros de comercialização do dinheiro como mercadoria (KURZ, 2019). A agroindústria canavieira brasileira expressa, com suas particularidades, um momento deste processo.

Foi justamente neste momento, principalmente a partir de 2005, que diversas empresas realizaram IPOs (Initial Public Offering) e abriram capital em bolsa de valores, a fim de se financiarem também sobre os preços de suas ações. Muitas empresas foram incorporadas por corporações transnacionais que passaram a investir no setor, o que caracterizou um processo de concentração e centralização de capitais. Trading Houses como Louis Dreyfus *Commodities* (na Biosev Bioenergia: fusão da LDC *Commodities* com o Grupo Santelisa Vale); empreiteiras como a Odebrecht (ETH Agroindustrial, atual Atvos Agroindustrial), petroleiras como a Petrobrás em sociedade com produtores de açúcar franceses (Grupo Guaraní / Tereos); fundos de investimentos privados como é o caso do grupo Infinity S/A e públicos, como as participações do BNDESPar nas usinas; e produtores de açúcar de outros países como o grupo indiano Renuka passaram a investir no setor.

Vale aqui o destaque para a fusão entre a Cosan e a anglo-holandesa petrolífera Shell, constituindo a Raízen S/A em 2008, que atualmente detém o maior número de usinas no Brasil (26) e continua comprando outras usinas, muitas das massas falidas presentes no setor atualmente, como vimos. A Cosan S/A já havia aberto seu capital em bolsa de valores em 2005 e formou uma holding que atua no mercado de terras agrícolas (Radar), em logística (Rumo), na distribuição de gás (Congás) e de combustíveis (Esso/Shell).

Conforme Pitta e Mendonça (2018), após a queda nos preços das *commodities* – no caso do açúcar, principalmente após 2011 (Gráfico 1) – as usinas e fornecedores passaram a apresentar queda da produção e da produtividade com cana-de-açúcar, porém, não imediatamente em área plantada. Em um duplo processo, grandes empresas que conseguiram rolar suas dívidas através de novos empréstimos ou através das fusões acima mencionadas, como no caso da Raízen, continuaram expandindo, inclusive investindo em terra como um ativo financeiro à parte; com a Radar S/A sendo expressão significativa deste processo, já que passou a comprar e vender terra no norte e nordeste do Brasil, na região do MATOPIBA (PITTA & MENDONÇA, 2018), área de expansão da fronteira com soja. Por outro lado, empresas endividadas que não conseguiam mais se financiar passaram a arrendar novas áreas a fim de expandirem sua produção, mesmo que com redução dos investimentos (por exemplo nos tratos culturais, mas principalmente na renovação dos canaviais), já que necessitavam entregar açúcar na tentativa de se manterem operando (PITTA e MENDONÇA, 2018).

No que diz respeito às relações de trabalho para agroindústria canavieira brasileira no século XXI, profundas transformações podem ser destacadas. A principal delas é a substituição profunda do trabalhador safrista cortador de cana manual (boia-fria) pelo piloto de colhedeira mecânica de cana-de-açúcar. Concomitantemente, novas formas de trabalho concreto também surgiram ligadas a tal transformação, podendo ser destacadas a catação de pedras, a catação química manual e a catação manual (de ervas daninhas), além da

conformação de uma equipe ao redor da colhedeira mecânica (mecânicos, bombeiros, pilotos de transbordo e de colhedeira), a fim de garantir seu processo de colheita (SILVA, BUENO e MELO, 2014). Silva, Bueno e Melo (2014) também destacam a ocorrência de casos de trabalho análogo ao de escravo nas frentes de corte de cana mecanizados.

Uma leitura dessas mudanças se faz aqui importante. Principalmente porque todas se relacionam ao processo de mecanização. Para tanto, porém, não podemos ficar restritos apenas às formas de trabalho concreto descritas, já que a mudança mais profunda diz respeito à diminuição dos postos de trabalho em termos absolutos para a agroindústria canavieira, mas que acompanha um movimento que é correlato na sociedade capitalista como um todo e diz respeito a seu desemprego estrutural (cf. nota 15 acima).

Baccarin, Gebara e Silva (2013) já destacaram esta realidade, ao demonstrar que até 2013 mais de 70% do corte de cana havia sido mecanizado para o estado de São Paulo (partindo de cerca de 30% ao final dos anos 1980). Pitta (2011) estimou que havia 440 mil cortadores no estado de São Paulo no final dos anos 1980 e Baccarin (2014) calculou 94 mil trabalhadores empregados na agroindústria canavieira como um todo em 2014. Vale o destaque que os demais estados para onde a agroindústria canavieira se territorializava, como vimos, seguiram tendência parecida, porém, com números não tão aprofundados.

A diminuição dos postos de trabalho moveu, então, um processo de aprofundamento da exploração do trabalho, já que os trabalhadores passaram a concorrer para garantirem a permanência nas posições existentes e em franca redução. Isso moveu uma intensificação também do próprio trabalho no corte da cana manual (PITTA, 2016). Um acirramento da mobilidade do trabalho impulsionado pelo caráter crítico que a mesma adquiria.

Pedro Ramos (2008), já vinha acompanhando tal processo, que só se intensificou ainda mais após a crise da agroindústria canavieira após 2011:

> The labor system employed historically by sugarcane companies is based on the remuneration of sugarcane cutters according to their yields instead of the number of hours worked. The overexploitation of workers is therefore systematic and was intensified by the increase in mechanization. Ramos (2008: 16) links mechanization to demands for greater productivity, which went from 4 tons of sugarcane cut per worker per day in 1980 to approximately 9 tons in 2006. During the same period, workers' pay for each ton of sugarcane cut manually decreased from R$2.29 to R$0.85 and the average daily wage declined from R$9.10 to R$7.20, adjusted for inflation (Ramos, 2008: 16). It was nearly impossible for sugarcane cutters to compensate for this decline in earnings by increasing productivity. During the "ethanol boom" of the 2000s, the Public Prosecutor's Office registered the deaths of dozens of sugarcane workers from exhaustion in the fields (MENDONÇA e PITTA, 2018).

Teria sido o próprio processo de aprofundamento da industrialização da agroindústria canavieira e não seu suposto atraso ou sua suposta exploração por relações imperialistas, via monopólio de mercado ou via financeirização, que teriam causado tais

condições que viemos descrevendo acima, a saber, o aumento da produtividade do corte de cana manual, a queda no preço da tonelada de cana paga ao trabalhador, assim como a queda no salário total mensal do cortador de cana manual. Mortes nos canaviais por excesso de trabalho também foram marca característica do período em questão.

O surgimento da catação de pedras e da catação manual de ervas daninhas também está atrelado a tal processo. A catação de pedras e de tocos diz respeito à necessidade de limpeza do talhão de cana para que seus resíduos não danifiquem as colhedeiras. As condições de trabalho são classificadas como “anômalas” e “impensáveis” por Silva, Bueno e Melo (2014). A catação manual, por sua vez, diz respeito à ociosidade do trabalhador cortador de cana manual, que embora com carteira assinada e contratado, muitas vezes não tinha cana-de-açúcar para cortar (em razão da mecanização) e era deslocado para outras atividades dentro das fazendas de um determinado grupo, não recebendo mais por produtividade, mas por diária, o que fazia seu salário cair ainda mais.

Vale o destaque ainda que outros custos de reprodução do trabalhador também passaram a ser de sua responsabilidade. Conforme Pitta (2016), o trabalhador migrante até os anos 1990 era arregimentado por empresas terceirizadas (os gatos) que se encarregavam da contratação e administração do trabalho e habitava os chamados “barracões”, dentro das fazendas de cana, isso mudou no período recente. A habitação passou a ficar a cargo dos próprios trabalhadores, que passaram a morar nos centros urbanos nas regiões produtoras de cana-de-açúcar. Diversos bairros de migrantes, que muitas vezes pagavam por uma acomodação em casas e cortiços e eram transportados diariamente paras as fazendas, passaram a ser frequentes nestas regiões. Os próprios cortadores, assim, tinham que se encarregar também de sua alimentação. Se no início do século XXI isso levou a fixação de mais trabalhadores migrantes, processo implícito no aparente aumento do número de habitantes das cidades, à quase totalização da mecanização da agroindústria canavieira se sucedeu uma espécie de esvaziamento das mesmas, presidido pela migração de retorno para às chamadas cidades de origem ou pela mudança de rota dos trajetos migratórios, mas sobretudo uma reestruturação dos setores em que se engajavam os trabalhadores daquela agroindústria, migrantes ou não, assumindo a dianteira a empregabilidade nos serviços, que, em geral, convivera com desemprego, recurso à assistência social, empobrecimento e miserabilidade, estimulados também pela crise econômica, conforme viemos destacando.

Considerações finais

A dinâmica produtiva da agroindústria canavieira no Brasil, em sua forma cada vez mais financeirizada, a partir da década de 1970, evidencia como o capital em

territorialização mobiliza o trabalho mesmo quando o fundamento é sua crise. O crescimento em produção e área nos últimos anos, inclusive em direção à incorporação dos piores solos, aliado à mecanização do corte de cana, acompanha mais que a oferta e a demanda mundiais de açúcar e álcool, mas sua precificação. Ao mesmo tempo, se apresenta impulsionado por um processo que tem em sua base o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento da produtividade, buscada até os limites máximos das condições técnicas, cujo sustentáculo, ainda que constantemente negado, é a mobilização do trabalho de modo a engendrar a crise desse último.

Todos esses aspectos próprios da reprodução capitalista conformam outra dinâmica, a de urbanização de cidades para além dos espaços metropolitanos e das cidades que polarizam regiões, colocando em pauta a transformação das sedes municipais onde se concentram os empreendimentos desse setor em cidades médias (SPOSITO *et al*., 2007) ou cidades do agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2007). O *boom* inicial de aumento de produção e área, que ampliou o adensamento populacional em algumas cidades, concomitantemente ao crescimento dos setores de comércio e serviço, tem, com o processo de mecanização um momento contraditório posto em curso: graças a cada vez menor necessidade de força de trabalho no processo produtivo, nas cidades o comércio no varejo, de produtos de consumo cotidianos, diminuem bastante sua demanda. Ou seja, o impacto de constituição das cidades médias ou do agronegócio traz a contradição de se desfazerem daqueles que as constituem, a força de trabalho que para lá se desloca em busca de emprego.

O paradigma do capital em sua reprodução ampliada contraditória e crítica obscurece ainda outro caráter, o da insuficiência do mesmo enquanto produtor de valor capaz de suprir suas próprias necessidades de crescimento. O aumento da necessidade de crédito durante as últimas décadas é um indício central dessa dependência que tem no Estado um forte aliado. Pudemos apresentar ao longo do texto justamente o acesso ao crédito da agroindústria canavieira amplamente mediado pelo Estado ao longo do Proálcool e posteriormente, no século XXI, já baseado tanto no credito estatal quanto nos preços internacionais dos mercados de futuros de *commodities*. Portanto, todo o processo lembra um castelo de cartas montado sobre um ventilador que a qualquer momento pode ser ligado. Ou seja, um processo ao mesmo tempo dependente dos sopros de investimentos, preços mundiais inflados por bolhas especulativas, fundamentado na busca constante por inovação e ampliação de áreas, superexplorando o trabalho, ainda que tudo isso não seja capaz de produzir valor suficiente para sua reprodução, com risco de ruir a qualquer momento toda uma dinâmica que envolve a sociedade como um todo. Qual crítica necessária à sociedade capitalista no momento mesmo de sua crise?

Referências

ALVES, F. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA; J. C. A. (orgs.). **Agrocombustíveis**: Solução? A vida por um fio nos canaviais. São Paulo: CCJ, 2008, p. 22-48.

BACCARIN, J.; GEBARA, José J.; e SILVA, Bruna M. Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no estado de São Paulo, de 2007 a 2012. Em: **Informações Econômicas**, SP, v. 43, n. 5, set./out. 2013.

BACCARIN, José G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira**. Brasília, Editora Unesp, 2005.

BOECHAT, C. A. **Região do colonato**: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOECHAT, C. A.; GIAVAROTTI, D. M. Os Sentidos da Urbanização: Produção do Espaço de Bairros de Trabalhadores em Cidades do Estado de São Paulo. **Espaço Aberto**, PPGG–UFRJ, V. 5, N.1, p. 29-47, 2015.

BOECHAT, C. A.; LEITE, A. C. G.; TOLEDO, C. A. Archéologie de la question agraire du Brésil: du *labor grabbing* au *land grabbing*. **EchoGéo Revue**, v. 41, jul./set., 2017, p. 1-18.

BORGES, U.; FREITAG, H.; HURTIENNE, T.; NITSCH, M. **Proálcool**: Economia Política e avaliação socioeconômica do programa brasileiro de biocombustíveis. Sergipe: Editora da Universidade federal de Sergipe, 1988.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional**. Brasília: TCU, 1990.

CAMARGO, Paula, 2010. **Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia –** o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR. Trabalho de Graduação Individual (TGI), (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. Campinas: Editora UNESP, 2002.

CARNEIRO, Ricardo; ROSSI, Pedro; CHILIATTO-LEITE, Marcos; MELLO, Guilherme. A quarta dimensão: os derivativos em um capitalismo com dominância financeira. **Texto para Discussão – IE da Unicamp**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

CHESNAIS, François. **Finance capital today:** Corporations and Banks in the Lasting Global Slump. Ed. Brill: Holanda, 2016.

CORREA, Ana Elisa Cruz. **Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária**. Tese (Doutorado em Serviço social). Departamento de Serviço Social, UFRJ, 2018.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, 2007, p. 25-39.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e Acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIBBON, P. Commodity Derivatives: Financialization and Regulatory Reform. **DIIS WORKING PAPER 2013:12**, Danish Institute for International Studies, DIIS, Copenhagen, 2012.

GRAZIANO da SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KAGEYAMA, Â. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G (org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223.

KURZ, R. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. In: BOECHAT *et al.* (orgs.). **Geografares**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, número 28, janeiro – junho de 2019. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/geografares/issue/view/991>. Sítio consultado em junho de 2019.

KURZ, R. **O fim do *boom* das matérias-primas.** 2011. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz395.htm>. Acesso em: abril de 2019.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1986.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984.

MORAES SILVA, M. A. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, F.; MAZZUCCHELLI, Frederico. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976. In: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec/CEBRAP, 1977.

PITTA, F. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**, 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PITTA, F. **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista**: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PITTA, Fábio T.; BOECHAT, Cássio A.; TOLEDO, Carlos de A. A territorialização do capital da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975 - 1990). Em: **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, UFRRJ, ano 5, número 9, 2016.

PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. The role of international financial capital in the Brazilian land market. **Latin American Perspectives (LAPs)**, University of California, Riverside, Califórnia, EUA, volume 45, número 5, setembro, 2018.

RAMOS, P. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. In: **Emprego e trabalho na Agricultura Brasileira**. Antonio Márcio Buainain e Claudio S. Dedecca (coords.), Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9, p. 304-325. Brasília, IICA, 2008.

RAMOS, P. O uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO AÇÚCAR: Trabalho População e Cotidiano. **Anais**. São Paulo: Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

SAMPAIO, M. DE A. PRADO. **360° - O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil**. 2015. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo.

SILVA, M. A. M., BUENO, J. e MELO, B. Quando a máquina 'desfila', os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. In: **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 85-115, Jan-Jun 2014.

SPOSITO, M.; ELIAS, D.; SOARES, B.; MAIA, D.; GOMES, E. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35-67.

THOMAZ JR., A. **Por trás dos canaviais**: os nós da cana. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

Sobre os autores

Fábio Teixeira Pitta – Graduação em História pela Universidade de São Paulo (USP). Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professor colaborador na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0002-5460-9669.

Ana Carolina Gonçalves Leite – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (DCG/UFPE). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0003-3121-4880.

Erick Gabriel Jones Kluck – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorando pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-3256-9985.

Como citar este artigo

PITTA, Fábio Teixeira; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Erick Gabriel Jones. O *Boom* e Estouro da Bolha das *Commodities* no Século XXI e a Agroindústria Canavieira Brasileira: da Mobilização à Crise do Trabalho. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 41-63, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). Todas as etapas de pesquisa, formulação de conteúdos e redação do texto foram realizadas pelos três autores do artigo, **Fábio Teixeira Pitta**, **Ana Carolina Gonçalves Leite** e **Erick Gabriel Jones Kluck**, coletivamente. Ressaltamos que não há responsabilidade maior de um autor do que de outro. Os três autores estudam e pesquisam juntos há mais de 15 anos. Lêem conjuntamente e formulam a interpretação que apresentam no presente artigo no Grupo de Crítica do Valor-Dissociação, da Geografia, USP (ver Heidemann, Toledo e Boechat, 2012). Realizaram trabalho de campo, redigiram as passagens acerca da formação do mercado de trabalho e do bóia-fria no Brasil no século XX, acerca de sua crise e da modernização desta agroindústria, assim como fizeram a revisão do artigo. Tal composição foi feita em reuniões coletivas com os três autores, portanto possuem as mesmas responsabilidades quanto ao resultado final do artigo aqui apresentado.

Recebido para publicação em 29 de setembro de 2019.
Devolvido para a revisão em 17 de dezembro de 2019.
Aceito para a publicação em 06 de janeiro de 2020.

Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia Paraense

Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr.
Secretaria de Estado de Educação do Pará – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: paulopaixaojr@yahoo.com.br

José Antônio Herrera
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Altamira, Pará, Brasil.
e-mail: herrera@ufpa.br

Resumo

Neste artigo analisam-se as formas da subsunção do trabalho ao capital na agroindústria do óleo de palma da microrregião de Tomé-Açu (PA), a partir da implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), em 2004. A discussão está fundamentada na crítica da economia política, de Karl Marx. Chega-se à conclusão, a partir das primeiras aproximações de campo, de que as formas são as da subsunção real, presente nas usinas processadoras; da subsunção formal, dominante nos campos de dendezeiros empresariais; e da subsunção ideal, uma forma não especificamente capitalista, presente na integração com a propriedade camponesa, porém reproduzida pelo próprio capital, em razão de suas contradições.

Palavras-chave: Subsunção: real, formal e ideal; Relações de produção; Dendeicultura; camponês; Amazônia;

Subsumption of labor to capital in the palm oil agro-industry in the Amazônia Paraense

Abstract

This article analyzes the forms of subsumption of labor to capital in the palm oil agro-industry of the Microregion de Tomé-Açu (PA), since the implementation of the National Program for the Production and Use of Biodiesel (PNPB) in 2004. The interpretation is done because it considers important the resumption of the subject work in the geographic sciences. The discussion is grounded in Karl Marx's critique of political economy. It is concluded, from the first field approximations, that the forms are those of the real subsumption, present in the processing plants; of the formal subsumption, dominant in the fields of business oil palm; and of the ideal subsumption, a form not specifically capitalist, present in the integration with the peasant property, but a relation reproduced by the own capital, by reason of its contradictory character.

Keywords: Subsumption: real; formal and ideal; production relations; palm culture; farmer; Amazon

Subsunción del trabajo al capital en la agroindustra de aceite de palma en la Amazônia Paraense

Resumen

En este artículo se analizan las formas de la subsunción del trabajo al capital en la agroindustria del aceite de palma de la microrregión de Tomás-Açu (PA), a partir de la

implantación del Programa Nacional de Producción y Uso de Biodiesel (PNPB), en 2004. el ejercicio de interpretación se hace por considerar importante el retomado del tema trabajo en las ciencias geográficas. La discusión está fundamentada en la crítica de la economía política, de Karl Marx. Se llega a la conclusión, a partir de las primeras aproximaciones de campo, de que las formas son las de la subsunción real, presente en las usinas procesadoras; de la subsunción formal, dominante en los campos de palma aceitera de la empresa; y de la subsunción ideal, una forma no específicamente capitalista, presente en la integración con la propiedad campesina, sino una relación reproducida por el propio capital, en razón de su carácter contradictorio.

Palabras clave: Subsunción: real; formal e ideal; relaciones de producción; cultura de palma; campesino; Amazon.

Introdução

> Enquanto o processo de trabalho permanece puramente individual, o mesmo trabalhador reúne em si todas as funções que mais tarde se apartam uma das outras. Em seu ato individual de apropriação de objetos da natureza para suas finalidades vitais, ele controla a si mesmo. Mais tarde, ele é que será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao trabalho manual. Mais tarde, eles se separam até formar um antagonismo hostil (MARX, 2013, p. 577).

Na microrregião paraense de Tomé-Açu[1], diferentes relações de produção e processos de trabalho se entrecruzam para se objetivarem no óleo de palma[2]. Trabalhadores assalariados e propriedades camponesas se vinculam aos capitais agroindustriais para movimentarem os extensos e relativamente tecnificados campos de dendezeiros, bem como as usinas processadoras, fábricas tecnologicamente avançadas que recebe os frutos como matéria-prima principal. Partindo-se do pressuposto que há uma relação dialética entre o conteúdo material do processo de trabalho e a sua forma social, o artigo objetiva analisar as formas da subsunção do trabalho ao capital da agroindústria do óleo de palma paraense, que expressam as particularidades do controle do capital sobre o trabalho vivo.

A ideia central, a partir da realidade concreta, estabelecida na relação da agroindústria do óleo de palma e os camponeses da microrregião de Tomé-Açu, estado do Pará, é enfatizar a *fúria* reprodutiva do capital e como esta vem alterando a condição do trabalho no campo (FIRMIANO, 2017). Para tanto, sustenta-se na crítica da economia

[1] Esta é a principal região produtora de óleo de palma do Brasil, onde atuam importantes capitais, destacando-se os das empresas Agropalma (do Conglomerado Alfa), Biopalma (do Grupo Vale) e Petrobrás Biocombustíveis.
[2] O óleo de palma e seus derivados são utilizados como matéria-prima em indústrias farmacêuticas, de cosméticos, de óleos-químicos, de biocombustíveis e, sobretudo, alimentícias. Quando se fala em óleo de palma, inclui-se também o óleo de palmiste, ambos em estado bruto e produzidos pelas usinas da região.

política de Marx (2004, 2011, 2013, 2014, 2017) e nos resultados preliminares da pesquisa que se encontra em desenvolvimento[3].

Como se trata de um ramo particular da produção capitalista, rico em determinações próprias à indústria agrícola, a primeira parte do texto exporá como as determinações essenciais da forma social de produção capitalista se operam no processo de trabalho agrícola. Muito embora o objeto seja a relação entre os capitais singulares de um ramo particular da produção de uma determinada região do globo terrestre, uma relação, portanto, que não determina o valor social, parte-se do capital em geral, pois é nesta abstração que está a essência desta relação – a relação do valor –, para assim se afastar da mistificação que o excedente é proveniente da relação do capital consigo mesmo ou da concorrência com outros capitais, como mérito próprio (que diminui custos, investe, corre riscos etc.).

Em seguida, em mãos que a produção capitalista é, em essência, processo de controle sobre o trabalho vivo, e que a agroindústria do óleo de palma depende diretamente do trabalho agrícola e do trabalho fabril, analisa-se as formas da subsunção do trabalho ao capital nesses setores, entendidas como formas específicas da coação ao mais-trabalho para os fins da valorização do valor. Conclui-se que as formas são, de um lado, as diretamente capitalistas, a forma da subsunção real, presente no setor fabril (usina processadora), e a forma da subsunção formal, presente no setor agrícola, e, de outro, uma forma indiretamente capitalista, representada pela integração camponesa, a forma da subsunção ideal do trabalho ao capital.

A produção capitalista na agricultura

Como afirma Marx (2013), o objetivo da produção capitalista não é outro que não a produção do mais-valor. Contudo, esta pressupõe a produção do valor, que pressupõe a produção de um valor de uso, socialmente válido, incorporado na mercadoria. O capital, portanto, não pode prescindir do processo de trabalho, mesmo que seu resultado não seja, "de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]*"* (MARX, 2013, p. 263).

Em sua forma geral, o processo de trabalho possui três "momentos simples" (MARX, 2013, p. 256), que se objetivam no produto: o objeto de trabalho, os meios de trabalho e o próprio trabalho, que é a atividade do trabalhador. Ao agir sobre o objeto de trabalho, modificando-o em uma nova forma útil, o trabalhador serve-se dos meios de

[3] Pelo curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA), sob o título "Desenvolvimento Capitalista e Reprodução Camponesa: a subsunção do trabalho ao capital na dendeicultura da microrregião paraense de Tomé-Açu".

trabalho. O agricultor, por exemplo, com as suas ferramentas (a enxada, o facão etc.), atua sobre a terra, semeia-a, irriga-a, melhorar-a etc., para, assim, retirar seus frutos.

Fora do processo de trabalho, no entanto, os meios e os objetos de trabalho são simples produtos. Sem a atividade do trabalhador, uma máquina desligada, um arado de boi ou um fruto caído são potências inertes. Somente ao serem acionados pelo trabalho vivo, abandonam seu repouso e se tornam fatores do processo de trabalho. Em sua forma universal, o processo de trabalho é, então, fundamentalmente, a força de trabalho *atuando*: mãos e cérebro (execução e planejamento), mediados pelos instrumentos, alteram os objetos de trabalho para gerar um novo valor de uso.

Em sua forma capitalista, o processo de trabalho adquire determinações específicas, pois está a serviço do processo de valorização. Num primeiro momento, como se trata de produzir mercadorias, produzir valores, impõe-se a esse processo as condições do trabalho socialmente necessário – os requisitos, como afirma Rubin (1980), que são esperados pelo mercado[4] – que são a utilização dos meios de produção socialmente adequados (em qualidade, quantidade e eficiência) e "com o grau social médio de destreza e intensidade de trabalho" (MARX, 2013, p. 117). Aqui, "é indiferente se 1.200 trabalhadores produzem isoladamente ou unificados sob o comando do mesmo capital" (MARX, 2013, p. 357). No momento da troca, portanto, as miríades de trabalhos concretos são equalizados[5] (abstraídos de seus conteúdos) em trabalho social (pela mediação e validação da moeda), tornando-os assim quantificáveis (RUBIN, 1980). Sob o ponto de vista da formação do valor, o trabalho aparece como tempo de trabalho abstrato; os objetos do trabalho, como materiais que absorvem esse tempo; os meios de trabalho, como o guia da temporalidade média exigida; e o produto, como sua cristalização.

Mas o processo da produção do capital é o processo da formação do valor "que se estende para além de certo ponto" (MARX, 2013, p. 271). A ele é adicionado um tempo de trabalho excedente ao tempo de trabalho necessário à reprodução dos meios de subsistência do trabalhador. Não é suficiente, portanto, para existir esse modo de produção, a divisão do trabalho entre produtores mercantis independentes, mas que a forma mercantil universalize-se, ao se converter a própria força de trabalho em mercadoria, mediante uma "separação *essencial*" (SAAD FILHO, 2011, p. 51): entre o capital e o trabalho. A separação do produtor direto dos meios de produção sociais, tornados monopólio de outra classe (a classe dos proprietários); a transformação desse produtor em trabalhador "livre", sujeitando-o a vender sua força de trabalho, a única propriedade que lhe resta, para a classe

[4] "A produção mercantil está orientada para a troca durante o processo de produção, o produtor mercantil no processo de produção direta, antes do ato de troca, iguala seu produto com uma soma de valor (dinheiro), e assim, também, o seu trabalho concreto com uma quantidade de trabalho abstrato." (RUBIN, 1980, p. 86)
[5] Saad Filho (2011) adverte que essa equalização é um processo real, pois realizado na prática (ver SAAD FILHO, 2011, p.97-110).

capitalista; e a apropriação dos produtos que esse trabalhador cria pela classe burguesa são os pré-requisitos indispensáveis para a existência do modo de produção capitalista.

Não é necessário aqui repetir o mecanismo suficientemente conhecido de como, nesse modo de produção, o trabalho excedente é extraído do produtor direto, mas apreender algo fundamental para o restante da exposição: que o processo de trabalho do capital é o processo de controle sobre o trabalho vivo, pois é somente quando ele consome o valor de uso da força de trabalho (quando a "põe para trabalhar"), que é possível conservar o valor gasto nos meios de produção, reproduzir o valor da força de trabalho e adicionar ao seu valor original um incremento. Se algo detém esse consumo, seja a rebeldia do possuidor dessa mercadoria (paralisações, indisciplina, negligência etc.), sejam circunstâncias que lhe escapam (questões técnicas ou naturais), não há a valorização do valor. O capital exige fluidez.

Porém, na agricultura, de um modo geral, é crítico o grau de continuidade e controle requeridos. Primeiramente, em razão das constantes interrupções, pelos processos naturais, do tempo em que a força de trabalho é efetivamente explorada, pois neste gênero da produção social não há correspondência imediata entre o tempo de produção e o tempo de trabalho. Sendo o tempo de produção o tempo necessário à objetivação de um produto, na agricultura, tal tempo é intercalado por um ou vários períodos mais ou menos longos de não trabalho, onde se espera a natureza atuar (para a germinação, o crescimento das plantas, o amadurecimento dos frutos etc.). Nesses momentos, os meios de produção ficam em estado "latente", sem funcionar como instrumentos de sucção do mais-valor:

> Qualquer que seja a razão pela qual o tempo de produção torne-se superior ao tempo de trabalho – seja porque os meios de produção constituam apenas capital produtivo latente, isto é, encontrem-se ainda numa fase preparatória do verdadeiro processo de produção, seja porque sua função se interrompa no interior desse processo devido às suas pausas ou, finalmente, porque o próprio processo de produção provoque interrupções no processo de trabalho – em nenhum desses casos os meios de produção atuam como absorvedores de trabalho. E como não absorvem trabalho, tampouco absorvem mais-trabalho. Desse modo, não se produz valorização alguma do capital produtivo enquanto este se encontra na parte de seu tempo de produção que excede o tempo de trabalho, por mais inseparável que a plena consumação do processo de valorização possa ser dessas suas pausas (MARX, 2014, p. 2013).

No nível da produção do capital, esta não correspondência do tempo de produção com o tempo de trabalho constitui um obstáculo naturalmente criado pelo processo de trabalho agrícola à valorização do valor. Considerando-se a reprodução do capital, existe a barreira representada pela duração do período de produção, especialmente em explorações de culturas perenes. Uma vez que quanto mais rápido for o período de produção mais curto será o tempo de rotação do capital (o que significa, simplificadamente, mais negócios em

menos tempo, potencializando-se os lucros), em períodos de produção longos, onde esse retorno é mais demorado, a lucratividade dos capitais singulares envolvidos é menor. Os capitais procuram, então, por um lado – mediante, por exemplo, técnicas específicas de melhoramento genético (seleção artificial de variedades, desenvolvimento de híbridos, biotecnologia etc.) – abreviar o ciclo natural das culturas (o tempo de não trabalho), e, por outro, encurtar o tempo de trabalho, valendo-se amplamente da cooperação de muitas forças de trabalho e/ou de máquinas (que elevam a produtividade do trabalho e relativizam as geralmente grandes extensões dos campos de trabalho agrícolas[6]).

Não é à toa o recorrente auxílio do crédito na agricutura, já que permite o adiantamento de capital adequado para a aquisição de sementes selecionadas, fertilizantes, maquinário, forças de trabalho etc. Num contexto de grande disparidade entre o tempo de trabalho e o tempo de produção e onde o período de produção é muito extendido, o crédito também é fundamental à reposição e manutenção do capital constante das empresas agrícolas que operam em grande escala. Maiores adiantamentos são necessários para suprir os estoques de matérias-primas e de matérias auxiliares, pois ingressam de modo muito irregular no período de produção (condicionados pelo tempo da natureza) e em curto intervalo de tempo (por exemplo, na adubação, nos tratos fitossanitários etc.). Ademais, capitais fixos inoperantes (máquinas e ferramentas), inertes com a interrupção do tempo de trabalho, estão expostos à corrosão do tempo e do "desgaste moral"[7], porém, continuam precisando de contínua manutenção e se depreciando. Tudo isto – somado aos investimentos improdutivos em aquisição de terras – provocam a diminuição da fluidez requerida pelos capitais, desaceleram seus tempos de rotação e aumentam seus custos, requisitando grandes adiantamentos de dinheiro (MARX, 2014).

Além destes entraves à empreitada capitalista, relativos à natureza peculiar do processo de trabalho agrícola, há também o representado pelo monopólio da terra. De acordo com Marx (2017), este monopólio restringe o ingresso dos capitais nos ramos agrícolas, obstaculizando, assim, a livre concorrência, que os impulsiona ao incremento produtivo, impedindo a formação de um lucro médio com os setores mais avançados, acabando por resultar, em relação à indústria fabril, num atraso técnico da agricultura.

Essas barreiras à expansão e à apropriação do valor, provenientes sejam da natureza do processo de trabalho agrícola (que obstruem a exploração do trabalho e a auferição de lucros), sejam da forma social do uso da terra no capitalismo (que bloqueia a

[6] A cooperação de muitos trabalhadores permite atacar o objeto de trabalho "por vários lados" (MARX, 2013, p. 402), criando-se uma "justaposição espacial", devidamente coordenada, de processos de trabalho. Assim, é possível "estender o âmbito espacial do trabalho" e estreitar "a área de produção em relação à escala da produção" (MARX, 2013, p. 404).

[7] "(...) além do desgaste material, a máquina sofre, por assim dizer, um desgaste moral. Ela perde valor de troca na medida em que máquinas de igual construção podem ser reproduzidas de forma mais barata, ou que máquinas melhores passam a lhe fazer concorrência" (MARX, 2013, p. 477).

nivelação das taxas de lucro), afastam a produção capitalista em determinados ramos e, concomitantemente, freiam o desenvolvimento de suas forças produtivas. Configura-se, desse modo, uma grande diversidade técnica e de modos de trabalho entre os grandes gêneros e ramos da produção social, criando-se espaços a relações de produção que não são especificamente capitalistas, especialmente na agricultura.

A agroindústria do óleo de palma é um claro exemplo dessas desigualdades técnicas, no caso, entre o seu setor fabril e o setor agrícola. De um lado, um processo altamente tecnificado em todos os seus momentos e dominado por máquinas; noutro, a tecnologia, que se apoderou dos materiais de trabalho, atingiu apenas de modo muito parcial os meios de trabalho e a atividade dos trabalhadores. Não é coincidência que nas usinas processadoras o capital se vale unicamente da relação de produção propriamente burguesa, e na produção dos cachos de frutos frescos, ele recorra, além do trabalho assalariado, ao trabalho camponês, estabelecendo com estes contratos de integração.

Cabe agora desenvolver como os capitais das agroindústrias paraenses do óleo de palma submetem o trabalho aos seus desígnios, buscando-se as mediações que expliquem as formas de submissão produzidas.

Subsunção real e formal do trabalho à produção do óleo de palma

Já se produzia óleo de palma antes do capital o transformar em um de seus ramos de extração do mais-valor, assim como já existia o mais-trabalho antes que o capital o autonomizasse como um fim em si mesmo[8]. Se na sua pré-história o capital era meramente um mediador, entremeando-se entre o produtor e o consumidor como um comerciante de dinheiro ou de mercadorias, em sua maturidade, ele também adentra o campo de trabalho e, ao atingir determinado nível de concentração[9], torna-se o seu dirigente e vigia.

Ao reunir em um mesmo local todas as mercadorias necessárias à consecução de um determinado processo de trabalho (meios de produção e força de trabalho, em adequada proporção), o capital tratará de dirigir os trabalhadores com vigilância para que somente o que é socialmente necessário se realize: nenhum desperdício de materiais e de tempo, nenhum desgaste proposital dos meios de trabalho etc. Pois, como se viu, mais do que o comando sobre o trabalho (para que se produza um produto de valor), o processo de trabalho do capital é, fundamentalmente, o "comando sobre o trabalho não pago" (MARX, 2013, p. 602).

[8] "O capital não inventou o mais-trabalho" (MARX, 2013, p. 309).
[9] Para que o proprietário de dinheiro se torne a "personificação do capital", como diria Marx (2013, p. 667), e, assim, assumir a função exclusiva de dirigente do processo de trabalho, o *quantum* mínimo de valor em suas mãos deve lhe permitir abandonar o espaço da produção, enquanto trabalhador-proprietário (MARX, 2004, p. 91).

Por certo, a atividade do trabalhador está submetida às exigências de maximização do mais-valor. Porém, cabe indagar por que o trabalho livre se sujeita ao mais-trabalho. Como afirma Marx (2013), diferentemente de categorias de produtores pretéritas ao capitalismo, em que a sujeição ao mais-trabalho realizava-se mediante a violência pessoal ou a dependência política, a coação ao mais-trabalho do assalariado ao capital pressupõe a perda e/ou a precarização dos meios que lhe garantam a subsistência – que, portanto, ele seja levado, por pressão das circunstâncias, a vender a sua força de trabalho a outrem, a se *incluir* no capital, como capital variável. A relação de subordinação do trabalhador ao capital é, com o devido rigor dialético, uma relação de subsunção, isto é, uma relação, a um só tempo, de inclusão e de submissão. O trabalhador possui uma dependência econômica com o capital, com "seu próprio produto" (MARX, 2013, p. 692), de tal maneira que a sua reprodução física fica atrelada à reprodução do capital, acabando por lhe determinar não somente seu tempo de trabalho, mas também seu tempo de vida (pois está condicionado àquele), seja qual for o nível do seu salário[10].

Ao propor a categoria da *subsunção do trabalho ao capital*, Marx (2004) procurou expressar o traçado histórico constitutivo da relação, o que lhe permitiu determinar a sua forma geral, distinguir suas formas particulares e apreender o seu movimento tendencial. A forma geral da subsunção é a própria relação capitalista, quando o capital reúne, sob o seu comando, trabalhadores assalariados e meios de produção em volumes consideráveis para que a produção se dê em larga escala. Historicamente, ela surge com o capital se apropriando de modos de trabalho preexistentes, alterando unicamente a *forma* da relação: se noutro tempo os produtores trabalhavam para si, como artesãos ou camponeses autônomos, agora o fazem para um patrão. Como essa relação constitui "o ponto de partida do processo de produção capitalista" (MARX, 2013, p. 410), seja qual for sua época, para existir a subsunção do trabalho ao capital basta que a forma da relação seja alterada, efetuando-se a divisão da jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário e tempo de mais-trabalho. Por isso, em sua forma geral, a subsunção é aqui categorizada de subsunção formal do trabalho ao capital *no geral*:

> O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital: da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do *próprio* capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto o que denomino *subsunção formal do trabalho no capital.* É a forma *geral* de qualquer processo capitalista de produção". (MARX, 2004, p. 87)

[10] "A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. As condições de sua venda, favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua revenda e a reprodução ampliada da riqueza como capital" (MARX, 2013, p. 695).

Porém, ao mesmo tempo, a subsunção formal é uma forma particular da subsunção, presente em processos onde o capital ainda não alterou por completo o modo de trabalho, como na manufatura e na cooperação simples, examinadas por Marx (2013).

Apesar dessa aparentemente simples mudança de forma – que, na realidade, é produto de grandes perturbações sociais – uma série de modificações começam a ser imprimidas no modo de trabalho, mediante a cooperação, a divisão do trabalho, a aplicação da ciência à produção etc., em face da exigência da elevação das forças produtivas do trabalho para a produção do mais-valor relativo. É desse desenvolvimento que é gestado o modo corresponde ao capital, que surge no momento em que se efetua uma alteração crucial: o *revolucionamento dos meios de trabalho*.

Enquanto tais métodos não atingem de modo essencial os meios de trabalho, o capital ainda não consegue subsumir realmente o trabalho a si, pois, como afirma Braverman (2011, p. 53), não logrou a dissolução da "unidade de concepção e execução" do trabalho. A forma particular da subsunção formal, enquanto modo de produção formalmente subsumido ao capital, não é superada se subsistir um critério subjetivo, proveniente de outros modos de produção, que escapa ao controle do capital, mesmo com todos os avanços tecnológicos e organizacionais da produção: o direcionamento do trabalho pela habilidade do trabalhador em manusear a sua ferramenta. Aqui, é o capital, na forma do capital constante, que é acionado pelo trabalhador. Trata-se de inverter, criando-se um critério objetivo: o trabalho morto é que deve acionar o trabalho vivo. A máquina-ferramenta, como meio de trabalho revolucionado, em cooperação com outras, conformando um sistema, proporciona um processo de trabalho adequado aos fins do capital, isto é, um modo de produção realmente (pois materialmente) subsumido ao capital, um *modo de produção especificamente capitalista*:

> (...) o desenvolvimento pleno do capital só acontece – ou o capital só terá posto o modo de produção que lhe corresponde – quando o meio de trabalho é determinado como *capital fixo* não só formalmente, mas quando tiver sido abolido em sua forma imediata, e o *capital fixo* se defrontar com o trabalho como máquina no interior do processo de produção (...). (MARX, 2011, p. 583)

Portanto, a *subsunção real do trabalho ao capital*, que se desenvolve sobre a base da subsunção formal (mediante os métodos da produção do mais-valor relativo) completa-se quando o meio de trabalho, enquanto capital (fixo), antes um membro da ação do trabalhador, torna-se o sujeito do processo, transformando o trabalhador em seu "acessório vivo" (MARX, 2011, p. 581). A subsunção real inverte a relação sujeito-objeto na produção.

Muitos autores não compreenderam a especificidade da subsunção real, vendo-a presente em processos de trabalho onde o capital tenha realizado qualquer alteração em sua base técnica, em direção ao aumento da produtividade. Como não apreenderam o processo transicional, isto é, o seu desenvolvimento sobre a base da subsunção formal no particular, lhes escapam que somente quando o capital atinge os meios de trabalho é que o trabalho vivo se torna efetivamente – porque materialmente – subsumido a ele. Acabam por resumir o tema a uma questão meramente técnica e não relacional. Enquanto o trabalhador continuar sendo o sujeito do processo, em razão de seu primado sobre o meio de trabalho, a subsunção formal ainda não foi superada por completo. Um exemplo é Napoleoni (1981, p. 80), que entende que a subsunção formal "consiste no fato de que o capital subsume a si o trabalho, deixando-o, porém, nas mesmas determinações técnicas". Contudo, este autor tem a vantagem de ter compreendido a diferença entre a subsunção formal no geral e a subsunção formal no particular, algo que não foi capturado por Santos (1978), Baiardi (1981) e Faure (1984), que interpretam que a subsunção formal se apresenta em relações não capitalistas de produção, no caso, nas formas camponesas.

Quando se observa o processo de trabalho da fábrica extratora de óleo de palma vê-se desaparecer a dependência do capital à habilidade manual do trabalhador, tornando-a residual, em contraste ao processo de trabalho de sua matéria-prima principal, os cachos de dendê, onde é dominante. Por isso, sustenta-se que ali o capital subsume realmente o trabalho, enquanto que aqui, nos campos de dendezeiros empresariais, o trabalho ainda se encontra subsumido formalmente ao capital.

Veja-se. Considera-se o exemplo da usina extratora da Biopalma, localizada no município de Moju (PA) e inaugurada em 2012. Com capacidade de processar 120 toneladas de cachos de dendê por hora (que se objetiva em 25 toneladas de óleo), é, segundo a própria empresa, a primeira usina brasileira "com nível inédito de automação em seus processos"[11]. Tem-se, então, nesta usina, um exemplo de um "sistema de máquinas" (MARX, 2013), onde cooperam máquinas-ferramentas de diferentes tipos e de modo complementar, pois o material de trabalho flui com o mínimo de intervenções do trabalhador e em uma sequência fixa e mais ou menos contínua.

Tal processo começa com a pesagem dos cachos ainda nos caminhões, que então são despejados, com o acionamento do basculante, nas rampas de recebimento. Amontoados pela gravidade, precisam ser desembaraçados para trilhar, em grandes vagões, até as cápsulas de esterilização, onde são cozidos mediante vapor. Após, os frutos são separados dos cachos, seguindo rumos diferentes.

[11] Disponível em: http://www.biopalma.com.br/quem-somos. Acessado em: 13/01/18.

Os cachos vazios, de volume significativo, são triturados e reutilizados na queima das caldeiras de vapor ou na adubação das plantações. A empresa se orgulha do reaproveitamento desse e de outros resíduos (água, bagaço dos frutos etc.), como um "compromisso que tem com a natureza". Não é para menos, pois representam lucro. Ora, os resíduos são materiais que adentram por completo no processo de trabalho, porém sem ingressar no processo de valoração (não conservando seus valores), tais quais os materiais desperdiçados, comprometendo-se a taxa de lucro (MARX, 2017). Mas, ao reingressarem no processo de trabalho – consumidos pelas caldeiras ou pelas plantas – readquirem seu caráter normal, socialmente necessário e se expressam em valor (dinheiro).

Enquanto os cachos vazios desviam pelo subsistema de reaproveitamento, os frutos soltos são prensados para extrair-se de sua polpa o óleo de palma e de suas amêndoas – desvencilhadas da biomassa sobrante – o óleo de palmiste, mais adiante. Por canais próprios, os óleos são levados à clarificação[12] e, em seguida, finalmente estocados à espera do transporte para as refinarias localizadas fora da região.

Há uma máquina de trabalho específica em cada um desses momentos, que, em cooperação, recebe automaticamente da outra o material de trabalho, via esteiras, elevadores, tubulações etc. gerando-se a máxima fluidez. A função do trabalhador resume-se a assessorar a ação da máquina, que, condicionado ao seu movimento, a abastece, corrige possíveis desvios, limpa-as etc. Quanto mais pontual, esporádica e remota as intervenções do trabalho, maior a eficiência desse sistema.

O processo de produção dos cachos de dendê é bem distinto. Inicia-se com a preparação do solo e das mudas nos viveiros, que, com o crescimento adequado, são transplantadas para os campos definitivos. Após aproximadamente 3 anos de cultivo, a planta[13] fornece seus primeiros cachos, chegando ao seu pico produtivo no quinto ano, que se mantêm até o décimo sexto, quando começa a declinar, precisando ser renovada no vigésimo quinto (EMBRAPA, 1995).

Aqui, o trabalho realiza-se de modo esporádico, deixando boa parte do período de produção à ação natural. No mais, o processo é fundamentalmente direcionado pelas mãos dos trabalhadores, conservando-se um princípio subjetivo em sua organização, mesmo quando uma máquina é inserida (que, por isso mesmo, torna-se acessória e parcial, não conformando um sistema).

[12] Este é o único momento da produção em que o processo de trabalho sofre uma interrupção importante, em função da decantação. As empresas, portanto, têm um especial interesse em diminuir esse tempo. Nessa usina em específico, é utilizada uma inovação: um tanque pré-clarificador, capaz de acelerar o processo físico e reduzir a perda de óleo.

[13] Utilizando-se cultivares de *Elaeis guineensis* da variedade Tenera.

A divisão do trabalho surge, assim, da decomposição da totalidade da atividade manual envolvida, sendo arregimentadas equipes de trabalho específicas para cada um de seus momentos.

Nos viveiros, principalmente em sua fase inicial, que são os três primeiros meses, requer-se uma especial atenção e cuidado dos trabalhadores. A atividade é mediada por pequenas ferramentas (pás de jardinagem, tesouras, regadores etc.) e até mesmo pelos dedos, na delicada tarefa de enterrar as sementes para que não sofram qualquer dano. Em razão da sensibilidade da muda e do alto investimento nas sementes selecionadas, o trato deve ser cauteloso, optando-se pela força de trabalho feminina (EMBRAPA, 2010, 1995).

O transplante é realizado depois de 10 a 14 meses. Em menos tempo, pode-se danificar as plantas, em mais, torna-se difícil o manejo, pois a força dos braços é que as põe e retira do caminhão para distribuí-las até as parcelas. Realizado o piqueteamento (no "espaçamento de nove metros em triângulo equilátero, o que assegura uma densidade de 143 plantas/hectare" (EMBRAPA, 1995, p. 28)), com a ajuda do enxadeco, da enxada ou mesmo de máquinas, os trabalhadores removem a terra e enraizam as mudas. Este é um momento de intensa demanda da cooperação de trabalhadores, pois deve ser finalizado em, no máximo, dois meses, para se aproveitar a água gratuita do período chuvoso mais intenso (de janeiro a março) (EMBRAPA, 2010, 1995).

Na manutenção dos dendezeiros, constituída pelo coroamento, rebaixo, adubação, poda e controle fitossanitário (EMBRAPA, 2010, 1995), o uso de máquinas é mais frequente, como o de roçadeiras, adubadeiras e pulverizadoras, sobretudo no rebaixo da cobertura viva[14] e em tratos que não exigem muita precisão. Quando estes são requeridos, a habilidade manual e a percepção visual dos trabalhadores são acionadas, como nos anos iniciais do coroamento[15] e da adubação[16], além do controle fitossanitário e em todo o processo de poda das folhas dos dendezeiros[17].

A colheita[18], que também compreende o carregamento dos cachos e o seu transporte até a usina, é o momento mais crítico da produção, pois deve ser completada em no máximo 24 horas. Realizada o ano todo (com maior proporção nos meses de julho a outubro, que são os meses da safra), inicia-se com os trabalhadores identificando e

[14] Esta cobertura faz parte do preparo da área para o plantio. Seu propósito é proteger o solo de erosões, fornecer nitrogênio para a nutrição das plantas (fixação biológica de nitrogênio) e conter o aparecimento de ervas daninhas. A leguminosa *Pueraria phaseoloides* é a mais recomendada para esse fim (EMBRAPA, 1995).

[15] O trabalho do coroamento consiste na remoção das plantas que cercam o dendezeiro, por meio de ferramentas, máquinas e herbicidas, no sentido de evitar a competição por nutrientes e facilitar seu manejo.

[16] É necessária uma boa estatura dos dendezeiros para que as adubadeiras tratorizadas alcancem os pés das plantas sem, com isso, machucar a folhagem.

[17] A poda é efetuada, sob o aspecto do manejo, objetivando-se facilitar a identificação e o posterior corte dos cachos maduros, e evitar a retenção dos frutos entre as folhagens. O controle fitossanitário – que, na realidade, já se inicia no coroamento e na poda – é feito planta por planta, por trabalhadores chamados "visitadores".

[18] Para que esta ocorra, é necessária primeiramente a polinização dos dendezeiros, em maior medida realizada pela ação do vento ou de insetos. Todavia, principalmente em híbridos, a polinização natural é insuficiente, devendo ser assistida por trabalhadores.

derrubando os cachos maduros[19], auxiliados pelo cinzel, quando as plantas possuem menos de 3 metros, ou pela foice malasiana, em plantas maiores, evitando-se a retirada por um peeiro[20]. Com grande esforço, os cachos, que pesam em média de 15 a 20 kg[21], são apunhalados com um espeto de aço e transferidos para um trator. Por detrás, seguem os "caroceiros" coletando os frutos soltos, para evitar seus desperdícios. Carregado o trator, segue-se para o local de coleta, retransferindo-se manualmente o conteúdo para um contêiner, para finalmente os caminhões basculantes o conduzirem até a usina.

Os trabalhadores dos dendezais, imersos em um processo de produção em que suas mãos, músculos e cérebros constituem o impulso primordial da transformação dos objetos de trabalho, não estão, portanto, subsumidos materialmente ao capital, embora toda a concepção e direção sejam deste. Até os principais acidentes de trabalho – cortes ocasionados por espinhos (presentes nos cachos e nas folhas dos dendezeiros) e pelas ferramentas (sobretudo quando estão sendo afiadas) – expressam esse fato. Desse modo, o capital deve encontrar outros mecanismos para controlar a atividade do trabalhador, sendo os principais a supervisão e a própria relação estabelecida: o assalariamento e a forma salarial.

O medo da quebra da relação salarial, que significa, em último caso, a perda dos meios do trabalhador e de sua família de continuarem existindo, é a coação universal ao mais-trabalho no modo de produção capitalista. Na microrregião de Tomé-Açu, em particular, trata-se do real receio de "girar" entre as empresas ou da incerteza de ser recontratado somente nos períodos de maior demanda de trabalhadores, sobretudo na colheita da safra e no replantio (que só ocorre quando se expande ou se renova a plantação). Também o temor do retorno à condição de pauperização que se encontrava antes, na condição de camponês saído de "lugares imersos na precariedade estrutural" (NAHUM; BASTOS, 2017, p. 57), ou, mesmo, de (re)ingressar no imenso exército de inativos (MARX, 2013) sem expectativas de encontrar trabalho regulamentado. Assim, por força das circunstâncias, o "rural palmar", como é denominado pelas empresas, é melhor disciplinado.

Quanto à forma salarial, é ela que estimula o trabalhador ao patamar de intensidade requerido. Em processos de trabalho em que domina a subsunção formal e onde os seus resultados são facilmente quantificáveis, como é o caso estudado (especialmente na colheita), os pagamentos por incentivos (DOBB, 1977) são os mais comuns, concedendo-se ao salário-base uma bonificação proporcional ao *quantum* que ultrapassar da meta diária:

[19] Com a maturidade adequada, pois isto influi diretamente na qualidade do óleo, especificamente em seu nível de acidez, que deve estar abaixo de 3%.
[20] Peeiro é o trabalhador que retira os cachos da palmeira escalando-a. Esta prática, além de elevar os riscos de acidentes, aumenta o tempo de extração. É comumente utilizada em palmeiras antigas, de dendezais subespontâneos, em virtude do porte alcançado pelas plantas.
[21] Essa é a média mercantil. Em dendezeiros com mais de 25 anos, os cachos chegam a utrapassar os 50 kg.

> É evidente que os pagamentos por incentivos são muito mais vantajosos para o empregador quando o ritmo de trabalho depende do próprio trabalhador e da velocidade com que ele trabalha, como, por exemplo, o torneiro no torno ou o escavador na mina de carvão. Por outro lado, quando o ritmo de trabalho é governado pela velocidade do maquinário, e o trabalhador pouco pode fazer além de acertar o passo com a máquina numa série de operações mais ou menos rotineira, talvez tanto faça ao empregador pagar por tarefa ou por hora. (...) O pagamento por incentivo será mais praticável e mais manejável onde o trabalho, de caráter padronizado, se compõe de "tarefas" regulares, que se medem com facilidade e continuam sendo as mesmas durante semanas a fio (DOBB, 1977, p. 75-76)

Esta forma se aproxima da que Marx (2013) analisa, a do salário por peça, uma vez que, de modo semelhante, proporciona o grau adequado de intensidade e uma menor necessidade de supervisão (fundamental na dendeicultura, em razão da extensão espacial dos cultivos), pois só são contabilizados os resultados com a qualidade requerida. Como aqui os cérebros e as mãos do trabalhador são os princípios ativos do processo de trabalho, pois é de sua perícia em manusear ferramentas e de avaliar o que deve ser realizado que dependem, em última instância, a consecução laboral ("deve-se derribar os cachos, mas não quaquer cacho"), é fundamental para o capital provocar a sua subjetividade, valorizar o seu empenho com bonificações, criando-se, assim, a ilusão de que o seu salário não é determinado pelo valor de sua força de trabalho, mas por sua específica "capacidade de produção" (MARX, 2013, p. 621).

Apesar de atenuada, não se exclui a importância da supervisão[22], presente em todos os momentos da produção, em especial nos exigentes de maior cuidado e de atenção aos detalhes do manejo, casos do replantio e da colheita. Se a qualidade e a quantidade necessárias não são alcançadas recorrendo-se à consciência do trabalhador, seja pelo medo ou pelo estímulo, o capital delega "seu poder autocrático" (MARX, 2013, p. 496) aos fiscais para que sejam impostas, sob pena de multas e descontos salariais.

Na usina processadora, diferentemente, o controle do capital sobre o trabalho é um "fato tecnológico" (MARX, 1994, p. 30), condicionando sua intensidade ao movimento da máquina, ao mesmo tempo em que remove de suas mãos o toque primordial. Se no setor agrícola o meio de trabalho aparece como um auxílio ao trabalhador, na fábrica, se inverte, tornando-se absolutamente indiferente às vontades do trabalhador, até mesmo voltando-se contra ele[23], ao ponto de torná-lo supranumerário. No espaço da produção do capital, quanto mais desenvolvidos são os meios de trabalho, menor é o poder do trabalhador:

[22] "A fiscalização deve ser intensa, pois são comuns erros causados pelos trabalhadores. Seja má fé, despreparo, distração ou outro motivo, estes erros devem ser evitados" (EMBRAPA, 2010, p. 91).
[23] É necessário não se confundir a maquinaria utilizada de forma capitalista (forma social específica), da maquinaria como forma geral. Esta guarda a possibilidade de desenvolver o trabalho, em sua genericidade; aquela, de antagonizá-lo (MARX, 1994, p. 30).

> Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva. A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consuma-se (...) na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade detalhista do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como coisa diminuta e secundária perante a ciência, perante as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo que estão incorporadas no sistema da maquinaria e constituem, com este último, o poder do "patrão" (*master*) (MARX, 2013, p. 495)

Por ser dependente das intervenções essenciais do corpo do trabalhador, o processo de trabalho na dendeicultura é, por isso, limitado, pois o organismo vivo cansa, se irrita, desconcentra e tem vontade própria, mesmo com toda vigilância. Na usina, a maquinaria rompe com esses limites, tornando o trabalho mais contínuo, intenso e tecnicamente homogêneo. Para o capital, portanto, a subsunção real é a forma mais adequada de submeter o trabalho a si, de aumentar sua exploração, e, desse modo, extrair do trabalhador o mais-trabalho.

Subsunção ideal do trabalho à produção capitalista do óleo de palma

Em ramos da produção social onde as forças produtivas do trabalho são relativamente atrasadas, é possível que outras relações de produção, onde nem mesmo exista a subsunção formal do trabalho ao capital, se reproduzam na órbita de ramos mais avançados, que apresentem uma alta composição orgânica de capital. Este é o caso da integração (ou "parceria") da agroindústria do óleo de palma paraense com a agricultura camponesa.

Esta parceria consiste no acordo de fornecimento exclusivo, pelos agricultores integrados, de cachos de frutos de dendê a uma empresa processadora específica, que, por sua vez, assume o compromisso, firmado em contrato, da compra integral de toda a sua produção (assim como de oferecer-lhes assistência técnica), desde que se responsabilizem em cumprir todas as exigências contratuais (sobretudo técnicas) para, assim, garantirem a venda.

Segundo o Banco da Amazônia (2012), o histórico dessa integração se subdivide em dois momentos: o primeiro, iniciado em 2002, sob iniciativa do Grupo Agropalma, possuía somente um cunho experimental; o segundo, mais importante, está em curso,

suscitado pelos lançamentos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), em 2010, que regulamentam e estabelecem incentivos à produção de biocombustíveis, em especial a partir do óleo de palma, com o fomento da inserção da agricultura camponesa na cadeia produtiva. A partir de então, uma forte expansão das parcerias ocorre, assim como a entrada de novas empresas no negócio, como a Biopalma, a ADM do Brasil e a Petrobrás Biocombustíveis.

Os "projetos integrados de dendê-familiar", como são nominados, são financiados pelo Banco da Amazônia ou pelo Banco do Brasil, por intermédio de uma modalidade específica de crédito destinada aos investimentos nas culturas do dendê ou da seringueira (PRONAF-ECO), que custeia a implantação e a manutenção da cultura (o que inclui a do integrado) até o quarto ano, com um prazo de 14 anos para o pagamento e 6 anos de carência[24].

Os custos relativamente baixos da produção dos cachos são a expressão fenomênica da possibilidade dessa integração, que permite, pelo menos atualmente, a contração e o pagamento dos empréstimos pelos integrados. Sua essência está relacionada às dificuldades, já discutidas, de valorização capitalista inerentes à agricultura, em face das constantes interrupções no processo de trabalho, do longo período de produção, do bloqueio representado pela propriedade fundiária, e, em específico à dendeicultura, da sua sazonalidade, da extensão e fragmentação espacial das áreas de cultivo, dos custos de implantação (compra de terras, arroteamento etc.) e por uma questão técnica decisiva: da necessidade da proximidade dos cultivos com a usina processadora, de modo que não exceda o tempo de 24 horas da colheita até o recebimento dos frutos. Essa perecibilidade inibe a produção capitalista (MARX, 2014) porque o valor dos frutos se perde simultaneamente em que se corrói o seu valor de uso. Nesse sentido, é fundamental ao capital estreitar e controlar o âmbito espacial não só da produção, mas também o da circulação. Se não os logra territorializando-se (exercendo o controle direto), porque algo o bloqueia, ele recorre ao controle indireto, impondo sua vontade particular às outras via monopolização do território, como afirma Oliveira (1988).

A integração, portanto, sob o ponto de vista das empresas, significa, por um lado, a diminuição dos custos de produção e de circulação com sua matéria-prima principal e, por outro, a transferência dos riscos inerentes a esse tipo de produção aos integrados. O fracionamento da produção e o aumento dos fornecedores elevam a garantia das empresas por um resultado normal na ponta da produção (a do óleo) e, no mais, atenua os efeitos das

[24] A uma taxa efetiva de juros de 5,5% a. a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano). O limite de crédito é de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) para a exploração de dez hectares de dendê. Dados extraídos de: http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/eco-dende-seringueira. Acesso em: 18/09/2018.

crises econômicas ou das perdas em seus próprios campos, como uma forma de compensação.

A aparência criada é de que “os riscos são compartilhados”, de que o contrato sacramenta uma relação em condições de igualdade, entre livres proprietários, uns de dinheiro, outros de mercadorias (cachos de dendê). Contudo, quando se encontram no mercado, seus fins não são os mesmos, pois as condições reais em que comparecem também não são. Primeiro, para o capital, trata-se da aquisição de mercadorias, convertidas em capital circulante, destinadas a compor o processo de valorização; para o integrado, refere-se à sua subsistência, de dinheiro para repor os meios de manutenção da unidade produtiva e de sua família.

Nesse sentido, apesar das semelhanças técnicas na produção dos cachos, a “alma social” (MARX, 2013, p. 816) que reveste os campos de trabalho dos integrados camponeses e das empresas é outra. Tomemos dois exemplos. O primeiro, sobre o papel diferentemente desempenhado pelo crédito. O agricultor que produz para a satisfação de necessidades não suportaria cultivar somente plantas que possuam um período muito longo de produção (MARX, 2014), pois, enquanto elas amadurecem, ele precisa se sustentar e cuidá-las. Se ainda não tem seus frutos, se ainda não pode comê-los ou vendê-los, a plantação e a sua família definhariam juntas. Por isso recorrem a plantas com ciclos mais curtos e à pluriatividade. Isto explica a imprescindibilidade do crédito aos integrados.

Para as empresas, o crédito surge da necessidade de se adiantar grandes massas de valor suficientes para iniciar a produção em grande escala e para acelerar o tempo de rotação do capital (MARX, 2014), comprometido com o longo período de produção da cultura (de 3 anos, para o início da colheita) e com as interrupções no tempo de trabalho. Isto é, o crédito aqui tem a função não de reproduzir a vida, mas de iniciar a acumulação e elevar a lucratividade.

Outra diferença se refere à utilização do trabalho remunerado. Enquanto que para as empresas este lhes proporciona a valorização de seus capitais, para o integrado, o pagamento a trabalhadores, seja por “diárias” ou por “empreita”, não se destina à acumulação, mas para garantir o fornecimento dos cachos, o que significa a subsistência familiar. O que lhe interessa é tão somente o conteúdo particular desses trabalhos (seus “serviços”), como uma “ajuda” nos momentos críticos (CHAYNOV, 1974), quando são insuficientes os braços da família.

Fica claro, então, que não há igualdade real quando se apresentam no mercado, evidenciando-se o caráter ideológico do termo “agricultura familiar”, que oculta as diferenças de objetivos e de condições objetivas de reprodução entre empresas e integrados, nivelados como “empreendedores”.

Mas também à jusante da esfera da circulação a equidade se dissipa, levantando-se a sujeição do trabalho do integrado à empresa integradora. Sabe-se que uma coisa é produzir para si, outra, é produzir para o mercado e outra, para o capital. Na produção de subsistência, por se destinar à satisfação imediata das necessidades do produtor (sem a mediação das trocas), nenhuma pressão externa é exercida, além da que o seu próprio estômago o inflige. Na produção mercantil, como se produz para a sociedade e, assim, seu trabalho constitui um elo da divisão social do trabalho, o produtor, como afirma Rubin (1980, p. 23), "já no processo de produção direta (...) é forçado a adaptar sua atividade de trabalho (antecipadamente) às condições esperadas do mercado", pois a situação dele "depender do mercado significa que sua atividade produtiva depende da atividade produtiva de todos os membros da sociedade". Ou seja, aqui se impõe indiretamente, mediada pelo produto, o trabalho social médio. Na produção para o capital, onde há a subsunção formal no geral, desaparece qualquer autonomia do produtor, e o trabalho socialmente necessário é imposto diretamente pelo capital.

Todavia o integrado, um pequeno produtor mercantil, não é dominado apenas por seu produto, que lhe "impele" a tornar-se vendável, mas igualmente pelos próprios dispositivos do contrato[25]. Em primeiro lugar, ele não vende para quem quer e não produz o que quer: toda a sua produção se destina, por 25 anos, para a empresa que firmou a integração[26], e a terra, que lhe garantiu o financiamento, deve ser exclusivamente cultivada com dendezeiros. Se ali desejar semear qualquer outra planta, deverá pedir autorização. Em segundo lugar, para assegurar um padrão de qualidade do produto, pois é o seu valor de uso que importará para a exploração do trabalho nas usinas[27], não basta à empresa a imposição de uma unidade técnica mediante o fornecimento de todas as especificações do processo de trabalho, via assistência técnica e treinamento, e dos insumos apropriados (cindindo o saber-fazer camponês), mas também o seu controle direto. A empresa então tem garantido o livre ingresso às propriedades dos seus integrados para que exerça sua fiscalização, e caso ocorra qualquer descumprimento das exigências contratuais, a compra dos cachos e o fornecimento de insumos são bloqueados, levando-se, em último caso, à rescisão contratual e ao ressarcimento dos investimentos realizados por ela. Por fim, é especificado aos integrados exatamente em que tempo (repetições, época etc.) devem realizar as atividades. Desse modo, a disciplina, intensidade e qualidade do trabalho

[25] Utilizamos como exemplo o contrato de integração da Agropalma com a agricultura camponesa (AGROPALMA, 2012) e entrevistas realizadas na região.
[26] Apesar de não haver uma quantidade pré-estabelecida de cachos fornecidos, há um cálculo de sua estimativa, que leva em consideração a quantidade de plantas cultivadas, o grau de seu desenvolvimento (idade produtiva) e a época (safra ou entressafra). Como essa previsibilidade é fundamental para a regularidade do processamento dos frutos, a assistência técnica e a fiscalização ganham maior importância para manter as condições normais de cultivo, o que proporciona uma média gerenciável.
[27] O "que importa para a exploração imediata do próprio trabalho não é de modo nenhum o valor dos meios de exploração utilizados". (MARX, 2017, p. 110-111)

requerido pelo capital (sintetizadas no valor de uso da mercadoria) aparecem na integração como fiscalização, assistência técnica, capacitação, cronograma e fornecimento de insumos.

As obrigações com o financiamento e com o pagamento dos materiais e meios de trabalho, a sujeição de seu tempo e de sua terra à finalidade das empresas, por um lado, e a relativa segurança de uma renda, que não possuíam, por outro, pressiona os camponeses a manter a relação. A realização de um produto de valor para as empresas, adicionado de um excedente (que garanta o pagamento dos juros e dos lucros comerciais), também assegura a subsistência familiar, até então em um patamar de consumo que não conheciam.

De modo semelhante ao trabalho domiciliar moderno, a integração se apresenta como uma "esfera de exploração do capital" (MARX, 2013, p. 537), que se ergue na retaguarda das usinas extratoras. Tem-se a subsunção do trabalho do integrado camponês ao capital, que, por estar ausente a relação direta entre capital e trabalho, mas uma relação indireta, categoriza-se como *subsunção ideal do trabalho ao capital*.

Alves (2013, p. 104) se vale dessa noção para referenciar, sem desenvolvê-la o suficiente, o exemplo dos trabalhadores autônomos, "patrões de si mesmos", conceituando-a como "a subsunção do 'espaço interior' da pessoa às disposições sistêmicas do capital". Moreira (1999, p. 192) a utiliza, semelhantemente, em um sentido excessivamente psicológico, porém voltando-se ao mundo rural, para expressar "a desvalorização cultural das técnicas" da agricultura camponesa[28].

Aqui, entende-se a subsunção ideal como uma forma específica e ao mesmo tempo híbrida da subsunção do trabalho ao capital:

> No interior do modo de produção capitalista há certas partes dos trabalhos que produzem mercadorias que continuam a ser executadas de um *modo que é próprio dos modos de produção precedentes*, em que a *relação entre o capital e o trabalho assalariado* ainda não existe de fato (...). Todavia, essas relações embora não estejam ainda subordinadas realmente ao modo de produção dominante, estão-lhe subordinadas idealmente (...) (MARX, 2004, p. 113)

É uma *forma híbrida* porque os produtores ainda detêm a posse dos meios de produção[29], embora não decidam o seu tipo e a sua finalidade, e porque o controle sobre os seus trabalhos tem-se corroído, em face das exigências das empresas[30]. É *ideal* porque a coação ao mais-trabalho não resulta da sujeição direta ao capital, mas em razão das dívidas

[28] Este autor poderia ter ido além, pois, acertadamente, sustenta que as categorias da subsunção formal e da subsunção real são inadequadas "para a análise da especificidade das formas não-empresariais" (MOREIRA, 1999, p. 192).

[29] Na perspectiva desta categoria de produtores, os meios de produção são meios de consumo e não meios de acumulação.

[30] Por isso, a confusão jurídica: "Nos casos analisados, observou-se que os requisitos para formação do contrato de trabalho, dependendo da forma como forem interpretados, podem gerar vínculo trabalhista entre as empresas visitadas com os agricultores. Como exemplos, mencionam-se as relações verificadas na Biopalma e na Agropalma com seus respectivos agricultores" (ABRAPALMA, 2016, p. 7).

e das sanções previstas no contrato. Desse modo, “os seus próprios meios de produção defrontam-se-lhe na sua imaginação como capital” (MARX, 2004, p. 113)[31]. O propósito da produção surge, portanto, do próprio capital, de alimentar com o mais-trabalho os capitais de comércio de dinheiro e de mercadoria, e com os produtos, a valorização do processo de produção do óleo de palma.

Isto se expressa de imediato na adequada proporção trabalho/plantas/área das unidades camponesas integradas, de tal modo que proporcione o produto necessário à subsistência familiar, mas igualmente um excedente. Já estão pressupostos, portanto, os meios de produção necessários à realização do mais-produto (direcionado, pelos menos, ao pagamento dos juros).

A subsunção ideal do trabalho ao capital é, desse modo, uma forma que é reproduzida pelo próprio modo de produção capitalista, onde há “exploração pelo capital”, porém, “sem o modo de produção do capital” (MARX, 2011, p. 729). Ela é a forma geral da subsunção onde o capital atua como um intermediário, na mera mudança de sua forma (de capital-monetário para capital-mercadoria e vice-versa). Ele aqui não é “comprador direto de trabalho” e apropriador direto “do processo de produção” (MARX, 2004, p. 91), que o permitiria exercer a função de capital produtivo. Mas essa mediação possui uma determinação específifica, de caráter qualitativo: o modo do trabalho é sobredetermiado, isto é, ditado *a priori*, só se efetivando a relação se o produto for a objetivação rigorosa das especificações técnicas requeridas. Isto difere da mediação meramente formal do mercado, em que o trabalho socialmente necessário é “ditado” *a posteriori*. Por isso a subsunção ideal é recorrente em processos de trabalho acessórios, mas hegemonizados pelo capital, sobretudo ligados aos ramos fornecedores de matérias-primas e de matérias-auxiliares, com baixa composição técnica, onde o capital possui maiores dificuldades de estabelecer a relação que lhe é específica.

Considerações finais

A multiplicidade de relações de produção e de modos de trabalho coexistentes na agroindústria do óleo de palma paraense, não resumidas à forma capitalista em específico e pertencentes a diferentes períodos técnicos do trabalho, só pode ser explicada caso se compreenda que o processo de produção do capital é um processo essencialmente contraditório. São contradições que, como discutido, obstaculizam o desenvolvimento das

[31] Um efeito útil desta relação é que, na subsunção ideal, em comparação com a subsunção formal no geral (em que os meios de produção estão em oposição ao trabalho, pois não o pertence, sendo-lhe exteriores, requerendo-se, assim, uma atenção especial do capital quanto ao seu uso), a inspeção dos meios e matérias de trabalho realizada pelo capital se torna supérflua. Os produtores se “auto-vigiam” para que não ocorram desperdícios, descuidos, danos etc.

forças produtivas no campo, porque, nesse modo de produção, só avançam em oposição ao trabalho ou porque são cerceadas pelo monopólio classista da terra.

Mas o capital procura incessantemente superá-las (MARX, 2004). Sua busca por maior produtividade e para tornar supérfluo, acessório e cada vez mais unilateralizado o trabalho nos campos de dendezeiros, tendencia, ao se aplicar os métodos da produção do mais-valor relativo, à conformação do modo de produção especificamente capitalista nesse setor – só que de um modo lento e permeado de recuos, o que faz subsistir seu atraso relativo.

Como o desejo das empresas é que o seu produto "contenha o máximo possível de trabalho não pago", algo que só pode ser alcançado "mediante a produção para a própria produção" (MARX, 2004, p. 108), é fundamental que se libertem das limitações e da dependência da corporalidade viva do trabalho, que, malgrado sua subordinação formal, continua a ter vontade própria e resiste contra o uso irrestrito de suas forças. A subsunção real do trabalho representa a efetivação real, porque material, do processo de trabalho como processo de trabalho *do capital*, pois o próprio capital, como capital fixo (maquinaria), torna-se seu sujeito (o ato e a orientação do trabalho estão incorporados em si):

> "*A produção pela produção"* – a produção como fim em si mesma – já entra, é claro, em cena com a *subordinação formal do trabalho no capital*, logo que o objetivo imediato da produção é produzir *a maior quantidade possível de mais-valia*, logo que o *valor de troca* do produto se torna o objetivo decisivo. Mas esta tendência *inerente* à relação capitalista só se realiza de maneira adequada – convertendo-se numa *condição necessária* inclusivamente do ponto de vista *tecnológico* – logo que se desenvolve o modo de *produção especificamente capitalista* e, com ele, a *subordinação real do trabalho ao capital.* (MARX, 2004, p. 107)

A eclosão do modo de produção especificamente capitalista ainda se mostra relativamente distante dos campos de dendezeiros porque o desenvolvimento da subsunção real não é apenas obstaculizado pelas particularidades do processo de trabalho agrícola e pelo monopólio da terra, mas também porque ainda não se esgotou as possibilidades de se incrementar a produção pela mera ampliação da área do cultivo. Se nos principais países produtores, Indonésia e Malásia, o capital tem pouca margem para essa modalidade de expansão (BENTES; HOMMA, 2016), em outras regiões ainda há muito a se incorporar: somente no Pará, segundo a Embrapa (2006), são 5.500.000 hectares aptos a essa cultura, o que faria do Brasil o maior produtor mundial de cachos de dendê. Hoje, a área paraense destina à colheita é de "tímidos" 85.942 hectares, segundo o último levantamento realizado pelo IBGE[32]. No entanto, à medida que o famigerado "custo Brasil" é solapado, o que está em processo acelerado neste momento (com a facilitação da regularização fundiária e da

[32] Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2015.

obtenção de licença ambiental, a regulamentação dos defensivos fitossanitários, a liberação da compra de terras por estrangeiros, a reforma trabalhista, a terceirização irrestrita etc.), o caminho é o do avanço extensivo. Os capitais serão atraídos pelo aumento da taxa de lucro proveniente da diminuição dos custos provocados por essas medidas e não pelo incremento intensivo (desenvolvimento técnico). Nesse cenário, a subsunção formal ganha fôlego.

Para pensar um artifício: a desobrigatoriedade criada pela reforma trabalhista de remunerar as horas *in itinere*. Estas constituíam o tempo em que os capitalistas eram obrigados a pagar aos trabalhadores relativo aos seus deslocamentos ao local de trabalho, quando este é de difícil acesso ou sem transporte público regular. Mesmo que as empresas forneçam o transporte, como é o caso na dendeicultura, essas horas deveriam ser computadas como jornada de trabalho, pois, a partir do momento em que adentram no veículo particular, segundo a norma anterior, já se iniciaria uma relação de subordinação. Portanto, se tratará de um mecanismo de despossessão, mediante a transferência de valor da remuneração da força de trabalho para a acumulação capitalista, sem que seja necessário expandir a produção (seja extensivamente ou intensivamente).

Contudo, à medida que aumentam as forças produtivas no setor agrícola das empresas, especialmente com investimentos em capital fixo, a subsunção formal é sufocada e o camponês integrado vê-se impelido a acompanhar o novo patamar produtivo, mesmo que o avançar da idade não lhe proporcione mais a intensidade normal de trabalho ou algum infortúnio (enfermidades, acidentes, lesões etc.) diminua sua destreza. Por contrato, ele não pode desviar-se muito da média. Nesse sentido, o volume dos empréstimos que terá que contrair (sobretudo para a renovação das plantações) tenderá a ser cada vez maior, aumentando-se os riscos de endividamento. Por outro lado, os pagamentos recebidos pelos cachos (calculados com base nos preços internacionais do óleo de palma[33]), tenderão a ser menores, pois estes estão condicionados ao aumento da produtividade nas usinas e no setor agrícola, em face da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção nesses setores.

Muito embora a preocupação das empresas seja com a qualidade do produto entregue e não com a sua quantidade e, portanto, suas exigências recaiam sobre os objetos de trabalho, em um primeiro momento, pouco importaria se os integrados utilizam carros de boi em vez de tratores, ou terçados no lugar de roçadeiras (como alguns ainda o fazem). No entanto, o maior volume em matérias primas, especialmente as auxiliares (adubos, inseticidas, herbicidas etc.), seja para acompanhar o aumento da produtividade ou novas exigências técnicas, ou porque diminuem os riscos das perdas naturais, demandam mais meios de trabalho tecnicamente avançados. Assim, o receituário para a diminuição dos

[33] No contrato da Agropalma (2012), “ao preço de 12% a 15% (doze a quinze por cento) da cotação internacional do óleo de palma bruto (Roterdã, média do mês de venda), por tonelada de CFF (cacho de fruto fresco). ”

riscos naturais e econômicos do negócio, o “aprimoramento dos sistemas de produção” é, contraditoriamente, o que tolherá a reprodução do camponês integrado, pois a produtividade capitalista é produção a expensas da vida de quem produz.

Há medidas contra-arrestantes a essa tendência. A troca de dias de trabalho entre os integrados; a maior utilização de assalariados temporários (sejam eles regulamentados[34] ou não); o aluguel ou a compra coletiva de máquinas; a ampliação extensiva do trabalho, quer nas horas trabalhadas ou mediante a incorporação de novas áreas ao cultivo, incluindo-se os filhos em projetos vindouros, são exemplos.

As implicações à preprodução dessa categoria serão sentidas na diminuição do seu consumo, do seu tempo de vida (que reservam ao lazer, ao descanso, às refeições etc.), assim como à dedicação a outras atividades produtivas (como as do roçado), que complementavam suas rendas. O aumento da “auto-exploração” do trabalho do camponês integrado tornar-se-á nítido quando se vir a sistemática coleta dos frutos soltos, que costumeiramente ignoravam, pois pouco comprometia seus consumos, significando um desperdício (segundo a racionalidade camponesa) de energia laboral (CHAYANOV, 1974).

Por fim, é possível assumir que o “futuro do trabalho no campo”, contemplado por Firmiano (2017, p.131), apresenta-se na dendecultura capitalista da microrregião de Tome-Açú, com a elevação de um “contigente de trabalhadores precários” e das “formas de superexploração do trabalhador”, tornando-se cada vez mais alienado o trabalho, via assalariamentos, contratos e acordos firmados entre a agroindústria e os camponeses.

Referências

AGROPALMA. **Project for Planting Palm in Partnership with Smallholders of Araui and Calmaria II Communities**. Final Version, 2012. Disponível em: www.rspo.org. Acesso em: 02 jan. 2018.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaios de Sociologia do trabalho / Giovanni Alves. – Bauru: Canal 6, 2013. 240 p. In BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BENTES, Elisabeth dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Importação e exportação de óleo e palmiste de dendezeiro no Brasil (2010–2015).** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DOBB, Maurice. **Os Salários**. São Paulo: Cultrix, 1977.

EMBRAPA. **A Cultura do Dendê**. Brasília: Embrapa-SPI, 1995.

[34] A exemplo dos contratados pelo Consórcio de Empregadores Rurais de Moju, criado em 2014 (ver: SANTOS, 2015, p. 101 e 102)

_____. **Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/394940>. Acessado em: 05/07/2016.

_____. **Bases Técnicas para a Cultura da Palma de Óleo Integrado na Unidade Produtiva da Agricultura Familiar**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2010.

FAURE, Claude. Agricultura y Capitalismo. In CALVA, José Luis. **LOS CAMPESINOS y su devenir em las economias de mercado**. México: Terra Nova, 1984.

FIRMIANO, Frederido Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro**. Revista NERA, ano 21, n. 41, p. 120-137, jan. -mar. 2018.

MARX, Karl. **El Capital: libro I – capitulo VI** (inédito). 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1978.

MARX, Karl. **Economic manuscript of 1861-1863** (conclusion). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Collected Works. (vol. 34). London: Lawrence&Wishart, 1994.

_____. Capítulo VI: **inédito de O Capital**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. Grundrisse: **manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política**: Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital: crítica da economia política**: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Do Sítio Camponês ao Lote de Dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 20, nº 37, pp. 54-76, mai.-ago. /2017.

NAPOLEONI, Claudio. **Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 66, p. 5-22, 1988.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980. In

SAAD FILHO, Alfredo. **O Valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

Sobre os autores

Paulo Roberto Carneiro da Paixão Jr. – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Educação Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará. **OrcID**: https://orcid.org/0000-0003-4687-075X

José Antônio Herrera – Graduação em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson. Mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Geografia no Campus Universitário de Altamira. **OrcID**: http://orcid.org/0000-0001-8249-5024.

Como citar este artigo

PAIXÃO JR., Paulo Roberto Carneiro da; HERRERA, José Antônio. Subsunção do trabalho ao capital na agroindústria de óleo de palma na Amazônia Paraense. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 64-88, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Paulo Roberto Carneiro da Paixão Junior** e **José Antônio Herrera** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados e suas interpretação e análise. Por fim o segundo autor, **José Antônio Herrera**, ficou responsável pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 24 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 12 de janeiro de 2019.
Aceito para a publicação em 25 de março de 2019.

Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências[1]

Jondison Cardoso Rodrigues
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil.
e-e-mail: soncardosorodrigues@gmail.com

Ricardo Angelo Pereira de Lima
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil.
e-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es

Resumo

O processo de formação socioeconômica da Amazônia configurou-se historicamente por meio de lógicas impositivas e espoliativas, do qual os grandes projetos (rodoviário, ferroviário, portuário, hidrelétrico e minerário) são representativos. Tal processo constitui o objetivo desse artigo, que é apresentar e refletir sobre o imaginário e as narrativas acerca da Amazônia que vem se costurando (colando-se) e alimentando a lógica "recente" de grandes projetos de infraestrutura e de agentes econômicos, e, o planejamento e as políticas públicas "conduzidas" pelo Estado brasileiro. Pretende-se, além de mostrar os grandes projetos planejados, busca-se destacar como as populações tradicionais vêm resistindo a esses projetos; e, paralelamente, a isso, refletir sobre os desejos/necessidades dessas populações que vão para além do "projeto modernidade". O caminho de pesquisa teve como recorte empírico-espacial, o estado do Pará (janeiro de 2014 a junho de 2019), com observações, entrevistas, "participações" em audiências públicas, em Barcarena (Nordeste do Pará) e Itaituba (Oeste do Pará), pesquisas de campo; além de reflexões a partir dos diálogos e formações com movimentos e resistências sociais e seminários, em parceria com movimentos sociais.

Palavras-chave: Amazônia; colonialidade; desenvolvimento.

Major infrastructure projects in the Amazon: imagery, coloniality and resistance

Abstract

The process of socioeconomic formation of the Amazon has been historically configured through tax and spoliative logics, of which the major projects (road, rail, port, hydroelectric and mining) are representative. This process is the purpose of this article, which is to present and reflect on the imaginary and narratives about the Amazon that has been sewing and feeding the "recent" logic of large infrastructure projects and economic agents, planning and public policies "conducted" by the Brazilian State. In addition to showing the large planned projects, it is sought to highlight how traditional populations have been resisting these projects; and, at the same time, to reflect on the wishes / needs of those populations that go beyond the "modern project". The search path was empirico-spatial, the state of Pará (January 2014 to June 2019), with observations, interviews, "participation" in public hearings in Barcarena (Northeast of Pará) and Itaituba (West of Pará), field surveys; besides reflections from the dialogues and formations with movements and social resistance and seminars in partnership with social movements.

[1] O presente artigo resulta do estágio de Pós-doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Federal do Amapá, com apoio da Bolsa FAPEAP/CAPES.

Keywords: Amazon; coloniality; development.

Grandes proyectos de infraestructura en la Amazonia: imaginario, colonialidad y resistencia

Resumen

El proceso de formación socioeconómica de la Amazonía se configuró históricamente por medio de lógicas impositivas y expoliativas, del cual los grandes proyectos (vialidad, ferroviario, portuario, hidroeléctrico y minero) son representativos. Tal proceso se constituye en el objetivo de éste artículo, cuyo fin es, presentar y reflexionar sobre el imaginario y las narrativas acerca de la Amazonia que vienen tejiéndose (adhiriéndose) y alimentando la lógica “reciente” de los grandes proyectos de infraestructura y de agentes económicos, así como, la planificación y las políticas públicas conducidas por el Estado Brasileño. Además, se pretende mostrar los grandes proyectos ya planificados, procurando destacar, como las poblaciones tradicionales vienen resistiendo a esos proyectos y, paralelamente a eso, reflexionar sobre los deseos/necesidades de esas poblaciones que van más allá del “proyecto modernidad”. El camino investigativo tuvo como recorte empírico-espacial el estado de Pará (desde enero de 2014 a junio de 2019), con observaciones, entrevistas, “participaciones” en audiencias públicas, pesquisa de campo, en Barcarena (Noreste de Pará) e Itaituba (Oeste de Pará); además de las reflexiones a partir de los diálogos y los procesos formativos con los movimientos y resistencias sociales, y seminarios en asociación con los movimientos sociales.

Palabras-claves: Amazonía; colonialidad; desarrollo pegándose

Introdução

A Amazônia brasileira vem sendo “afetada” pela “recente” transformação econômica e geopolítica mundial. Transformação essa relacionada à expansão e fluidez da financeirização, do neoliberalismo, da monopolização de redes de informação, tecnologias e cadeias de valor global (e a circulação de *commodities*), por multinacionais, bancos e fundos (HARVEY, 2018). Como também pelo cenário de polarização (hegemônica) econômica, guerras comerciais e investimentos, dos Estados Unidos e da China.

Outra relação que se conecta com as transformações deve-se ao fato de que o Brasil, no caso o Estado, vem buscando fortalecer, nessas duas últimas décadas, estratégias (sobretudo, econômica) voltadas para a combinação de estabilidade, que inclui controle de inflação, taxa de câmbio, balanço de pagamentos (sustentabilidade fiscal) e baixas taxas de juros (RAVENA et al 2019). Além disso: i) políticas de austeridade fiscal; ii) incentivos fiscais a empreendimentos estrangeiros; iii) criação de agências, cédulas e carteiras de investimento; iv) criação de leis, regimes fiscais e regularização como processo de estrangeirização de terras; v) construção de parcerias público-privadas; e, vi) fortalecimento de grandes produtores rurais, agroindústrias e novos agroexportadores. Tudo isso como forma de proporcionar um ambiente para desembarque de investimentos estrangeiros (RODRIGUES, 2018a).

A Amazônia não só se inscreve nessa dinâmica nacional e global, mas vem passando, principalmente a partir de 2013, por rápidos processos de territorialização de agentes econômicos (empresariais e estatais), calcados em megaprojetos (CASTRO, 2016) que se assemelham ao período de intervenção militar, quando se tinha a perspectiva de conectar a Amazônia às dinâmicas e políticas nacionais, por meio de incentivos fiscais, abertura de estradas, construção de portos, hidrelétricas e ferrovia. Porém, recentemente, a "intervenção" configura-se sob versão financeirizada do capital e de inserção competitiva nos circuitos produtivos e financeiros globais, via políticas de aumento de exportações de *commodities*, principalmente agrícolas.

Tal configuração traz consigo, ou reedita, dinâmicas, lógicas políticas e econômicas do século XX, de uma "invenção da Amazônia", alicerçada por grandes projetos de prospecção e beneficiamento mineral, hidroelétricos, agropecuários, rodoviários, ferroviários –, tornados possíveis graças às condições institucionais, jurídicas, financeiras e espaciais forjadas (NAHUM, 2019).

Para Ravena et al (2019), essa reedição se deve ou dissemina-se pelo mundo, a partir da visão eurocêntrica, de ideia de civilização; associada ao crescimento, ao desenvolvimento econômico e ao progresso, dispersados como uma lei natural ou um valor universal. Nesse sentido, ainda segundo Ravena et al, toda a injustiça, a exploração econômica, violência e apagamento e/ou encobrimento (invisibilização) perpetradas poderiam ser justificadas pelo bem maior que a "civilização superior e evoluída" estaria prestando ao restante mundo (MARQUES, 2019).

Assim, esse artigo visa apresentar e refletir sobre o imaginário e as narrativas acerca da Amazônia que vêm se costurando (colando-se) e alimentando a lógica "recente" de grandes projetos de infraestrutura e de agentes econômicos, e o planejamento e as políticas públicas "conduzidas" pelo Estado brasileiro. Pretende-se, além de mostrar os grandes projetados planejados, busca-se destacar como as populações tradicionais vêm resistindo a esses projetos; paralelamente a isso, refletir sobre os desejos/necessidades dessas populações que vão para além do "projeto modernidade".

Procedimentos metodológicos

O caminho de pesquisa e estudo circunscrito teve como recorte empírico-espacial o estado do Pará, no período compreendido entre 2014 a junho de 2019, o qual foi amparado em observações, entrevistas (com agentes públicos, do Estado), "participações" em audiências públicas, em Barcarena (Nordeste do Pará) e Itaituba (Oeste do Pará) e pesquisas de campo, nessas duas cidades.

As reflexões “também” se pautam a partir: i) dos diálogos e formações com movimentos e resistências sociais (CPT, MAB, Terra de Diretos e Movimento Barcarena Livre); ii) pesquisas no Oeste/Itaituba e nordeste do Pará/Barcarena acerca de grandes projetos (portuário, rodoviário, ferroviário, minerário); iii) participação em seminários promovidos por movimentos sociais ou em parceria, Universidade e movimentos (I Seminário Desastres da Mineração: Pará e Minas/2016/Belém; II Seminário Desastres da Mineração: Barcarena/2016/Barcarena; III Seminário Desastres da Mineração em Barcarena/2018/Belém; I Seminário de Educação do Campo e Resistência dos Povos e Comunidades Tradicionais de Abaetetuba/2018/ Abaetetuba; Seminário Portos no Rio Tapajós/2017/Itaituba, Assembleia dos Munduruku/2018/Itaituba); e, iv) participação e diálogos em grupos de pesquisa (o - Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados/GETTAM, coordenado pela professora Edna Castro, da Universidade Federal do Pará/UFPA; além do Grupo de Pesquisa sobre Sociedade, Território e Resistência na Amazônia/GESTERRA - Coordenado pelos professores: Solange Gayoso e Marcel Hazeu/UFPA)[2].

A partir dessa estruturação, pretendeu-se encobrir a lacuna pontuada por Ravena et al (2019) de que o novo tempo é mais “sofisticado” e mais complexo, e que, nele, as problemáticas e os objetos de análise são multidisciplinares, multiníveis, multidimensionais, multiformes, multiescalares e multiatores.

O diálogo com as bibliografias centram-se sobre a temática território, formação socioeconômica e desenvolvimento, na produção de grandes projetos para Amazônia, imaginário e resistência; tendo como algumas obras fonte reflexivas: Castro (2008, 2010, 2012, 2016), Castro e Campos (2015), Castro et al (2018), Revena et al (2018), Rodrigues (2018a; 2018b), Rodrigues, Rodrigues e Lima (2019), Violeta (2002, 2012), Oliveira (2014), Almeida (2015) e Nahum (2019). A lente analítica teórica pauta-se no debate sobre colonialidade, principalmente, em Mignolo (2017a, 2017b) e Quijano (1998, 2007, 2008, 2012).

O debate e discussões antigas e atuais sobre a Amazônia

Castoriadis (2002) assinala que a organicidade social seria mediada por certo simbolismo (por exemplo, em uma instituição) que carrega e “deposita”/transfere um sentido (conferido) às “coisas”, que, aliás, não é de forma alguma definitiva. Neste sentido há “significação imaginária social faz as coisas existirem enquanto tais coisas, apresenta-as como sendo isso que elas são – o ‘isso que’ sendo introduzido pela significação, que é,

[2] Agradecemos aqui ao MAB, CPT, Terras de Direitos e Movimento Barcarena Livre, assim como o GESTERRA/UFPA e o GETTAM/UFPA, pelos ensinamentos, diálogos e participações formativas e autoformativa.

indissociavelmente, princípio de existência, princípio de pensamento, princípio de valor e princípio de ação" (CASTORIADIS, 2002, p. 387). Mas, o próprio simbolismo é um constructo social, um processo social histórico e político de invenção enquanto palavra, racionalidade, história e prática, portanto "As sociedades constroem, a cada vez, o seu mundo – mas isso acarreta a existência de alguma coisa que possui em si mesma essa qualidade, independentemente de toda construção: ser construtível (em parte, certamente)" (CASTORIADIS, 1992, p. 276).

Esse "construtível" que Castoriadis se refere é o que aduz um trabalho denso de Gondim (1994) (porém, inspirada em Mendes (1974)), ao discorrer que a Amazônia "Contrariamente ao que possa supor a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes" (GONDIM, 1994, p. 9).

Ainda com relação a isso, Loureiro aduz que a História da Amazônia:

> A História da região tem sido, da chegada dos primeiros europeus à Amazônia até os dias atuais, uma trajetória de perdas e danos. E nela, a Amazônia tem sido, e isso paradoxalmente, vítima daquilo que ela tem de mais especial — sua magia, sua exuberância e sua riqueza. Não se trata de uma queixa, mas de uma constatação simples: a Amazônia foi sempre mais rentável e, por isso, mais útil economicamente à Metrópole no passado e hoje à Federação, do que elas o tem sido para a região (LOUREIRO, 2002, p. 107).

Dialogando com Mendes (2010), a região amazônica foi convertida no obscuro objeto do desejo de muitos e segue sendo vista como emérita provedora mundial de espaços, matérias-primas, energia, bens e serviços *in natura*, extraídos de seu solo, subsolo, flora, fauna e fluidos – como água e ar. Portanto, o debate, as discussões antigas e atuais (de produções e pesquisas) sobre a Amazônia são tessituras de olhar romântico, generalista, sem empiria, com estudos e pesquisas científicas não-continuadas, nas quais a afirmação de Castro (2008) cabe muito bem: "o Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia". A Amazônia nesse caso é descrita e narrada, no mundo inteiro, como uma região de rios e o verde/floresta, de índios e vazio demográfico, e, transparecida em estudos (com o fortalecimento, seja intencional ou não), por exemplo, de Vieira, Toledo e Santos Jr (2014), Vieira, Toledo e Higuchi (2018) e Azevedo-Ramos e Moutinho (2018).

Essa descrição e narrativa tecidas constituem um "olhar estrangeiro", que, aliás, é uma construção simbólica, política, histórica e socioeconômica acerca Amazônia; um imaginário (do e de colonizador) idílico de riquezas naturais, do celeiro do mundo, de matas e tesouros infindáveis, de um "El Dourado" a ser conquistado (CASTRO; CAMPOS, 2015). Portanto, com foco no imaginário poético e paisagístico (PAES LOUREIRO, 2018) e em uma

“Amazônia enquanto possessão maravilhosa marcada pela abundância de riquezas naturais, disponibilidade de terra a ser habitada e um vazio demográfico” (NAHUM, 2019, p. 29). Tal visão produzindo uma “concepção de espaço areal, sinônimo de vazio, potencialmente atrativo, aguardando investidores e investimentos” (NAHUM, 2019, p. 25).

Segundo Loureiro (2012), um dos grandes erros (produzidos por imaginários e racionalidades):

> [...] refere-se ao erro de conceber a Amazônia como um macrossistema homogêneo de floresta e rios, assentado sobre uma extensa planície. Esse equívoco é responsável pelo fato de que atividades econômicas tão diversas como a pecuária, a exploração madeireira, a mineração, a garimpagem e outras, que apresentam diferentes impactos sobre a natureza [...] (LOUREIRO, 2012, p. 530).

Esse “olhar estrangeiro” apresenta uma Amazônia e sua história como homogênea, linear e evolucionista (física, biológica, socioeconômica e histórica), lugar onde há a separabilidade da biodiversidade/ecossistema da dimensão social, e a diluição de inúmeros povos, etnias, cores, crenças e tradições culturais e religiosas. Perfazendo também em uma produção imaginária, uma representação de pessoas, grupos e povos como objetos, cujo aquilo ou “o que não existe” é inventado: em escritas, falas, imagens, histórias. Tal configuração já expressa em debates antigos como de Mendes (1974), Loureiro (1992), Gondim (1994), Porto-Gonçalves (2001), Ab’saber (2002), Becker (2004), Almeida (2008) e Castro (2010).

Nesse contexto de imagens sobre a Amazônia, Machado (1989) defende a tese de que a conquista europeia do Vale do Amazonas foi povoada por mitos, por exemplo, *El Dorado,* mito das Amazonas, reino do *El Príncipe Dorado* - contidos nos relatos sobre a conquista da região. Segundo a autora, essa narrativa impulsionava a entrada dos colonizadores, na busca por grandes riquezas no interior de rios e florestas.

Machado ainda destaca que:

> Havia um patrimônio cultural comum, sem embargo, a historiadores, geógrafos, evangelistas, cronistas e conquistadores. Mitos e lendas acompanham não só o saber não qualificado como qualificado. Reforçava, por exemplo, o saber abstrato da geografia européia, integrando o pensamento e a cartografia dos técnicos: as obras dos historiadores admitiam personagens místicas ao lado de personagens históricas mistificadas (MACHADO, 1989, p. 10).

Sabe-se que alguns mitos criados sobre a Amazônia servem como instrumento ideológico de controle e dominação, revelam uma visão preconceituosa e falseada da

realidade; pode-se enumerar o mito do “espaço vazio”, ou “selva desabitada”, do “paraíso natural”, do “paraíso selvagem”, ou seja, os “Sertões” da civilização.

Portanto, essas invenções são pautadas em narrativa ou narrativas - que não são apenas relatos unificador(es) de processos, mas “relato” (escrito e discursivo) da história que pode destacar (simbologias, cosmovisões, tradições, culturas), ou, apagar: contradições, desigualdades, fatos opressores, preconceituosos e discriminatórios, mitos de origem (banalizando-os e naturalizando-os), temporalidades e territorialidades múltiplas. Pode também moldar ou reforçar, como verdade cristalizada, representações e esquemas cognitivos-coletivos sobre o presente e particularmente o futuro, como visualizado em Slater (2015). Porém, tais caracterizações (ou ainda) expressas em trabalhos científicos, em um passado distante, sem inter-relação e/ou desatualizados, sem empiria e sem articulação interescalar, em termos de dinâmicas territoriais, novos agentes econômicos e territorializações de grandes agentes econômicos, por exemplo, em Simmons et al (2019), Leite e Trindade Jr (2018) e Porto-Gonçalves (2018)[3].

Todas essas narrativas não seriam “fábulas do tempo” (RICOUER, 2004), mas discursos narrativos produzindo, desenhando e moldando intepretações, sentidos e significações. Assim, indo além da concepção autodefinidora de identidade, de Glissant (1997), no qual “o imaginário” é uma construção simbólica mediante a qual uma comunidade se define a si mesma.

Essa associação é um problema, pois se incorre em erros de se pensar a Amazônia simplesmente pelo verde/meio ambiente. Além do que “essa é uma forma de invisibilizar ainda mais as dinâmicas sociais, culturais, étnicas das sociedades que vivem aqui há milênios, que construíram sistemas de conhecimento, que construíram formas e modelos de sobrevivência autênticos e originais” (CASTRO, 2008, p.189). Dialogando com Nahum (2019, p. 26), com isso se reduz a produção no/do espaço amazônico ou “passa por mostrar a sucessão e coexistência dos sistemas de natureza, ou seja, frações reino vegetal, animal e mineral apropriados pela vida humana e usados de diversos modos”; não havendo conflitos/conflitualidades e multiplicidades de crenças, saberes e hierarquias de poderes.

Para Loureiro (2002, 2012), Castro e Campos (2015) e Castro (2016), todas as visões discorridas anteriormente contribuem para o fortalecimento da narrativa, de imaginários que estão dispersos nas políticas de desenvolvimento econômico e social da Amazônia, pelo Estado e pelo grande capital, para integrar, domesticar e "civilizar" a região. Não sendo assim a produção de sentidos (nas suas ações) por indivíduos e grupos sociais,

[3] Equívocos cometidos pela adoção acrítica e desmedida, no excelente no trabalho, de Bertha Becker, naquele espaço-tempo de estudo. Isso porque os estudos e reflexões da autora são acolhidas e dispersas como se todas as dinâmicas territoriais recentes fossem iguais, assim como a geopolítica e os agentes econômicos.

mas sentidos, racionalidades que são (inventados) impostos à região, os quais possibilitaram o avanço do grande capital, pois segundo Castro (2010):

> O ideário de civilização que mobilizou o Ocidente alguns séculos atrás e impulsionou a colonização europeia nas Américas é atualizado, a nosso ver, continuamente, pois as matrizes conceituais e ideológicas do evolucionismo e colonialismo perduram no inconsciente ocidental. Efetivamente, a ideia de conquista de novos mundos povoou o universo europeu e projetou sociedades e culturas para além dos territórios (p. 105).

Essas visões da Amazônia são algo que persiste (SLATER, 2015), contribuem para incentivar equívocos, preconceitos, violências, o “encobrimento do Outro” e a “projeção do si mesmo” (da visão etnocêntrica europeia) (DUSSEL, 1993): a) a Amazônia seria um macrossistema homogêneo de floresta, rios e igarapés em toda a sua extensão, com uma natureza amazônica superabundante, autorrecuperável e inesgotável; b) Índios e caboclos viveriam em terras excessivamente vastas e pouco produtivas; c) estigmatização e inferiorização do extrativismo vegetal, da pesca, caça e da pequena produção agroextrativista, como algo primitivo e antieconômico; e, d) colonialidade/colonialismo nos planos e projetos estatais - o Estado têm entendido que somente o grande capital teria o impulso capaz de desenvolver a região (LOUREIRO, 2012). Uma produção de representação, isto é, associando ao que Castoriadis assinala: “toda representação remete a outras representações... as engendra ou pode fazê-las surgir” (CASTORIADIS, 1995, p. 367).

A questão não é a representação em si, mas, sobretudo, o desrespeito e as sistemáticas violências simbólicas e violações de direitos territoriais e étnicos, por exemplo, de não ver ou considerar o rio como elemento ontológico, simbólico e de extensão corporal. Essa inferiorização, desvalorização/desdém e o apagamento simbólico são a tentativa de mudança, isto é, transformar o rio como território da vida (e comandando da dinâmica da vida) de muitos ribeirinhos, para transformá-lo como fonte de precificação e uso privado, do qual o capital comercial e financeiro começa a ditar o tempo do rio e das populações (NAHUM, 2019).

Paralelo a isso, a criação de “verdades construídas sobre a benignidade coletiva dos grandes projetos de investimento”, visualizados em audiências públicas (da Ferrovia Paraense/Belém, em 2017; e, portos, em Itaituba (em 2015) e Barcarena (em 2017), vide figura 1 e 2), “[...] negando aos atingidos direitos [históricos] iguais aos dos beneficiários dos negócios do desenvolvimento, estabelecendo hierarquias entre os diferentes ou as dissimulando sob a retórica do bem comum” (ACSELRAD, 2014, p. 88).

Figura 1: Audiência Pública para construção de três portos: Cianport, Bertolini e Odebrecht

Fonte: do primeiro autor do artigo. Registrado 24 de fevereiro de 2015.

Figura 2: Audiência Pública para construção do porto do grupo Cevital, em Barcarena

Fonte: do primeiro autor do artigo. Registrado 26 de outubro de 2017.

A Amazônia vive a reedição do discurso do progresso, de vocação natural, (fornecedora de matérias-primas para o mundo) de geração de emprego[4] (MARQUES, 2019), as expulsões (despossessões) por indenizações, venda de terras e poluição (visualizado na comunidade Dom Manoel, em Barcarena), além do cercamento dos territórios coletivos (por exemplo, a comunidade Torre, em Barcarena; e, a comunidade de Santarenzinho. em Rurópolis, Oeste do Pará, para construção de portos) começam a ser naturalizados pelo Estado. No caso de Barcarena, quando o Estado despeja populações, por meio de reintegração de posse ou pela oferta de indenizações, como verificado em Barcarena, que, depois, transfere a empresas, via concessões de uso.

Esse “Estado espoliador” (RODRIGUES, 2018a) não só incentiva o discurso do progresso, mas também legitima conflitos (e desmatamento) e/ou ameaças de mortes. Um exemplo dessa situação acontece no Oeste do Pará (região de Itaituba), com mais de 13 pessoas ameaçados morte, até maio de 2019. Isso em virtude do discurso legitimatório do agente estatal do executivo brasileiro (Jair Bolsonaro), com relação ao uso da violência, com arma de fogo.

A afirmação de ameaçados de morte e do uso do discurso legitimatório do agente estatal é calcada em diálogos com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)-Prelazia de Itaituba, entre 14 a 19 de maio em Itaituba; além de conversas com agricultores e agroextrativistas familiares e defensores da terra e do meio ambiente (que não vamos citar o nome devido

[4] "Era um sonho de todos, e que nos traz uma perspectiva de modernização cada vez maior, assim como de abertura para novos mercados, e mais possibilidades de geração de emprego e renda", Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, Iran Lima, 15 maio de 2019. Vide http://agenciapara.com.br.

perseguições e ameaças), os quais relatam tensão e conflitos, com madeireiros e fazendeiros.

O caso emblemático e que foi muito relatado nos diálogos e nas entrevistas realizadas por nós foi acerca do casal de agricultores Osvalinda Pereira e Daniel Alves, que tiveram de sair do Projeto de Assentamento Areia, localizado no município de Trairão, por ameaça de morte. Esse assentamento é cobiçado para grandes projetos e pelo agronegócio, para: complexos de pequenas centrais hidrelétricas e hidrelétricas, ferrovias (Ferrogrão), construção de silos, pátios, postos de gasolina para carretas de empresas portuárias instaladas em Itaituba e o plantio de soja e milho. Portanto, fonte de especulação e conflitos fundiários.

Projetos de infraestrutura, colonialidade/modernidade e resistência

É importante destacar que a Amazônia vem passando por um amplo processo de ("marcha") territorialização de agentes econômicos (que inclui o Estado), o que Castro (2007) pontua como "reconceptualização do tempo e do espaço". Essa "reconceptualização" vem sendo construída por bancos, fundos, multinacionais e Estados-nações (CASTRO, 2016) ao invocar, por exemplo, a "escala global" nos seus discursos e escritas, para legitimar uma agenda econômica e política neoliberal e financeirizada, pautada na narrativa de imprescindibilidade e inevitabilidade dos Estados-nação, para poder: i) capturar fluxos de investimentos internacionais; ii) participar do jogo de exportação; iii) promover o crescimento econômico nacional e mundial; iv) gerar mais empregos e promover a atualização tecnológica; vi) incentivar a inserção no processo de exportação, principalmente, de *commodities,* no qual sua não inserção significaria um país atrasado e não-desenvolvido; e, vii) construir uma "civilização" que alimenta o mundo e sana a crise alimentar do mundo. Essas duas últimas muito usadas no meio empresarial no Brasil.

Assim o discurso (do uso) da "escala global" é colocar, sobretudo, em contraste, eclipsar, os contextos do local, dos "locais", principalmente o lugar; consequentemente asfixiar qualquer tentativa de pensar um desenvolvimento endógeno e regional, em termos especialmente sociais - portanto sendo um apequenamento e inferiorização "local" e do lugar e a subjugação do "local" ao "global", isto é,

> Lugares vivificados por grupos sociais que cultivam, criam, produzem e extraem, usando a terra como principal meio de produção e reprodução de sua condição de existência. Para tanto, relacionam-se com parentes, vizinhança, mercado, igreja, instituições públicas e estatais (Hébette, Magalhães, Maneschy, 2002), dentre outras, compondo sua estratégia de acesso à bens, produtos, serviços e força de trabalho, possibilitando sua reprodução espacial (NAHUM, 2019, p. 32).

Esses lugares vivificados vão sendo asfixiados,

> [...] lentamente cede espaço às técnicas e sistemas técnicos como variáveis estruturadoras da configuração espacial. A vida torna-se dependente de ferrovias, portos, estradas, telégrafo, correios, companhias de navegação, energia elétrica, enfim, a técnica e os sistemas técnicos tornam-se fatos sociais organizadores da morfologia espacial (NAHUM, 2019, p. 26).

Portanto, tal asfixia seria um processo de colonialidade, que segundo Quijano (2011, p. 1):

> es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal.

A materialização dessa colonialidade e política escalar (expansão do espaço às técnicas e sistemas técnicos, como assinalado por Nahum) são os planejamentos relacionados à construção de projetos de infraestrutura no Estado do Pará: ferrovias (Ferrogrão e Ferrovia Paraense), hidrovias (Teles-Pires e Tapajós), portos, rodovia (a BR-16/pavimentação), termelétricas (duas termelétricas), pequenas centrais elétricas e complexos hidrelétricos, por exemplo, o Complexo Hidrelétrico São Luiz do Tapajós).

Os projetos de infraestrutura portuária são as maiores fontes materializadas de investimentos. No estado do Pará expressa-se com vários “portos do agronegócio” (RODRIGUES; RODRIGUES; LIMA, 2019) em operação: a Companhia de Navegação e Portos/Cianport (em Itaituba, com ligação logística com seu porto em Santana, no estado do Amapá), a Hidrovias do Brasil (Itaituba e Barcarena), a Unitapajós (*joint venture* da Amaggi e Bunge) (Itaituba e Barcarena), a Cargill (Itaituba), a Transporte Bertolini (Itaituba) e a ADM (Barcarena) (Figura 3); sendo ainda planejado mais de 35 portos no complexo Itaituba-Rurópolis, e, no complexo Barcarena-Abaetetuba, são mais de 20 portos.

Destaca-se também a infraestrutura de armazenamento de grãos da Cianport e da Caramuru Alimentos, em Santana (estado do Amapá), os quais são portos sincronizadores e cooperadores da logística internacional das cadeias de suprimento global e que se enlaçam com portos no Pará. Para Rodrigues (2018a) ainda há outros portos que compõe a logística internacional das cadeias de suprimento global que é o “porto alimentador”, isto é, portos de combustíveis que se conectam com a fluidez econômica global, abastecendo carretas, barcaças e empresas portuárias. No caso de Santana, no estado do Amapá, a territorialização está ocorrendo pelo porto do grupo Itaipava e Terminal de Granéis Líquidos do Amapá.

Figura 3: Foto dos portos na margem direita do rio Tapajós, Itaituba

Fonte: Jondison Rodrigues. Registrado dia 19 de outubro de 2018

Figura 4: Porto da Unitapajós, em Barcarena

Fonte: Jondison Rodrigues. Registrado dia 01 outubro de 2016.

Figura 5: Porto da Cianport e Caramuru. em Santana

Fonte: Jondison Rodrigues. Registrado dia 20 dezembro de 2018.

Todos esses projetos elencados se inserem em uma macro política escalar para produção de corredores logísticos para *commodities* e a conexão com grandes cadeias de *commodities* mundiais, "pressionando a diminuição dos custos na esfera da circulação e produção e alimentando a orgia especulativa e de crédito" (RODRIGUES, 2018b, p.203). Um projeto político de produção e reconfiguração espaciais, de ordenamentos e hierarquias entre as escalas geográficas, como forma de impor gramáticas de legitimação, regimes de valor, estratégias de subjugação e dependência social e econômica.

Segundo Castro (2012), os projetos de infraestrutura para a Amazônia, históricos e recentes, possuem um desenho colonialista, desenvolvimentista e espoliativo comum:

> [Por aumentarem] a desterritorialização de povos tradicionais na Amazônia brasileira e têm manipulado identidades pelo esvaziamento de sentidos, trazendo esses grupos para o contexto de suas representações sobre a modernização e o processo civilizatório. Têm reproduzido, assim, de forma recorrente e célere, formas de estigmatização (CASTRO, 2012, p. 59).

Portanto, seria a construção de um projeto societário nacional falacioso da importância de grandes investimentos em projetos de infraestrutura: de "favorecer crescimento econômico sustentado, com melhores possibilidades de engendrar uma

sociedade mais justa e próspera" e, assim, respeitar "a diversidade cultural e ambiental local e fortalecer a unidade social e territorial" (BRASIL, 2008, p.48). Configurando, em síntese, uma integração territorial, econômico-financeira mais conectada e pensada para exportar, para individualizar riquezas e ganhos, cuja diferença com período militar de "intervenção" na Amazônia era que havia uma pauta para o fortalecimento ainda que tímido para o mercado interno; as "mortes", torturas e perseguições eram mais claras que recentemente.

Resistências face a expansão de grandes projetos

Apesar de uma construção de uma política de interesse e controle do território/região (multinacionais, bancos, fundos e novos países hegemônicos, como a China; agora com a insurgência e condução do fascismo neoliberal, resultante do processo eleitoral brasileiro de 2018), os movimentos sociais e de resistência estão lutando, por exemplo, no Oeste do Pará. As formas de lutas e resistências, como da CPT e do MAB, em Itaituba, com relação aos grandes projetos (verificados em nossas pesquisas, entre 2014 a 2018), são:

> Trabalho de base nas comunidades para que estas se empoderem e lutem por seus direitos; Seminários sobre os grandes projetos na região do Tapajós; Formação/Oficinas sobre direitos e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho; Acompanhamento de Defensores de Direitos (Elmara Guimaráes/CPT-Prelazia de Itaituba).
> O movimento tem desenvolvido junto aos parceiros da região lutas conjuntas como pressão em órgãos públicos em forma de ocupação, trancamento de estradas como a transamazônica e BR 163, formação política com mulheres, seminários em defesa dos rios e das florestas, formação com a juventude, oficinas sobre direitos nas comunidades, mobilização de rua nas áreas urbanas, caminhadas, ocupações urbanas e construção de pautas coletivas em busca de direitos básicos (Frede Vieira/MAB).

Ações realizadas, segundo Rodrigues (2018a), com laços sociais e parcerias, seja pela busca do amadurecimento em termos de aprendizagem constante (reuniões e/ou seminários), seja para abrir o debate político e elaborar "projetos sociais/políticos" comuns e pontos de luta como forma "*por un lado, proponer y construir alternativas concretas frente al orden establecido, y por el otro, de confrontar y retar el aparato estatal en aras de buscar una transformación política"* (CEPEDA-MÁSMELA, 2015, p. 131). Além disso, criar estratégias densas no contexto de dinâmicas socioterritoriais "recentes" dos grandes projetos e do agronegócio; principalmente porque o setor agroindustrial e o Estado vêm construindo a narrativa de que os conflitos, as tensões e as resistências, das populações tradicionais, são considerados elementos banais, mediados e solucionados.

Quadro esse de conflitos, tensões, resistências e violação de direitos territoriais e étnicos a populações tradicionais, verificados a partir de nossas pesquisas e análises, dos EIAs/RIMAs, nas audiências públicas que participamos (Ferrovia Paraense e portos em Itaituba e Barcarena), transparecidos nos "pareceres" (licenças prévias concedidos as empresas portuárias) do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental, no caso Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Além disso, houve violações de direitos humanos, no que tange a não realização de consulta livre, prévia e informada às populações tradicionais, na construção dos portos em Barcarena (Hidrovias do Brasil e Unitapajós) e Itaituba (Cargill, Unitapajós, Cianport, Hidrovias do Brasil e Atem's). As populações tradicionais não consultadas. São elas: ribeirinhas e quilombolas (Gibrié de São Lourenço, Burajuba, Cupuaçu e Sítio São João), em Barcarena; e, em Itaituba com populações indígenas (Munduruku) e ribeirinhas (Montanha e Mangabal, São Francisco e Pimental).

Essa visão acerca das populações tradicionais pauta-se na "narrativa-desenho" que é destaca por Loureiro (2012, p. 531) de que: "As populações tradicionais são povos atrasados, primitivos, portadores de uma cultura inferior, que obstaculizam o desenvolvimento e só têm a ganhar integrando-se à sociedade urbana e "civilizada", desocupando suas terras para atividades ditas modernas".

Essa visão/imaginário construída (o) sobre as populações tradicionais é fortalecida (o), pois como assinala Almeida (2015), há uma lógica, uma razão, uma ciência, um tempo e espaço hegemônico que começam não só ganhar protagonismo, mas impor um sistema pensamento e ação, como também ressemantizando: política, soberania, cidadania, território, desejos e sonhos. Colocando todas essas dimensões semânticas (que são de vidas) no plano econômico, usando a máxima de Margaret Thatcher, a "Dama de Ferro": "A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma" (MENDONÇA, 2018). É o olhar de fora, estrangeiro, colonialista e espoliador.

O "olhar estrangeiro" é o olhar *"históricamente enraizada y capaz de reproducirse, produce, implica, su propia subjetividad, su propio imaginario, su ética social, sus modos de percepción, de producción de sentido*" (QUIJANO, 2008, p. 16). É um olhar enquanto racionalidade que impõe ou obriga mudanças de saberes, culturas e/ou crenças, com o controle da subjetividade, com um autoritarismo violento e repressivo, às vezes não perceptível e/ou visível. Porém, usado com o objetivo de dominação, de discriminação, de exploração e violência para conservar o padrão capitalista, que é, aliás, colonial e espoliador, isto é, um capitalismo colonial/moderno (QUIJANO, 2012).

Portanto, sendo um olhar insensível e não solidário, um olhar de quem não vive, não ouve (devido distância), nem se envolve e se solidariza com dores e "desastres vivenciados" (verificados/identificados nas nossas pesquisas de campo):

- Por rejeitos de minérios e poluição, por pessoas doentes e que sofreram deslocamentos forçados[5], que vivem permanentemente angustiados por novos deslocamentos/expulsões, doenças e por desastres eminentes, em Barcarena (como é o caso da Dona Maria Salustiana Cardoso que mora a 300 metros da barragem de rejeitos da multinacional Hydro Alunorte)[6]; e,
- Violência urbana (doméstica, no trânsito, por dívidas, além da sensação de medo e insegurança, no Distrito de Mirituba), prostituição, conflitos territoriais e ambientais, em comunidades de Itaituba, relacionados ao uso de recursos naturais coletivos e pesqueiros.

Cabe pontuar que as dores e os "desastres vivenciados" recaem predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico (ACSELRAD et al, 2012); dos quais, ainda, as dores e sofrimentos são singulares aos indivíduos e/ou grupos, isto é, são "sentidos" (internalizados) de forma diferenciada, com relação ao tempo e, principalmente, nos seus corpos, na sua relação social e simbólica.

Dores e sofrimentos muito comuns em Barcarena (em virtude dos grandes projetos), porém que são singularizados, por exemplo, na narrativa de uma liderança e moradora da comunidade Curuperé, em Barcarena,

> [...] eu vou tentar lembrar aí né um pouquinho dessa dessa ... eu tenho quarenta e dois anos vou fazer no outro mês né sem ser em agosto vou fazer quarenta e três anos ... e eu sou nativa desse lugar nasci em Barcarena ... provavelmente dito lá na Montanha onde hoje está localizada a TGPM [Terminal de Grãos Ponta da Montanha/Porto da ADM] né a empresa que trabalha com grãos pra exportação ... e:: até meus quinze anos eu morei ali ... e depois de algum tempo ... os meus pais tiveram que vender a gente não entendia né naquele momento achava que:: ... na verdade a gente achava que a gente não podia resistir contra o progresso dito ... porque tudo ia ser mudado ... ia trazer muitos benefícios e o meu pai assim na inocência né ... ele acreditando que todas as promessas assim que ... falavam pra ele ia se realizar ele acabou aceitando naquele momento a gente não entendia isso ... não posso nem dizer muito bem na verdade a gente não entendia nada ... que a gente podia resistir que a gente podia dizer não que a gente podia se organizar ... a gente não entendia isso e:: ... depois que a gente saiu de lá ... que eles vieram morar pra cá a gente começou a perceber assim algumas coisas sabe? as perdas a gente foi sentir as perdas até então a gente muito jovem né a gente não conseguia entender isso ... o porque de sair do lugar o porque de abandonar e sendo que a vida não mudou ... a mudança que nós tivemos na nossa vida foi assim de lugar de conhecer outras pessoas né o do social porque houve uma dispersão muito grande na família ... nas montanhas todos eram

[5] Hazeu (2015) indica em sua pesquisa que mais 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas) experimentaram deslocamentos forçados dos seus lugares de moradia, em Barcarena.

[6] Segundo Hazeu, Gayoso e Nascimento (2019), de 2000 a 2018, foram identificados 24 desastres ambientais em Barcarena, envolvendo naufrágios de navios de carga, derramamento de lama vermelha, de caulim, de óleo e de soja. Tendo as seguintes empresas responsáveis: Hydro Alunorte, Alunorte, Imerys e Unitapajós.

> pescadores praticamente todos eram tios sobrinhos irmão era uma grande família ... e quando nós viemos pra cá ... houve essa divisão algumas pessoas vieram pra pra Barcarena sede outras se dividiram [...] (Euniceia Rodrigues, moradora, indígena Mortigura e membro do Movimento Barcarena Livre, 06 de junho de 2019).

Ainda segundo Euniceia Rodrigues, até retornarem ao seu território que estão hoje, o Curuperé, ela enfatiza:

> [...] aqui ficamos apenas em quatro famílias aqui neste lugar... fomos ameaçados é:: assim ... eles falaram que iriam passar com o trator por cima ... as vezes o pistoleiro vinha na frente de casa e mostrava as armas e a gente sofria uma pressão muito grande ... meu cunhado chegou a ser detido a minha cunhada ... foi ameaçada na delegacia porque eles procuram um amparo legal pro lado deles tipo ah vocês não querem sair mas olha eu tenho um amigo ali eu tenho a polícia do meu lado ... só que a gente tipo assim mesmo sabendo que a corria risco né de morrer a gente não quis sair desse lugar porque a gente ia ter que sair de novo reconstruir de novo ou perder tudo de novo e até quando? Porque eu falo assim você sai uma vez ah tá legal eles vão te tirar de novo vem a segunda vez se você sair a segunda vez eles vão te tirar e sempre vai ser assim (Euniceia Rodrigues, moradora, indígena Mortigura e membro do Movimento Barcarena Livre, 06 de junho de 2019).

Dores essas, exprimidas por Euniceia Rodrigues, que só amenizam por lutas travadas (das populações tradicionais), principalmente por meio de ações enquanto movimentos sociais, de seminários, elaboração de protocolo comunitário, cartilha e cartografia social, com apoio/participação de movimentos acadêmicos (no caso esse último pelo GESTERRA/UFPA/Coordenado pelos professores: Solange Gayoso e Marcel Hazeu e os seminários com o Grupo GETTAM/UFPA/Coordenado pela professora Edna Castro) (Figura 6). Como pontua Scott (2003), são nos “pequenos” (que são grandes) atos de desobediência/insubordinação ou de dissidência marginal, como contradiscursos e recusas públicas (por exemplo, aos megaprojetos que coloquem em risco/desastres o modo de vida e seus territórios) há processos de construção de movimentos de resistência e resistências cotidianas.

Figura 6: imagens de seminários, protocolo comunitário, cartilha e cartografia

Fonte: Gettam, Gesterra e Movimento Barcarena Livre.
Obs: Fotografia de Marcel Hazeu, registrada dia 01 de maio de 2019 (da apresentação preliminar do Mapa de do Território do Conde). Com membros do Movimento Barcarena Livre e populações tradicionais.

Essas ações e lutas se integram ao movimento sociopolítico/resistência, o Movimento Barcarena Livre, que resisti em Barcarena, no estado do Pará:

> [O] Barcarena Livre é um movimento que nasceu em 2016 durante a organização de dois seminários sobre desastres da mineração, em Belém e em Barcarena. Várias lideranças comunitárias, representantes sindicais e moradores participaram da realização destes seminários e decidiram juntar-se com a Universidade Federal do Pará e atuar coletivamente contra a poluição, desastres ambientais, violação de direitos territoriais e políticas excludentes. O grupo entendeu que a sua atuação, além das ações de cada grupo específico, perpassa a produção de contrainformações, formação e capacitação, mobilização e participação nos processos de decisão. Barcarena livre luta contra expropriações e deslocamentos forçados e pela permanência na terra e território, em defesa dos povos e comunidades tradicionais e dos novos moradores. Atua no combate a poluição e em defesa da natureza (rios, ar, terra, floresta, fauna), além de apoiar atividades sustentáveis de trabalho e renda local (MOVIMENTO BARCARENA LIVRE, 2018, p. 1).

O Movimento Barcarena Livre além de desnaturalizar e desconstruir o discurso relacionado principalmente “de que até mesmo alguns graves danos ambientais e até sociais do extrativismo em troca de supostos benefícios para toda a coletividade nacional” (ACOSTA, 2016, p.67), também constitui um movimento que busca confrontar com contra-exposição, de desastres e crimes ambientais, poluição e as desigualdades socioambientais produzidas. Um exemplo dessa contra-exposição foi realizada pelo movimento (Figura 7).

Figura 7: Contra-exposição do Movimento Barcarena Livre, em Belém

Fonte: Movimento Barcarena Livre

O Movimento Barcarena Livre ocupou o Largo da Sé (Igreja de Santo Alexandre, em Belém) com seis *banners* com fotos e textos sobre os vazamentos, desastres e crimes ambientais da empresa Imerys (Figura 7). Multinacional francesa que desde 1996 atua em Barcarena, especializada na produção e processamento de minerais industriais e caulim. Empresa essa que é responsável por 14 fatos de crimes ambientais (em 1996, 2004, 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2018 e 2019) (HAZEU; RODRIGUES, 2019).

Essa contra-exposição foi devida, sobretudo, ao fato da exposição da empresa chamada 2ª edição da Expedição Imerys; com a exposição fotográfica a ser exposta em Belém, Pará. O objetivo da iniciativa, segundo a empresa, foi dar a oportunidade de expandir fronteiras da arte fotográfica e tornar público o trabalho desenvolvido com comunidades do município de Barcarena. Uma estratégia clara de mostrar uma política de responsabilidade social corporativa: uma empresa benigna e próxima das comunidades. Assim reduzindo a imagem negativa depois de sistemáticos crimes, dando visibilidade positiva da empresa e humanizando o sistema capitalista; prática recorrente no setor extrativista mineral (HAZEU; RODRIGUES, 2019).

Todas essas lutas (expressas em diversas atividades), por meio do Movimento Barcarena Livre, possibilitaram o fortalecimento de populações tradicionais (ribeirinhas, indígenas e quilombolas), de sua identidade e defesa do território. Além de fortalecer a defesa dos seus territórios, permitiu mostrar as falácias (e a construção de contranarrativas) de grandes projetos/projetos estatais e empresariais: i) da geração de empregos; ii) da elevação do capital social; iii) da promoção de um ambiente de inclusão; iv) de perspectivas

favoráveis à economia local e regional e sua conexão nacional e global; v) do aumento de mercadorias e produtos do território paraense; e, vi) do aumento dos tributos municipais.

Tais lutas e integrações que contribuíram significativamente para

> estabelecer estreitos laços de solidariedade, configurando uma "arte de resistência" construída cotidianamente com símbolos e práticas expressas, no caso da situação empiricamente referida, por uma identidade coletiva e uma ruptura com os critérios essencialistas impostos pelo colonialismo e suas versões renovadas (ALMEIDA, 2015, p. 60).

Além disso, essas lutas e defesas de territórios perpetrados por populações tradicionais vêm desmitificar a máxima que todos querem ou desejam computadores, *tablets*, vídeos games, celulares, televisores, cidades modernas (com redes de *wifi*) e que anseiam pelo "progresso", a instantaneidade e o trabalho esquizofrênico, como indiretamente apontado por Alburqueque e Meneguzzo (2018).

Todos esses aparatos tecnológicos representantes da modernidade/colonialidade, objetos e fontes de desejos, de consumo da maioria das pessoas, para Mário Santos, Quilombola do Quilombo Gibrié do São Lourenço e membro do Movimento Barcarena Livre significa (e articula com os grandes projetos):

> pra nós enquanto sociedade... enquanto quilombolas... pra nós esse projeto não nos interessa... esse projeto só nos enfraquece... nos descaracteriza... e ele não vem::: é nos beneficiar... em momento algum... porque ele nos tira a nossa dignidade... ele me tira o direito de plantar... ele me tira o direito de COLETAR... ele me tira o direito ao... chão... ele me tira o direito de TER direito... então pra nós ele não nos representa... ele ele::: é um marco... da nossa do fim da nossa existência... enquanto quilombo... porque ele nos dividi... ele nos dividi... as pessoas chegam a dizer assim mesmo "pra que que vocês querem tanta terra... pra que que vocês querem tanta terra se vocês não fazem um um::::a lavoura"... vocês não... não tem a consciência de que a mata em pé ela tá gerando energia... ela tá gerando oxigênio... ela tá produzindo... não tem consciência de que... o que é riqueza pra eles... não é riqueza pra mim... de que eu... o que eu tenho no meu mato... ou no meu quintal... ao ao alcançar da minha mão... é o meu cacho de açaí é a minha pupunha... é o meu fruta pão... a minha mandioca a minha macaxeira... a minha galinha, o meu porco, o meu peixe, o meu camarão... então o que é riqueza pra eles não é pra MIM... não é... e eles não entendem isso "mas ah vocês querem viver no antigamente" não:: eu quero ter um telefone... cinco seis sete G... eu quero ter internet eu quero ter televisão mas... é de plasma quero ter carro na garagem... mas não que ele agrida... aonde eu vivo e tire o meu direito... então isso que eles não entendem... eu costumo dizer assim eles eles rotularam o paraense e o bahiano de preguiçoso... não nós não somos preguiçosos... nem o bahiano nem o paraense... é que nós não temos o mesmo ritmo deles porquê? porque nós não precisamos uai... falo igual mineiro... eu não preciso... porque eu tenho que levantar seis horas da manhã dormir duas horas da madrugada fazendo hora extra? se eu tenho camarão no meu igarapé... se eu tenho peixe no meu igarapé... se eu tenho meu açaí, minha mandioca tenho minha macaxeira... tenho o meu jerimum... porque que eu vou... acumular acumular acumular e acumular?... então essa é a mesma visão... então o que eles tem: o que eles querem nos impor é isso... (Mario Santos,

> Quilombola do Quilombo Gibrié do São Lourenço e membro do Movimento Barcarena Livre, 5 junho de 2019).

A fala de Mario Santos converge as pesquisas de campo, entrevistas e diálogos com movimentos sociais, lideranças e principalmente populações tradicionais por Santarém, Abaetetuba, Barcarena, Itaituba e Macapá, nos quais destacam, nas suas falas (acerca das suas necessidades/desejos), um discurso que se pauta no "poder viver", segundo suas tradições, o seu desenvolvimento, a sua cultura, ao ritmo do espaço-temporal corporal e subjetivo pautado na velocidade dos rios, florestas, cosmologias, tradições e crenças, que são elementos constitutivos do conjunto ("armazenado") de símbolos, "costumes", lembranças/memórias, que são extensão do corpo e da psique individual/coletiva.

Tal componente hegemônico (da modernidade e capitalista) atual é componente explícito de colonialidade, pois como destaca Quijano (2007, p. 169):

> In the beginning colonialism was a product of a systematic repression, not only of the specific beliefs, ideas, images, symbols or knowledge that were not useful to global colonial domination, while at the same time the colonizers were expropriating from the colonized their knowledge, specially in mining, agriculture, engineering, as well as their products and work. The repression fell, above all, over the modes of knowing, of producing knowledge, of producing perspectives, images and systems of images, symbols, modes of signification, over the resources, patterns, and instruments of formalized and objectivised expression, intellectual or visual.

Mesmo com esse processo de colonialidade de poder e saber, há contrarreações pautadas no discurso do "poder viver". Discurso muito ouvido em nossas pesquisas, que se ancora em outros padrões, ou seja, em "outras riquezas", por exemplo, de que ser rico é: "rico é ter açaí, peixe, camarão e farinha abundante" (fala do quilombola Mário Santos, Quilombola do Quilombo Gibrié de São Lourenço/Barcarena e componente do Movimento Barcarena Livre, na audiência pública da Ferrovia Paraense, realizada dia 23/08/2017, Belém). Fala essa que carrega uma ênfase ao desejo/sonho que é a sua (re)produção social e existencial de vida, que, aliás, constituiria um indicador de desenvolvimento, não expressos em indicadores de desenvolvimento da Amazônia, mas também em trabalhos científicos, por exemplo, de Tostes e Ferreira (2017) e Vieira (2019).

Dentro dessa compreensão de "outras riquezas", pautam o discurso e práticas de grupos de defesa do território ou de territorialidades na Amazônia. Isso acontece porque a luta em defesa do território constitui a desobstrução da construção social do sentido de fraqueza e pobreza associada ao ribeirinho, o indígena e o quilombola; estruturado pelo sistema classificativo colonialista, calcado senso comum dualista: tradicional X moderno, primitivo X vanguarda (ALMEIDA, 2015). Sistema esse que banha os projetos de

infraestrutura, os planejamentos e políticas públicas do Estado brasileiro e de grandes empresas.

Tal compreensão ou narrativa de que “todos” anseiam de/pelo “progresso”, seria a busca a negação de “Territórios e identidades coletivas conhecem redefinições de sentido” (ALMEIDA, 2015, p. 46) e o apagamento de múltiplos espaços e tempos “estruturalmente” heterogêneos tornando desejos e sonhos em um “caminho homogêneo”, um caminho modernizante comum para todos os povos, populações, etnias e estados-nações, cujo “desenvolvimento passou a ser definido como o processo pelo qual um país avança por um caminho universal da modernização” (BUTZKE; MANTOVANELI JÚNIOR; THEIS 2016, p. 308).

Todavia, a dimensão de pensamento, de caminho de progresso e modernidade, de consumo da modernidade (MARQUES, 2019) constitui uma agenda política que historicamente “engoliu” a região e continua impondo sua dinâmica (CASTRO et al, 2018), cuja metanarrativa é de que o caminho modernizante, de importação de ideias, empresas e lógicas distantes, levariam as populações amazônicas, ao jardim do éden, a felicidade, com emancipação: de crenças, tradições, costumes, relações simbólicas e ontológicas, mitos e superstições pagãs que supostamente atrasariam o desenvolvimento da região.

Uma enunciação e dispersão de palavras e discursos como verdade absoluta e inquestionável, uma espécie de “imperialismo/autoritarismo do universal”: de construção de uma história a região e de neutralização do conceito histórico, como também para o apontamento (entenda aqui como obrigando, impondo) o caminho histórico a ser traçado e alimentado.

Tudo isso verificado nos discursos das empresas (EIA’s/RIMA’s) e do Estado, e transparecidos em audiências públicas, por exemplo, da Ferrovia Paraense/Belém, em 2017[7]; e, portos: em Itaituba, em 2015, do grupo Cianport, Bertolini e Odebrecht; e, Barcarena, em 2017, do grupo Cevital. Narrativa essa expressa na fala do então secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), Adnan Demachki, na audiência pública da Ferrovia Paraense: “Mas, mais do que isso, esse é um projeto de sociedade, da integração inédita de nosso território, de Sul a Norte, ele exige que a sociedade o abrace e o defenda. Ele não é do Governo do Pará, ele é do povo do Pará” (Vide Figura 8, leia o texto da figura).

[7] Projeto conduzido pelo governo do Pará, com 1.312 km de extensão atravessando 23 municípios (de Barcarena até Santana do Araguaia), cujo investimento é de R$ 14 bilhões, como mais a 1,7 mil imóveis serem destruídos, principalmente de populações tradicionais.

Figura 8: Programa InvestPara – Layout da Narrativa

Fonte: http://investpara.com.br/

Esse caminho “imperialista” pauta-se (também) na narrativa de consumo da modernidade que é de colonialidade, “progressista e correspondem à retórica celebratória da modernidade”[8] (MIGNOLO, 2017b, p. 4) (Figura 8, a partir do agronegócio), e que seria o projeto ético, moral e político “para” as populações e regiões (com a retórica de vocação e potencial natural e posição/local estratégico para o desenvolvimento, visualizados no discursos de segmentos empresariais e estatais, no estado do Pará e Amapá). Tal compreensão, quando dialogamos com Oliveira (2014, p. 189), é por quê: “isso ocorre por ser a História da Amazônia a história do atraso, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim” e “visando o ‘desenvolvimento da região’”.

Portanto, sendo um projeto histórico e processual impositivo sobre a região (e sobre as populações), carregada e materializada de preconceitos, estigmas, inferiorização e violências sobre o outro; a região e um território a ser “ocupado e tornado produtivo” (OLIVEIRA, 2014, 191), consequentemente “o espaço passa a ter uma equivalência de mercado e para o mercado” (OLIVEIRA, 2014, p. 194).

Narrativa (violenta) essa construída, segundo a qual os “mercados podem alocar recursos e moldar a vida social de várias formas, mas dependendo da situação é permitido negar”, porém, não possuindo a capacidade para deliberar ou decidir, mesmo possuindo amparadas pela convenção 169 da OIT e protocolos de consulta, por exemplo, com a construção dos portos da Unitapajós e da Hidrovias do Brasil, próximo quilombo Gibrié de São Lourenço, em Barcarena. Além do caso dos Munduruku (da Aldeia Praia do Mangue e do Índio) e das comunidades de Pimental e São Francisco e Montanha e Mangabal, em Itaituba, com a construção dos portos da: Unitapajós, Hidrovias do Brasil, Cargill, Cianport e Atem’s.

[8] Mignolo (2017a, p. 13) pondera que a colonialidade seria uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, “o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica[ria] a violência da colonialidade”.

Considerações finais

Esse artigo teve o objetivo de apresentar e refletir sobre o imaginário e as narrativas acerca da Amazônia e como isso vem moldando e alimentando a lógica "recente" de grandes projetos de infraestrutura, o planejamento e as políticas públicas "conduzidas" pelo Estado brasileiro e grandes empresas. Além isso, procuramos discorrer um pouco como as populações tradicionais vêm resistindo a esses projetos; e, paralelamente a isso, sobre os desejos/necessidades dessas populações que vão para além do "projeto modernidade".

A pretensão é que o artigo torne-se uma peça interpretativa e reflexiva face ao amplo processo de ("marcha") territorialização de agentes econômicos (que inclui do Estado), na construção de projetos de infraestrutura (ferrovias/Ferrogrão e Ferrovia Paraense; hidrovias/Teles-Pires e do Tapajós; portos, rodovia/BR-16/pavimentação; linhão; termelétricas/duas em Barcarena; hidrelétricas/Complexo Hidrelétrico do Tapajós; e, pequenas centrais elétricas/em Itaituba e Rurópolis).

Todo o imaginário e as narrativas (criadas) sobre a(s) Amazônia(s) vêm moldando e alimentando tais projetos, ancorado na modernidade ligada ao lado "obscuro", a colonialidade, na perspectiva de Mignolo (2017b). Porém, tais narrativas estão imersas nas novas dinâmicas territoriais, novos agentes econômicos (ligados ao agronegócio, porém fortemente associados à mineração[9], bancos e a fundos de investimentos): Bunge, LDC, Amaggi, ADM, Caramuru, Fiagril/Hunan Dakang Pasture FarmingCo. Ltd./PengxinGroup[10], Agrosoja e P2 Brasil Infraestrutura, Alberta Ltd., International Finance Corporation, BTO - Fundo de Investimento em Participações, Santander , Itaú e Temasek Holdings Limited.

Associado a isso, há novas alianças geopolíticas, no caso com a China (com atuais e futuros investimentos em infraestrutura, minério e grãos). Parceria/aliança destacada na fala do secretário, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), Iran Lima (24 de maio de 2019), em reunião de trabalho do Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra), da Federação das Indústrias do Estado do Pará: "A China é um mercado gigante para o Brasil, sobretudo, ela importa alimentos e minérios do Brasil, queremos intensificar maiores compras no Pará, proporcionando diversificação de investimentos'' (SEDEME, 2019).

Além disso, há um acordo de investimento de R$ 1,5 bilhão, em parceria com a Vale e a empresa *China Communication Constrution Company,* para construção de usina de

[9] O agronegócio se associa à mineração pelo compartilhamento de estradas, pátios de estacionamentos, postos de gasolina, restaurantes e redes de informações.
[10] Em 2016 - Ingresso do sócio chinês Dakang a Fiagril Participações S.A., com 57,57% de participação acionária. A *trading* está localizada no Pará (Itaituba) e Amapá (Santana), mais precisamente nos Portos Cianport. A Cianport é pertencente a Fiagril/Hunan Dakang Pasture FarmingCo. Ltd./PengxinGroup[10] e Agrosoja.

laminados de aço, em Marabá, no estado do Pará. Ligada a essa usina, o funcionamento da hidrovia Araguaia-Tocantins (com derrocamento do Pedral do Lourenço – conjunto de pedras que impedem a circulação de barcaças pelo rio Tocantins). Articulado a isso, ainda, há o projeto Barão do Rio Branco, criado pela equipe do presidente Jair Bolsonaro, da Secretaria-Geral da Presidência. Tal projeto prevê a construção de quinze hidroelétricas na Bacia do Rio Trombetas, como também a construção da ponte sobre o Rio Amazonas (no município de Óbidos) e a conclusão da rodovia BR-163 até a fronteira com Suriname.

Mesmo nesse cenário nacional/global e de reconfiguração regional (com interesses diversos e com o desmonte da política ambiental pelo governo Jair Bolsonaro a favor do agronegócio, vide mais em Ferrante e Fearnside (2019)), com forte territorialização mesclada de agentes econômicos, de ameaças e supressão de formas “alternativas” de produção e usos dos territórios (por populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas) há a emergência nos territórios de inúmeras formulações de projetos contra-hegemônicos. Projetos esses calcados em solidariedades, cooperação, diálogos e com amplos processos de formações políticas nas comunidades, como forma de instrumentalizar lutas/disputas, criar contranarrativas aos processos e imaginários de superioridade, progresso, desenvolvimento hegemônico e espoliativo (GONÇALVES; RODRIGUES; SOBREIRO-FILHO, 2019); como também descontruir a narrativa de “territórios improdutivos”, cujo objetivo dessa narrativa é inserir os diversos territórios a lógica mercantil e financeirizada do capitalismo (SVAMPA, 2014).

Referências

AB’SABER, A. N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v.16, n.4, p.7-30, 2002.

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo - duas faces da mesma maldição. In: LANG, M.; DILGER, G.; PEREIRA NETO, J. **Descolonizar o Imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Elefante/Autonomia Literária, 2016. p. 46-85.

ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, v. 15, p. 84-105, 2014.

ACSELRAD, H. et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES [Online]**, v.1, n.17, p.64-183, 2012.

ALBURQUEQUE, E. S.; MENEGUZZO, I. S. Ambientalismo e Liberdade. **Geografia (Londrina)**, v. 27, n. 2, p. 303-309, 2018.

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. "Novos colonialismos": diálogos evanescentes numa fronteira em movimento. In: GEDIEL, J. A. P. (Org.). **Direitos em conflito**: movimentos sociais, resistência e casos judicializados: artigos e ensaios. Curitiba: Kairós, 2015. p. 41-61.

AZEVEDO-RAMOS, C.; MOUTINHO, P. No man's land in the Brazilian Amazon: could undesignated public forests slow Amazon deforestation?. **Land Use Policy**, v. 73, p. 125-127, 2018.

BECKER, B. K. **Amazônia***:* geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**: Volume III – Regiões de Referência. Brasília: MP, 2008.

BUTZKE, L;; MANTOVANELI JÚNIOR, O.; THEIS, I. M. Afinal, desenvolvimento regional serve para quê?. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 306 - 318, 2016.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, E. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos Cadernos NAEA**, v.10, n. 2, p.105-126, 2007.

CASTRO, E. "O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia". **Somanlu**, v.8, n.1, p.185-191, 2008.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. (Org.). **Amazônia** - Região Universal e Teatro do Mundo. São Paulo: Globo, 2010. p.105-122.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sulamericana. **Caderno CRH**, v.23, n.64, p.45-61, 2012.

CASTRO, E. Política nacional de infraestrutura para a Amazônia renovação de práticas coloniais e desenvolvimentistas. In: ARAGÓN, L. E.; STAEVIE, P. M. (Org.). **Desenvolvimento, Integração e Conservação da Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. Formação socioeconômica do estado do Pará. In: CASTRO, E.; CAMPOS, I. (Org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2016. p. 401-482.

CASTRO, E. et al . Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 379, p. 1-18, 2018.

CEPEDA-MÁSMELA, Y. C. **Resistencias contra el neoliberalismo**: entre lo local y lo global. Tese (Doutorado en Ciência Política) - Universidad de los Andes, Bogotá, 2015.

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation**, v. 10, p. 1-3, 2019.

GLISSANT, E. **Poetics of Relation**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997.

GONCALVES, O. D.; RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia Paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 1, p. 80-103, 2019.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**l. São Paulo: Boitempo, 2018.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro**: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2015.

HAZEU, M. T.; COSTA, S. G.; FIALHO NASCIMENTO, N. S. F. Comunidades Tradicionais e Sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, v. 11, n. 1, p. 173-187, 2019.

HAZEU, M.; RODRIGUES, J. C. Capitalismo financeirizado e acumulação por despossessão na Amazônia: a mineradora Imerys em Barcarena, Nordeste do Pará. **Revista Científica Foz**, v. 2, n. 1, p. 86-119, 2019.

LEITE, G. C. S.; TRINDADE JR., S-C. C. Meio técnico-científico informacional e fluidez territorial na Amazônia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, p. 516-533, 2018.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: Estado, Homem, Natureza. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, V. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LOUREIRO, V. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira - no contexto geopolítico de 1540 a 1912.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidad de Barcelona, Barcelona, 1989.

MARQUES, G. S. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MENDES, A. **A invenção da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 1974.

MENDES, A. **Amazônia**: transformações, dilemas e novas políticas de desenvolvimento. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

MENDONÇA, A. L. O. Teses sobre resistências ao fascismo. **Em Construção**, n. 4, p. 146 - 155, 2018.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017a.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017b.

MOVIMENTO BARCARENA LIVRE. **Por um Barcarena Livre, com Justiça Social e "Bom para Viver".** Disponível em: <http://culturadigital.br/barcarenalivre/files/2018/03/POR-UM-BARCARENA-LIVRE-MANIFESTO-1.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2018.

NAHUM, J. Notas sobre a formação territorial da Amazônia paraense: do meio natural ao meio técnico. In: SILVA, C.N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

OLIVEIRA, J.A. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE**, , v.3, n. 5, p.184-197, 2014.

PAES LOUREIRO, J. J. Amazônia: uma liturgia da beleza. **Revista de Agricultura Familiar**, v. 12, n. 1, p. 9-20, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazonía**: Encrucijada Civilizatório. La Paz: IPDRS-CIDES-UMSA, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuario Mariateguiano**, v. 9, n, 9, p. 113-122, 1998.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

QUIJANO, A. “Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno. **Otra Economía**, v. 2, n. 2, P. 12-16, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Contextualizaciones Lationoamaericanas**, v. 3, n.5, p. 1-33, 2011.

QUIJANO, A. Des/colonialidad del poder:el horizonte alternativo. **Contextualizaciones Latinoamericans**, v. 4, n. 6, p. 1- 3, 2012.

RAVENA, N. et al, Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. **Revista NAU Social**, v.9, n.17, p. 33 - 45, 2019.

RODRIGUES, J. C. O **Estado a contrapelo:** lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no oeste do Pará. 383 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018a.

RODRIGUES, J. C. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. **Revista NERA (UNESP)**, v. 21, n. 42, p. 202-228, 2018b.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C.; LIMA, R. A. P. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia Paraense. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 356-381, 2019.

SCOTT, J.C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Mexico: Txalaparta**, 2003.**

SEDEME. **Sedeme articula missão oficial à China com foco em parcerias e investimentos**. Disponível em: <http://sedeme.pa.gov.br/sedeme-articula-missao-oficial-a-china-com-foco-em-parcerias-e-investimentos/>. Acesso em: 31 maio 2019.

SIMMONS, C. S. et al. Discipline and develop: destruction of the Brazil nut forest in the lower amazon basin. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 1, p. 242-265, 2019.

SLATER, C. Visions of the Amazon: what has shifted, what persists, and why this matters. **Latin American Research Review***,* v. 50, n. 3, p. 3-23, 2015.

SVAMPA, M. ¿El desarrollo en cuestión? Algunas coordenadas del debate latino-americano. In: TOBAR, F. R.; BAZZI, A. P. (Coord.). **Saltar la Barrera**. Santiago: ICAL/Fundación Rosa Luxemburgo, 2014. p. 61-75.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. de C. Avaliação da sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião norte do Amapá. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.13, n.1, p. 198-223, 2017.

VIEIRA, I. C. G. Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. **Ciência e Cultura**, v.71, n.1, p.46-50, 2019.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; SANTOS JR, R. A. O. (Orgs.). **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; HIGUCHI, H. A Amazônia no antropoceno. **Ciência e Cultura**, v. 70, n. 1, p. 56-59, 2018.

Sobre os autores

Jondison Cardoso Rodrigues – Graduação em Ciências Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-doutorando na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0001-6400-7445.

Ricardo Angelo Pereira de Lima – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Doutorado em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Doutorado em Géographie et Aménagement pela Université de Toulouse II (Le Mirail). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0002-3532-422X

Como citar este artigo

RODRIGUES, Jondison Cardoso; LIMA, Ricardo Angelo Pereira de. Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 89-116, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Jondison Cardoso Rodrigues** coube especialmente o desenvolvimento teórico-conceitual e aquisição de dados; **Jondison Cardoso Rodrigues** e **Ricardo Angelo Pereira de Lima** pela interpretação e análise assim os procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 07 de janeiro de 2019.
Devolvido para a revisão em 16 de agosto de 2019.
Aceito para a publicação em 28 de agosto de 2019.

Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias

Carlos Estevão Ferreira Castelo
Universidade Federal do Acre (UFAC) – Rio Branco, Acre, Brasil.
e-mail: xapuriense@ufac.br

Resumo

Nesse texto, através do diálogo com as pesquisas de Paula (2003), Maia (2009), Porfírio da Silva (2009), Homma (2005) e outros, dedicadas a refletir a produção do espaço acreano de maneira crítica, busca-se apresentar uma narrativa da recente história econômica do Estado do Acre, com destaque para as políticas públicas implementadas a partir de 1999 que, segundo seus formuladores, visava à indução de um “novo modelo de desenvolvimento". A proposta, de forma virtuosa, faria a união entre as agendas ambiental, social e econômica. A saída para o Acre se desenvolver estaria, segundo o que se anunciou, no "aproveitamento da única vantagem comparativa" que o Estado possuía: a floresta. Destaca-se no texto como o Governo adaptou e reproduziu, na política pública local, o discurso formatado no exterior do “desenvolvimento sustentável”.

Palavras-chaves: Desenvolvimento; sustentabilidade; governo da floresta.

A look at acreano development: "florestania" and other stories

Abstract

In this text, through dialogue with regional researchers such as Paula (2003), Maia (2009), Porfírio da Silva (2009), Homma (2005) and others, dedicated to reflect the production of the acreano space in a critical way, we present a narrative of the recent economic history of the State of Acre, with emphasis on public policies implemented as of 1999, which, according to its formulators, aimed at the induction of a "new model of development." The proposal, in a virtuous way, would make the union between the environmental, social and economic agendas. , according to what was announced, in the "exploitation of the only comparative advantage" that the State possessed: the forest. It is highlighted in the text how the Government adapted and reproduced, in local public policy, the discourse formatted abroad of "sustainable development".

Keywords: Development; sustainability; forest governance.

Una mirada al desarrollo acreano: "florestania" y otras historias

Resumen

En este texto, a través del diálogo con investigadores locales como Paula (2003), Maia (2009), Porfirio da Silva (2009), Homma (2005) entre otros, dedicados a reflejar la producción del espacio acreano de manera crítica, se busca presentar una narrativa de la reciente historia económica del Estado de Acre, con destaque para las políticas públicas que se implementó a partir de 1999 que, según sus formuladores, pretendía la inducción de un "nuevo modelo de desarrollo". La propuesta, de forma virtuosa, haría la unión entre las agendas ambiental, social y económica. La salida para el Acre se desarrollaría estaría, según lo que se anunció, en el "aprovechamiento de la única ventaja comparativa" que el

Estado poseía: el bosque. Se destaca en el texto cómo el Gobierno adaptó y reprodujo, en la política pública local, el discurso formateado en el exterior del "desarrollo sostenible".

Palabras clave: Desarrollo; sostenibilidad; gobierno del bosque.

Introdução

No ano de 1999 um grupo de jovens supostamente vistos como apoiadores do legado de Chico Mendes conseguem ascender ao poder estadual no Acre, renovando as esperanças dos povos que viviam nas florestas e nas cidades. Esperanças de uma vida melhor e de sair da crise. Jorge Viana, na época um político do Partido dos Trabalhadores - PT, foi o Governador eleito. Com esse evento, funda-se um período denominado pelo próprio grupo de “Governo da Floresta” ou "Florestania”.

Vale notar que essa mudança no quadro político acreano aconteceu graças a uma ampla coalizão de doze partidos, das mais variadas orientações ideológicas, incluindo o PSDB, à época arquirrival do PT em âmbito nacional. Jorge Viana se elegeu em uma coligação compostas por PT, PSDB, PC do B, PDT, PSB, PPS, PV, PMN, PTB, PL, PSL e PT do B. Este conjunto de Partidos haviam se unido numa frente denominada "Frente Popular do Acre - FPA”.

Após a posse de Viana passou-se a observar várias iniciativas governamentais consideradas pelos próprios gestores como "modernizadoras". Segundo o discurso da época, essas iniciativas relacionavam-se com a indução de um novo modelo que representaria a saída para o Acre se desenvolver. Nesse processo, uma característica chamava bastante atenção: o desenvolvimento passou a aparecer adjetivado: "desenvolvimento sustentável”. O Acre havia escolhido a "exploração inteligente" da floresta como vocação econômica. Para Homma (2012), a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes tinha se constituído em um divisor de águas em relação a proposta de desenvolvimento que era implementado na Amazônia até então.

Sendo assim, neste texto realizou-se uma reflexão crítica acerca da história econômica recente do Estado do Acre (1999-2018). Reflexão construída a partir do diálogo com bibliografia produzida por pesquisas e pesquisadores dedicados a refletir de forma crítica a produção do espaço acreano. A partir de recorte analítico em escala regional procurou-se colocar em relevo as principais estratégias de políticas públicas implementadas pelos governantes do período estudado que, direta ou indiretamente, relacionaram-se com os processos de desenvolvimento e crescimento econômico e social do Estado.

Vale destacar que a narrativa aqui apresentada também foi construída com base em informações extraídas da tese de doutoramento do autor, que adotou como método de

análise a História Oral, além da análise de planos e programas de governo durante o período correspondente ao recorte temporal da pesquisa.

Uma breve (e recente) história econômica do Acre

Com o discurso de mudar o cenário de crise e tirar o Estado do Acre do atraso, ao assumir o governo em 1999, Jorge Viana começou sua gestão com duas vertentes estratégicas básicas. Em uma delas buscava reforçar o discurso de revalorização de uma suposta “identidade seringueira” e, ao mesmo tempo, elevar a autoestima da população que, naqueles anos, andava em baixa devido ao assassinato de um Governador[1], diversas denúncias de corrupção, e existência de um suposto esquadrão da morte. Para tanto, o Governo passou a fazer sistematicamente uso de referências culturais locais, sobretudo às associadas ao que denominaram de “povos da floresta”, representados nas populações indígenas, seringueiras e ribeirinhas em geral.

No campo da política econômica, a ideia central era o aproveitamento racional e inteligente da floresta - no sentido de mantê-la em pé. Direcionamento que pode explicar o fato do Governo ter empreendido, já nos primeiros anos, iniciativas que visavam contornar a crise do extrativismo tradicional através da implantação de melhorias técnicas no sistema de extração do látex de seringueiras e da coleta de castanha. Melhorias que Rego (1997) denominou de "neoextrativismo". Sobre esse novo extrativismo Rego (1999, p. 62) destacou:

> O extrativismo é apontado às vezes como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia. Tal conclusão apoia-se em uma visão dessa atividade como simples coleta de recursos, o que excluiria técnicas como cultivo, criação e beneficiamento. No caso da região amazônica, essa visão é estreita, pois não leva em conta a cultura das populações locais, que favorece a harmonia com a natureza. Assim, é preciso ampliar essa concepção, admitindo alguma tecnologia e usos dos recursos naturais incluídos no modo de vida e na cultura extrativistas. Surge, com isso, uma alternativa econômica - o neoextrativismo - viável e adequada ao universo amazônico.

Em outros termos: a crise, notadamente na floresta, seria minimizada pela modernização das atividades extrativas tradicionais com melhoramentos técnicos por dentro. Isso poderia, de forma virtuosa, colaborar na união das agendas ambiental, social e econômica.

Observa-se que o neoextrativismo estava perfeitamente alinhado com a saída definida para o Acre progredir, ou seja, o aproveitamento da principal "vantagem

[1] Em maio de 1992, o então governador, Edmundo Pinto de Almeida Neto, foi morto no hotel Della Volpe, em São Paulo, horas antes de depor na Comissão Parlamentar de Inquérito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que apurava o desvio de verbas destinadas à construção de uma obra de infraestrutura.

comparativa" que o Estado possuía: a floresta. Para tentar dar conta dessas vertentes o discurso governamental criou um neologismo: “florestania”.

Entretanto, para executar o plano que levaria o Acre ao "desenvolvimento sustentável" havia um problema: o Estado encontrava-se sem recursos. Dessa maneira, a saída para financiar os planos, programas e projetos foi recorrer a financiamentos, em sua maioria externos. A ideia era aparentemente simples: com o dinheiro dos financiamentos contraídos em instituições multilaterais de crédito preparar-se-ia o Estado para receber investimentos privados através da resolução de gargalos de infraestrutura e logística existentes. Além disso, criar-se-ia estruturas e legislação de apoio visando alavancar todas as ideias de negócios que possuíssem alguma relação com a saída de desenvolvimento definida. Isso, no médio e longo prazos, provocaria investimentos privados e a consequência seria a geração de empregos, rendas, e, principalmente, impostos, que serviriam para o pagamento dos credores no momento devido.

A maioria da população, inclusive os acadêmicos locais, aceitou sem quase nenhuma crítica a proposta apontada pela “florestania”. Entre os seringueiros, principalmente entre as antigas lideranças do que ficou conhecido no Acre como “movimento de resistência contra a expropriação”[2], foram poucos os que ousaram discordar e/ou criticar. Entre as vozes rebeldes destacaram-se as de Osmarino Amâncio Rodrigues, desde o início, e Dercy Teles, um pouco mais tarde (CASTELO, 2014).

Nos primeiros anos a popularidade de Jorge Viana e do “Governo da Floresta” era crescente, e se desenrolava com poucos questionamentos sobre os rumos do propalado “desenvolvimento sustentável” estadual. Desenvolvimento que era alardeado em todo o Brasil e mundo através do neologismo "florestania". Destaca-se que a popularidade do Governador se devia, também, ao estabelecimento de um programa de obras públicas implementado nas principais cidades do Acre que, naquele momento, de fato, melhoraram as condições de vida de parte da população urbana. Mais especificamente dos moradores da capital Rio Branco. Obras realizadas com parte dos financiamentos contraídos no exterior, cujos projetos, em suas justificativas, repetiam como uma espécie de mantra as palavras: Chico Mendes, Xapuri (cidade natal de Chico Mendes) e seringueiros.

Esse programa de obras, que se consistia em recuperação de estradas, aeroportos, escolas, delegacias e centros esportivos, etc., gerou empregos e renda para parte da população, principalmente para os empresários da Construção Civil. E, como consequência, trouxe benefícios para o comércio e indústria local[3]. Ao construir boa relação com os

[2] Movimento criado por seringueiros do Acre na década de 1970 contra expropriação de seus territórios provocados pela expansão da fronteira agrícola para a Amazônia que tinha como principal estratégia o "empate" da derrubada da mata.

[3] Dados publicados no "Boletim Indicadores Industrias do Acre", produzidos pela Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC comprovam a afirmativa.

empresários, o governador viu aumentar rapidamente a receita com arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Além disso, na tentativa de preparar o estado para crescer, o Governo criou uma Lei de incentivos para a indústria (Leis 1.358, 1.359 e 1.361), implementou um programa de promoção de negócios ligados à floresta (batizados de PPN), entre outras iniciativas. Ou seja, até então tudo caminhava bem.

Jorge Viana foi reeleito e a “Frente Popular do Acre” conseguiu eleger a maioria dos Prefeitos do Estado, inclusive em cidades onde o Partido dos Trabalhadores nunca havia conseguido eleger um vereador. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AC, no ano de 2004 foram eleitos 12 prefeitos em virtude da boa imagem construída pelo Governo do Estado.

Os investimentos públicos efetuados com os financiamentos contraídos só cresciam, e não somente eram realizados nas cidades. Nem poderiam, principalmente para um governo que se dizia “da floresta”. A zona rural foi muito contemplada. No interior da mata várias iniciativas governamentais começaram a impactar a vida dos moradores. Uma importante foi a criação da “Lei Chico Mendes[4]”, que se destinava a revitalização da extração de látex para produção de borracha, um dos pilares da “identidade tradicional” do seringueiro. A medida previa um pagamento adicional, por parte do Governo, por quilo de borracha. Pagamento para os seringueiros que tivessem documentos de identificação pessoal, e que comprovassem que eram membros de associações de produtores legalmente constituídas.

Além dessa Lei, o “Governo da Florestania” criou organizações para se concentrarem no apoio da produção florestal e no marketing das empresas cujos produtos possuíssem alguma relação com a utilização de recursos madeireiros e não madeireiros. Política que, conforme já referido, defendia fortemente a exploração “racional da floresta” como uma espécie de saída única para o Estado se desenvolver, é claro, de forma “sustentável”. Como exemplo dessas organizações citamos aqui a criação da Secretaria de Estado de Florestas e Extrativismo (SEFE); uma rede de cooperativas regionais ligadas a uma organização de nível estadual denominada Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE); uma Agência de Negócios do Acre (ANAC), entre outras.

Além disso, se verificou fortes investimentos e incentivos no manejo “sustentável” de madeira. Nos primeiros anos da "florestania", sem dúvidas, essa foi a atividade mais incentivada. Inclusive, em função do manejo madeireiro, criou-se na cidade de Xapuri um “Pólo Moveleiro” que, segundo o discurso oficial, objetivava processar madeira manejada proveniente de “áreas protegidas” (Reservas Extrativistas e Projetos Agroextrativistas). O

[4] Lei Chico Medes nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, estabelece condições para o programa de concessão da subvenção à comercialização da borracha natural.

governo também implantou nesse mesmo município uma fábrica de pisos de madeira de alta tecnologia e intensificou os incentivos para criação do que chamou de “pólo de indústrias florestais”. Atualmente todas essas unidades de produção encontram-se fechadas e/ou enfrentado sérios problemas para continuarem funcionado.

Em 07 de abril de 2008 o “Governo da Floresta”, já comandado pelo Governador Binho Marques, inaugurava em Xapuri uma fábrica de preservativos masculinos denominada NATEX. Empreendimento que, por certo tempo, provocou impactos significativos na vida dos seringueiros da região, principalmente quando iniciou a compra do látex diretamente dos residentes na área de influência da fábrica. Observa-se que esta indústria foi implantada visando produzir preservativos masculinos, para venda exclusiva ao Ministério da Saúde do Governo Federal.

Com a NATEX alterou-se de forma importante o cotidiano dos seringueiros. Alterou porque eles não precisaram mais realizar o processo de defumação do látex para produzir as pélas de borracha, evento que modificou substancialmente o tempo de trabalho e, principalmente, as condições de saúde, entre outras questões. Também propiciou maiores ganhos financeiros para alguns. Na safra de 2011, em Xapuri, o preço do quilo de látex chegou a ser vendido por R$ 7,80 em comparação aos R$ 2,00 que era vendido antes da instalação da Fábrica (CASTELO, 2014).

Para o látex chegar com qualidade na porta da NATEX, requisito essencial para o processo produtivo funcionar com qualidade, era necessário viabilizar ramais. Junto com os ramais a energia elétrica também chegou à floresta, neste caso, através do programa “Luz para Todos”, do Governo Federal. Com a energia, como era previsível, apareceu a televisão. Novas escolas e programas de saúde também foram implantados. Como se pode notar, mudanças significativas no viver das populações da região estavam em plena ebulição.

No processo de revalorização da identidade seringueira investiu-se intensamente na celebração de uma história única enraizada na floresta que, segundo seus idealizadores, tinha como meta melhorar a autoestima dos habitantes das matas, anteriormente conceituados como invisíveis, pobres e atrasados. Nesse sentido, na capital do Estado, Rio Branco, o Governo realizou um conjunto de obras de revitalização do centro histórico da cidade (palácio do Governo, museus, bibliotecas, parques e mercados). Investimentos que celebravam forte sentido da autonomia do Estado, bem como a história dos seringueiros e suas capacidades de mobilização política. Tudo simbolizado pelas imagens de Chico Mendes. Ações que conduz à reflexão sobre a questão dos usos políticos da memória, percebido através dos “lugares da memória” - pensando aqui no que Nora (1993) fala sobre a tentativa de fixar um estado de coisas - nas medalhas comemorativas, nos prêmios e praças em que se inscreve um passado idealizado em nosso presente.

O Governo construiu, por exemplo, um parque urbano denominado Chico Mendes, um estádio de futebol chamado “Arena da Floresta”, uma biblioteca pública denominada “Biblioteca da Floresta”, e reformaram o centro comercial histórico da cidade de Rio Branco datado do “*boom* da borracha”, que passou a ser denominado de “Novo Mercado Velho”. Além disso, o Governo criou o Prêmio “Chico Mendes de Florestania”, que passou a ser concedido a cada ano no aniversário da morte do líder seringueiro. No ano de 2009 o Governo lançou outro grande programa chamado “Floresta Digital”, com o objetivo de fornecer acesso gratuito à internet sem fio para as cidades de todo o Estado. Internet que, infelizmente, nunca funcionou corretamente.

Coincidência ou não, por todo esse tempo histórico observou-se um processo de heroificação de Chico Mendes no imaginário social acreano. Principalmente após a aprovação de um Projeto de Lei no Senado Federal (nº 326, de 1999) que, a exemplo de Plácido de Castro, escreveu o nome de Chico Mendes no panteão dos heróis nacionais. O nome de Chico, ou mais precisamente o herói Chico Mendes, passava a ser firmado na “memória coletiva” da sociedade (HALBAWCS, 1990), parecendo se sobressair como marca cultural de um “novo Acre”, de um “Acre moderno”.

Nesse ponto vale uma observação: a "Florestania" não atingiria os seus propósitos se não pudesse contar com uma divulgação eficaz. Pinheiro (2013) aponta que o Governo do Acre, atento a esse fator, tratou de investir nos meios de comunicação sediados no Estado, distribuindo verbas publicitárias para jornais, rádios e televisões, estabelecendo um contrato garantidor da disseminação da ideologia. Para isso contou com contribuições de destaque como Marina Silva e Leonardo Boff. Vejamos um recorte de uma entrevista concedida por Boff a TV estatal acreana, cujo discurso é visivelmente de aprovação de tudo que acontecia:

> Em primeiro lugar, eu acho que é um conceito altamente interessante para um governo. Porque a aceitabilidade de um governo depende muito da metáfora que ele usa, metáfora que mobiliza as populações. (...) Eu considero o conceito altamente rico, pra entender dimensões novas da realidade. (...) A floresta na Amazônia, no Acre, é um grande ator, um grande ator social, está presente aí, junto com os povos da floresta, os ribeirinhos, os indígenas, os seringueiros. Então, um governo que capta essa singularidade, que monta uma política que atenda a isso, enraíza aqui e ganha um perfil que se mostra pra fora (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003 *apud* Pinheiro, 2013)

.

Entretanto, durante o Governo que sucedeu Jorge Viana, passou-se a observar uma espécie de enfraquecimento do discurso da "florestania". Para Castelo (2014) foi durante o Governo Binho Marques que começou-se a ter clareza que a saída de desenvolvimento definida poderia não ser suficiente. Apesar de todo o esforço realizado,

não se concretizava a atração de grandes investidores capitalistas que gerariam os empregos, a renda, e os impostos necessários para os pagamentos dos financiamentos realizados.

Em 2011 assume o Governo do Acre Tião Viana, irmão de Jorge Viana. Tião era Senador da República e se candidatou ao Governo em 2010. Venceu as eleições com 50,51% dos votos. Nas falas do novo Governador era comum escutar que o "Estado estava se modernizando", e havia se "preparado para crescer". A partir de então, a "indústria deveria ser o foco".

Da mesma forma do verificado nos governos anteriores, de Jorge Viana e Binho Marques, empréstimos de instituições multilaterais de crédito como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD) continuaram viabilizando a maioria dos investimentos públicos realizados. Entretanto, com Tião Viana, a ideologia do "desenvolvimento sustentável", traduzido no neologismo "florestania", parecia ganhar nova roupagem. Na verdade dava continuidade a contornos e dimensões que começaram a ser gestados no Governo Binho Marques. Ou seja, intensificaram-se discursos e práticas que defendiam a agregação de valor financeiro aos recursos e processos naturais ameaçados. O Acre entrava na era dos "serviços ambientais"[5], sendo a fixação do carbono nas florestas o primeiro "serviço" a ser precificado (venda de crédito de carbono).

Uma necessária ampliação na escala de observação

As questões ambientais apareceram na cena brasileira no final da década de 60 do século passado, com destaque maior em meados dos anos de 1980. Mas no Estado do Acre ganharam maior força no início da década de 1990. Uma rápida pesquisa junto ao acervo digital de teses e dissertações da Universidade Federal do Acre - UFAC é possível verificar a afirmativa.

Mas, como já assinalado, foi com a chegada do "Governo da Floresta" ao poder no Acre que o discurso da sustentabilidade consolidou-se, transformando-se em politica pública. Isso pode ser facilmente averiguado através do plano de governo apresentado à sociedade no primeiro mandato da "Frente Popular do Acre" e, mais explicitamente, através dos investimentos realizados. No documento citado, informa-se de maneira clara esta opção. Inclusive, o plano anunciava que o "desenvolvimento sustentável" seria capaz de conciliar crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais. Nas palavras de Porfirio da Silva (2009, p. 7)

[5] Através da LEI N. 2.308, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010 criou-se o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecossistêmicos do Estado do Acre e deu outras providências.

> O governo da Frente Popular no Acre, que assumiu em 1999, passaria a despertar fortes expectativas internas e externas no que diz respeito ao conjunto de inovações anunciadas na esteira do desenvolvimento sustentável. Dada as restrições de financiamento interno, o governo estadual procurou valer-se da "[...] onda ambientalista" para promover captação de recursos externos. Para se adequar às exigências de potenciais fontes como o BID e BIRD, foi colocado em marcha um conjunto de ações voltadas para o saneamento das finanças, "modernização administrativa", modificações na legislação estadual, particularmente no que diz respeito ao uso das florestas e, alavancagem das obras de infraestrutura.

Uma explicação do porquê "tudo havia virado floresta" no Acre a partir de 1999 estava posta.Tanto Maia (2009) quanto Porfirio da Silva (2009) destacam, taxativamente, que a adoção do "desenvolvimento sustentável" pelo "Governo da Florestania" mantinha relação direta com as exigências dos organismos internacionais de financiamento. Que defendiam não só a promoção da ideologia do "desenvolvimento sustentável", como também uma preocupação com a temática mais geral do ambiente. Ressalte-se que tudo isso ocorria dentro de um contexto político específico da economia global, "[...]caracterizado pelo crescimento do capital transnacional garantido por novas formas de produção introduzidas pela globalização do mercado" (DE ANTONI, 2010, p. 301).

Analisando o plano do Governador que assumiu a administração do Acre em 1999 percebe-se avidências do alinhamento do discurso oficial com o das grandes agências, bancos, e ONG´s internacionais. Portanto, não foi à toa a forte priorização dada ao manejo de madeira no primeiro Governo Jorge Viana. É interessante notar que, para o Governo, as preocupações com o ambiente e com a conservação da floresta em pé, no sentido de uso da natureza não humana respeitando seus limites, se transformavam em ações concretas. Para autores como Paula (2003), na realidade intensificava-se no Acre a "mercantilização da natureza".

Dialogando com o discurso governamental do "desenvolvimento sustentável" disseminado no Acre, principalmente nos primeiros anos, evidencia-se que o mesmo afirmava que a única possibilidade de preservar os recursos biológicos das florestas seria usá-los comercialmente - uma espécie de "use-os ou perca-os". Em outros termos, os recursos da floresta deveriam ser incluídos em processo produtivos. Na visão de Schmidlehner (2012, p.30) "o Governo passava a oferecer o Acre para as grandes agências e bancos como laboratório e vitrine".

É importante salientar que desde o governo de Geraldo Mesquita (1975-1979), sucessor imediato de Wanderley Dantas, que a questão dos desmatamentos e dos problemas ao ambiente daí decorrentes mereciam importância. Isso é apontado por Palza Silva (2012), que destacou a existência dessas preocupações desde esse período.

Entretanto, para essa mesma autora, as preocupações e receios não conseguiam se transformarem em políticas de governo.

Na gestão do Governador Flaviano Melo (PMDB), iniciada em 1987, a problemática ambiental começou a aparecer no dia a dia dos acreanos de forma mais frequente, principalmente por conta da liberação de recursos para o asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). Entretanto, deve-se marcar que isso ocorreu devido à atuação de Chico Mendes que, nesse período, junto com seus companheiros seringueiros, participava dos “empates” e denunciavam fortemente os desmatamentos provocados pela expansão da frente agropecuária na Amazônia. Nessa luta, as reservas extrativistas surgiam como uma alternativa diferente para o desenvolvimento da região. Para os seringueiros, a proposta das reservas extrativistas eram uma especie de "reforma agrária".

Como pode-se perceber, o processo de implementação das bases para uma redefinição da exploração dos bens naturais no território acreano e, por conseguinte, de novas formas de disciplinar o território, intensificado a partir de 1999, teve origem anterior à “florestania”. Ou seja, desde a morte do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988, ou mesmo antes. São ricas as evidências mostrando que, após a morte de Chico Mendes, uma intensificação da chamada “onda verde” passou a acontecer no Acre. Intensificação fortemente relacionada com a atuação das agências e organizações não governamentais - ONG´s que, inclusive, passaram a exercer fortes influências e também a pautar os movimentos sociais (referência, principalmente, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR e ao Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS). Nesse processo, acredita-se merecer destaque a atuação do Banco Mundial.

Segundo Castelo (2014), foi exatamente este banco a organização que atuou de forma mais forte e decisiva como uma espécie de núcleo estruturante dessa nova forma de disciplinamento do território. Não só no Acre, deve-se assinalar, mas em toda a Amazônia Brasileira. Exatamente a mesma instituição que se tornaria, a partir de 1999, um dos principais financiadores do “Governo da Floresta”.

O Banco Mundial já havia efetivado intervenções importantes na Amazônia, através do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste - POLONOROESTE e do Programa Grande Carajás - PGC (DE ANTONI, 2010), entretanto, havia se retirado temporariamente - referência à suspensão de alguns financiamentos motivados por críticas de ambientalistas. Mas, no início década de 1990, o banco volta novamente suas atenções para a região, e com eles todos seus parceiros ocidentais. Agora, com um discurso que (re)considerava a importância do ambiente e das população locais na implementação das políticas que recomendava. Nesse mesmo tempo histórico, vale destacar, a ideologia da globalização começava a dominar fortemente a cena internacional.

Em 1990 lança-se a iniciativa denominada Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7. Um programa concebido na cúpula do G-7, em Huston, cujos formuladores buscavam demostrar certa determinação dos ditos “industrializados” na eliminação da destruição das florestas tropicais, respeitando a soberania nacional dos países “em desenvolvimento” que possuíssem grande biodiversidade. Esse suposto forte compromisso em favor das florestas, na visão de De Antoni (2010, p. 304), “[...] era inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante”. Ou seja, a saída apresentada baseava-se na economia de mercado. Saída que constituir-se-ia, segundo o que se anunciava, na melhor solução para o problema da destruição do ambiente e, também, para sua conservação. Portanto, é um erro afirmar que a "florestania" foi concebida endogenamente (no Acre e por acreanos) e, ainda, que possuiu viés socialista.

Em realidade, defende-se aqui que a ideologia do "desenvolvimento sustentável" apenas tentava dar outra coloração para um conjunto de ações que na Amazônia e no Acre, desde o pós segunda guerra, marcaram profundamente o modo de vida constituído, imprimindo o que Quijano (2000) chama de colonialidade. Não se considerava, ou se considerava apenas no discurso, que a preservação e/ou conservação da biodiversidade poderiam também ser possível através de formas alternativas ao quadro político-econômico dominante, com uma verdadeira valorização dos conhecimentos camponeses, seringueiros e indígenas. Conhecimentos que, “[...] paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna” (SANTOS & MENESES, 2009, p. 49).

O PPG-7 iniciou sua operacionalização no Brasil em 1994. Teve uma primeira fase concluída em 1999, mas continuou atuando até 2009 (DE ANTONI, 2010). No bojo das diversas propostas apresentadas é possível encontrar iniciativas como a disponibilização de financiamentos dirigidos para a região Amazônica. Dessa maneira, exatamente para aproveitar essas ofertas foi que o “Governo da Floresta” construiu sua política harmonizada com os organismos internacionais, como bem afiançam Porfírio da Silva (2009) e Maia (2009). Esses autores sustentam que o Governo Estadual apenas adotou a estratégia de assimilação do discurso.

Foi assim que o Banco Mundial, o BID e consequentemente o G-7 passaram a conduzir e a disciplinar, de forma mais intensa, as maneiras de exploração e uso do território acreano, através da influência e dos financiamentos das políticas públicas estaduais. Tudo regido pela batuta da economia de mercado.

Conforme salientou Teixeira da Silva (2011, p. 228), o Brasil configurava-se - e ainda configura-se - como "uma das maiores potências ambientais do planeta, concentrando um banco genético estratégico pela sua biodiversidade, notadamente pelas suas extensas florestas tropicais localizadas na Amazônia”. Portando, seria até ingenuidade acreditar que

iniciativas como a do PPG-7 tratou-se, apenas, de um gesto altruísta dos “desenvolvidos” em favor dos “em desenvolvimento”. Por isso mesmo, não parece absurdo dizer que nesse período novas possibilidades e interesses da economia mundial pela Amazônia Brasileira são apresentados. Interesses cujas origens são longínquas.

No Acre, concordando com Paula (2003), defende-se que intensificou-se na região a “mercantilização da natureza”. Não significando dizer com isso que, antes, a Amazônia não era ou havia sido mercantilizada. Até porque, desde os momentos iniciais de expansão do modo capitalista de produção se privatizava a terra e mercantilizam-se os bens naturais. Deve-se notar que o que Paula (2003) chama de “mercantilização” refere-se a um processo mais acelerado que leva ao limite a exploração para fins mercadológicos dos chamados bens naturais. Inclusive, os bens imateriais como o conhecimento via patentes.

É importante destacar também que são ricas as fontes escritas sinalizando que todo esse processo foi fortemente influenciado pela atuação de ONG´s e agências diversas como a *World Wildlife Fund* (WWF) e a Fundação Ford, entre outras. Organizações que, mesmo antes do “Governo da Floresta” assumir, já se faziam presentes na região do Acre. Um exemplo dessa presença anterior são os financiamentos realizados para a Cooperativa de Xapuri (CAEX) pela *Oxfam* e *Cultural Survival* (CASTELO, 1991).

Sobre a questão das ONG´s, Camely (2009) aponta que na Amazônia Ocidental muitas delas atuaram (e continuam atuando) como verdadeiros “agentes do imperialismo”. Em sua tese de doutoramento essa autora procurou mostrar que as ONG´s atuantes na região são muito bem articuladas com as organizações imperialistas. Organizações que, inclusive, determinam a estratégia de ações das mesmas nos países dominados. Para esta autora, “as ONG´s funcionam como agentes táticos da estratégia para apropriação de recursos da biodiversidade” (p. 275). Em sua análise, escreveu que:

> [...] as articulações destas grandes ONGs com organizações imperialistas, por sua vez, determinam a estratégia que as ONGs devem colocar em prática. Ou seja, as ONGs principalmente em sua ação nos países dominados, são os agentes táticos da estratégia para a apropriação de recursos da biodiversidade; para isto atuam na delimitação de áreas de preservação e em projetos nas comunidades dos países em áreas de florestas tropicais. A vinculação das ONGs com uma das principais organizações do imperialismo, a USAID, é definida ainda em 1994, dois anos depois da Eco-92, onde também ocorreu o fórum das ONGs. A USAID traçou programas e políticas de preservação ambiental para todos os locais de floresta tropical e elegeu grandes ONGs, como a WWF, CI, TNC, AWF e a WCS como seus principais “agentes”. Suas atividades são encontradas no Brasil e em vários países da América Latina e Caribe, além de atuarem no Quênia, Tanzânia, Madagascar, Filipinas, Indonésia, Mongólia, Nepal, Vietnã, Moçambique e em outros. O Brasil recebe 33% de todos os recursos destinados para projetos de preservação da biodiversidade, cifra que corresponde ao dobro do segundo colocado, o México. Isto se deve ao fato de as imensas riquezas da Amazônia brasileira terem sido alvo do saque e pirataria do colonizador há séculos (CAMELY, 2009, p. 275).

Entretanto, é preciso destacar que nem todas as ONG´s atuantes no território amazônico estão comprometidas com práticas imperialistas e colonialistas, na medida em que é possivel encontrar organizações dedicando-se a manutenção de redes de cooperação em atividades que, verdadeiramente, estão relacionadas com atividades de preservação da biodiversidade e fortalecimento de direitos e cidadania.

Considerações Finais

Nesse texto pode-se verificar uma narrativa breve da recente história econômica do Estado do Acre (de 1999 a 2018), com destaque para algumas das estratégias utilizadas pelos Governos do período analisado na tentativa de provocar desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, relatou-se as iniciativas de reforçar o discurso de revalorização da "identidade seringueira" e elevar a autoestima da população, bem como fomentar a exploração da floresta de forma inteligente (preservando-a).

Procurou-se destacar a adaptação e reprodução, na política local, de um discurso formatado no exterior do "desenvolvimento sustentável", com forte influência ideológica no sentido de somente conseguir conceber a conservação da natureza através de critérios mercadológicos.

Na narrativa buscou-se, ainda, mostrar como as políticas públicas implementadas, financiadas por instituições multilaterais de crédito, aprofundaram a mercantilização dos bens naturais. Uma implicação disso foi a perda de representatividade das organizações dos seringueiros. Foi exatamente no período analisado que um conjunto de agentes passou a atuar na região substituindo os principais interessados. Vale dizer: quem passou a falar pelo Acre sobre as florestas, e sobre a vida nas florestas e cidades, foram os representantes de ONG´s e alguns políticos. Pouco ou quase nada se ouvia da voz do líder indígena, do líder urbano e/ou do líder seringueiro.

Destacou-se ainda como nos primeiros anos das ações da "florestania" o Governo do Acre, seguindo orientação de seus financiadores, elegeu o manejo "sustentado" de madeira como atividade econômica a ser priorizada. Em seguida, a venda de crédito de carbono apareceu com protagonista. Em seguida, observou-se uma tentativa de industrialização do Estado tendo como maior investidor o próprio governo.

Os resultados de todo esse processo foram e continuam sendo bastante questionáveis.

Referências

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Frente Popular do Acre:** Plano de Governo. A vida vai melhorar (versão preliminar). Rio Branco, Frente Popular do Acre, 1998.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre certificado: o setor florestal contribuindo para tornar o Acre, o melhor lugar para se viver na Amazônia Brasileira**. Rio Branco, junho de 2009.

ACRE, Governo do Estado. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Documento Síntese da Fase II. Rio Branco: Secretaria do Meio Ambiente do Acre-SEMA, 2010.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Desenvolver e servir** – Plano Plurianual 2012-2015. Rio Branco, 2011.

CAMELY, N. C. **A Geopolítica do ambientalismoongueiro na Amazônia brasileira:** um estudo sobre o Estado do Acre. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFF, 2009.

CASTELO, Carlos E. F. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do acre e outras histórias.** Tese (Doutorado em História Social) São Paulo: USP, 2014.

_____. **O Extrativismo da Castanha do Brasil no Estado do Acre.** Monografia (Graduação em Economia). UFAC/Dep. de Economia, Rio Branco, 1991.

DE ANTONI, Giorgio. **O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a Globalização da Amazônia**. Ambiente e Sociedade. Campinas. v. XIII, n. 2. p. 299-313. jul-dez 2010.

FIEAC. **Indicadores Industriais do Acre**. Rio Branco, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In **La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander [org]. Caracas: Clacso, 2000

HALBAWCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOMMA, A.K.O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.54, n.19, p.115-135, mai./ago., 2005.

HOMMA, Alfredo K. O, Ciencia e tecnologia para o desenvolvimento rural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**. Brasilia-DF. v.17. n 34. p-107-130. 2012.

MAIA, J. S. da. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do Rio Acre na virada do século XX:** o caso dos trabalhadores extrativistas. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2009.

NORA, Pierre. **"Entre memória e história: a problemática dos lugares"**. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAULA, Elder Andrade de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003.

_____. **Seringueiros e Sindicatos:** um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRR/CPDA, 1991.

_____. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. **Revista NERA** – ano 7, N. 5 – ago./dez.2004.

_____. “La doble cara de la destruicción de los bosques tropicales en Latinoanérica y el Caribe: las revelaciones de la “economía verde” en Acre”. In: **Economia Verde**: el asalto final a los bienes comunes. Alianza biodiversidade (Biodiversidad, sustento y culturas con el Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales y Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe), 2012.

PAULA, Elder Andrade de & SILVA, Silvio Simione da (orgs**.). Trajetória das lutas camponesas na Amazônia acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PALZA SILVA, Sheila Maria. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico:** um estudo de caso do Acre (1999-2010). Tese (Doutorado em Ciências). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

PINHEIRO, Francisco de Moura. Programa Identidade: A Valorização dos Povos da Floresta na Tela da TV. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

PORFIRIO DA SILVA, J. (Coord.). **Arranjos Produtivos Locais no estado do Acre:** mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para política de apoio. Projeto: Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Nota Técnica 02. Rio de Janeiro: BNDES: RedeSist, 2009.

REGO, J. F. **A viabilidade de um novo extrativismo.** UFAC/ASPF, 1997.

_____. **Amazônia: do extrativismo ao neo-extrativismo**. Ciência Hoje. v. 25, n. 147, p. 62-65, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, 2009.

SCHMIDLEHNER, Michael F. “Os desdobramentos do capitalismo de desastre no Acre - a adicionalidade do medo”. In: **Contra Corrente**: territórios de disputa. Rede Brasil, número 5, outubro de 2012.

SCHMINK, M et. al. **Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre, Amazônia, Brasil**. CIFOR & IMAZON, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, Alberto. Governança global na Amazônia: O programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p-219-236, 2011.

Sobre o autor

Carlos Estevão Ferreira Castelo – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialização em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Santa Catarina (UFSC). Doutorado em História Social pela Universidade do Estado de São Paulo (USP). Atualmente é docente do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Acre (UFAC). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-4694-9639.

Como citar este artigo

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p.117-132, jan.-abr., 2020.

Recebido para publicação em 17 de abril de 2019.
Devolvido para a revisão em 05 de novembro de 2019.
Aceito para a publicação em 07 de novembro de 2019.

Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho

Allison Bezerra Oliveira
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) – Imperatriz, Maranhão, Brasil.
e-mail: allisonbzr@gmail.com

Daniely Lima Silva
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) – Imperatriz, Maranhão, Brasil.
e-mail: daniely.slyma@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa o processo recente de reestruturação produtiva no território de Imperatriz no estado do Maranhão, pela cadeia produtiva de papel e celulose. Para tanto, apresenta as transformações advindas desse processo a partir de três vertentes: apropriação de terras pelo cultivo de eucalipto, mobilidade do capital por meio do transporte de matéria-prima e especialização da força de trabalho. Para tal, utiliza dados relativos aos municípios produtores de eucalipto e à expansão de áreas destinadas a esse cultivo no estado. Além disso, mapeia a expansão de indústrias de papel e celulose no Brasil, bem como a logística de transportes destinados à circulação de matéria-prima. E, por fim, utiliza dados referentes às transformações no trabalho local a partir das mudanças na estrutura ocupacional de empregos formais e cursos técnicos e superiores de formação. Além de produção cartográfica e fotográfica, utiliza dados estatísticos da Indústria Brasileira de Árvores, da Relação Anual de Informações Sociais, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho e das instituições de ensino locais.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; cadeia produtiva de papel e celulose; Imperatriz - MA.

Productive restructuring of the pulp and paper chain in Imperatriz - MA: land, transport and work

Abstract

This paper analyzes the recent productive restructuring process inside the Imperatriz state of Maranhão territory, by the production chain of paper and cellulose. To achieve this objective, it presents the transformations created by this process from three strands: increase of the plantation area to grow eucalyptus, the mobility of the capital by the transportation facilities of raw material and labor force specialization, presenting the data of the cities that produce eucalyptus and its expansion based in the plantation area increase. Besides that, it maps the expansion of the paper and cellulose industries in Brazil and its logistics that transports the raw material. In addition, it presents the data of labor transformations based on the changes in the labor market, technical and college education. This is achieved presenting the cartographic and photo production, from statistical data of the Brazilian wood industry, from the annual report of social information, from the general registry of employed and unemployed people, labor statistics dissemination program and local teaching institutions.

Keywords: Productive restructuring; pulp and paper productive chain; Imperatriz - MA.

Reestructuración productiva de la cadena de pulpa y papel en Imperatriz - MA: tierra, transporte y trabajo

Resumo

Este trabajo analiza el proceso reciente de reestructuración productiva en territorio de Imperatriz en el estado de Maranhão por la cadena productiva de papel y celulosa. Para ello, presenta las transformaciones derivadas de este proceso a partir de tres vertientes: apropiación de tierras por el cultivo de eucalipto, movilidad del capital por medio del transporte de materia prima y especialización de la fuerza de trabajo. Para ello, utiliza datos relativos a los municipios productores de eucalipto ya la expansión de áreas destinadas a ese cultivo en el estado. Además, mapea la expansión de industrias de papel y celulosa en Brasil, así como la logística de transportes destinados a la circulación de materia prima. Y, por fin, utiliza datos referentes a las transformaciones en el trabajo local a partir de los cambios en la estructura ocupacional de empleos formales y cursos técnicos y superiores de formación. Además de la producción cartográfica y fotográfica, utiliza datos estadísticos de la Industria Brasileña de Árboles, de la Relación Anual de Informaciones Sociales, del Catastro General de Empleados y Desempleados, Programa de Diseminación de las Estadísticas del Trabajo y de las instituciones de enseñanza locales.

Palabras clave: Reestructuración productiva; cadena Productiva de papel y celulosa; Imperatriz - MA.

Introdução

Durante o período colonial, a base da estrutura econômica brasileira era um modelo agroextrativista imposto ao país. Modelo este que designou muitas correntes de povoamento, frentes de “integração nacional”, e que foi aperfeiçoado no período republicano, mantendo-se até os dias atuais. Trata-se de um padrão calcado na ideia de extração e beneficiamento ilimitados de matérias-primas a serem vendidas para o mercado externo.

É possível compreender melhor essa lógica observando, ao longo da história do Brasil, a exploração do pau-brasil nos séculos XVI e XVII; os ciclos do açúcar no século XVII, do ouro no século XVIII, do algodão e do café no final do século XIX e início do século XX; a intensificação do cultivo de soja, milho e da silvicultura do eucalipto no final do século XX e início do século XXI. Como se vê, em muitos momentos (inclusive com forte ação estatal), optou-se pela especialização produtiva, predominantemente baseada no agro-mínero-extrativismo como modelo de crescimento econômico do país.

Como consequência, acentuou-se ao longo dos anos – em especial a partir do século XIX - o papel do país na divisão internacional do trabalho como mero produtor de matérias-primas, consolidando sua posição na produção de *commodities* como a soja, milho, algodão, açúcar, minério etc. Ao mesmo tempo, os países ricos intensificaram e reestruturaram parte de sua base produtiva, com investimentos tecnológicos e foco na produção de produtos beneficiados de maior valor agregado.

Considerando em específico a indústria de papel e celulose e sua cadeia produtiva, viu-se, a partir do final da década de 1990, um processo de “desindustrialização” dessa atividade nos maiores produtores mundiais. Com isso, etapas mais onerosas do ponto de vista socioambiental, como o plantio de eucalipto (que demanda grandes áreas de terra, recursos hídricos e força de trabalho em abundância), por exemplo, ficaram a cargo de países do Hemisfério Sul e do sul da Ásia, e etapas de maior valor agregado e menor ônus produtivo, vinculadas à indústria de papel, tiveram expansão nos países ricos (OLIVEIRA, 2019; PERPÉTUA e THOMAS JR, 2016; PERPÉTUA et al, 2017).

Nesse contexto, destaca-se o processo recente de implantação da unidade fabril da Suzano Papel e Celulose no município de Imperatriz, no estado do Maranhão, a partir do início da construção da fábrica em 2008. A implantação da Suzano - abordada por Oliveira *et al* (2019, 2018) e Oliveira (2018, 2019) -, reproduz os modelos históricos de reestruturação produtiva brasileira, pautados nas economias de fronteiras (BECKER, 1985, 1999) e focados no agroextrativismo.

Para funcionar em nível de economia de escala, as atividades industriais demandam enorme contingente de elementos espaciais e impõem a sua lógica econômica à medida que territorializam suas cadeias de produção. Assim, o território, enquanto espaço utilizado e fruto de relações de poder, é base material para o processo de produção, mobilidade e acumulação do capital.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a especialização produtiva no território de Imperatriz, no estado do Maranhão, desencadeada pela implantação da Suzano Papel e celulose e a consequente expansão de sua cadeia produtiva. Para tal, são utilizados três elementos fundamentais para a compreensão da especialização desta cadeia no território: a questão da terra, o papel dos transportes e as transformações na força de trabalho.

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente, em “*a reestruturação produtiva e o uso do território*”, discute-se o conceito de território e como ele pode ser apropriado como recorte do espaço pelas grandes atividades econômicas. Em seguida, na seção “*a reestruturação produtiva da terra*”, discute-se a ocorrência desse processo no Maranhão, utilizando-se, para tal, produção cartográfica referente a espacialização das unidades fabris de papel e celulose no Brasil e dos municípios maranhenses produtores de eucalipto, além de dados secundários relativos à evolução de hectares destinados à silvicultura do eucalipto no Brasil e no Maranhão, extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de relatórios da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ).

Na seção “*quanto ao papel dos transportes*”, discute-se o papel dos transportes na mobilidade e na reprodução do capital, através da circulação da matéria-prima. Juntamente

com acervo fotográfico do processo de transporte, observa-se a constituição de uma lógica viária para a circulação dos fluxos da cadeia produtiva em meio a uma espacialização expressiva de áreas plantadas. Por fim, em "*a reestruturação da força de trabalho*", apresentam-se as transformações relacionadas ao emprego e qualificação profissional desencadeadas pela implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz. São expostos, ainda, dados relativos às instituições de ensino superior e técnico profissionalizante, que, na cidade de Imperatriz, oferecem cursos ligados à cadeia produtiva em questão, além de dados concernentes às transformações em curso nos níveis profissionais. As informações apresentadas partem de dados coletados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (PDET).

Reestruturação produtiva e o uso do território

Território é uma categoria de análise fundamental da ciência geográfica. Ele pode ser considerado como o recorte espacial definido por relações de apropriação e de poder sobre recursos, fluxos e pessoas. E como tal, constituído por múltiplas formas de apropriação e produção do espaço por diferentes atividades em suas mais diversas dimensões: produtivas, materiais, ideológicas, simbólicas etc. Nele, está contido formas diversas de apreensão e de manifestação individual e coletiva de um Estado, grupo cultural, classe social ou atividade econômica (FUINI, 2014; SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2006; SPOSITO, 2004; ANDRADE, 2004; MORAES, 2002).

Para Raffestin (1993), o território é uma produção demarcada do espaço, em que se projeta trabalho. Como consequência, nesse espaço demarcado, desencadeiam-se relações de poder capazes de agregar valor de uso à demarcação espacial. O território pode ser assim compreendido a partir de sua vinculação com o exercício de uma forma de poder e consequente valorização sobre uma dada área, como o poder do Estado, de grupos sociais ou mesmo de uma grande empresa.

Para Souza (2009), o que em primeiro lugar definiria território seria o poder. E, nesse sentido, a dimensão política seria, antes de qualquer outra, aquela que lhe definiria o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes nem consideradas ao se trabalhar com esse conceito.

> O território […] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

> Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo […], uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 1995, p. 78-9).

Na perspectiva do autor, a definição de território é, portanto, de ordem fundamentalmente política e até estratégico-militar. As ordens política, cultural e econômica, embora, na teoria, separadas de modo mais cartesiano, na prática aparecem sobrepostas; a separação designa uma artificialidade "preocupada em separar aquilo que é distinguível, mas não é propriamente separável" (SOUZA, 2009, p. 60). Em outras palavras, o caráter político, o econômico e o cultural - essenciais à gênese do território - estão imbricados de forma indissociável.

Apesar disso, muitas vezes é preciso utilizar "recortes" para não incorrer em imprecisões oriundas das multiplicidades semânticas do conceito. Considerando, então, as múltiplas intencionalidades e os diferentes usos do território, destacamos as seguintes dimensões: a) *política* - entendida como autoridade legal e regulamentação de leis e convenções sociais de uma sociedade pelo Estado-Nação, poderio estratégico-militar, instituições/poderes que gerem o território, além das próprias ações políticas desencadeadas pelos diversos sujeitos na construção dos diversos territórios; b) *econômica* - compreendida através das ações dos diversos atores econômicos e as relações entre o capital na organização, apropriação e controle do território e seus recursos naturais. Sejam eles, grandes atores hegemônicos (holdins, multinacionais, carteis, trusts etc) ou contra-hegemônicos (movimentos sociais, povos tradicionais, associações etc), por exemplo; c) *cultural* - compreende as formas de apropriação imateriais e simbólicas, como as tradições, os costumes, as convenções sociais, religiões etc.

O território em si, não se constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema da geografia, ou mesmo das ciências sociais. Isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado. A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do seu território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

No capitalismo, o crescimento econômico é, como Harvey (2013) destaca, um processo de contradições internas, que, frequentemente, passa por crises. Desta forma, nesse sistema, o crescimento harmonioso ou equilibrado é, para o autor, assim como para Marx (1985), inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo. Como exemplo de crises que reformulam os processos de contradições próprios do capitalismo, citam-se as ocorridas no modelo fordista/taylorista de produção. Tais crises são próprias da gênese do capital e se reorganizam

sempre em ciclos que desembocam ao final em novos processos de reestruturação produtiva (OLIVEIRA et al, 2019).

Os processos de reestruturação desencadeiam intensiva territorialização do espaço, que pode ser entendida como ação, movimento ou processo de construção, criação, organização de territórios por apropriações, usos, identificações ou enraizamentos (FUINI, 2014). O uso do território por agentes econômicos é, assim, o processo de apropriação, organização e qualificação territorial exposta a extensões fixas e móveis do espaço por atores hegemônicos para promoverem processos de exploração, reprodução e acumulação de capital.

Portanto, o atual estágio de reestruturação espacial das atividades econômicas, sobretudo as industriais, tem permitido cada vez mais compreender o território sob a ótica econômica, bem como a importância dessa categoria para expressar as estratégias e etapas dos processos produtivos. Principalmente em face dos processos de concorrência global, frutos de acumulações flexíveis que desembocam em regulações e formas de governança territoriais fortemente influenciadas pela mundialização do capital (SANTOS, 1996b; CHESNAIS, 1996; BENKO, 1996; CASTELLS, 1999).

Sob o aspecto econômico, o território é um campo de forças políticas conflituosas, com estrutura de poder e dominação. Assim, o território usado é o lócus de produção de bens e reprodução de capital, que se manifesta em arranjos institucionais do poder instituído, que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e de coordenação, como os muitos e constantes processos de reestruturação produtiva característicos do próprio capitalismo (LEMOS et al, 2005).

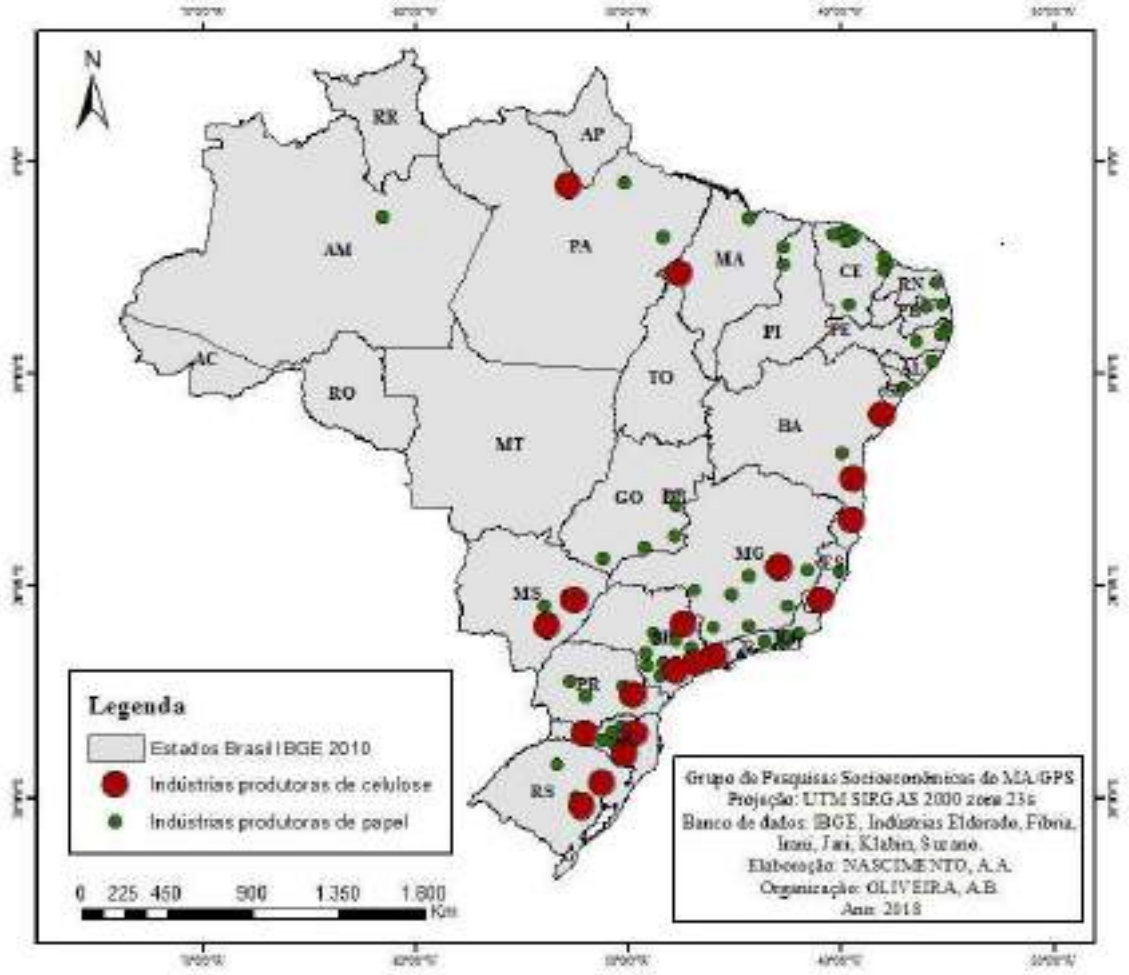
Assim, para que os processos de reestruturação sejam efetivados, são necessárias reorganização, requalificação e reconfiguração de diversos elementos espaciais que, a partir do uso do território apresentarão perspectivas para que as dinâmicas econômicas em curso possam ter os mecanismos para se reproduzirem de forma satisfatória. Que discutiremos a seguir

A reestruturação produtiva da terra

No Brasil, a reestruturação pela qual a indústria de papel e celulose passou nos últimos anos é fruto das transformações no mercado global, da acumulação flexível como resultado de um processo relativamente recente de “desindustrialização” desse segmento. Nesse processo, os países do Hemisfério Norte impõem por produzir a etapa com maior valor agregado (nesse caso, o papel), passando a importar dos países periféricos, como o Brasil, a pasta de celulose, produto cuja etapa de produção é a mais onerosa da cadeia produtiva do ponto de vista socioambiental. Por isso, nesse contexto, houveram maiores possibilidades de

acumulo de capital e como consequência aumento e expansão das indústrias de papel e celulose no Brasil (Figura 1) nos últimos anos, acompanhado da expansão das áreas plantadas de eucalipto (Figura 2).

Figura 1: Unidades fabris de papel e celulose no Brasil



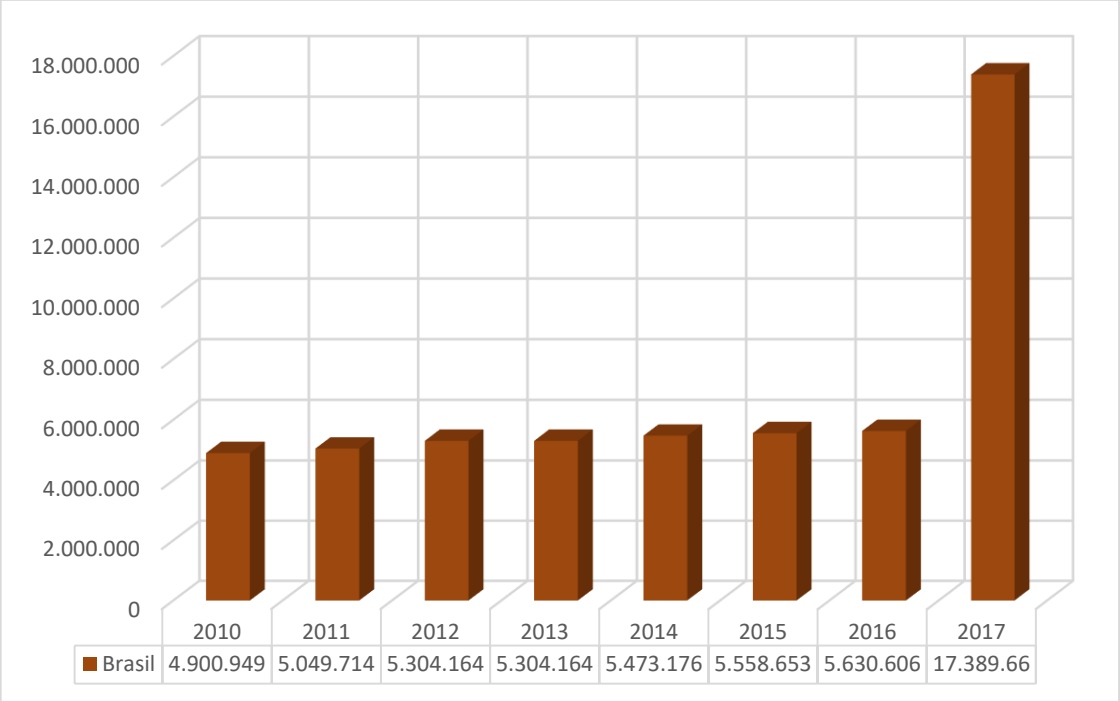
Fonte: Nascimento e Oliveira (2018).

Com uma área de 7,84 milhões de hectares destinados à silvicultura do eucalipto, esse setor econômico é responsável por 91% de toda a madeira produzida para fins industriais e 6,2% do PIB industrial do País em 2016. No mesmo ano, a produção brasileira de celulose cresceu 8,1% em relação a 2015 e colocou o Brasil na segunda posição entre os maiores produtores de *commodities* de celulose (IBÁ, 2017).

Os plantios de eucalipto ocupam 5,7 milhões de hectares da área de árvores plantadas do País e estão localizados, principalmente, em Minas Gerais (24%), São Paulo (17%), Mato Grosso do Sul (15%), Bahia (11%), Rio Grande do Sul (6%), Paraná (22%) e outros estados (22%) (IBÁ, 2017). Podemos inferir que dentro de “outros estados” se encontra a recente expansão da Amazônia Legal brasileira a partir da também recente implantação da

unidade fabril da Suzano Papel e Celulose, em Imperatriz, no estado do Maranhão (OLIVEIRA *et al*, 2018).

Figura 2: Evolução de áreas plantadas de eucalipto no Brasil, entre 2010 e 2017



Fonte: Os autores, a partir de dados do IBGE (2017) e IBÁ (2017).

A produção brasileira de celulose saltou de 4,4 milhões de toneladas, em 1990, para 16,4 milhões de toneladas, em 2014, e 18,8 milhões em 2016, montante 8,1% superior ao de 2015. Quanto às exportações, em 2016 o volume foi de 12,9 milhões de toneladas (IBÁ, 2017). Entre 2010 e 2017, a área ocupada com eucalipto, no Brasil, saltou de 4.900.949 para 17.389.664 hectares, um aumento de mais de 350% de área, transformando essa cultura na quarta maior em área ocupada no país, atrás apenas da soja, do milho e da cana-de-açúcar (IBGE, 2017).

Dessa forma, no contexto de reestruturação dessa atividade industrial e do avanço da silvicultura de eucalipto no país, em 2009 iniciou-se o processo de construção da mais nova unidade fabril da Suzano Papel e Celulose no município de Imperatriz. A escolha do local levou em consideração elementos fundamentais no processo de desenvolvimento da cadeia de papel e celulose: terra barata, força de trabalho, recursos hídricos, logística de transporte dentre outros.

> Em 2009, a empresa Pöyry deu início à implantação da sede da Suzano Papel e Celulose do município de Imperatriz, no estado do Maranhão, com a proposta de ser a maior planta industrial deste segmento no país. A duração da implantação inicial perdurou até o ano de 2015. Além da localização excepcional para o escoamento da produção pelo ramal ferroviário norte-sul até o porto do Itaqui, outros fatores espaciais também foram importantes no

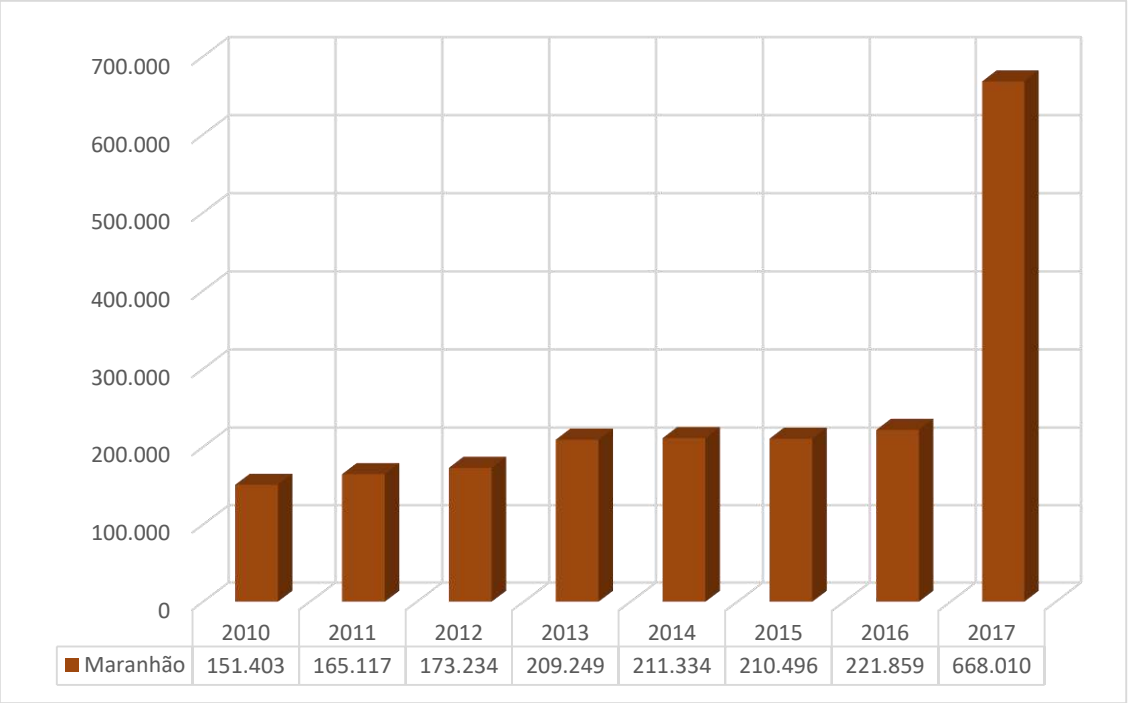
> processo: a oferta de serviços urbanos para atender à demanda de mão de obra qualificada que residiria no município, a bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, além de áreas extensas para o plantio de eucalipto no Maranhão, Piauí e Pará (OLIVEIRA, 2018, p. 347).

Mesquita *et al* (2015) destacam que privilegiar o grande capital no processo de ocupação do território e inserção de modelos de crescimento econômico tornou-se uma constante no Maranhão. Para os autores, o incremento da demanda do mercado mundial por *commodities* agrícolas e agroflorestais favoreceu as atividades do agronegócio, determinando o plantio intensivo de soja e eucalipto. Contudo, tais projetos visam à exportação de produtos primários agrícolas e, portanto, apresentam baixo retorno socioeconômico ao estado.

Ainda segundo os autores, ao final da década de 1990, a conjuntura política permeou o estabelecimento de projetos no Maranhão em moldes correspondentes à economia de enclave, voltada para a produção de *commodities* de exportação com pouca conexão socioeconômica local. Exemplo disso é o agronegócio (representado pelo plantio extensivo da soja) e a atividade agroflorestal (centrada no eucalipto), que se consolidaram e expandiram as fronteiras econômicas do Maranhão. Isso porque, apesar de seu caráter extensivo, o cultivo de soja e eucalipto ocorreu em diferentes áreas geográficas e contribuiu bem mais para a ampliação dos "*fronts*" econômicos.

Como no passado, no processo de ocupação do território maranhense, o grande capital conecta-se sobremaneira aos recursos naturais, estando, por isso, obrigatoriamente ligados ao uso e à ocupação da terra. O processo de expansão, apropriação e consequente territorialização passa pela compra, arrendamento, grilagem e expropriação da terra. Parte expressiva da cadeia produtiva de papel e celulose cultiva intrínseca relação com o uso da terra. No Maranhão, a base de eucaliptos plantada na década de 1990, destinada para o fornecimento de energia para as siderúrgicas produtoras de ferro gusa, teve um significativo aumento nos últimos anos, conforme observado na Figura 3.

Figura 3: Evolução de áreas plantadas de eucalipto no Maranhão, entre 2010 e 2017



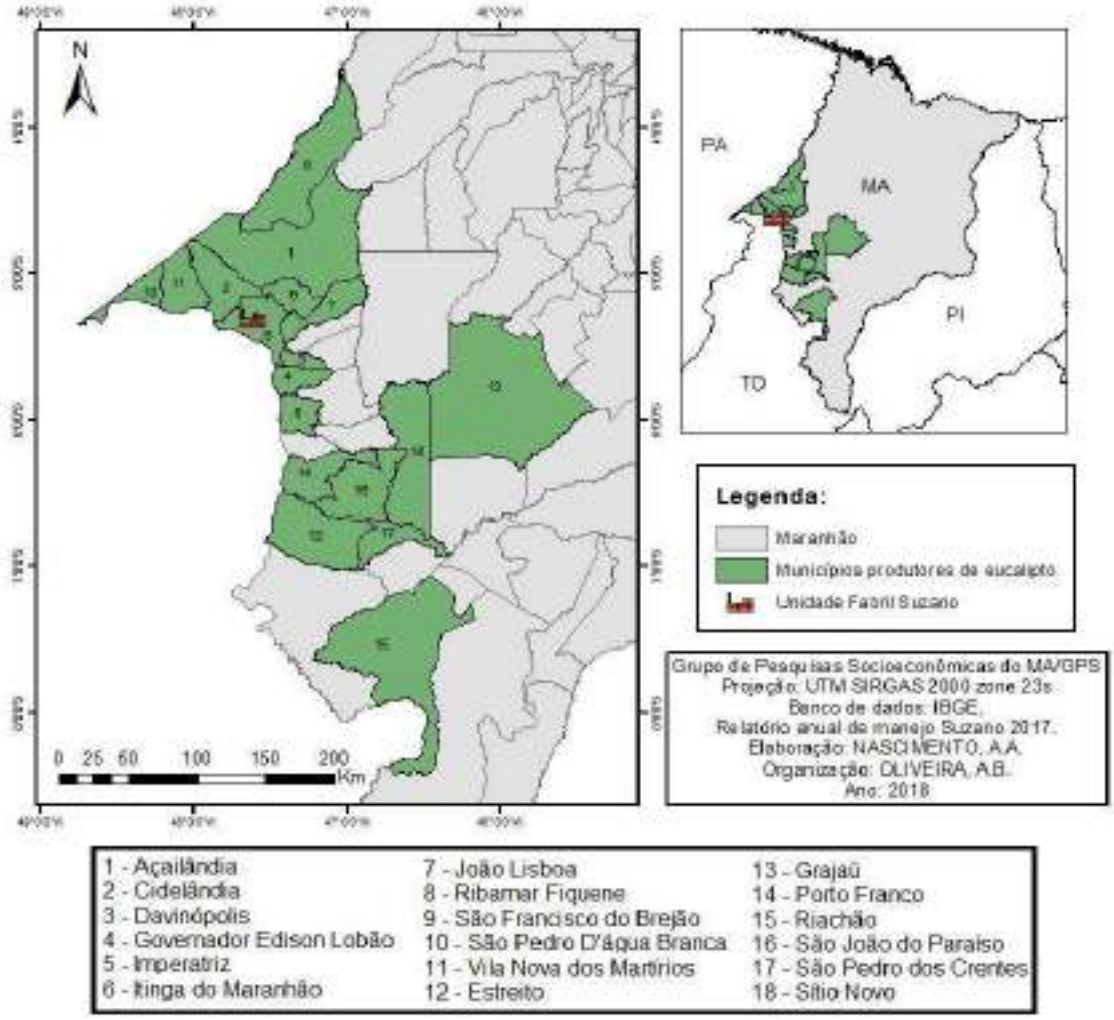
Fonte: Os autores, a partir de dados do IBGE (2017) e IBÁ (2017).

Observa-se uma aceleração no aumento de áreas plantadas no Maranhão no período em destaque. Enquanto em 2010 havia 151.403 mil de hectares plantados, em 2017 já eram 668.010 mil de hectare, resultando assim em aumento de mais de 440% de área plantada no estado. Pela localização estratégica do município de Imperatriz, na divisa com o Pará e o Tocantins, o uso da terra torna-se mais extensivo quando consideramos o quantitativo total para atender à unidade fabril. Nesse caso,

> o fator de produção terra tem um duplo significado econômico por ele servir tanto de suporte espacial às atividades produtivas agrícolas e industriais quanto como "armazém natural" que fornece os recursos naturais que são utilizados como fonte de matérias-primas em diversos processos produtivos que dão origem a produtos (bens intermediários ou bens finais) ao longo da cadeia produtiva (CARVALHO *et al*, 2017, p. 177-178).

Dessa forma, empreendimentos de soja e, mais especificamente, de eucalipto têm tipificado e acentuado transformações no Maranhão, a partir de sua consolidação como fronteira agrícola, à medida que grandes espaços têm sido destinados a culturas voltadas para a produção de *commodities* agrícolas e agroflorestais, as quais geram concentração de renda em grupos de capital nacional e estrangeiro. O avanço da produção agroflorestal tem promovido tipificações nos territórios, uma vez que concentra grandes porções de terra em vários municípios maranhenses (Figura 4).

Figura 4: Expansão de municípios produtores de eucalipto no Maranhão



Fonte: Nascimento e Oliveira (2018).

Observa-se que todos os municípios produtores (Figura 4) estão próximos à unidade industrial. Esse modelo de logística de matéria-prima, próxima à área de produção, é adotado por todas as indústrias de transformação de base química para obtenção de material celulósico, diferentemente das indústrias de produção de papel, que não precisam estar perto das áreas de extração. Os municípios produtores são, então, denominados núcleos de abastecimento e trabalham em sistema de rotatividade no corte e transporte de matéria-prima, concomitantemente com o período de corte das árvores em estados vizinhos como Piauí, Tocantins e Pará.

Quanto ao papel dos transportes

A expansão de áreas cultivadas vem acompanhada de enorme solidariedade com os transportes, que contribuem para o processo de territorialização e consequente transformação espacial local e permitem a reprodução do capital em sinergia com os objetivos pautados.

Assim, os transportes assumem papel fundamental na medida em que permitem significativa reconfiguração das distâncias pela viscosidade da locomoção. A capacidade para movimentar os produtos define a mobilidade do capital sob a forma de mercadoria. Essa mobilidade depende das relações de transporte modificadas pelos atributos das mercadorias, como peso, tamanho, fragilidade, mercado consumidor, perecibilidade etc. (HARVEY, 2011, 2013).

A mobilidade do capital na forma de mercadoria, seja ela matéria bruta ou beneficiada (papel ou pasta de celulose), é realizada dentro de uma estrutura em eterna modificação dos espaços relativos, pois o custo e as distâncias de tempo podem ser alterados pelo desenvolvimento dos meios de transporte de uma maneira que não corresponda às distâncias geográficas.

Portanto, há uma constante necessidade de transformar capital “ocioso” para acumulação ativa, em que “a continuidade na circulação do capital só pode ser assegurada mediante a criação de um sistema de transporte eficiente e espacialmente integrado, organizado em torno de alguma hierarquia dos centros urbanos.” (HARVEY, 2013, p. 550-551).

Após o plantio das mudas, que atualmente levam de seis a sete anos para chegar ao estágio de corte, inicia-se a etapa da colheita e do transporte. Nela, a cadeia tem um alto valor agregado mediante a inserção de maquinário para corte, lixamento e retirada, além de caminhões para transporte e todas as empresas fornecedoras de peças e equipamentos. O corte é feito com máquinas *Feller-buncher* e *Harverster* que descascam o eucalipto e o cortam em toras de seis metros, transportadas em caminhões tritrem (Figura 5) e levadas até a fábrica. Cada caminhão leva em média 50 toneladas de madeira.

Figura 5: Caminhões aguardando carregamento de eucalipto em área de plantação

Fonte: Os autores (2018).

O eucalipto levado até a fábrica através do modal rodoviário é transformado em pasta de celulose destinada quase exclusivamente ao mercado externo. A pasta é transportada via

terminal ferroviário, modal construído pela própria empresa (Figura 6), que sai diretamente da fábrica e se conecta ao terminal do Pequiá, na cidade de Açailândia e, posteriormente, ao terminal ferroviário norte-sul, que transporta a pasta de celulose para o Porto do Itaqui.

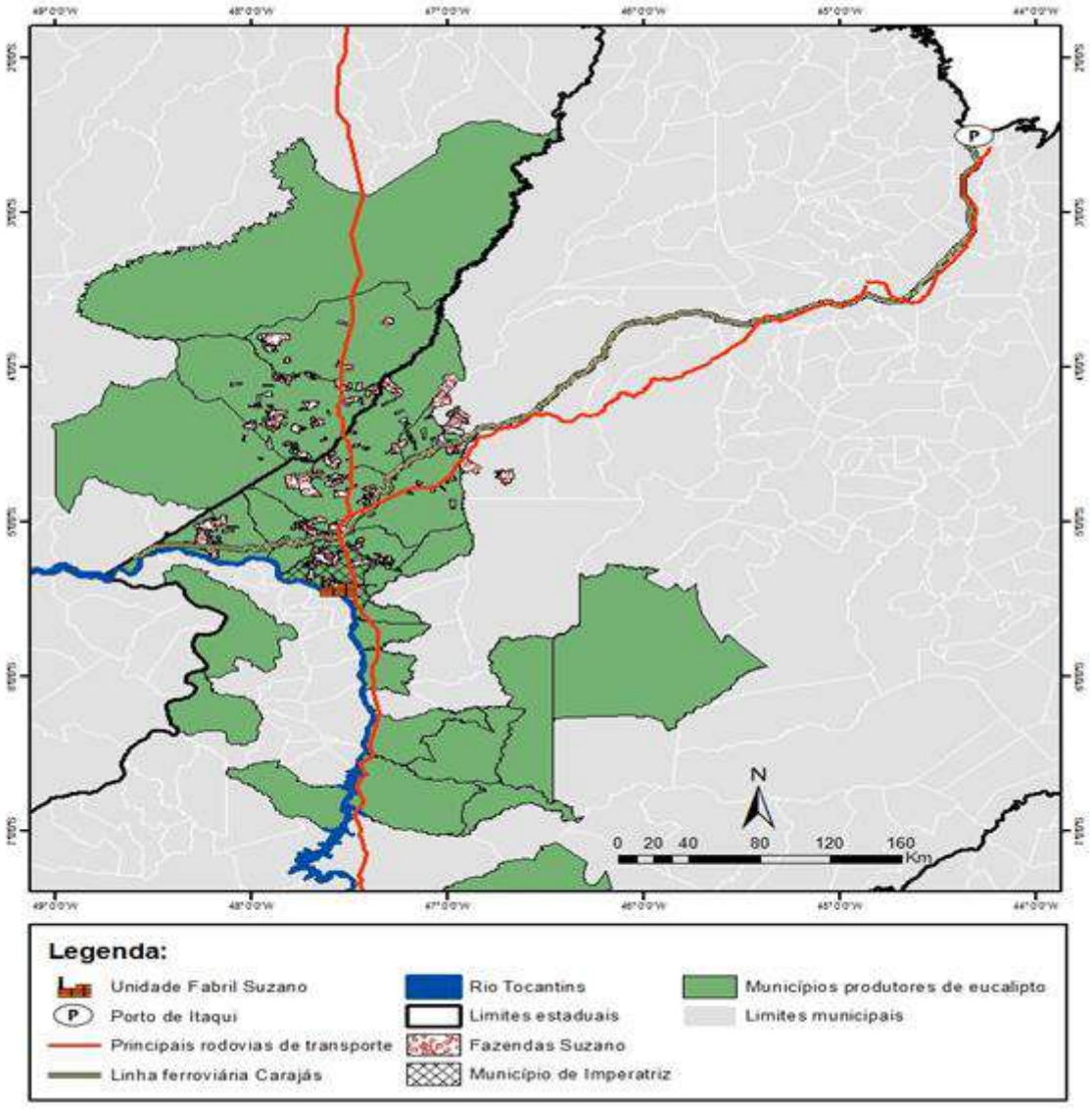
Figura 6: Transporte de pasta de celulose de unidade fabril da Suzano, em Imperatriz

Fonte: Os autores (2018).

A materialidade técnica no território maranhense, expressa pelas estradas de ferro, constitui não só base material para a reprodução e especialização produtiva da cadeia em questão como também evidencia o modelo histórico de integração e desenvolvimento potencializado, sobretudo, a partir da década de 1980 no estado do Maranhão, com sua inserção na Amazônia Legal, a partir do Projeto Grande Carajás, que já preparava significativa infraestrutura para a implantação de indústrias agro-mínero-exportadoras, ligando Carajás, no sudoeste do Pará, ao litoral maranhense - o complexo portuário de São Luís, com os portos do Itaqui e de Ponta da Madeira.

Destaca-se a construção de um novo elo com a Estrada de Ferro Carajás. Ancorado em um trecho já existente, foi construído um novo ponto de conexão (Figura 7) ligando a unidade fabril da Suzano ao terminal do Pequiá, na cidade de Açailândia, tradicionalmente responsável pela exportação de ferro gusa até o litoral do Maranhão.

Figura 7: Expansão da produção da Suzano Papel e Celulose no Maranhão



Fonte: Os autores (2018)

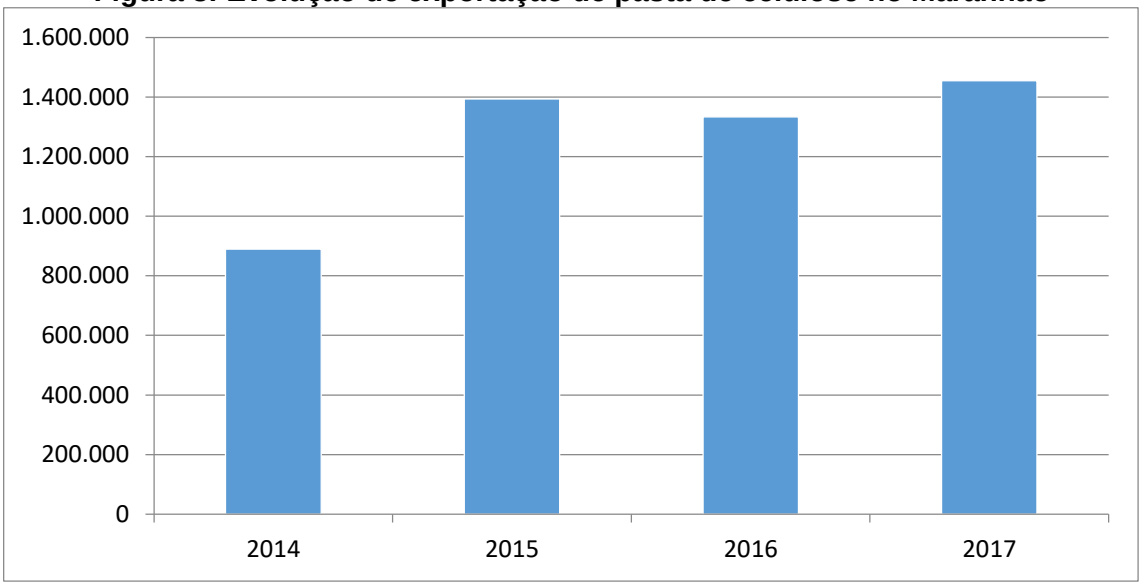
Na Figura 7 nota-se a intrínseca relação entre a disposição geográfica das fazendas e as rodovias para escoamento do eucalipto. Há, neste caso, certa “ubiquidade” de matéria-prima, traduzida na quantidade de fazendas e áreas de produção, que se configuram em um verdadeiro moisaco de produção para a produção do eucalipto. Nestas cidades as transformações no uso da terra se ampliam na medida em que, o eucalipto tipifica parte expressiva das áreas tradicionalmente utilizadas pela pecuária e agricultura de pequenas e médias propriedades.

O avanço de áreas na fronteira agrícola do eucalipto segue em consonância com o sistema viário principalmente das rodovias, que permitem a circulação da matéria prima e conectam os estados do Maranhão, Pará e Tocantins na Amazônia Legal. Em especial a rodovia Belém-Brasília (BR 010) que corta o Maranhão e o estado do Pará permitindo a

conexão entre várias rodovias estaduais que movimenta mais rapidamente a circulação de capitais.

A ferrovia norte-sul, inicialmente construída para circular o minério de ferro do complexo de Carajás assume com o avanço das exportações de commodities no Maranhão no final do século XX outro destaque, além de outros minérios a soja passa a ter grande destaque nos montantes transportados. A partir do ano de 2014 (figura 8), a pasta de celulose começa a aparecer como matéria prima beneficiada exportada no Maranhão.

Figura 8: Evolução de exportação de pasta de celulose no Maranhão



Fonte: Os autores, a partir da Empresa Maranhense de Administração Portuária (2018).

Segundo dados da empresa maranhense de administração portuária (2018), Estados Unidos e China são os principais compradores da celulose maranhense. A conexão ferroportuária iniciada na fábrica transporta a pasta até o Pelo porto do Itaqui que devido o volume crescente de cargas tem feito melhorias para atender exclusivamente a mercaria em questão. Em 2014, primeiro ano de exportação, o Maranhão exportou pouco mais de 800 toneladas, que saltaram para pouco mais de 1.400 toneladas em 2017 quase dobrando o percentual de exportação em apenas quatro anos.

A reestruturação da força de trabalho

Este modelo de “desenvolvimento” imposto ao Maranhão baseado nestes grandes projetos, intensificou ao longo dos anos a apropriação de recursos naturais, dentro das contradições e crises advindas de sua própria gênese, o trabalho juntamente com o uso da terra tem sido os dois elementos mais impactados pelos processos de reestruturação

impostos ao estado. Isso porque são instrumentos mais ativos na geração de riqueza e mais passíveis de flexibilização.

As transformações locais, são fortemente impactadas por transformações globais, como a própria crise do modelo fordista e a consequente passagem para o modelo de acumulação flexível implicou transformações nos processos produtivos globais de concorrência capitalista, como a desterritorialização da produção, sobretudo em regiões periféricas, cujo uma das consequências é a incorporação de transformações no mundo do trabalho (ALVES, 1999; HARVEY, 1992; LIPIETZ, 1987, 1991).

Dessa forma, quando grandes atividades industriais, a exemplo da Suzano, instalam-se nos espaços e passam a sobrepor suas próprias técnicas, organizações, conteúdos e formas de produção de trabalho às já existentes, além de estabelecerem seus próprios mecanismos para suprir a demanda por trabalhadores. Em suma, há um padrão de apropriação territorial do trabalho nos processos de reestruturação produtiva adotados.

Com a intensificação da produção, a compreensão de determinada especialização do trabalho passa a ser cooptada e incentivada, impondo-se, dessa forma, uma lógica de poder fortemente amparada no *status quo* econômico, que ressignifica funções, redefine e insere novas formas de atuação profissional, em muitos casos, alheias ao espaço local, mas extremamente necessárias para a reestruturação produtiva desencadeada pela empresa.

Em específico, a reestruturação da força de trabalho desencadeada pela implantação da Suzano em Imperatriz, pode ser compreendida a partir de dois contextos distintos: as transformações nas qualificações profissionais em nível médio/técnico e os níveis de empregabilidade para determinadas ocupações profissionais que emergiram localmente.

O Quadro 1 apresenta bem as transformações locais quanto a oferta e procura de cursos técnicos para atender às novas necessidades. Há claro direcionamento na oferta destes cursos a partir do ano de 2011 (quando a Suzano já havia começado a operar). Nessa mudança vê-se uma tendência de especialização dos cursos ofertados, alinhados com um perfil de empregos que insiram a força de trabalho no setor secundário. Cursos como montagem industrial, operador de máquinas de papel, operador de máquinas florestais, técnico em automação industrial, técnico em operação de máquinas e técnico de celulose e papel nunca haviam integrado quadros funcionais na região.

Esta questão é expressiva quando se observa que, tradicionalmente, a economia de Imperatriz e sua microrregião – mesmo com a existência de atividades industriais expressivas como no caso da cidade de Estreito (com a indústria sucroalcooleira) e Açailândia (com as siderúrgicas destinadas à produção de ferro gusa) – baseia-se predominantemente nos setores primário e terciário (OLIVEIRA et al 2019).

Quadro 1: Cursos técnicos ofertados em Imperatriz–MA a partir de 2011

Montagem Industrial
Operador de Máquinas de Papel
Operador de Máquinas Florestais
Técnico em Automação Industrial
Técnico em Química
Técnico em Operação de Máquinas
Eletromecânica
Eletrotécnica
Técnico em Meio ambiente
Técnico de Celulose e Papel

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

No imaginário popular, baseado no discurso do desenvolvimento e da geração de empregos, vê-se nessas mudanças novas oportunidades de trabalho. As instituições de ensino e empresas prestadoras de serviços são convocadas a atender à cadeia produtiva por meio de cursos técnicos, e, além da oferta, há também intensa procura. Há inevitavelmente uma articulação programada e ao mesmo tempo também involuntária entre empresas, instituições públicas e privadas, além de trabalhadores, de forma a atender sistematicamente à reestruturação local corrente. Isto porque, os processos de reestruturação produtiva ocorridos no setor secundário mundial necessariamente passaram por transformações diretas na flexibilização da qualificação do trabalhador e elas invadem em todos os níveis de instrução formal, como as de nível superior, expostas no quadro 2.

Quadro 2: Cursos superiores criados a partir de 2011 em Imperatriz – MA

Ciência da Computação
Engenharia Florestal
Engenharia Civil
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia de Produção
Engenharia Mecânica
Engenharia Elétrica
Engenharia Química

Fonte: os autores a partir de INEP (2018).

Assim, para que os processos de reestruturação sejam efetivados, são necessárias reorganização, requalificação e reconfiguração da força de trabalho. Tal dinâmica não implica apenas novos modos de produção e flexibilização locais, mas sobretudo a requalificação

especializada do trabalhador, que vê nesses processos melhores possibilidades de inserção profissional.

É necessário considerar também as entrelinhas do Quadro 2, quando este nos apresenta o perfil do profissional de nível superior desejado, logo, com maior possibilidade de se sobressair profissionalmente. A indústria de papel e celulose e sua extensa cadeia de produção necessitam de expressivo contingente de arquitetos e engenheiros para executar atividades que vão desde desenhos de plantas e construção/manutenção de estruturas civis e mecânicas até controle e automação de sistemas informatizados industriais, plantio e manejo das áreas destinadas à silvicultura.

Assim, a mudança de especialização do trabalho, fruto de uma mudança no perfil profissional, também contribui para criar em curto espaço de tempo uma reserva expressiva de força de trabalho qualificada com a qual a indústria possa barganhar e contar em casos de crise. Tal reserva tem forte aparato estatal na medida em que permite a criação de cursos superiores em instituições públicas de ensino ou promoção de programas de financiamento estudantis.

Nesse sentido, mais do que uma mera sobreposição do moderno sobre o antigo, é importante compreender a dinâmica de coexistência entre setores econômicos e atividades que no bojo da competitividade encontram caminhos para impor suas próprias lógicas, atraindo trabalhadores e criando sinergias para que estes se qualifiquem e se insiram em seus segmentos.

Há, dessa forma, o que Alves (1999) classifica como uma divisão cada vez maior entre funções ou profissões ditas "produtivas" e "improdutivas". O trabalho industrial reconfigura-se no interior da produção do capital. A indústria de papel e celulose (e sua cadeia) não é a única a realizar essa divisão, mas a exemplifica bem. E desta forma, como expresso na tabela 1, são apresentados dados sobre as profissões formais mais contratadas, em nível superior e médio/técnico entre 2013 e 2017 em Imperatriz.

Tabela 1: Profissões mais contratadas de nível médio/técnico e superior em Imperatriz (2013-2017)

Ano	Profissões de nível superior mais contratadas (2013-2017)				
2013	Engenheiro Mecânico	Gerente de Produção e Operações florestais	Engenheiro de Produção	Contador	Analista de Pesquisa de Mercado
2014	Médico do Trabalho	Supervisor da Área Florestal	Engenheiro Mecânico	Administrador	Engenheiro de Produção
2015	Engenheiro Florestal	Gerente de Projetos e Serviços de Manutenção	Supervisor da Área Florestal	Engenheiro de Produção	Gerente de Produção e Operações Florestais

2016	Engenheiro Mecânico	Engenheiro Químico	Engenheiro de Produção	Engenheiro Mecânico	Engenheiro Mecânico Industrial
2017	Engenheiro Florestal	Engenheiro Químico	Engenheiro de Produção	Engenheiro Mecânico	Gerente de Produção e Operações Florestais
Ano	**Profissões de nível médio/técnico mais contratadas (2013-2017)**				
2013	Auxiliar de escritório em geral	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Cilindreiro na preparação de pasta para papel	Técnico mecânico	Operador de calcinação
2014	Técnico em segurança no trabalho	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Técnico florestal	Eletricista	Técnico de celulose e papel
2015	Operador de caldeira	Operador de calcinação	Auxiliar de enfermagem	Técnico em instrumentação	Operador de máquina de fabricar papel e papelão
2016	Mecânico de manutenção de máquinas	Operador de calcinação	Assistente administrativo	Técnico florestal	Operador de máquina de fabricar papel e papelão
2017	Alimentador de linha de produção	Mecânico de manutenção de máquinas em geral	Técnico de manutenção elétrica de máquina	Técnico mecânico	Operador de máquina de fabricar papel e papelão

Fonte: Os autores, a partir de dados RAIS (2018), CAGED (2018) e PDET (2018).

Conforme aponta Harvey (1974), o progresso da acumulação depende de que haja excedente de trabalho para alimentar a continuidade e a expansão da produção. Assim, é preciso criar mecanismos para aumentar o excedente de força de trabalho, estimulando o crescimento da população, fluxos migratórios e novas formas de geração de emprego.

Para Salm *et al* (1997), é necessário compreender os vínculos inseridos no contexto global a respeito do trabalho e de todas as formas de qualificação, contexto no qual funções pouco competitivas tendem a ser substituídas por novas funções de maior competitividade e relevância, em um mercado de trabalho global em que alguns setores empregatícios são “excluídos” para que novas áreas possam ser criadas.

As reflexões propostas pelos autores em destaque, reforçam os processos em curso de reestruturação da força de trabalho em Imperatriz exposto na tabela 1. Há uma transição entre empregos tradicionalmente voltados para o setor terciário para uma predominância, ou pelo menos destaque, daqueles voltados para o setor secundário. Em diversos pontos, os empregos direcionam para atuação em momentos distintos da enorme cadeia produtiva de papel e celulose.

Não desapareceram os empregos tradicionalmente responsáveis por importantes parcelas de contratação, porque o setor de serviços ainda se constitui expressivo empregador local. Contudo, como já destacado, há uma transição muito clara para o surgimento de

empregos formais anteriormente inexistentes. No processo de reestruturação e especialização do trabalho, acentua-se localmente, as divisões internacionais do trabalho em curso.

Considerações finais

No Maranhão, os processos históricos de reestruturação produtiva a partir de atividades industriais voltadas para a exportação de produtos primários impuseram ao estado, dentro de uma lógica de "integração" nacional, uma estruturação econômica baseada nas chamadas "economias de fronteira" ou "economias de enclave". Tais processos contribuíram para a especialização do território estadual, sobretudo a parte amazônica, em produtor agro-mínero-exportador de *commodities*, intensificando o uso de recursos naturais, técnicos e sociais locais, e oferecendo baixo retorno socioeconômico.

A expansão das áreas destinadas à silvicultura do eucalipto, impulsionada pela implantação da unidade fabril da Suzano, desencadeou processo expressivo de especialização produtiva do território estadual, à medida que elementos espaciais significativos foram reorganizados para atender ao funcionamento da cadeia produtiva em questão. Essas transformações foram analisadas a partir de três elementos fundamentais: a terra, os transportes e o trabalho.

O uso intensivo da terra como bem econômico essencial para as atividades econômicas, - em especial, as primárias - tem sido apropriado dentro de um modelo nacional de uso e ocupação da terra por grandes monoculturas mecanizadas. Nesse sentido, com a rápida expansão de hectares destinados à silvicultura, o Maranhão vem sendo "integrado" ao processo nacional em curso. A pecuária, a pequena propriedade e a soja passam a coexistir com o avanço do eucalipto, que insere novos elementos ao uso da terra em Imperatriz, mas também em outros território do Maranhão.

A mobilidade dos transportes, em consonância com o uso e a ocupação de terras no estado, acelera a reprodução e o acúmulo do capital à medida que se constitui uma sistemática logística de transporte rodoviário conectando áreas plantadas à unidade fabril. Com forte ação estatal e pequena participação da iniciativa privada, as infraestruturas de transportes fornecem aos fluxos de matéria-prima a viscosidade necessária. E através de sua materialidade técnica no território, permitem que a reestruturação em curso possa se reproduzir.

Por fim, não haveria reestruturação produtiva sem transformações na força de trabalho, apropriada por novas orientações profissionais, sob forte ação público-privada. No imaginário do "desenvolvimento econômico" e da geração de emprego e renda, aposta-se na constituição de novos perfis profissionais, estimulados pelas oportunidades de trabalho e

novas capacitações de nível médio/técnico e superior, destinadas a atender ao setor secundário da cadeia produtiva de papel e celulose que tem como consequência o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, consolidando cada vez mais o papel econômico do Brasil vinculado ao extrativismo mundial.

Referências

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital***:* a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **R. Bras. Geogr**., Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 357-371, 1985.

BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 29-42, jan./jun. 1999.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego. **Empregabilidade, profissões e perfis profissionais no emprego no Brasil em 2017**. Disponível em: <https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

CARVALHO, A. C. *et al*. Economia extrativa mineral da Amazônia paraense: indústria-motriz ou economia de enclave (ainda)? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 159-185, ago. 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1).

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

FUINI. L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização***:* do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna***:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. Population, resources and the ideology of science. **Economic Geography**, v. 50, n. 3, p. 256-277, jul. 1974.

IBÁ. Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório de produção da Silvicultura no Brasil**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.iba.org/>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Extrativista e da Silvicultura no Brasil, 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de julho de 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Educação Superior. **Censo da Educação superior: Imperatriz, 2018**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 24 de setembro de 2018.

LEMOS, M. B.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Condicionantes territoriais das aglomerações industrias sob ambientes periféricos. *In*: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.) **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres***:* problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1987.

LIPIETZ, A. **As relações capital-trabalho no limiar do século XXI**. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, ano 12, n. 1, 1991, p. 101-130.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

MESQUITA, B. A. de. *et al* Formação socioeconômica do estado do Maranhão. *In*: CASTRO, E. R. de.; CAMPOS, I. (org.) **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2015.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019. Dossiê Agronegócios no Brasil**.**

OLIVEIRA, A. B. et. al. Reestruturação Produtiva e Transformações no Emprego Industrial frente ao Avanço da Silvicultura do Eucalipto no Sudoeste Maranhense. **Geografia (Londrina)** v. 28. n. 2. pp. 145 – 164, julho/2019.

OLIVEIRA, A. B. Implantação industrial, reestruturação produtiva e alterações no mercado de trabalho no sudoeste maranhense (2008-2018). In: SANTOS, L. C.; SEABRA, G. F.; CASTRO, C. E. (org.). **Geografia: trabalho, sociedade e meio ambiente**. São Luís: Eduema, 2018. p. 340-360.

OLIVEIRA, A. B. et. al. Cadeia produtiva de papel e celulose e transformações recentes no sudoeste maranhense. **Revista Interespaço**, Grajaú, MA, v. 4, n. 12, p.135-154, jan. 2018.

RAFFESTIN. C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALM, C. et. al. Produtividade na indústria brasileira: uma contribuição ao debate. In: CARLEAL, L. & VALLE, R. (Org.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 35-55.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço***:* técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996b. p. 15.20.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia***:* contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

PERPÉTUA et. al. Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 20, nº.40, pp. 61-87, Set-Dez/2017.

PERPÉTUA, G. M. & THOMAZ JR, A. revisitando o conceito de acumulação do capital: A pilhagem territorial promovida pela Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 225-256, jun., 2016.

PDET. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatística Ocupacionais no Brasil, 2018**. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego. **Anuário Rais, 2008-2017**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo auxílio financeiro concedido através do Edital nº 002/2018 – UNIVERSAL para o projeto de pesquisa “Especialização produtiva e uso competitivo do território no sudoeste maranhense pela cadeia de papel e celulose: técnica, terra e trabalho”.

Sobre os autores

Allison Bezerra Oliveira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **OrcID**: http://orcid.org/0000-0003-0320-5661.

Daniely Lima Silva – Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Bolsista de iniciação científica da UEMASUL – PIBIC. **OrcID**: http://orcid.org/0000-0002-1666-9038.

Como citar este artigo

OLIVEIRA, Allison Bezerra; SILVA, Daniely Lima. Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 133-156, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor principal **Allison Bezerra Oliveira**, ficou especialmente responsável pela concepção, Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, desenvolvimento teórico-conceitual, revisão e aprovação da versão final do trabalho; o segundo autor **Daniely Lima Silva**, pela aquisição, sistematização, interpretação e análise de dados, principalmente aqueles secundários.

Recebido para publicação em 17 de abril de 2019.
Devolvido para a revisão em 16 de julho de 2019.
Aceito para a publicação em 19 de agosto de 2019.

A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro[1]

José Carlos Dantas
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: j_c_dantas@hotmail.com

Resumo

O semiárido brasileiro é caracterizado em sua história por ser a região do Brasil em que grande parte das ações estatais esteve voltada para a resolução dos problemas decorrentes da ocorrência de períodos de seca. Este fenômeno natural passou a ser visto como o inimigo número um da região e a ser tratado enquanto um vilão. O tratamento da seca enquanto uma vilã se deu através da constituição de uma ideologia que preconizava a busca de soluções para extinguir esse problema: a ideologia do Combate à seca. Em contrapartida, na historia recente do semiárido, uma outra ideologia se constitui com o objetivo de desconstruir a noção de que a seca é um problema, um mal a ser eliminado: é o momento do surgimento da ideologia da Convivência com o semiárido. O objetivo deste texto é compreender como se constituíram as ideologias de Combate à seca e Convivência com o semiárido e como estas influenciaram as políticas públicas direcionadas para o semiárido brasileiro, tentando explicitar as principais características de cada uma: o Combate à seca como criadora de uma falsa vilã (a seca) e a Convivência com o semiárido como criadora de discursos e práticas que mostram ser possível viver na região em meio às suas condições ambientais.

Palavras-chave: Semiárido; seca; combate; convivência; ideologia.

The false villain: ideologies and state action in the Brazilian semi-arid

Abstract

The Brazilian semi-arid is characterized in its history by being the region of Brazil where most of the state actions were focused on solving the problems arising from the occurrence of drought. This natural phenomenon came to be seen as the number one enemy of the region and to be treated as a villain. The treatment of drought as a villain occurred through the constitution of an ideology that advocated the search for solutions to extinguish this problem: the ideology of combating drought. On the other hand, in the recent history of the semiarid region, another ideology is constituted in order to deconstruct the notion that drought is a problem, an evil to be eliminated: it is the moment of the emergence of the ideology of Living with the semi-arid. The objective of this text is to understand how the ideologies of combating Drought and Living with the semiarid were constituted and how they influenced the public policies directed to the Brazilian semiarid, trying to explain the main characteristics of each one: the Drought Fight as a creator false villain (the drought) and living with the semi-arid as the creator of discourses and practices that show that it is possible to live in the region amidst their environmental conditions.

Keywords: Semi-arid; drought; combat; living with the semi-arid; ideology.

[1] Este texto faz parte da pesquisa de doutorado do autor intitulada “A Geografia dos conflitos territoriais do semiárido brasileiro no século XXI” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), vinculada ao processo nº 2018/12292-0.

La Falsa Villana: ideologías y acciones estatales en la región Semiárida Brasileira

Resumen

La región Semiárida Brasilera se ha caracterizado históricamente por ser la región de Brasil en la cual gran parte de las acciones estatales han estado dirigidas a la solución de problemas relacionados con períodos secos, conocidos como Seca. Este fenómeno natural pasó a ser visto como el principal enemigo de la región y a ser tratado como villano. El tratamiento de este como villano se dio a través de la constitución de una ideología que defendía la búsqueda de soluciones para extinguir este problema: la ideología de Combate a la Seca. En contrapunto, en la historia reciente del Semiárido, se constituye otra ideología con el objeto de desmitificar la noción de que está es un problema, un mal que debe ser eliminado; es el momento del surgimiento de la ideología de la Convivencia con lo Semiárido. El objeto de este texto, es comprender como se constituyeron ambas ideologías y como estas influyen en las políticas públicas regionales. Rescatando sus principales características: el combate a la seca, como creador de una villana falsa y la convivencia con el semiárido, como creadora de discursos y prácticas que muestran que es posible vivir en la región en medio de sus condiciones ambientales.

Palabras claves: Semiárido; seca; combate; convivencia; ideología.

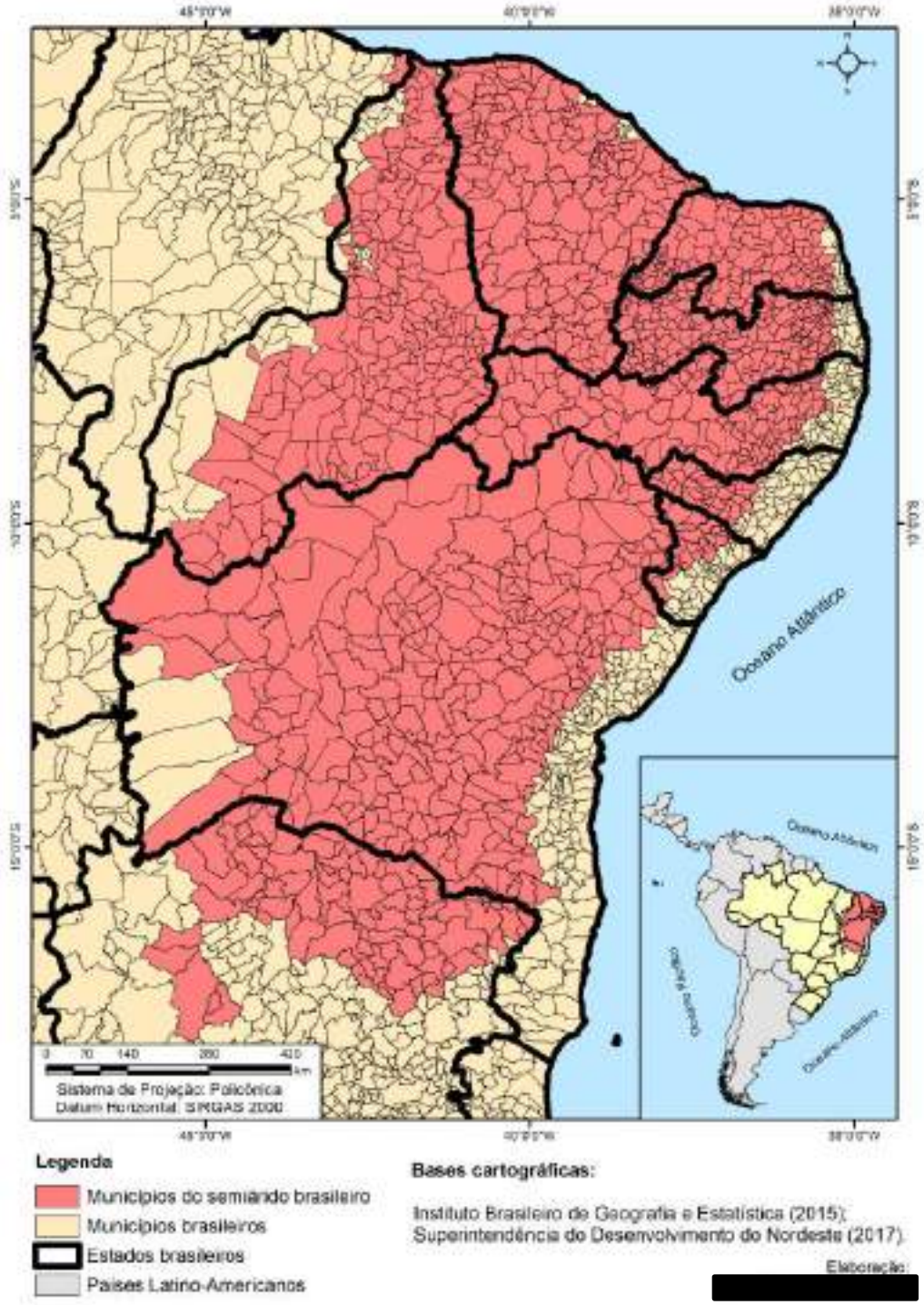
Introdução

A história do semiárido é a história do conflito. Desde a invasão europeia, passando pela colonização, o império e a república até os dias atuais o conflito é o principal combustível para a produção do espaço na região semiárida do Brasil. Conflitos não apenas territoriais, materiais, como aqueles ocorridos entre colonizadores brancos e indígenas ou aqueles entre fazendeiros e sem terras, mas também conflitos no plano imaterial.

A constituição de determinadas ideias na sociedade brasileira e sua articulação com escalas internacionais e regionais incide sobre o semiárido do país e consolida uma estrutura social marcada pelo incessante exercício do poder da classe dominante. Este movimento articulado entre escalas resulta na construção de uma ideologia, ou ideologias, que transpassam a própria classe dominante e se estabelecem na sociedade como um todo, isto no caso do semiárido brasileiro.

A construção e estabelecimento dessas ideologias orientou a implementação de inúmeras políticas públicas para a região semiárida do Brasil. Podemos auferir que a principal ideia disseminada constantemente em todo o semiárido foi “O problema do Nordeste é a seca”, isso porque a maior parte do Nordeste brasileiro é semiárido (sem contar o estado do Maranhão, o qual não é caracterizado como semiárido), como demonstra a Figura 1.

Figura 1: Delimitação do semiárido brasileiro



Fonte: Elaboração do autor (2019).

Esta ideia, por mais simples que possa parecer, permeou grande parte da história do Brasil através de discursos veiculados na imprensa pelos mais variados sujeitos e constituiu o que conhecemos como a ideologia do Combate à seca. A premissa fundamental desta ideologia é argumentar que a seca é um problema para a região e, portanto, deve ser combatida até que seja eliminada.

Por outro lado, nas últimas décadas (notadamente a partir da década de 1980), começa a ser construída uma outra concepção para se pensar a vida no semiárido brasileiro. Esta "nova" concepção se baseia na ideia de que a seca é um fenômeno intrínseco à região e não é possível enfrenta-la ou combate-la, mas é possível aprender a conviver com ela. A esta concepção, a qual entendemos enquanto uma ideologia, deu-se o nome de Convivência com o semiárido.

O objetivo deste texto é realizar um debate sobre as disputas existentes entre as ideologias de Combate à seca e Convivência com o semiárido e como estas ideologias se materializam e influenciam a implementação de políticas públicas na região. Desse modo, o texto busca: compreender as origens de cada uma destas ideologias; a relação destas ideologias com a ação do Estado na região; e a atualidade desta disputa.

O trabalho foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e da realização de diálogos com sujeitos que atuam em entidades ligadas à Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e que possuem experiência teórica e empírica no tema tratado. Dessa forma, foram realizados diálogos com: Marcelo Galassi, coordenador da ASA no estado da Paraíba (entrevista realizada em 07 de março de 2019); Roberto Malvezzi, assessor de movimentos sociais e pastorais no semiárido (entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2019); José Jonas Duarte da Costa, professor da Universidade Federal da Paraíba (entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2019); e Vanúbia Martins, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2019). Estes diálogos foram fundamentais para o entendimento do objeto analisado ao ponto que permitiu a construção de reflexões conjuntas sobre a problemática. Portanto, todo o texto está permeado pelos diálogos realizados com os referidos sujeitos.

Desse modo, o texto está estruturado da seguinte maneira: a introdução contextualiza a problemática analisada; o tópico "Duas ideologias, duas regiões: Combate à seca e Convivência com o semiárido" discute a constituição das ideologias de Combate à seca e de Convivência com o semiárido, buscando explicitar suas bases e intencionalidades; o tópico "Ideologias e políticas públicas no semiárido brasileiro" debate o direcionamento de políticas públicas a partir da influência das ideologias de Combate à seca e de Convivência com o semiárido, explicitando as principais contraposições da ação estatal na região; por fim, as considerações finais apresenta uma síntese do texto e explicita questões a serem respondidas em reflexões futuras.

Duas ideologias, duas regiões: Combate à seca e Convivência com o semiárido

> As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo

> tempo, sua força espiritual dominante. (...) As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

A partir desta citação podemos iniciar a discussão e tentar compreender quais os elementos que tornaram possíveis a formação de ambas as ideologias analisadas. Isso porque a ideologia de Combate à seca reuniu um conjunto de ideias com caráter universalizante para a sociedade do semiárido ao longo do tempo. E é por isso que estamos tentando entender o Combate à seca e a Convivência com o semiárido enquanto ideologias.

Outros trabalhos analisam o Combate à seca e a Convivência com o semiárido a luz da noção de paradigma (CONTI e SCHROEDER, 2013; COSTA, 2017; MARINHO e OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2006). Podemos analisar ambas as visões de mundo através da concepção de paradigma de Kuhn (1994) já que o paradigma se caracteriza pelo conjunto de ideias ou proposições teóricas elaboradas para analisar um objeto da realidade por parte de uma determinada comunidade científica.

Fernandes (2008) também apresenta um debate que permite entender o Combate à seca e a Convivência com o semiárido enquanto paradigmas. Ao discutir as disputas paradigmáticas existentes no estudo da questão agrária o autor defende que

> os cientistas que pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e influenciam, determinando as compreensões do problema (FERNANDES, 2008, p. 4).

A utilização da noção de paradigma é possível por esta se aproximar da noção de ideologia, entendendo ambas enquanto visões de mundo que orientam as práticas sociais. Contudo, a construção da noção de paradigma, sobretudo apoiada em Kuhn (1994), se aproxima mais do campo científico. E tanto o Combate à seca quanto a Convivência com o semiárido extrapolam o campo científico e se circunscrevem na sociedade como um todo, pois a construção de ambas as visões de mundo foi realizada também por não-cientistas.

Assim, usamos neste texto a noção de ideologia para entender a disputa entre estas visões de mundo e por acreditar que a concepção de ideologia possui mais relação com a discussão da forma que realizamos. A ideologia, neste caso, é construída através das práticas sociais de sujeitos e grupos posicionados na estrutura social do semiárido de maneira distinta: classe dominante e povo.

Apoiando-nos em Marx e Engels (2007) – e partimos desta obra para construir nossa noção de ideologia – percebemos que um dos pressupostos para a construção de

uma ideologia é a necessidade de uma classe (ou grupo social) de estabelecer ideias que representem seus interesses com os interesses comuns da sociedade, dando a estas ideias a universalidade que precisam para serem aceitas no conjunto da sociedade. Isso pode ajudar a explicar como o Combate à seca se tornou a ideologia dominante no semiárido em toda a sua história.

A formação e consolidação da noção de Combate à seca só foi possível porque a classe dominante, representada, sobretudo, pelas oligarquias rurais, se apropriava e regia praticamente todas as instâncias da sociedade nos séculos passados, principalmente do Estado (VILAÇA e ALBUQUERQUE, 1965). E o exercício deste poder, possível através do Estado, era legitimado pelas instâncias estatais entre si (ANDRADE, 1963; LANNA, 1994): poder local, regional e nacional se articulavam para constituir a estrutura estatal de forma que assegurasse o domínio da oligarquia rural sobre todo o semiárido.

Essas mesmas oligarquias rurais além de ter nas mãos o controle sobre o Estado também possuíam o controle sobre a imprensa, como apresenta Silva (1978), setor tão importante para a disseminação de ideias na sociedade. A apropriação de vários setores da sociedade pela classe dominante influenciou sobremaneira à criação da maior vilã da região Nordeste em toda a sua história: a seca. O sentido que se atribuiu a este fenômeno natural estava associado a algo perverso, destruidor, abominável, o qual implantou no imaginário da sociedade do semiárido, inclusive dos trabalhadores, um sentimento de medo e aversão, tornando a seca o inimigo número um de todos, uma vilã a ser destruída.

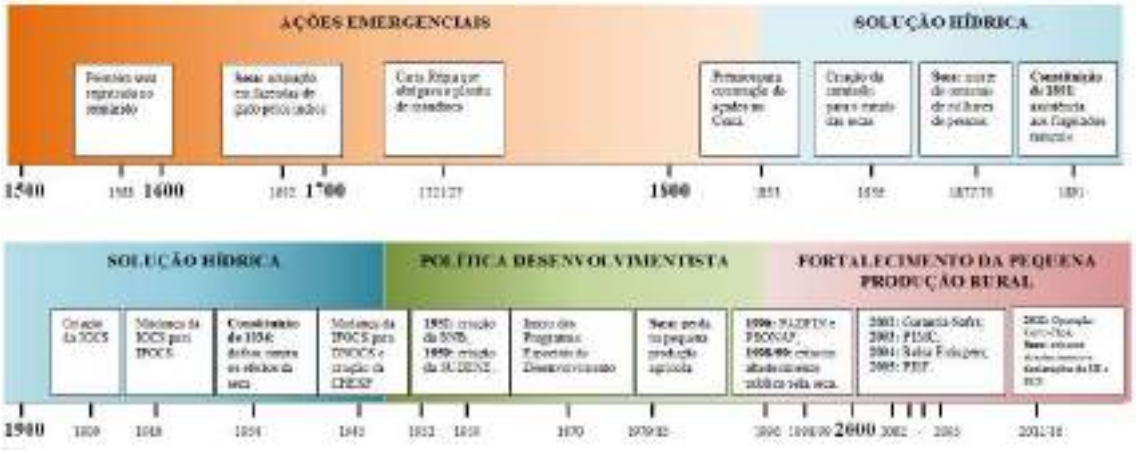
A junção entre a expressão material da seca (a diminuição na disponibilidade de água) e a sua expressão simbólica/emocional (o sentimento de temor e aversão) permitiu o surgimento e a concretização da ideologia do Combate à seca no semiárido. Frisamos a dimensão emocional na constituição da ideologia seguindo alguns argumentos de Gramsci (1989) quando analisa as formas que os sujeitos assimilam e constroem uma concepção de mundo, individual e coletivamente, em que emoção e moral são fundamentais para a aceitação de uma ideologia na sociedade.

Se a seca é uma vilã, uma inimiga da sociedade, cabe então a toda a sociedade desempenhar práticas para se combater esse problema. É um dever moral de cada sujeito da região; e é um dever moral do Estado enquanto representante do povo. A partir daí o Estado se torna um herói que enfrentará a vilã mais nefasta do semiárido brasileiro.

O Combate à seca passou então a ser uma ideologia difundida em todo o semiárido, construída pela classe dominante, assimilada pelos trabalhadores e orientadora de diversas práticas sociais existentes na região. E as práticas que mais se destacaram ao longo do tempo, sem dúvidas, foram os direcionamentos de políticas públicas de combate à seca.

Ao analisar o histórico das políticas públicas ligadas à área de recursos hídricos no semiárido Dantas (2018) apresenta uma linha do tempo (Figura 1) com as principais ações desempenhadas pelo Estado brasileiro nesse setor para a região. Notadamente as políticas de combate à seca aparecem como as ações mais disseminadas na história do semiárido.

Figura 2: Principais políticas públicas implementadas pelo Estado no setor de recursos hídricos para a região semiárida brasileira



Fonte: Dantas (2018).

Uma das conclusões que Dantas (2018) apresenta, bem como outros autores, a exemplo de Targino e Moreira (2006) e Silva (2006), é a de que as políticas de combate à seca permeiam praticamente toda a história da região semiárida (a partir de sua ocupação), inclusive na atualidade, quando esta ideologia disputa espaços (imateriais e materiais) com a Convivência com o semiárido.

Um marco para a materialização das concepções do Combate à seca é o incentivo, pelo governo do estado do Ceará, em 1833, para a construção de açudes em propriedades rurais do estado pelos fazendeiros. O governo se dispôs a premiar proprietários de terra que construíssem açudes em seus territórios (DANTAS, 2018). Esta medida tinha como pano de fundo o discurso de aumentar a oferta de água para as populações circunvizinhas das fazendas. Porém, o principal resultado foi o de contribuir com a concentração da água em propriedades de grandes fazendeiros da região, e, por conseguinte, com a concentração de poder dos fazendeiros, visto que em plena década de 1830 as terras estavam sobre posse de coronéis e suas respectivas oligarquias rurais.

A partir de então a ação estatal se baseia no discurso da “seca enquanto um problema a ser enfrentado” para delinear políticas hídricas que objetivassem o aumento na disponibilidade de água na região. Entre as principais ações estavam a construção de açudes e barragens e a perfuração de poços. “O Relatório de 1910 do Ministério da Viação e Obras Públicas dá conta de 2.311 açudes particulares na Paraíba e 1.086 no Rio Grande do Norte” (MOLLE, 1994, p. 30).

A estas ações se somam, a partir da segunda metade do século XIX, a criação de comissões técnicas para o desenvolvimento de estudos sobre os aspectos climáticos, hidrológicos, geológicos e de vegetação do semiárido, iniciando e contribuindo para uma concepção de compreensão e prevenção dos efeitos provocados pelos períodos de seca na região (MOLLE, 1994; SILVA, 2006).

No final do século XIX, durante a passagem do regime imperial para o regime republicano, há uma intensificação de discursos e ações no âmbito estatal que fortalecem a ideologia de Combate à seca através de um movimento, como afirma Silva (1978): a tentativa de separação entre o plano político e o plano econômico. É momento de transição para o início da fase mais áurea do Combate à seca.

Segundo Silva (1978) a década de 1890 marca o período em que começa a se estabelecer no Nordeste o que a autora denomina de ideologia do progresso nacional, a qual tem no planejamento sua principal base. A tentativa de ocultar o viés político no exercício do poder público foi levada a cabo pela utilização incessante de justificativas meramente técnicas para a resolução dos problemas do semiárido.

Talvez a principal materialização desta concepção do planejamento que fundamenta a ação do Estado brasileiro nesse momento é a criação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). A partir da criação da IOCS as ações de combate à seca desenvolvidas em âmbito estatal passam a estar cada vez mais articuladas com a sua ideologia correspondente.

Como pode ser visto em Dantas (2018), Molle (1994), Silva (2006) e Targino e Moreira (2006) as ações estatais que se sucederam no âmbito das políticas de combate à seca para o semiárido brasileiro criaram uma infraestrutura material que possibilitou o avanço da ideologia de Combate à seca e retroalimentou o discurso que fundamenta esta concepção de mundo.

A ideologia cumpriu o papel para a qual foi pensada: desenvolver formas para manter o controle da oligarquia rural sobre a região semiárida. É por isso que o Combate à seca não pode ser entendida de outra maneira se não enquanto uma ideologia da dependência. De dependência para o povo. E podemos ir ainda mais além: um movimento duplo de dependência. Pois como questiona Silva (1978) a concepção do progresso nacional (disseminada no final do século XIX) visava à ocultação das desigualdades regionais brasileiras existentes: não era viável se pensar regionalmente, mas sim nacionalmente. Em outras palavras: não precisamos de um Nordeste forte economicamente, precisamos de um Brasil forte economicamente.

Ao analisar o discurso de um deputado federal do Rio Grande do Norte na Câmara Federal, Silva (1978) questiona:

> Em busca do desenvolvimento integrado entre Norte e Sul, o deputado passa a veicular a ideologia do progresso nacional, a qual limita cada vez mais suas próprias possibilidades de atuação, na medida em que o submete às soluções propostas por um sistema de dominação onde prevalecem os interesses dos cafeicultores. Em suma, a bancada nordestina produz uma ideologia e é engolida por ela (SILVA, 1978, p. 107).

O povo, os trabalhadores e trabalhadoras do semiárido, além de serem subjugados a uma dependência direta das oligarquias rurais da região se encontravam em uma dependência indireta das oligarquias rurais cafeicultoras. A ideologia do Combate à seca, portanto, perpetuou o poder da classe dominante através das ações estatais e conservou a estrutura social hierárquica característica do semiárido dos séculos passados.

A partir das décadas de 1940 e 1950, contudo, as políticas de combate à seca passam a serem contrastadas com uma concepção desenvolvimentista baseada na crítica à ideia de que “o problema do Nordeste é a seca”. Como aponta Silva (2006) é o início de uma crítica a estas práticas de Estado que se limitavam apenas à construção de obras para aumentar e melhorar o acesso à água. Na verdade para aumentar e melhorar o acesso à água para as oligarquias rurais.

Nesse momento as críticas realizadas por influentes intelectuais, como Josué de Castro[2], Celso Furtado[3] e Manuel Correia de Andrade[4], foram substanciais para o começo da desestabilização da ideologia de Combate à seca. Estas críticas foram avançando para servir de base inicial na construção da ideologia de Convivência com o semiárido tempos depois (CONTI e PONTEL, 2013; SILVA, 2006).

Já na década de 1980 o debate sobre as possibilidades de conviver no semiárido era apresentado por Organizações Não-Governamentais (ONG) e por pesquisadores de órgãos públicos que atuavam na região, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (SILVA, 2006). Parece que as preocupações ainda não estavam embasadas por um discurso político crítico, mas pode ser um dos começos da construção desse pensamento de convivência.

As ações desenvolvidas por diversas entidades desde então culminam no avanço da construção da ideologia de Convivência com o semiárido até o primeiro marco para a constituição desta concepção de mundo: a Declaração do Semiárido Brasileiro[5]. Este

[2] CASTRO, J. *Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
[3] FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
[4] ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
[5] O manifesto foi lançado durante a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), realizada entre 15 e 26 de novembro de 1999 na cidade de Recife – PE.

documento representa uma conquista política, simbólica e institucional para as ações pautadas na Convivência com o semiárido que passam a acontecer a partir de então.

A construção da ideologia de Convivência com o semiárido está intimamente ligada à formação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), criada em 1999 com a Declaração do Semiárido Brasileiro. A ASA é o resultado do acúmulo de debates realizados por diversas organizações existentes em vários lugares da região durante a década de 1990.

O ano de 1993 é um período de referência para a aproximação das entidades da sociedade civil que atuavam no semiárido naquele momento e que passam a se articular para a formação da ASA como conhecemos atualmente.

> Em março de 1993, trabalhadores rurais organizados pelo movimento sindical rural, associações, cooperativas e organizações não-governamentais realizaram ato público em Recife e ocuparam a sede da Sudene, exigindo providências imediatas na situação de seca e ações permanentes para desenvolvimento do Semi-árido (SILVA, 2006, p. 79).

As mobilizações realizadas nesse período resultam na criação de documentos institucionais e no avanço para a construção da Convivência com o semiárido. Como aponta Marcelo Galassi (coordenador da ASA no estado da Paraíba) os períodos de seca são importantes para a mobilização de pessoas nas lutas realizadas em defesa dos direitos dos povos da região. São épocas em que o sentimento de revolta frente às desigualdades sociais existentes emerge e se transforma em combustível para as lutas por direitos sociais.

Os anos de seca passaram então a promover contradições para a ação estatal no semiárido: são momentos fundamentais para a realização de mobilizações e ações contrárias aos projetos de combate à seca propostos pelo Estado. São momentos que permitem que as organizações explicitem sua principal crítica à atuação estatal no semiárido em toda a história: as políticas de combate à seca são ineficazes para possibilitar um modo de vida verdadeiramente autônomo para os trabalhadores e trabalhadoras da região.

Desse modo, o acúmulo dos debates realizados por inúmeras entidades que defendem a Convivência com o semiárido (a grande maioria delas vinculadas à ASA) como uma ideologia que deve orientar as práticas sociais e as políticas públicas para a região se materializam sob diversas estratégias e projetos e mostram que formas de reprodução social autônomas são possíveis.

Mas o que quer dizer então “conviver com o semiárido”? Quais são os pressupostos que orientam esta ideologia? Segundo Baptista e Campos (2013):

> Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à

> natureza e cuidando de sua conservação (BAPTISTA e CAMPOS, 2013, p. 52).

Enquanto o Combate à seca defende a promoção de ações e grandes projetos através do Estado que possibilitem simplesmente o aumento da disponibilidade hídrica (de maneira concentrada, como é o caso da açudagem[6]), a Convivência com o semiárido propõe ações de base local, construídas pelas comunidades e para as comunidades, que objetivam desenvolver condições para que as trabalhadoras e trabalhadores possam se reproduzir socialmente sob princípios de solidariedade e coletividade.

Discussão semelhante é feita por Roberto Malvezzi (assessor de movimentos sociais e pastorais no semiárido) apontando que o Combate à seca, a visão da elite de amplificação da disponibilidade hídrica baseada em grandes projetos, contrasta com as propostas de experiências alternativas das comunidades, uma das bases da Convivência com o semiárido. Este é o âmago do embate entre Combate à seca e Convivência com o semiárido, ou melhor, Cultura da seca e Cultura da água, respectivamente.

Podemos afirmar ainda: a proposição de políticas baseadas em grandes projetos (re)constrói e perpetua uma ideologia da dependência no semiárido na mesma proporção que políticas de base local constroem uma ideologia da autonomia para o povo da região. Portanto, Combate à seca e Convivência com o semiárido se constituem como ideologias antagônicas que, mais do que disputar a proposição de projetos de desenvolvimento para o semiárido, disputam a construção de modos de vida na região. Mas apenas uma das ideologias promove o exercício de todas as potencialidades do semiárido e de seu povo.

Dentro dos conteúdos presentes na Declaração do Semiárido Brasileiro as ações propostas para a criação de um programa de convivência com o semiárido visam justamente exercitar as potencialidades existentes na região semiárida. Estas ações se organizam em seis pontos principais:

1) **Conviver com a seca:** promover o acesso a terra e água adequado para produção na região, o desenvolvimento de tecnologias e metodologias adaptadas através de pesquisas e as possibilidades de comercialização da produção;
2) **Orientar os investimentos:** descentralizar os investimentos públicos e priorizar sua utilização em infraestrutura social e econômica, bem como instalar unidades de beneficiamento da produção para as famílias;
3) **Fortalecer a sociedade civil:** promover ações para a organização dos sujeitos sociais visando sua atuação ativa na proposição de políticas públicas, para

[6] Política de construção de açudes em toda a região semiárido do Brasil. Os açudes eram construídos tanto pelo próprio Estado quanto por particulares com incentivo estatal.

mudanças na política educacional e para a valorização dos conhecimentos e saberes das comunidades e sua intensa disseminação em toda a região;

4) **Incluir mulheres e jovens:** promover a igualdade de remuneração na mesma função produtiva entre homens e mulheres, bem como torna-las elegíveis para o acesso e a proposição de políticas públicas (juntamente com jovens) através de ações de capacitação;
5) **Cuidar dos recursos naturais:** desenvolver programas de zoneamento, de reflorestamento da vegetação nativa e de gestão das águas, incentivar a produção agropecuária adequada ao semiárido e ampliar as unidades de conservação e as práticas de fiscalização;
6) **Buscar meios de financiamentos adequados:** captar recursos de subvenções a serem gerenciados por entidades da sociedade civil, reorientar linhas de créditos existentes e criar uma linha especial para o atendimento às propostas deste programa, bem como estabelecer um fundo específico para as referidas propostas.

A partir do direcionamento destes pontos a Convivência com o semiárido foi sendo construída nos anos seguintes até chegar aos dias atuais, tendo a ASA como principal impulsionadora e promotora dos debates e ações acerca desta ideologia. O sentido de conviver com uma região que tem características de dificuldade de acesso à água, tanto por fatores climático e pedogeológicos quanto por fatores de concentração fundiária e hídrica, se constitui como uma possibilidade também para a construção de uma autonomia para trabalhadores e trabalhadoras.

Muitas premissas que guiam as estratégias e práticas de convivência com o semiárido estão baseadas em noções de solidariedade, justiça e respeito às dinâmicas da natureza, seus processos e fenômenos. Como aufere José Jonas Duarte da Costa (professor da Universidade Federal da Paraíba) algumas destas premissas estão fundamentadas em estratégias de convivência praticadas pelos povos indígenas da região. A Convivência com o semiárido é influenciada, em partes, pelos conhecimentos e saberes indígenas, que tinham como princípio norteador o respeito ao ser humano e à natureza.

Os saberes e conhecimentos dos povos indígenas são articulados com debates que emergiram na segunda metade do século XX e direcionam diversas estratégias de convivência com a região, sendo o principal a questão sobre gênero. As entidades que atuam no semiárido passaram a incorporar e promover o protagonismo das mulheres de forma a garantir a sua participação efetiva em diversos setores destas organizações.

A bem da verdade diversas estratégias e práticas de convivência com o semiárido foram desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais da região. Contudo, as práticas de Convivência com o semiárido promovidas e impulsionadas pelas mulheres foram igualmente

permeadas por práticas de invisibilização, preconizadas por uma lógica patriarcal, não permitindo que o protagonismo destas mulheres fosse possível. Daí Vanúbia Martins (agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)) questionar que “temos que mudar o olho” quando debatemos as experiências de convivência com o semiárido e as estratégias de permanência na terra desenvolvidas pelas trabalhadoras da região.

A própria ASA possui uma Comissão de Gênero, a qual discute e propõe ações pautadas na Convivência com o semiárido reforçando o protagonismo histórico que as mulheres possuem na criação e estabelecimento de experiências de conviver com a região semiárida.

Somadas a todos estes pontos que embasam os princípios da Convivência com o semiárido também aparecem as necessidades de difusão e disseminação dos ideais que compõem esta ideologia através de estratégias de comunicação popular. Esta é uma tentativa de disputar espaços ocupados historicamente pelos meios de comunicação que propagam as ideias e práticas do Combate à seca. A disputa se faz por meio do uso de canais alternativos de comunicação.

Como a história do semiárido é marcada pelo fato de o Combate à seca ter os meios de comunicação mais influentes sobre a sociedade da região (jornais, revistas, programas em canais de rádio e televisão) as estratégias de convivência com o semiárido desenvolvidas pelas entidades que atuam na região visam a produção de materiais audiovisuais para difundir experiências de convivência existentes na região e reforçar a importância desta ideologia para o povo. A disputa entre as referidas ideologias está no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores da região.

Os princípios de solidariedade, identidade, justiça social e respeito à natureza permeiam a Convivência com o semiárido e consolidam a construção desta ideologia nos moldes que Gramsci (1989) defende serem as características que compõem a sua concepção de ideologia: filosofia, política, universalidade, moral e emoção.

Além disso, a Convivência com o semiárido garante uma verdadeira universalidade dos meios materiais de reprodução social dos sujeitos, ao contrário de uma falsa universalidade das possibilidades de reprodução social pautada pelo Combate à seca. Como aponta Konder (2002), a ideologia se constrói neste movimento entre os interesses coletivos e individuais dos sujeitos.

No caso da Convivência com o semiárido os interesses coletivos e individuais não se separam, pois as práticas sociais estão circundadas por princípios de solidariedade entre os sujeitos. A materialização destes interesses promovem possibilidades de reprodução social da sociedade como um todo.

Já no caso do Combate à seca os interesses individuais da classe dominante são manipulados de forma a serem apresentados como interesses coletivos. São falsos

interesses coletivos, pois sua materialização está circunscrita a promover a reprodução social apenas de uma classe: a classe dominante.

A construção destes falsos interesses coletivos ao longo da história do semiárido tornou possível o estabelecimento do Combate à seca como ideologia hegemônica na região, tendo como pano de fundo o discurso de que “o problema do Nordeste é a seca”. A constituição da Convivência com o semiárido enquanto uma ideologia busca romper com falsos interesses coletivos e instituir princípios verdadeiramente universalizantes na sociedade, permitindo a consolidação de postulados que representam justiça e solidariedade, já mencionados anteriormente.

No entanto, ambas as ideologias se materializaram sob as formas de políticas públicas na região. Notadamente, uma com maior expressão do que a outra. Uma promovendo políticas de dependência para o povo. Outra proporcionando políticas de autonomia para o povo. A seguir é apresentado um debate sobre a materialização do Combate à seca e da Convivência com o semiárido a partir da implementação de políticas públicas na região.

Ideologias e políticas públicas no semiárido brasileiro

Podemos observar que as políticas públicas ligadas à área de recursos hídricos no semiárido que mais foram difundidas e executadas representam a ideologia de Combate à seca (DANTAS, 2018; MOLLE, 1994; SILVA, 2006; TARGINO e MOREIRA, 2006). Por fatores como tempo e hegemonia as ações estatais para combater os efeitos da seca são as que ocupam a maior parte do registro de políticas públicas na região.

O fator tempo é imprescindível para explicar este contexto pelo fato de que as ações de combate à seca possuem três séculos de existência, iniciando na primeira metade do século XIX e sendo desenvolvidas até o presente. Enquanto as políticas de Convivência com o semiárido possuem apenas três décadas de existência, as ações de combate à seca foram executadas na maior parte da história da região e, desse modo, tiveram possibilidades de estarem disseminadas por todo o semiárido, materializando o de Combate à seca e promovendo a consolidação paulatina desta ideologia na sociedade.

A hegemonia está intrinsecamente ligada aos grupos que ocuparam o Estado brasileiro no semiárido historicamente: as oligarquias rurais. Por exercerem seu poder sobre a ação estatal as oligarquias rurais foram capazes de direcionar as políticas públicas de acordo com a concepção de mundo que defendem. O Combate à seca se torna o norte para o delineamento das políticas de recursos hídricos da região. Ambos estes fatores, tempo e hegemonia, possibilitaram a disseminação das ações de Combate à seca por parte do Estado como conhecemos hoje.

Há, portanto, uma diferença fundamental que permite entender como estas políticas foram construídas e executadas ao longo da história do semiárido. Enquanto a ideologia de Combate à seca foi construída pela classe dominante para direcionar políticas públicas através do Estado à ideologia de Convivência com o semiárido foi construída pelo povo, por trabalhadores e trabalhadoras, para direcionar políticas públicas não apenas através do Estado, mas também do próprio povo. A primeira promove dependência do povo à classe dominante. A segunda promove autonomia das trabalhadoras e trabalhadores da região.

As políticas públicas baseadas no Combate à seca estão fundamentadas na ampliação da disponibilidade hídrica do semiárido. Nesse sentido, a açudagem foi a principal política hídrica adotada pelo Estado brasileiro como forma de buscar o aumento da oferta de água na região (DANTAS, 2018). A questão que se apresenta nesse contexto é: onde foram construídos os açudes custeados pela iniciativa estatal?

Se lembramos do início desta prática no semiárido[7] apresentada anteriormente (o incentivo do governo do Ceará com prêmios para proprietários rurais que construíssem açudes em suas terras na década de 1830) vemos como a açudagem foi uma política que contribuiu, antes de tudo, para o fortalecimento do poder das oligarquias rurais através da concentração da água. Quem eram os sujeitos proprietários de terras em pleno século XIX? Este é um período histórico marcado notadamente pela presença do latifúndio em toda a região (ANDRADE, 1963; FURTADO, 1961; OLIVEIRA, 1981; VILAÇA e ALBUQUERQUE, 1965).

Assim, além da estrutura agrária do semiárido ser caracterizada pela concentração fundiária as políticas de açudagem contribuíram para um processo de concentração hídrica. Terra e água representam as condições materiais que possibilitam as oligarquias rurais exercerem seu poder sob diversos aspectos, sejam eles políticos, simbólicos, comerciais, produtivos ou, sobretudo, ideológicos.

Estas ações eram intensificadas durante as épocas de estiagem no semiárido. Nos períodos de seca que se sucederam durante os séculos XIX e XX via-se um maior direcionamento de recursos públicos para a construção de obras hídricas de combate à seca (MOLLE, 1994).

A indústria da seca nasce, segundo Ferreira (1993), a partir destas ações assistencialistas do Estado brasileiro em promover medidas em relação aos efeitos da seca apenas durante a sua ocorrência, estabelecendo os chamados socorros públicos, que objetivavam atender às milhares de trabalhadoras e trabalhadores que sofriam com os problemas derivados deste fenômeno através de ações emergenciais.

[7] O início do ponto de vista da construção de açudes incentivada ou realizada pelo Estado. Antes da década de 1830 já existiam açudes construídos no semiárido, porém por iniciativa dos próprios fazendeiros.

As principais ações estavam ligadas à disponibilização de alimentos para as famílias do semiárido e a contratação de trabalhadores e trabalhadoras para compor o que ficou conhecido como as frentes de emergência. Estas frentes consistiam na contratação de mão-de-obra por parte do Estado para a realização de serviços vinculados à construção e recuperação de obras hídricas, principalmente os açudes (TARGINO e MOREIRA, 2006). Porém, voltamos à questão já exposta aqui: grande parte dos açudes estava localizada nas propriedades das próprias oligarquias rurais. As frentes de emergência serviam, assim, para direcionar recursos públicos para ações no âmbito privado. É a oligarquia rural utilizando o Estado para continuar a perpetuar seu poder enquanto classe dominante no semiárido.

São exatamente essas práticas desenvolvidas pelo Estado que influenciam a construção da Convivência com o semiárido e a luta incessante de diversas organizações para materializar os princípios desta ideologia. A Convivência com o semiárido é resultado da negação de uma ideologia da dependência, que promove nada mais do que o fortalecimento da classe dominante na região. O sentido de conviver com o semiárido é a possibilidade real de materializar a universalização dos interesses verdadeiramente coletivos para toda a sociedade através de políticas públicas.

O fato mais representativo para o direcionamento de políticas públicas de Convivência com o semiárido é a implementação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), no ano de 2003. Este programa é um marco para a ação da ASA na região (a ASA foi a responsável pela construção da proposta), pois representa a possibilidade de delineamento de políticas públicas pautadas na Convivência. A política propõe a construção de cisternas de placa em toda a região a partir de ações de base local: promovendo a solidariedade entre as famílias na construção das cisternas e fortalecendo a economia dos municípios através da compra de materiais nos comércios das próprias localidades. A Tabela 1 e a Figura 2 apresentam o número de cisternas de placa construídas e o número de pessoas beneficiadas pelo programa nos estados do semiárido brasileiro.

Tabela 1: Número de cisternas de placa construídas e de pessoas beneficiadas com o P1MC nos estados do semiárido entre julho de 2003 e fevereiro de 2019

Unidade da Federação	Cisternas de placas construídas	Pessoas beneficiadas
Alagoas	23.950	105.193
Bahia	156.017	635.836
Ceará	99.535	399.814
Maranhão[8]	-	-
Minas Gerais[9]	42.862	172.623

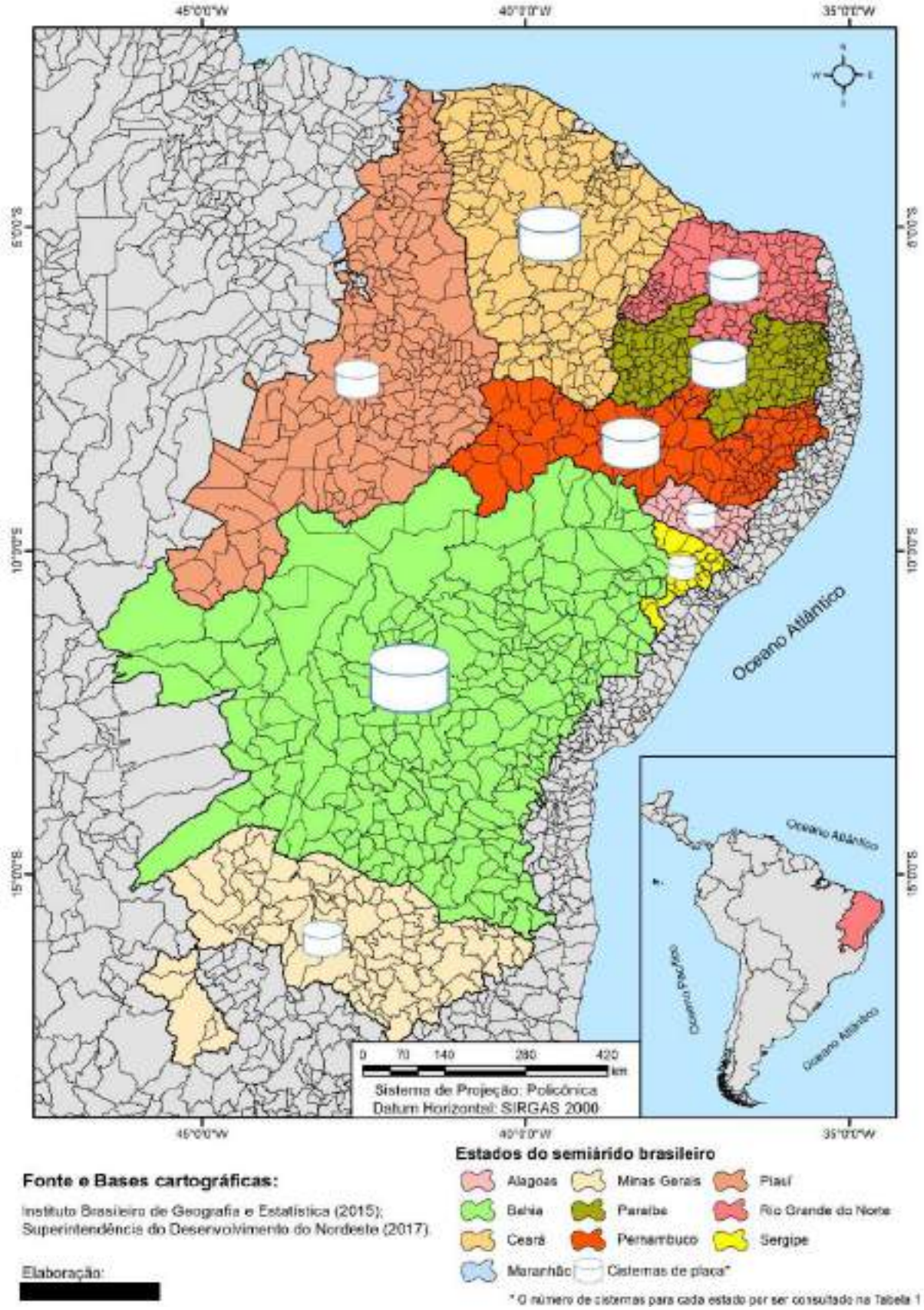
[8] O estado do Maranhão só passou a integrar o semiárido brasileiro na última delimitação de novembro de 2017. Além disso, o estado possui apenas dois municípios inseridos na delimitação.

Paraíba	77.894	317.803
Pernambuco	85.423	355.067
Piauí	49.199	192.634
Rio Grande do Norte	67.671	279.433
Sergipe	19.719	78.631
TOTAL	**622.270**	**2.537.034**

Fonte: ASA Brasil[10].

[9] Os números de Minas Gerais são referentes apenas à porção norte do estado, a qual está inserida no semiárido.
[10] Informações obtidas em: https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/. Acesso em; 21 de maio de 2019.

Figura 3: Cisternas de placa em cada estado do semiárido brasileiro. O tamanho dos símbolos reflete a quantidade de cisternas em cada estado



Fonte: Elaboração do autor (2019).

O P1MC pode ser visto como a ação que mais contribuiu para a construção da Convivência com o semiárido dada a sua disseminação em toda a região. As famílias do campo passam a perceber concretamente que conviver com o semiárido, com a seca, com a Caatinga, é mais que uma possibilidade, é uma realidade.

A partir e simultaneamente ao P1MC diversas outras políticas são implementadas, todas pautadas na Convivência com o semiárido. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) criado em 2007 amplia as possibilidades de reprodução social das famílias através do acesso a terra e à água, elementos que, como já apresentamos, são historicamente concentrados pelas oligarquias rurais do semiárido. O objetivo do programa é permitir o acesso a terra para a família e o acesso à água de duas maneiras: uma reserva de água para o consumo humano e outra reserva para a produção agropecuária[11].

Outra política pública construída pelas organizações no âmbito da ASA é o Programa Sementes do Semiárido, que objetiva promover estratégias de estocagem de sementes crioulas nativas do semiárido brasileiro. A prática de estocar sementes para a produção é uma estratégia histórica de agricultores e agricultoras da região que contribuem para o avanço da Convivência com o semiárido. A estocagem é realizada nas próprias comunidades rurais e pelas próprias comunidades[12]. São saberes que pertencem à memória coletiva do povo do semiárido e que possibilitam a construção de novas estratégias e práticas para conviver nesta região.

> A convivência com o Semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque. Estoque de água para diversos usos - consumo humano, produção de alimentos e para servir aos animais. Estoque de alimento para família e para a criação animal. E o estoque de sementes para os próximos plantios, entre outros (ASA, 2019).

Estes são apenas alguns exemplos das inúmeras experiências que a ASA vem desenvolvendo para o semiárido em diversos segmentos: política, economia, tecnologias, pesquisa, informação e comunicação, educação, infraestrutura, entre diversos outros. Todas estas experiências e práticas contribuem para a construção e consolidação da Convivência com o semiárido.

As políticas públicas, desse modo, são direcionadas pelas ideologias e, ao mesmo tempo, reforçam a construção destas mesmas ideologias. É um movimento dialético que ocorre continuamente: a ideologia constrói a política pública e é construída por esta última. E uma se constrói a partir da negação da outra. Combate à seca e Convivência com o

[11] A proposta do P1+2 pode ser consultada acessando o seguinte endereço eletrônico: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/159651/1/OPB1516.pdf.
[12] Para mais informações sobre o programa consultar: https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido#categoria_img.

semiárido se inserem numa disputa entre sujeitos e entre espaços (materiais e imateriais) que complexificam a análise do real.

A diferença entre ambas as ideologias está nos objetivos de cada uma: a perpetuação do poder da classe dominante contra a busca de autonomia para o povo. A primeira constrói políticas públicas através da classe dominante e as executa através do Estado. A segunda constrói políticas públicas através das experiências das trabalhadoras e trabalhadores e as executa não apenas através do Estado, mas também dos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Este processo resulta em outra questão: as políticas públicas estão circunscritas apenas à ação do Estado? As diversas práticas desenvolvidas pela ASA (muitas das quais não puderam ser apresentadas neste texto) mostram que é possível se pensar na promoção de políticas públicas para além do Estado, tendo o próprio povo enquanto protagonista na elaboração e execução destas políticas. Enfim, são questões para serem respondidas em trabalhos futuros.

Considerações finais

A discussão realizada ao longo do texto mostra a complexidade de analisar as ideologias de Combate à seca e de Convivência com o semiárido. A construção de ambas as ideologias mostram o quão antagônicos são seus respectivos sujeitos, projetos de mundo e práticas sociais.

A influência de ambas as ideologias na sociedade resultam em diversas ações, e uma delas é a implementação de políticas públicas. E estas mesmas políticas públicas influenciam a construção e reconstrução das referidas ideologias. No contexto atual do semiárido brasileiro ambas as ideologias coexistem, disputando espaços (materiais e imateriais), orientando práticas sociais e direcionando políticas públicas.

Ao Inserirmos no titulo deste texto a ideia de “A falsa vilã” objetivamos explicitar como os discursos são capazes de influenciar o imaginário da sociedade através da ideologia. Nesse caso, a falsa vilã remete a ideia de que a seca era o principal problema a ser enfrentado no Nordeste e caberia ao Estado brasileiro construir formas de enfrentamento a esse inimigo. Obviamente que as “formas de enfrentamento” não passaram de subterfúgios para direcionar políticas públicas que estabeleciam e reforçavam o poder das oligarquias rurais do semiárido.

Não foi intenção deste trabalho apresentar todas as políticas desenvolvidas ao longo da história da região, dada as inúmeras ações desempenhadas pelo Estado desde os séculos passados até o presente. A natureza e o período de implementação de algumas políticas públicas, inclusive, tornam complexa sua caracterização enquanto Combate à seca

ou Convivência com o semiárido. Existem outras ideologias que orientam a elaboração de políticas no semiárido?

Em trabalhos futuros talvez possamos responder a estas e outras questões que o objeto analisado nos apresenta. Este texto é a produção inicial sobre um tema tão complexo de compreender como é a disputa ideológica na sociedade. Com o amadurecimento teórico e empírico acreditamos que podemos avançar com as reflexões apresentadas e contribuir com as discussões relacionadas ao Combate à seca e à Convivência com o semiárido.

O que podemos concluir, por hora, é que a ideologia é capaz de inscrever no imaginário da sociedade uma ideia, ou ideias, que orientam as práticas dos sujeitos sociais, carregadas de intencionalidade. A falsa vilã nada mais é do que a representação concreta de como uma ideia pode ser construída para promover e perpetuar determinada ideologia produzida por determinada grupo social, ou mesmo classe. No caso do semiárido brasileiro esta ideia se materializa na seca, na prerrogativa de que sua ocorrência é a origem dos males da região. Destruindo-a eliminamos todos os problemas da região. Essa é a narrativa que sustenta, até os dias atuais, grande parte da ação estatal no semiárido brasileiro.

A questão que se apresente então é a seguinte: até quando a máscara da ideologia do Combate à seca irá perdurar antes de cair? Até quando o Estado irá se utilizar desta narrativa para solucionar um problema que não existe, um falso problema? Somente a potência e a efetivação das práticas de Convivência com o semiárido nos dirão.

Referências

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. **Programa Um Milhão de Cisternas**. Acesso em 30 de abr. de 2019. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#categoria_img.

BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013, p. 51-58.

CONTI, I. L.; PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013, p. 21-30.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013.

COSTA, T. P. A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver. **REVASF**, Petrolina, v. 7, n. 12, p. 79-100, 2017.

DANTAS, J. C. **Gestão da água, gestão da seca:** a centralidade do açude no gerenciamento dos recursos hídricos do semiárido. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

FERREIRA, L. F. G. **Raízes da indústria da seca:** o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KONDER, L. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LANNA, M. P. D. **A dívida divina:** troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MARINHO, J. R. O.; OLIVEIRA, V. P. V. Os paradigmas orientadores do desenvolvimento do semiárido brasileiro e suas implicações para o manejo dos recursos naturais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 239-250, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Striner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLLE, F. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento.**Recife: SUDENE, 1994.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, J. T. **Raízes da ideologia do planejamento:** Nordeste (1889-1930). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília – DF.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Secas e Estado no Nordeste brasileiro. In: MOREIRA, E. (Org.). **Agricultura Familiar e Desertificação.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

Sobre o autor

José Carlos Dantas – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). **OrcID** – https://orcid.org/0000-0002-1596-1651.

Como citar este artigo

DANTAS, José Carlos. A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 157-179, jan.-abr., 2020.

Recebido para publicação em 28 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 20 de outubro de 2019.
Aceito para a publicação em 21 de novembro de 2019.

Conflitos por território na pesca artesanal brasileira

Cristiano Quaresma De Paula
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail:cqpgeo@gmail.com

Resumo

A Geografia brasileira evidencia a emergência de impactos, disputas e conflitos na pesca artesanal brasileira. Neste artigo objetiva-se compreender os conflitos por território, compreendido como terrestre e aquático, logo integram tanto áreas de pesca, quanto de moradia e vivência das comunidades de pescadores. Analisou-se 71 dissertações e teses, defendidas por geógrafos entre 1982 e 2015, tomando por base a técnica de análise de conteúdo. Em relação aos conflitos por território, destacados neste artigo, estão relacionados principalmente às questões fundiárias, turismo, unidades de conservação e especulação imobiliária. A espacialização dos trabalhos mostra a concentração diferenciada desses conflitos nas regiões brasileiras. Como estratégia de resistência aos conflitos por território, as comunidades e movimentos sociais de pescadores constituem territórios de luta, e reivindicam políticas públicas próprias para comunidades e povos tradicionais.

Palavras-chave: Pesca artesanal; conflito; terra; água; território.

Conflicts by territory in Brazilian artisanal fishing

Abstract

Brazilian geography highlights impacts, disputes and conflicts in Brazilian artisanal fisheries. This article aims to understand the conflicts by territory, understood as terrestrial and aquatic, therefore integrate both fishing areas, as well as housing and living communities of fishermen. We analyzed 71 dissertations and theses, defended by geographers between 1982 and 2015, based on the technique of content analysis. In relation to conflicts by territory, highlighted in this article, are mainly related to land issues, tourism, conservation units and real estate speculation. The spatialization of the works shows the differentiated concentration of these conflicts in the Brazilian regions. As a strategy of resistance to territorial conflicts, communities and social movements of fishermen constitute territories of fight, and demand public policies proper to traditional communities and peoples.

Keywords: Artisanal fishing; conflict; land. Water; territory.

Conflictos por territorio en la pesca artesanal brasileña

Resumen

La geografía brasileña destaca los impactos, disputas y conflictos en la pesca artesanal brasileña. Este artículo tiene como objetivo comprender los conflictos por territorio, entendidos como terrestres y acuáticos, integrando las áreas de pesca y las áreas de residencia y vida de las comunidades pesqueras. Analizamos 71 disertaciones y tesis, defendidas por geógrafos entre 1982 y 2015, basadas en la técnica de análisis de contenido. En relación con los conflictos por territorio, lo que se destaca en este artículo, se relaciona principalmente con temas relacionados con la tierra, el turismo, las unidades de conservación y la especulación inmobiliaria. La espacialización de las obras muestra la concentración diferenciada de estos conflictos en las regiones brasileñas. Como estrategia de resistencia a los conflictos

territoriales, las comunidades y los movimientos sociales de los pescadores constituyen territorios de lucha y exigen políticas públicas propias de las comunidades y los pueblos tradicionales.

Palabras clave: Pesca artesanal; conflicto; tierra. Agua; territorio.

Introdução

O presente artigo objetiva compreender os conflitos por território terrestre e aquático na pesca artesanal brasileira, no campo e na cidade, onde encontram-se situadas as comunidades tradicionais de pescadores, assim como os pesqueiros tradicionais.

A proposição de conflitos por território, apresentada por De Paula (2018A), resulta da busca pela compreensão da relação entre as abordagens conceituais de território e ambiente em dissertações e teses sobre a pesca artesanal, defendidas por geógrafos brasileiros entre 1982 e 2015. Tal análise permitiu distinguir: impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território.

Impactos ambientais são provocados por outras atividades econômicas e resultam na extinção de territórios tradicionais de pesca. Nesta perspectiva está acentuado o conceito de ambiente como condição para a permanência do próprio território. As principais causas de impactos ambientais estão associadas à industrialização, urbanização, agricultura e pesca industrial (DE PAULA, 2018B). As disputas no território, evidenciam relações de apropriação, com o objetivo de acessar os recursos ambientais, evidenciando os conceitos de território e ambiente. As disputas no território se dão prioritariamente entre pesca artesanal e aquicultura, pesca industrial, pesca comercial e hidrelétricas. Já os conflitos por território ocorrem quando outras atividades econômicas buscam o domínio do território apropriado pelas comunidades de pescadores artesanais. Nesse caso, destaca-se o conceito de território como espaço de exercício do poder. No presente artigo será apresentada esta última abordagem, destacando conflitos relacionados à questão fundiária, turismo, unidades de conservação e especulação imobiliária (DE PAULA, 2018A). Desta forma cabe frisar que as relações de poder (RAFFESTIN, BARAMPAMA, 1998) como constituintes do território, nas disputas no território são simétricas e em casos de tensão podem ser assimétricas, mas há reconhecimento do território tradicional. Já os conflitos por território, são marcados por relações assimétricas ou dessimétricas, pelo domínio imposto na instalação de atividades econômicas que propõem a modernização do território, e negam as territorialidades preexistentes (RAFFESTIN, 1986B).

Dos trabalhos analisados 51,47% apresentam conflitos por território. Raffestin, (1986C) enfatiza que quando o território/territorialidade não é reconhecido pelos que estão externos, resulta na perda de autonomia, em uma situação de desequilíbrio que pode chegar ao desaparecimento de determinado grupo. O poder exercido pelas atividades detentoras de capital, encontra suporte no Estado e suas instituições (HEIDRICH,2010). Há proeminência

da rede informacional, tendo em vista que essas atividades econômicas estão dentro de uma lógica de relações externa ao lugar. Na pesca esses conflitos além de incidirem sobre os pesqueiros tradicionais, promovem a expulsão das comunidades dos seus territórios de moradia e vivência.

Do ponto de vista das invariantes territoriais, decifradas por Raffestin (1986A, 1986C), a “malha” territorial na pesca artesanal é composta por uma ampla área que integra pesqueiros, área de moradia e de vivência, e mercados locais. Os “nós” são expressos nos pesqueiros tradicionais, que contém a reserva. As “redes” ligam a área de moradia e vivência aos pesqueiros tradicionais, assim como conectam pesqueiros. O mercado urbano cada vez mais influencia essas redes, que progressivamente se vinculam à centros de tomada de decisão mais distantes (redes informacionais vinculadas ao global). Raffestin (1986C) destaca que qualquer mudança nessas invariantes provoca consequências nos territórios e territorialidades e uma nova estabilidade resultará de um longo processo.

Frente aos conflitos por território, e as ameaças de desterritorialização dos pescadores artesanais, observa-se a mobilização desses sujeitos na constituição de um território de luta. Neste, o argumento da permanência das comunidades tradicionais no território, constitui o fundamento para a reivindicação por políticas públicas que garantam o acesso à terra, e água, tradicionalmente ocupada (DE PAULA, 2018A).

Procedimentos metodológicos

A composição de procedimentos metodológicos segue os princípios da teoria do pensamento complexo (MORIN, 1990, 1996, 2008). O princípio da dialógica é aplicado entre abordagens dos geógrafos sobre as problemáticas em análise, que pressupõem o diálogo deles com as comunidades. O princípio hologramático vai sendo constituído na medida em que cada pesquisa compõe uma análise da Geografia brasileira e, concomitantemente, a Geografia brasileira permite estabelecer leituras sobre cada pesquisa. Já o princípio da recursão organizacional se evidencia na medida em que as abordagens, no curso do processo, não são tomadas *a priori*; desta forma, é a problematização que expõe as abordagens e não as abordagens que dirigem a problematização. Entre os procedimentos destacados, destacam-se análise de conteúdo (BARDIN, 2007) e representações cartográficas.

Foram identificados entre 1982 a 2015, 104 trabalhos, dos quais foi possível ter acesso a 71, entre dissertações e teses. Foi elaborado um banco de dados a partir da análise dessas dissertações e teses, com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2007).

Constituiu-se um *Geodatabase* com os *layers* que espacializam tais pesquisas no território brasileiro e com a tabela de atributos que sintetiza os resultados das análises de

conteúdo, o que permitiu a construção de um conjunto de mapas temáticos que expõem a expressão de conflitos por território, cuja simbologia foi composta por representação “zonal”, com base nas grandes regiões brasileiras. Ainda foram construídos mapas de densidade de *kernel* (ferramenta *spatial analyst* do ArcGis 10.2.2®). Estes apresentam *hot spots* de ocorrência desses conflitos no Brasil. Para valorizar essa expressão no mapa, utilizou-se como cálculo o desvio padrão, assim, ficam mais expressivos os resultados situados em torno da média.

Do território tradicional à constituição do território de luta

Para a compreensão dos conflitos por território estabelecidos entre pesca artesanal e outras atividades econômicas, faz-se necessário retomar as noções de território e territorialidade, na pesca artesanal, e compreender as resistências das comunidades de pescadores na conformação de um território de luta. Essa discussão está baseada em DE PAULA (2018A).

As territorialidades da pesca artesanal são evidentes no âmbito das comunidades e integram áreas de pesca e de recursos que são utilizados nas pescarias. Logo, abrangem pesqueiros, matas, manguezais, ranchos de pesca, locais de beneficiamento, etc. O poder se expressa no saber (QUIJANO, 2005), que é compartilhado entre os comunitários por meio de conhecimentos tradicionais, os quais suscitam práticas de uso. A informação inerente a esse saber é funcional e regulatória (RAFFESTIN, 1996), logo ocorre o manejo, por meio de acordos que são elaborados na pesca e no cotidiano. Essas territorialidades são fluidas (SILVA, 2006), conectadas por trajetos, canais, varadouros. Mudam de acordo com a dinâmica da natureza e movimento dos cardumes. No arranjo territorial as áreas terrestres, de trabalho, moradias e vivência também compõem territorialidades, e ocupam o papel de centralidade. Nesta ocorre uma comunicação efetiva (RAFFESTIN, BARAMPAMA, 1998), e se evidencia a gestão comunitária.

Na perspectiva das territorialidades, pode ocorrer sobreposição de arranjos territoriais de diferentes comunidades sem incidir em conflitos, na medida em que está estabelecido um processo de comunicação funcional e regulatória (RAFFESTIN, 1996) substantivada na troca de conhecimentos (LEFF, 2010), bem como no respeito a certas normas, formais e informais. Esse processo de comunicação ocorre no âmbito da sociedade tradicional (DIEGUES, 2004, DE PAULA, 2013), onde os diferentes grupos compartilham elementos da tradição, embora com suas distinções. Nessa condição ocorre a multiterritorialidade (HEIDRICH, 2010) sem conflitos e disputas.

O território comunitário é substantivado (SAQUET, 2008) pelas territorialidades tradicionais, terra e água, área da comunidade e pesqueiros. E se caracteriza pelo

estabelecimento de relações simétricas de poder – prestígio - (TAPIA, 2008). A sustentação desse território se dá por meio de um processo comunicacional, que mobiliza todos os atores, que dependem em certo grau dos recursos locais (da reserva), para a manutenção dos mesmos (RAFFESTIN, 1986A, 1986C). A partir da coesão social se estabelecem acordos, normas, processos de monitoramento e sansões construídos no âmbito comunitário e intercomunitário, em processos democráticos participativos. Logo, o território expressa as relações comunitárias e com a natureza (SUERTEGARY, 2017), sendo fundamental na reprodução social, cultural e econômica das comunidades.

Na medida em que a reserva (RAFFESTIN, 1986A, 1986C), recursos ambientais locais, é ameaçada e os acordos passam a ser descumpridos, o território tradicional se transforma. Os saberes tradicionais, que permitem identificar áreas mais piscosas não são mais compartilhados, frente ao declínio do respeito as normas de uso (informações regulatórias), que resultaram em sobre-exploração. O poder, expresso nos conhecimentos (QUIJANO, 2005; LEFF, 2010) sobre a localização e uso dos pesqueiros (reserva), passa a ser domínio de determinadas comunidades ou grupos, que também estabelecem estratégias para a sua manutenção. Ressalta-se que a centralidade se mantém nas áreas de moradia e vivência das comunidades.

Quando as cisões ocorrem em contextos de gestão comunitária (DE PAULA, 2013), a comunicação pode ser reestabelecida. Novos acordos de uso são estabelecidos, na perspectiva da restauração das relações sociais. Desta forma, internamente, o território volta a ser fluido (não necessariamente em sua totalidade). Geralmente isso se restringe à comunidade que reestabeleceu a comunicação, que tem área de moradia e vivência situada nas proximidades dos pesqueiros. Ainda há possibilidade de compartilhar territórios, quando é reestabelecido o diálogo entre comunidades. Desta maneira é necessário um espaço onde a comunicação ocorra, e busquem soluções para enfrentar impactos, disputas e conflitos, a partir de objetivos comuns. Isso se realiza com a efetiva gestão compartilhada (DE PAULA, 2013).

Na dinâmica interna dos territórios tradicionais das comunidades pesqueiras, entende-se que há relação entre autonomia e território (RAFFESTIN, 1986C). Assim, há coerência entre a sociedade e a semiosfera (RAFFESTIN, 1986A), que expõe a lógica entre território e territorialidades tradicionais. Esse processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização é contínuo e bastante influenciado pela dinâmica da natureza e necessidades das comunidades.

No âmbito comunitário e intercomunitário, na pesca artesanal, prevalece a concepção de território de uso comum (comunal e não livre acesso) substantivado por diversas territorialidades fluidas. As territorialidades trazem a propensão do estabelecimento

de território, mas a necessidade de delimitação se manifesta como estratégia de defesa à pesca predatória ou avanço de outras atividades econômicas.

Quando se estabelece um território sobre essas territorialidades, a partir de uma regulação que é externa à comunidade, não há mais coerência entre território e territorialidades (RAFFESTIN, BRESSO, 1982) e se evidenciam impactos, disputas e conflitos. A ecogênese (RAFFESTIN, 1986A) do território de luta (DE PAULA, 2018A) se inicia quando surge a necessidade de delimitar o território, como condição para a permanência do arranjo territorial da comunidade tradicional. O território de luta é o território da resistência e da (re)existência (PORTO-GONÇALVES, 2002), onde as comunidades de pescadores se reinventam para reivindicar as políticas dos povos e comunidades tradicionais. Essas estratégias e contextos de luta se evidenciam em todo o Brasil, e inclusive é observável nos trabalhos dos geógrafos sobre a pesca artesanal (DE PAULA, 2018).

A permanência no território tradicional tem se dado por meio da luta de comunidades e movimentos sociais para o acesso às políticas específicas. Em diversos casos, onde as comunidades pesqueiras também são remanescentes quilombolas a reivindicação tem se baseado no Decreto Nº 4887 de 2003 (território quilombola) (BRASIL, 2003). Nos casos onde os conflitos se resumem à pesca, tem sido buscado a constituição de Acordos de Pesca – IN MMA Nº 29 de 2002 (BRASIL, 2002). Na busca por defender o território extrativista, onde se inclui a pesca, o pleito se dá pela instituição de Reservas Extrativistas - RESEX - Lei 9985 de 2000 (BRASIL, 2000). Já para a garantia dos territórios das comunidades tradicionais de pescadores, destacam-se os Termos de Autorização do Uso Sustentável – TAUS - (BRASIL, 2010), além da proposição do projeto de lei de iniciativa popular para a regularização do território das comunidades tradicionais de pesqueiras, proposto pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP - (MPP, 2012). Ressalta-se que em nenhum desses casos o direito de uso do território é dado sem a luta e mobilização das comunidades e movimentos sociais.

Enquanto o território pesqueiro se substantifica em um processo de constituição de territorialidades e na comunicação intra e intercomunitária, o território de luta é uma reação a impactos, disputas, e conflitos prioritariamente promovidos por atores que são externos às comunidades (muitas vezes ligados em redes globais). Enquanto o território tradicional se estabelece em condições simétricas de poder, o território de luta se evidencia nas relações assimétricas (RAFFESTIN, 1986B, 1993) e dessimétricas de poder, em contextos de fascismo territorial (SANTOS, 2007).

Quando atividades econômicas causam influências sobre a pesca e os pescadores, e ocorre a erosão de saberes tradicionais e rompimento de vínculos comunitários, o território de luta tende a reestabelecer esses vínculos, pois a união para a luta exige um processo

comunicacional que se estabelece com base em objetivos comuns, que nesse caso viabiliza a manutenção da pesca e do modo de viver.

Assim, o território pesqueiro é cada vez mais político, no sentido em que promove espaços para estabelecer a governança. No processo de (re)existência em que se deu a luta, diversas práticas culturais das comunidades são resgatadas, o que contribui com a coesão comunitária e estabelecimento de vínculos com o território/ambiente conquistado. Desta forma o território de luta pode ser o caminho para o reestabelecimento do território pesqueiro tradicional.

Conflitos por território na pesca artesanal brasileira

Neste momento os conflitos por território serão tratados a partir de contextos em que território pesqueiro é ameaçado devido ao avanço de atividades econômicas sobre os nós expressos no espaço de moradia e vivência principalmente. A influência de redes técnicas e de informação promove a subordinação da malha – território tradicional - aos seus preceitos. Esse avanço, baseia-se no argumento que o espaço não está ocupado, ou que é subutilizado. Além da influência da rede que subordina o território tradicional à cidade e suas demandas, há a presença de redes globais que buscam a exploração do espaço por meio de atividades econômicas que vão utilizar o potencial paisagístico e atrativos “naturais” presentes no território tradicional. Há o conflito explicito entre lógicas de apropriação e domínio do espaço.

Na malha do território tradicional há uma complexidade de nós ligados em rede, logo a expulsão dos pescadores do território tradicional de moradia e vivência influi sobre a rede territorial. Quando se desloca as comunidades para locais distantes dos pesqueiros tradicionais a atividade pesqueira é extinta, dá-se a desterritorialização e a malha que representa o território pesqueiro como um todo é desfeita. A resistência dos pescadores artesanais se apresenta na ação direta e em denúncias aos órgãos públicos reivindicando direitos de comunidades tradicionais. Contudo, essas atividades econômicas encontram apoio no Estado, quando se inserem em projetos de “desenvolvimento” que pretendem a modernização do espaço.

Tais projetos com o argumento do fomento à economia são bem aceitos pelo executivo, municipal, estadual e federal, que oferecem isenções de impostos e outras facilidades, que jamais foram oferecidas às comunidades locais. Quando há obstáculos na legislação, recorrem ao legislativo, que rapidamente aprovam leis que favorecem tais empreendimentos, como mudanças em zoneamentos ecológicos-econômicos, planos diretores, entre outras normas que regram o uso da terra e da água. Para o avanço desses projetos de “desenvolvimento” frequentemente há criminalização das comunidades, para desqualificar os usos tradicionais, realizando por meio do judiciário os preceitos da

modernização. Destaca-se o papel do judiciário na defesa da propriedade privada (muitas vezes grilada) dando ordens de despejo das comunidades tradicionais que não tem o título da terra, ou impedindo o acesso das mesmas aos corpos d'água que estão circunscritos às propriedades privadas.

As dissertações e teses analisadas, que abordaram a pesca artesanal na Geografia brasileira, apresentaram 105 contextos de conflitos por território. Esses decorrem do domínio do espaço por determinada atividade econômica impedindo a permanência dos pescadores no território de moradia e vivência ou nos pesqueiros tradicionais.

O mapa presente na figura 1 expõe que os conflitos por território foram mais presentes na região Nordeste (46,67%). A região Sul apresenta (20,95%) e a região Norte (17,14%). A região Sudeste totaliza (12,38%) e a região Centro-Oeste (2,86%) dos conflitos apresentados nos trabalhos.

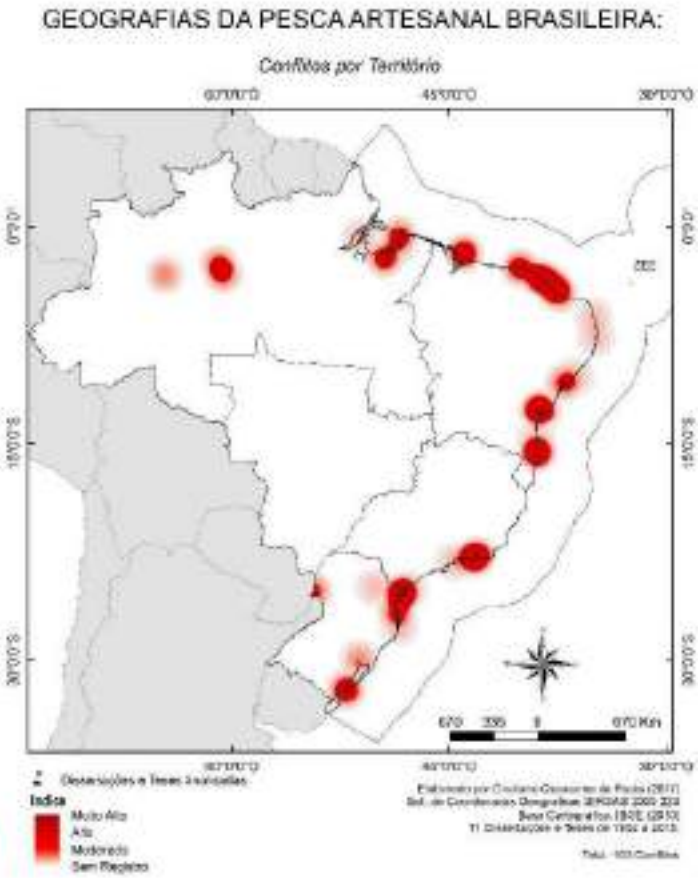
Figura 1: Mapa de conflitos por território, por região

Fonte: Elaborado por De Paula (2018A)

Os conflitos por território identificados nas dissertações e teses, estão concentrados nas regiões. A figura 2 destaca essa densidade na região Nordeste ao longo da costa, na

região Sul no Estuário da Laguna dos Patos e litoral do Paraná, na região Norte no Marajó e no Solimões; e na região Sudeste no Litoral do Rio de Janeiro.

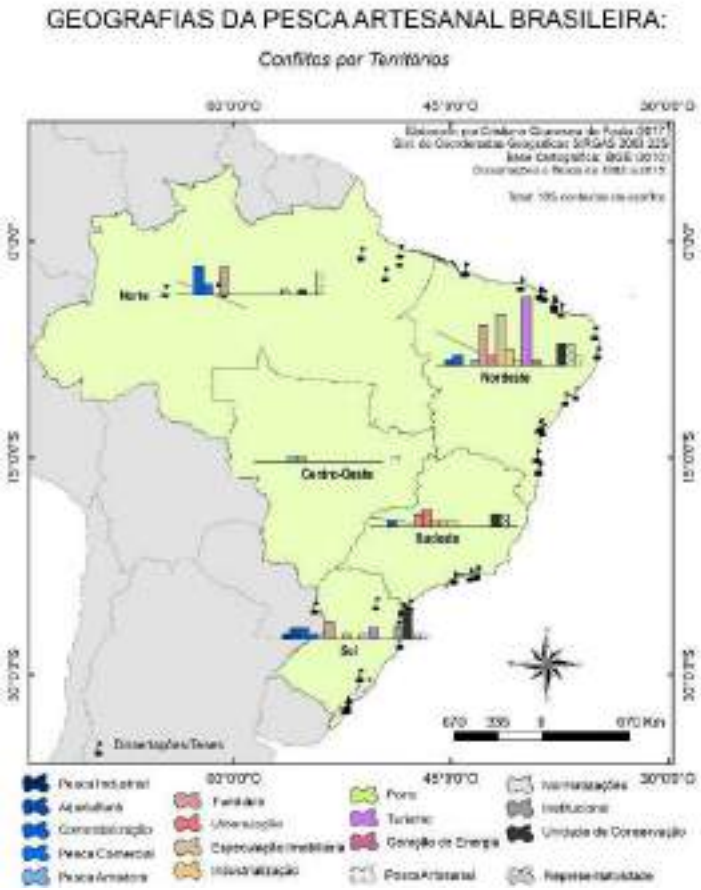
Figura 2: Mapa de densidade de conflitos por território



Fonte: Elaborado por De Paula (2018A)

Para De Paula (2018a) os principais conflitos identificados são vinculados a questões fundiárias, turismo, unidades de conservação e especulação imobiliária, conforme apresenta a Figura 3.

Figura 3: Mapa de principais atividades que estabelecem conflitos por território com a pesca artesanal.



Fonte: Elaborado por De Paula (2018A)

Os conflitos por território mais frequentes nas dissertações e teses analisadas são os **fundiários**, os quais são estabelecidos entre as comunidades de pescadores e outros atores que disputam o território, requisitando a posse da terra. Refletem as mazelas da estrutura fundiária brasileira, onde as comunidades de pescadores, enquanto posseiros, que fazem uso da terra/água de forma comunal é desapropriada por grandes latifundiários que invocam o direito da propriedade privada (DE PAULA, 2018A).

Os conflitos fundiários incluem as comunidades de pescadores artesanais nas problemáticas dos pequenos trabalhadores rurais (camponeses) e refletem o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a concentração fundiária, como ensina Oliveira (2007):

> Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil, não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista, ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que se desenvolveu no país. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso que se deve insistir na tese de que a concentração fundiária no Brasil, tem características sem igual na história mundial, em nenhum momento da

> história da humanidade se encontrou propriedades privadas com a extensão que se encontra no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p. 132).

Destaca-se que além das terras onde estão situadas as comunidades esses conflitos se dão também pelos pesqueiros, uma vez que os cercamentos dos latifúndios restringem o acesso aos corpos d'água próximos a eles, os quais são tradicionalmente utilizados pelos pescadores artesanais.

Resulta desses conflitos uma série de violências no campo como apresentam os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (OLIVEIRA, 2007), inclusive muitas vezes culminando na morte dos posseiros, os quais nesse caso são pescadores. Nos conflitos por terra as instâncias judiciais costumam favorecer o latifundiário em defesa da propriedade privada.

A região Norte apresenta a maior concentração de conflitos fundiários, dentro do universo pesquisado nas dissertações e teses. Queiroz (2012) em pesquisa realizada em Tefé – Amazonas, destaca que a população ribeirinha costuma ocupar as áreas de várzea e de terra firme, formando agrupamentos rurais, que o autor chama de "vilas". Quando essa ocupação ocorre próximo aos castanhais ocorrem conflitos com os donos dos castanhais, que algumas vezes tem que ser resolvido com mediação da justiça (QUEIROZ, 2012, p.55).

Em Novo Airão – Amazonas, Rodrigues (2014) frisa os conflitos fundiários decorrentes de comunidades que são retiradas de áreas onde são instaladas unidades de conservação de proteção integral. Para o autor, essas comunidades passam a ocupar bairros periféricos, onde se veem impedidos de desenvolver suas atividades tradicionais, porque não tem acesso aos recursos que extraiam da natureza e perdendo "esse meio de produção acabam por não administrar o novo cotidiano" (RODRIGUES, 2014, p. 76).

Cruz (2006; 2011) em Cometá – Pará, compreende que "as progressivas transformações da estrutura fundiária representam uma ruptura na dinâmica local de apropriação da terra" pelos ribeirinhos (CRUZ, 2011, p. 223). Os conflitos fundiários envolvem a instalação de grandes empreendimentos, como a elevação do valor da terra.

No que se refere ao acesso aos territórios tradicionais, ressalta-se a importância da organização social dos pescadores frente a essa problemática, por meio de "Acordos de Pesca" como instrumento de construção e afirmação da territorialidade dos pescadores. "Nesse sentido, os Acordos de Pesca significaram uma ameaça às fontes do poder que sustentavam essas formas de dominação, cujos 'donos de beiradas', que se julgavam os 'donos do rio', mantinham um total domínio sobre os recursos pesqueiros disponíveis nessas áreas, excluindo as comunidades mais pobres que ali viviam" (CRUZ, 2011, p. 224).

Nas comunidades de Céu e Cajuúna, Soure - Pará Guedes (2009) acrescenta que nos lagos ou corpos d'água localizados em terrenos particulares, os proprietários que são

fazendeiros impedem o acesso de pescadores aos pesqueiros e, frequentemente, cobram pelas pescarias desenvolvidas em sua propriedade.

Na região Nordeste os conflitos fundiários comprometem a permanecia das comunidades de pescadores em seus territórios tradicionais. Em Barreirinhas - Maranhão, Costa (2015) ressalta que a valoração da terra tem intensificado os “conflitos referentes à posse da terra, com casos de ocupações e processos judiciais de desocupação e/ou negociações por parte do poder público municipal” (COSTA, 2015, p.204). Esses conflitos decorrem de alterações substanciais nos padrões de propriedade e posse da terra, cujas motivações se relacionam com necessidades locacionais da atividade turística, fundos especulativos como reservas de valor, participação de investidores estrangeiros, etc. (COSTA, 2015, p.211).

Lima (2002) denuncia a situação de insegurança em que vivem as comunidades de pescadores devido a inexistência de titularidade da terra. Essa realidade brasileira se agrava diante “do poder dos grileiros, dos especuladores e empreendedores turísticos (interessados em enseadas, falésias, campos de dunas e praias para abrigar e laurear *resorts* e hotéis) que agem para garantir a posse de terras, mediante o registro de falsas escrituras, de indevida cessão de usucapião, de avanços de marcos e cercamentos de áreas de uso em comum e de compra de posses por valores irrisórios” (p. 205). Costa (2010) traz o exemplo de Acapuí, Ceará, onde houve a elevação dos preços praticados na venda de imóveis de em média 1000% em uma década. Esse incremento resulta em conflitos e em grilagem de terras à beira mar. Houve casos em que a comunidade resistiu e conseguiu provar a ilegalidade dos documentos de propriedade apresentados por empreendedores (p.78).

Em São Francisco do Conde – Bahia, Rios (2012) enaltece esses processos de mobilização das comunidades em defesa dos seus territórios tradicionais. A autora ressalta que o caminho adotado para a resistência tem sido a demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Essa conquista foi importante para conscientizar “dos direitos por parte dos pescadores(as) artesanais na luta e defesa de seus territórios” (p.228).

Na região Sul, Machado (2013) também destaca a expulsão de pescadores artesanais de suas residências, por não terem o documento que comprova a titularidade da terra. Em Barra Velha - Santa Catarina, identificou-se a ação dos “grileiros”, os quais “regulamentavam as posses para eles ou a quem lhes desejasse, e obrigavam as pessoas a sair ou a vender pelo valor que eles oferecessem. Sem o conhecimento das leis, as pessoas acabaram cedendo” (MACHADO, 2013, p.66).

Barbosa (2014) relata que nos anos 1980 na Ilha do Superagui, Guarapeçaba - Paraná os moradores de “Barra de Ararapira enfrentaram a invasão da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná que, alegando possuir documentos de propriedade na região, pretendia ali abrigar criações de búfalos”. No entanto, a intenção era “utilizar os

animais para afastar a população e construir um grande empreendimento imobiliário". A população, no entanto, resistiu e cercou "seu território e desafiaram, com suas foices e facões de lavradores, capatazes armados" (p.136)

Farias (2009) expõe conflitos fundiários decorrentes da instalação unidades de conservação. Entende que grande parte das populações (caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas etc.) ocupam as terras, muito antes da instalação de unidades de conservação, e não possuem escritura da propriedade privada, uma vez que "anteriormente, seguiam formas de relação e de ocupação do espaço definidas apenas pelo local de moradia como parcela individual e o uso comum do solo na parcela restante da área habitada, regulamentado pelos costumes locais e por normas compartilhadas internamente" (FARIAS, 2009, p.63).

Na região Sudeste Camargo (2013) problematiza sobre os conflitos fundiários estabelecidos entre especuladores, construtoras e antigos posseiros, muitos deles caiçaras. A elite local faz uso de suas influências políticas para desapropriar os posseiros da Praia do Sono, em Paraty - Rio de Janeiro.

Na Ilha do Governador - Rio de Janeiro, Ferreira (2013) enaltece que a Colônia de Pescadores Z-10 convive não só com "conflitos em relação à valorização da área, mas à ocupação histórica irregular e ainda ao fato de historicamente estar situada em área da Marinha que foi recentemente passada para o controle da Prefeitura". As incertezas têm reforçado a necessidade dos moradores se agarrarem à história de institucionalização do espaço pela Marinha (p.154).

Na região Centro-Oeste, Prado (2015) informa que no município de Antônio de Leverger - Mato Grosso, "após a divisão da terra em chácaras não se pode mais pescar nos lugares onde se pescava, pois, os donos das chácaras não permitem mais pescar nesses locais" (PRADO, 2015, p.26). Isto se agrava por que esses proprietários de terra fizeram de suas chácaras pesqueiro, então "também estão colocando tablados do outro lado do rio, à margem das fazendas para alugar, entrando em conflito com os camponeses ribeirinhos que colocam seus tablados nesse local" (PRADO, 2015, p.27).

O segundo conflito por território mais citado nas dissertações e teses é o **turismo**. Refere-se à instalação de grandes empreendimentos turísticos sobre ou próximo das comunidades de pescadores artesanais. As comunidades em casos mais graves, são expulsas para a instalação de *resorts* e outros empreendimentos. Também o aumento do valor da terra e dos serviços básicos do entorno, progressivamente, pressiona os pescadores a venderem os seus imóveis e se alocarem em regiões mais periféricas. Os conflitos por territórios dos pesqueiros tradicionais, resultam da "privatização" das praias, com a instalação de empreendimentos à beira mar que impedem a passagem dos pescadores, inviabiliza o acesso ao território pesqueiro. Quando a comunidade se mantém, o turismo como atividade

de mercado transforma a paisagem comunitária em uma mercadoria a ser consumida. Isso interfere nas dinâmicas sociais e nos modos de viver das comunidades.

A maioria dos conflitos por territórios com empreendimentos turísticos ocorreram na região Nordeste. Paula (2012) em Fortaleza - Ceará enfatiza que os espaços litorâneos despontam como “objeto de desejo para grupos de elevado poder aquisitivo no estabelecimento de residência fixa e/ou no usufruto de suas amenidades durante o desenvolvimento de atividades de lazer, recreação e descanso, tais como a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo” (PAULA, 2012, p.19) contrastando com os usos do território estabelecidos pelas comunidades de pescadores artesanais”. Assim, a atividade turística tem gerado fortes conflitos em diversas comunidades pesqueiras, pois a “ligação dessa atividade com dinâmicas produtivas globais incide sobre as comunidades onde se instala com valores e formas de organização distintas das que seu modo de vida requer estabelecer” (COSTA, 2010, p.69).

Em Canavieiras – Bahia, Figueiredo (2013) compreende que tais conflitos se dão em terra e mar. Nos territórios das comunidades os investimentos em turismo também promovem a especulação imobiliária e intensifica a grilagem de terras da União para a instalação de empreendimentos hoteleiros. Os pesqueiros são atingidos quando são fechados os acessos aos mesmos (praia e manguezal), devido às cercas que são instaladas nos empreendimentos (FIGUEIREDO, 2013, p. 83). No Maranhão, Costa (2015) salienta que “esse processo não se dá sem conflitos, uma vez que as pressões se intensificam sobre um espaço cada vez mais raro (...) evidenciando as contradições desses novos usos instalados no litoral” (p.47).

Lima (2002), no Litoral do Ceará, frisa que a “atividade turística se beneficia cada dia pelas belezas naturais, deixando à margem os modos de vida dos camponeses haliêuticos, que foram transportados para outro lugar” (p.20). Em alguns casos, como apresenta Nunes (2011) a comunidade permanece, pois há a venda e consumo da paisagem das comunidades. No povoado do Mosqueiro, Aracaju - Sergipe “foi construída uma orla que ocupa o lugar de embarque e desembarque das canoas dos pescadores” (p.52). Já em outros contextos, como Cumbuco e Caucaia no Ceará, considerou-se que a presença da comunidade desvalorizaria a atividade turística (CAVALCANTE, 2012). Nesse contexto “a venda da imagem de uma pequena vila de pescadores e seu modo de vida específico está se tornando impraticável”, pois a vila que por muito tempo foi a catalizadora do veraneio e turismo passa então a ser encarada como um problema, pois a atividade turística se desvinculou da “venda” da antiga imagem do local e agora visa a construção de uma imagem “Cumbuco consolidado por um turismo de alto nível e um veraneio composto por grandes condomínios, além de toda uma infraestrutura que vem em auxílio desses grandes investimentos hoteleiros e imobiliários” (CAVALCANTE, 2012, p. 119).

Os casos de resistência das comunidades também são apresentados nas dissertações e teses analisadas. Rios (2012) apresenta que na Ilha de Cajaíba, São Francisco do Conde – Bahia, por meio da mobilização das comunidades, os pescadores conseguiram frear a instalação de um complexo turístico de grande porte (p.220). Dumith (2012) aponta que, frequentemente, a administração municipal, bem como associações relacionadas ao turismo são contra a instalação de Reservas Extrativistas, pois essas unidades de conservação inibem o avanço dessa atividade econômica sobre as comunidades (p.154).

Faz-se necessário destacar a relação entre atividade turística e outras atividades econômicas. Rodrigues (2005) informa que “o turismo dotou Aracati de infraestrutura para transporte, energia e comunicações que, associada às outras condições socioeconômicas, locais e externas, favoreceram a implementação da carcinicultura”. Nesse caso o cultivo de camarões imprime uma territorialização que se consolidou a partir de uma série de condições socioeconômicas (RODRIGUES, 2015, p.19).

Antes de finalizar essa análise da região Nordeste, faz-se necessário uma distinção no que se refere ao turismo comunitário. Em Icapuí, Ceará projetos foram desenvolvidos em comunidades pesqueiras como propostas de enfrentamento ao avanço dos grandes empreendimentos turísticos no litoral. Para Costa (2010) “a proposta de hospedagem domiciliar apresentada pelo projeto “Em Cada Casa uma Estrela” se mostra com relevante papel na difusão do turismo comunitário como possibilidade” (p.69).

Na região Sul, Machado (2013) apresenta o avanço do turismo sobre as comunidades pesqueiras em Barra Velha - Santa Catarina. Na medida em que a cidade cresceu e se articulou com a indústria do turismo, houve a sobreposição do espaço turístico sobre o território tradicionalmente ocupado pelos pescadores. “E mesmo com esse crescimento da cidade e a pressão do turismo massificado, os pescadores resistem. Resistem porque dependem daquele território como base de subsistência e também por possuírem vínculos com o lugar” (p.102). No Parque Superagui - Paraná, Farias (2009) distingue os moradores que são beneficiados pelo turismo, que são proprietários de pequenas pousadas e restaurantes, dos empreendedores que não tem nenhuma relação com a cultura caiçara, gerando conflito de interesses de ordem econômica, social e cultural (p.98).

As dissertações e teses analisadas evidenciam conflitos entre **Unidades de Conservação** e comunidades de pescadores artesanais. Esses conflitos ocorrem porque essas unidades são implantadas sobre territórios tradicionais de comunidades de pescadores. Nas unidades de conservação de proteção integral (exemplo: Parques, Reservas Biológicas, etc.) os conflitos são mais intensos, pois proíbem a presença das comunidades em seus limites. Soma-se a isso a proibição de uso dos recursos, impedindo o acesso aos pesqueiros tradicionais. As unidades de conservação de uso sustentável possibilitam a presença das comunidades no seu interior, contudo, os usos são sujeitos às normas presentes nos planos

de manejo. Entre as categorias de uso sustentável, os conflitos são menos intensos nas que possuem Conselho Deliberativo (Exemplo: Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Florestas Nacionais, etc.), pois envolvem mais as comunidades na construção das regras, e essa participação reduz a incidência de conflitos.

Na região Sul, De Paula (2013), no Delta do Jacuí, Porto Alegre - Rio Grande do Sul, entende que os pescadores artesanais estão em constante conflito com unidades de conservação estaduais e federais. Segundo o autor “Estas áreas integravam territorialidades importantes para os pescadores que estavam presentes desde muito antes da instituição dessas unidades de conservação” (DE PAULA, 2013, p.76). Os principais conflitos relatados pelos pescadores dizem respeito a proibição de ancorarem dentro das unidades quando ocorrem tempestades, proibição de pescar, e questões fundiárias quando as residências estão dentro da área da unidade. Como destaca Chamas (2008) as comunidades tradicionais veem frequentemente seu território ser ocupado. A Ilha do Campeche, Florianópolis – Santa Catarina no passado foi ocupada por um grupo organizado que tomou o “espaço que tradicional e informalmente era usufruído por pescadores artesanais dos arredores, há muitas gerações”, na atualidade se veem inseridos em uma unidade de conservação (p.92).

Farias (2009) e Barbosa (2014) abordam os conflitos estabelecidos entre o Parque Nacional Superagui - Paraná e as comunidades de pescadores. As restrições se estenderam sobre as práticas e tecnologias tradicionais que “se constituem como elementos identitários essenciais à construção da identidade local, como as formas de construção de casas, embarcações, roças, caça, dentre outros aspectos” (BARBOSA, 2014, p.142). Frente às proibições “as comunidades tiveram que intensificar as atividades que gerassem algum tipo de renda para a compra de alimentos que agora precisam ser trazidos dos centros urbanos” (BARBOSA, 2014, p.142). Como destaca Farias (2009) “Grande parte dos conflitos emergentes em UCs reflete a falta deste plano e motivam a reflexão sobre o modelo de conservação da natureza adotado e, que é enfático em nosso país, por evidenciar o modelo norte americano de proteção, desconsiderando a população nativa” (p.70). Esse contexto é apresentado por Scheibel (2013) que ressalta a possibilidade da implantação do Parque Nacional dos Campos Gerais ser determinante e impedir e/ou proibir parcial ou totalmente a pesca em toda a área do parque (p.95).

Na região Nordeste, Costa (2015) enaltece os impactos resultantes da instalação de Parques Nacionais. Em pesquisa realizada no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses o autor compreende que as limitações impostas ao uso das unidades de conservação provocam conflitos, tanto sobre populações que vivem na área, quanto pelos que estão presentes nas zonas de amortecimento e áreas de entorno.

Também é importante ressaltar a presença de unidades de conservação de uso sustentável como Reservas Extrativistas, e, inclusive Reservas Extrativistas Marinhas. Com

base em pesquisa realizada em Canavieiras – Bahia, Dumith (2012) conclui que nos últimos anos as comunidades pesqueiras artesanais vêm requisitando cada vez mais RESEXs Marinhas. Essas possuem como “princípios teóricos norteadores básicos a sustentabilidade socioecológica, o princípio da precaução, a cogestão adaptativa, a junção dos conhecimentos ecológico e científico, usos tradicionais de múltiplos recursos e processos participativos transescalares” (DUMITH, 2012, p.66).

Rosário (2009), analisando as comunidades da Reserva Extrativista Baía do Iguape em Maragogipe - Bahia atenta que nos espaços de participação da unidade é necessário que as comunidades assumam uma postura ativa, frente aos diversos atores que compõem o Conselho Deliberativo.

Na região Sudeste, Cardoso (1996) e Scheibel (2013) apresentam os conflitos decorrentes da instalação de Parques Nacionais sobre comunidades de pescadores. Como destaca Cardoso (1996) “muitas das áreas abrangidas pelos Parques fazem parte dos espaços utilizados pelas comunidades caiçaras para a feitura de suas roças, para a caça, para a extração de madeiras e fibras vegetais e mesmo para suas áreas de moradia”. O autor ressalta os conflitos estabelecidos entre comunidades de pescadores e gestores do parque, que impõem restrições de uso que impactam os modos de viver tradicionais das comunidades (p.34).

Na região Norte, Rodrigues (2014) argumenta que em Novo Airão - Amazonas, a instituição de unidades de conservação “produziu uma nova espacialidade dos espaços de uso e proteção com a criação ante ao marco legal do ideário ambiental, em prejuízo ao modo de vida dos moradores que são tratados genericamente como antrópicos” (p.37).

A **especulação imobiliária** estabelece um conflito que atinge principalmente o território onde estão instaladas as comunidades de pescadores artesanais. Os desígnios do capital avançam sobre o território ocupado pelas comunidades tradicionais, no contexto de (re)produção do espaço urbano. Todavia, a presença das comunidades é apresentada como um entrave para tal avanço, assim os mecanismos de aumento do valor da terra (solo urbano) serão tomados para pressionar os pescadores, que são na maioria das vezes posseiros, a venderem seus imóveis. As mudanças decorrentes da instalação de empreendimentos imobiliários vão progressivamente descaracterizando o território, os serviços que são instalados para a nova população residente não são acessíveis para as comunidades, e assim os pescadores vão procurando outras áreas onde encontrem condições mais adequadas para a sua reprodução social.

Carlos (2015) esclarece que no processo de mundialização (relação global/local) ocorre o movimento de produção do espaço urbano da passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro. Este último se realiza através dessa reprodução, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário”. “Nesse momento, a

mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação (prioridade) das aplicações financeiras: da realização do ciclo industrial da mercadoria à produção do imobiliário" (CARLOS, 2015, p.26). Nesse contexto, o Estado, através do poder local, intervém no processo de produção da metrópole. Para isso, reforça a hierarquia dos lugares, "criando novas centralidades, expulsando para a periferia os antigos habitantes, recriando um espaço de dominação e impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta)" (p. 27). Contudo, esse processo não se dá sem lutas:

> As lutas surgem a partir de relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução lato sensu, o que faz com que as batalhas se resolvam pelo jogo político das forças sociais. Isso tem colocado, no centro do debate, o direito à cidade como possibilidade de questionamento sobre as formas de atuação do poder público – em que o espaço se revela instrumento político intencionalmente organizado e manipulado por meio de um poder que se realiza enquanto estratégia de classe –, bem como diante das condições de vida precarizada. Questiona-se, assim, o processo de valorização aliado às estratégias dos empreendedores imobiliários que reproduzem um espaço voltado aos interesses particulares do grande capital, e que, ao intervirem no urbano, interferem na prática socioespacial e, com isso, nos modos de apropriação do espaço da vida (CARLOS, 2015, p. 34).

Na região Nordeste, Figueiredo (2013) apresenta que em Canavieiras - Bahia, os próprios investimentos em turismo levaram a intensificação da especulação imobiliária. Para Lima (2002) desde a década de 1980 o modelo de desenvolvimento socioeconômico nordestino passou a pressupor a valorização e a ressignificação da zona costeira e seus atrativos para o turismo. O litoral passa a ser um mercado, o que fez emergir conflitos entre comunidades e empreendedores imobiliários.

A elevação dos preços dos terrenos aparece como um dos principais fatores que provocaram a retirada das famílias de pescadores por pressão da especulação imobiliária. Segundo Costa (2015), consequentemente há o deslocamento das comunidades, uma vez que há a "alteração do valor das moradias à beira-mar, alimentado por um processo especulativo de valorização que transforma lentamente os loteamentos em investimentos para a classe média e intensifica a urbanização litorânea". Evidenciam-se então "ruas fantasmas próximas à praia constituem a paisagem de muitos lugares antes ocupados por comunidades de pescadores e que passaram a se configurar como lugar de veranistas, onde as segundas residências predominam" (COSTA, 2015, p. 48).

Costa (2010) em Acapuí - Ceará aponta que "a compra de áreas próximas ou mesmo nas praias para loteamento tem elevado o preço dos terrenos, favorecido à especulação imobiliária e, cada vez mais, forçando parte dos habitantes das comunidades pesqueiras a se retirar de seu espaço" (p. 42). Também no Cumbuco - Ceará a "especulação imobiliária com a busca de espaços para instalação de hotéis, pousadas e restaurantes à beira-mar houve

uma supervalorização dos imóveis, prejudicando a vila dos pescadores" como identifica Moraes (2010). Logo, o turismo e especulação imobiliária são impactantes no litoral devido a "supervalorização de áreas, desapropriação dos moradores nativos e descaracterização do ambiente natural de moradia e trabalho da comunidade local ou tradicional" (p.100).

Nunes (2011) no Povoado Mosqueiro - Sergipe, compreende que frente à especulação imobiliária as comunidades resistem. A urbanização e especulação imobiliária "hoje privatiza os espaços que correspondem ao Povoado Mosqueiro, o que diminui e mesmo impede a coleta de frutas, o cultivo de roçados e de pequenos animais e o próprio acesso dos pescadores a algumas partes da margem do rio" (p. 51).

Na região Sudeste, Ferreira (2013) destaca os conflitos na Ilha do Governador - Rio de Janeiro entre "ocupação histórica – que se deu por concessão e mediante o controle da Marinha, e apesar de não estar mais na área dessa instituição ainda mantém um estreito relacionamento com a mesma, como herança de outros tempos" e especulação imobiliária, com a valorização da terra e atração de novos moradores, que "também estão sendo influenciados por processos de urbanização do presente e por aquelas que buscam abrigar-se longe da violência, tão comum na cidade" (p. 80).

Na região Sul, Machado (2013) ressalta que em Barra Velha - Santa Catarina incorporadores imobiliários, aliados aos cartórios de registros de imóveis, pressionaram os moradores posseiros, apresentando-se como donos dos imóveis. Segundo a autora, eram feitas propostas de baixo valor e abusando da falta de conhecimento jurídico das pessoas, as convenciam a vender os lotes. Assim, "A praia da Península, que por décadas, abrigou a antiga vila de pescadores (também pertencente à Colônia Z4), com a valorização imobiliária e o loteamento da prefeitura, tornou-se, por um tempo, área nobre da cidade" (p. 66).

Além dos contextos apontados, a análise das dissertações e teses permitiu reconhecer, embora em número menos expressivo, a presença de outras atividades promotoras de conflitos por território como: comercialização de pescado, representatividade dos pescadores, urbanização, industrialização, aquicultura, portos, pesca amadora e esportiva, institucional, pesca industrial, geração de energia e normatizações (DE PAULA, 2018A).

Conclusões

É importante frisar que os conflitos por território, embora apresentados de forma distinta nesse artigo, estão correlacionados aos impactos ambientais e disputas no território, como é defendido por DE PAULA (2018a). Também pretendeu-se evidenciar no texto que se tratando de conflitos por território na pesca artesanal, embora apresentados a parte, questões fundiárias, turismo e especulação imobiliária, principalmente, se manifestam de forma

associada. Ressalta-se também, que a manifestação de conflitos por território se distingue regionalmente no Brasil.

Na região Nordeste, o turismo é apontado como principal atividade que entra em conflito por território com as comunidades de pescadores. A valorização da paisagem associada aos corpos d'água tem atraído grandes empreendimentos turísticos para a região, como *resorts*. Contudo, tal instalação tem impactado o modo de viver tradicional das comunidades e frequentemente a "privatização" das praias públicas tem inviabilizado a atividade pesqueira.

Estão associadas a essa atividade os conflitos fundiários e a especulação imobiliária. Sendo os pescadores posseiros, por iniciativa do próprio Estado, que visa a modernização, são desapropriados de suas terras e alocados em áreas periféricas da cidade, por vezes longe dos pesqueiros. As comunidades que resistem sofrem ofensivas diárias e a negação de serviços básicos, como abastecimento de água e luz. A especulação imobiliária também age nesses contextos, aumentando o valor da terra e promovendo o oferecimento de serviços que não são acessíveis aos comunitários até que os mesmos não tenham mais condições de sobreviver no local e aceitem vender a terra.

Na região Sul, o conflito com unidades de conservação é o mais evidente nos trabalhos analisados. O estabelecimento dessas unidades impede a reprodução social do pescador em dois sentidos. Primeiro, tem seu modo de vida impactado com normas que são alheias ao lugar, sendo que os pescadores não são consultados na elaboração das regras a que são submetidos. Segundo, porque o zoneamento das unidades costuma gerar áreas de exclusão da pesca, o que impede que os pescadores acessem pesqueiros tradicionais.

Conflitos fundiários também ocorrem na região Sul, considerando que geralmente as áreas ocupadas pelas comunidades são "posses", o que lhes deixam sujeitos a desocupações em situações em que são propostos projetos públicos e/ou privados que prometem o desenvolvimento do potencial econômico do local.

Na região Norte o principal conflito por território é fundiário. As comunidades resistem à grilagem de terras e desapropriação promovida por agentes privados e públicos que visam à instalação de grandes projetos na região Amazônica. Compreendendo que o território pesqueiro é água "onde está o recurso pesqueiro" e terra "onde está a comunidade" essa problemática dialoga com aqueles que abordam a questão agrária, sobretudo a relação entre pequenos agricultores e latifundiários.

Na região Sudeste, efetivamente, a urbanização chegou ao território pesqueiro, e se intensificaram conflitos decorrentes da especulação imobiliária. Conflitos fundiários também são apontados, sobretudo em casos de comunidades que resistem em seus territórios tradicionais. Contudo, frequentemente são despejadas e alocadas em periferias urbanas erodindo a tradição comunitária e os saberes da pesca.

Destacam-se também os conflitos relacionados com a instalação de Unidades de Conservação, sobretudo as de proteção integral que proíbem a presença das comunidades e o exercício da pesca artesanal em seu território.

Na região Centro-Oeste o principal conflito decorre da configuração fundiária. Neste sentido o avanço do agronegócio sobre as comunidades tradicionais ocorre de forma ainda mais violenta. Também são incorporadas às fazendas as áreas de beira de rio, o que impede o acesso dos pescadores ao rio e seus pesqueiros. Essas mesmas fazendas promovem outra atividade que entra em conflito com os territórios tradicionais de pesca - a pesca esportiva.

Diante desse quadro de conflitos por território, que tem impedido a manutenção de territórios e territorialidades tradicionais, os pescadores artesanais brasileiros resistem e criam estratégias para a permanência das comunidades em seus territórios. Assim, constituem território de luta e, enquanto comunidades tradicionais, recorrem a políticas públicas que garantam a presença no território (Reservas Extrativistas - RESEX, Acordos de Pesca, Termos de Autorização do Uso Sustentável - TAUS, etc.) e reivindicam a garantia do território das comunidades tradicionais de pescadores artesanais (projeto de lei de iniciativa popular do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP).

Referências

BARBOSA, Aline Miranda. **Povos e Comunidades Tradicionais em Luta Pelo Território**: Interseções e Tensões entre a Questão Agrária e a Questão Ambiental. 170p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, 2007.

BRASIL, **Decreto Nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 12 out 2017.

BRASIL, **Lei Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso 24 ago 2016.

BRASIL, **Portaria Nº 89**, de 15 de abril de 2010A. Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais. Disponível em: file:///C:/Users/cqpge/Downloads/Portaria%2089-2010%20TAU.pdf. Acesso em 12 out 2017.

BRASIL. **Instrução Normativa Ibama N° 29**, 31 de dezembro de 2002. Estabelece critérios para regulamentação de acordos de pesca pelo IBAMA, 2002. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0029-311202.PDF. Acesso 10 dez 2013

CAMARGO, Cézar Pardo Mêo Pompêo de. **Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ** (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta

Negra e Martim de Sá). 239p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Vitoreiros e Monteiros**: Ilhéus do Litoral Norte Paulista. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Editora CONTEXTO, 2015. 192p.

CAVALCANTE, Eider Olivindo. **Modernização seletiva do litoral**: conflitos, mudanças e permanências da localidade de Cumbuco (CE). 138p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CHAMAS, Cintia Aparecida Pereira Costa. **A Gestão de um Patrimônio Arqueológico e Paisagístico**: Ilha do Campeche/ SC. 263p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

COSTA, Carlos Rerissom Rocha da. **O Litoral do Maranhão, entre Segredos e Descobertas**: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil. 266p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí – Ceará**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010

CRUZ, Valter Carmo. **Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia**. 368p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CRUZ, Valter Carmo. Pela **Outra Margem da Fronteira**: Território, Identidade e Lutas Sociais na Amazônia. 201p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal:** fórum Delta do Jacuí. 139 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. 451 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018A.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n.41, p. 79 - 106, set./dez. 2018B.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DUMITH, Raquel Carvalho. **Dinâmicas do Sistema de Gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras (BA)**: análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

FARIAS, Ariadne Sílvia de. **A educação ambiental chega de barco na vila de pescadores da Barra do Superagui**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Oeste do Paraná, Francisco, Beltrão, 2009.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. **Controle do território, identidade e existência**: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

FIGUEIREDO, Marina Morenna Alves de. **Trabalho e participação político-social das pescadoras na RESEX Canavieiras - BA**. 116p.Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

GUEDES, Eneias Barbosa. **Território e Territorialidade de Pescadores nas Localidades Céu e Cajuuna Soure-Pa**. 161p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

HEIDRICH, Álvaro Luís. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In. PEREIRA, Sélvia; COSTA, Benhur. **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp.25-36.

LEFF. Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Maria do Céu. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará território**, costumes e conflitos. 220p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACHADO, Cristina Buratto Gross. **O território da pesca artesanal da Colônia Z4, Barra Velha, SC**: o paradoxo entre a tradição e a modernidade. 117p. Dissertação (Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2013.

MORAES, Lúcia de Fátima Saboia de. **Para onde sopram os ventos de Cumbuco?** Impactos do turismo no litoral de Caucaia, Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria Alexandre e Maria Alice Sam. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, Edgar. **O método 1**: a natureza da natureza. Tradução de Ilana Heineberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MPP. **Projeto de Lei de Iniciativa Popular para o reconhecimento, proteção e garantia do território das comunidades tradicionais pesqueiras**, 2012. Disponível em: http://documentospeloterritorio.blogspot.com.br/. Acesso 10 dez 2013.

NUNES, Shauane Itainhara Freire. **A Pesca Artesanal como Mediação da Relação Homem Natureza**: Permanência e Resistência dos Pescadores nas Comunidades Pesqueiras do Povoado Mosqueiro/Aracaju-SE. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PAULA, Edson de. **Vilegiatura marítima na Região Metropolitana de Fortaleza**: análise de impactos socioambientais. 147p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. **La Guerra Infinita**: Hegemonía y terror mundial, Buenos Aires, p. 217-256, 2002. Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar Acesso 2011-01-05.

PRADO, Zenildo Crisostomo do. **Uso Comum da Terra e do Rio**: Conflitos e Resistência do Camponês Ribeirinho no Município de Santo Antônio de Leverger-MT. 226p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiaba, 2015.

QUEIROZ, Sebastião Sampaio. **A pesca e a comercialização dos bagres no médio rio Solimões** –Tefé (AM). 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Títulos del Programa Sur-Sur: CLACSO, 2005. Pp. 107-130.

RAFFESTIN, Claude, BARAMPAMA, Angelo. Espace et pouvoir. In: BAILLY Antoine. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris : Armand Colin, 1998. p. 63-71

RAFFESTIN, Claude. De la nature aux images de la nature. **Espaces et Sociétés**, n. 82-83, p. 37-52, 1996.

RAFFESTIN, Claude. Ecogenèse territoriale et territorialité. In: AURIAC F., BRUNET R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard & Fondation Diderot, 1986A. p. 175-185

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Punti di riferimento per una teoria della territorialita' umana. In: COPETA Clara. **Esistere e abitare**. Prospettive umanistiche nella Geografia francofona. Milano : Franco Ageli. pp. 75-89, 1986C.

RAFFESTIN, Claude. Territorialité: concept ou paradigme de la géographie sociale? **Geographica Helvetica**, no. 2, pP. 91-96, 1986B

RAFFESTIN, Claude; BRESSO, Mercedes. Tradition, modernité, territorialité. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 2668, p.185-198, 1982.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe - Santo Amaro (BA)**. 262p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RODRIGUES, Francisco Gleison de Souza. **O Agronegócio da Carcinicultura Marinha e os Conflitos Sociais e Ambientais de Uso e Ocupação do Estuário do Rio Jaguaribe no Município de Aracati-CE**. 122p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

RODRIGUES, Fúlvia Maria Gomes. **Unidades de Conservação, pesca e modo de vida**: contradições. 123p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos Cebrap**, N. 79, 2007, pp. 71-94.

SAQUET, Marco. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A., et al. **A Emergência da Multiterritorialidade** – A Ressignificação da Relação do Humano com o Espaço. Canoas, Porto Alegre: ULBRA, UFRGS, 2008. p. 47-60.

SCHEIBEL, Carlos Roberto. **Práticas, técnicas e geossímbolos da cultura da pesca vernácula na paisagem fluvial de Pitangui-Juntuva – Região de Campos Gerais** (PR). 120p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

SILVA, Christian Nunes da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves** – PA. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Religar a Geografia**: natureza e sociedade. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017, 179p.

TAPIA, Luis Mealla. **Política Salvaje.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO: La Paz, 2008. 122p.

Sobre o autor

Cristiano Quaresma de Paula – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorando na Universidade Federal do Pará (UFPA). **OrcID** – http://orcid.org/0000-0002-0220-909X.

Como citar este artigo

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 180-204, jan.-abr., 2020.

Recebido para publicação em 17 de abril de 2019.
Devolvido para a revisão em 28 de setembro de 2019.
Aceito para a publicação em 06 de outubro de 2019.

A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ

Guilherme Freitas Ewald Strauch
Superintendência de Desenvolvimento Sustentável – Secretaria de Agricultura Abastecimento e Pesca do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil
e-mail: gstrauch58@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da permanência do campesinato no mundo atual, e da ampla diversidade de suas formas e estratégias de resistência frente aos intensos processos de territorialização do capital. Destaca a necessidade de analisar a ampla pluralidade e heterogeneidade da presença do campesinato, bem como a multidimensionalidade existente relacionadas às suas dinâmicas nos territórios. O objetivo deste artigo é descrever parte da história social do campesinato em Paraty/RJ, identificando as formas e as estratégias de resistência camponesa presentes nesse território nas últimas 6 décadas. A metodologia empregada privilegiou o aspecto qualitativo da pesquisa, de valorização dos camponeses como sujeitos da história. Os resultados apontam para a existência de um campesinato multicultural, heterogêneo, mas possuidor de diversas características comuns. Neste território, as estratégias de resistência camponesa ao avanço do capital têm sido variadas, e têm ocorrido desde o interior das unidades de produção e consumo, no cotidiano, e se ampliam para aquelas exercidas de forma coletiva, pelos movimentos sociais, em fóruns e espaços de gestão social, e através das redes temáticas e de articulação política.

Palavras chave: Territorialização; resistência camponesa; movimentos sociais; multiculturalidade.

The territorialization of capital and peasant resistance strategies in Paraty/RJ

Abstract

This article deals with the permanence of the peasantry in the present world, and the wide diversity of its forms and strategies of resistance against the intense processes of capital territorialization. It highlights the need to analyze the wide plurality and heterogeneity of the presence of the peasantry, as well as the multidimensionality that exists in relation to its dynamics in the territories. The objective of this article is to describe part of the social history of the peasantry in Paraty/RJ, identifying the forms and strategies of peasant resistance present in this territory in the last six decades. The methodology used privileged the qualitative aspect of the research, of valorization of the peasants as subjects of history. The results point to the existence of a multicultural peasantry, heterogeneous and possessing several common characteristics. In this territory, strategies of peasant resistance to the advance of capital have been varied and have occurred from the interior of the production and consumption units, in the daily life, and are extended to those exercised collectively, by social movements, in forums and spaces social management, and through thematic networks and political articulation.

Keywords: Territorialization; peasantry resistance; social movements; multiculturalism.

La territorialización del capital y las estrategias de resistencia campesina en Paraty/RJ

Resumen

Este artículo trata de la permanencia del campesinado en el mundo actual, y de la amplia diversidad de sus formas y estrategias de resistencia frente a los intensos procesos de territorialización del capital. Destaca la necesidad de analizar la amplia pluralidad y heterogeneidad de la presencia del campesinado, así como la multidimensionalidad existente relacionada con sus dinámicas en los territorios. El objetivo de este artículo es describir parte de la historia social del campesinado en Paraty/RJ, identificando las formas y las estrategias de resistencia campesina presentes en ese territorio en las últimas seis décadas. La metodología empleada privilegió el aspecto cualitativo de la investigación, de valorización de los campesinos como sujetos de la historia. Los resultados apuntan a la existencia de un campesinado multicultural, heterogéneo y poseedor de diversos rasgos comunes. En este territorio, las estrategias de resistencia campesina al avance del capital han sido variadas, y han ocurrido desde el interior de las unidades de producción y consumo, en el cotidiano, y se amplían para aquellas ejercidas de forma colectiva, por los movimientos sociales, en foros y espacios de gestión social, ya través de las redes temáticas y de articulación política.

Palabras clave: Territorialización; resistencia campesina; movimientos sociales; multiculturalidad.

Introdução

Este artigo trata da permanência do campesinato no mundo atual, e da ampla diversidade de suas formas e estratégias de resistência frente aos intensos processos de territorialização do capital. Destaca a necessidade de analisar a ampla pluralidade e heterogeneidade da presença do campesinato, bem como a multidimensionalidade existente relacionadas às suas dinâmicas.

A identificação e a análise da variedade das formas de vínculo com a terra, das estratégias de reprodução social e de obtenção de renda monetária, dos modos de apropriação dos recursos naturais e da diversificação produtiva existentes, têm grande relevância para a compreensão das estratégias de resistência e permanência histórica do campesinato nos territórios.

O objetivo deste artigo é descrever parte da história social do campesinato em Paraty/RJ, identificando as formas e as estratégias de resistência camponesa presentes nesse território nas últimas seis décadas.

A escolha de Paraty como local de estudo reside no fato de ser um território com uma grande diversidade cultural e ecológica, onde ainda estão presentes as formas camponesas de apropriação dos recursos naturais, mas que vem sofrendo um processo constante de territorialização do capital, sob diversas formas, desde meados do século passado.

O presente texto parte do princípio de que existe uma importância decisiva do campesinato no mundo atual, devido à enorme relevância de sua contribuição para a

soberania e a segurança alimentar, para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, para a conservação da biodiversidade, e para a construção e manutenção de uma memória biocultural. Essa importância também está baseada na sua ampla presença no mundo, onde representa a imensa maioria da população rural mundial, responsável pela produção da maior parte do alimento consumido no mundo.

Este artigo apresenta inicialmente uma breve descrição do campo de pesquisa e dos distintos grupos sociais presentes no território, além da metodologia utilizada. Em seguida são desenvolvidos o tema dos conflitos fundiários e da resistência territorial camponesa, em duas partes. A primeira reconstitui parte da história de luta pela terra empreendida pelos camponeses em Paraty, nas últimas seis décadas, como as (violentas) ações executadas pelos grileiros (tanto pessoa física como grandes grupos empresariais), a mobilização social para a instalação dos projetos de reforma agrária, a articulação política na luta das comunidades caiçaras, até chegar aos conflitos atuais em relação à presença das populações tradicionais nas (e ao redor das) áreas das unidades de conservação ambiental. Nesse percurso, são apresentadas as estratégias utilizadas pelos camponeses para esse enfrentamento, pelos distintos grupos e em diferentes momentos, tendo como marco referencial para a intensificação dos conflitos fundiários a construção da rodovia Rio – Santos na década de 1970.

Na segunda parte do artigo são identificadas algumas estratégias coletivas mais atuais, desenvolvidas através das alianças com outros grupos sociais, nas lutas políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais em defesa do território, e de articulação política pela participação em redes multitemáticas e, também, nos espaços de gestão e controle social de instâncias governamentais. Finalmente o artigo é concluído com algumas considerações finais e a indicação de referências bibliográficas utilizadas na sua construção.

Campo de estudo e procedimentos metodológicos

O campo de estudo desta pesquisa é o município de Paraty, que está situado na região da Baía da Ilha Grande, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. Toda a área do município (925 km²) encontra-se sob o domínio do bioma da Mata Atlântica, com altas temperaturas e regimes pluviométricos abundantes, sem estação seca. Nestas condições o crescimento da floresta é constante, num ambiente de alta eficiência na captação de energia solar, absorção de nutrientes, água da chuva e atmosfera. Diante desse potencial, Dean (1996) ressalta a abundante evidência de um longo processo coevolutivo entre Natureza e sociedade, e destaca alguns exemplos que caracterizam a Mata Atlântica como um sistema de grande complexidade, mas que ao mesmo tempo pode se tornar um aspecto de sua vulnerabilidade, em caso de intervenção e supressão extrema.

Em Paraty encontram-se grupos de populações tradicionais, como caiçaras e quilombolas e, também, indígenas Guarani Nhandeva e Mbyá. No caso dos caiçaras, há todo um modo de vida próprio, que é baseado na produção material e não material, na diversidade de manejo dos vários ambientes como uma estratégia multiuso do território (TOLEDO, 1993),na valorização do lugar, num profundo conhecimento dos ciclos naturais e na dependência deles para sua sobrevivência, no uso de técnicas com baixo impacto ambiental, e no conhecimento gerado e transmitido pela oralidade. O modo de vida caiçara é baseado na associação entre a agricultura tradicional e pesca artesanal, e ocupação de territórios descontínuos no litoral das regiões sul e sudeste (DIEGUES, 2005).

A população quilombola é representada em Paraty por duas comunidades: o Campinho da Independência[1] e a comunidade do Cabral. Em relação à primeira, estudo realizado em 2010 identificou74 famílias, com 228 pessoas cadastradas, em 288 hectares de uso comum (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2010). Já na comunidade do Cabral foram identificadas 47 famílias, num total de 163 pessoas cadastradas.

O mesmo estudo também identificou 4 aldeias Guarani em Paraty, sendo uma do subgrupo Nhandeva (Tekoa Rio Pequeno), e outras 3 do subgrupo Mbyá, com um total de 39 famílias e 126 pessoas cadastradas (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2010.). Em relação aos Guarani-Mbyá, destaca-se o fato de que sua concepção de território apresenta uma dinâmica própria entre seus vários núcleos, expressa pela mobilidade entre as aldeias de diversas regiões, o que permite a apreensão de seu território, e se constitui como essencial à reprodução de seu modo de vida (LADEIRA; FELIPIM, 2004).

Paraty foi um núcleo de povoamento desde a época do Brasil Colonial, fundada provavelmente em 1531, numa região habitada originalmente por indígenas tupinambás e guaianás. Seu porto teve uma importância comercial muito grande até o século XVIII, pois foi através dele que escoava o ouro explorado em Minas Gerais em direção à Europa. A existência dos portos tanto em Angra dos Reis como em Paraty, em épocas passadas, contribuiu para a expansão comercial desses núcleos (PACHECO, 1983; MELLO, 2005).

Com o declínio da atividade mineradora, inicia-se a produção de açúcar e cachaça em Paraty, sendo registrada a existência de cerca de 100 engenhos de produção de cachaça e 12 de produção de açúcar no final do século XVIII (MELLO, 2005). Em seguida, já em princípios do século XIX, tem início o ciclo do café em Paraty, quando muitas fazendas abandonaram o cultivo da cana e dedicaram-se ao cultivo daquela cultura, muito mais rentável economicamente à época.

[1]Esta foi a primeira comunidade quilombola a ser titulada no Estado do Rio de Janeiro, em 21 de março de 1999, com o cumprimento do artigo 68 do ADCT, da Constituição de 1988. A luta pela titulação das terras passa pela formação da AMOQC – Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho, em 1994.

Entretanto, na década de 1870, instala-se um novo período de declínio econômico em Paraty, devido à construção da Estrada de Ferro Pedro II que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo (passando pelo Vale do Paraíba), o que afasta e isola a cidade da rota do comércio do café. Este processo atingiu inicialmente os povoados mais afastados da cidade e as fazendas, o que gerou um abandono das terras pelos fazendeiros e a consequente fragmentação da grande propriedade. Há então um movimento de apossamento das terras abandonadas por parte do campesinato, no início do século XX, com a produção de culturas básicas, como milho, feijão, mandioca, arroz e banana (PACHECO, 1983; MELLO, 2005).

O presente artigo é baseado na tese de doutorado do autor, em Agroecologia. Por isso, sua opção metodológica se vale das múltiplas possibilidades geradas pela abordagem agroecológica, privilegiando o aspecto qualitativo da pesquisa, de aproximação entre o sujeito e o objeto e, portanto, de valorização dos camponeses como sujeitos da história.

Os níveis de análise variaram entre o da unidade de produção familiar (com as histórias de vida de seus integrantes), o de estilos de manejo de recursos naturais[2], e o de território, situando este último próximo ao nível de sociedade local, de acordo à sistematização sociológica dos métodos e técnicas de pesquisa em Agroecologia (GUZMÁN CASADO, SEVILLA GUZMÁN, GONZÁLEZ DE MOLINA, 2000). A metodologia empregada nesse trabalho privilegiou a pesquisa-ação participativa, para destacar os elementos de manutenção e revitalização da existência da condição camponesa em Paraty, ao redor de identidades territoriais específicas, e de gestão dos processos de desenvolvimento local. As técnicas utilizadas nesta pesquisa situam-na tanto dentro da perspectiva estrutural como da dialética.

Dentro da perspectiva estrutural foram utilizadas algumas ferramentas e técnicas para acessar as histórias de vida, pessoais e familiares, como elementos de valorização do ser humano como sujeito de estudo. Desta forma foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os camponeses que vivem no território, durante um período intercalado de 4 anos de pesquisa. Além disso, foram também desenvolvidas a análise de conteúdo, a consulta à bibliografia específica (livros, artigos e teses), e a pesquisa documental em jornais e material audiovisual, como vídeos e documentários.

Em relação à perspectiva dialética, o trabalho buscou a valorização e o apoio às dinâmicas endógenas, onde o "objeto" de pesquisa é considerado como o sujeito (pois na verdade é o protagonista), o conhecimento gerado é propositivo – transformador, e por fim, seu objetivo é a transformação social. Presente nas duas perspectivas integrantes deste trabalho, o exercício de observação participante foi realizado pelo autor desta pesquisa basicamente de duas formas: na função de assessor técnico junto aos agricultores

[2]Esta categoria analítica é definida como o conjunto de explorações agrícolas com o emprego de tecnologia análoga, originário de uma base de conhecimento local comum e, estratégias de produção, reprodução e consumo semelhantes (GUZMÁN CASADO, SEVILLA GUZMÁN, GONZÁLEZ DE MOLINA, 2000).

assentados dos três projetos de Reforma Agrária existentes no município de Paraty, durante 18 meses, e como integrante do grupo de coordenação política da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro[3].

A territorialização do capital em Paraty: conflitos e ameaças ao campesinato

Este tópico refere-se à caracterização do processo intenso de desterritorialização ocorrido em Paraty nas últimas seis décadas, com a descrição dos elementos integrantes desse processo, baseado em pesquisa de campo (entrevistas) e pesquisa documental. Há uma reconstituição de parte da história de luta pela terra empreendida pelos camponeses em Paraty, nas últimas seis décadas, sendo esse o período ao qual se teve acesso aos registros dos conflitos fundiários mais comumente relatados, seja através dos relatos baseados nas histórias de vida dos entrevistados, seja através de pesquisa bibliográfica (livros, artigos e vídeos). De toda forma, há a compreensão de que não seria possível, no escopo desse texto, descrever de maneira detalhada todos os conflitos existentes em Paraty durante o período das últimas seis décadas.

Após a abertura da estrada de ferro Rio – São Paulo, e o consequente período de declínio econômico da região, inicia-se a abertura da rodovia Paraty – Cunha (São Paulo) em 1955, o que ocasiona uma valorização das terras em Paraty e, em decorrência disso, inicia-se um processo violento de apropriação de terras dos caiçaras. Com base nas entrevistas realizadas com os camponeses, durante a pesquisa de campo, mas também baseado em fontes bibliográficas (SIQUEIRA, 1984; FRANCESCO, 2010), foi nessa mesma década que ocorreu a primeira investida de um grileiro sobre territórios caiçaras em Paraty.

Essa investida começa com a compra dos títulos da Fazenda Santa Maria, vizinha à praia do Sono, por Gilbrail Tannus em 1950. Segundo relatos de moradores, descrito por Siqueira (1984), a praia do Sono chegou a ter 200 famílias, que produziam banana, farinha, peixe seco, ovos, feijão e milho. A partir de 1964, a pressão e intimidação sobre os caiçaras aumenta e, além área da praia do Sono, Gilbrail também reivindica a propriedade das praias de Ponta Negra, Antigo Grande e Antigo Pequeno. O grileiro usa métodos como coação, para que os caiçaras assinem escrituras de comodato e, posteriormente sejam expulsos de suas terras. Assim, de legítimos proprietários das terras passam a ser considerados apenas inquilinos das terras. As formas de intimidação são variadas, com a soltura de búfalos nas lavouras dos caiçaras e entrando na escola do local, até a presença de seguranças armados impedindo a construção de novas casas e a livre circulação dos moradores. Diante disso,

[3]A AARJ é uma rede de organizações, coletivos e instituições da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências, busca se articular no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas. Sua formação ocorreu em 2006.

muitos moradores acabam sendo expulsos da praia do Sono e, em 1984, restavam somente 36 famílias no local, espremidas em 23 casas, pois eram impedidos de construírem novas residências (Siqueira, 1984).

O documentário Vento Contra (1981)[4] traz diversos relatos indignados dos caiçaras sobre os métodos violentos empregados por Gilbrail Tannus para invadir suas terras:

> Isso aqui é habitado desde o tempo dos escravos, meu avô era nascido nesse lugar, não só o meu não, mas o desses todos que estão aqui. Meu primo ali, meu cunhado, tudo ali. Ninguém tem papel de posse, nunca ninguém requereu" (...) "Nós somos daqui, (...) a 4ª geração, nosso avô e bisavô, todos somos daqui. E nós somos daqui e não temos direito de fazer nossa casa, na nossa posse? Isso aqui era largado, inclusive pelas autoridades, então ele (*o grileiro*) veio e grilou isso aqui" (...) "Neste local havia 200 famílias; hoje a Praia do Sono faz parte da Fazenda Santa Maria, e restam apenas 26 famílias. Não pode mais fazer roça, os búfalos acabaram com as nossas roças de banana, nós tinha (sic) um monte de banana e o búfalo acabou com elas.

Embora tenha havido um processo de resistência organizada dos caiçaras contra as ações para sua expulsão definitiva na praia do Sono e, a consequente instauração de uma ação judicial que diminuiu a pressão sobre eles, a luta dos moradores dessa praia para sua permanência em seu território continua até hoje, inclusive com a existência de conflitos com as unidades de conservação ambiental (ver Lourival et al, 2019).

Um marco na aceleração do processo de desterritorialização camponesa em Paraty se dá no início dos anos 1970, com a construção da rodovia Rio - Santos. O contexto político e econômico dessa obra se insere na época do chamado "milagre econômico", no período da ditadura militar no Brasil, cujo direcionamento era de implantação de grandes projetos e obras de infraestrutura rodoviária, como a construção da rodovia Transamazônica e a ponte Rio – Niterói, além incentivos à construção de distritos industriais, portos e estaleiros.

Em um artigo que aborda os processos e transformações ocorridos no litoral sul fluminense, Pacheco (1983) analisa os fundamentos para a construção da rodovia Rio – Santos, os quais estão baseados nos estudos de viabilidade econômica realizados pela empresa construtora. Estes estudos indicam que "a rodovia Rio Santos é sem dúvida o fator dominante do processo para o desenvolvimento e definitiva incorporação da orla marítima em causa, à civilização maior da região a que pertence" (PACHECO, 1983, p.4). É atribuído à rodovia um papel político e estratégico para a doutrina de Segurança Nacional, de integração da região de maior peso econômico do Brasil, e de atendimento às necessidades do capital já instalado na região, onde se encontram as duas maiores áreas metropolitanas (Rio de Janeiro e São Paulo), os dois maiores portos e a maior parte da atividade industrial e econômica do país. Ao analisar os elementos presentes nos estudos prévios realizados pela

[4] Documentário em 16 mm realizado por Adriana Mattoso em 1981, conta a luta dos caiçaras nas Praias do Sono, Trindade e Ponta Negra. A narração e os diálogos presentes no filme foram transcritos livremente pelo autor deste artigo. O acesso e a disponibilidade da obra estão indicados no item referências, ao final desse artigo.

empresa construtora da rodovia, Pacheco (1983, p. 4 - 5) destaca que havia claramente uma ideologia modernizadora direcionada à região, inclusive de “revolução” da estrutura agrária, considerada no estudo como “primitiva e geradora de tensões”.

Essa análise sobre o papel da rodovia Rio Santos e os seus impactos no litoral sul fluminense também é realizado por Siqueira (1984) em seu livro Genocídio dos Caiçaras. Para essa autora, a explicação para a enorme valorização das terras dos caiçaras e seu interesse por grandes grupos econômicos tem como base o projeto TURIS da extinta EMBRATUR, que mostra que a rodovia Rio Santos - BR 101 “foi concebida para atender às necessidades do escoamento das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo” (SIQUEIRA, 1984, p.71). Além desse propósito ao capital, a rodovia Rio Santos também viabilizou a exploração turística da região, abrindo perspectivas de investimentos de grandes grupos empresariais. Dessa forma, “há uma redefinição do uso da terra, transformada em mercadoria e extremamente valorizada” (SIQUEIRA, 1984, p. 71).

O Governo Federal cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB, em fevereiro de 1971, com área de 136.000 hectares, para preservar a região da expansão dos interesses econômicos sobre ela. Durante o governo Médici, Paraty e Angra dos Reis são consideradas áreas prioritárias para fins de reforma agrária. Entretanto, o crescente interesse por parte das empresas privadas na região, principalmente após a construção da rodovia Rio Santos, faz com que o Estado destine essas áreas em benefício do capital privado ou do poder público, como descrito nos parágrafos seguintes.

Embora os conflitos fundiários na região de Paraty e Angra dos Reis tenham origem em décadas anteriores, eles se intensificam a partir da abertura da rodovia na década de 1970. Nas entrevistas feitas durante a pesquisa de campo deste trabalho, aparece um discurso de certa forma ambíguo, quando se mencionam os efeitos da construção da rodovia Rio Santos na região, conforme o relato do camponês Valdevino dos Remédios, morador em São Roque/Paraty:

> Em 1971 veio a Rio – Santos, e aí veio a miséria, (...), veio o progresso, mas veio também a miséria para Paraty. Porque os grandes (*empreendimentos*) vieram estocando a terra, e não foi só na zona rural, mas (*aconteceu*) com os caiçaras também, o que acontecia aqui acontecia com os caiçaras também. (Valdevino dos Remédios[5]).

Durante a década de 1970 e início da década seguinte ocorre um dos maiores conflitos em Paraty, devido a sua duração (foram 9 anos de luta e resistência!) e simbolismo, e que envolveu os caiçaras moradores da praia de Trindade e empresas de capital imobiliário. O conflito tem início no projeto TURIS, já mencionado anteriormente, e que classifica Trindade como sendo de categoria A, reservada (de acordo com o projeto) para classes sociais de

[5]Entrevista concedida em 18/04/2014; ver em Strauch (2016).

maior renda. Justamente na época de criação do projeto, em 1972, os títulos da área de 1.403 hectares da fazenda Laranjeiras (que incluía além da praia de Laranjeiras, Cachadaço, Galhetas, Vermelha, Brava, de Fora e Picinguaba) foram vendidos pelo ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico S.A. por US$ 1 milhão. Esta empresa, por sua vez, pertencia à uma empresa de nome ADELA - *Atlantic Development Group for America Latina*, na verdade uma holding de 227 empresas multinacionais com sede em Luxemburgo.

Um fato relevante nesse ponto da história mostra que há uma "coincidência" de interesses, pois no exato dia em que ocorre um desmembramento de parte da área do Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB (criado em 1971), a ADELA se torna concessionária dos 34.000 hectares desmembrados da área original, e que vem a corresponder exatamente à área da praia de Trindade. Nessa mesma época, vários decretos governamentais de desapropriação de terras com objetivos sociais são revogados, de forma que o turismo passasse a ser prioridade para essas áreas, e essas pudessem ser negociadas a grupos privados. "Esta confluência de interesses entre o Estado e as empresas particulares permite a aferição de enormes lucros, principalmente para aqueles que tem acesso aos planos governamentais" (SIQUEIRA, 1984, p.72). Um exemplo dessa confluência de interesses é justamente o caso do ex-governador Carlos Lacerda, que adquire a área da Fazenda Laranjeiras para depois revendê-la a preço bem superior ao que comprou.

Várias arbitrariedades contra os caiçaras são relatadas por Siqueira (1984), como decisões judiciais não reconhecendo os limites de uma posse já garantida por lei, falsificações grosseiras de documentos e, até o estupro de duas professoras que lecionavam na escola de Trindade, por empregados da ADELA, em abril de 1978. Durante todo esse período, os caiçaras que se intimidaram com a pressão da ADELA, ou abandonaram ou venderam suas posses, e foram morar nas periferias de Paraty e Ubatuba. O movimento ambientalista ajudou na organização dos caiçaras, através da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, a qual obtém apoio de outras entidades da sociedade civil, e um advogado do escritório do jurista Sobral Pinto passa a fazer a defesa dos caiçaras. São feitas denúncias nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, inclusive através de vários jornais de grande circulação, o que faz com que os fatos ocorridos em Trindade chegassem ao exterior. As pressões sobre a ADELA foram se avolumando a ponto de a empresa considerar a impossibilidade de reverter todo o investimento feito em Trindade e, por isso, resolvem vender os títulos de terra à uma nova empresa, a COBRASINCO, de capital nacional e, também do ramo imobiliário.

Em 1981 a COBRASINCO faz um acordo com os caiçaras, reconhecendo a posse de suas terras, das áreas de roças para consumo, concedendo liberdade para a pesca e abrigo de barcos, livre acesso ao PNSB, e a garantia da preservação dos córregos e rios do

lugar. Esse acordo é considerado uma grande vitória dos caiçaras, e dos povos tradicionais, em defesa de seus territórios, ainda mais num contexto político extremamente desfavorável.

A fazenda Laranjeiras não teve o mesmo desfecho que Trindade, e após a expulsão dos moradores do lugar, o local se tornou um condomínio de luxo, com residências de grandes empresários e banqueiros, que inclui campo de golfe, heliponto e com forte esquema de segurança. A história do condomínio Laranjeiras passa também pela multinacional ADELA, e inclui a BRASCAN, essa também do ramo imobiliário e de origem canadense. Há uma tensão permanente e diversos constrangimentos impostos até hoje aos caiçaras e moradores das comunidades costeiras, os quais são obrigados a passar por dentro do condomínio (sob vigilância) para terem acesso de barco a suas comunidades. Os relatos mais atuais desses constrangimentos e as ações movidas pelo Ministério Público Federal para tentar resolver os diversos conflitos estão descritos no artigo de Rogério Daflon (2017), publicada no jornal El País (ver nas referências bibliográficas).

Na década de 1970 outro conflito significativo em Paraty envolveu a comunidade caiçara de São Gonçalinho e a multinacional White Martins, do ramo de gases industriais. Os documentos de cartório atestam que a área de São Gonçalinho pertence à União, onde se localizam as posses dos caiçaras. Mas a White Martins entrou com uma ação de reintegração de posse sobre a área, alegando ser legítima possuidora das terras, e iniciou a retirada de madeira para fazer alcatrão, e posteriormente colocou gado de corte para pressionar a expulsão dos moradores. Outros métodos de expulsão dos posseiros também foram usados, como falsas procurações para configurar contratos de arrendamento ou comodato, ações judiciais cheias de irregularidades, assim como outros métodos mais violentos, principalmente após a construção da rodovia Rio Santos (SIQUEIRA, 1984). Este conflito entre a White Martins e os caiçaras também perdura até hoje, conforme descrito por Lourival et al (2019).

Inserido no processo de redemocratização e a abertura política no país, tem início em 1985 o Plano Nacional de Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, são fortalecidas as ações de organizações da sociedade civil em defesa da luta dos camponeses, como a CPT – Comissão Pastoral da Terra, a qual teve atuação decisiva nos conflitos territoriais em Paraty. Pelo menos dois camponeses entrevistados relatam o significado de sua atuação junto à CPT em Paraty, sendo que Valdevino dos Remédios lembra que entrou para a CPT ainda nos anos de 1970, juntamente com Valentim da Conceição. Já este último relembra numa entrevista como se dava a intensa participação política dos agricultores naquela época:

> O nosso movimento foi puxado mais pela Igreja, então (*como*) a gente tinha uma boa participação, o pessoal achou que no sindicato a gente ia ter uma boa participação também, e aí aceitamos o convite do sindicato e entramos como suplente. Naquela época Paraty era cheio de trabalhador rural, uma reunião lá botava 500 a 600 pessoas (...) depois que foi melhorando, as pessoas foram se empregando, e foram deixando a lavoura. Isso foi nos anos

> 60, 60 e poucos. Era repartido: um dia ia para o sindicato, outro dia ia pra (sic) Igreja, outro dia ia para a CPT. (...) surgiu a Comissão Pastoral da Terra, e nós fomos para uma reunião para lá de São Paulo, e lá surgiu a ideia de que os trabalhadores podiam fundar um partido, que eu trouxe para o pessoal o Partido dos Trabalhadores, né? (Valentim da Conceição[6])

Valdevino conta que nesta época o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty – STR também estimulava os posseiros a fazerem acordos com os grileiros, intermediando estas ações. Muitas vezes pressionados pela autoridade policial, os agricultores assinavam contratos de comodato com os pretensos proprietários das terras, o que acabava por legitimar as futuras ações de despejo dos camponeses de suas posses através de um documento. Esta forma de legitimar as ações de despejo contra os posseiros está descrita nos diversos capítulos referentes as lutas dos caiçaras e posseiros em Paraty, no livro de Siqueira (1984).

Esta forma de pressão indicava concretamente que havia uma estratégia articulada entre os grileiros e as várias formas do capital (de imobiliário e financeiro) no território, e que tiveram seus interesses garantidos pelo próprio Estado, através do Poder Judiciário, dos cartórios, da câmara de vereadores, da polícia e, inclusive, de um órgão de representação de classe, como o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais, durante certo período.

Como uma reação organizada de resistência a este processo de territorialização do capital, a CPT apoia a formação de uma chapa de oposição à direção do STR de Paraty, composta por trabalhadores e posseiros, e que tinha um propósito claro no sentido de que a luta pela terra e pela reforma agrária fosse assumida por uma organização sindical, de representação dos camponeses. Esta chapa acaba por sair vitoriosa, e Valdevino assume a presidência do STR de Paraty, juntamente com outros camponeses diretamente envolvidos nos conflitos agrários.

Numa ação articulada entre a CPT, o STR de Paraty e a FETAG RJ – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, tem início um movimento de pressão para a desapropriação de algumas fazendas em Paraty, para fins de reforma agrária, o que efetivamente ocorre em 1983 com as áreas de São Roque, Taquari e Barra Grande[7]. Valdevino conta que quando ele assume a direção do STR de Paraty existiam cinco famílias de posseiros com ações de despejo sumário em São Roque, pois as outras cinquenta já haviam sido despejadas através de ação judicial. Através de pressão e resistência política conseguiram reverter o processo e manter todas as famílias na área desapropriada.

A história da fazenda Barra Grande vem desde o final do século XIX, quando passa de um dono a outro sem que as quase 100 famílias de posseiros fossem intimadas a pagar nenhum valor (sobre a produção agrícola) aos sucessivos proprietários. À época da 2ª grande guerra mundial, o herdeiro de um proprietário solta gado em cima das lavouras dos posseiros,

[6]Entrevista concedida em 20/07/2012; ver em Strauch (2016).
[7] Das 3 fazendas citadas, apenas São Roque teve emissão de posse em 1987.

e então muitos abandonam as terras sem nada receber. Em 1949 a fazenda passa para as mãos de um grupo de italianos, à frente Guiseppe Cambarelli, que exige dos posseiros 1/3 da produção agrícola, o que foi feito no início sem recibo. A viúva de Guiseppe, Iole, assume a fazenda e proíbe os lavradores de trabalhar em novas lavouras, e de consertarem suas casas. Já em 1976 os trabalhadores foram obrigados a assinar um contrato de parceria, ameaçados por um delegado de polícia, mas muitos resistiram à intimidação. Posteriormente Iole se associa a um grupo financeiro, cujo gerente passou a perseguir os trabalhadores. Ela cede metade das terras ao grupo Morada (de caderneta de poupança), gerido por Rui Barreto, presidente da Associação Comercial do RJ. Rui passa a deter o poder de decisão nas Empresas Reunidas Agroindustrial Mickael S.A., numa sociedade com Iole. Conforme Siqueira (1984), dentre os advogados que defenderam Rui estavam um promotor de justiça e um procurador do Estado do RJ. Já a defesa dos posseiros foi assessorada pela Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty, pelo STR de Paraty, e pela CPT da diocese de Itaguaí.

Paralelamente à questão das desapropriações e o início dos projetos de assentamento de reforma agrária, continuava o movimento de expropriação das terras caiçaras. Uma ação integrada entre o movimento de resistência caiçara e o STR de Paraty, realizada em 1983, colocou Valdevino, Valentim e outros participantes do STR e da CPT em contato direto com os moradores ainda residentes da Praia do Sono. Reduzidos a apenas três famílias e onze pessoas, naquela época, essas famílias resistiam às investidas do grileiro morando dentro de uma igreja, e com o teto prestes a desabar, pois suas casas já tinham sido derrubadas ou estavam lacradas (com cadeados) devido à uma ação judicial de despejo. A presença física dos membros do STR e da CPT ajudou na permanência destas famílias na Praia do Sono, ou seja, no seu local de moradia. Depois de dois anos de luta e resistência houve o reconhecimento formal, por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dos direitos dos moradores em permanecerem nesta área (STRAUCH, 2016).

Com a ausência constante do INCRA nas áreas de assentamento, muitas famílias venderam seus lotes a pessoas com interesses diversos, como atividade comercial, turismo, lazer, ou simplesmente a especulação imobiliária. Os assentamentos começam a mudar seu perfil de ocupantes, onde a atividade agrícola não é mais a principal, e passam a serem bairros residenciais ou de turismo de veraneio. Valdevino lamenta sobre a situação atual (2014) de São Roque[8], onde apenas quatro famílias são remanescentes do projeto original:

> Só que a luta (da reforma agrária) foi em vão, o INCRA botou o pessoal na terra, depois desapareceu de São Roque por três anos, aí o pessoal começou a vender os lotes. A nossa luta no STR era para que o INCRA desse a eles –

[8]O perfil demográfico dos moradores de São Roque, características de sua produção agrícola, e perspectivas futuras dos seus habitantes, estão descritas em Linhares et al (2002).

> posseiros – um título de usufruto com domínio, para que ninguém pudesse vender, mas foi o contrário. (Valdevino[9])

Além das ações de grilagem e expropriação das terras camponesas, outro aspecto dos conflitos territoriais diz respeito à presença de cinco unidades de conservação ambiental - UCs no município de Paraty, o que tem trazido inúmeros problemas para as populações tradicionais que já habitavam a região anteriormente à sua criação. Estas UCs se inserem em uma concepção preservacionista que não inclui a presença humana em seu interior. São três unidades de âmbito federal (de responsabilidade do ICMBio), uma de âmbito estadual (responsabilidade do INEA – Instituto Estadual do Ambiente), e uma sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paraty. As áreas somadas das 5 unidades de conservação abrangem dois terços da superfície do município de Paraty, o que dá a ampla dimensão dos conflitos.

A maior delas é o Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB, criado em 1971 e de responsabilidade do ICMBio, com 104.000 hectares, sendo que 40,3% de sua área está localizada no município de Paraty. A complexa questão da ocupação fundiária dentro do PNSB começa pela própria imprecisão do estabelecimento dos seus limites, agravado pela ausência de uma demarcação física. Essa é a situação descrita nos parágrafos seguintes.

A situação do agricultor José Ferreira em relação ao PNSB é emblemática, pois reflete detalhadamente a questão dos conflitos constantes dos camponeses com as unidades de conservação ambiental em Paraty. Sua chegada ao município ocorreu em 1986, e logo no ano seguinte adquiriu um sítio no sertão de Taquari, com uma área de 29 hectares. Nessa época, diz ele, não havia informações sobre o estabelecimento das cotas como referência dos limites do PNSB, como ainda parece ocorrer até hoje. Após três meses de ocupação na área ele procurou cadastrar e formalizar seu imóvel junto ao INCRA.

No início a área estava bem degradada, com uma grande área de pastagem e lavoura de banana. Segundo seu relato, era muito comum a retirada de madeira de lei na região, e que contava com a conivência dos órgãos governamentais. Por volta do ano 2000 ele inicia o plantio das primeiras agroflorestas, e alguns anos depois tem início os primeiros estágios de vivência com grupos de estudantes e técnicos em seu sítio, dinamizando os processos de intercambio de conhecimentos. Ele conta que já plantou mais de 100.000 mudas de essências nativas, e recebeu mais de 4.500 pessoas para visita aos seus agroecossistemas (conforme entrevista concedida ao autor em abril de 2015), sendo também protagonista de inúmeras reportagens de revistas e canais de televisão. Sua enorme contribuição à construção do conhecimento agroecológico vem também do trabalho constante de difusão de sua experiência, como participante de estágios de vivencias e palestrante de diversos encontros e congressos relacionados à Agroecologia e ao tema do desenvolvimento sustentável.

[9]Entrevista concedida em 18/04/2014; ver em Strauch (2016).

Entretanto, no início de 2009, agentes do ICMBio visitaram o sítio São José e consideraram as atividades desenvolvidas como danosas ao meio ambiente, alegando que o sítio se encontrava dentro dos limites do PNSB. Logo em seguida José recebeu duas multas do ICMBio: uma embargando as construções e benfeitorias (casas, rancho, curral e lago), e a outra, embargando as áreas ocupadas com as agroflorestas. Apesar de ter encaminhado a sua defesa, ele foi processado pelo Governo Federal em 2012.

Em março de 2014 foi realizada uma audiência na Justiça Federal em Angra dos Reis, e celebrado um acordo judicial, onde José se comprometeu a derrubar as instalações que não eram mais sendo utilizadas, mas podendo manter a sua casa e a de seu filho. Pelo acordo, as agroflorestas permanecem intactas, assim como o direito de José de permanecer em seu sítio, e de manejar seus agroecossistemas de forma como tem feito há 15 anos.

Esta decisão é considerada como uma vitória tanto do movimento agroecológico como daqueles que atuam em defesa da presença das populações dentro das áreas das unidades de conservação. A decisão judicial é também um reconhecimento da racionalidade ambiental existente no manejo camponês dos recursos naturais, realizado por José Ferreira.

Entretanto, os conflitos que envolvem os camponeses não se limitam atualmente às questões com as unidades de conservação ambiental. Na verdade, eles se inserem numa realidade mais ampla, pois a ação de grileiros ainda é recorrente no território, como alerta o próprio José Ferreira:

> (...) não é um conflito isolado, é apenas mais um que veio a se somar aos que já existem (...) Mas as questões de Paraty são inúmeras, a questão do Parque (PNSB), APA (Área de Proteção Ambiental), grileiros, são muitos conflitos, as coisas estão se ligando. (...) Então nesses casos tem que estar todos juntos, um defendendo o outro. O território é o município, é a região, precisa ser defendido (...) Isso depende das comunidades, da população, se juntarem, somarem as forças, elaborarem um documento e cobrarem das autoridades uma iniciativa compatível com a realidade. Eles (*os moradores*) já existiam, quando vieram criar o Parque eles já estavam lá, então vamos resolver a situação de outra forma, não é dizendo que tem que sair. (...) A causa tá (sic) muito séria, porque além das questões da legislação ambiental, tem a questão da grilagem. (José Ferreira[10]).

Em suma, foram descritos acima alguns dos episódios do processo histórico de resistência camponesa em Paraty, em suas variadas formas, dimensões e níveis de articulação e complexidade. O objetivo foi o de destacar o papel do campesinato como ator histórico, relatando e dando voz aos protagonistas através da história oral e, sistematizando sua ação política com destaque para o que Scott (1985) denomina de formas cotidianas de resistência. Para trabalhadores que exercem sua atividade e seu modo de vida numa situação de sujeição à expropriação, as formas de luta cotidiana podem ser a única opção disponível.

[10]Entrevista concedida em 28/04/2013; ver em Strauch (2016).

Para os camponeses dispersos num território, e enfrentando obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes, como é exatamente o caso do campesinato de Paraty.

Para Scott (1985), a tendência de se considerar os atos individuais de resistência como insignificantes, reservando o termo resistência somente para ações coletivas ou organizadas, é uma orientação equivocada. Embora ocorram no cotidiano, as micro estratégias devem ser estudadas e analisadas com a mesma ênfase e detalhamento que aquelas ditas abertas e mais visíveis, já que nos revelam o enorme potencial de resistência camponesa frente às adversidades. Essas estratégias se dão dentro da unidade de produção, a maioria de forma silenciosa, e que tem como outro exemplo bem representativo a resistência vivenciada "na pele" pelos caiçaras diante das violentas ameaças de expulsão de suas terras, como num dos relatos registrados no documentário Vento Contra (1981):

> Ele (*o grileiro*) diz: não trabalha! nós trabalhamos; ele diz: não tira canoa[11]! nós tiramos; ele diz: não faz roça! nós fazemos; ele diz: não faz casa! nós fazemos. Para onde nós vamos sair, se nós fomos nascidos e criados aqui? A terra é para nós, pobres, que vivemos aqui[12].

Nesta primeira seção foram descritos vários conflitos relacionados às ações de territorialização do capital em Paraty desde meados do século passado, que foram intensificados após a abertura da rodovia Rio – Santos nos anos 1970, e que permanecem até hoje. Uma sistematização (resumida) dos conflitos socioambientais identificados e acompanhados pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT, aponta para a existência atual de 11 situações conflituosas envolvendo comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, em relação à disputas territoriais, à sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação, ao ordenamento territorial e à restrição (ou ausência) de políticas públicas (LOURIVAL et al, 2019).

Estes conflitos se desenvolvem num território em disputa entre o capital, de um lado representado pelas empresas e grandes conglomerados do ramo imobiliário e, também pelos grileiros, que acabam se associando a grupos financeiros e do ramo de incorporações. Do outro lado estão os camponeses e as populações tradicionais, que há diversas gerações habitam o território e buscam garantir o direito às suas terras. Essa dinâmica se dá dentro de um cenário de conflitualidade constante, "inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo" (GIRARDI; FERNANDES, 2009, p. 340 - 341). Portanto, a conflitualidade está na natureza do território de Paraty, como espaço em disputa entre o capital e o Estado, de um lado, e os camponeses e as populações tradicionais, de outro.

[11]Diz respeito a um dos componentes da cultura caiçara, a retirada de madeira (de forma seletiva) da Mata Atlântica para confecção de canoas para pesca e transporte. Existe todo um rico e complexo conhecimento para essa histórica arte de fazer canoas (ver DIEGUES, 2005).
[12]Transcrição dos relatos do documentário realizada de forma livre pelo autor deste artigo.

Neste sentido a pesquisa de campo mostra que a violência praticada pelos grileiros contra os camponeses em Paraty é realizada de forma direta, como descrita em Girardi e Fernandes (2009, p.343), através de "violência física contra as pessoas, as posses e a propriedade camponesa através de ameaças de morte, assassinatos ou tentativas de assassinatos, e expulsão das terras". Em Paraty ocorreu de forma ampla a violência ativa praticada pelo Estado "por meio dos despejos judiciais", em todas as vezes garantidos "pelas forças militares na dissipação de conflitos, cumprimento de ordens de despejo e mandatos de reintegração de posse", quase sempre baseados em contratos forjados de comodato ou arrendamento, e sempre em situações de coação.

A pesquisa de campo aponta para uma identidade plural do campesinato em Paraty que está baseada na luta pela terra, pela permanência no território. São quilombolas, caiçaras, índios guaranis, agricultores posseiros ou não, nascidos ou que migraram para Paraty em um dado momento[13], e que compõem um campesinato como aquele identificado por Bartra Vergés (2011, p. XIV) como "um sujeito coletivo tributário de uma profunda racionalidade específica". Para este autor, a base material do campesinato se completa com a pluralidade social, a multiplicidade étnica, a diversidade de clima, de paisagem, de história, de línguas, cultural, etc. E, neste sentido, "a diversidade – histórica, econômica, étnica e produtiva – define a verdadeira face do campesinato" (BARTRA VERGÉS, 2011, p. 72).

A pesquisa de campo também indica que as estratégias de resistência camponesa são diversas, e se configuram em várias dimensões, desde o interior das unidades de produção familiar, até as formas coletivas de resistência, através dos grupos e nas comunidades. Em alguns momentos a resistência se desenvolveu baseada nas estratégias de articulação entre os grupos sociais, e destes com as organizações de representação sindical, como no caso da aliança entre o STR de Paraty e os caiçaras da praia do Sono.

No tópico seguinte é destacada a participação desse campesinato multicultural nos diversos espaços de gestão e articulação social, através dos movimentos sociais e das redes, como forma de organização e resistência política coletiva no território.

Movimentos sociais como ação social coletiva de resistência política

Os resultados do trabalho de campo apontam para a presença de novas configurações da sociedade civil organizada em Paraty, as quais estão centradas nos vínculos sociais e comunitários, embora possuam também uma atuação política (GOHN, 2008). São as redes sociais, numa relação com as comunidades locais, as redes temáticas (ligadas às

[13]Uma parcela significativa de camponeses em Paraty é composta de migrantes oriundos de alguns estados do Brasil (ES principalmente), muitos deles vindos através de uma política governamental de ocupação do território desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960 e, ainda outros, em época posterior a esse movimento de migração.

questões ecológicas e socioambientais, de gênero e geração, étnicas, dentre outras), e os espaços de participação cidadã como os fóruns e as câmaras técnicas, todas essas configurações presentes em Paraty. Nesse item são apresentadas pelo menos quatro expressões da presença dos movimentos sociais e de sua organização em redes neste território, como formas de organização política camponesa frente às disputas territoriais.

A primeira delas está relacionada às dinâmicas locais de ação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ em Paraty, cujas iniciativas ocorrem tanto como movimento como prática agroecológica, dentro de uma atuação em forma de rede estadual, mas também interligada à outra rede mais ampla, como a ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

As práticas agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses em Paraty estão inseridas dentro de uma forma de apropriação dos recursos naturais baseada numa racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993), inerente às suas estratégias de reprodução social e de permanência no território. São por exemplo os diversos sistemas agroflorestais manejados por dezenas deles, e que contribuem para a manutenção dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade), para o fornecimento variado de alimentos e demais produtos agrícolas e florestais, tanto para a própria unidade familiar como para venda ao mercado local (STRAUCH, 2016). São também os inúmeros quintais produtivos, sítios de ampla agrobiodiversidade (GARROTE, 2004)[14]e, ainda, o manejo ecológico da palmeira juçara para obtenção dos frutos para produção de polpa. Diversas dessas experiências agroecológicas têm sido sistematizadas em publicações e material audiovisual por iniciativas da AARJ[15], dentre outros coletivos.

Da mesma forma como se deu o fortalecimento da AARJ em âmbito estadual, também se tornaram evidentes as suas expressões locais e regionais, as quais se articularam e se constituíram em núcleos da AARJ. Paraty integra o núcleo da Costa Verde da AARJ, e é dentro das expressões locais, e de suas dinâmicas, onde ocorre a participação e a oportunidade de maior visibilidade desse campesinato multicultural.

Uma das mais recentes expressões da integração entre o movimento agroecológico do estado do RJ e as ações de fortalecimento dos territórios camponeses foi a realização do IV Encontro Estadual de Agroecologia, em outubro de 2017, justamente no Quilombo do Campinho, em Paraty. Cerca de 400 participantes representaram 230 experiências agroecológicas e de resistência territorial de todas as regiões do Rio de Janeiro, através de diversas práticas e metodologias participativas, e se prepararam para levarem suas

[14]Nos 19 quintais estudados por Valquíria Garrote, em sua dissertação de mestrado, foram encontradas 347 espécies de plantas, com uma média de 67 espécies por quintal, em 3 zonas de manejo, o que demonstra a alta complexidade desses sistemas, e a sua contribuição para a manutenção da grande biodiversidade existente.
[15]Ver por exemplo o Caderno de Experiências Agroecológicas, organizado por Gollo et al (2014), relacionado nas referências deste artigo.

experiências de resistência territorial camponesa ao IV Encontro Nacional de Agroecologia, este último realizado em Belo Horizonte em maio e junho de 2018.

Para as populações tradicionais e os camponeses, o território é também percebido como sendo o local das demandas, dos protestos, e de organização das pessoas para a defesa de seus modos de vida (LEFF, 2009). Desta forma, a noção de território trabalhada nesta pesquisa se situa para além de sua compreensão como espaço físico, e se articula "à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia" (GOHN, 2008, p.445). O território aqui interpretado também se insere na concepção descrita por Leff (2009), como um lugar onde a sustentabilidade está fundada nas identidades culturais e numa racionalidade ambiental, ambas presentes na forma de apropriação dos recursos naturais.

Uma das estratégias encontradas pelos moradores das comunidades tradicionais de Paraty e, também de municípios vizinhos, frente às diversas e constantes ameaças aos seus territórios, foi a criação, em 2007, do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT. O FCT atua como um espaço de encontro e diálogo através de uma rede de 14 organizações de comunidades tradicionais, e tem como missão a articulação de povos e comunidades tradicionais para a defesa e a garantia de seus direitos territoriais e, também, para a promoção do desenvolvimento sustentável. As suas principais ações se dão em duas frentes: no empoderamento das populações tradicionais, com foco na compreensão de seus direitos e geração de autonomia para a permanência nos territórios tradicionais; e, na denúncia dos casos coletivos de conflitos socioambientais territoriais[16]. Assim, os temas relacionados às ações do FCT foram sendo unificados, como a questão fundiária e os conflitos com os órgãos ambientais, o que fortalece a luta das populações dentro do território, e permite a visibilidade desses atores num cenário de conflitualidade e de ameaças vindas tanto pelo capital imobiliário como pelas próprias ações do Estado[17].

A participação de algumas comunidades integrantes do FCT na construção e na execução de projetos contribuiu para destacar alguns temas importantes para fortalecer o processo de resistência e permanência dessas populações no território. Um desses projetos foi o do "Protagonismo Juvenil no Manejo da Palmeira Juçara", coordenado pela AMOQC – Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho, e executado com recursos do PDA/MMA[18] de 2007 a 2010. A construção dos temas, a dinâmica e a abordagem de forma

[16]Em 2014 o Fórum lançou a Campanha "Preservar é Resistir – em defesa dos territórios tradicionais", para ampliar a visibilidade do modo de vida e das práticas tradicionais, e também dos conflitos vivenciados que ameaçam a reprodução cultural, social e econômica das comunidades (ver em http://www.preservareresistir.org/)

[17] Outro fator de motivação relacionado à criação do FCT foi o Decreto Federal 6040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual prevê a existência de fóruns regionais como instrumentos de implementação deste marco legal.

[18]PDA/MMA é a sigla para o subprograma Projetos Demonstrativos, do Ministério do Meio Ambiente. Em sua primeira fase o PDA apoiou 194 projetos na Amazônia e na Mata Atlântica, com ações em sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, manejo de recursos florestais e hídricos, e preservação ambiental.

participativa na execução do projeto, contribuíram para a problematização e reflexão dos saberes necessários para desenvolver tanto o manejo da agrobiodiversidade como a formação de lideranças comunitárias. Essa dinâmica de formação permitiu a integração de temas transversais, como os de comunicação popular e do turismo de base comunitária - TBC, por exemplo, contribuindo para a ampliação e fortalecimento dos intercâmbios culturais entre as comunidades. Isso ocorreu não só com as comunidades quilombolas, mas favoreceu também a articulação destes com os caiçaras e com as comunidades indígenas guaranis presentes no território (STRAUCH, 2016).

A Agroecologia tem sido um tema transversal e mobilizador nas ações dentro dos movimentos sociais em Paraty, a exemplo da integração das comunidades quilombolas participantes do projeto PDA/MMA com a Rede Juçara[19]. Em torno das visitas e dos intercâmbios de conhecimentos relacionados ao manejo sustentável da palmeira juçara, se tornaram visíveis também as questões que envolvem as populações tradicionais e os camponeses, e a consequente necessidade da defesa de seus territórios.

Ao longo dos anos, o FCT tem mantido ações constantes de representação e discussão de políticas públicas ligadas ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, e de melhoria de suas condições de vida. Por exemplo, em agosto de 2015, o FCT esteve presente comum grupo de mais de 40 indígenas, quilombolas e caiçaras, numa audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sobre a PEC Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. O objetivo da PEC é o de proteger os povos e comunidades tradicionais em relação às várias pressões decorrentes principalmente de empreendimentos imobiliários ou turísticos, além das questões que envolvem a recategorização das unidades de conservação ambiental sobrepostas ao território das comunidades tradicionais.

Outras atividades recentes do FCT são fruto de sua parceria mais recente com o OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina[20],um espaço de promoção de ações integradas entre o poder público e os movimentos sociais, as quais têm trazido importantes contribuições para a melhoria das condições de vida das populações presentes no território. Suas frentes de atuação se dão ao redor do fortalecimento e qualificação das ações do FCT, na defesa territorial com assessoria jurídica e articulações institucionais estratégicas, na produção de uma base de informações e dados georreferenciados do território, na promoção de uma educação diferenciada e de saúde, nas

[19] A Rede Juçara integra 14 organizações (ONGs, organizações de produtores, instituições de ensino e órgão ambiental governamental) nos estados do RS, SC, SP, RJ, MG e ES, com projetos e ações voltados ao uso sustentável dessa palmeira, e foco no uso dos frutos e retirada das sementes (<www.redejucara.org.br>).
[20]O OTSS é fruto de uma parceria formalizada em junho de 2014 entre a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) – FCT, e apoiada pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Ver detalhadamente em Gallo e Nascimento (2019);

ações de saneamento ecológico e de agroecologia, no turismo de base comunitária, e na atuação de uma incubadora de tecnologias sociais.

As ações relativas à educação diferenciada ocorrem com a incorporação dos conhecimentos tradicionais e das práticas de sua transmissão nas escolas, nos diversos segmentos[21]. Como resultado de uma ação judicial do Ministério Público Federal - MPF junto a equipe de justiça socioambiental do FCT, na área de Direito Indígena, foi finalmente oficializado (em julho de 2018) o magistério indígena, dentro da Colégio Indígena Estadual "KaraiKueri Renda", localizado na aldeia Sapukai, em Angra dos Reis. O magistério indígena é um projeto de formação continuada em formato da pedagogia da alternância, coordenado pela Universidade Federal Fluminense, e irá proporcionar a habilitação dos professores guarani para atuarem em suas próprias escolas.

No campo político é significativo destacar o fato de que o OTSS apoiou a realização do "Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos", realizado no Quilombo do Campinho em 2015, e que teve como objetivo ampliar o debate e o conhecimento sobre os caminhos possíveis para reduzir e solucionar os conflitos de uso e acesso à recursos da biodiversidade nos territórios tradicionais em Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. O posicionamento de uma procuradora da República no sentido da defesa do modo de vida tradicional foi significativo ao final do Encontro. Para ela, "as comunidades tradicionais criaram uma maneira de resistência a esse formato de desenvolvimento predatório da nossa sociedade". O Encontro demonstrou que é possível (além de legalmente permitido) o uso compartilhado dos recursos naturais pelas comunidades com o objetivo da conservação. Como resultado do Encontro foi constituída uma Mesa de Diálogo Permanente, mediada pelo Ministério Público Federal, para discutir e buscar soluções para os conflitos socioambientais, principalmente entre as UCs e as comunidades tradicionais[22].

A Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina – CTPTUC, criada em 2007, é outro exemplo de espaço de gestão social em Paraty, com presença da sociedade civil, cujo propósito principal é atuar na consolidação da identidade territorial, na articulação e no fortalecimento institucional, garantindo a participação dos diferentes grupos de interesse, de forma a influenciar as políticas públicas e a valorização da sociobiodiversidade junto às UCs.

Um dos papéis importantes da CTPTUC tem sido o de mediador de conflitos, já que o Mosaico da Bocaina abrange 18 unidades de conservação em 14 municípios do Vale do Paraíba do Sul e litoral norte do estado de São Paulo, além daquelas presentes nos

[21]A implementação da educação diferenciada em Paraty se efetiva através do Plano Municipal de Educação de Paraty, e é fruto de um trabalho do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada, que atua junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Ver detalhes em França, Santos e Santos (2019).
[22]Ver a matéria com a descrição e detalhes do Encontro, disponível no blog "Preservar é Resistir", <http://www.preservareresistir.org/boletim1>, acesso em 02/04/18. Ver também Lourival et al (2019, p. 203 - 204).

municípios do litoral sul do estado do Rio de Janeiro. A maior parte das unidades de conservação que compõem o Mosaico Bocaina apresenta algum tipo de ocupação humana em seu interior, em boa parte composta por povos e comunidades tradicionais, como caiçaras, quilombolas e indígenas, além de posseiros. Assim, a atuação da CTPTUC tem sido a identificação, discussão e encaminhamento de soluções para aquelas que são consideradas as maiores fontes de conflitos dentro da área de influência do Mosaico da Bocaina, que são os conflitos fundiários (com origem na grilagem e nos licenciamentos irregulares para construção de condomínios e empreendimentos turísticos), e os conflitos entre as unidades de conservação ambiental e as comunidades tradicionais.

A CTPTUC também tem sido um espaço significativo para a discussão e conhecimento do processo de recategorização das unidades de conservação ambiental pertencentes ao Mosaico da Bocaina, e que afeta diretamente as populações residentes na atual Reserva Ecológica da Juatinga - REJ[23]. Como pressupostos a esse processo estão a necessidade de atender a legislação do SNUC (a qual obriga o Estado a recategorizar a REJ), a proteção dos remanescentes da Mata Atlântica nesta área, a diminuição dos conflitos devidos à sobreposição das áreas da UCs com as comunidades, e o reconhecimento e a garantia da participação efetiva das comunidades tradicionais nos processos decisórios da CT-PTUC. Os caiçaras estão presentes na região há cerca de 300 anos, e o domínio de suas terras se dá através de posses, com pouquíssimas escrituras. Mesmo que exerçam atividades relacionadas ao turismo, os caiçaras ainda dependem da pesca artesanal, com a presença de 45 cercos[24] no entorno da REJ, mas sempre consorciadas com outras atividades complementares, como a agricultura.

Os movimentos sociais presentes em Paraty atuam como ações sociais coletivas, de caráter cultural e sociopolítico, e trazem a organização e expressão dos sujeitos políticos a partir de suas demandas, e de seus projetos coletivos de vida e de sociedade. Suas dinâmicas de ação se constituem através de diferentes estratégias, desde manifestações, paralizações, protestos e atos políticos, a divulgação de manifestos e cartas políticas, a organização de espaços de intercâmbio de experiências, até o compartilhamento de recursos e interesses comuns através do estabelecimento de alianças. A ideia de movimento social é aqui retratada como uma ação conflitiva, diante de um contexto de conflitualidade presente no território.

Assim, a defesa de um território envolve a defesa de um complexo padrão de relações sociais baseadas no local e de construções culturais; ela também implica na criação

[23]Para mais detalhes sobre a percepção das comunidades caiçaras nesse processo, ver a dissertação de mestrado de Cavalieri (2003) e, ver também a memória da II reunião da CT-PTUC, realizada em 2011, disponível em http://www.mosaicobocaina.org.br/documentos/documentos-mosaico-bocaina, acesso em 24/01/2018.
[24]Tipo de rede circular, como armadilha para os cardumes. Ver descrição detalhada deste tipo de técnica na pesca artesanal em Diegues (2005).

de um senso original de pertencimento, articulado com a construção política de um projeto de vida coletivo (ESCOBAR, 2008).

Em Paraty, essas dinâmicas de atuação têm se organizado em formato de redes, como espaços descentralizados e de relações horizontais, em torno de uma afirmação identitária e política, e de visibilidade e resistência territorial camponesa.

Considerações finais

Esse artigo traz algumas considerações sobre os elementos integrantes do longo processo de resistência territorial camponesa, desenvolvido em Paraty, através de um conjunto de estratégias percebidas em vários níveis e em diversas dimensões.

A concepção de território empregada nesta pesquisa se baseou na compreensão de um espaço socialmente construído, e dessa forma identifica a presença tanto dos conflitos e estratégias de resistência ao processo de desterritorialização, como da intensa produção cultural e do manejo ecológico dos recursos naturais, estes últimos como frutos de um longo processo coevolutivo entre sociedade e Natureza.

A análise das informações do trabalho de campo indica a existência da condição camponesa em Paraty, com origens diversas e inserida nos distintos grupos sociais presentes no território, e que aponta para a presença de um campesinato de caráter multicultural. A condição camponesa também está baseada numa racionalidade ecológica expressa na forma de manejo de natureza socioambiental, e na estratégia multiuso do território.

Através das histórias de vida relatadas pelos agricultores de Paraty pode-se constatar a centralidade da terra como traço camponês. A condição precária de acesso à terra é um elemento comum desde o início de várias dessas histórias de vida, sejam de pessoas nascidas em Paraty, em municípios vizinhos, ou até mesmo daqueles que migraram para alcançar melhores condições de vida na região. Todos relatam a situação frágil na relação com a terra desde suas origens, inclusive por parte de seus pais e avós, em condições de posses, de arrendamento, relações de parceria ou mesmo como trabalho assalariado.

O processo de territorialização do capital em Paraty tem ocorrido ao longo das últimas décadas, e de diversas formas, através de uma associação conservadora e violenta entre o capital (imobiliário e financeiro) e as estruturas de poder do Estado, como a câmara de vereadores, as instâncias judiciárias e a polícia. Estes são os elementos de expansão e acumulação do capital, exercidos através de uma estratégia que inclui mecanismos como a expropriação e a supressão do campesinato, através das ações de grilagem constantemente executadas desde meados do século passado, nos contratos forçados (e forjados) de arrendamento e comodato utilizados nas décadas de 1970 e 1980, mas que perdura até hoje com os conflitos socioambientais com as UCs.

Os movimentos sociais presentes em Paraty, através de sua organização política e atuação em forma de redes, têm contribuído para imprimir uma coesão e, consequente fortalecimento, das diversas pautas de interesse das populações tradicionais e dos camponeses. Neste sentido, as redes passam a ter um caráter de mobilização social e política, o que pode ser percebido na atuação do FCT, na participação comunitária na CTPTUC (Mosaico da Bocaina), e nas ações diversificadas que envolvem o OTSS.

As estratégias de resistência, diversificadas e heterogêneas, se entrelaçam em diversos momentos, como ocorre por exemplo nas dinâmicas que envolvem a AARJ, hoje também integrada em outras frentes temáticas de luta como Justiça Ambiental, Saúde Coletiva, Segurança e Soberania Alimentar, Reforma Agrária, Feminismo, dentre outras.

Estes espaços representam a oportunidade de tornar visíveis os temas de interesse desses grupos, como os de reconhecimento identitário e cultural, mas também são espaços de denúncia dos conflitos fundiários constantes envolvendo o campesinato, de um lado, e os grileiros e as unidades de conservação ambiental, de outro. São estratégias diversificadas que conferem unidade na luta política do campesinato no território, contra o capital.

Longe de representar um atraso, o campesinato traz inúmeros e valiosos ensinamentos sobre suas estratégias de recriação e adaptação às sociedades ditas modernas, e de resistência às incontáveis investidas do capital sobre seus territórios. Os camponeses e sua forma de apropriação dos recursos naturais, realizada dentro de uma racionalidade ecológica, tem sabido manter as bases de reprodução biótica em seus territórios, construindo uma noção endógena de sustentabilidade.

O fortalecimento do campesinato no mundo exige, entre muitas outras iniciativas, uma pesquisa e estudo com forte conteúdo interdisciplinar, além de um compromisso social e político. Através desse artigo, e ao descrever parte da história social do campesinato em Paraty, espera-se contribuir para a visibilidade do modo de vida camponês e para o fortalecimento de sua autonomia, reafirmando a importância dos camponeses como sujeitos políticos dos processos sociais nos territórios.

Referências

BARTRA VERGÉS, Armando. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, Cultura Acadêmica/São Paulo. 2011, 339 p.

CAVALIERI, Lúcia. **A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga**. 2003. 193p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo.

DAFLON, R. **O controverso condomínio de Paraty que criou praias exclusivas para seus bilionários**: seguranças, praias de difícil acesso: assim é o condomínio que divide comunidades caiçaras. EL PAÍS. 01 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/politica/1511987264_462758.html>. Acesso em 16/02/2018.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 484 p.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Enciclopédia Caiçara, volume IV.** História e memória caiçara. HUCITEC/NUPAUB/USP, São Paulo/SP, 2005, 465 p.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference**: place, movements, life, *redes*. Duke University Press, Durham and London, 2008, 435 p.

FRANÇA, Indira Alves; SANTOS, Laura Maria dos; SANTOS, Ronaldo dos. Educação diferenciada. In: Gallo, E.; Nascimento, V. (org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina:** soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty/RJ, FIOCRUZ, 2019, p. 256 – 285.

FRANCESCO, Ana Alves de. **Territórios em disputa**: o caso dos caiçaras da Cajaíba. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-334-549-20100909151505.pdf. Acesso em: 27/03/2018.

FUNDAÇÃO CEPERJ - **Contribuição para a construção de identidades étnicas**: relatório analítico e perfil sócio econômico preliminar das comunidades quilombolas e indígenas do Estado do Rio de Janeiro. 2010, 39 p. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>. Acesso em: 17/04/2018.

GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina:** soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty/RJ, FIOCRUZ, 2019, 332 p.

GARROTE, Valquíria. **Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty/RJ**. 2004, 198 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-24092004-114015/pt-br.php. Acesso em: 12/04/2014.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: Fernandes, B. M.; Medeiros, L. S.; Paulilo, M. I. (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas**.** Volume 2. Editora UNESP, São Paulo/S.P., 2009, p. 339 – 366.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. CADERNOS CRH/UFBA, Salvador/BA, v. 21, n° 54, p. 439-455, Set/Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>. Acesso em: 14/06/2015.

GOLLO, Alexandre et al (Orgs.). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro**: caderno de experiências agroecológicas. AS-PTA e PACS, Rio de Janeiro. ISBN: 978-85-87116-17-8.2014, 249 p.

GUZMÁN CASADO, Gloria; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manoel. **Introducción a la Agroecologia como desarrollo rural sostenible**. Mundi Prensa, Madrid,2000; 535 p.

LADEIRA, Maria Inês; FELIPIM, Adriana Peres. Apoio à conservação ambiental de terras guarani e às atividades tradicionais de subsistência**.** In: Diegues, A. C; Viana, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. Ecologia e Cultura. 2ª ed., Editora HUCITEC/NUPAUB, São Paulo/SP, 2004, p. 252 – 263.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis/Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2009, 439 p.

LINHARES, Elizabeth Ferreira et al. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora do CPDA- Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade /Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002, 216 p.

LOURIVAL, Thatiana et al. Justiça Socioambiental: construindo caminhos para a permanência das comunidades da Bocaina em seus territórios tradicionais. In: Gallo, E.; Nascimento, V. (org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina:** soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty/RJ, FIOCRUZ, 2019, p. 198 – 208.

MELLO, Diuner. A ocupação humana de Parati. In: Diegues, A.C. (org.). **Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e memória caiçara**. HUCITEC/NUPAUB/USP, São Paulo/SP, 2005, p. 221 – 238.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Processos e transformações no litoral sul fluminense**. Publicação mimeografada de abril de 1983, revisada e digitada em julho de 2010. Disponível em:http://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/. Acesso em: 24/02/2014;

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: Everyday Forms of Peasant Resistance. Yale University Press, New Haven and London, 1985, 389 p.

SIQUEIRA, Priscila. **Genocídio dos Caiçaras**. Massao Ono/Ismael Guarnelli Editores, 1ª ed., São Paulo/SP, 1984, 94 p.

STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald. **Redes sócio técnicas camponesas**: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro. 2016.259 p. Tese (Doutorado em Agroecologia) - Programa de Recursos Naturais e Gestão Sustentável, Universidade de Córdoba/Espanha. Disponível em <http://hdl.handle.net/10396/13258>. Acesso em 13/02/2018.

TOLEDO, Víctor Manuel. “La racionalidad de la producción campesina”. In: Sevilla Guzmán, E.; González de Molina, M. (Ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1993, p. 197 – 218.

VENTO CONTRA. Direção de Adriana Mattoso. OCA CINEMATOGRÁFICA. Produção executiva de Francisco Ramalho Jr. 1981.Documentário em 16 mm, com 37’24”. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=AEIdstzzQ8E>. Acesso em: 11/10/2014.

Sobre o autor

Guilherme Freitas Ewald Strauch – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Agroecologia pela Universidade Internacional de Andaluzia (UNIA). Doutorado em Agroecologia pela Universidad de Córdoba (Espanha). Atualmente é extensionista rural da EMATER Rio de Janeiro. **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-1686-1051.

Como citar este artigo

STRAUCH, Guilherme Freitas Ewald. A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 205-230, jan.-abr., 2020.

Recebido para publicação em 22 de outubro de 2018.
Devolvido para a revisão em 13 de julho de 2019.
Aceito para a publicação em 18 de agosto de 2019.

Metodologia de avaliação de sustentabilidade de Projetos de assentamento rural aplicada à região do Nordeste goiano, estado de Goiás

Júnio Gregório Roza dos Santos
Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
e-mail: juniogregorio2011@gmail.com

Selma Simões de Castro
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade do Estado de São Paulo (ESALQ/USP) – Piracicaba, São Paulo, Brasil.
e-mail: selma.castro@uol.com.br

Resumo

A região Nordeste apresenta os menores índices socioeconômicos do estado de Goiás, devido sua baixa aptidão agrícola e insuficiência de infraestrutura. Mas, é justamente onde há uma elevada concentração de assentamentos rurais no Estado, 57 ao todo, em 474.526 ha assentando 4.978 famílias. Para avaliar a sustentabilidade dos PAs dessa região, selecionou-se estatisticamente como representativo o PA Paraná, situado no município de Mambaí. A metodologia de avaliação baseou-se na análise separada e integrada de 16 indicadores que contemplam as dimensões sociais, econômicas e ambientais da sustentabilidade, de relevância para o desenvolvimento rural. Os resultados revelaram que o PA Paraná não é sustentável, e representa, em escala local, os mesmos problemas regionais, pois suas funções socioeconômicas inerentes ao uso das terras não estão sendo desempenhadas adequadamente, comprometendo a geração de emprego e renda e favorecendo o abandono dos lotes. A dimensão ambiental do PA é a única das dimensões que se encontra assegurada devido utilização incipiente das suas terras e condições de exploração.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; avaliação da sustentabilidade; Nordeste goiano.

Methodology for evaluating the sustainability of Rural Settlement Projects applied to the region of the Northeast of Goiás, state of Goiás

Abstract

The Northeast region presents the lowest socioeconomic indexes in the state of Goiás, due to its low agricultural capacity and insufficient infrastructure. But it is precisely where there is a high concentration of rural settlements in the state, 57 in all, which occupy 474.526 ha and settle 4,978 families. In order to evaluate the sustainability of PAs in this region, PA Paraná, located in the municipality of Mambaí in state of Goiás, was statistically selected as representative. The evaluation methodology was based on the separate and integrated analysis of 16 indicators that contemplate the social, economic and environmental dimensions of sustainability, relevant to rural development. The results revealed that PA Paraná is not sustainable and represents, at local scale, the same regional problems, since its socioeconomic functions inherent to land use are not being adequately performed, jeopardizing the generation of employment and income and favoring the abandonment of lots. The environmental dimension of the PA is the only one of the dimensions that is ensured due to incipient use of its lands and operating conditions.

Keywords: Rural settlements; sustainability assessment; northeast of Goiás.

Metodología de evaluación de sostenibilidad de proyectos de asentamiento rural aplicada a la región del Nordeste goiano, estado de Goiás

Resumen

La región Nordeste presenta los menores índices socioeconómicos del estado de Goiás, debido a su baja aptitud agrícola e insuficiencia de infraestructura. Pero, es justamente donde hay una elevada concentración de asentamientos rurales en el Estado, 57 en total, que ocupan 474.526 ha y asentaron a 4.978 familias. Para evaluar la sostenibilidad de los PAs de esa región, se seleccionó estadísticamente como representativo el PA Paraná, situado en el municipio de Mambaí. La metodología de evaluación se basó en el análisis separado e integrado de 16 indicadores que contemplan las dimensiones sociales, económicas y ambientales de la sostenibilidad, de relevancia para el desarrollo rural. Los resultados revelaron que el PA Paraná no es sostenible, y representa a escala local los mismos problemas regionales, pues sus funciones socioeconómicas inherentes al uso de las tierras no se están desempeñando adecuadamente, comprometiendo la generación de empleo y renta y favoreciendo el abandono de los ingresos lotes. La dimensión ambiental del PA es la única de las dimensiones que se encuentra asegurada debido al uso incipiente de sus tierras y condiciones de explotación.

Palabras clave: Asentamientos rurales; evaluación de la sostenibilidad; Nordeste goiano.

Introdução

Na década de 1970, a expansão da fronteira agrícola rumo ao Cerrado do Centro-Oeste do País baseou-se no modelo de modernização agrícola conservadora associada a uma estrutura fundiária concentrada, segregadora dos pequenos agricultores, que passaram a depender das ações da Reforma Agrária para sobreviver no campo (OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA & FARIAS, 2011; OLIVEIRA *et al*., 2014). Para Estevam (1998) uma consequência desse processo foi também a exclusão socioeconômica seletiva das regiões menos aptas do Estado de Goiás, como é o caso do Nordeste goiano.

Calaça & Dias (2010) e Correia (2010) destacam que, em Goiás, a expansão da fronteira agrícola induziu desigualdade regional que gerou contradições geoespaciais as quais configuram as diferentes categorias de usos do solo e de posse da terra, dentre outras. O Sul goiano foi o preferido para ocupação devido sua maior aptidão agrícola, tendo sido incorporado ao sistema produtivo desde a década de 1970, ao contrário da região Nordeste.

E é justamente no NE goiano que os assentamentos rurais implementados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) ocorrem em maior número e têm maiores áreas (SANTOS & CASTRO, 2016). Ao longo de 30 anos de Reforma Agrária no Estado, nessa região foram assentadas 4.978 famílias em 57 PAs, com área total de 474.526 ha, enquanto no Sul goiano foram assentadas 2.708 famílias, em 49 PAs que ocupam 51.584 ha (INCRA 2019). Chama a atenção o fato do Nordeste goiano, diferentemente do Sul goiano, não ter se integrado produtivamente à economia local e regional e hoje exibir os menores indicadores socioeconômicos, sendo a região mais pobre do Estado (PALACÍN, 1990).

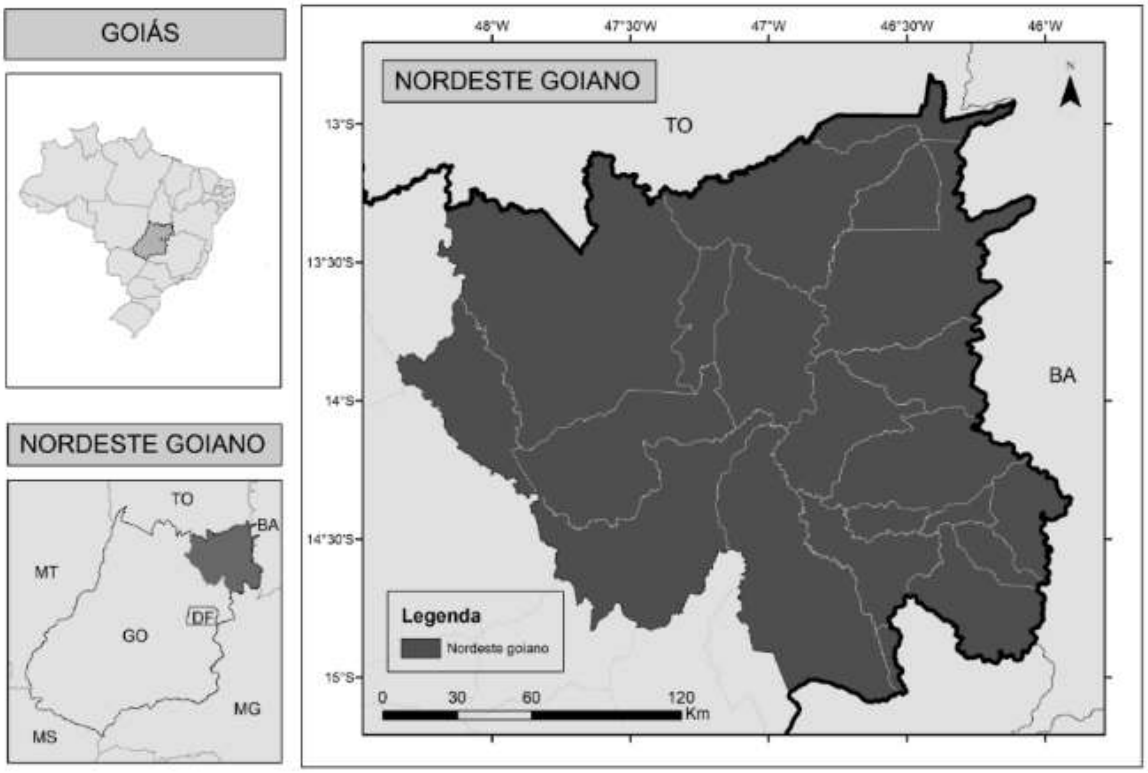
Santos & Castro (2016), constataram que no NE goiano há sérias limitações de uso impostas pelo meio físico, restritivas e até impeditivas do aproveitamento agrícola e pecuário tradicionais das terras, devido, sobretudo as elevadas declividades, a alta suscetibilidade erosiva e a consequente baixa aptidão agrícola. Além disso, muitos PAs estão distantes das vias de escoamento da produção e dos centros urbanos regionais, consumidores potenciais de seus produtos. Por outro lado, a região preserva uma riqueza natural e um elevado potencial turístico devido a grande área de Cerrado preservado e a existência de um vasto patrimônio espeleológico.

Metodologicamente, uma avaliação satisfatória da sustentabilidade dos PAs deve ser feita em escala a mais detalhada possível, com base em indicadores que permitam identificar seus entraves e seus impulsionadores, agrupados por dimensão – ambiental, econômica e social. Isto pode ser feito em correspondência com as Funções de Uso das Terras (FUT) e por fim integrados. Para testar esse pressuposto metodológico, selecionou-se um PA representativo da região Nordeste, com o objetivo de identificar as variáveis comprometedoras do seu desenvolvimento.

Nordeste goiano: caracterização geral

A região Nordeste goiano, com área total de 38.726 km², é composta por 20 municípios e faz divisa a norte com o estado do Tocantins e a leste com a Bahia (Figura 1). A população da região em 2010 era de 169.995 habitantes (IMB, 2018), o PIB era R$ 2.382.845, representando apenas 1,3% do PIB Goiano (IMB, 2015) e o IDH em 2010 foi de 0,647, o menor entre todas as regiões de Goiás.

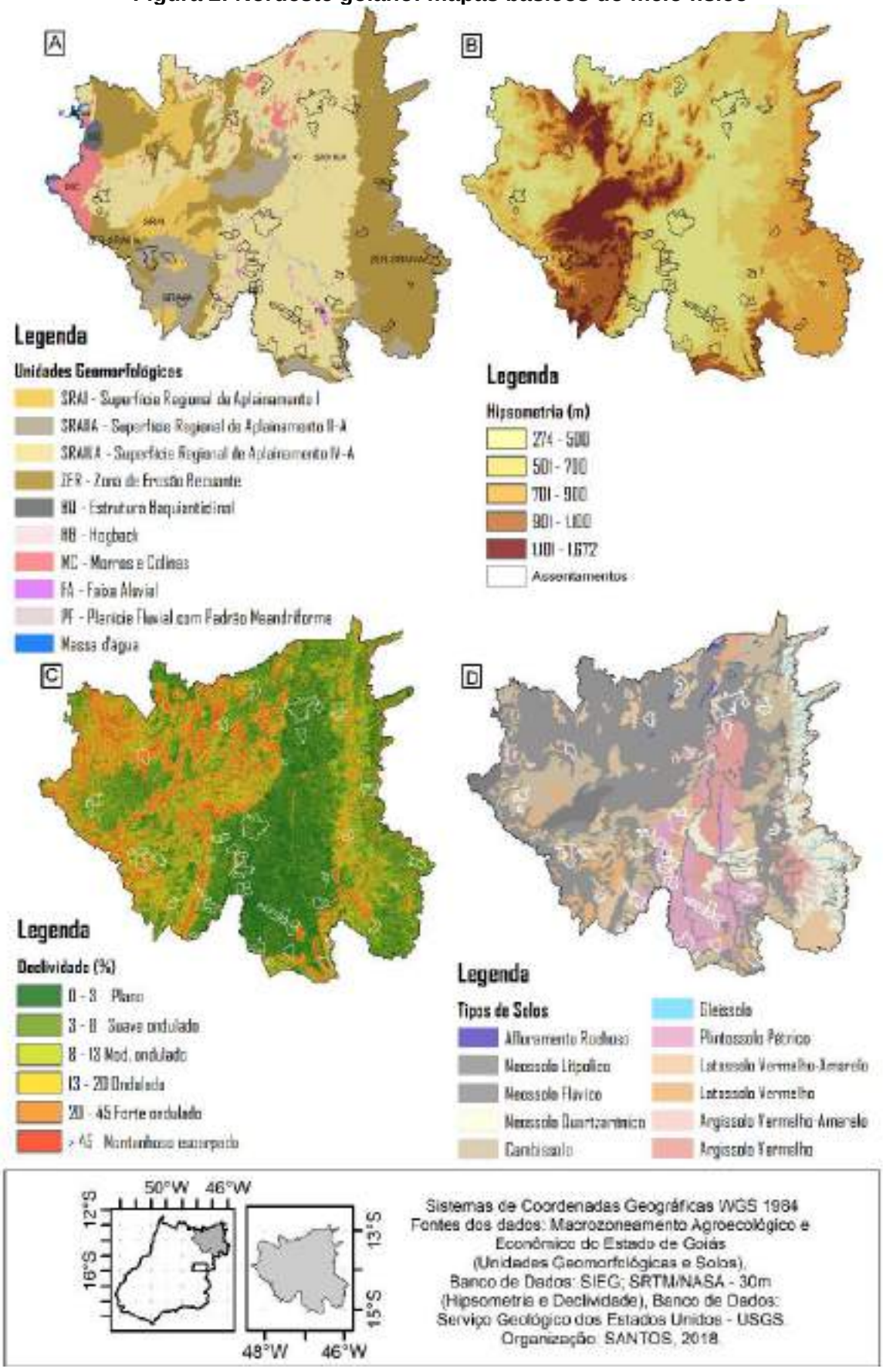
Figura 1: Nordeste goiano: localização



Org.: AUTORES.

As características agroambientais da região mostram predomínio de formas de relevo denudacionais (erosivas ao longo do tempo geológico), como as Zonas de Erosão Recuante (ZER) e as Superfícies Regionais de Aplainamento (SRA) (Figura 2A).

Figura 2: Nordeste goiano: mapas básicos do meio físico



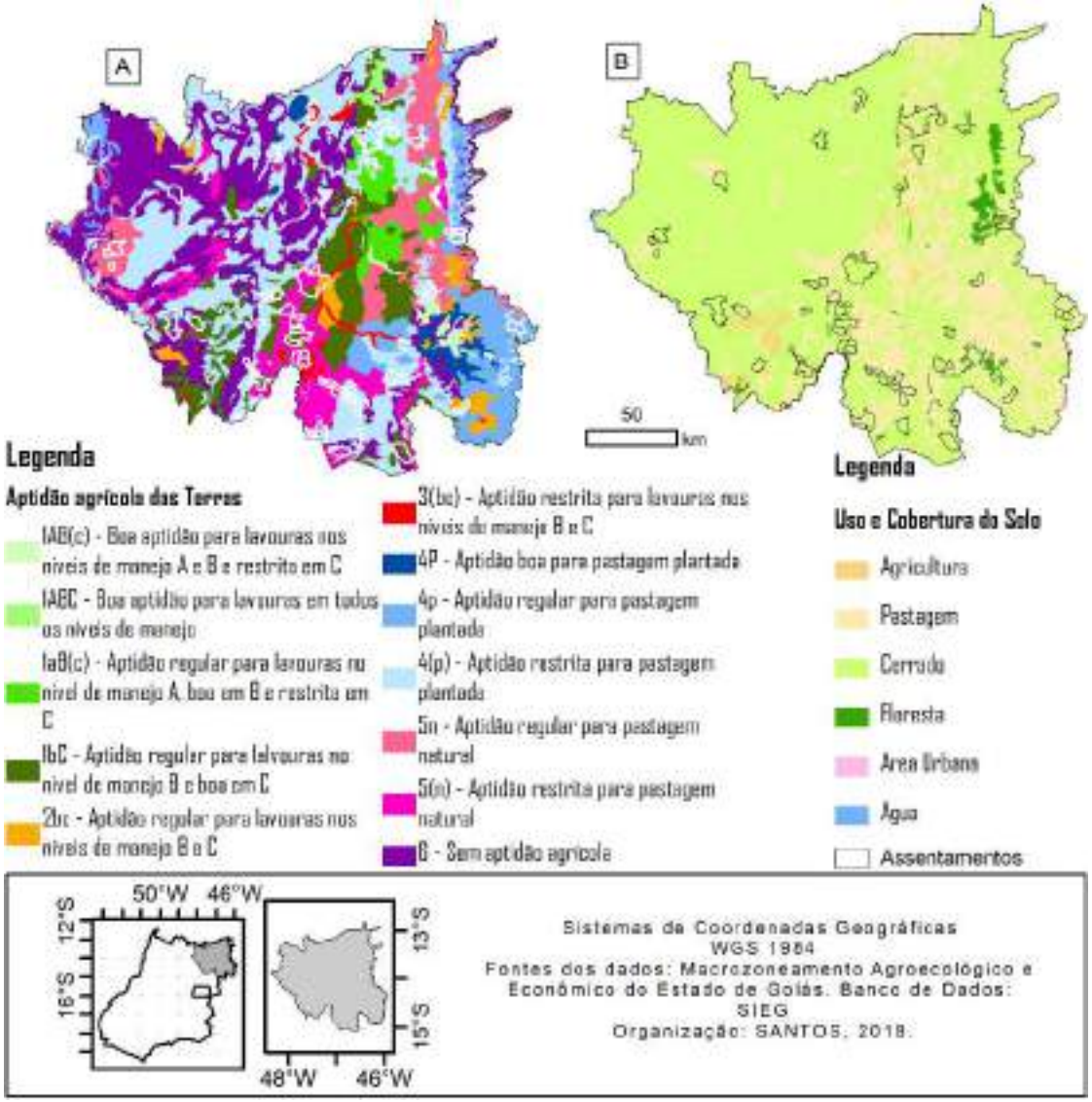
Org.: AUTORES.

Destacam-se a ZER-SRA-IV-A a leste, zona de contato entre uma ZER que está dissecando uma SRA-II-A e gerando o aumento irregular da SRA-IV-A posicionada abaixo, denominada como Vão do Paranã. Trata-se de uma superfície aplainada e deprimida, com cotas entre 400 e 500m de altitude, circundada por planaltos e chapadas (Figura 2B). A oeste observa-se um conjunto de unidades geomórficas que alcançam as maiores cotas altimétricas do Estado, compondo o Complexo Montanhoso. De forma isolada ao longo da região ocorrem as faixas aluviais. Moreira (1995), destaca que elas se relacionam com a dinâmica do Rio Paranã e seus tributários do alto curso, que possuem alto gradiente de vazão, tanto na cheia quanto na vazante. O mesmo autor ainda destaca que no período de cheias as águas extravasam os limites da calha fluvial e passam a depositar sedimentos e húmus nas planícies e terraços.

Com relação aos solos (Figura 2D), verifica-se que 32% deles apresentam elevada suscetibilidade à erosão, devendo ser preferencialmente reservados para fins de preservação da fauna e da flora. Essas áreas encontram-se principalmente nas porções onde se identificam os maiores declives, superiores à 20%. Os solos menos suscetíveis à erosão encontram-se nos relevos menos dissecados, principalmente de topo aplainado nas porções mais elevadas do Estado à oeste, sobretudo na região do Vão do Paranã, com declive menos acentuado, denominados de Chapadas. As áreas de especial atenção correspondem às planícies aluviais resultantes do forte poder erosivo e deposicional fluvial e as zonas de transição topográfica para os setores mais íngremes.

As classes de aptidão agrícola médias predominam na região (Figura 3) e indicam uso preferencial para pastagens plantadas ou naturais nos declives moderados. Mas, requerem monitoramento constante da qualidade das pastagens, de modo a evitar a exposição dos solos, devido sua elevada suscetibilidade à processos erosivos, estes associados aos solos arenosos e pouco coesos, sobretudo nas ZERs. As melhores classes de aptidão ocorrem em manchas dispersas, sobretudo no Vão do Paranã, mas o uso e cobertura do solo atuais (Figura 3B) indicam presença ainda dominante de Cerrado preservado, como também nas porções mais declivosas, sobretudo do lado ocidental. No Vão do Paranã se observa maior concentração de pastagens em áreas com aptidões médias, ainda que sejam regulares a restritas.

Figura 3: Nordeste goiano: aptidão agrícola e uso e cobertura do solo



Org.: AUTORES.

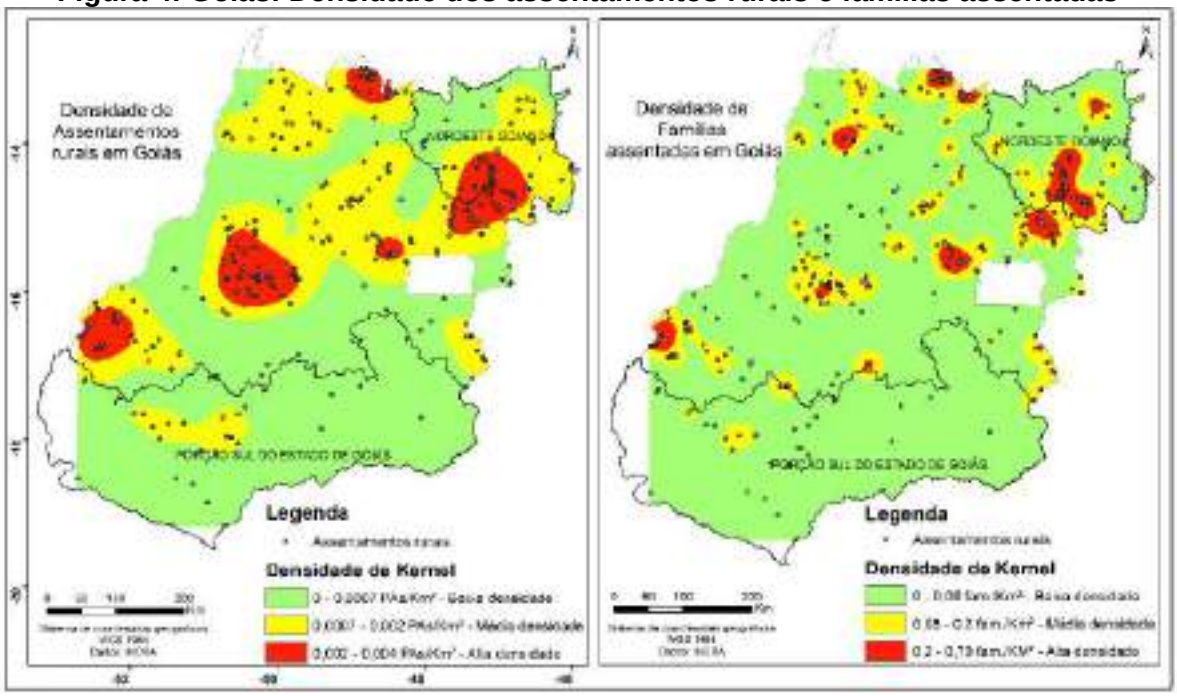
Os Assentamentos do Nordeste goiano

Apesar das restrições ambientais e das condições socioeconômicas da região NE goiano, foi nesta que as ações de reforma agrária em Goiás se expandiram (SANTOS & CASTRO, 2016), tanto em número de PAs criados quanto em número de famílias assentadas, como exposto (Figura 4).

Santos & Castro (2016), mostraram que nos PAs da região NE domina o relevo suave ondulado a forte ondulado e até montanhoso, estes coincidindo com as zonas transição topográfica do Vão do Paranã para as Chapadas, como a dos Veadeiros. Predominam solos rasos e instáveis, como Cambissolos, Neossolos Litólicos e Neossolos Quartzarênicos, bastante restritivos ao uso agrícola e suscetíveis a erosão, além da presença, em vários casos, de lateritas ferruginosas (Plintossolos) que indicam oscilação sazonal do nível freático.

Predominam a aptidão restrita para pastagens plantadas – 4(p), as terras restritas para silvicultura e/ou pastagem natural – 5(n) e as terras totalmente inaptas para o uso, sendo exclusivamente indicadas para a preservação da fauna e da vida silvestre.

Figura 4: Goiás: Densidade dos assentamentos rurais e famílias assentadas



Fonte: base georreferenciada do INCRA. Elaboração: AUTORES.

Metodologia

Seleção de PA regionalmente representativo

Os 57 PAs do NE goiano foram analisados estatisticamente para seleção de um PA representativo. Tendo em vista esse conjunto amostral, procedeu-se ao tratamento estatístico com a finalidade de buscar PAs amostrais que apresentassem características dimensionais e morfopedológicas que fossem comuns à maioria dos assentamentos da região de estudo, denotando com isso, representatividade regional. Foram utilizadas cinco variáveis para determinar essa representatividade, sendo elas: **aptidão agrícola**, **declividade**, o **módulo fiscal dos assentamentos** e a **quantidade de famílias assentadas**, além do **uso e cobertura** (informações obtidas no Terraclass), associando sempre um valor numérico à uma característica específica (Figura 5).

O método matemático-estatístico que demonstrou ser o mais adequado para a seleção de um PA regionalmente representativo foi a Análise de Componentes Principais (ACP) (PEARSON, 1901). Esse método consiste em um procedimento utilizado para trabalhar

com dados multivariados e serve, sobretudo, para reduzir amostragens muito densas de modo a facilitar a interpretação através da descoberta de relacionamentos não percebidos em um primeiro momento entre o conjunto amostral (SMITH, 2002, p. 13). O processamento foi realizado no software de estatística *Minitab.*

Figura 5: Sistema de pontos para as variáveis A) apt. agrícola; B) declividade e C) uso e cobertura do solo

A) Aptidão Agrícola das Terras — Limitações ↓

Atividade - Grupo de Aptidão	Pontos
Lavouras - Grupo de aptidão 1	500
Lavouras - Grupo de Aptidão 2	400
Lavouras - Grupo de Aptidão 3	300
Pastagem - G4	200
Pastagem Natural e Silvicultura - G5	100
Terras sem aptidão G6	0

B) Uso e Cobertura do Solo

Classe	Pontos
Cultura anual	100
Cultura perene	75
Pastagem	50
Silvicultura	25
Vegetação Nativa	0

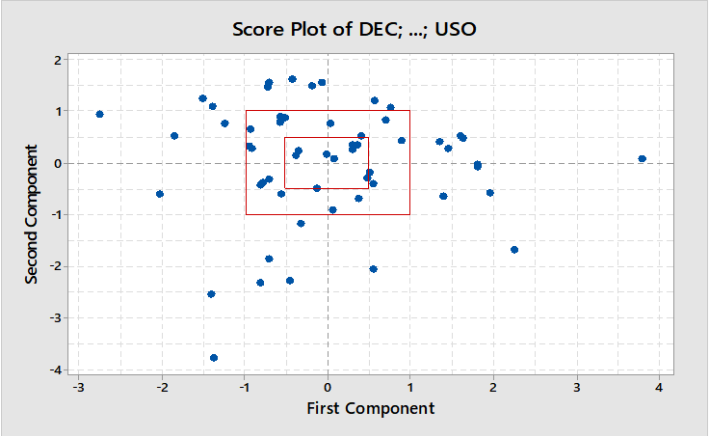
C) Declividade (%)

Intervalo	Pontos
0 - 3%	100
3 - 8%	50
> 8%	1

Elaboração: AUTORES.

As etapas do procedimento foram as seguintes: 1) cálculo da matriz de correlação de Pearson, que gera um índice adimensional com valores situados entre -1,0 (correlação negativa) e 1,0 (correlação positiva) que refletem a intensidade de uma relação linear entre conjuntos de dados. 2) Em seguida foram geradas as componentes principais (CPs) que seriam as possíveis combinações entre as variáveis. 3) Após a geração das componentes, as duas CPs de maior autovalor, que conservam maior informação do conjunto amostral, foram relacionadas no gráfico denominado de *scree plot* (Figura 6).

Figura 6.:Nordeste goiano: *screeplot* combinando as duas componentes



Legenda: No retângulo interno: PAs de maior representatividade regional. Elaboração: dos autores.

No Gráfico *screeplot* (Fig. 6) o eixo x representa a CP1 e o eixo y o CP2. Em função dessa combinação são plotados os autovalores de cada um dos assentamentos rurais da região Nordeste, de modo que aqueles que ficam mais próximos da intersecção entre os eixos são os mais representativos das combinações lineares geradas e que por isso, pode-se afirmar que esses são os PAs que melhor representam as características do conjunto regional. Desse modo, independente da escolha, qualquer um dos 10 PAs mais próximos da intersecção são representativos da região do NE. Assim, optou-se por trabalhar com o PA Paraná, devido material já estar disponível no banco de dados dos autores.

Avaliação do desenvolvimento sustentável

A compreensão de desenvolvimento sustentável adotado partiu da ideia de pluriatividade ligada ao desenvolvimento de áreas rurais. Segundo Anjos (2003) a pluriatividade identifica critérios para valorar os espaços rurais e redefinir sua função e o *status* da agricultura nesse processo, com destaque para “a importância das atividades agrícolas para o equilíbrio territorial e o dinamismo das zonas rurais, assim como para a preservação dos recursos naturais que, simultaneamente, passam a ocupar o primeiro plano na definição de novas políticas agrárias” (ANJOS, 2003, p. 16). Uma das formas de alcançar esse objetivo é a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável embasado no equilíbrio entre aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Para avaliar a sustentabilidade do PA Paraná, adaptou-se a metodologia proposta por Pérez-Soba *et al.* (2008) a fim de adequá-la a avaliação da sustentabilidade em assentamentos rurais. Essa metodologia originalmente se baseia na avaliação das Funções de Uso das Terras (FUTs), visando estabelecer as interrelações entre as dimensões econômica, social e ambiental mais relevantes em uma dada região ou localidade com estreita relação com o uso das terras. A adoção e adaptação dessa proposta metodológica à temática dos PAs deve-se a: (a) possibilidade de diagnóstico relativamente rápido; (b) interlocução fácil entre os as dimensões da sustentabilidade e os respectivos indicadores; (c) flexibilidade e adequação à temática trabalhada; (d) possibilidade dos resultados obtidos subsidiarem a elaboração de planos e projetos mais adequados à realidade. As fontes de dados foram variadas e cada FUT contempla um rol de indicadores de sustentabilidade selecionados conforme o tema e a finalidade do estudo. O Quadro 1 expõe os 16 indicadores escolhidos para atenderem as finalidades da presente pesquisa, o procedimento adotado para compor a nota do indicador, bem como a fonte de obtenção de dados.

Quadro 1: Dimensões da sustentabilidade, FUTs, indicadores de avaliação e respectivas fontes dos dados.

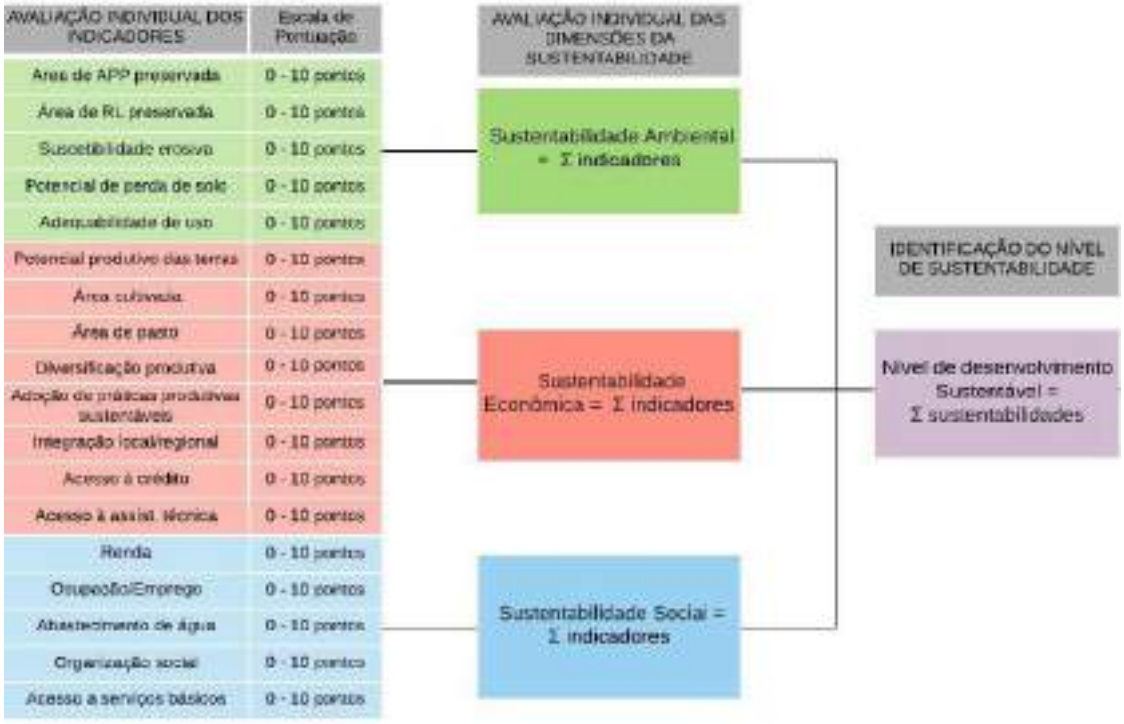
FUT	Indicadores	Procedimento	Fonte
Sustentabilidade Ambiental Conservação de recursos bióticos e abióticos	1. Área de Preservação Permanente (APP) preservada	Considerou-se a % de APP preservada	Informações do Cadastro Ambiental Rural - CAR
	2. Reserva Legal (RL) preservada	Considerou-se a % de RL preservada	Informações do CAR
	3. Suscetibilidade à erosão laminar	Considerou-se a % de terras que apresentam baixo e/ou nulo potencial para perda de solos por erosão laminar	Mapa de Suscetibilidade à erosão laminar
	4. Potencial de perda de solo	A avaliação do indicador levou em conta somente a % terras com baixo potencial.	Mapa de Potencial à erosão laminar
	5. Adequabilidade de Uso das terras	% de Terras com uso adequado	Mapa de Adequabilidade de Uso
Sustentabilidade Econômica Produção Rural e Consumo local	6. Potencial produtivo das terras	Soma das terras com potencial produtivo para usos convencionais e limitações leves e de fácil reversão	Mapa de Capacidade de Uso das Terras
	7. Área cultivada (ha) efetiva	% Área com potencial / % área efetivamente ocupada	Mapa de uso e cobertura do solo
	8. Área de pasto (ha) efetiva	% Área com potencial / % área efetivamente ocupada	Mapa de uso e cobertura do solo
	9. Diversificação produtiva	Atividades econômicas predominantes em cada lote. Ver Quadro 10.	Mapa de uso e cobertura do solo
	10. Acesso à linhas crédito	Considerou-se a % de famílias que relataram acessar crédito rural recentemente. Ver quadro 11.	aplicação de questionários
	11. Assistência técnica continuada	Considerou-se a % de famílias que relataram acessar assistência técnica continuada. Ver quadro 11.	aplicação de questionários
Sustentabilidade Social Trabalho/ Renda/Saúde e qualidade de vida	13. Emprego/Ocupação	% das famílias que declararam que os seus membros estão ocupados dentro da parcela. Ver quadro 12.	aplicação de questionários
	12. Renda	% de famílias que declararam que a maior parte da renda advém das atividades econômicas desenvolvidas dentro de sua parcela. Ver quadro 12.	aplicação de questionários
	14. Abastecimento adequado de água	Considerou-se a % de famílias que relataram acessar água em níveis e qualidade suficiente p/ o consumo próprio e à produção. Ver quadro 13.	aplicação de questionários
	15. Acesso a serviços básicos	Considerou-se a o nível de satisfação/insatisfação.	aplicação de questionários
	16. Cooperativismo e associativismo rural	% das famílias que declararam participar da associação do assentamento. Ver quadro 14.	aplicação de questionários

Elaboração: AUTORES.

O critério utilizado para a seleção dos indicadores seguiu o princípio de relevância para assentamentos rurais, sendo eles qualitativos e quantitativos, além de multifuncionais,

que permitiam demonstrar de forma simples, clara e objetiva a situação de sustentabilidade atual. Ao todo foram dezesseis indicadores, sendo cinco sociais, cinco ambientais e seis econômicos, todos avaliados numa mesma escala de pontos de 0 a 10, mesmo para os indicadores qualitativos, de modo que o desempenho de todos fosse visualizado nessa mesma escala de pontos. Quanto mais distante de 0 e próximo de 10 for o valor do indicador, melhor seu desempenho, dando-se o inverso quanto mais próximo de 0. A articulação entre as dimensões da sustentabilidade, as FUTs e os indicadores de sustentabilidade compôs o sistema de avaliação do desenvolvimento sustentável do PA, em três níveis (figura 7).

Figura 7: Sistema de avaliação do desenvolvimento sustentável em PAs



A integração das dimensões da sustentabilidade, última etapa da avaliação do desenvolvimento sustentável, baseou-se na soma da pontuação das três dimensões avaliadas individualmente (ambiental, econômica e social), resultando na avaliação da situação atual do assentamento quanto ao seu nível de desenvolvimento sustentável. A escala de pontuação variou de 0 a 160 para os 16 indicadores. Os valores foram agrupados em cinco classes (Quadro 2), observadas a praticidade e a objetividade do sistema de classificação, sendo que cada uma delas demonstra a situação atual do PA no que se refere ao seu desenvolvimento sustentável.

Quadro 2: Nível de sustentabilidade

Pon-tos	Nível de sustentabilidade
0 - 60	**Não sustentável.** A ausência de integração entre as dimensões da sustentabilidade compromete toda as funções de uso que deveriam ser desempenhadas pela terra. A falta de sustentabilidade ambiental leva a ocupação de áreas ambientalmente frágeis potencializando a degradação dos solos e dos recursos hídricos. As terras podem apresentam restrições produtivas em extensão, inviabilizando qualquer tipo de exploração econômica tradicional de modo a comprometer as funções econômicas inerentes ao uso da terra. A renda é completamente dependente de atividades externas. A ausência de serviços sociais básicos e os níveis de insatisfação reduzem a fixação do beneficiário a sua parcela e aumenta as chances de abandono da mesma. Não existe nenhum tipo de associativismo. Tais problemas impedem a integração do PA ao seu contexto socioeconômico.
60,1 – 85	**Pouco sustentável.** A integração entre as dimensões é baixa. Existe alguma dimensão que retarda o desenvolvimento sustentável e afeta negativamente as demais. As terras apresentam potencial produtivo baixo à médio com limitações ocasionais ou até mesmo restrições ao aproveitamento produtivo. A renda está pouco atrelada às atividades econômicas desenvolvidas dentro da parcela e por isso pode ser dependente de atividades externas. O acesso a alguns serviços básicos existe, mas a insatisfação para com eles predomina. O abandono de parcelas é pontual e está relacionado com os fatores limitantes à sustentabilidade.
86 - 110	**Moderadamente Sustentável.** Alguns indicadores mostram que existem problemas que impedem a sustentabilidade do PA por completo, sendo necessário superá-los para atingir uma condição de maior integração entre as dimensões da sustentabilidade. As limitações ao desenvolvimento sustentável podem ser revertidas principalmente, através da organização produtiva, adequação do uso à capacidade, conversão das áreas subutilizadas em áreas onde o potencial produtivo é efetivamente aproveitado. A renda pode ser, em menor parte, dependente de atividades externas. O acesso a serviços básicos existe, supre as necessidades básicas, porém poderia ser melhorado. O associativismo tem adesão fraca à moderada e precisa ser aperfeiçoado a fim de ter mais impacto. O abandono de parcelas é inexistente ou pontual, mas não está relacionado com o baixo potencial produtivo das terras e/ou falta de recursos para explorá-la economicamente.
111 - 135	**Altamente Sustentável.** A integração entre as dimensões é bem elevada, mas existem indicadores pontuais que apresentam índices moderados que não impactam negativamente ou impactam pouco outros indicadores**.** As limitações ao desenvolvimento sustentável podem ser revertidas principalmente, através da organização produtiva, adequação do uso à capacidade, conversão das áreas subutilizadas em áreas onde o potencial produtivo é efetivamente aproveitado. A renda é dependente de atividades econômicas internas. O acesso a serviços básicos existe, supre as necessidades básicas e o nível de satisfação supera o de insatisfação. O associativismo tem adesão moderada à ampla e tem propiciado alguns resultados práticos às famílias. O abandono de parcelas é pontual e não está relacionado com o baixo potencial produtivo das terras e/ou falta de recursos para explorar economicamente a parcela.
136 - 160	**Totalmente sustentável**. Todas as funções inerentes ao uso das terras são desempenhadas com sucesso. Admite-se problemas pontuais, mas que estes não afetem em efeito nenhuma das dimensões da sustentabilidade, podendo ser facilmente trabalhados. O uso do solo é compatível com a capacidade. O potencial produtivo é efetivamente aproveitado. O PA se integra ao seu contexto socioeconômico. A renda é dependente da produção econômica desenvolvida na parcela. A diversificação produtiva dá dinamismo a produção e evita a dependência de um só item. A produção não sobrecarrega os recursos naturais e é realizada tendo por bases noções de sustentabilidade. O associativismo tem ampla adesão das famílias que participam ativamente. Práticas nesse sentido, tem levado ao fortalecimento das forças produtivas. A satisfação com os serviços básicos é predominante entre os beneficiários.

Elaboração: AUTORES.

Convém assinalar que após análise dos dados disponíveis nas diversas fontes, bem como os elaborados, executou-se trabalho de campo no PA Paraná para validação dos mapas produzidos e consultar as famílias por meio de entrevistas semiestruturadas, objetivando

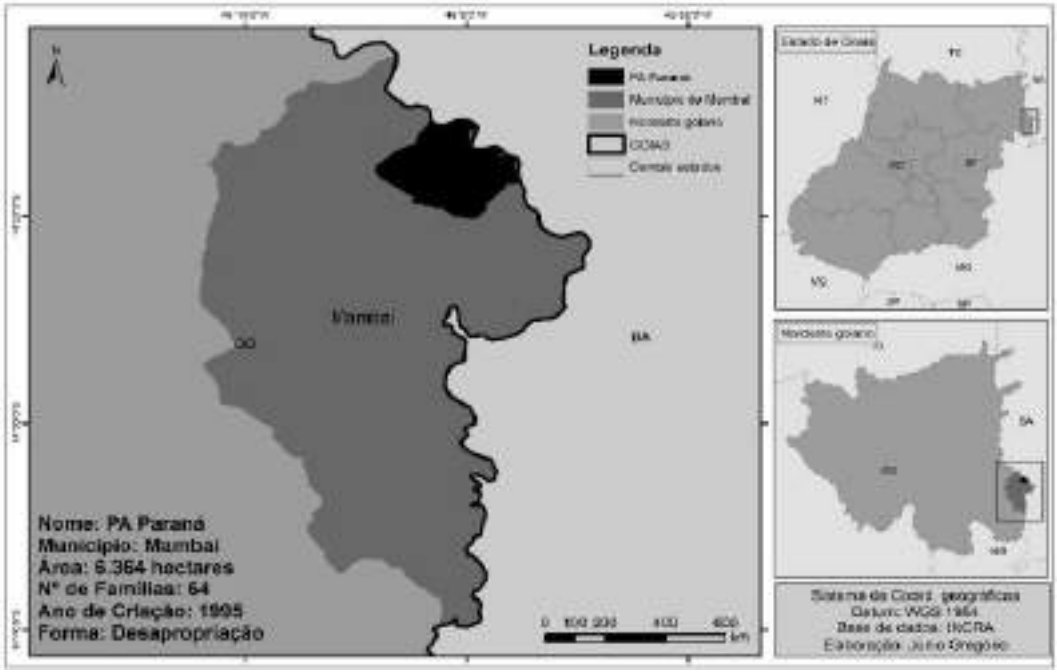
analisar sua situação socioeconômica e seu grau de satisfação. As questões foram relativas a: número de moradores no lote, profissão/ ocupação atual, tempo de moradia, forma de obtenção da terra, procedência, envolvimento com movimentos sociais antes e depois de assentado, conhecimento de agricultura/pecuária prévios. Os resultados foram tabulados, interpretados e incorporados ao texto.

A escolha dos lotes a serem visitados foi realizada considerando a capacidade de uso das terras predominante na unidade territorial lote. Desse modo, os 70 lotes do PA foram divididos em dois grupos de capacidade de uso das terras: Grupo I – predominância de terras cultiváveis com grau de degradação severa e muito severa (19 lotes) e Grupo II – predominância de terras indicadas para pastagem com variados graus de degradação (51 lotes). As condições técnicas e logísticas das visitas permitiram a visita em três lotes do Grupo I e dois lotes do Grupo II, onde foram feitas as entrevistas, as coletas de solos, a análise da paisagem e dos aspectos socioeconômicos de interesse da pesquisa.

A área de estudo: PA Paraná

O PA Paraná se situa na latitude 14°17’46’’ S e longitude 46°00’44’’ O, no município de Mambaí, na divisa com o estado da Bahia (Figura 8). Com área de 6.364 hectares corresponde a 90 módulos fiscais rurais municipais, sendo que em parte insere-se na Área de Preservação Ambiental (APA) das Nascentes do Rio Vermelho, criada em 2001 (Decreto s/n de 27/09/2001), a qual visou proteger os atributos naturais, com ênfase na diversidade biológica, nos recursos hídricos e no patrimônio espeleológico da área, além de assegurar seu uso sustentável. O PA Paraná foi criado por desapropriação de terras improdutivas em 1995, com capacidade máxima para receber 90 famílias, mas só havia recebido 64 famílias.

Figura 8: Município de Mambaí: localização do PA Paraná.



Fonte: Divisão política – IBGE; Informações sobre o PA – INCRA. Org.: AUTORES.

Resultados e Discussão

O quadro 3 apresenta a caracterização geral das famílias entrevistadas no PA. Verificou-se que é bem variada a composição familiar. Entre os lotes com maior número de moradores, verificou-se que decorria da presença de filhos pequenos ainda em idade escolar. Em todos os casos, os entrevistados se autodeclararam produtores rurais. Afirmaram descender de famílias de agricultores e, portanto, habituados a exercerem atividades típicas do campo, como a criação de animais e o cultivo de plantas alimentícias relacionadas à subsistência.

Quadro 3: PA Paraná: caracterização geral das famílias entrevistadas

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
Número de moradores no lote	4 (sendo duas crianças)	7 (sendo 5 crianças)	1	3 pessoas	2 pessoas
Profissão/ Ocupação	Produtor Rural	Produtor Rural	Produtor Rural	Produtor Rural	Produtor Rural
Morador (a) desde	1995	2003	2005	1995	2004
Forma de obtenção das terras	Obtenção via INCRA	Herança	Compra de benfeitorias de morador anterior	Obtenção via INCRA	Troca
É originário do município de locação do PA?	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Integra ou já integrou algum movimento social de reinvindicação de terras?	Não	Não	Não	Não	Não
Possui tradição familiar no desenvolvimento de	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

atividades agropecuárias?					

Fonte: dados obtidos a partir da aplicação de questionários semiestruturados[1]. Org.: AUTORES.

Apenas dois dos entrevistados afirmaram estar no assentamento desde a sua criação em 1995, os demais receberam lotes com o passar dos anos através do INCRA, herdaram, trocaram imóveis por um lote no assentamento ou compraram o direito de posse diretamente do morador original, a partir da aquisição das benfeitorias efetivadas, mesmo que essas transações sejam vedadas pelo INCRA em função da não titulação definitiva das terras às famílias ainda pendente. Apenas dois dos entrevistados declararam ser procedentes do município de Mambaí, locação do assentamento, os demais vieram de outros municípios goianos ou de outros estados. Nenhum dos entrevistados declarou ter participado, ao longo de sua vida, de algum tipo de movimento social ligado, seja à reinvindicação de terras, seja depois de assentados, como cooperativas, associações e similares.

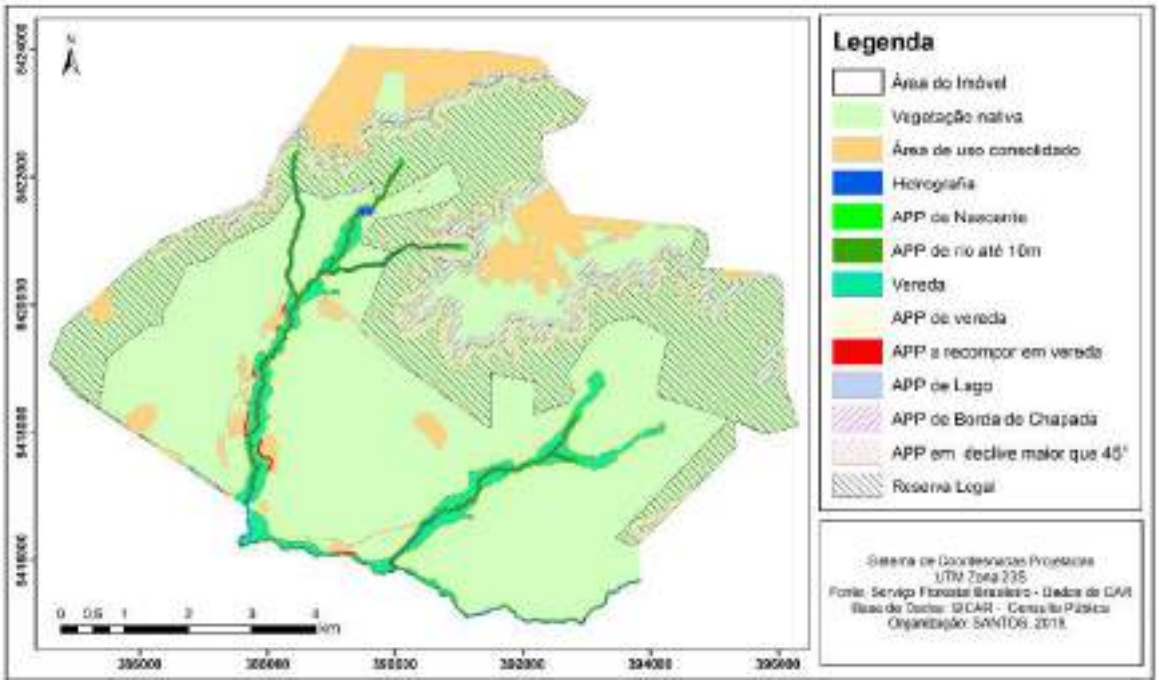
Avaliação individual dos indicadores de sustentabilidade

I - Indicador 1 e 2 – APP e RL preservadas – Notas: "9,6" e "9,8"

No PA Paraná há sete modalidades de APP: de nascente, de rio até 10m, de rio entre 10 e 50m de largura, de lago, de vereda, de borda de chapada e de área com inclinação maior que 45°. A figura 9 mostra a disposição de cada uma delas no terreno.

[1] O questionário aplicado junto às famílias foi elaborado no âmbito de pesquisa de Mestrado (SANTOS, 2018). O mesmo foi submetido, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás e cumpre os princípios éticos vigentes.

Figura 9: PA Paraná: Áreas de Preservação Permanente – APPs



Fonte: Serviço Florestal Brasileiro – Dados CAR. Org.: AUTRORES.

Na tabela 1 estão relacionadas todas as modalidades de APP, as áreas de cada uma e o respectivo *status* com relação ao cumprimento das metragens mínimas estabelecidas pela legislação ambiental vigente. Há cinco APPs de nascentes e cerca de 123ha de APPs de canal inseridas nos limites do PA, sendo que todas obedecem a metragem mínima estabelecida pela lei nº 12.651 de 25/05/2012 que determina um raio de 50m no entorno de nascentes e 30m em ambas as faixas dos canais fluviais de preservação permanente.

Ao avaliar o uso e cobertura dessas APPs, constatou-se que as de veredas mantêm as faixas marginais contínuas de 50m, cumprindo os limites estabelecidos por lei, no entanto, 4,56 ha (1% da área total) necessitam de readequações, uma vez que usos posteriores a 22/06/2008 não são mais admitidos. A APP de borda de chapada delimitou um recuo nunca inferior a 100m, conforme a lei determina, no entanto, 26,19 ha (9,85%) foram convertidos em pastagem, já sendo uso consolidado, entretanto não recomendado onde a inclinação do terreno ultrapassa os 45° e a suscetibilidade erosiva é considerada Muito Alta. Dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) mostram ainda que toda a extensão da linha de maior declive foi delimitada adequadamente como APP e se encontra praticamente preservada, porém 0,36ha (cerca de 0,13%) tem uso consolidado, devendo ser readequado.

Tabela 1: PA Paraná: Modalidades de APP

Modalidades	Área total (ha)	*Status*	Área a recompor
App de nascente	3,5 ha	Cumpre a legislação	-
APP de rio (até 10m + 10 a 50m)	122,7 ha	Cumpre a legislação	-
App de vereda	444 ha	Requer recomposição	4,56 ha ou 1,02% da APP
App de lago e lagoas	2,48 ha	Cumpre a legislação	-
App de borda de chapada	250 ha	Cumpre a legislação	-
App em área de declive maior que 45°	299 ha	Cumpre a legislação	-

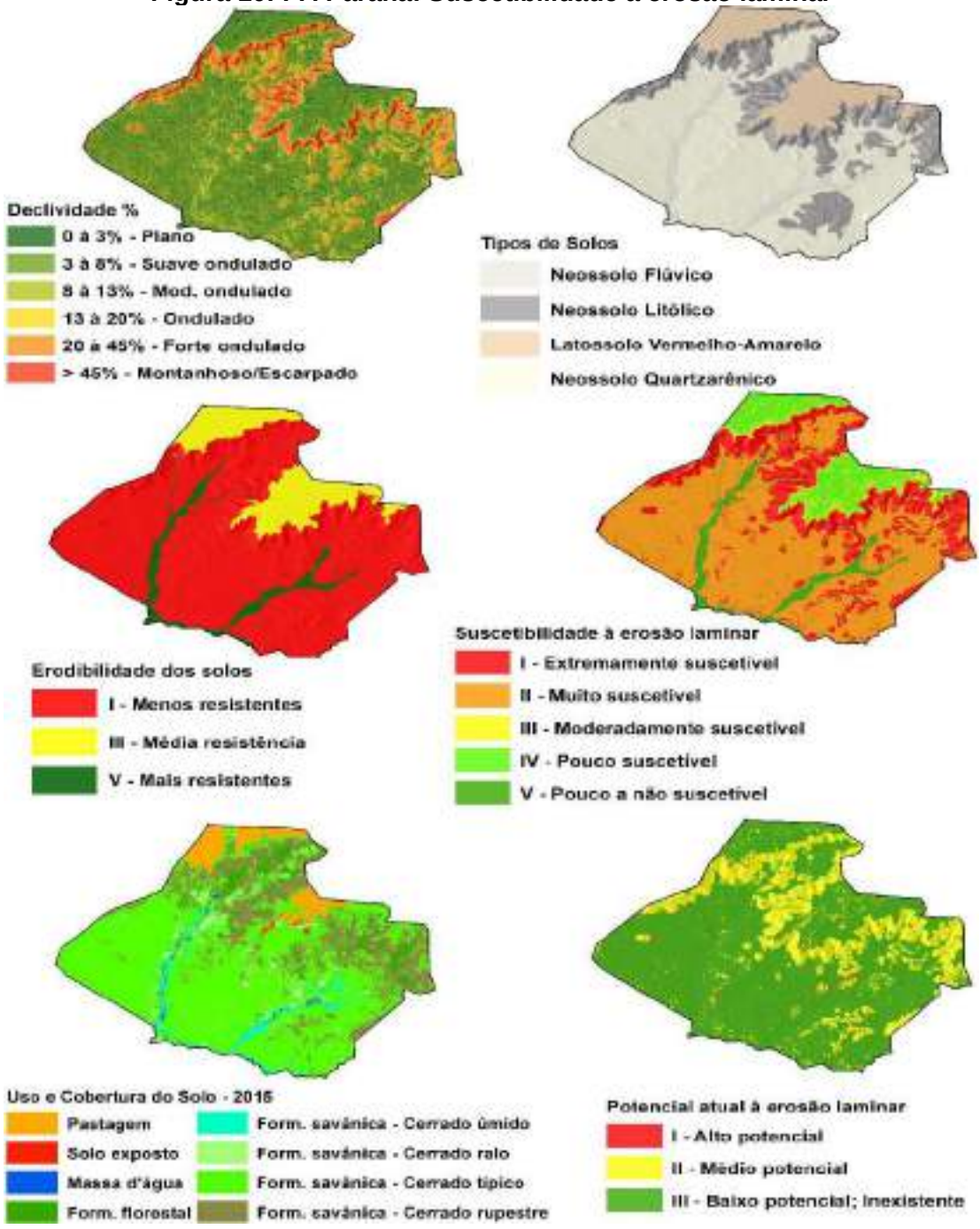
Legenda: (-) = inexistente. Fonte: Serviço Florestal Brasileiro - Cadastro Ambiental Rural do município de Mambaí obtido no SICAR. Org.: AUTORES.

A Reserva Legal (RL) do PA com 1.640,8 ha (26,06% da área total do imóvel), excedendo o que determina a lei, mas há 24,44 ha com usos consolidados (1,48% da área total) onde ocorre pastagem, descaracterizando a vegetação natural e propiciando redução da biodiversidade, o que contraria os usos permitidos pela lei, devendo ser readequados. Mesmo que a área seja pequena, deve-se evitar a expansão dessa atividade e o comprometimento da sua integridade ambiental. A RL cobre grande parte da escarpa e imediações e foi definida para a porção do terreno de alta fragilidade ambiental devido ao elevado declive e alta suscetibilidade erosiva. Mas, reveste-se de grande importância para a conservação ambiental, uma vez que nesse setor o lençol freático é raso e favorece a presença de nascentes e olhos d'água. Um ponto louvável é que a RL integra um corredor ecológico que a interliga às referidas APPs, assim como com outras RL de imóveis rurais vizinhos, criando uma extensa área de preservação.

II - Indicadores 3 e 4 – Suscetibilidade à erosão laminar e potencial de perda de solos – Notas: "1,5" e "7,5"

O mapa de avaliação do potencial de perda de solos por erosão laminar seguiu as etapas propostas por Salomão (1999) (Figura 10). Os solos do PA Paraná são pouco resistentes à erosão laminar. Os Neossolos Quartzarênicos e Litólicos representam 81% dos solos do PA e ocorrem em porções do terreno onde o relevo apresenta, na porção mais baixa do assentamento, aspecto suave ondulado, e forte ondulado a montanhoso, ao longo da escarpa. Toda a porção menos elevada do PA faz parte de uma área de deposição de material colúvio-aluvionar gerado em quantidades elevadas nas frações cascalho e areia a partir de processo natural de recuo da SRA pela ação contínua de erosão. O transporte de material inconsolidado só não é maior graças à baixa conversão de áreas de Cerrado em áreas agropecuárias.

Figura 10: PA Paraná: Suscetibilidade à erosão laminar



Fonte: Declividade - imagens ALOS/PALSAR; Uso e Cobertura do Solo: imagens *RapidEye.* Elab.: dos autores.

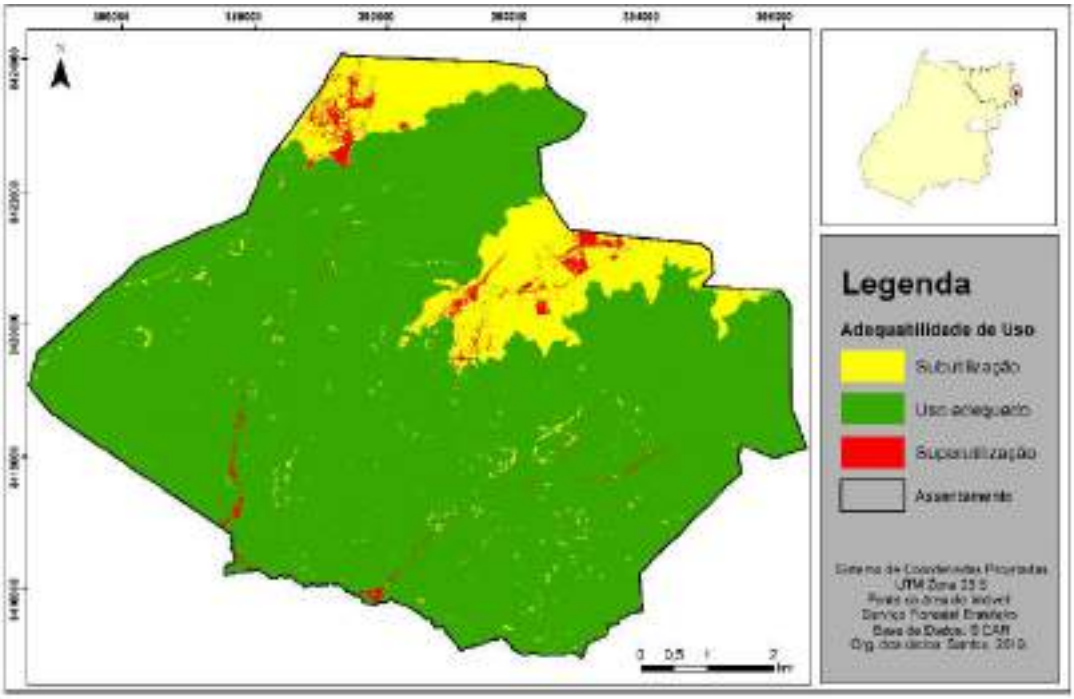
As terras muito suscetíveis (58%) e as extremamente suscetíveis (24%) são as mais frequentes, as quais somadas, representam 82% de toda área do PA. Essa predominância compromete a sua sustentabilidade ambiental. Entretanto, o potencial de perda de solos identificado é reduzido, o que se justifica pelo fato de apenas 1% de todo o terreno do PA apresenta alto potencial devido à baixa conversão de áreas de cerrado em áreas agropecuárias. O uso efetivo do solo bastante reduzido, consiste basicamente nas

benfeitorias, como aberturas de estradas, áreas para a construção das habitações e para o desenvolvimento de algum tipo de atividade produtiva de subsistência.

III - Indicador 5 – Adequabilidade de Uso – Nota: "8,5"

A avaliação desse indicador levou em conta apenas as terras onde se constatou uso adequado, ou seja, quando o uso atual é compatível com a capacidade de uso das terras, situação essa identificada em cerca de 85% das terras do PA situadas, sobretudo, na porção menos elevada e na extensa faixa de escarpa altamente dissecada onde a vegetação natural encontra-se preservada reduzindo o potencial erosivo que é naturalmente elevado (Figura 11).

Figura 11: PA Paraná: adequabilidade de uso das terras



Elaboração: AUTORES.

Síntese da Sustentabilidade ambiental

A soma dos cinco indicadores ambientais foi "36,9" indicando Sustentabilidade Ambiental altamente assegurada. As áreas de interesse ambiental encontram-se preservadas e cumprindo suas funções de preservação, permitindo a proteção de áreas extremamente suscetíveis como a escarpa, onde o solo é raso e a declividade acentuada. O único indicador que apresentou valores baixos foi Suscetibilidade à erosão devido à grande quantidade de terras Extremamente e Muito Suscetíveis à erosão laminar, as quais, graças à utilização do solo ser incipiente, encontram-se em sua maior parte, preservadas. As áreas de interesse

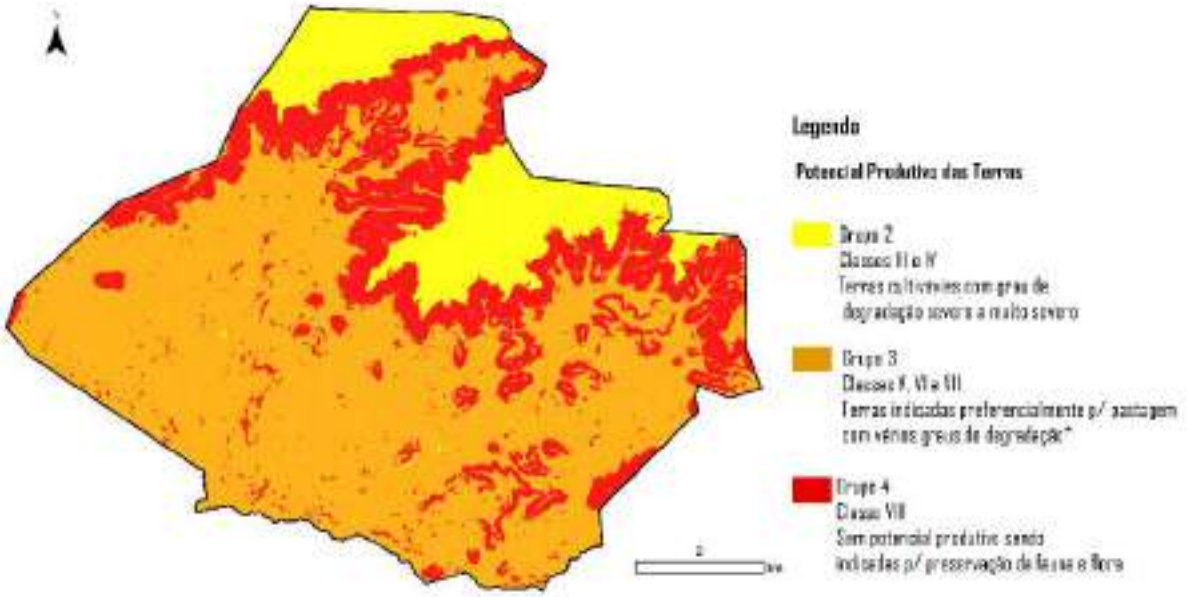
ambiental estão demarcadas corretamente e usos inadequados são pontuais, leves e em pequena extensão.

IV - Indicador 6 – Potencial produtivo das terras – Nota: "1,8"

A avaliação desse indicador levou em conta apenas as terras que apresentam algum potencial produtivo, excluídas aquelas que apresentam limitações que requerem complexas intervenções. A figura 10 mostra a distribuição espacial das classes de Capacidade de Uso das Terras que foram agrupadas em três grupos de acordo com o uso admitido.

Apenas 18% de toda a disponibilidade apresentam boas condições para exploração econômica e pertencem às classes III e IV e V de capacidade de uso (Figura 12), mas não estão disponíveis para todos os lotes devido a disparidade entre eles, decorrente dos parcelamentos do terreno. Em consequência, a maioria deles (51 lotes) situa-se em terras sem condições produtivas adequadas em vista de suas limitações e fragilidade ambiental, já relatadas. Ao passo em que uma minoria de lotes (19 lotes) se situa em terras que apresentam melhores condições de relevo e solos e menos suscetibilidade natural à erosão, mas estão isolados dos demais. Isso gera problemas internos no PA.

Figura 12: PA Paraná: Potencial produtivo das terras



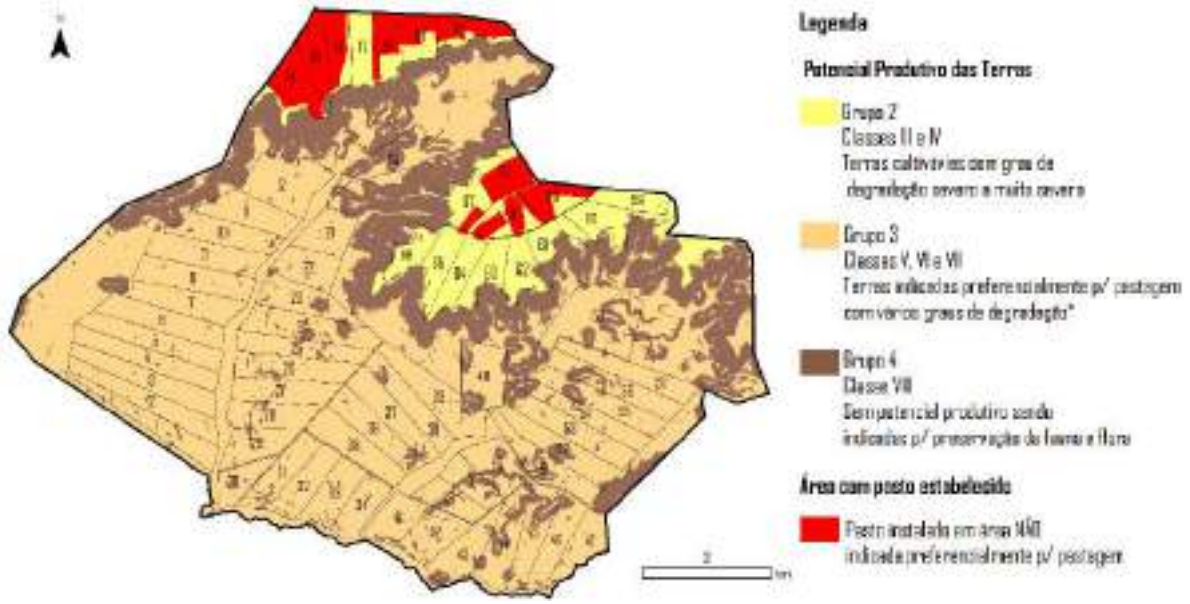
Elaboração: AUTORES.

V - Indicador 7 e 8 – Área cultivada e Área de pasto: não pontuaram

A partir do levantamento das adequações e inadequações de uso frente o potencial produtivo das terras (Figura 13), verificou-se que a área efetivamente ocupada por culturas

em área preferencialmente indicada para culturas é nula. E que apesar 315ha ou cerca de 5% de toda a disponibilidade de terras do assentamento serem preferencialmente indicadas para pastagem, verificou-se que apenas 0,05% dos pastos se encontram em terras indicadas para esse fim. O restante das pastagens do assentamento, 99,95%, está ocupando áreas preferencialmente indicadas para cultivos, caracterizando subutilização. Como o índice considera somente a área de pastagem situada em área indicada para esse uso, o valor obtido é praticamente nulo, não mostrando impacto sobre a sustentabilidade econômica do PA – 0,005.

Figura 13: PA Paraná: Área de Pastagem e Adequabilidade de Uso



Elaboração: AUTORES.

VI - Indicador 9 – Diversificação produtiva: não pontuou

A diversificação produtiva é nula, uma vez que não se observou, por exemplo, ocorrência de culturas diversas ou áreas de consórcio de culturas. No quadro 3 é possível verificar o tipo de atividade desenvolvida dentro dos lotes visitados e a sua finalidade.

Considerando o quadro produtivo verificado e levando em conta os indicadores sociais e produtivos atrelados à diversificação suscitados por Rathaman *et al.* (2008) e Ribeiro (2015), observou-se que no PA Paraná não se aproveita o potencial produtivo de áreas cultiváveis; a produção de itens agrícolas voltados à subsistência é muito baixa e. por isso, há uma dependência de consumo de itens externos; os programas de distribuição de sementes e incentivo à produção de grãos, hortaliças, frutas e legumes no assentamento não têm existido ou não têm tido impacto a ponto de provocarem mudanças no uso e cobertura do solo, no entanto deveriam ser incentivados, nas áreas preferencialmente indicadas para cultivo.

Quadro 4: PA Paraná: atividades identificadas dentro dos lotes visitados

Atividade	Lote 28	Lote 29	Lote 30	Lote 47	Lote 69
Criação de gado leiteiro	-	-	-	-	-
Criação de gado de corte	-	-	-	-	-
Criação de aves	X*	X*	X*	X*	X*
Criação de suínos	-	-	-	-	X*
Cultivo de frutas, hortaliças e leguminosas voltado à comercialização	-	-	-	-	-
Horta voltada à subsistência			X*	X*	X*
Cultura de grãos	-	-	X*	-	-
Outras	-	-	ovelhas*	-	-

Legenda: (X) = presença; (-) = ausência; (*) = voltado à subsistência. Fonte: dados obtidos a partir da aplicação de questionário e visita aos lotes. Org.: dos autores.

VII - Indicador 10 e 11 – Crédito rural e Assistência técnica: não pontuaram

A falta de assistência técnica adequada e continua é destacada pelos assentados, inclusive os mais antigos afirmam que nunca houve acompanhamento das famílias por qualquer projeto de desenvolvimento produtivo. Acerca do crédito inicial fornecido pelo INCRA, relataram que o valor recebido sempre ficou aquém do prometido e que foi gasto sem nenhum acompanhamento técnico. Consequentemente, não produziu nenhum retorno produtivo de imediato e nem mesmo a médio ou a longo prazo para as famílias. Em função do quadro relatado pelas famílias entrevistas que demonstra não atendimento em níveis suficientes das expectativas quanto ao crédito rural e a assistência técnica, ambos os indicadores não expressam valores positivos.

Síntese da Sustentabilidade econômica

Todos os indicadores econômicos avaliados são baixos e a somatória dos valores obtidos é “1,8”, numa escala que vai de 0 a 60, revelando que as *terras não desempenham satisfatoriamente nenhuma função econômica*, devido às limitações técnicas e ambientais identificadas. A situação é tão precária que chega a comprometer inclusive outras funções de uso da terra, por exemplo as funções sociais, aumentando as chances de abandono das parcelas, que já é elevada, conforme informações das próprias famílias e confirmadas em campo.

IX - Indicadores 12 e 13 – Emprego/Ocupação e Renda: não pontuaram

Os dados obtidos a partir da aplicação de questionários junto às famílias mostram que nenhum dos membros adultos das parcelas se encontram devidamente ocupados

internamente, explorando-a economicamente. A renda mensal é totalmente dependente de auxílios e/ou aposentadorias e em menor parte, de atividades externas, as quais são esporádicas e atendem moderadamente ou não atendem às necessidades básicas das famílias, gerando insegurança e insatisfação financeira, contribuindo para o aumento as chances de abandono do lote. Tal situação segundo os moradores mais antigos ocorre frequentemente e atinge mais da metade das parcelas do PA.

X - Indicadores 14 e 15 – Acesso à água e serviços sociais básicos: notas: "3,3" e "3,4"

Um dos indicadores sociais positivos, porém, ainda baixo, refere-se ao abastecimento de água que atende perfeitamente as demandas de consumo e produção de 51 lotes situados na porção menos elevada dos 70 lotes do PA. Tal abundância decorre da presença de mananciais e da captação por meio de bombeamento, armazenando-se a água em caixas d'água, como observado em campo. Não se registrou nenhuma queixa ou insatisfação nesse quesito pelas famílias.

Atribuiu-se um valor baixo ao indicador, pois há um segundo grupo de lotes, 19, situados na chapada, onde não há oferta hídrica superficial que permita captação direta. Conforme os moradores, a instalação de famílias nessa área foi impedida por muito tempo, pois não havia infraestrutura de captação, que apenas ocorreu mais tarde. Notou-se que a água é captada à jusante e bombeada para montante, o que gera razoável insegurança quanto ao acesso regular ao recurso. Assim, dessa desigualdade interna justificou o baixo valor atribuído ao indicador.

Quanto ao indicador atendimento a serviços básicos as famílias revelaram insatisfação moderada, exceto para a energia elétrica, o único subindicador atendido plenamente. Quanto aos serviços de saúde foi relatado que a cada dois meses uma equipe de saúde da Prefeitura visita o PA na casa de um dos moradores, onde dá atendimento, com ênfase em pediatria e geriatria. Qualquer outra especialidade médica, tratamento mais intensivo ou exigência de acompanhamento médico regular é oferecido no sistema de saúde do município de Mambaí, na cidade, a cerca de 25km do PA. O único residente fixo do lote situado na chapada relatou que essas visitas médicas nunca ocorreram. Em todo o caso, percebeu-se de que o atendimento precisa ser melhorado, em termos de especialidades médicas e em termos de regularidades das visitas.

Em termos de educação não há escola no PA ficando a mais próxima na cidade de Mambaí a qual é acessada pelos filhos dos assentados com transporte gratuito disponibilizado pela Prefeitura de Mambaí. O único residente fixo nos lotes situados acima da escarpa relatou que um dos motivos que levam ao abandono parcial ou total da parcela, refere-se à ausência

de escola e o fato de que o transporte cedido pela prefeitura atender somente aos lotes do terço inferior do assentamento, devido ser menos distante do perímetro urbano do município de Mambaí.

Não há serviços de coleta de lixo. As famílias informaram que todo lixo produzido no PA é queimado. E não há nenhum instrumento ou equipamento de lazer ou acesso fácil a atividades artístico-culturais nos arredores do PA.

XI - Indicador 16 – Organização social: não pontuou

Nenhuma das famílias se declararam associadas a algum tipo de organização social dentro ou fora do assentamento. Percebeu-se intensa insatisfação e frustração com os resultados práticos de iniciativas de associativismo anteriores, o que dificulta a organização social atual dos assentados. Nenhuma das famílias declarou ter feito parte de algum tipo de movimento social reivindicatório de terras. Em função do exposto, não foi registrado nenhum valor positivo ao indicador organização social.

Síntese da Sustentabilidade social

A somatória dos indicadores resultou num valor de “6,7”, o que revela *Sustentabilidade social totalmente comprometida*. A terra não está desempenhando plenamente nenhuma função social. A renda das famílias não resulta do aproveitamento produtivo do PA, advindo exclusivamente de aposentadorias e auxílios e, em menor parte, de atividades realizadas fora dele. A taxa de desocupação e desemprego é elevada e gera insegurança na comunidade. A desarticulação social entre as famílias é evidente, a ponto de verem com desconfiança iniciativas de associativismo ou cooperativismo. A insatisfação com os serviços sociais básicos é recorrente e compromete a qualidade de vidas dos assentados. Por fim, levando em conta todos os indicadores sociais avaliados, constatou-se que o abandono de parcelas é identificado com frequência em decorrência das condições de vida.

Avaliação integrada dos indicadores de sustentabilidade

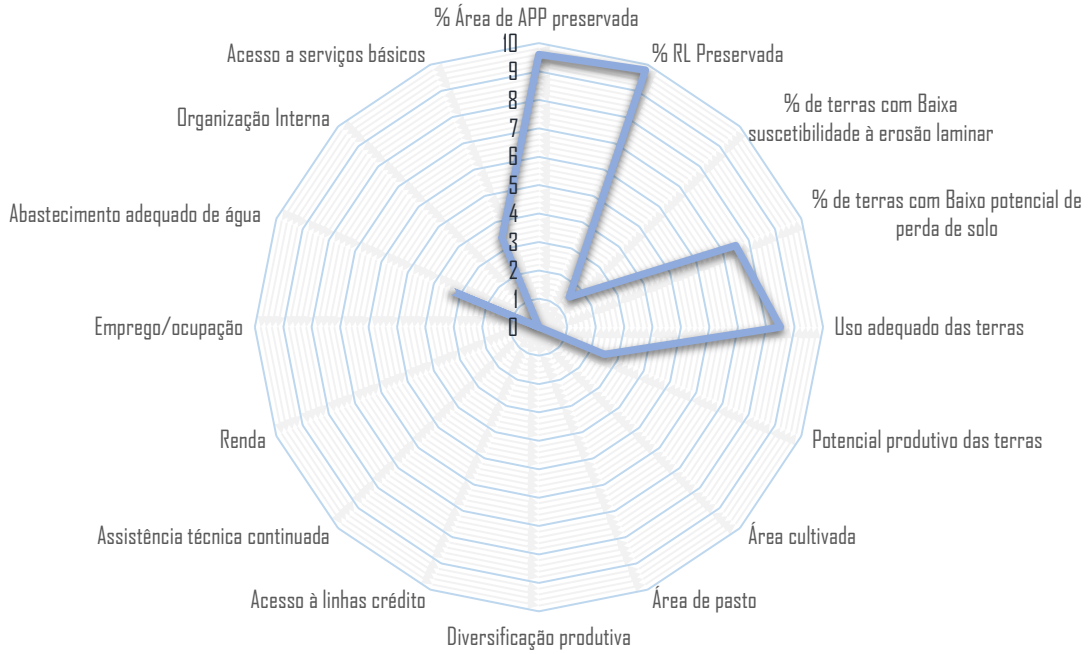
Na tabela 2 são descriminados os resultados de cada um dos 16 indicadores avaliados e na Figura 14 o desempenho dos indicadores pode ser verificado de forma conjunta.

Tabela 2: Balanço da avaliação dos indicadores

Dimensão - FUT	Indicador de sustentabilidade	Nota
Ambiental - Conservação de recursos bióticos e abióticos	% Área de APP preservada	9,6
	% RL Preservada	9,8
	Suscetibilidade à erosão laminar	1,5
	Potencial de perda de solo	7,5
	Uso adequado das Terras	8,5
Econômica - Produção rural e consumo local	Potencial produtivo das terras	1,8
	Área cultivada	0
	Área de pasto	0
	Diversificação produtiva	0
	Crédito Rural	0
	Assistência técnica	0
Social - Trabalho, renda e qualidade de vida	Emprego/Ocupação	0
	Renda	0
	Acesso a água	3,3
	Acesso a serviços básicos	3,4
	Organização Interna	0
	Total	45,4

Fonte: AUTORES.

Figura 14: PA Paraná: Avaliação conjunta dos indicadores de sustentabilidade



Fonte: AUTORES.

A somatória das três dimensões da sustentabilidade foi 45,4 indicadora de que o PA Paraná *Não é sustentável*. A Figura 12, indica que a sustentabilidade ambiental é a única que é desempenhada moderadamente. No mais, a ausência de integração entre essas dimensões mostra que boa parte desse problema decorre do insucesso produtivo do assentamento que remonta à fase de seleção de terras. Esta ocorreu sem averiguar corretamente o potencial de uso das terras para atividades agrícolas e pecuárias, bem como a distância de centros de consumo dos eventuais produtos afetando notavelmente o desenvolvimento econômico. Essas desconsiderações são frequentes na implementação de PAs.

Nem mesmo houve tentativas por parte dos órgãos envolvidos, nem dos assentados, em buscar outras atividades econômicas, como turismo rural, artesanato ou culturas especificas que se adequassem às condições produtivas das terras. Assim, o emprego/ocupação e a renda são completamente dependentes de atividades externas ao PA, as quais são esporádicas e mal remuneradas, o que gera insegurança. Não há escola, posto de saúde e nenhum tipo de associativismo. A integração das características e os níveis de insatisfação socioeconômica aumentam as chances de abandono dos lotes.

Considerações finais

O valor reduzido das terras na região, devido sua baixa aptidão agrícola e pecuária pode justificar, em parte, a expansão e a dimensão dos PAs no NE goiano. Há que se dizer que a falta de avaliação do potencial de uso das terras e das reais possibilidades de integração econômica local e regional das famílias foi uma falha grave que produziu o quadro de insustentabilidade nos PAs da região, antes de promover o assentamento das famílias.

Os indicadores adotados confirmam as restrições produtivas da área selecionada para implementação do PA Paraná, seguido do déficit notável de assistência técnica, operacional, logística e apoio creditício.

O baixo desempenho de indicadores-chave como renda e emprego/ocupação indica que há problemas sérios que remetem à fase de consolidação e estruturação do PA, o que gerou isolamento econômico do PA e elevada dependência dos assentados de fontes de renda externas, como aposentadorias e auxílios principalmente dos mais velhos, além de trabalhos temporários, escassos e de ganho insuficiente para os assentados em idade ativa.

A taxa de abandono dos lotes já atinge mais da metade do PA e é o principal sintoma da insustentabilidade, o qual deixa evidente a ineficácia das intervenções dos órgãos envolvidos na reforma agrária no estado de Goiás e na região NE em particular, e que se soma à incapacidade dos próprios beneficiários em se organizarem, todos fatos comuns na reforma agrária brasileira segundo vasta literatura.

Referências

ANJOS, F. S. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Caderno Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan. /abr., 2003.

BRASIL. Decreto s/n de 27 de set. de 2001. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho e dá outras providências. **Lex**: Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de set. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9335.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2019.

BRASIL. **Mapeamento do Uso e Cobertura do Cerrado**: Projeto TerraClass Cerrado 2013. Brasília: MMA, 2015. Disponível em : < http://www.dpi.inpe.br/tccerrado/Metodologia_TCCerrado_2013.pdf>. Acesso em: 18 de fev. de 2019.

CALAÇA, M.; DIAS, W. A. A modernização do campo no cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **Campo-Territótio**: Revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 312-332, ago. de 2010.

CORRÊIA, S. P. S. ***A construção de Goiás:*** *ensaio de desenvolvimento político e regional*. Goiânia: Editora da PUC, 2010.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA). **Informações gerais sobre os assentamentos de Reforma Agrária**. Disponível em: < http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 07 de jan. 2019.

LATRUBESSE, E.; CARVALHO, T. **Geomorfologia de Goiás e Distrito Federal**. Goiânia: Superintendência de Geologia e Mineração, 2005.

MOREIRA, H. L. *et al*. **Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do estado de Goiás**: Região Nordeste. Rio de Janeiro; IBGE, 1995.

OLIVEIRA, A. U. (Org.); LIRA, E. R. (Org.) ; CABRERA, J. P. (Org.) ; SANTOS, R. S. (Org.) . **Terra, Poder e Território**. 1. ed. Goiânia/GO: Kelps,. v. 1. 2014. 280 p.

OLIVEIRA, A. U.; FARIAS, C. S. **Atlas da Reforma Agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: FFLCH Edições, 2011. v. 01. 200 p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, v. 1, 2007. 184p.

PALACÍN. L. G. **Coronelismo no extremo Norte de Goiás**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PEARSON. K. On lines and planes of closest fit to systems of points in space. **Philosophical Magazine**, series 6, vol. 2, nº 11, pp. 559-572, 1901. Disponível em: < http://www.stats.org.uk/pca/Pearson1901.pdf >. Acesso em: 23 de ago. de 2018.

PÉREZ-SOBA, M. et al. Land use functions: a multifunctionality approach to assess the impact of land use changes on land use sustainability. In: HELMING, K.; PÉREZ-SOBA, M.; TABBUSH, P. (Ed.). **Sustainability impact assessment of land use changes**. Berlin; New York: Springer, 2008. cap. 19, p. 375-404.

RATHMANN, Régis; HOFF, Débora Nayar; SANTOS, Omar Inácio Benedetti; PADULA, Antônio Domingos. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: Um estudo da fruticultura na Região da Campanha no RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 46, p. 325-354, 2008.

RIBEIRO, DINALVA DONIZETE. Diversificação produtiva, geração e aumento de renda em assentamentos rurais a partir do milho crioulo. **Ateliê Geográfico (UFG)**, v. 9, p. 109-127, 2015.

SALOMÃO, F. X. T. Controle e prevenção dos Processos Erosivos. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.). **Erosão e Conservação dos Solos**: Conceitos, Temas e Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340p.

SANTOS, J. G. R. **Sustentabilidade de assentamentos rurais no Estado de Goiás***:* avaliação comparada entre assentamentos do Nordeste e do Sul goiano. 2018. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica). Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SANTOS, Júnio Gregório Roza dos; CASTRO, Selma Simões de. Influência do meio físico na produção dos assentamentos rurais das regiões do Sul e do Nordeste goiano. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 95-115, Abr.. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982451320160001000 95&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Set.. 2016.

SMITH, L. **A tutorial on Principle Components Analysis**. 2002. Disponível em: http://www.iro.umontreal.ca/~pift6080/H09/documents/papers/pca_tutorial.pdf. Acesso em: 12 de dez. de 2016.

Sobre os autores

Júnio Gregório Roza dos Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-1130-5833.

Selma Simões de Castro – Graduação em Geografia pela Universidade do Estado de São Paulo (USP). Mestre em Geografia Física pela Universidade do Estado de São Paulo (USP). Doutorado em Ciências/Geografia Física pela Universidade do Estado de São Paulo (USP). Pós-doutorado em ciência do solo no INRA-Rennes (França). Atualmente é Professora Sênior do Departamento de Solos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade do Estado de São Paulo (ESALQ/USP). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-5401-5852.

Como citar este artigo

SANTOS, Júnio Gregório Roza dos; CASTRO, Selma Simões de. Metodologia de avaliação de sustentabilidade de Projetos de assentamento rural aplicada à região do Nordeste goiano, estado de Goiás. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 231-259, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor **Júnio Gregório Roza dos Santos** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, sua interpretação e análise e o segundo autor, **Selma Simões de Castro**, ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e metodológico da pesquisa.

Recebido para publicação em 21 de fevereiro de 2019.
Devolvido para a revisão em 27 de junho de 2019.
Aceito para a publicação em 12 de julho de 2019.

O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social[1]

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: germano.ep@outlook.com

Nádia Velleda Caldas
Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: velleda.nadia@gmail.com

Daiane Roschildt Sperling
Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: daianesperling@hotmail.com

Resumo

A produção orgânica vem assumindo uma inegável importância. No Rio Grande do Sul, se destaca a produção orgânica de arroz gerado especialmente em assentamentos de reforma agrária. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é discutir o surgimento e a evolução da produção do arroz ecológico Terra Livre, considerando alguns pontos importantes desse processo. Para darmos conta do objetivo proposto, realizamos uma revisão bibliográfica e documental sobre o tema. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho qualitativo a partir da análise dos dados obtidos nas entrevistas realizadas em profundidade. Na safra de 2016/2017, foram produzidas 550 mil sacas por 616 famílias em 22 assentamentos e 16 municípios diferentes. Essa produção é comercializada com a marca arroz Terra Livre e certificada como produto orgânico. Na atualidade, o principal desafio apontado pelos assentados é a comercialização, especialmente devido ao declínio nos últimos anos das políticas públicas para a agricultura familiar. Apesar disso, os resultados dessa iniciativa vêm demonstrando a importância de um projeto alicerçado em uma agricultura mais sustentável como força motriz de um processo de desenvolvimento diferenciado e com compromisso social.

Palavras-chave: Produção orgânica; reforma agrária; agroecologia; arroz orgânico.

The ecological rice Terra Livre: development and social commitment

Abstract

Organic production is assuming an undeniable importance. In Rio Grande do Sul, organic production of rice, especially in agrarian reform settlements, stands out. In this context, the objective of this work is to discuss the emergence and evolution of the production of organic rice Terra Livre, considering some important points of this process. In order to realize the objective here proposed, we carried out a bibliographical and documentary review on the subject. The methodology used in this research is qualitative based on the analysis of the data obtained in the in-depth interviews. In the harvest of 2016/2017, 550 thousand bags were produced by 616 families in 22 settlements and 16 different municipalities. This production is marketed under the trademark Terra Livre rice and certified as an organic

[1] Este trabalho está vinculado a um projeto de pesquisa cadastrado no CNPq e na UFPel sob o título “Espaços de resistência, espaços de afirmação: Agricultura familiar e certificação de orgânicos no sul do Brasil”. A execução deste trabalho só foi possível graças ao apoio do CNPq através da concessão de uma bolsa de mestrado.

product. Currently, the main challenge posed by the settlers is the commercialization, especially due to the decline in the last years of the public policies for the familiar agriculture. Despite this, the results of this initiative have demonstrated the importance of a project based on a more sustainable agriculture as the driving force of a differentiated development process and with social commitment.

Keywords: Organic production; land reform; agroecology; organic rice.

El arroz ecológico Terra Livre: desarrollo y compromiso social

Resumen

La producción orgánica viene asumiendo una innegable importancia. En Río Grande do Sul, se destaca la producción orgánica de arroz generado especialmente en asentamientos de reforma agraria. En este contexto, el objetivo de este trabajo es discutir el surgimiento y la evolución de la producción del arroz ecológico Terra Livre, considerando algunos puntos importantes de ese proceso. Para dar cuenta del objetivo aquí propuesto, realizamos una revisión bibliográfica y documental sobre el tema. La metodología utilizada en esta investigación es de cuño cualitativo a partir del análisis de los datos obtenidos en las entrevistas realizadas en profundidad. En la cosecha de 2016/2017, se produjeron 550 mil sacos por 616 familias en 22 asentamientos y 16 municipios diferentes. Esta producción se comercializa con la marca arroz Terra Livre y se certificó como producto orgánico. En la actualidad, el principal desafío señalado por los asentados es la comercialización, especialmente debido al declive en los últimos años de las políticas públicas para la agricultura familiar. A pesar de ello, los resultados de esta iniciativa demuestran la importancia de un proyecto basado en una agricultura más sostenible como fuerza motriz de un proceso de desarrollo diferenciado y con compromiso social.

Palabras clave: Producción orgánica; reforma agraria; agroecología; arroz orgánico.

Introdução

Frequentemente, recebemos com perplexidade diversas notícias de escândalos alimentares, tomando conta de noticiários e meios de comunicação. Os embustes vão desde leite adulterado com formol, ureia e soda cáustica, passando pela comercialização de carne misturada com papelão, até contaminação de frutas e hortaliças por agrotóxicos acima do que legalmente é permitido ou até mesmo por substâncias proibidas pelas agências reguladoras no Brasil. Este último caso esteve presente, no final de 2016, em uma série de reportagens do jornal gaúcho Zero Hora – diário de maior circulação no Rio Grande do Sul – intitulada “Perigo no Prato”. As reportagens que foram veiculadas durante uma semana alertavam que várias frutas e hortaliças vendidas na Central de Abastecimento (Ceasa) de Porto Alegre/RS estavam contaminadas com níveis de agrotóxicos acima do que é permitido pela legislação brasileira e outros até mesmo proibidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As amostras foram analisadas pelo Laboratório de Análises de Resíduos de Pesticidas (Larp), do Departamento de Química da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Segundo as reportagens, 45% de vinte produtos analisados estavam contaminados

por 10 químicos diferentes (ZERO HORA, 2016). Dados ainda mais inquietantes informavam que 45% dos hortifrútis que abastecem o Rio Grande do Sul partem da Ceasa de Porto Alegre/RS, o que demonstra a amplitude da presença desses alimentos no cotidiano da população gaúcha.

Entretanto, temos que atentar para outra questão. Se por um lado alimentos contaminados por agrotóxicos representam risco para os consumidores e consumidoras, por outro, a contaminação também ameaça trabalhadores rurais que produzem esses alimentos. Todavia, muitas vezes a gravidade e a quantidade dessas intoxicações acabam despercebidas. Referimo-nos ao fato de que, segundo informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) veiculadas pelo Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos (2017), é estimado de que apenas 2% dos casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil são registrados como tal. O restante dos casos é relacionado com outras causas ou enfermidades, desviando a atenção desse preocupante cenário, inclusive sob o ponto de vista da atuação de entes públicos nessa problemática.

Além das questões de saúde envolvidas com a manipulação, com a aplicação e com o consumo de agrotóxicos (este último muitas vezes de forma inconsciente), é preciso ter em mente também a complexidade de problemas que este uso abusivo vem causando. Em 2015, o Brasil foi o país que mais consumiu agrotóxicos no mundo (O GLOBO, 2015). Segundo documentos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 2014 o consumo de agrotóxicos no Brasil fora de 7,3 quilos por habitante (ABRASCO, 2015).

O resultado desse cenário é desastroso do ponto de vista ambiental, social e econômico e impõe a necessidade de reflexão sobre o caminho que estamos seguindo e o destino desse modelo produtivo e de exploração agropecuária alicerçado nas bases do capitalismo, da globalização e da Revolução Verde.

É nesse contexto de discussão que surgiram as primeiras experiências de produção de arroz ecológico nos assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, especialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em meio a um cenário de crise na orizicultura gaúcha, assentados e assentadas da reforma agrária decidiram deixar a produção convencional de arroz e partir para uma produção agroecológica do grão, motivados pela agroecologia que já vinha sendo aplicada na produção de hortaliças em assentamentos da região. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vem sendo considerado o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (BBC BRASIL, 2017), superando desconfianças e inquietudes que surgiram no decurso desse processo.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir o surgimento e a evolução da produção do arroz ecológico Terra Livre, considerando alguns pontos importantes desse processo relacionados a um projeto diferenciado de desenvolvimento em que se destaca o

compromisso social com as famílias agricultoras assentadas e suas organizações de base, valorizando a agroecologia como forma de produção e organização social.

Além da introdução que se encerra aqui, este trabalho está organizado em outras quatro seções. A próxima seção explana sobre os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa. A terceira parte apresenta os resultados da pesquisa, abordando a experiência e a evolução da produção do arroz Terra Livre, perpassando por alguns aspectos técnicos e sociológicos envolvidos nesse processo. A quarta seção trata de algumas considerações finais sobre o trabalho e logo após, apresentamos alguns agradecimentos que julgamos pertinentes. Por fim, expomos as referências bibliográficas utilizadas neste artigo.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho foi desenvolvido dentro das ações do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR), vinculado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) e à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Faz parte de uma dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2018 (AUTOR, 2018) junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPG SPAF/UFPel).

Nesta investigação utilizou-se uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (1999: 21-22),

> responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para possibilitar a análise do contexto como um todo do campo de pesquisa, realizamos uma observação participante em quatro eventos: a 27ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz (fevereiro de 2017, Estação Experimental do Irga, em Cachoeirinha/RS); a 14ª Oficial da Colheita do Arroz Agroecológico no Rio Grande do Sul (março de 2017, Assentamento Capela, Nova Santa Rita/RS); o 10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida (abril de 2017, em Erexim/RS), sendo este, um dos eventos mais importantes sobre agroecologia e certificação participativa do Brasil. Por fim, a Abertura Estadual da Semana do Alimento Orgânico 2017 (maio de 2017, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Esses eventos, além de importantes campos de observação e comparação dos contextos de produção de arroz convencional e orgânico (no caso dos dois primeiros), também propiciaram uma aproximação com representantes das organizações envolvidas com a produção e comercialização do arroz Terra Livre, o que possibilitou o agendamento das entrevistas realizadas posteriormente.

No tocante aos métodos empregados, recorremos a diferentes fontes de informação. Além de uma revisão bibliográfica em bancos de periódicos, foram examinados dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)[2]; de organizações não-governamentais; de movimentos sociais; da International Federation Organic Agriculture Movement (IFOAM); da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA); de grupos e associações de consumidores e de outras instituições que abordam o tema da certificação dentro de suas agendas de atuação. Houve ainda a apreciação de materiais existentes sobre o marco legal brasileiro da produção orgânica (Leis, Decretos, Instruções Normativas, etc.), assim como documentos sobre a certificação do arroz Terra Livre.

Posteriormente, obtivemos os dados primários através da realização de nove entrevistas em profundidade, mediante uso de um roteiro semiestruturado que contemplou perguntas abertas e fechadas. Participaram como interlocutores, além dos representantes das organizações dos agricultores familiares assentados produtores do arroz Terra Livre (Coceargs[3], Cootap[4], Coopat[5], Cooperav[6] e Coopan[7]), uma técnica da Emater[8] de Canguçu/RS, um dos diretores do Irga[9] e um auditor da empresa certificadora IMO Control do Brasil Ltda. As entrevistas foram gravadas com o uso de gravador digital com autorização dos interlocutores, sendo transcritas integralmente. A análise de conteúdo foi o instrumento utilizado para explorar os depoimentos, a qual para Chizzotti (1991), objetiva compreender de forma crítica o sentido das comunicações, a manifestação ou a latência de seu conteúdo, além dos significados explícitos ou ocultos. Isso permitiu organizar as informações reunidas e construir uma base de comparação entre os diferentes depoimentos, resultando na discussão expressa na sequência.

O Arroz Terra Livre

Nesta seção, apresentaremos a experiência e a evolução da produção de arroz ecológico nos assentamentos do Rio Grande do Sul. Serão abordados os antecedentes, o processo coletivo de aprendizagem, o Grupo Gestor do Arroz Ecológico, a produção e o beneficiamento da produção, além de aspectos relacionados à comercialização e os desafios enfrentados.

[2] Extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA) e atual Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao MAPA.
[3] Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul.
[4] Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre.
[5] Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes.
[6] Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão.
[7] Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita.
[8] Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul.
[9] Instituto Riograndense do Arroz.

Em 1995, iniciou-se a produção de arroz nos assentamentos de reforma agrária da região circunvizinha de Porto Alegre, sendo desenvolvida por assentados organizados em cooperativas (CADORE, 2015). Durante o trabalho de campo, quando questionamos sobre o porquê de se haver começado a produzir arroz naquele assentamento, em Tapes, nosso interlocutor mencionou que: “Nós estamos aqui numa área que é banhado, não temos outra cultura aqui. Entramos com gado de leite, fazíamos uma pastagem e largávamos o gado, vinha uma enchente tu não aproveitava nada” (Informação verbal[10]).

Em outro momento, quando repetimos a pergunta para outro interlocutor, este, assentado em Viamão, relatou que a produção de arroz iniciou no momento do estabelecimento do assentamento, porque era uma das poucas culturas possíveis de serem cultivadas diante das características da área em que as famílias foram assentadas. Conforme suas próprias palavras:

> A produção do arroz existe desde que o assentamento se colocou aqui, desde 98 e a produção do arroz já se instala junto e aí nesse período vem já a questão de grupos que produziam orgânico e grande parte não orgânico, que é a produção do convencional, então desde 98 a produção está instalada no assentamento. (Informação verbal[11])

Com a coordenação da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), em 1999 iniciou-se a produção de arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre, buscando alternativas ao processo de integração industrial baseado em pacotes de agrotóxicos (DUARTE, 2014).

Em um contexto de crise dos preços do arroz convencional e de sua insolvência financeira nos assentamentos, visto a inadimplência no pagamento dos financiamentos assumidos com o Procera[12], começaram as primeiras experiências de arroz ecológico, motivadas pelos assentados que já praticavam a agroecologia na produção de hortaliças (MARTINS, 2015).

Duarte (2014, p. 106) menciona que o baixo preço pago pelo arroz convencional não foi o único fator que levou as famílias assentadas à crise: o principal fator foi uma “estreita relação entre a baixa produtividade e um custo muito elevado devido à falta de conhecimento e a natureza do processo convencional de produção”. Uma de nossas entrevistadas reforçou essa questão, relatando que a saúde também exerceu influência:

> **O alto custo e a questão dos agrotóxicos, no meu assentamento foi isso**. Até também foi um dos primeiros assentamentos, foi o assentamento Capela e Tapes é onde teve essa iniciativa de começar com os orgânicos e aí a questão da saúde também. Tinha o “pacotão”, os adubos e ureia, os agrônomos que chegavam e o

[10] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
[11] Informação fornecida pelo interlocutor OP, em entrevista realizada em Viamão/RS, em novembro de 2017.
[12] Programa de Crédito Específico à Reforma Agrária.

> agricultor né... só pagava. (Informação verbal[13], destaque nosso)

A saúde dos assentados foi fator determinante para o início do cultivo de arroz ecológico. Afirmamos isso porque no final dos anos 90, praticamente não havia aviões para uso agrícola equipados com sistema de GPS. Assim, para a aplicação aérea de agrotóxicos nas lavouras de arroz, era preciso que trabalhadores rurais sinalizassem com bandeiras os limites das lavouras e quais os locais que o avião deveria pulverizar os agrotóxicos. Um de nossos entrevistados nos explicou que:

> Era tudo com veneno, com voo, e tivemos uma dificuldade, primeiro de "bandeira", não tinha mais ninguém que desse bandeira pro avião. Então não existia GPS no avião e tu tinha que ir lá e de 15 em 15 metros botar uma estaquinha e ficar bandeirando pro avião [...], chegou o momento que não tinha ninguém pra bandeirar o avião mais. (Informação verbal[14])

Em outra entrevista, nos foi relatado que:

> [...] na verdade quando tu passava o veneno, naquele tempo tinha alguém que tinha que ficar dando bandeira [...], aquele coitado que tava lá se lavava, e aí todo mundo tinha ferida na boca, adormecia os músculos, tomavam um banho de veneno e aí ninguém queria mais. (Informação verbal[15])

A saúde dos trabalhadores comprometida e a crise financeira que o setor enfrentou foram os principais fatores que motivaram o início de experiências com a produção ecológica de arroz. Um de nossos entrevistados sintetizou essa relação com as seguintes palavras:

> E hoje graças a Deus deu certo, se expandiu assim em poucos anos e tá onde tá, **então é uma história né? Mas foi crise, foi de preço de insumo muito alto, pra bandeirar não tinha mais, de nós ninguém mais queria...** Nem os mais novos, a gurizada mais nova ia de curioso e ia parar no hospital. (Informação verbal[16], destaque nosso)

A produção de arroz ecológico em assentamentos da Reforma Agrária da região metropolitana de Porto Alegre se consolidou, mas um de nossos entrevistados recorda que no início houve uma dificuldade de se ter uma produção continuada nas mesmas áreas devido à ocorrência de plantas espontâneas. Segundo ele:

> [...] no exemplo do Terra Livre, antes de ser Terra Livre quando começou o processo, estou falando nos anos de 2000, 2001, existia um desejo de fazer arroz orgânico, mas muito pouco arroz orgânico se fazia, eles faziam integração com peixes, ou se fazia 1 ano ou 2 anos uma área, mas no terceiro ano já não se conseguia porque as plantas invasoras limitavam muito. Então **houve um processo de aprendizagem muito rico** e que depois com o processo de arroz pré-germinado

[13] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[14] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
[15] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[16] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.

> se conseguiu ampliar os horizontes de produção [...]. (Informação verbal[17], destaque nosso)

Outra entrevistada reforçou esse aspecto de aprendizagem como um processo de construção ao longo da história, baseado na troca de conhecimentos entre as famílias envolvidas. Nas palavras dela:

> As dificuldades foi mais assim como que eu vou te dizer, foi a dificuldade do aprendizado mesmo. [...] **Foi uma construção, que não tinha receita**. As famílias foram e foram um passando informação pro outro: “aqui na minha lavoura eu fiz isso”, “sim mas agora o chupim, o que vamos fazer com esse bicho”, “esse tá incomodando”, um fazia espantalho, outro batia lata, outro largava foguete. (Informação verbal[18], destaque nosso)

Os estudos realizados por Duarte, (2014), Cadore (2015); Fornazieri (2015) e Martins (2016) apontam que essa dificuldade estava associada ao fato de que as famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre não estavam adaptadas tampouco conheciam o cultivo em terras baixas, principalmente por serem originárias do norte do Rio Grande do Sul. A região norte gaúcha é caracterizada por cultivos de sequeiro em virtude do relevo e do solo, sendo que o cultivo de arroz irrigado não faz parte do contexto histórico e cultural do território.

Sobre esse aspecto de adaptação e construção de conhecimento das famílias assentadas, em uma entrevista realizada em um assentamento de Viamão, nos foi mencionado que: “A origem das famílias desse assentamento são famílias convencionais que vem lá de cima e não tinham nem noção o que era, acostumados com outra cultura ainda, plantavam soja, feijão, milho, e de forma convencional” (Informação verbal[19]). Em outra entrevista realizada com um interlocutor não assentado e que não faz parte do cotidiano de produção nos assentamentos, foi ressaltado a vitória dessas famílias, nos seguintes termos: “A maioria deles não eram produtores de arroz. Produziam milho, feijão, então eles se adaptaram a um novo ambiente e um novo lugar de morar e são vitoriosos nesse sentido” (Informação verbal[20]).

Conforme Fornazieri (2015), alguns aspectos foram importantes motivadores para superar as inquietudes e desconfianças sobre a produção de arroz ecológico: (1) as experiências de João Batista Volkmann[21] e de Juarez Antônio Pereira[22]; (2) o trabalho

[17] Informação fornecida pelo interlocutor AO, em entrevista realizada em Pelotas/RS, em dezembro de 2016.
[18] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[19] Informação verbal fornecida pelo interlocutor OP, em entrevista realizada em Viamão/RS, em novembro de 2017.
[20] Informação verbal fornecida pelo interlocutor DS, em entrevista realizada em Pelotas/RS, em julho de 2017.
[21] Proprietário da fazenda Capão Alto das Criúvas, em Sentinela do Sul/RS, e produtor do arroz biodinâmico Volkmann®, produção essa baseada nos princípios da agricultura biodinâmica preconizada por Rudolf Steiner. Ver a propósito <http://www.volkmann.com.br/>. Acesso em julho de 2017.

desenvolvido pelo MST demonstrando os males causados pelo uso de agrotóxicos na produção de alimentos; (3) questionamentos sobre em que medida vale conquistar a terra às custas, muitas vezes, da perda da vida de companheiros/as, e posteriormente ter a saúde prejudicada através do uso de agrotóxicos na atividade agrícola.

Sobre essas experiências motivadoras para a produção de arroz ecológico, nos foi relatado que:

> Havia umas conversas sobre orgânico né, daí nós do assentamento [Lagoa do Junco*] fomos visitar a propriedade do João Batista, nós tínhamos um caminhãozinho e fomos lá visitar, ficamos encantadíssimos com a propriedade dele. (Informação verbal[23])

Outro entrevistado nos falou que foi através de um técnico do IRGA que se fez esse primeiro contato com a fazenda Capão Alto das Criúvas:

> Através do *AO*[24] nós começamos a fazer essa conversa com o João Batista, ele se prontificou a não cobrar nada de nós, e foi por exemplo onde nós **tivemos umas boas orientações foi dele**. **Aí fomos lá**, nós tínhamos um caminhãozinho, ele recebeu nós e ficou o dia todo conversando com nós, explicando... **E veio aqui, veio conversar com nós.** (Informação verbal[25], destaque nosso)

É importante ressaltar que o Sr. Volkmann, além de receber as famílias assentadas em sua propriedade, também foi visitar o assentamento e trocar informações técnicas, incentivando o início do cultivo de arroz ecológico. Conforme as palavras de nosso entrevistado,

> Ele disse [...] “ou planta tudo orgânico, ou tudo convencional”. Na época tava em crise que nem hoje, insumo muito caro e tal, eram 170 hectares e caímos de corpo e alma e plantamos, e pegamos as orientações dele: “vocês podem plantar 10 hectares por vez, cuidado com o manejo da água”... Então fizemos, **e fizemos melhor colheitas que no convencional** por motivos do cuidado, cuidar bem cuidadinho por vez né? (Informação verbal[26], destaque nosso)

Com o passar dos anos houve um aumento nas áreas de cultivo e no número de famílias envolvidas com a produção ecológica de arroz, sendo inevitável a criação de um mecanismo de governança: o Grupo Gestor do Arroz Ecológico. Este é um espaço de articulação dos assentados, organizados em grupos de produção e em cooperativas de base (MARTINS, 2015). O grupo foi constituído em 2004, a partir da representação dos grupos de produção e das cooperativas (MARTINS, 2016).

---

[22] Agricultor familiar produtor de arroz agroecológico no município de Barra do Ribeiro/RS, certificado pela Rede Ecovida de Agroecologia. Ver a propósito <http://souvegetariano.com/feiras-organicas/produtores/frutos-da-terra-banca-do-arroz/>. Acesso em julho de 2017.
[23] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[24] Técnico do IRGA com identidade preservada nessa pesquisa.
[25] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em novembro de 2017.
[26] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em novembro de 2017.

Um de nossos entrevistados se referiu ao Grupo Gestor do Arroz Ecológico nos seguintes termos:

> [...] O mesmo que a gente tem um grupo gestor pras hortas, a gente tem um grupo gestor que é do arroz agroecológico, **esse grupo gestor nada mais é que aqueles técnicos que estão mais ligados à produção de arroz, os responsáveis por unidades – unidade de armazenagem e beneficiamento, no setor de grãos –, e também produtores que são mais influentes nas microrregiões... os que tão há mais tempo, já fazem parte do grupo gestor**. (Informação verbal[27], destaque nosso)

Outra entrevistada relata que:

> **Esse grupo gestor é onde se senta e discute e é nesse grupo que dão rumo pras famílias**, e aonde tem os coordenadores de cada grupo, onde participam, aí discute, fazem a avaliação. [...] **Aí essa coordenação tira as definições**, "esse fulano aqui a gente vai chamar pra uma conversa, esse vai tomar tal atitude", então **essa decisão é tomada em conjunto pelo grupo gestor**. (Informação verbal[28], destaques nossos)

Conforme Martins (2016, p. 46),

> a partir de reuniões sistemáticas, o Grupo Gestor dialoga sobre a condução dos processos produtivos e os gargalos técnicos e econômicos em cada safra. Articulam capacitações técnicas em cada fase do ciclo agrícola, com base em Dias de Campo, bem como dimensionam as necessidades de insumos, horas-máquina e infraestrutura de armazenagem e beneficiamento de todo o sistema.

Conforme já salientado, ao longo do tempo foi necessário o estabelecimento de um processo coletivo de aprendizagem, especialmente no que se refere às técnicas de produção. Por motivos de ordem técnica, a produção de arroz de forma ecológica praticamente só é possibilitada através do sistema de cultivo conhecido como "pré-germinado"[29], especialmente para um melhor controle das plantas espontâneas na lavoura. Um de nossos entrevistados mencionou que "com o processo de arroz pré-germinado se conseguiu ampliar os horizontes de produção" (Informação verbal[30]), isso porque a técnica contribuiu para o controle das plantas espontâneas. Outro interlocutor mencionou que não é possível cultivar arroz ecológico sem a adoção dessa técnica. Conforme suas próprias palavras: "no contexto dessa questão que vocês acompanharam hoje que pra produzir orgânico tem que ser pré-germinado, não tem outra possibilidade de manejo sem ser esse" (Informação verbal[31]).

[27] Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[28] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[29] Esta é uma técnica em que a semente vai para o solo, antecipadamente alagado, já em processo de germinação. Isto possibilita um controle muito eficiente de plantas espontâneas através do uso da água na lavoura. A propósito, ver informações da Embrapa, disponível em: https://goo.gl/4L7K8Q. Acesso em dezembro de 2017.
[30] Informação fornecida pelo interlocutor AO, em entrevista realizada em Pelotas/RS, em dezembro de 2016.
[31] Informação fornecida pelo interlocutor OP, em entrevista realizada em Viamão/RS, em novembro de 2017.

Superados os desafios iniciais de organizar a produção, gerar e dominar os conhecimentos básicos sobre o cultivo de arroz irrigado pré-germinado, tratou-se de organizar uma estratégia de secagem e armazenagem próprias (MARTINS, 2015) das cooperativas de produção. Sobre isso, um de nossos entrevistados nos relatou que:

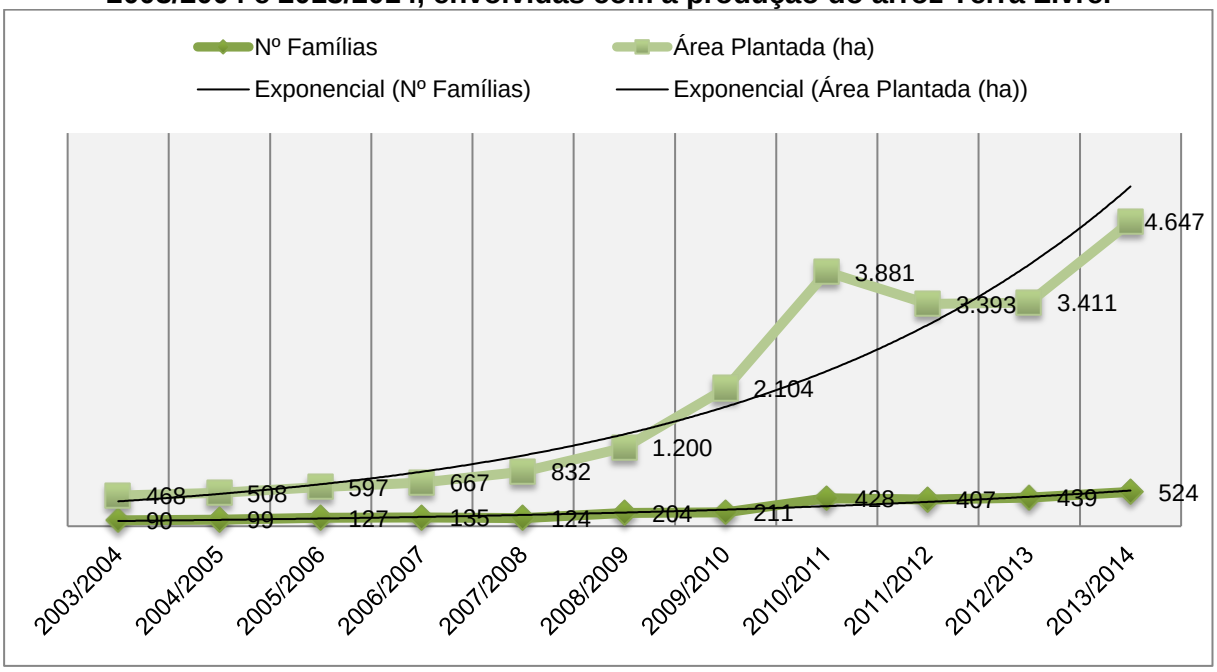
> Nós fomos encarando e botamos uma engenhoquinha aqui [no Assentamento Lagoa do Junco], a Coopan botou outra ali e fomos montando a estrutura e conseguindo os mercados, sendo mais mercado institucional, mais é Conab. (Informação verbal[32], inserção nossa).

Atualmente, a Cootap possui três unidades de secagem: uma no assentamento Apolônio de Carvalho, uma no assentamento Lanceiros Negros e uma no assentamento São Pedro, todos localizados no município de Eldorado do Sul. A Coopan possui unidades de secagem instaladas no assentamento Capela, em Nova Santa Rita. Já a Coopat possui sua unidade de beneficiamento no assentamento Lagoa do Junco, em Tapes. Quanto ao beneficiamento, existem duas unidades instaladas: uma na Coopan (Nova Santa Rita) e outra na Coopat (Tapes).

Além de criar autonomia na produção e comercialização de arroz ecológico, a construção dessa trajetória vem valorizando as agricultoras e agricultores assentados, bem como seu trabalho. Este projeto, aos poucos, vem ganhando simpatia e confiança pelos atores envolvidos. Conforme o gráfico abaixo (Figura 1), ao longo de dez anos, da safra de 2003/2004 até a safra de 2013/2014, o número de famílias envolvidas com a produção do arroz ecológico Terra Livre saltou de 90 para 524, enquanto a área plantada saiu de 468 para mais de 4.600 hectares.

[32] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.

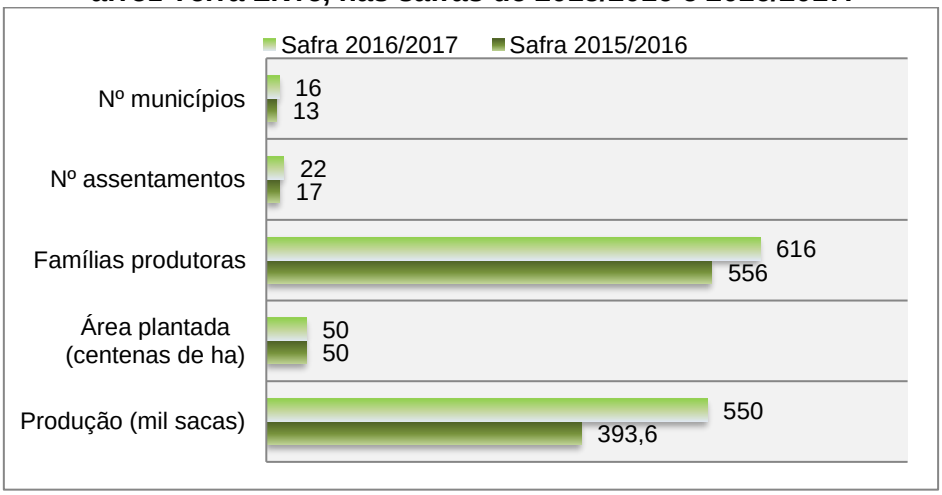
Figura 1: Evolução do número de famílias e área plantada (ha) entre as safras 2003/2004 e 2013/2014, envolvidas com a produção do arroz Terra Livre.



Fonte: adaptado de Martins (2015, p. 5).

No que diz respeito ao número de famílias envolvidas e área cultivada nas safras de 2015/2016 e 2016/2017 o incremento é ainda maior. Esse incremento pode ser verificado na figura a seguir (Figura 2), onde a área cultivada chegou a 5.000 hectares por mais de 600 famílias. Além disso, houve uma expansão da produção para mais três municípios (totalizando 16 municípios) e outros cinco assentamentos (totalizando 22 assentamentos), aumentando também a produção (550 mil sacas, o equivalente a aproximadamente 27.500 toneladas).

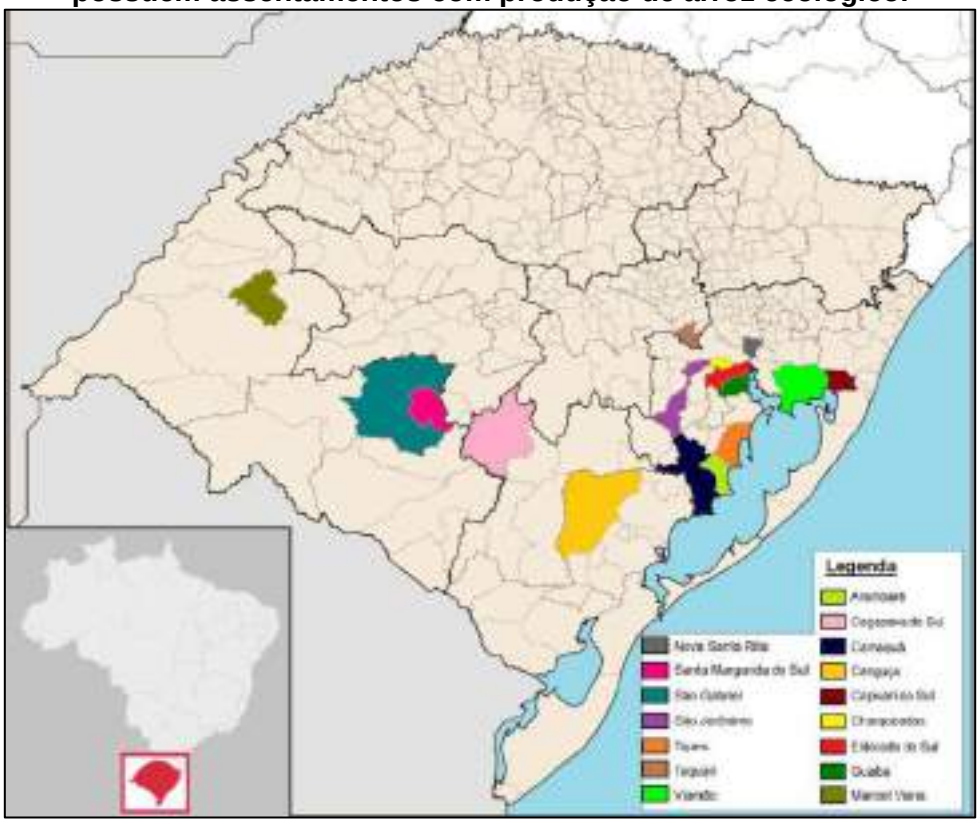
Figura 2: Produção de arroz, área plantada, famílias produtoras, número de assentamentos envolvidos e número de municípios envolvidos com a produção do arroz Terra Livre, nas safras de 2015/2016 e 2016/2017.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do MST.

A produção do arroz Terra Livre vem sendo exercida em 22 assentamentos distribuídos nos municípios gaúchos de Arambaré, Caçapava do Sul, Camaquã, Canguçu, Capivari do Sul, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Manoel Viana, Nova Santa Rita, Santa Margarida do Sul, São Gabriel, São Jerônimo, Tapes, Taquari e Viamão (Figura 3).

Figura 3: Mapa ilustrativo com a representação geográfica dos municípios que possuem assentamentos com produção de arroz ecológico.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Coceargs (2017).

A Cootap "atua na prestação de serviços à produção primária, destacando-se no fornecimento de insumos ecológicos, como é o caso do adubo orgânico, e na disponibilização de horas-máquina de suas patrulhas agrícolas" (MARTINS, 2016, p.44). Uma de nossas entrevistadas, em seu depoimento ressalta o trabalho exercido pela Cootap:

> O histórico da Cootap que **é uma cooperativa de assentados, moradores da região de Porto Alegre**, que a sede fica aqui, que é esse assentamento a 15km de Porto Alegre. Ela foi fundada em 20 de novembro de 1995 por 218 famílias, sócios fundadores, tendo os objetivos voltados para a cooperação agrícola, máquinas e insumos. Isso foi assim, a fundação da cooperativa regional, **atualmente ela conta com 1580 sócios que fazem parte da cooperativa onde são dos grupos gestores...** Esses sócios fazem parte dos grupos gestores da horta, do leite, do arroz e esses grupos gestores são constituídos pelas famílias dos assentados da reforma agrária em 17 assentamentos. Então a cooperativa regional seria assim, **uma forma de um "chapéu", como a gente diz, a cobertura a essas famílias que são assentadas.** (Informação verbal[33], destaques nossos)

[33] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.

Durante a realização do trabalho de campo foi possível verificar que esta cooperativa não atua no beneficiamento da produção, mas desempenha papel destacado no momento da comercialização da produção, que é beneficiada nas unidades da Coopan e da Coopat.

O arroz Terra Livre possui como linha de produtos o arroz branco, o arroz parboilizado e o arroz integral, sendo comercializados em embalagens plásticas de 1 e 5 quilos, além de pacotes de um quilo embalados a vácuo. A figura a seguir ilustra algumas das formas de apresentação do arroz Terra Livre.

Figura 4: Algumas das formas de apresentação do arroz Terra Livre comercializadas em Pelotas/RS.

Fonte: Acervo do autor.

De acordo com nossos interlocutores, atualmente a comercialização é o principal desafio enfrentado. Neste sentido, uma de nossas entrevistadas afirma que isto ocorre, em certa medida, pela falta de conhecimento da população sobre produtos orgânicos e sobre a agroecologia. Segundo suas palavras:

> [...] a questão quanto à comercialização também, a gente tinha um pouco de dificuldade pra vender, **porque as pessoas ainda não têm costume de comer os produtos saudáveis no começo, e ainda não temos um grande público que consome esses produtos**, então a dificuldade. Às vezes tu vende o arroz no preço convencional, então essa é uma dificuldade que a gente ainda tem na questão da comercialização. (Informação verbal[34], destaques nossos)

Conforme diversas entrevistas, a dificuldade de comercialização tem relação direta com as mudanças políticas que vêm ocorrendo no Brasil, especialmente desde 2016. O

[34] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.

niilismo de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar vem sendo recebida com grande apreensão pelas assentadas e assentados. Segundo as palavras de dois interlocutores:

> Nós estamos vivendo assim em um **momento de crise, assim não de produto**, porque os silos estão cheios, **mas de comercialização** mesmo, a gente fez todo um planejamento de venda, de pra onde vai, mas tá bem parado. (Informação verbal[35], destaques nossos)
> Hoje a nossa dificuldade é a comercialização ainda, com a alta e a baixa, com esses governos que entraram aí, cortaram tudo, mercados... A gente tinha um bom mercado com a Conab e ainda tá pegando alguma coisinha. (Informação verbal[36])

A dependência aos mercados institucionais é apontada hoje em dia como um gargalo. Isso é indicado porque, como havia certa facilidade para a comercialização, novos mercados não foram buscados. Um de nossos entrevistados mencionou que:

> [...] a gente achava que tava garantida a comercialização do produto, e com essa aniquilação das politicas públicas, sem essa formação de estoque [Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Formação de Estoque*]. foi um baque grande. Antes você vendia arroz nos silos, recebia, e tinha capital pra financiar a próxima safra, agora com essa politica, não. Você tem que ir, beneficiar seu arroz, entregar pra dali você ver se não vai se prolongar mais [o pagamento pela mercadoria vendida*] (Informação verbal[37], [inserções nossas]).

A maior parte vinha se dando através da comercialização ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e através de pequenas vendas para prefeituras, por exemplo. Conforme as palavras mencionadas em uma das entrevistas:

> Então hoje é pingadinho, 30 mil kg pra prefeitura, 35 lá pra outra, aquele “negocião”, aquela correria, hoje tá tudo parado, então tu bota uma estrutura ali, tu tem que botar e fazer o troço andar, que tem a depreciação dela. [...] **As merendas escolares estão saindo, mas não vai absorver toda a nossa produção orgânica**, até talvez mais tarde pegando prefeitos mais... Hoje tem essa barreira aí, “o sem terra é isso, é aquilo”, tem uma barreira mais reacionária [...]. Então a gente conseguiu um mercado bom em São Paulo na prefeitura, mas com essas trocas de prefeito que deu ai também foi tudo. (Informação verbal[38], destaque nosso)

Essa preocupação com a comercialização vem firmando a necessidade de buscar alternativas que contornem essa dependência dos mercados institucionais. Conforme um de nossos entrevistados:

> [...] **a gente já começou a pensar mais em expandir o mercado, tentar entrar em um mercado de varejos, sair um pouco da dependência do institucional**, embora hoje grande parte é. Mas tem que ter uma válvula de escape porque hoje a cooperativa tem que se manter e ter capital de giro pra financiar a safra. (Informação

[35] Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[36] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
[37] Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[38] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.

> verbal[39], destaque nosso)

Não buscar alternativas de mercado como a comercialização em redes varejistas, por exemplo, é justificada pelos assentados pelo fato de que os mercados institucionais através de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE absorviam toda a produção. Conforme as palavras de um de nossos entrevistados:

> A gente tinha a nossa produção e ia até, 3, 4 anos atrás, [...] tinha praticamente escoamento da produção de 100%, comercializava todo produto basicamente para mercado institucional e Conab, era basicamente isso. [...] A gente tinha um arroz em estoque em silos e a Conab comprava o arroz, pagava e a gente ia entregando e por isso não se tinha muita preocupação em relação ao mercado, a venda era garantida. Foi um erro que acabou se cometendo porque muito pouco se investiu nessa parte de varejo (Informação verbal[40]).

Umas das alternativas apontadas é a possibilidade de exportação da produção para outros países. Em uma das entrevistas realizadas, foi nos relatado que: “O que já tem saída um pouquinho é a exportação pra fora, no ano passado fizemos uma boa venda pra Venezuela, esse ano acho que estamos fechando mais um negócio com a Venezuela” (Informação verbal[41]).

Apesar do enfrentamento dos desafios, passados e presentes, a experiência de produção de arroz ecológico nos assentamentos da reforma agrária expandiu e alcançou números bastante significativos. Não só a área plantada e o número de famílias envolvidas, mas também o número de assentamentos e os municípios implicados nesse processo.

Um de nossos entrevistados nos relatou que:

> A gente tem feito um excelente trabalho com os assentamentos, se vê uma pequena vontade de sair fora do convencional. **Eles estão tão apegados que depois do cara começar a usar químico, ele é que nem o vício do cigarro: pegou o vício você fica com medo, então ele tá sempre com o pé atrás.** (Informação verbal[42], destaque nosso)

Conforme Martins (2015, p. 12),

> [...] as experiências atualmente desenvolvidas nos assentamentos com a produção ecológica, sobretudo do arroz, indica a possibilidade de desenvolver a disputa política na sociedade e edificar a construção de relações sociais de novo tipo que apontem para um projeto societário emancipador.

Concordamos com este autor ao mencionar que as relações entre os assentados e assentadas estão pautadas na ajuda mútua, laços de solidariedade e de base agroecológica, onde “as famílias organizam-se em diversos grupos de produção,

[39] Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[40] Informação fornecida pelo interlocutor PS, em entrevista realizada em Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.
[41] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.
[42] Informação fornecida pelo interlocutor SO, em entrevista realizada em Tapes/RS, em outubro de 2017.

cooperativas coletivas, cooperativas de prestação de serviços e cooperativa central, coordenados pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico" (MARTINS, 2016, p. 43).

Considerações finais

A produção orgânica possui grande importância no Brasil e no mundo. O atual cenário de exploração dos ecossistemas nos impõe a necessidade de rever o modo como produzimos e o quê produzimos. A adoção de práticas que promovam a preservação da biodiversidade, o respeito à natureza e às relações sociais contraídas ao longo desse processo são fundamentais para a construção de um mundo mais sustentável. A produção orgânica deixou de ser utópica e já se trata de uma realidade, não só em pequenas áreas ou culturas de menor escala vinculadas essencialmente à agricultura familiar, como frutas e hortaliças, mas também no caso de culturas que ocupam grandes extensões de terra em suas lavouras, como o caso do arroz.

O caso do arroz ecológico Terra Livre, produzido pelos assentamentos de reforma agrária do estado do Rio Grande do Sul, deve ser considerado um caso de sucesso. A evolução da produção, da área cultivada, o envolvimento de mais de 600 famílias de 22 assentamentos distribuídos em 16 municípios do Rio Grande do Sul e o reconhecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra como o maior produtor de arroz orgânico da América demonstra a grandeza de um projeto construído de forma coletiva, alicerçado nas bases de uma agricultura mais sustentável, essencialmente familiar, como motriz de um processo de desenvolvimento diferenciado e com compromisso social no âmbito da produção e do consumo.

Por fim, não pode-se deixar de citar o desmantelamento de políticas públicas para a agricultura familiar no período mais recente do Brasil. Esse aniquilamento de políticas que até então vinham sendo executadas de forma bastante exitosa, vem causando sérias consequências para a ponta mais frágil desse conjunto: os agricultores e agricultoras familiares. É necessária a criação e manutenção de outras formas de comercialização, que priorizem os produtos oriundos da agricultura familiar, com ênfase para produtos orgânicos e agroecológicos. Esse tipo de iniciativa, visando um desenvolvimento rural mais sustentável que seja de fato transformador, deve servir de inspiração para o surgimento de outras iniciativas semelhantes, alicerçadas na inclusão e na inovação social.

Referências

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/2015/04/aumenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-73-litros/ >. Acesso em dezembro de 2018.

BBC Brasil. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. **BBC.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>. Acesso em fevereiro de 2019.

CADORE, E. A. **A produção de arroz agroecológico na COOTAP/MST**. 2015. 81f. Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

DUARTE, G. L. **Estratégias de diferenciação de produtos agroalimentares:** estudo comparativo entre o arroz orgânico "Amigo do Taim" e o arroz agroecológico "Terra Livre". 2014. 167f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

FÓRUM GAÚCHO DE COMBATE AOS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/ambiente/pgn/id1821.htm>. Acesso em abril de 2017.

FORNAZIERI, J. M. **Fatores que contribuíram para o crescimento da produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no RS:** desafios e perspectivas. 2015. 99f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

MARTINS, A. F. G. Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos. In: **Anais** da III Jornada da questão agrária e desenvolvimento: os sujeitos na soberania alimentar, UFPR, Novembro, 2015.

MARTINS, A. F. G. A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista NERA**, v. 19, n. 31, 2016.

MINAYO, M. C. DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

O GLOBO. Brasil lidera o ranking de consumo de agrotóxicos. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-lidera-ranking-de-consumo-de-agrotoxicos-15811346>. Acesso em dezembro de 2018.

ROLLSING, C.; ALMEIDA, F.; TREZZI, H.; GULARTE, J.; COSTA, J. L. Mal Invisível. **Zero Hora,** Porto Alegre, 06 dez. 2016. Perigo no prato, p. 6-13.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de mestrado e de iniciação científica, sem a qual o presente trabalho não seria possível ser realizado. Além disso, agradecemos à Coceargs, Cootap, Coopan, Coopat, Cooperav e às suas lideranças por nos receber em suas estruturas e por dispensar atenção ao nosso trabalho de pesquisa. Agradecemos ainda pela atenção dispensada aos entrevistados da Emater/RS, do IRGA e da IMO Control do Brasil que também contribuíram para a execução desse trabalho.

Sobre os autores

Germano Ehlert Pollnow – Graduação em Engenharia Agrônomo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado em Agronomia pela Agrônomo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-0303-0681.

Nádia Velleda Caldas – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, ambos da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (UFPel). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-0303-0681

Daiane Roschildt Sperling – Graduanda em agronomia pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Estagiária voluntária do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR), da Universidade Federal de Pelotas (2014). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-0018-8846.

Como citar este artigo

POLLNOW, Germano Ehlert; CALDAS, Nádia Velleda; SPERLING, Daiane Roschildt. O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 260-278, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Germano Ehlert Pollnow** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pesquisa de campo e análise dos dados; a segunda autora **Nádia Velleda Caldas**, pela orientação do trabalho e auxílio na análise das entrevistas e dados secundários; e a terceira autora **Daiane Roschildt Sperling**, pela transcrição das entrevistas e auxílio na análise dos dados primários e secundários.

Recebido para publicação em 29 de abril de 2019.
Devolvido para a revisão em 24 de setembro de 2019.
Aceito para a publicação em 08 de outubro de 2019.

O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS[1]

Caroline Tapia Bueno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.
e-mail: caroline.bueno14@gmail.com

Susana Maria Veleda da Silva
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: susanasilva@furg.br

Resumo

A pesquisa estuda o patriarcado e as consequentes desigualdades de gênero na estrutura da agricultura familiar brasileira considerando as reflexões de autores (as) que pesquisaram a temática, bem como, os aportes obtidos através da pesquisa empírica realizada em São Lourenço do Sul, município localizado no sul do Rio Grande do Sul. Os dados empíricos baseiam-se em seis entrevistas em profundidade com agricultoras familiares e foram analisados a partir dos conceitos oriundos das teorias feministas: relações patriarcais de gênero, divisão sexual do trabalho e agricultura familiar. Constatamos que o sistema patriarcal dita regras de comportamento para as mulheres e suas famílias, que incide, direta ou indiretamente, na vida das agricultoras ocasionando efeitos na vida privada, como a desigual divisão sexual do trabalho, que dificulta o acesso ao estudo e ao trabalho remunerado com conseqüências para o futuro das jovens agricultoras.

Palavras-chave: Patriarcado; mulheres; agricultura familiar.

Patriarchy in the Brazilian family farming: reflections from the municipality of São Lourenço do Sul – RS

Abstract

This research studies the patriarchy and the consequent gender inequalities in the structure of brazilian family agriculture, considering the reflections of authors who researched the theme, as well as the contributions obtained through the empirical research carried out in São Lourenço do Sul, a municipality located in the south of Rio Grande do Sul. Empirical data are based on six in-depth interviews with woman family farmers and were analyzed from concepts derived from feminist theories: patriarchal gender relations, sexual division of labor and family farming. We find that the patriarchal system dictates behavioral rules for women and their families, which directly or indirectly affects the lives of women farmers, causing effects on private life, such as the unequal sexual division of labor, which makes it difficul to access study and remunerated work with consequences for the future of young women farmers.

Keywords: Patriarchy; women; family farming.

[1] Esta pesquisa contou com o financiamento (bolsa de mestrado) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

El patriarcado en la agricultura familiar brasileña: reflexiones a partir del municipio de São Lourenço do Sul – RS

Resumen

La investigación estudia el patriarcado y las consecuentes desigualdades de género en la estructura de la agricultura familiar brasileña, considerando las reflexiones de autores que investigaron la temática, así como los aportes obtenidos a través de la investigación empírica realizada en São Lourenço do Sul, los municipios ubicados en el sur de Rio Grande do Sul. Los datos empíricos se basan en seis entrevistas en profundidad con agricultoras familiares y se analizaron a partir de los conceptos oriundos de las teorías feministas: relaciones patriarcales de género, división sexual del trabajo y la agricultura familiar. Constatamos que el sistema patriarcal dicta reglas de comportamiento para las mujeres y sus familias, que incide directa o indirectamente en la vida de las agricultoras ocasionando efectos en la vida privada, como la desigual división sexual del trabajo, que dificulta el acceso al estudio y al trabajo remunerado con consecuencias para el futuro de las jóvenes agricultoras.

Palabras clave: Patriarcado; mujeres; agricultura familiar.

Introdução

Iniciaremos a discussão sobre o patriarcado com uma breve e sucinta análise histórica da instauração desse sistema ao longo dos anos e nas diferentes sociedades. De acordo com Sholz (1996), o patriarcado ocidental e cristão originou-se na Grécia antiga, tendo a condição geográfica de divisão em ilhas e a supremacia do tráfego marinho incidido no aumento das trocas de mercadorias e de ideias com outros povos. Nesse contexto, o pensamento e o discurso racional e abstrato, atrelados ao poder e prestígio, se difundiram. Porém, em Atenas, a "(...) esfera pública que conduziu à criação da dialética, da lógica formal etc., era, todavia, reservada exclusivamente aos cidadãos masculinos. As mulheres atenienses viviam exiladas em casa, de onde deveriam sair o menos possível." (SHOLZ, 1996, p. 19). Deste modo, o surgimento do pensamento racional, desde seus primórdios, associou-se a exclusão do feminino.

Já na Alta Idade Média, do século V ao X, subsistiram resquícios de um período semimatriarcal germânico dentro do patriarcado. A mulher era de um lado juridicamente suplementar ao marido, e, por exemplo, podia ser negociada como cabeça de gado. Por outro lado, "era até mesmo permitido às mulheres dedicarem-se ao comércio e ocuparem-se de um ofício, embora não com a mesma assiduidade dos homens." (SHOLZ, 1996, p. 19). Somando-se a isso, no direito germânico, as grávidas eram protegidas, bem como a imagem da bruxa não era vista previamente como negativa, sendo que o "curandeirismo e ofício de parteira estavam solidamente depositados em mãos femininas." (SHOLZ, 1996, p. 20).

Entretanto, paulatinamente, conforme Sholz (1996), através das doutrinas da Igreja Católica a mulher foi vista com uma imagem negativa. Nesse sentido, “como sucessora de Eva, ela foi denunciada como causa de todo o mal e eterna sedutora da carne (...)” (SHOLZ, 1996, p. 20). Na Baixa Idade Média, a partir do século XII, “Eva, a pecadora, passou a ser confrontada com a Virgem Maria. Desde então, a mulher devia ser quando muito um ente assexuado.” (SHOLZ, 1996, p. 20).

As relações patriarcais se acirraram no início da Idade Moderna (séculos XV-XVIII) e, de acordo com Sholz (1996), a imagem feminina negativa, incentivada pela Igreja, tornou-se, na prática, mais eficiente. Previamente, a Renascença (séculos XIV a XVI), “além de ser o "renascimento" do antigo mundo espiritual, estava vinculada também a uma respectiva mudança dos fundamentos sociais.” (SHOLZ, 1996, p. 20). O mundo místico foi substituído pelas ciências naturais, experimentais e objetivas, remetendo e indo além do antigo desenvolvimento greco-romano. Deste modo, as ciências baseadas na racionalidade colocaram “em tela de juízo não apenas a imagem tradicional do mundo, mas tornaram-se também diretamente práticas na condição de experimentais, à diferença da Antiguidade; com a difusão do conhecimento técnico, foi dado início à expansão da manufatura mercantil” (SHOLZ, 1996, p. 20). Assim, além do lugar da mulher intensificar-se com o impulso atualizado da “sociedade do valor, foi instaurada literalmente uma campanha de aniquilação contra o "feminino", sob a égide da caça às bruxas campanha esta responsável por abrir caminho a um processo que avançaria futuro adentro.” (SHOLZ, 1996, p.20).

Nesse contexto, segundo Sholz (1996), o homem precisava eliminar a mulher e suas representações para que, em sua racionalidade, pudesse reivindicar-se na esteira do legado antigo. O amparo teórico para tal exclusão se deu através do Malleus Maleficarum, “de 1487, redigido pelos padres H. Kraemer e J. Sprenger. Pais da Igreja, poetas e pensadores antigos eram citados no fito de tornar plausível a inferioridade da mulher e sua predisposição à bruxaria e ao pacto com o demónio.” (SHOLZ, 1996, p.21). Desse modo, na caça às bruxas o que estava em ação era o mecanismo das projeções, ou seja, “o temor aos próprios impulsos e afetos encontrava expressão na denúncia contra a mulher.” (SHOLZ, 1996, p.21). Assim, essa caça foi um primeiro “fenômeno da modernização”, ou seja, um propósito para o avanço moderno da racionalidade masculina. Federici (2017) argumenta que, no período da acumulação primitiva, a posição das mulheres tanto no âmbito social quanto na produção da força de trabalho, foi fruto de uma nova ordem patriarcal, através de uma clara divisão sexual do trabalho, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e na sua subordinação aos homens.

Na Europa e nas Américas, a caça às bruxas, baseada na mentalidade patriarcal, foi fundamental para a instauração do capitalismo. No período, de acordo com Sholz (1996), o protestantismo tomou espaço imputando ordens patriarcais para as relações de gênero.

Neste contexto, as mulheres precisavam ser domesticadas e a vida aparentemente tranquila do ambiente doméstico passa a ser território essencialmente feminino. Ainda, desenvolveu-se um ideal de maternidade, cuja vocação era inerente à mulher. Segundo Martinho Lutero (1483-1546), “à mulher competia a administração do lar (cuja importância diminuiu relativamente) e ao homem, a política, as querelas jurídicas, etc. (cuja importância aumentou relativamente)” (SHOLZ, 1996, p.21). A concepção de Lutero atribuía valor a atividade de esposa e mãe e desta maneira implicava no encerramento da mulher nas questões de sexualidade e sensibilidade. “Ratificou-se assim, desde Lutero, uma nova codificação e funcionalização da sexualidade e sensibilidade. O ideal luterano da mãe dona-de-casa conjugava a imagem da bruxa e da Virgem Maria (que Lutero rejeitava em sua versão católica).” (SHOLZ, 1996, p. 21).

No século XIX, ao mesmo tempo em que a domesticação das mulheres estava no ápice, gerando até mesmo discussões que as consideravam seres assexuados e inferiores, surgiam os primeiros movimentos de mulheres, cuja noção reportava-se à Revolução Francesa (1789-1799). As mulheres reivindicavam “uma melhor formação cultural das estudantes e o direito à atividade remunerada, embora as mulheres devessem ocupar-se de tarefas correspondentes à sua "destinação natural" (comércio e ensino, e mais tarde também a assistência social)” (SHOLZ, 1996, p.24). A busca por remuneração estava atrelada à quantidade de mulheres burguesas que permaneciam solteiras. Nesse sentido, a estrutura familiar sofreu alterações na segunda metade do século XIX, tornando o que era produzido em casa menos recorrente e diminuindo a importância da administração doméstica.

Outra mudança importante acontece na metade do século XX. De acordo com Sholz (1996), há um aumento da quantidade de trabalho remunerado feminino após a II Guerra Mundial, surgindo contradições, pois, o âmago da família e suas funções atreladas ao sexo eram “por um lado, a base da sociedade industrial, mas, por outro, o surto de individualismo produzido pelos mecanismos cegos de mercado atinge progressivamente também a mulher e torna a tradicional repartição de papéis mais problemática do que nunca.” (SHOLZ, 1996, p. 25). Além disso, surgem aspectos como prevenções de gravidez, entre outros fatores que modificam a sociedade. “A relação entre existência individual e familiar assume novo aspecto. A família não se desagrega, embora não seja mais a instituição solidamente estruturada pela qual homens e mulheres orientam toda sua vida.” (SHOLZ, 1996, p.25).

Na atualidade, o patriarcado ainda rege a vida das pessoas e considerando o contexto da agricultura familiar, percebemos que os homens são considerados como os principais trabalhadores, os agricultores e os chefes da família, restando às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, realizando os cuidados da família e os trabalhos

não remunerados, ocupando lugares como de ajudante e/ou esposa de agricultor, mesmo desenvolvendo as mesmas ou ainda mais atividades do que os homens.

Essa lógica patriarcal "fundada em concepções essencialistas biológicas e/ou culturais, reparte o trabalho produtivo e reprodutivo entre os sexos a partir das relações sociais de poder: as relações patriarcais de gênero" (VELEDA DA SILVA, 2015, p.2). Assim, o patriarcado baseia-se no controle do trabalho feminino excluindo as mulheres do acesso aos recursos produtivos, dispondo as relações patriarcais no âmago das relações de produção. Essas circunstâncias se tornam evidentes, quando analisamos a situação das mulheres na agricultura familiar, pois as relações entre o trabalho produtivo e reprodutivo tornam-se intrínsecas, ou seja, as mulheres trabalham em todos os setores da propriedade, desde o trabalho na lavoura, ao cuidado de filhos e idosos. No entanto, estudos como de Cordeiro (2007), apontam que a incidência de mulheres que recebem alguma remuneração pelos seus trabalhos é quase inexistente. Nessa lógica patriarcal, o trabalho das mulheres é mascarado pelo ato de ajudar a família, de viver conjuntamente e sem autonomia, nas regras do "chefe de família". Essa lógica naturaliza a exploração e dominação das mulheres e incide diretamente na vida das agricultoras.

Diante do exposto, o artigo visa estudar a influência do sistema patriarcal na vida de jovens agricultoras familiares em São Lourenço do Sul. A pesquisa baseia-se nas reflexões de autores (as) que pesquisaram a temática, bem como os aportes obtidos através da pesquisa empírica realizada em São Lourenço do Sul, município localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul.

Partimos de uma metodologia feminista que, de acordo com Bartra (2012), possibilita o desenvolvimento de um conhecimento novo, que não pode ser obtido de outra maneira. Portanto, o uso da metodologia feminista serve para criar um conhecimento com menos falsificações ao levar em consideração questões que são ignoradas e marginalizadas. A metodologia utilizada na pesquisa configurou-se em três principais eixos: pesquisa bibliográfica, coleta e análise de dados. A pesquisa bibliográfica foi utilizada para entendermos o universo da pesquisa, considerando que "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2008, p. 50). Já os dados empíricos baseiam-se em seis entrevistas em profundidade, realizadas nos meses de agosto e setembro de 2018 com agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul/RS, visando entender como as relações patriarcais de gênero se estabelecem em seus núcleos familiares. Entendemos entrevistas em profundidade como "encuentros éstos dirigidos hacia la comprensión de las perspectivas que tienem los informantes respecto de sus vidas, experiências o situaciones, tal como las expresan com sus propias palavras" (TAYLOR; BOGDAN, 1987, p. 101).

As sujeitas investigadas na pesquisa são jovens agricultoras familiares – o Estatuto da Juventude de 2013 considera como jovem a pessoa que estiver na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Para a presente pesquisa, utilizamos o recorte de 18 a 29 anos, por entendermos que é esse o momento em que as mulheres podem decidir e, também, executar sem interferência familiar ou legal, a migração campo–cidade, pois atingiram a maioridade (Lei Nº 10.406/ 2002).

A análise se configurou a partir do cruzamento dos dados empíricos com os conceitos oriundos das teorias feministas: relações patriarcais de gênero, divisão sexual do trabalho e a agricultura familiar. Deste modo, analisamos os discursos levando em consideração as vidas, trajetórias e particularidades das entrevistadas, sempre calcadas na perspectiva das relações patriarcais de gênero.

O texto está dividido em três partes: na primeira, tecemos considerações a respeito das mulheres agricultoras familiares; na segunda, através dos achados empíricos, analisamos o papel do patriarcado na vida das agricultoras familiares do município; ao final, apresentamos reflexões sobre o tema a partir da perspectiva feminista.

As mulheres agricultoras familiares

O capitalismo, segundo Paulilo (2016), fez mais que separar os meios de produção do trabalho do espaço doméstico. Com esse sistema, o único esforço que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e, ser remunerado, foi aquele atrelado às atividades consideradas economicamente rentáveis. Dessa forma, o capitalismo une-se ao patriarcado trazendo uma nova concepção de trabalho, com a valorização das atividades exercidas fora do espaço doméstico e, consequentemente, desvalorizando-o e ocasionando a falta de reconhecimento do trabalho feminino. No caso da agricultura familiar, não há separação entre as unidades trabalho-produtivo e não-produtivo, pois as mulheres podem produzir um queijo para consumo ou para a comercialização, porém essa atividade não é vista como trabalho. Por conseguinte, o trabalho do homem voltou-se para a lavoura, uma vez que este trabalho é o mais reconhecido socialmente e monetariamente, e a mulher ficou com toda a carga do trabalho doméstico e dos espaços do entorno, principalmente o cuidado da horta e de pequenos animais, não gerando nenhum tipo de reconhecimento, nem remuneração.

Por suposto, a agricultura familiar, segundo Wanderley (1996), é aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e também assume o trabalho na propriedade onde o caráter familiar não é um detalhe superficial ou descritivo, pois, “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Segundo Picolotto (2012), desde a década de 1990, as instituições públicas brasileiras vêm reconhecendo a importância da agricultura familiar. Esse processo de reconhecimento impulsionou a criação de instituições de apoio a esse modelo de agricultura, como políticas públicas para o estímulo da agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1995. Somando-se a isso, também foram criadas secretarias específicas para trabalhar com esse tipo de agricultura, como a Secretaria da Agricultura Familiar, implementada em 2003. Ainda, em 24 de julho de 2006 foi criada a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) que trouxe o reconhecimento oficial "da agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar." (PICOLOTTO, 2012, p. 159).

Deste modo, a Lei 11.326/2006 considera como agricultura familiar a propriedade que: não detenha, a qualquer título, área maior do 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Conforme Brumer (2004), as mulheres e também os jovens ocupam uma situação subordinada na agricultura familiar, pois seus trabalhos, além de não serem reconhecidos, são conceituados como uma ajuda ao agricultor, mesmo que desenvolvam inúmeras atividades na propriedade familiar, o que resulta em deixá-los inferiorizados e seus trabalhos invisibilizados.

Na agricultura familiar, os sujeitos e sujeitas pertencentes a essa modalidade de agricultura classificam os trabalhos em leves e pesados, cujos pesados são as atividades economicamente rentáveis, na lavoura ou na pecuária, por exemplo, e os leves, geralmente, não são reconhecidos ou até mesmo não remunerados, a exemplo o trabalho doméstico. No entanto, essa classificação pode ser contraditória tendo em vista que o próprio trabalho doméstico pode se tratar de um trabalho pesado, já que exige muitas horas de esforço físico. Segundo Paulilo (2016), os trabalhos são qualificados a partir de quem os executa, ou seja, os trabalhos leves são aqueles designados pela força de trabalho feminina e infantil, e os trabalhos pesados são os que detêm a força de trabalho masculina como principal. Isso ocorre mesmo que as horas trabalhadas sejam as mesmas, e também onde a atividade precisa de maior esforço físico, exigindo por outro lado à habilidade, a paciência e rapidez requeridas pelo outro.

O trabalho feminino ao mesmo tempo em que é indispensável é também desvalorizado por uma sociedade baseada em um sistema patriarcal que inferioriza as

mulheres e enaltece a figura masculina nos espaços de decisão, de produção e da família, resultando em processos que podem influenciar nas decisões, principalmente das jovens, em permanecer no campo e se subjugar ao que este sistema oferece ou migrar para a cidade e buscar novas oportunidades.

O cenário de desvalorização é ressaltado principalmente pelo fato de as mulheres ocuparem muito tempo na atividade doméstica que, como visto, dentro desse sistema não é considerada como trabalho, mas simplesmente tarefas originalmente femininas. Deste modo, obtém-se a noção de que, “a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios, isto é, regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural [...].” (SORJ, 2004, p. 107).

Neste contexto, há uma discriminação quanto à remuneração. No Brasil, segundo Cordeiro (2007), as mulheres trabalham e não recebem rendimento, possuem pouco acesso às terras, tecnologias e assistências. Corroborando com o exposto no parágrafo acima, Cordeiro constata que “o trabalho que elas realizam é pouco valorizado socialmente. Ainda predomina a visão de que os homens são quem de fato trabalham; as mulheres apenas ajudam.” (CORDEIRO, 2007, p. 7).

Na questão da remuneração, percebe-se que na agricultura familiar há uma hierarquia de gênero e etária, ou seja, as jovens agricultoras não possuem os mesmos direitos que os jovens agricultores. Enquanto as mulheres jovens trabalham com suas mães, principalmente nas tarefas domésticas, os homens jovens trabalham juntamente aos pais na lavoura e normalmente assumem a responsabilidade por alguma atividade específica. Desse modo, as jovens quando reivindicam alguma remuneração geralmente essa é inferior daquela designada aos homens, visto que os homens ocupam tarefas vistas como mais importantes e as mulheres “apenas ajudam” dentro da lógica do patriarcado e da divisão sexual do trabalho. Esse contexto, segundo Cordeiro (2007), está pautado em relações de poder, hierarquias e conflitos.

Outro ponto a ser discutido é o acesso à terra pelas mulheres que, na lógica do sistema patriarcal, é um problema no espaço rural, como aponta o estudo de Brumer e Anjos (2001) uma vez que os homens “culturalmente” sempre tiveram a preferência dos pais para a questão sucessória e para serem os herdeiros. Além disso, a morosidade burocrática nos processos quanto à efetivação dos diretos garantidos às mulheres para a herança através da Lei 10.406/2002, tornam-se obstáculos para que elas consigam adquirir os lotes de terras que são seus por direito.

Em uma pesquisa realizada pelo Departamento de Estudos Socioeconômico Rurais (DESER, 2000) foram entrevistados 141 jovens e 240 adultos de ambos os sexos acerca da questão da herança. Na pesquisa, quando foi questionado a respeito das chances de as

mulheres e os homens herdarem a propriedade dos pais “32% preferiram não responder e, embora 40% tenham respondido que as chances eram iguais, 51% não conheciam nenhuma moça que tivesse herdado.” (PAULILO, 2016, p. 191).

Esse contexto denuncia a dificuldade que as pessoas do espaço rural possuem para discutir essa temática. As desigualdades de gênero estão presentes no cotidiano das agricultoras e agricultores, porém quando se deparam para a reflexão direta desses temas, seja pela evidente desigualdade ou pela tentativa de mascará-las, muitos preferem não responder e se abster de discutir tais questões.

Paulilo (2016) afirma que nas regiões de colonização alemã e italiana dos três estados do sul do Brasil, há um padrão quanto à herança. “Embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdam a terra. O acesso de mulheres a esse bem se faz pelo casamento.” (PAULILO, 2016, p.191).

Outro fator a citar é que o acesso à terra quando os pais possuem um lote pequeno também ocorre de maneira diferenciada. De acordo com Paulilo (2016), quando a terra dos pais é pouca e esses possuem mais do que um filho e filhas, a terra vai pertencer a um único filho. No entanto, há mecanismos de compensação para os homens que não ficaram com o lote, “que tentam respeitar uma correspondência entre o que foi perdido e o que foi ganho.” (PAULILO, 2016, p. 191). Todavia, para as mulheres, a compensação é o dote por ocasião do casamento, composto por “roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de costura, uma vaca de leite ou uma porca e a festa do casamento, que tanto pode ser financiada somente pelos pais da noiva como pelos pais de ambos os cônjuges.” (PAULILO, 2016, p. 255).

Ainda que o Código Civil estabeleça igualdade nas questões de herança no Brasil, segundo Carneiro (2001), as regras culturais modificam a lei de acordo com os interesses da família. “Nesses casos, observa-se que as regras de transmissão recebem a legitimidade (com maior ou menor conflito) dos envolvidos na transação, sustentados que se encontram pelo “valor família”” (CARNEIRO, 2001, p. 24). A justificativa para que, principalmente, as mulheres não recebam suas partes na propriedade das famílias advém da decisão da própria família. Como culturalmente é ela quem decide mesmo essas decisões estarem fora da lei, via de regra, todos aceitam o acordo e, obviamente, as mulheres são as mais prejudicadas. Entretanto, por respeito a essa “cultura” a maioria das jovens não procura seus direitos na legislação, cooperando com a ideia de o que for decidido dentro do âmbito familiar deve ser respeitado e acatado por todos os membros que se reconhecem e são reconhecidos como parte da família.

Neste sentido, segundo Carneiro (2001), quando as mulheres herdam algum lote, geralmente é o que possui menos ou nenhuma atividade produtiva e/ou com relevos

acidentados, impossibilitando a prática da agricultura. Normalmente, os pais durante a vida, passam por doação a herança para o filho herdeiro, evitando, assim, possíveis confusões após suas mortes; às filhas mulheres cabem apenas assinar o documento de doação. Ademais, se a partilha acontecer somente após a morte dos pais, a parte que cabe às filhas é “vendida” para o irmão sucessor, o qual foi escolhido previamente. Esse ato de vender não rende, muitas vezes, nenhum fim lucrativo às mulheres; é somente uma forma de legalizar a transação perante o Código Civil Brasileiro, acarretando, então, apenas em um valor simbólico e um “dever” cultural que elas possuem para com suas famílias.

Paulilo (2016) diz que, nas famílias, quando é preciso excluir alguém da herança, essa vai ser a mulher. “Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que também identifica tanto as que trabalham nos campos como as que não o fazem.” (PAULILO, 2016, p. 255). Além disso, mesmo que as terras sejam das mulheres por herança, o marido é quem, normalmente, é considerado como o responsável.

Ainda, Paulilo (2016) ressalta que essa é, até os dias de hoje, a realidade no espaço rural, principalmente no sul do Brasil. Mesmo existindo a ilusão ao pensar que essas são características do passado e que atualmente a situação das mulheres no espaço rural é diferente, torna-se difícil encontrar um exemplo concreto para tanto.

Contudo, segundo Deere e Léon (2002), associado com a modernização da agricultura estão ocorrendo algumas mudanças no âmbito familiar, como “o aumento das oportunidades educacionais para homens e mulheres e à expansão das oportunidades alternativas de geração de renda levaram a uma série de outras mudanças nestas colônias do sul.” (DEERE; LÉON, 2002, p. 349). As autoras afirmam que cada vez mais as partes das heranças estão tomando forma de investimentos educacionais dos filhos e filhas, assim esperando que esses renunciem às terras, deixando-as ao irmão que ficou na propriedade e não investiu no estudo. No entanto, as autoras ressaltam que cada vez mais as filhas estão exigindo seus direitos, advindas do crescimento educacional que elas vêm obtendo. Ainda, o cenário de modificações também apresenta que, atualmente, as famílias estão menores, e “um número cada vez maior de famílias se vê sem qualquer herdeiro ou com apenas uma filha solteira que ainda permanece em casa”. (DEERE; LÉON, 2002, p. 349).

Concordando com as afirmações das autoras acima, consideramos que a modernização da agricultura gerou muitas mudanças a respeito da herança. Contudo, entendemos que a ordem patriarcal de gênero não foi alterada, pois ainda se dá preferência ao herdeiro homem, sendo a mulher que, normalmente, tem que sair do espaço rural para buscar estudo por falta de reconhecimento e oportunidades que a motivam ficar na propriedade. Ademais, a mulher jovem e solteira não é considerada apta a gerir uma propriedade familiar, o que não se aplicaria se fosse um homem jovem e solteiro.

Outrossim, é a dificuldade da mulher viúva em permanecer na terra. Segundo Deere e Léon (2002), no Brasil a viúva está em uma posição difícil, “pois se o marido morre intestado, a viúva herda um quarto fixo de sua propriedade, mas apenas em usufruto.” (DEERE, LÉON, 2002, p. 352). Essa situação reduz seus plenos direitos de posse da terra e contribui para a visão de que as mulheres viúvas apenas detêm o poder da propriedade temporariamente, assegurando-o para os filhos. Dessa forma, as mulheres viúvas, via de regra, quando herdam uma maior quantidade de terra não administram, sendo o filho o sucessor que toma o espaço de “novo chefe de família”.

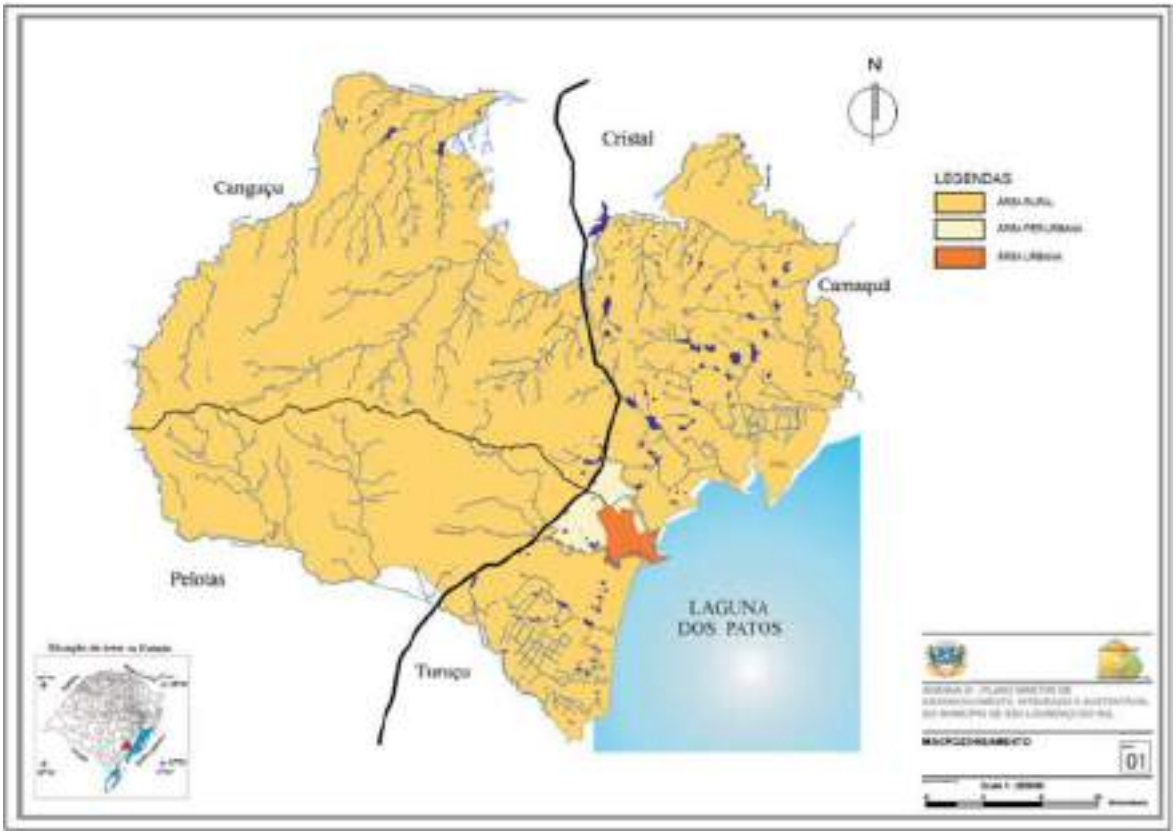
Diante dos argumentos elencados, ressalta-se que a busca por direitos e pelo fim das desigualdades de gênero no âmbito rural ainda se torna importante, tendo em vista as dificuldades impostas às mulheres de ocuparem lugares como sucessoras e serem titulares das propriedades a que tem direito. Mesmo que se tenha avançado ao longo dos anos no âmbito político, econômico e social, a atual conjuntura não basta para eliminar as injustiças de gênero presentes no espaço agrário brasileiro.

As mulheres agricultoras familiares de São Lourenço do Sul e as relações patriarcais de gênero

A partir desse momento, iremos discutir como as relações patriarcais de gênero se estabelecem no município de São Lourenço do Sul. Partimos do reconhecimento desse município, para enfim elucidar o contexto vivido pelas mulheres agricultoras familiares lourencianas.

O município de São Lourenço do Sul, de acordo com o IBGE (2010), quanto ao fator demográfico possuiu população, em 2010, de 43.111 habitantes, sendo que 24.234 habitam o espaço urbano e 18.874 o espaço rural. Porém, estima-se que a população no ano de 2018 chegou a 43.625 habitantes, possuindo como densidade demográfica 21,17 habitantes por metro quadrado (IBGE, 2010). O município apresenta 2.036,125 km² de unidade territorial e faz divisa com os municípios de Pelotas, Turuçu, Canguçu, Cristal e Camaquã, conforme figura 1. São Lourenço do Sul apresenta como coordenadas geográficas a latitude: 31° 21' 46" Sul e a longitude: 51° 58' 44" Oeste e fica localizado a 165 km de Porto Alegre, a capital gaúcha.

Figura 1: Mapa do município de São Lourenço do Sul-RS



Fonte: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Plano Diretor.

Em uma análise dos dados do censo agropecuário do IBGE (2006), é entendido que os homens que se intitulam na direção da propriedade em valores absolutos são 3.544 (81,9%) enquanto que as mulheres que se intitulam na direção da propriedade somam apenas 268 (6,19%). Além disso, a área total dos estabelecimentos com proprietários masculinos somam 161.709 (94,07%) hectares, enquanto apenas 10.190 (5,93%) hectares são de propriedade das mulheres (IBGE, 2006).

São evidentes as relações patriarcais de gênero na vida das mulheres lourencianas. Tais dados demonstram que o homem é, na maioria das vezes, o escolhido para permanecer com as terras dos pais, algo totalmente discriminatório e de caráter patriarcal que está presente na vida das mulheres agricultoras de todas as faixas etárias em São Lourenço do Sul.

Dessa forma, buscamos entender (através das entrevistas em profundidade), primeiramente, como as atividades diárias são divididas dentro de cada núcleo familiar. Logo, identificamos em seus discursos uma ordem patriarcal de gênero presente na estrutura familiar dos agricultores do município, afirmando, assim, que “a invasão desta organização social de gênero é total” (SAFFIOTI, 2004, p. 122), ou seja, “pessoas podem se situar fora do esquema de dominação-exploração das classes sociais ou do de raça/etnia.

Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal.” (SAFFIOTI, 2004, p. 122). Na agricultura familiar este cenário não é diferente, uma vez que as mulheres, como trata Brumer (2004), são as responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cuidado com os animais e pelo cultivo ao redor da casa, além, é claro, de trabalhar na lavoura. O trabalho dobrado, as longas horas de cansaço e desgaste rapidamente foram ressaltadas em cada discurso, como os transcritos abaixo.

> Os serviços da casa assim né: cozinha e limpeza era a mãe e minha irmã mais velha, que também ajudou a nos cuidar quando a gente era pequena ela tinha sete anos quando a gente nasceu ai ela ajudou a mãe, porque o mano tinha um ano e seis meses. Ai a mãe não vencia com três crianças pequenas, a minha irmã também era pequena com sete, para já ficar cuidando das outras. Ai depois que ela saiu, eu e a mana já era maior e a gente ajudava a mãe nesses trabalhos de casa, e ia para a lavoura. A mãe também fazia os serviços de casa, comida, limpeza e também ia para a lavoura. O pai só trabalhava na lavoura. O mano também só trabalhava na lavoura. (Entrevistada 1).
>
> É ruim de trabalhar lá fora, eu mesmo, eu vivo na colônia só que tô mais em casa. Só que eu vou pra lavoura quando tem fumo para plantar e fumo pra colher, o resto é tudo com eles. Ai eu faço tudo em casa! Que nem no verão tem a estufa para cuidar, e é tudo comigo, eu que cuido! Nisso que meu pai, minha mãe e meu irmão eles fazem tudo na lavoura, voltam e a gente janta, eles tomam banho e vão dormir ai o resto é comigo. A minha mãe não faz nada em casa, tudo na lavoura. O trabalho doméstico é todo meu. A gente tinha horta, agora não, porque era difícil de cuidar no verão, porque tinha muita coisa para fazer, ai ficava muita coisa, muita tarefa para mim fazer durante o dia. Os pequenos animais quem cuida sou eu e o pai, agora no inverno é o pai, mas no verão sou eu, pequenos, grandes, vacas, porcos. Só se tiver alguma coisa assim meio pesado, algum caído, ai eles me ajudam, mas o resto sou eu quem cuido, dando ração. (Entrevistada 5).

Nesse cenário, as mulheres normalmente não se enxergam como sujeitas trabalhadoras vitais na agricultura familiar e, a partir disso, são fomentados discursos de (falsa) igualdade de trabalho ou a visão de que são os homens quem realmente trabalha, pois é da lavoura (trabalho produtivo) que a renda para “sustentar” a família advém. Assim, os discursos das mulheres que residem no espaço agrário trazem à tona toda a herança patriarcal à qual são sujeitadas e, com isso, a naturalização da exploração do trabalho feminino.

> Eu acho que é bem dividido (o trabalho de mulheres e homens). Porque lá em casa mesmo, tem a parte que é pesada mesmo com o pai e com a mãe... A parte mais pesada é com meu pai e meu irmão, a mãe não faz. A coisa mais leve a mãe faz. O trabalho mais pesado como carregar lenha, carregar trouxa do fumo, carregar grampos para dentro da estufa, nesse sentido pesadão. A mãe fica tipo... Carregar lenha ela fica em cima do reboque só ajeitando a lenha e não levantando, o serviço do fumo que eu até ajudo, a gente coloca em cima dos grampos, mas não carrega grampo não, só se tiver seco, senão é com meu irmão e meu pai, mesmo é com

> meu irmão, porque meu pai tem mais idade, tá com 63 (anos), e ele diz que não consegue levantar né?! Ai é mais com meu irmão. A mãe tem 43 (anos), ela faz tudo, mas se queixa de dor nas costas. Ai por isso mesmo a gente não deixa ela fazer essas coisas puxadas, coisa pesada mesmo. Que nem de noite no verão, ela cuida das estufas de noite. (Entrevistada 5).

No entanto, questionamos a respeito da igualdade entre o trabalho masculino e feminino. Não desmerecendo o trabalho do homem na lavoura, mas o acúmulo de afazeres da mulher pode ser visto como mais esgotante, uma vez que a entrevistada relatou que, além do trabalho doméstico, trabalha igualmente na lavoura em época de colheita e plantio, permanecendo, inclusive, várias noites na estufa de fumo. Notamos aqui que a mulher agricultora auxilia sua família no trabalho da lavoura, mas, em nenhum momento, reconhecemos nas falas que os homens auxiliam no trabalho doméstico. Ou seja, não existe essa suposta igualdade.

Passemos para o próximo relato, que nos esclarece mais um pouco a situação: “Sim e não (as mulheres trabalham mais que os homens). Sim porque a gente faz todo o serviço de casa e mais a lavoura. Mas não, porque o serviço de casa não conta né?! Ai eu acho que os homens trabalham mais, eles ficam mais tempo na lavoura.” (Entrevistada 6).

A constante desvalorização do trabalho doméstico (reprodutivo) em prol do trabalho que gera renda novamente alimenta a discussão e os argumentos das mulheres quando vão refletir sobre o assunto. Entretanto, elas relatam que também trabalham na lavoura, porém, ainda assim elegem o homem como quem mais trabalha. Como Brumer (2004) apontou em seu estudo, as mulheres são vistas como uma ajuda ao agricultor, como a esposa do agricultor e não como agricultoras. Esse constante cenário de desvalorização, que já envolve tais mulheres desde seu nascimento, contribui para que acreditem e alimentem esse sistema sem questioná-lo.

Respostas como a da Entrevistada 6 são frequentes, principalmente, pela vigência do patriarcado em invisibilizar o trabalho doméstico. Percebemos que a maior parte das entrevistadas exerce suas funções principalmente no trabalho doméstico e os homens exercem a maior parte de seus trabalhos na lavoura. Pelo reconhecimento monetário, por agregar “maior força de trabalho”, muitas se levam a identificar o homem, pai, “chefe de família”, como quem mais trabalha, sobretudo porque o enxergam como aquele que “faz a propriedade funcionar”. Essa divisão sexual do trabalho, baseada em uma ordem patriarcal de gênero, coloca as mulheres em uma posição inferior da masculina, atribuindo a elas rótulos de ajudantes e não considerando seus trabalhos como tal. Conforme Saffioti (1987) a potência da ideia de inferioridade feminina “é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua “inferioridade”, que se assumem como seres inferiores aos homens.” (SAFFIOTI, 1987, p. 12).

Essa relação de trabalho e remuneração também está atrelada à consideração o próprio trabalho como uma “ajuda”. Assim, “na qualidade de mera “ajudante”, à mulher se oferece um salário menor, ainda que ela desempenhe as mesmas funções que o homem. A própria mulher, admitindo seu trabalho tão-somente como “ajuda”, aceita como natural um salário inferior.” (SAFFIOTI, 1987, p. 15). Para muitos, pode parecer que esse cenário não existe mais, que as mulheres, com os diversos recursos advindos da modernização, como tecnologias da informação, por exemplo, já não vivem em um sistema opressor ou ao menos compreendem as desigualdades com clareza. Sabemos que não é essa a realidade no município de São Lourenço do Sul.

Por suposto, ao nos referirmos às remunerações das entrevistadas, as respostas mais frequentes são que dinheiro elas não recebem, mas “sempre” podem comprar o que “querem”. No entanto, o “poder comprar o que quer”, às vezes, possui diferenças entre homens e mulheres.

> Assim, recebe, recebe, não! Mas, tudo que eu quero comprar eu posso comprar. A mãe às vezes é meio assim, tipo, “ai isso tá muito caro” e coisa, mas, tudo que eu quiser comprar eu posso comprar. E não tem essa de “ah tu não pode porque tu não trabalha”, não, eu e meu irmão a gente ganha igual, e sempre foi assim. A mãe sempre disse pra nós que o deles é nosso também, a gente tinha que saber como a gente ia gastar. Com meu irmão é o mesmo sistema, quando ele quis um carro, quando começou a namorar para ir para a casa da namorada, ele ganhou, ele tem pedido em firma, tem tudo, tem conta no banco, mas é tanto dele tanto meu. (Entrevistada 4).

No citado discurso, a mulher acredita que ela e o irmão recebem com igualdade. No entanto, enquanto ela recebe algum dinheiro para ir a uma festa ou comprar roupas, o irmão possui conta no banco, pedido em firma de fumo e carro em seu nome. Nesse sentido, podemos analisar que essa suposta igualdade não é real, tendo em vista que o sistema patriarcal em que ela está inserida não lhe permite enxergar a realidade. Segundo Saffioti (2004), a falta de críticas a esse sistema por parte das mulheres, se dá principalmente porque, “entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, [...] é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social”. (SAFFIOTI, 2004, p. 34).

Buscando identificar como essas mulheres estão inseridas em suas famílias, tentamos entender seu grau de participação no núcleo familiar. Novamente, nos deparamos com um cenário no qual as mulheres ou tem voz somente para o que condiz com as questões domésticas ou nem sequer para isso. Normalmente, o que acontece é o pai e o irmão (caso tenha) serem os que realmente decidem sobre a produção ou sobre no que investir ou comprar. Assim, “o homem é visto como essencial, a mulher, como inessencial. O primeiro é considerado sujeito, a mulher, o outro.” (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

> Não, é tudo o pai. Sempre o pai, ele decide tudo, ele que sempre tomou a frente de tudo, decidiu tudo sozinho. A gente só vai acompanhando e trabalhando junto e apoiando ele. Mas ele que sempre deu a ideia, do que comprar, do que conseguir, sempre foi ele que deu a ideia a gente só vai de trás. (Entrevistada 3).

Esses fatores culminam diretamente na valorização ou desvalorização da mulher como agricultora, como ser pensante, capaz de ter opiniões e que compõe um grupo, pois a mulher acaba tomando um lugar secundário em sua própria vida, sendo que está sempre subjugada às decisões dos homens.

Frente a isso, buscamos identificar quem é ou será o sucessor das terras dos pais das entrevistadas. Estudos como Moreira e Schlindwein (2015) mostram preocupações acerca da falta de preparo e de estratégias quanto à eleição do sucessor nas propriedades. Esses dados são agravados quando, conforme os estudos como os de Carneiro (2001), é evidenciado que as mulheres normalmente não são as sucessoras da família. Identificamos que as entrevistadas afirmam que nunca houve essa discussão nas suas famílias, no entanto, parece intrínseco que a pessoa denominada para tal tarefa já esteja selecionada há muito tempo. Mesmo algumas alimentando a esperança de permanecer no espaço rural e nas terras dos pais, isso se torna muitas vezes difícil por estar atrelado sempre à vontade masculina, principalmente nesse caso a vontade do irmão sucessor em abrigá-la em suas terras. Como apontado por Paulilo (2016) “quando insistimos na exclusão das filhas da herança da terra, muitas dizem que isso já está mudado, mas é muito difícil conseguir um exemplo concreto”. (PAULILO, 2016, p. 203).

> Nunca ninguém falou nada. Mas meu pai só trata dessas coisas com meu irmão, acho que no fim ele que vai ficar. Eu gostaria de ficar também, mas acho que meu irmão está mais preparado. (Entrevistada 6).
> Não decidiram ainda. Nunca se falou. Mas eu acho que meu irmão vai ficar lá sempre, porque ele só concluiu a oitava série, então ele vai ficar, é certo! (Entrevistada 2).

Assim, na tentativa de entender as relações familiares e a questão sucessória, buscamos identificar se essas mulheres acham que no futuro poderiam conviver nas terras dos seus pais.

> Muita gente lá pra fora é assim, tem muita briga! Principalmente quando um dos pais morre, pra fazer a herança né? Ai todo mundo quer uma parte, mesmo saindo cedo de casa, sempre tem briga! Por causa de dinheiro, ou por causa de terra tem briga. Mas, eu não quero ser assim! Eu realmente quero ficar pra poder cuidar e seguir o que eles lutaram pra conseguir. Só que as vezes é difícil, porque quando vem uma pessoa diferente ou ter uma convivência legal, bacana é difícil hoje em dia né? Mas acho que eu vou

> ficar e vou cuidar deles e do que eles conseguiram juntar até hoje. (Entrevistada 5).
> Acho que sim, se meu irmão casar com alguém que eu me deia bem. Ou se ele ficar solteiro acho que sim. Mas acho que deve ser bem difícil, porque é difícil lidar com gente estranha né? Mas ele nunca me negaria de poder morar aqui. (Entrevistada 1).

O discurso das entrevistadas remete à subordinação das leis do sucessor, ou ainda da vontade de ter uma relação harmoniosa com os familiares, o que nem sempre é possível, pois depende de inúmeros outros fatores que vão além da boa vontade das mulheres entrevistadas.

Portanto, podemos afirmar que a vidas dessas mulheres estão totalmente atreladas às ordens do patriarca. As relações familiares são perpassadas por relações patriarcais de gênero contribuindo para que essas mulheres tenham menos autonomia nas decisões o que torna suas existências regidas pelas ordens do “chefe da família”.

O município de São Lourenço é apenas um recorte da história de diversas mulheres brasileiras que residem no interior de seus municípios, sem muitas vezes ter o conhecimento de seus direitos. Nenhuma mulher entrevistada conhece ou teve contato com alguma política pública voltada para as mulheres. O que sabemos é que, ao longo dos anos, advindas das lutas das trabalhadoras rurais “diversas medidas importantes foram tomadas pelos gestores das políticas publicas, no sentido de melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais.” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 21).

No município, não foi identificada nenhuma organização feminina de mulheres rurais e nenhuma das entrevistadas participa, ouviram falar ou foram convidadas a participar de algum grupo de mulheres. Consideramos a falta de informação e organização; já no sentido da falta de grupos de mulheres como um problema em São Lourenço do Sul e esse déficit acaba ainda por alimentar o patriarcado, pois não dá voz aos direitos das mulheres. Assim, “a submissão das mulheres na sociedade civil assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens.” (SAFFIOTI, 2004, p. 131).

Acreditamos que a ineficiência dos órgãos públicos em enxergar a realidade de subordinação das mulheres leva à falta de palestras, grupos de conversas, que deveriam ser geridos pelos órgãos responsáveis por disseminar a informação nesse espaço. De nada adianta termos direitos se eles não chegam à população que mais precisa desse amparo. Além disso, a falta de informações, aliadas a uma estrutura patriarcal, pode desencadear processos como a migração feminina e a consequente masculinização do campo nesses espaços. Dentro de um sistema patriarcal de invisibilização do trabalho feminino, de poucas perspectivas de serem sucessoras e de ausência de remunerações, entre outros fatores, existe a influência para as mulheres, principalmente jovens, abandonarem o campo em busca de novas oportunidades.

Considerações finais

A discussão feita aqui, longe de sanar o debate sobre a temática, ressalta que as relações patriarcais de gênero estão presentes na estrutura da agricultura familiar brasileira. O município de São Lourenço do Sul é um recorte desse cenário, sendo que no restante do país essas relações podem se enunciar com maior ou menor intensidade e clareza; no entanto, elas estão estabelecidas e presentes. As desigualdades de gênero na estrutura familiar dos agricultores brasileiros são alimentadas por uma cultura machista que legitima o homem enquanto agricultor e subordina a mulher.

Contudo, através de uma luta, individual ou coletiva, paulatinamente a situação está mudando, pois desde a década de sessenta as mulheres se organizam em busca de espaço e direitos na estrutura familiar do espaço rural brasileiro. Muito foi conquistado, porém, o sistema patriarcal se mantém no discurso e na prática. Mesmo com muitas vitórias no campo politico e social, estamos longe de acabar com o sistema que se sustenta há gerações, e ainda é forte nas áreas da agricultura familiar brasileira.

Outrossim, presenciamos que, nas casas das agricultoras, o patriarcado está presente, normalizado e bem estabelecido. As divisões das tarefas das famílias fortalecem o sistema e as mulheres trabalham muito, mas em suas consciências apenas ajudam, e tornam a reproduzir, inconscientemente, as desigualdades de gênero e a mentalidade machista. Constatamos que o sistema patriarcal dita as regras de comportamento para as mulheres e suas famílias, que incide, direta ou indiretamente, na vida das agricultoras ocasionando efeitos na vida privada, como a desigual divisão sexual do trabalho, que dificulta o acesso ao estudo e ao trabalho remunerado, com consequências para o futuro das jovens agricultoras.

Entretanto, para que o sistema acabe e tenhamos um futuro igualitário entre mulheres e homens, devemos visibilizá-lo no discurso e na prática, através de pesquisas acadêmicas e ações políticas. Por muito tempo as pequenas agricultoras foram silenciadas, e com as pesquisas sobre o tema, visibilizamos essas mulheres que, ao longo de gerações, não puderam se manifestar.

Finalizando, entendemos que a pesquisa, tentando traçar um panorama do vivido no espaço rural que, por muitos é ignorado ou desconhecido, evidenciou uma pequena parcela do todo atingido pelas relações patriarcais de gênero. Dessa maneira, as discussões ainda são importantes para a desconstrução do sistema patriarcal que afeta a vida das pessoas, especialmente as mulheres brasileiras.

Referências

BARTRA, Eli. Acerca de la investigación y la metodología feminista. In: **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales**. GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, MaribelRíos (orgs). México : UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades : Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 407 p., 2012.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 103, 2013.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, nº. 12, p. 6-17, 2008.
BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BNDES. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Acessado em: 14 de novembro de 2017. Online. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.htm

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CORDEIRO, Rosineide. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: **Anais** do XIV ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, 2007.

DEERE, Carmem Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina**. Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja RossatoAntifinilfi e Sônia Terezinha Gehering (Tradutoras), Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Economicos Rurais. Disponível em: <http://www.deser.org.br/>. Acesso em: 1 nov. 2017.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, Michèle. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In: POUPART et. al A pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012, p. 127-153.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 6ª ed. 2008, 200 p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEVILÁSIO, Francisco. **Origem e evolução da agricultura**. Editora UFCG, 2009, p.1 - 14, Disponível em: http://www.ccta.ufcg.edu.br/index.php?action=view_page&page=235 . Acesso em: 23 de abril de 2016.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas.**

Emílio, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (orgs). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, 15-30p.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 15-22, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 595-609p, 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas.** Emílio, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (orgs). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, 65-70p.

IBGE. **SIDRA, CENSOS DEMOGRÁFICOS.** Acessado em: 21 julho de 2017. Online. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/inicial

IBGE, **Censo Agropecuário** de 2006. Acessado em: 14 fevereiro de 2018. Online. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010, 568p.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, nº. 29, p. 151-173, 2015.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016. 383p.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 128, ano XI. Rio de Janeiro, p. 158-167, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, Coleção polemica, 1987, 134p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Séries Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/ **FLACSO**/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil – Junho 2009.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Tradução portuguesa de José Marcos Macedo publicada em S. Paulo, **NOVOS ESTUDOS – CEBRAP**, nº. 45 - julho de 1996, pp. 15-36.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TAYLOR, Steven; BOGDAN, Robert. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación.** In: PAIDÓS BÁSICA. Traducción de Jorge Piatigorsky. Barcelona, 1987, 343 p.

VELEDA DA SILVA, Susana. Na perspectiva da geografia feminista do século XXI, os estudos teóricos e empíricos sobre trabalho remunerado estão fora de moda? 6tas. **Jornadas Uruguayas de Historia Económica**, Simposio Equidad de Género, estructuras familiares y desarrollo, p. 1-13, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A Modernização Sob O Comando da Terra: Os Impasses da Agricultura Moderna No Brasil. **Ideias**, IFCH.UNICAMP. CAMPINAS, v. 3, n.2, p. 25-54, 1996.

Sobre os autores

Caroline Tapia Bueno – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPelotas). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão. **OrcID**: https://orcid.org/0000-0003-0251-9108.

Susana Maria Veleda da Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em Geografia Humana Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Atualmente é docente do I Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0003-2856-0379.

Como citar este artigo

BUENO, Caroline Tapia; SILVA, Susana Maria Veleda da. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 279-299, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Susana Maria Veleda da Silva** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a autora **Caroline Tapia Bueno**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; bem como pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 28 de abril de 2019.
Devolvido para a revisão em 05 de outubro de 2019.
Aceito para a publicação em 28 de outubro de 2019.

A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil[1]

Angelita Zimmermann
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: angelitazd@gmail.com

Ane Carine Meurer
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: anemeurer@gmail.com

Cesar De David
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: cdedavid2009@gmail.com

Resumo

É notável a contribuição das Maisons Familiales Rurales – MFRs (França) e das Casas Familiares Rurais – CFRs (Brasil) à vida dos jovens e das famílias que vivenciam a proposta da Pedagogia da Alternância. O objetivo é discutir a formação dos sujeitos do campo, no Brasil e na França, em processos educativos caracterizados por territorialidades distintas, seja pelas peculiaridades histórico-sociais e culturais de cada país em questão, ou necessidades e possibilidades postas pela estrutura econômica de tais realidades. Nesta pesquisa qualitativa foram utilizadas entrevistas, observações em Casas Familiares Rurais dos dois países e pesquisa bibliográfica. Na França, país de origem, existe um amplo espectro de formações, com recursos dos ministérios públicos da Educação e da Agricultura. No Brasil, prioriza-se a formação em agricultura e são identificados elementos produtores de mudanças concretas, uma vez que os conhecimentos são pensados e organizados conjuntamente pelos atores/sujeitos do campo, a partir do interesse e da realidade por eles vivida, geralmente sem auxílio financeiro do Estado. Constata-se que o processo pedagógico das CFRs brasileiras, tem efetivado transformações individuais e coletivas convergindo em sujeitos mais atuantes nos movimentos de resistência do campo.

Palavras-chave: Casa Familiar Rural (Brasil); Maison Familiale Rurale (França); pedagogia da alternância.

Subject formation in rural areas and the pedagogy of alternation: from France to southern Brazil

Abstract

Its distinguished the contribution of the 'Maison Familiales Rurales - MFRs' (France) and 'Casas Familiares Rurais - CFRs' (Brazil) to the young adults' lives and also the families who experience Pedagogy of Alternation's proposal. The aim is to discuss the subject formation in rural areas, in Brazil and France, on educational processes characterized by distinctive territorialities whether by historical-social and cultural peculiarities of each country in question or the necessities and possibilities imposed by the economic structure of such realities. In this qualitative research, interviews, observations in rural family houses of the two countries and bibliographical research were used. In France, the country of origin, there is a wide spectrum of formations with resources from both public ministries of agriculture and

[1]O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

education. In Brazil, it is prioritized the agricultural formation and elements that produce real changes are identified since knowledge is thought and organized alongside with the actors/subjects who live in these rural areas, and is also based on their interests and their reality, usually with no government funding. It is perceived that the pedagogical process of the brazilian CFRs has efectivated many individual and collective transformations which converge to more active subjects on rural resistance movements.

Keywords: Rural Family Houses (Brazil); 'Maison Familiale Rurale' (France); pedagogy of alternation.

La formación del campo y de la pedagogía de la alternancia: de Francia para el sur del Brasil

Resumen

Es notable la contribución de las Maisons Familiales Rurales-MFRs (Francia) y de las Casas de Familia Rurales-CFRs (Brasil) las vidas de jóvenes y familias que experimentan la propuesta de la pedagogía de la alternancia. El objetivo es discutir la formación de campo, en Brasil y en Francia, en procesos educativos caracterizados por diferentes territorialidades las peculiaridades histórico-social y culturales de cada país en cuestión o necesidades y posibilidades de la estructura económica de implementan tales realidades. En las entrevistas de esta investigación cualitativa, observaciones fueron utilizadas en viviendas familiares de los dos países y la investigación bibliográfica. En Francia, país de origen, hay un amplio espectro de formaciones, con recursos de los ministerios públicos de educación y agricultura. El Brasil, prioriza la formación en la agricultura y son productores de elementos identificados de cambios concretos, puesto que el conocimiento es pensado y organizado conjuntamente por actores del campo, de los intereses y la realidad por ellos experimentados, generalmente sin asistencia financiera del estado. Se observa que el proceso educativo de las CFRs en Brasil, tiene efectivas transformaciones individuales y colectivas convergen en movimientos de resistencia más activos del campo.

Palabras-claves: Casa de Familia Rural (Brasil); Maison Familiale Rurale (Francia); Pedagogía de la alternancia.

Introdução

No Brasil, a educação formal do agricultor acontece em diversas instituições: institutos federais, escolas técnicas, universidades, escolas famílias agrícolas, casas familiares rurais, entre outras. O foco deste estudo será no processo de formação dos jovens agricultores das Casas Familiares Rurais. No caso brasileiro, esta formação, por meio da Pedagogia da Alternância, tem ocorrido com ênfase em cursos técnicos em Agricultura, quando certificam como Ensino Médio, ou ainda, como ampliação da formação continuada do agricultor[2]. Na França, as Maisons Familiales Rurales atuam certificando em diversas áreas além da agricultura, dentre elas, cuidados com idosos, turismo rural, mecânica, construção civil. O objetivo do texto é discutir a formação dos sujeitos do campo, no Brasil e na França, por meio da Pedagogia da Alternância.

[2]No Brasil existem CFRs que atuam como uma formação continuada, sem a certificação no Ensino Médio. O jovem agricultor busca uma complementação/qualificação para aprimorar o seu trabalho e a sua vida no campo.

A Pedagogia da Alternância é uma proposta que surgiu na França, na década de 1930, tendo como objetivos a formação integral da pessoa e o desenvolvimento do meio. Conforme Gimonet (2007, p. 29), "representa um caminhar permanente entre a vida e a escola". Nessa relação, alternam-se tempos e espaços de aprendizagem, parte da formação geral e técnica em regime de internato, e outra parte, na moradia familiar e/ou em espaços de estágios sócio-profissionais. Para além da origem das *Maisons*, a Pedagogia da Alternância se expandiu pelo mundo e tomou dimensões distintas de acordo com a realidade político-econômica de cada espaço social, formando também distintos territórios educativos.

Face às mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro, especialmente nas duas últimas décadas, na qual o agronegócio se territorializa e expande-se, tanto em terras de latifúndios como em terras dos camponeses/agricultores familiares[3], os povos do campo continuam o movimentam em luta por terra, educação e reprodução da vida. As Casas Familiares Rurais e a Pedagogia da Alternância têm sido instrumentos de transformações objetivas e fortalecimento da Educação do Campo, na formação básica e superior do país.

A organização dos trabalhadores do campo tem construído a Educação do Campo, forjada pelos movimentos sociais, especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com sua história de luta por educação e melhores condições de vida no campo. A partir do advento "Por uma Educação do Campo", organizado pelos Movimentos Sociais e Instituições de Ensino Superior, desde a década de 1990, desencadearam-se ações e políticas públicas que vêm materializando a proposta. Além do Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/1996, em 2006 foi aprovado o Parecer CNE/CEB nº 1/2006, sobre os dias letivos e o desenvolvimento da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). A proposta das Casas Familiares Rurais (CFR) tem sido uma experiência promotora de transformações concretas na realidade de camponeses que se sentem excluídos do sistema educacional formal brasileiro. Portanto, as CFRs são compreendidas como instrumentos políticos pedagógicos de formação dos camponeses.

O percurso desta construção chama a atenção sobre os conflitos que envolvem os distintos territórios, o da agricultura camponesa e o da agricultura capitalista, e as lutas do dia a dia no enfrentamento do capital pela classe trabalhadora do campo. Conforme Maria Isabela Antunes-Rocha, Maria de Fátima Almeida Santos e Aracy Alves Martins (2012), a educação do campo tornou-se "território material" nas políticas públicas por meio das ações e reflexões de diversas instituições e âmbitos da sociedade. São lutas e resistências materiais e imateriais imbricadas aos movimentos sociais, universidades, escolas,

[3]Utilizamos o conceito de trabalhadores camponeses/agricultores familiares como denominação à classe trabalhadora do campo em constante confronto com empresários agrícolas de grandes empresas no campo, ou seja, agricultura camponesa em contraponto à agricultura capitalista. Ver Fernandes (2004), Paludo (2012).

comunidades, e coletivos de sujeitos sociais que produzem a educação do campo nos últimos anos, compreendendo escola, comunidade e movimentos sociais como "Territórios educativos na educação do campo". Bernando Mançano Fernandes, no prefácio desta obra, declara a importância de espaços de discussão e de visibilidade, trazendo "análises, interpretações e descrições das realidades, dos desafios, das soluções, das resistências, das superações e das persistências [...], para contribuirmos com o desenvolvimento dos territórios materiais" (2012, p. 10).

Nesta perspectiva, este estudo fundamenta-se em teóricos do Território, da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância e utiliza-se de relatos, observações e entrevistas realizadas em CFRs do Sul do Brasil e, também, de um representante da União das Maisons Familiales Rurales de Educação e Orientação (UNMFREO), instituição francesa que objetiva "refletir sobre as relações entre território, Juventude e Agricultura Familiar dentro do movimento de MFR francesas, dirigidas aos jovens em formação e adultos envolvidos em associações" (UNMFREO, 2015). A pesquisa de cunho qualitativo evidencia o tema em estudos desde 2010, com a participação na implantação de uma CFR no Vale do Jaguari[4], Depressão Central do Rio Grande do Sul.

A história da Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari[5] iniciou em 2010 com reuniões de sensibilização às comunidades, com o propósito suscitar uma reflexão sobre a problemática da sucessão rural envolvendo diversas instituições como a Empresa Brasileira de Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), Prefeituras, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul (IFFar/SVS), Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/SUL), agricultores familiares dos municípios de Mata, Jaguari, Nova Esperança do Sul e Santiago. Em março de 2013 iniciaram-se os trabalhos letivo-pedagógicos, com uma turma de oito jovens, dois monitores, uma governanta, apoiadores públicos e privados e a Associação Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari (CFRVJ), responsável pela gestão da instituição. Durante o primeiro percurso letivo, a Casa foi se estruturando, física, pedagógica e politicamente, nos momentos distintos, mas complementares, de alternância. Em 2014, contava com quinze jovens alternantes. Atualmente a instituição está em processo de reestruturação para a formalização como uma escola de Ensino Médio Técnico em

[4] O Vale do Jaguari encontra-se na Depressão Central do Rio Grande do Sul e envolve os municípios de Jaguari, São Vicente do Sul, Capão do Cipó, Cacequi, Nova Esperança do Sul, Santiago, Mata, São Francisco de Assis e Unistalda.
[5] Ver dissertação de mestrado "Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari: elementos formativos do território" (Autor 01). Disponivel em <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9427>

Agricultura. Além deste período de pesquisa, foram visitadas outras CFRs na região sul do Brasil e na Região de Rhône-Alpes, na França[6].

A partir da pesquisa, percebe-se que a realidade francesa difere-se da vivida pelas Casas Familiares Rurais do Brasil, desde a constituição até sua manutenção, visto que as *Maisons* recebem apoio pedagógico e financeiro dos Ministérios da Educação Nacional e da Agricultura. O objetivo principal das MFRs é efetivar uma formação profissional que tem garantido emprego aos jovens alternantes em diversos postos de trabalho. A constituição desses espaços de formação por alternância no Brasil, em sua maioria, caracteriza-se por um processo territorial de significativas transformações, decorrentes de um caminho que envolve muitas parcerias/instituições (Emater, Prefeituras, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Institutos Federais, Universidades, pequenos agricultores) e contradições, em que o principal desafio é a gestão pela manutenção das CFRs, pelas dificuldades, tanto financeiras quanto pedagógicas.

Propõe-se esta reflexão no texto organizado em três partes. A primeira trata da Pedagogia da Alternância, a segunda discute as questões estruturais, dos contextos brasileiro e francês e, a terceira, elenca os desafios das Casas Familiares Rurais e das Maisons Familiales Rurales na contemporaneidade. Por fim, buscam-se apontar algumas perspectivas frente a uma realidade em constante transformação.

Questão agrária e currículo: disputas e resistência a partir da pedagogia da alternância

As Casas Familiares Rurais e a Pedagogia da Alternância originaram-se em um momento histórico de transformações econômicas e sociais, advindas da imposição de novas tecnologias necessárias ao projeto de industrialização dos países da Europa do século XX. No período entre o fim da primeira guerra (1914-1918) e início da segunda guerra mundial (1935-1945), campo e cidade precisavam se adequar ao desenvolvimento econômico, industrial e científico requerido pelo projeto político-econômico em curso. Era necessária uma formação com vistas à profissionalização do jovem agricultor no qual começou a estruturação do próprio conceito de juventude rural.

> A juventude rural foi o resultado de um largo processo de construção social, desencadeado pela expansão das relações capitalistas de produção no campo. Com o desenvolvimento das forças produtivas, os poderes público e privado começaram a investir na formação profissional da população rural, especialmente das gerações jovens, dirigindo-se para a difusão de novos conhecimentos e tecnologias de aperfeiçoamento dos processos produtivos

[6] A viagem de estudos à França foi custeada parcialmente pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil ARCAFAR/SUL e pela Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR).

> agrícolas e da melhoria das condições de vida da população (MARIN, 2009, p. 619).

Naquele momento, segundo Gimontet (2007), uniram-se pessoas da comunidade, pároco, pais, líderes comunitários e instituições interessadas na possibilidade dos jovens conciliarem estudos e trabalho sem sair do meio rural. Antes disso, para continuar seus estudos, os jovens rurais precisavam abandonar suas famílias e seguir sua formação nas cidades. O início da proposta da pedagogia deu-se pelo fato de um filho se recusar a frequentar a escola secundária longe de sua casa. Diante disso, seu pai conversou com o pároco do vilarejo e, a partir daí, seguiu-se a história de criação de um ambiente que valoriza os ensinamentos da escola e da vida cotidiana, a Casa Familiar Rural. Aquelas famílias decidiram que seus filhos dariam continuidade aos estudos sem ter que deixar de ajudar nos trabalhos de suas moradias, e assim, passariam um tempo estudando em casa e outro na escola (GIMONET, 2007).

A partir da ideia francesa, um processo histórico de discussão, envolvendo universidades e diversos segmentos sociais, constituiu a Pedagogia da Alternância. Logo em seguida, a Itália implementou a proposta e, com o apoio do poder público, foram criadas, no início dos anos de 1960, as Escolas Famílias Agrícolas (EFA). O projeto contou com professores da rede pública e foi apoiado pela Igreja, porém, nasceu diretamente da ação de homens da política institucional, de partidos interessados na profissionalização da classe trabalhadora (NOSELLA, 1977). Até o final dos anos 1960, na Europa, a proposta era usada apenas pelas CFRs. Posteriormente, o Estado passou a interessar-se pela formação profissional das CFRs, pelo fato de associarem o ensino técnico de nível médio, o ensino superior e o estágio remunerado, por meio das chamadas parcerias com empresas (RIBEIRO, 2008).

No Brasil, essa experiência começou em 1969, no estado do Espírito Santo, com a construção das três primeiras Escolas Famílias Agrícolas (EFA), por iniciativa do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Conforme Ribeiro (2008), a partir de 1982, com a expansão das EFAs, foi criada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas (UNEFAB), responsável pelo acompanhamento e divulgação da proposta, sempre assessorada “pela presença forte de lideranças religiosas”, sobretudo das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, ligadas à Igreja católica (RIBEIRO, 2008). Já a primeira Casa Familiar Rural (CFR) brasileira surgiu no Nordeste, em Alagoas, em 1981. “Em 1987, é criada uma CFR no Paraná, no município de Barracão e, em 1991, no município de Quilombo, Santa Catarina” (RIBEIRO, 2008, p. 30). O movimento das CFRs na região sul do

Brasil se consolidou via Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/SUL[7]).

Essa associação foi criada com o objetivo principal de fomentar a permanência do jovem no meio rural, bem como a melhoria das condições de vida destes e de suas famílias. No Brasil, apenas 15% da população do país ainda vive no campo (IBGE, 2010) e, segundo estudos recentes, no Rio Grande do Sul, 31% das propriedades não têm sucessor. No entanto, apesar dessa situação, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros (FETRAF/RS, 2017).

As políticas neoliberais dos anos 1990 fizeram emergir mudanças estruturais, entre as citadas por João Cleps Junior (2013), tem-se o fortalecimento da dependência externa, a privatização de empresas estatais, o fortalecimento do sistema financeiro, o desemprego estrutural, o aumento das desigualdades sociais, além de um grande refluxo dos movimentos sociais, especialmente camponeses, potencializando o êxodo rural. Assim, o processo de modernização da agricultura brasileira causou o agravamento das condições de vida dos camponeses, o seu empobrecimento e deslocamento às cidades.

A saída do jovem do espaço rural, geralmente decorre das limitações estruturais (educação, escolarização, saúde, acesso à telefonia, internet, estradas precárias, falta de renda, de espaços de socialização, etc.), que forçam o êxodo em busca de trabalho e melhores condições de vida, mas também pelo não reconhecimento deste sujeito como agente de criação e transformação social. A projeção de uma falsa melhoria e qualidade de vida urbana, baseada no consumo de bens e serviços, difundidos pela mídia como essenciais para o bem viver juvenil, também desencadeia sua saída (CASTRO, 2012).

Maria Antônia de Souza (2008) ressalta que a educação contemporânea requer uma reflexão para além dos limites urbanos, pois, “o Brasil caracteriza-se por um grande número de municípios (com pequenos núcleos urbanos) nos quais as relações sociais e econômicas fundem-se nos valores da vida e cultura camponesas” (SOUZA, 2008, p. 20).

Fernandes (2014) discute o problema a partir da questão agrária brasileira, que continua sem solução, vinculando o processo histórico aos distintos paradigmas que permeiam a política agrária e representam ideologias de modelos diferentes de desenvolvimento rural no país, os quais se materializam por meio de políticas públicas nos territórios, de acordo com os interesses das classes sociais em conflito. Para o autor, o Paradigma da Questão Agrária está pautado na luta de classes para explicar as disputas territoriais na defesa da autonomia camponesa, percebendo os problemas agrários como parte da estrutura do capitalismo, de modo que as desigualdades serão superadas por meio

[7] A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - Arcafar/sul tem sua sede em Barracão, no Paraná, desde 1991. No entanto, o processo de sucateamento das CFRs iniciou em 2015, pelo Governo do Estado, que diminuiu o total de 42 para as 19 Casas/escolas atuais (CAMPOS, 2018).

da construção de outra sociedade. Já o paradigma do Capitalismo Agrário defende que as dificuldades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e seriam resolvidas pela integração do campesinato ao mercado capitalista.

Em conformidade ao Paradigma da Questão Agrária compreendemos que os espaços de formação do meio rural, se constituem como 'territórios educativos[8]' ao se comprometerem com a Educação do Campo, atrelados às reflexões defendidas pelos Movimentos Sociais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, atentos ao movimento concreto das contradições existentes entre os opostos modelos de agricultura, e no confronto de lógicas de desenvolvimento das forças produtivas, construiu, ao longo do processo histórico de lutas e ocupações de terras, o projeto de educação que acabou por influenciar todo o movimento de Educação do Campo, nos diversos níveis de formação do Brasil, possibilitando a emancipação dos sujeitos do campo.

Entendemos que este confronto e a forma de enfrentá-lo têm implicações abrangentes sobre como chegar à superação do modo de produção capitalista, seja no campo ou na cidade, mas também em relação à compreensão do que carregam os conceitos e as abordagens dos paradigmas em questão.Tal reflexão nos encaminha para a relação entre território e formação de sujeitos críticos e atuantes na luta pela reprodução da vida, distinguindo as diversas formas de organização do campesinato das formas de organização da agricultura capitalista. Compreender a estrutura de dominação e os conflitos territoriais que envolvem a trama da luta de classes requer sejam analisadas as contradições dos processos da organização do trabalho, imbricados às grandes estruturas de produção à base do monocultivo e as situações de vida, de histórias, de modos de trabalho, que deixam de existir pela via do agronegócio, assim como a apropriação da natureza pelos sujeitos envolvidos e os impactos nas formas de usos da terra, da água, a saúde dos trabalhadores camponeses/agricultores familiares, entre outros.

Fernandes (2006) discute o conceito de campo como território, distinguindo as diversas formas de organização do campesinato das formas de organização da agricultura capitalista. Para o autor, "o campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida ou como um espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana" (FERNANDES, 2006, p. 2). Entender o campo como espaço de vida multidimensional, e não somente com um espaço de produção de mercadorias, nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de rural, focado somente na dimensão econômica. Além disso, faz-se urgente, refletir sobre "o papel da sociedade civil organizada na conquista de espaços na agenda política e na efetivação de uma educação pública, de fato oriunda dos

[8] Ver Maria Isabela Antunes-Rocha, Maria de Fátima Almeida Santos e Aracy Alves Martins (2012).

anseios dos povos do campo" (SOUZA, 2008, p. 21). A trajetória da Educação do Campo se singulariza em uma concepção de educação e de campo, está fundamentada nas relações de classes e requer movimentos contra-hegemônicos dos sujeitos em ação.

Desde 2010, comprometido com a implementação e manutenção da Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari (CFRVJ), em Jaguari, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Mata, Rio Grande do Sul, é um dos defensores das CFRs e da Pedagogia da Alternância, afirma que, no Brasil, mesmo com alguns entraves políticos e estruturais, a formação pela Pedagogia da Alternância é fundamental para a permanência do jovem no campo, e depende da combinação política de diversas agentes sociais.

> A Pedagogia da Alternância é um dos fatores essenciais porque possibilita ao jovem a não sair da propriedade, a continuar essa relação. [...] O compromisso dos professores do Instituto Federal Farroupilha foram os grandes articuladores e nós como Sindicato. Sindicatos, cooperativas, prefeitura e instituto envolvendo administrações, isso foi essencial para a constituição da CFR (H. T., entrevistado, 2014).

A luta pela constituição e manutenção da Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari advém da existência tecida por práticas fundamentadas no território. Essa problemática corresponde às inquietações sociais inscritas num contexto que não do "testemunho", mas, sim, da "participação crítica", na qual, o espaço produzido produz ao mesmo tempo pessoas que agem na transformação do meio em que vivem (RAFFESTIN, 1993). Neste caso, famílias de agricultores e demais agentes sociais da região compreendiam a importância da CFR no Vale do Jaguari.

Quando questionado sobre o que busca na CFRVJ, o jovem alternante demonstra a certeza de um querer e de uma esperança por melhores condições de vida: "conhecimento, incentivo pra ficar na agricultura, união de todos. Aqui todo mundo se ajuda, ninguém pensa só em si mesmo" (A. W. – Jovem entrevistado, 2014).

Conforme Fernandes, "essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência [...] num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas" (2012, p. 744). O trabalho conjunto é essencial, e o mesmo acontece para dar conta da produção familiar: "na família nós somos cinco, mas aí têm os avós, os tios e quando um precisa de ajuda, nos ajudamos (A. W., Jovem entrevistado, 2014). Portanto, a Casa Familiar Rural e Pedagogia da Alternância são aqui compreendidas como uma "saída", uma possibilidade de continuar vivendo e trabalhando no campo, por meio da educação e da articulação entre práticas e conhecimentos, alternando tempos, espaços e saberes que conduzem à formação de um território e de pessoas fortalecidos nas relações dessa resistência.

Na França, ainda que o meio rural possibilite as mesmas condições de vida urbana, atualmente, apenas 3% da população ativa trabalha na agricultura. Há um século, esse percentual foi de 40%, houve um processo de saída que gerou uma visão romântica da ruralidade, propagada também pelo governo e pela mídia. Conforme Duriez (2015), 80% da população francesa tem uma opinião positiva dos agricultores, no entanto, ninguém quer ser agricultor. Cinquenta por cento dos jovens alternantes franceses vêm da cidade, sendo que, para cada 100 propriedades rurais que acabam em razão da aposentadoria dos trabalhadores, 20 novas são constituídas, geralmente ocupadas por vizinhos. No sul do Brasil, a maioria dos alternantes vive no meio rural, porém, o índice de matrículas é bem baixo, em torno de 15 jovens por turma em cada região que envolve uma *Casa*.

Ressalta-se que os espaços agrícolas franceses estão sob a responsabilidade das famílias, diferentemente da realidade agrícola brasileira, na qual, em grande parte, estão sob o comando de empresas nacionais e internacionais, inclusive, subordinados historicamente, às demandas de países da Europa, entre outros desenvolvidos. Oliveira (2003, p. 120) esclarece que o agronegócio envolve o comércio internacional de produtos oriundos da agricultura e está diretamente relacionado às *commodities* agrícolas, as quais, para o autor, “são expressões objetivas da inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial, onde o nacional fica submetido ao internacional”. Entretanto, na França, para Duriez (2015), mesmo em áreas de agricultura familiar, não há um número expressivo de Casas Familiares Rurais, porque os agricultores não consideram uma “boa formação”, ou seja, visualizam um futuro longe da agricultura para seus filhos. É importante ressaltar que o jovem francês do meio rural tem as mesmas condições e modo de vida, semelhantes ao do jovem urbano.

Acerca das diferenças estruturais, no meio rural brasileiro, constata-se que os alternantes são filhos de agricultores familiares, camponeses que vivem o dia a dia em confronto com o agronegócio. Conforme os entrevistados neste estudo, suas terras estão localizadas entre grandes extensões de monocultivo agrícola, restringindo e diminuindo a qualidade de sua produção, suas condições de trabalho e de vida são precárias e dependem, em muitos casos, da complementação de renda via trabalhos para grandes proprietários, ou seja, vivem em situações de difícil acesso (à educação, à saúde, às tecnologias, à internet, às políticas públicas), geralmente endividados com algum financiamento relativo à manutenção da moradia ou à produção e reprodução da vida no campo. Portanto, o processo educativo precisa, além de articular o conhecimento ancestral ao acesso às novas técnicas e tecnologias, possibilitar a produção de uma militância que fortaleça a compreensão política do espaço rural, do papel do agricultor e do campo como agentes de transformação, como território de resistência às imposições do modelo agrícola hegemônico.

Nas CFRs francesas, assim como nas brasileiras, os membros da associação são pais de jovens, egressos e parceiros das comunidades e região e as formações são direcionadas às necessidades locais. Quanto à formação destas escolas é importante destacar que na França, caso as questões dos alunos não estejam coerentes à proposta pedagógica, os monitores deverão ir às moradias ou locais de estágios para avaliar e reorganizar a prática pedagógica, ver o que pode ser mudado ou feito de outra maneira. Já no Brasil, os monitores fazem visitas às propriedades/moradias regularmente, com o propósito de acompanhar cada jovem alternante em relação com a família, com a comunidade e com o espaço, independentemente de haver ou não um motivo que requeira atenção especial.

Segundo Gimonet, a Pedagogia da Alternância pauta-se em *instrumentos*, *formação*, *pesquisa* e *luta*, aspectos que vêm garantindo a autonomia de um movimento educativo tão singular. Na caminhada de avanços e contradições, foram se delineando diversos elementos: a elaboração e a implementação de um instrumental e de um dispositivo pedagógico capaz de dar sentido à ação educativa; a formação inicial e continuada dos formadores (monitores); a pesquisa; e a defesa de uma especificidade pedagógica e organizativa (autonomia) de maneira articulada em tempo comum, interações que acontecem num contexto (tempo/escola e tempo/comunidade) e num sistema educativo. O processo formativo dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) tem como principais pilares, quanto aos meios: a) a gestão do CEFFA que é desempenhada por uma associação de agricultores; b) a proposta utilizada que é a Pedagogia da Alternância e, quanto aos fins: c) uma formação integral para duas gerações (pais e filhos); d) o compromisso com o desenvolvimento econômico e social do meio (GIMONET, 2007).

A Pedagogia da Alternância propunha uma educação centrada na realidade mais ampla que a própria escola, constituindo-se, portanto, em um meio para a permanência do jovem no campo.

> A inserção de um novo jovem é uma provocação para nós. Na França, a cada sete anos, perdemos o tamanho de um departamento Francês de terra agrícola, tem menos e menos terras disponíveis para os agricultores. Isso é um grave problema. Então aqui na França temos tantas Casas porque tivemos uma diversificação das formações. Se só propormos formação na agricultura temos só cinco mil alunos no campo. Temos outras formações para atrair para que queiram ficar no meio rural. Temos formação para turismo rural, para hotéis, para restaurantes, para mecânica, ou para construção civil, são opções para o jovem rural ao lado da agricultura (DURIEZ, entrevistado, 2015).

Tanto no Brasil como na França, a Alternância inicia-se por meio do Plano de Estudo e acontece em três momentos: na CFR, na Comunidade e na CFR novamente,

fundamenta-se na teoria de Paulo Freire, da ação-reflexão-ação[9]. A partir de uma tomada de consciência, conhecendo e apropriando-se do seu contexto (privado e coletivo) junto à sua família e/ou locais de estágios, e, em uma segunda etapa, na Colocação em Comum, compartilha-se com o grupo e constrói-se um currículo com inserção científica, tecnológica, cultural, política e social, devidamente autorizado pelos sistemas de ensino dos respectivos países em consonância com o Projeto de Vida a ser desenvolvido por cada alternante, também denominado "Projeto Profissional do Jovem" (PPJ) que é desenvolvido ao longo dos 3 anos de alternância e envolve atividades produtivas em sua moradia e/ou comunidade local, a ser desenvolvida com vistas ao aprendizado em geral, orientação à pesquisa, aos conhecimentos comuns do grupo e específicos às necessidades de cada jovem, considerando sustentabilidade, de acordo com o contexto social (GIMONET, 2007).

Quanto à elaboração do currículo, na França,

> O ministério escreve referenciais da profissão, por exemplo, quem é o agricultor em 2015, tudo o que o agricultor deve saber, o que ele faz, a descrição da profissão. Depois o governo vai fazer um referencial de certificação, para atingir uma competência, o que o jovem deve aprender, com matérias gerais (história, inglês, português, etc.) e específicas. (...). E depois, a responsabilidade de cada CFR é ver como organizar no ano, o plano de formação, há obrigações gerais. Com alternância, a responsabilidade de cada equipe é imaginar uma ligação da Casa com o território[10], com as empresas, com a comunidade. A equipe deverá imaginar quais seriam os temas e formações que poderiam permitir a aprendizagem das competências dos referenciais oficiais e ter uma articulação com os profissionais do meio local, isso é da iniciativa de cada CFR reunir (DURIEZ, entrevistado, 2015).

O currículo das CFRs brasileiras é pensado e construído pela Associação, em conjunto com a gestão pedagógica de cada Casa, a participação das famílias é essencial na proposição dos conhecimentos a serem estudados na escola, sempre considerando a legislação vigente, que é recente quanto à Pedagogia da Alternância. De acordo com o Ministério da Educação, a LDB/1996 e os pareceres, "os Centros Familiares de Formação por Alternância[11] (CEFFA) cumprem as exigências legais quanto à duração do ano letivo, pois, integram os períodos vivenciados no centro educativo (escola) e meio sócio-profissional (família-comunidade), considerando como dias e horas letivos as atividades desenvolvidas fora da sala de aula" (BRASIL, 2006). Quanto ao tempo de formação, no Art. 35, a lei define 14 semanas (5 dias por semana), equivalente a 560 horas em Tempo Escola

[9] Ver Paulo Freire (2005).
[10] O conceito de território mencionado por Duriez (2015) está relacionado a uma divisão regional que refere-se mais à abrangência de atuação de cada *Maison* no território francês, portanto, difere-se da concepção de território compreendida como espaço produzido, social e politicamente, que fundamenta este artigo.
[11] Conforme a ARCAFAR/SUL (2017), atualmente temos 263 Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil, sendo que, conforme SOUZA (2008), temos oito tipos de CEFFAs em nossa sociedade, dois quais, as EFAs e CFRs são as mais antigas e deram origem às demais.

(TE) e 240 horas em Tempo Comunidade (TC). O Art. 36 acrescenta que “o currículo está organizado por área do conhecimento, com no mínimo, 14 temas geradores, anuais, trabalhados em 3 anos, numa visão interdisciplinar, na perspectiva da unidade teoria e prática” (BRASIL, 2006).

A duração das atividades na CFR é de três anos, em regime de internato, em que os alternantes passam duas semanas na propriedade ou em outro meio profissional (TC), e uma semana na Casa Familiar Rural. Durante as duas semanas em TC, o jovem realiza um Plano de Estudo, discute sua realidade com a família, faz reflexões e planeja soluções conforme a sua realidade. Durante a semana em TE, os jovens colocam em comum, compartilhando os problemas e as situações levantadas na realidade, buscam novos conhecimentos para compreender e explicar os fenômenos científicos. Isso ocorre por meio de cursos profissionais, oficinas, visitas de estudo, entre outras atividades científico-pedagógicas que são integradas à formação geral (interdisciplinaridade), à educação social e humana e ao desenvolvimento do espírito de trabalho em grupo.

No Brasil, a maioria dos CEFFAs situa-se em regiões menos desenvolvidas, com um número maior de pessoas e de jovens interessadas em ficar no campo, com uma maior participação da agricultura na composição da economia local e em municípios menores (BEGNANI, 2013). Outra questão a ressaltar é que, tanto nas CFRs que oferecem formação sem a necessidade de conhecimentos prévios sistematizados (anos escolares formais), quanto naquelas que certificam para o Ensino Fundamental e /ou Médio, o custeio em tempo de internato é compartilhado entre as famílias.

Já na França, enquanto os alunos estão em estágios, as *Maisons* não têm financiamento. Os custos são por conta das famílias ou das empresas (onde se realizam os estágios), para o deslocamento, o transporte, a hospedagem. O financiamento das MFRs provém 60% do Estado e 40 % das famílias, dos quais, 10% a 15% são conseguidos por prestação de serviços, por exemplo, MFRs que alugam a área escolar no fim de semana ou durante as férias. As MFRs fazem parte do ensino associativo – o Estado paga um valor por aluno (subvenção) de acordo com o seu nível, o que permite a autonomia da associação. Para tanto, deve-se respeitar o quadro curricular da Educação Nacional, porém, seguindo-se a Pedagogia da Alternância. A partir de setembro de 2015, a legislação passou a exigir que 60% das horas de curso nas MFRs devessem ser atendidas por monitores com o MASTER (nível de formação acadêmica que permite a docência), cabendo às MFRs fazerem, ainda, a “animação rural”, uma espécie de extensão em que jovens se responsabilizam por compartilhar conhecimentos técnico-científicos (informática, por exemplo) com a comunidade, ou seja, a contrapartida social é a articulação da formação do jovem, que deverá atuar junto à comunidade e ao território (DURIEZ, entrevistado, 2015).

Para Ribeiro (2008), há um desinteresse do Estado brasileiro pela escolarização campesina, porém, a influência da igreja na organização camponesa, outras experiências de Educação Popular e a Pedagogia da Alternância destacam-se como pontos fundamentais para compreender as concepções político-pedagógicas que sustentam tais experiências, bem como as tensões existentes entre elas.

A concepção de Educação Popular começou a se constituir no final dos anos 1980. O movimento no contexto educacional é recente e iniciou quando a sociedade brasileira vivenciava a saída do regime militar e organizava-se em luta democrática por espaços públicos e diversos direitos, entre eles, o direito à educação. Esta concepção "decorre do modo de produção da vida em sociedade no capitalismo, na América Latina e também no Brasil, e emerge da luta das classes populares ou dos trabalhadores mais empobrecidos na defesa de seus direitos" (PALUDO, 2012, p. 283). Desde seu início, a educação popular projeta-se como um movimento contra-hegemônico, como "pedagogia do oprimido", como parte da organização dos trabalhadores do campo e da cidade na resistência em busca da transformação social[12].

Na realidade brasileira, a Educação do Campo, protagonizada pelos sujeitos em luta e resistência, pode ser percebida como "uma das propostas educativas que resgata elementos importantes da concepção de educação popular e, ao mesmo tempo, os ressignifica, atualiza e avança nas formulações e práticas direcionadas a um público específico" (IDEM, p. 284). Nesse sentido, as populações campesinas, indígenas, quilombolas, caiçaras, e demais invisibilizados da sociedade como um todo, busca emancipação a partir de uma perspectiva que prioriza a vida e a natureza, valorizando a arte, a cultura, os saberes ancestrais e a produção de novos conhecimentos. No Brasil, as Casas Familiares Rurais e a Pedagogia da Alternância têm sido exemplos de territorialidades de formação dos sujeitos do campo.

Entretanto, o modelo francês tem características funcionais e pedagógicas próprias, com mudanças ao longo da história, e, na atualidade, tem como preocupação maior a oferta de cursos que dêem conta das exigências de emprego e de trabalho no campo.

Brasil e França: pressupostos e contextos das Casas Familiares Rurais

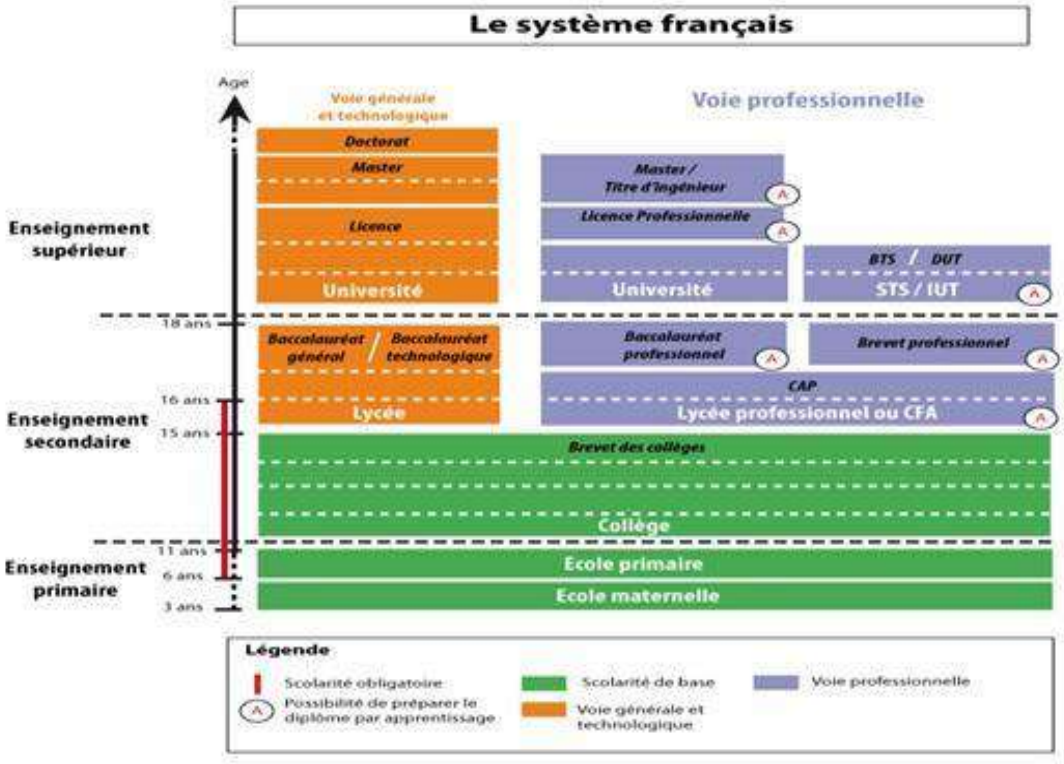
Como mencionado, a primeira Casa Familiar Rural foi criada em 1937, em Lauzun, na França. A característica principal dessa instituição foi a gestão, por ser realizada pelas famílias e profissionais em associação, com o objetivo de possibilitar uma formação para que os jovens e adultos alternantes pudessem ser protagonistas no desenvolvimento do

[12]Constituiu-se no enfrentamento do capital via trabalhadores europeus, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação entre outros (PALUDO, 2012).

meio e de um projeto profissional de vida que promovesse melhores condições de vida. Entre as particularidades das instituições francesas, está a participação do Ministério da Educação Nacional, responsável pelo sistema educacional de milhões de alunos, que atua com o Ministério da Agricultura. Ambos definem a direção de educação e de pesquisa a ser seguida pelo sistema de ensino agrícola francês.

O ensino profissional francês, conforme representado abaixo, reconhece a Pedagogia da Alternância integrando-a como opção de formação, entre elas a formação agrícola. Foi pensado/organizado em uma lei de 1984, na qual, estão determinados a organização e o funcionamento de cada instituição do ensino agrícola. A Figura 01 ilustra o percurso educacional que pode ser seguido pelo jovem francês:

Figura 01: Sistema Educacional da França



Fonte: Conselho da MFR Val de Coise, França, 2013.
Org.: Autores

De acordo com Capdeville (1994), desde 1968, o sistema escolar francês vem passando por sucessivas reformas com o objetivo de atender suas prerrogativas sociais. A Lei que orienta a Educação (Lei 89.486, de 10 de julho de 1989) dá ênfase “à carreira de professor; incrementa o treinamento técnico e vocacional; propõe o aumento do número dos que se apresentam ao exame do Baccalauréal (exame de estado final de curso) e estabelece medidas para enfrentar o problema do insucesso escolar”. Além disso, faz outras

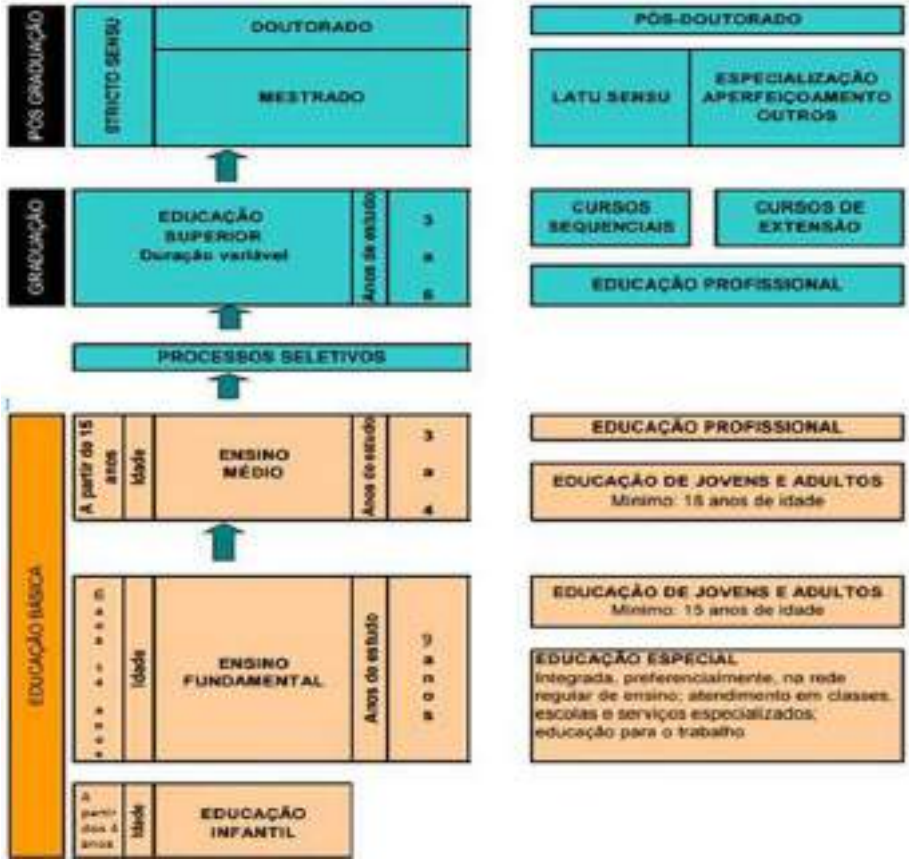
proposições quanto à formação profissional inicial e continuada, à escola e seu ambiente, à vida dos estabelecimentos e à profissão de educador. Atualmente, o sistema de ensino da França é composto de três fases, o ensino primário, secundário e superior, sendo subdividido em cinco diferentes níveis: 1) *ÉcoleMaternelle* (pré-escola, de 2 a 5 anos); 2) *ÉcolePrimaire ou Élementaire* (5 primeiros anos do ensino fundamental, de 6 a 10 anos); 3) *Collège* (4 últimos anos do ensino fundamental, entre 11 e 15 anos); 4) *Lycée* (Ensino médio, entre 16 e 18 anos) e, 5) *Université* (Universidade). Segundo o autor, o nível École Elémentaire organiza-se em: Curso Preparatório — aos 7 anos; Curso Elementar 1 — aos 8 anos; Curso Elementar 2 — aos 9 anos; Curso Médio 1 — aos 10 anos; Curso Médio 2 — aos 11 anos (CAPDEVILLE, 1994).

Conforme a Figura 01, o aluno deverá terminar o equivalente ao Ensino Fundamental brasileiro até os 15 anos de idade. Depois, poderá optar por continuar a formação geral e tecnológica (escola) ou seguir a formação profissional (*maisons*), com diversas possibilidades de atuação. De acordo com Duriez,

> Primeiro tem o diploma regional (que tem um nome específico), depois os estudantes têm a possibilidade de continuar, por exemplo, fazer a quarta e a terceira em uma Casa Familiar Rural e depois voltar ao ensino geral, ou eles podem ficar na escola pública do ensino agrícola e depois fazer o que se chama o Bachaloreal (1ª, 2ª e terminal) ou o Bachaloreal professional (nível do Ensino Médio no Brasil – 3 anos). E depois do Bachaloreal eles podem continuar no ensino superior para fazer o técnico superior agrícola ou ainda a possibilidade de fazer a Licence (o que seria um bacharelado no Brasil) (DURIEZ, 2015, entrevistado).

O sistema escolar brasileiro também foi se modificando ao longo da história. Instituído legalmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, atualmente, está organizado conforme a Figura 02:

Figura 02: Sistema Educacional do Brasil



Fonte: Adaptado de OIE/Ministério da Educação do Brasil/Parecer CNE/CEB nº 12/2010.
Org.: Autores

Esse sistema é regulamentado pelo Governo Federal, via Ministério da Educação (MEC), que define os princípios orientadores das políticas educacionais. Desse modo, os governos municipais têm a responsabilidade de estabelecer programas educacionais estaduais utilizando os financiamentos oferecidos pelo Governo Federal.

Quanto aos níveis, a educação brasileira é dividida em (BRASIL, 2010): I – Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio); II – Educação Superior.

Quanto às etapas, a Educação Básica brasileira compreende: I – Educação Infantil **-** Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses e Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos; II – Ensino Fundamental **-** obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, organizado e tratado em duas fases divididas em 5 (cinco) anos iniciais e 4 (quatro) anos finais; III – Ensino Médio **-** com duração mínima de 3 (três) anos. Essas etapas e fases têm previsão de idades próprias. No entanto, poderá ocorrer atraso na matrícula e/ou no percurso escolar por diversos motivos: “repetência, estudantes com deficiência, jovens e adultos sem escolarização ou incompleta,

habitantes de zonas rurais, indígenas e quilombolas, adolescentes em regime de acolhimento ou internação, jovens e adultos em situação de privação de liberdade" (BRASIL, 2013).

Um dos maiores desafios postos à educação brasileira refere-se ao Ensino Médio, os quais demandam respostas urgentes, visto que, nossos jovens necessitam de uma educação que lhes faça sentido e possibilite horizontes mais emancipatórios. "Em 2010, apenas 15% das escolas de ensino médio do Brasil organizavam-se para atender apenas essa etapa de ensino; as demais apresentavam diferentes formas de organização, sendo que, em mais da metade, o ensino médio era oferecido concomitantemente ao ensino fundamental" (PINTO; AMARAL; CASTRO, 2011, p. 23). Os autores salientam as condições ainda precárias, tanto em infraestrutura quanto à remuneração dos professores, que foi equiparada a de profissionais que não necessitam de formação em nível superior para exercê-las.

Conjuntamente à oferta de cada etapa, pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância (BRASIL, 2013). A realidade é desafiadora, visto que, "mais de 27 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais de idade não possuem quatro anos de estudo, sendo, portanto, analfabetos funcionais. Na faixa de 18 a 24 anos, 9,5 milhões têm menos de 11 anos de estudo. Além disso, na faixa etária de 15 a 17 anos, 1,6 milhões estão fora da escola" (PINTO; AMARAL; CASTRO, 2011, p. 24).

Desse modo, no Brasil, a maioria das CFRs não se articula ao sistema educacional brasileiro, pois apenas complementa a formação geral. No Rio Grande do Sul, das sete instituições existentes, apenas duas oferecem o Ensino Médio e, em Santa Catarina e no Paraná, há CFRs que oferecem, além dos anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio. Apenas, nestas, o ensino oferecido é reconhecido pelo sistema educacional brasileiro.

Defende Caldart que "as peculiaridades do campo devem ser respeitadas e consideradas na organização dos currículos, assim como a compreensão de qual lugar a escola ocupa na Educação do Campo e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo hoje" (CALDART, 2004. p. 30). O conceito de Educação do Campo vem sendo produzido e defendido pelos Movimentos Sociais camponeses nos últimos 20 anos. Portanto, a Educação do Campo é entendida como um fenômeno da realidade brasileira atual que constitui e é constituído pela resistência no âmbito contraditório da práxis da classe trabalhadora do campo. Em confronto com a

Educação Rural[13] visa uma disputa de projetos, societário e educativo. Assim, a Educação do Campo não pode ser entendida fora da relação entre campo, educação e política pública, sobretudo no que tange ao par dialético agronegócio e agricultura camponesa e, nestes a contradição fundamental entre capital e trabalho (CALDART, 2012).

Deste modo, a Educação do Campo é muito maior que a educação escolar, relaciona-se com a complexidade do território camponês e com as relações que envolvem os sujeitos que vivem e produzem no tempo e espaço rural.

> O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias, e outros grupos mais [...] há ainda diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas (CALDART, 2004, p. 30).

O Artigo 28, da LDB/1996, ampara a adequação da educação para a realidade do campo, afirmando que, “na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região”, especialmente:

> I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
> II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Em 2006, foi aprovado o Parecer CNE/CEB nº 1/2006, que trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), enfatizando que “a Educação do Campo é assunto estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural e a Pedagogia da Alternância vem se mostrando como a melhor alternativa para a Educação Básica, [...] estabelecendo relação expressiva entre as três agências educativas: família, comunidade e escola” (BRASIL, 2006). Em se tratando das Casas Familiares Rurais brasileiras, começam a ser compreendidas como uma alternativa de formação do agricultor que pensa coletivamente, que objetiva uma produção sustentável, capaz de melhorar as condições de vida dos que vivem no campo.

Como vimos, Brasil e França têm objetivos comuns ao integralizarem sistemas educacionais sob a perspectiva de assegurar as demandas do capital. Nestes, as escolas

[13] Para ver, mais aprofundadamente, a diferenciação entre Educação Rural e Educação do Campo sugerimos (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

atuam como aparelhos ideológicos, afirmados por Guareschi (2005, p. 92) como "mecanismos, que na sua função de manutenção e reprodução das relações de uma sociedade usam a persuasão, a cantada, isto é, a ideologia [...] entre os aparelhos ideológicos estão: a escola (ou a educação), a família, as diversas igrejas, as leis (o direito), os meios de comunicação social". Além disso, a escolarização passa pela centralização e descentralização do Estado. Para Gentili (1998), a política liberal combina duas lógicas aparentemente contraditórias: a centralização (controle pedagógico) e a descentralização (financiamento e gestão do sistema), de acordo com o propósito do percurso econômico e político vivenciado no sistema capitalista. As Casas Familiares Rurais, inseridas nesse modo de produção, tornam-se aparelhos de reprodução do capital.

No entanto, a importância da Pedagogia da Alternância e das CFRs para os países em questão, como espaços de formação dos sujeitos do campo, pode ser percebida pelo relativo protagonismo e agência do jovem na transformação dos espaços de vida.

> Me envolvo com a juventude do campo, já fui presidente e representante dos jovens em Porto Alegre. Ter estudado na CFR me abriu a visão para participar e ser atuante politicamente, antes eu não participava de nada, agora sou do sindicato, trabalho nas festas e coisas da comunidade. Aprendizagem, futuro, responsabilidade, convivência com os outros. Tudo foi importante, ter estudado lá só me fez uma pessoa melhor, mais consciente e com mais aperfeiçoamento pra continuar na agricultura. Ter feito visitas em outras propriedades nos fez ver que pode ser feito de outras maneiras e às vezes a gente não consegue enxergar sozinho. (J. L., jovem entrevistado brasileiro, 2017).

Contudo, destacam-se as principais especificidades entre os sistemas escolares desses países: tempo de escolarização, focos de formação (teoria/prática), formação dos professores, currículos, condições estruturais e econômicas que facilitam ou dificultam o acesso e a permanência dos educandos nos processos de educação, seja formal ou não formal. Ressaltamos a fundamental característica que diferencia a intencionalidade das territorialidades em questão, no que tange à realidade brasileira, ou seja, o fato de que as políticas públicas de Educação do Campo foram protagonizadas e existem a partir dos Movimentos Sociais. Portanto, é fruto da resistência da classe trabalhadora do campo em confronto com o capital.

Os desafios para a continuidade das casas francesas e brasileiras na contemporaneidade

A discussão aqui apresentada reflete sobre a relação entre a Casa Familiar Rural, a Pedagogia da Alternância e os sujeitos do campo como espaços de formação do agricultor, tanto no Brasil como na França. Trouxemos o conceito (em construção) de Educação do

Campo, compreendido como um território de resistência e emancipação dos trabalhadores do campo da realidade brasileira. Desse modo, trabalho, cultura, conhecimento, lutas sociais entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura implicam no projeto de país e de sociedade que queremos.

No entanto, no Brasil, a proposta de uma educação pautada na responsabilidade da família e da comunidade, bem como na dialética entre teoria e prática, dando fundamental importância à militância social dos formadores por uma Educação do Campo (NOSELLA, 2007), continua em construção. As principais conquistas vêm da ação de organizações e movimentos sociais, são instituições sindicais, lideranças de comunidades, professores, intelectuais, famílias de agricultores, universidades, trabalhadores do campo. Uma reação ao processo de exclusão, no intento de forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, leva à (re)construção de uma identidade própria das escolas do campo (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011).

Do mesmo modo, ainda que a atuação dos sujeitos envolvidos possa ser discutida, enquanto grau de participação na organização e execução da experiência francesa das *Maisons*, pelo fato da dinâmica do campo ser também diferente da brasileira, a preocupação francesa sobre os caminhos das CFRs desencadeou um congresso, realizado pela Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural - AIMFR em 2015, que teve, como principal objetivo, discutir os desafios acerca das *maisons* para os próximos anos, numa prospecção até 2020. Nesse evento, foram destacados cinquenta desafios em um documento que será discutido ainda mais detalhadamente entre os envolvidos no processo da pedagogia da alternância. Dentre eles, destacam-se: 1) gestão/associação; 2) educação digital integrada à Pedagogia da Alternância; 3) novas profissões no campo e na cidade (casas nas periferias das cidades); e 4) vencer as críticas sobre a formação das Casas.

Conforme Duriez (2015), inicialmente, deve-se investir numa formação que valorize a cultura da militância dos gestores, de modo que os jovens e familiares comprometam-se com a gestão/associações. Disso depende a continuidade das Casas **-** tomar para si essa responsabilidade e a luta pela sobrevivência da associação, atuando para enfrentar os desafios e dificuldades do processo formativo de modo menos individualista e mais coletivo. É um questionamento incipiente, mas fundamental para a continuidade das *Maisons*. A França já tem uma casa familiar urbana - Maison Familiale Urbana (MFU), em Rennes.

Quanto à militância, ainda, segundo Duriez (2015), a AIMFR não defende uma agricultura camponesa, embora as *maisons* tenham sido objetos de propaganda para os sindicatos. A AIMFR assume uma posição neutra, afirmando apenas o papel de formar os jovens em uma diversidade de profissionalização e de atuação em áreas rurais, ressaltando

a importância de uma formação que não o deixe em desigualdade na qualidade de vida e que assim possa fazer a escolha para seu futuro profissional.

Ao assumirmos uma análise pelo Paradigma da Questão Agrária, compreendemos que as MFRs da atualidade, diferentemente da perspectiva político-ideológica de origem da instituição francesa, assumem uma postura compatível ao Paradigma do Capitalismo Agrário, considerando, especialmente, que o processo de ensino e de aprendizado dessas instituições estão voltados, cada vez mais, ao atendimento de demandas do mercado de trabalho e não do entendimento do trabalho como princípio educativo e modo de vida camponês, a constatação da participação cada vez menor das famílias do jovens na gestão de cada *Maison,* assim como, a diminuição do interesse e participação do jovem em cursos que abrangem a área da agricultura, bem como as discussões acerca dos problemas sociais a respeito da questão.

Entretanto, ressaltamos que nosso olhar pretende chamar a atenção aos aspectos que demarcam resistência em ações político-democráticas de participação dos sujeitos do campo, em uma formação omnilateral que possa intervir na transformação emancipatória do meio, o que, conforme Duriez (2015) começam a ser discutidos e retomados na realidade francesa. Deste modo, compreendemos que na França ainda existem traços de resistência na busca por resgatar os pressupostos da Pedagogia da Alternância, especialmente, referentes à gestão e ao trabalho associativo. Diferentemente das Maisons, as CFRs brasileiras vêm se constituindo, apesar de muitas dificuldades e desafios, pela vontade e ação das pessoas da comunidade e da região, que, juntas, lutam e resistem por um objetivo comum: permanência e melhores condições de vida no campo. Conforme a jovem brasileira,

> Aqui na Casa Familiar o que eu mais gostei foi o uso de produtos naturais, produtos que a gente faz em casa e usa no lugar de agrotóxicos que antes a gente usava mais veneno, agora passamos a usar produtos naturais, feitos por nós mesmos que são as caldas, por exemplo, usamos pra espantar insetos, na horta, ao redor de casa, consegui conquistar meus sogros e consegui implantar tanto aqui na minha sogra quanto lá na mãe. (S. de M. P., entrevistada brasileira, 2017).

Essas são questões postas como desafios a serem pensados e vencidos, tanto pelos franceses como pelos brasileiros, e refletem a história construída e alicerçada por cada país. Entre os desafios brasileiros, destacam-se: a necessidade de uma educação/formação que valorize e congregue saber tradicional/ancestral com saber científico, respeitando a natureza, os bens e recursos universais, embasados em conhecimentos agroecológicos[14] e contra- hegemônicos, contrários aos determinados pela

[14] No Brasil, a Agroecologia começou a se fortalecer desde 1980 e constitui-se, resumidamente, em um conjunto de conhecimentos e sistemas fundamentados em técnicas e saberes tradicionais que incorporam, às práticas

indústria e pelo agronegócio, em uma práxis de vida e de trabalho crítica; a ampliação de licenciaturas em Educação do Campo, da formação dos profissionais, gestores, associação e monitores, envolvidos nos processos educativos de Educação do Campo; a efetivação de investimentos em infraestrutura, com recursos técnicos e tecnológicos, construção de prédios, aquisição de equipamentos laborais e laboratoriais, bibliotecas e demais instrumentos didático-pedagógicos,adequados à formação das Casas Familiares Rurais; continuar a luta pela terra e por políticas públicas efetivas, que possibilitem o desenvolvimento territorial a partir do desenvolvimento dos projetos dos camponeses,de melhoria das condições de vida e produção de alimentos saudáveis para todos.

Considerações finais

Este estudo reflete sobre a formação dos sujeitos do campo, no Brasil e na França, visualizando, nas Casas Familiares Rurais e na Pedagogia da Alternância, a possibilidade de continuar produzindo suas vidas no espaço rural. No Brasil, as Casas Familiares Rurais fazem parte da história da Educação do Campo. Essa proposta, apesar de estar inserida no capitalismo, significa para alguns sujeitos, a emancipação, a conquista da terra e sua reprodução em meio a tantas contradições advindas de injustiças históricas da questão agrária. Por isso, as CFRs objetivam um jovem militante, capaz de atuar e agir pela superação de problemas, de maneira associativa. Na França, verifica-se uma variedade de cursos que se diversificam de acordo com as necessidades de cada região. Além disso, enquanto o processo foi se ampliando na França, perdeu-se a militância e o foco dos pilares desta pedagogia, especialmente os que dizem respeito à participação e ao protagonismo das famílias na gestão das *Maisons*.

Percebe-se que as CFRs brasileiras atendem jovens advindos de uma realidade de pequenos agricultores, em sua maioria, pobres, com restritas condições de vida e de trabalho, e que, aqueles que participam das Casas, têm um vínculo com a terra e um “querer” maior em continuar nela. Da correlação de forças para a manutenção das Casas, decorrem significativas transformações, pessoais e do meio onde estão inseridas.

Ainda que a Pedagogia da Alternância possibilite um avanço na formação dos agricultores, existem desafios a serem superados, entre eles, a formação inicial e continuada dos formadores; a falta de comprometimento de alguns apoiadores e do Estado; a não disponibilidade de terras para a produção das famílias e a necessidade de uma formação que valorize e respeite a natureza, fundamentada em conhecimentos agroecológicos, contrária aos conhecimentos determinados pela indústria e pelo

agrícolas, princípios ecológicos e valores culturais ‘apagados’ pelo modelo agrícola hegemônico (GUBUR; TONÁ, 2012).

agronegócio. Já a realidade da formação das CFRs francesas demonstra a determinação em formar trabalhadores efetivamente adequados ao mercado de trabalho e, entre elas, a formação em agricultura.

A partir da estrutura socioeconômica e histórica do Brasil e da França, compreende-se que as Casas Familiares Rurais apresentam limites relativos às estruturas e conjunturas nacionais, específicas da educação e do campo de cada país. No entanto, partilham desafios e perspectivas, entre os quais, uma formação diferenciada da juventude do campo, priorizando a construção de políticas pedagógicas e de fortalecimento do papel destas escolas na formação e na condução das demandas centrais das comunidades e lugares em que se constituem. Sobretudo no Brasil, frente às questões de luta pela terra e pelo território camponês, como 'territórios educativos', espaços de formação e construção de processos de reprodução social camponesa e de organização socioterritorial.

Referências

ANTUNES_ROCHA, M. I.; SANTOS, M. de F. A.; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola comunidade e movimentos sociais**. AutênticaEditora, 2012. Disponível em file:///C:/Users/user/Downloads/territorios_educativos_na_educacao_do_campo%20(5).pdf

Acesso em: 17 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO SUL DO BRASIL (ARCAFAR/SUL). Disponível em: <http://www.arcafarsul.org.br/page/conteudos/1/quem-somos.html>. Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 nov. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/ 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 1/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).

_____. PORTAL DO MEC**. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BEGNAMI, J. B. **Estudo sobre o funcionamento dos Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil – CEFFAS**. Brasília-DF: UNEFAB, 2013.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In. MOLINA, Mônica; JESUS, Sônia. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

_____. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, A. de S. M. **Casa Familiar Rural: um estudo no território da Cantuquiriguaçu/PR**. Dissertação

(Mestrado) Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR, 2018. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2169. Acesso em: 20 ago 2019.

CAPDEVILLE, G. **Os Sistemas Escolares Alemão, Inglês e Francês e a Formação de seus Professores**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.64, out./dez. 1994.Disponível em:<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/966/869>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CASTRO, E. Juventude do campo. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DURIEZ, B. Representante da UNMFREO - União das Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. Paris, França, 20 maio de 2015. Entrevista ao Autor 03, França, 2015.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In. MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/pageflip-4001789-48736 lt_Educao_do_Campo_e_Pes-1444772.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

_____. Contribuições para a construção de um projeto de educação para o campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs). **Articulação nacional por uma educação do campo.** Brasília, 2004.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Território camponês. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. et al. **Os usos da terra no Brasil:** debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FETRAF/RS. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://fetrafrs.org.br. Acesso em: 13 dez. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. RJ: Paz e Terra, 2005.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso:** simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GIMONET, J.C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Trad: Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUARESCHI, P. A. **Mídia, educação e cidadania***:* tudo o que você quer saber sobre a mídia**.** Petrópolis, RJ:Vozes, 2005.

GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

IBGE. **Censo 2010**. Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que-analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html>. Acesso em: 29 mar.2014.

JUNIOR, J. C. Expressões da Re-territorialização da reforma agrária no Brasil do século XX: novas territorialidades e novos agentes sociais. In: **Expressões de re-territorialização do campo brasileiro**/Rosa Maria Vieira Medeiros, Ivanira Falcade. (org.). Porto Alegre: Imprensa livre, 2013.

J., L. Jovem estudante da CFRTV – Casa Familiar Rural Três Vendas. Catuípe, Brasil, 12 Julho de 2017. Entrevista ao Autor 01, Brasil, 2017.

MARIN, Joel Orlando B. **Juventude rural:** uma invención del capitalismo industrial. In: Estudios Sociológicos de El Colegio de México, vol. XXVII, n. 80, maio-agosto, 2009.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural:sistematização e problematização da experiência educacional das escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

_____. Militância e profissionalismo na educação do homem do campo. **Revista da Formação por Alternância,** União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB, ano 2, n. 4, 2007.

OIE - Organização dos Estados Íbero-americanos/MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Sistema Educacional Brasileiro***.* Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estructura.pdf>. Acesso: 06 jan. 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra livre,** São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, p. 113-156, jul./dez. 2003. Disponível em:
<file:///C:/Users/user/Downloads/BARB%C3%81RIE%20E%20MODERNIDADE%20(2).pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

PALUDO, C. Educação Popular. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PINTO, J. de R. M.; AMARAL, N. C. & CASTRO, J. A. de. O financiamento do Ensino Médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 32, n. 116, p. 639-665, jul.-set, 2011. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 abr. 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educ. Pesqui.** [online]. v.34, n.1, 27-45, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022008000100003>.
Acesso em: 03 mar. 2017.

SOUZA, M. A. Educaçãodo Campo: políticas, práticas pedagógicas e produções científicas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n.105,1089-1111, set.-dez, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 abr. 2017.

S. de M. P. Jovem estudante da CFRTV – Casa Familiar Rural Três vendas. Catuípe, Brasil, 12 Julho de 2017. Entrevista ao Autor 01, Brasil, 2017.

T., H. Representante do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Mata, Brasil, 20 agosto de 2014. Entrevista ao Autor 01, Brasil, 2014.

UNMFREO. **União das Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação**. Disponível em: <http://aiaf.resolis.org/fiche-initiative/animation-du-mouvement-des-maisons-familiales-rurales>. Acesso em: 11 fev. 2015.

W, A. Jovem estudante da CFRVJ – Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari. Jaguari, Brasil, 26 Janeiro de 2014. Entrevista ao Autor 01, Brasil, 2014.

Sobre os autores

Angelita Zimmermann – Graduação em Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Especialização em Desenvolvimento Regional e Integração Econômica pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0003-3327-8917

Ane Carine Meurer – Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco. Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é docente Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0001-7377-1963

Cesar De David – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (IGCE/UNESP). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é docente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0003-0872-9181

Como citar este artigo

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ana Carine; DE DAVID. Cesar. A formação dos sujeitos do campo e a pedagogia da alternância: da França ao sul do Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 300-327, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem

como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Angelita Zimmermann** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e aquisição de dados nas Casas Familiares Rurais do Brasil; o segundo autor, **Cesar De David**, pela aquisição de dados na França e suas interpretação e análise; e a terceira, **Ane Carine Meurer**, além da interpretação e análise também pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo. Salientamos que os três autores participaram das três partes de maneira mais ou menos equivalente, visto que, tivemos entrevistados do Brasil e da França, bem como, uma relação com o tema de estudo iniciada em 2010 com a implantação de uma CFR no Vale do Jaguari.

Recebido para publicação em 28 de dezembro de 2018.
Devolvido para a revisão em 16 de agosto de 2019.
Aceito para a publicação em 13 de setembro de 2019.

A ordem do discurso da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no território da Educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental

Maria Aparecida Vieira de Melo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Marcelo da Fonsêca Santana
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: marfonsecas@hotimail.com

Ricardo Santos de Almeida
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) – Marechal Deodoro, Alagoas, Brasil.
e-mail: ricardosantosal@gmail.com

Resumo

A educação de jovens e adultos e, mais recentemente, idosos tem juridicamente ocupando espaços diferenciados. Assim sendo, o presente trabalho tem por finalidade mapear, escavar e descrever a ordem do discurso enunciado nos documentos brasileiro da educação de jovens, adultos e idosos para os camponeses, mais especificamente, nos documentos legais sobre as práticas pedagógicas específicas para contemplar a identidade a cultura dos camponeses. Metodologicamente é desenvolvido à luz de Michel Foucault (2008) por meio da TAD, (Teoria da Análise do Discurso), com o uso dos conceitos: discurso, prática discursiva, regularidade e dispersão. As escavações empreendidas na ordem discursiva possibilitaram constatar que os documentos legais abordam de forma restrita sobre a educação de jovens e adultos para os camponeses, evidenciando a camada discursiva da dispersão no cotidiano de muitas comunidades camponesas que não usufruem do direito a educação. Conclui-se, portanto que se faz necessário continuar o enfrentamento a favor do direito a educação, pois embora seja um direito constituído e constituinte legal, a educação não tem sido para todos, inclusive para os camponeses que habitam em lugares isolados da sociabilidade urbana.

Palavras-Chave: Discurso; educação de jovens; adultos e idosos; educação do campo.

The discourse order of Youth, Adult and Elderly Education in the Brazilian territory of Education: the professional qualification enunciated in document analysis

Abstract

The education of youth and adults and, more recently, the elderly has legally occupied differentiated spaces. Thus, the present work aims to map, excavate and describe the order of discourse enunciated in the Brazilian documents of youth, adult and elderly education for peasants, more specifically, in legal documents about specific pedagogical practices to contemplate the identity of the peasants. peasant culture. Methodologically it is developed in the light of Michel Foucault (2008) through TAD (Discourse Analysis Theory), using the concepts: discourse, discursive practice, regularity and dispersion. The excavations undertaken in the discursive order made it possible to find that the legal documents deal narrowly with the education of youth and adults for the peasants, highlighting the discursive

layer of the daily dispersion of many peasant communities who do not enjoy the right to education. It is concluded, therefore, that it is necessary to continue the confrontation in favor of the right to education, because although it is a constituted right and legal constituent, education has not been for everyone, including for the peasants who live in isolated places of urban sociability.

Keywords: Speech; education of young people; adults and the elderly; education of the field.

El orden del discurso de la educación de jóvenes, adultos y ancianos en el territorio brasileño de la educación: la calificación profesional enunciada en el análisis de documentos

Resumen

La educación de jóvenes y adultos y, más recientemente, de personas mayores ha ocupado legalmente espacios diferenciados. Por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo mapear, excavar y describir el orden del discurso enunciado en los documentos brasileños de educación de jóvenes, adultos y ancianos para campesinos, más específicamente, en documentos legales sobre prácticas pedagógicas específicas para contemplar la identidad de los campesinos. cultura campesina Metodológicamente se desarrolla a la luz de Michel Foucault (2008) a través de TAD (Discourse Analysis Theory), utilizando los conceptos: discurso, práctica discursiva, regularidad y dispersión. Las excavaciones emprendidas en el orden discursivo permitieron descubrir que los documentos legales abordan estrechamente la educación de jóvenes y adultos para los campesinos, destacando la capa discursiva de la dispersión diaria de muchas comunidades campesinas que no disfrutan del derecho a la educación. Se concluye, por lo tanto, que es necesario continuar la confrontación a favor del derecho a la educación, porque aunque es un derecho constituido y constituyente legal, la educación no ha sido para todos, incluidos los campesinos que viven en lugares aislados de sociabilidad urbana.

Palabras clave: Discurso; educación de jóvenes; adultos y ancianos; educación del campo.

Introdução

A educação de jovens, adultos e idosos vem acompanhando os avanços da modernidade, as demandas como educação, trabalho, saúde, moradia, segurança ainda permanecem sendo processos de enfrentamento para que se tenha os direitos básicos, universais, inalienáveis e fundamentais (MELO, 2017c). Dentre tais demandas em contestação, a educação se sobressai para os sujeitos jovens, adultos e idosos, sobretudo no território do campo.

É sabido que a educação é um direito de todos, também é sabido que a educação de jovens, adultos e idosos é uma modalidade da educação básica, tal como consta nos documentos legais em análise, quais são: (CF/88; LDB 9394/96; Resolução 2/2002; Resolução 1/2000; Resolução 2/2008). Ou seja, há uma formação discursiva presente no discurso jurídico que legitima o direito a educação ao longo da vida.

Analisaremos nos documentos legais supracitados o direito a educação aos sujeitos jovens, adultos e idosos que residem no campo. Desta feita, trabalharemos num duplo

movimento das modalidades educacionais: educação de jovens, adultos e idosos e a educação do campo. A formação discursiva sobre estas modalidades permeará o desdobramento analítico realizado aqui, através da análise arqueológica do discurso (AAD) de Michel Foucault (2008), as categorias que permearão a análise são: enunciados; unidade discursiva; regularidades; dispersão, e formação discursiva, presentes nos documentos escavados, a saber CF/88; LDB Lei 9394/96; Documento base e nacional preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA que ocorreu em 2008; e Convergência (2009)[1].

Os sujeitos de direito residentes no campo, tem direito garantido a educação ao longo da vida, respeitadas as suas especificidades e peculiaridades inerentes ao seu modo de ser, viver e relacionar-se com o mundo, com a terra. É um direito preconizado que a educação de jovens, adultos e idosos aconteça nos territórios do campo brasileiro, enunciada inclusive na VI CONFITEA (2009).

Território metodológico enunciativo

O território arqueológico pode ser entendido como o lugar do primado do conhecimento que possibilitará escavações acerca do objeto investigado, afim de que seja compreendido e apreendido este objeto e como ele se relaciona no *lócus* de sua existência, sendo, portanto, enunciado através da linguagem enquanto campo complexo.

Dialogar sobre a especificidade da análise arqueológica do discurso é adentrar no universo do desconhecido, para que somente após as escavações, enunciar os achados, sem fazer interpretações ou impregnar sentidos subjetivos aos achados, mas tão somente enuncia-los tal como foram encontrados.

O que é a AAD? É entendido aqui por Análise Arqueológica do Discurso (AAD) como um componente enunciativo, que nos faz lembrar o domínio científico da Arqueologia, como Ciência, que se ocupa do estudo de vestígios materiais passados e presentes (ALCÂNTARA; CARLOS, 2013). Significa dizer que é um procedimento metodológico de pesquisa operado metodologicamente como os arqueólogos fazem, escavam, para poder assim enunciar as coisas advindas da escavação, sendo assim enunciadas, evidenciadas, mostradas, sinalizadas.

Ao que concerne aos enunciados Foucault (2008, p. 36) menciona que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo formam um conjunto, se referem a um único e mesmo objeto”. O objeto enunciativo é a educação de jovens, adultos e idosos como direito para os povos do território camponês, que será escavado nos documentos

[1]Tanto os textos da VI CONFINTEA (2009) quanto do documento Convergência (2009) refletem sobre os desdobramentos da educação de jovens, adultos e idosos que foram pensados coletivamente por sujeitos epistêmicos do território nacional e internacional através da UNESCO.

supracitados. Logo “o conjunto de enunciados está longe de relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como horizonte de realidade inesgotável” (FOUCAULT, 2008, p. 36). Isso porque os enunciados estão sempre em reelaboração, as causas da EJAI para os povos do campo são diversas e há uma realidade inesgotável e indefinida de problematizações, por isso que há regularidade enunciativa, pois em algum momento os enunciados se intercruzam.

Para Foucault (2008, p. 37) definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em “descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles” – em outras palavras formular sua lei de repartição. Desta forma, não dá para abordar os mesmos sujeitos de duas modalidades educacionais sem considerar o conjunto de enunciados específicos de cada modalidade e dos seus sujeitos. Dentro do conjunto de enunciados existem o que Foucault (2008, p. 40) denomina de “uma unidade discursiva se a buscássemos não na coerência dos conceitos, mas em sua emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente em sua incompatibilidade”. Desta feita, a unidade discursiva está presente no que emerge de forma simultânea ou sucessiva, distância e incompatibilidade, isto é, as dispersões.

A unidade discursiva acontece conforme também, a saber por regularidade, Foucault (2008, p. 42) afirma que “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assimiláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas”. É interessante, que a regularidade pode ocorrer na dispersão, isto é, a depender da posição que o sujeito ocupa em relação ao objeto. Como já fora enunciado, os objetivos que permeiam a presente reflexão é mapear e escavar nos documentos legais sobre as práticas pedagógicas específicas para contemplar a identidade a cultura dos camponeses; descrever a ordem do discurso enunciado nos documentos brasileiro da educação de jovens, adultos e idosos para os camponeses;

Assim sendo, a formação discursiva que se forma em relação aos objetivos supracitados conduz ao procedimento analítico e argumentativo acerca do objeto de estudo. Para Foucault (2008) há uma complexidade no procedimento da formação discursiva, pois:

> É assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação (...) se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante, se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento, se se puder mostrar que pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem sem que ele próprio tenha de se modificar (FOUCAULT, 2008, p. 49-50).

Nesta perspectiva a formação discursiva desempenha um papel fundamental no processo de escavação e mapeamento do objeto de estudo em análise arqueológica do discurso, tendo em vista que para Foucault (2008, p. 48) discurso é “algo inteiramente diferente do lugar em que vem se depositar e se superpor, como em uma simples superfície de inscrição, objetos que teriam sido instaurados anteriormente”. Daí a importância do procedimento de escavar os enunciados que estão para além da superfície dos enunciados pronunciados.

A formação discursiva jurídica das modalidades educacionais EJAI e campo

As regularidades serão apresentadas ao que concerne as similitudes presentes nos enunciados jurídicos em prol das modalidades educacionais em tela, tendo como feixe de relações os sujeitos de suas modalidades e consequentemente as especificidades e peculiaridades das modalidades em tela.

Partiremos do que está enunciado na Constituição Federal de 1988, ao que diz respeito a educação para todos. Em seu artigo:

> Art. 205 a educação, **direito de todos** e **dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a **colaboração da sociedade**, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o **exercício da cidadania** e sua **qualificação para o trabalho** (BRASIL, 2018a, grifos nossos)**.**

Sendo a educação um direito de todos, logo os sujeitos de todo o território brasileiros, inclusive os camponeses da EJAI estão incluídos, para tal o estado deve ser o provedor, assim como a família e a sociedade colaborando, a responsabilidade da educação se desmembra em uma relação tricotômica[2]: estado, família e sociedade, nesta tríade tem-se a finalidade de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, isto é suas faculdades mentais, sociais, econômicas, emocionais, culturais, a plenitude do ser humano, o exercício da cidadania quando os sujeitos da EJAI são ativos socialmente nas tomadas de decisão, na ocupação dos espaços sociais e políticos, ser cidadão crítico, ativo e reflexivo perante a sociedade brasileira, e pôr fim a qualificação para o trabalho, este último tende a qualificar a mão de obra para o mercado de trabalho, daí muitos organismos internacionais tem interesse nesta mão de obra, porque se exige uma formação mínima para se atuar em determinados setores com habilidades e competências mínimas, como ler e escrever.

[2]Termo usado do universo vocabular da caixa de ferramenta da análise arqueológica do discurso, que quer dizer uma relação de três elementos que unificados possuem uma função, ou seja, quando o estado, a família e a sociedade exercem seus papéis simultaneamente se obtém como resultado o acesso, a permanência e o sucesso a escolarização.

Já em seu artigo “Art. 208 o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (...)” (BRASIL, 2018a), declara a responsabilidade do estado em garantir o ensino fundamental obrigatório aos que não tiveram acesso na idade própria, ainda que não se mencione EJAI, existe uma “regularidade” com o que está enunciado na LDB Lei 9394/96 em seu Art. 4 “ educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”, fica evidente que se trata dos cidadãos que não tiveram acesso a escolarização na idade correspondente. Ainda no processo de escavação da Constituição Federal de 1988 encontramos em seu artigo Art. 214, três enunciados que afetam a finalidade da EJAI de modo geral, e em particular para os sujeitos camponeses do território brasileiro.

> Art. 214 A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I - **erradicação do analfabetismo**; II - **universalização do atendimento escolar;** (...) IV - **formação para o trabalho**; (...), (BRASIL, 2018a, grifos nossos).

Fica evidente em função dos enunciados apresentados que a EJAI deve ser ofertada nos territórios camponeses, pois no campo existem muitos sujeitos que não tiveram acesso e permanência a educação na idade própria, assim como precisam de formação para o trabalho que desenvolve em suas terras, pois muitos deles trabalham sem conhecimento técnico algum, é a reprodução que se passa de geração em geração.

Havendo a violação deste direito para os sujeitos das modalidades educacionais: EJAI e campo é importante salientar que o discurso jurídico preconizado na LDB 9394/96 está assim enunciado em seu:

> Art. 5º o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL, 2018b).

Como a EJAI e campo são modalidades educacionais da educação básica, qualquer cidadão e até o Ministério Público pode reclamar o seu acesso, acionando assim o poder público para exigi-lo, pois é um direito público e subjetivo. Ao que concerne a subjetividade, significa dizer que é um direito inalienável, indivisível e fundamental que todo ser humano deve ter o acesso (MELO, 2017a). Para que não haja a violação deste direito é importante ressaltar o que está posto na LDB 9394/96, seu artigo 23º, em seu inciso “§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e

econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei" (BRASIL, 2018b).

A regularidade enunciativa diz respeitos as especificidades das modalidades educacionais EJAI e Campo, pois o calendário escolar deve ser de fato um instrumento inclusivo e não excludente, tendo em vista que os sujeitos destas modalidades são sujeitos trabalhadores que conforme as condições climáticas interferem no trabalho na roça, daí é preciso roçar, arar, plantar, sachar, colher, por e tirar do sol e bater a colheita. São trabalhos que os povos do campo fazem respeitando a natureza, pois é ela que enuncia o tempo de plantar, geralmente o tempo de maior trabalho varia entre os meses de maio a agosto. Por isso o calendário deveria ser diferenciado, outro fator importante que direciona os gestores realizarem calendários específicos é no tempo das chuvas que não são regulares, ocasionando assim crateras nas estradas impedindo que qualquer transporte passe.

A educação aqui enunciada diz respeito aos sujeitos do Campo que estão incluídos na modalidade da educação de jovens, adultos e idosos (EJAI). Desse modo, cabe aos sujeitos do campo ter o acesso e a permanência para que o discurso enunciado juridicamente na LDB 9394/96, em seu:

> Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
> II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2018b).

Tal como está preconizado as especificidades do campo devem ser consideradas numa perspectiva tricotômica (relação de três elementos que juntos alcançam a finalidade), a saber: os conteúdos, a organização e a natureza do trabalho, estes três elementos corroboram para o ensino e consequentemente para aprendizagem. Então não se pode ter um currículo urbanocêntrico que destitui o direito da educação adaptada a realidade cultural, identitária e própria de ser dos povos do campo com sua relação com a terra e a natureza, os saberes devem ser respeitados, tal como foi preconizado juridicamente (MELO, 2017b).

A educação do campo abrange aos sujeitos da educação de jovens e adultos, como consta no discurso jurídico da Resolução 2/2002 que em seu artigo 1º trata desta especificidade inciso § 4º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria (BRASIL, 2018c).

Portanto, a regularidade da formação discursiva está presente na CF/88, na LDB 9394/96, na Resolução 1/2002; na Resolução 2/2008, assim as modalidades da educação de jovens e adultos e educação do campo compõem a educação básica e fazem parte da obrigatoriedade da oferta pelo estado.

A especificidade da educação de jovens e adultos, está enunciada na LDB 9394/96 em seu:

> Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.
> § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
> § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
> § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL, 2018b).

Nesta perspectiva a EJAI é voltada para àqueles que não tiveram acesso dos 4 aos 17 anos, constitui instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida, respeitando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho; o poder público promoverá o acesso e a permanência do trabalhador na escola com ações integradas e complementares entre si; a EJAI articulada com a educação profissional. Desta feita, ressalta-se que a educação profissional é importante também para os povos do campo que precisam de conhecimentos técnicos para melhor manejar seus cultivares.

Ao que concerne a identidade da educação do campo, está enunciado juridicamente na resolução 1/2002 o seguinte,

> Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2018d).

Já ao que concerne a modalidade da educação de jovens, adultos e idosos, está enunciado na Resolução 1/2000 sobre a identidade desta modalidade, a saber:

> Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e

> contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar: I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação; II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2018e).

Deste modo a identidade destas modalidades educacionais são regulares ao que concerne as especificidades e peculiaridades inerentes as demandas próprias da aprendizagem dos sujeitos que habitam os diversos territórios rurais, assim como os sujeitos que integram a EJAI.

Em se tratando da educação profissional defendida também nos documentos legais, como uma modalidade da educação básica que permeia as modalidades educacionais do campo e EJAI, pode-se considerar a educação profissional como “a formação discursiva é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação” (FOUCAULT, 2008, p. 49). Desta forma, pode-se visualizar a educação profissional, assim:

Quadro 1: Modalidade da educação profissional

FONTE	**Educação Profissional Para Modalidade Educacional EJAI e Campo**
CF/88	ART 214º - IV - formação para o trabalho;
LDB 9394/94	Art. 37º - § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, referencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.
Resolução 1/2000	Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º ,37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional. Art. 22. Os estabelecimentos poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extra-escolares, de acordo com as normas dos respectivos sistemas e no âmbito de suas competências, inclusive para a educação profissional de nível técnico, obedecidas as respectivas diretrizes curriculares nacionais.
Resolução 1/2002	Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

	Art. 8° As parcerias estabelecidas visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissional, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescidas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão: I - articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional; (...).
Resolução 2/2008	Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Art. 5º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução, mas deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura. Art. 10 O planejamento da Educação do Campo, oferecida em escolas da comunidade, multisseriadas ou não, e quando a nucleação rural for considerada, para os anos do Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio ou Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, considerará sempre as distâncias de deslocamento, as condições de estradas e vias, o estado de conservação dos veículos utilizados e sua idade de uso, a melhor localização e as melhores possibilidades de trabalho pedagógico com padrão de qualidade.
Documento Base Nacional (2008).	(...) A atenção à educação profissional integrada à educação básica, sobretudo por meio da implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) que torna obrigatória a oferta de EJA na rede de escolas técnicas e incentiva redes estaduais a também ofertarem essa modalidade, além de promover formação de educadores e pesquisas sobre a temática. O orçamento do PROEJA, em 2007, foi de R$22 milhões. Outra ação relevante que contempla a integração entre formação em nível fundamental e qualificação social e profissional em agricultura familiar e sustentabilidade é o Programa Saberes da Terra que surgiu em 2005, vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a meta de escolarização de 5.000 jovens agricultores de diferentes estados do Brasil. Nos dois anos de sua existência, o Programa Saberes da Terra atingiu a formação de jovens agricultores que vivem em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e assentamentos em 12 estados do país. A execução da proposta pedagógica e curricular se desenvolve em sistema de alternância, ou seja, em diferentes tempos e espaços formativos: tempo-escola e tempo comunidade. Atualmente o Programa integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) com a denominação de ProJovem Campo – Saberes da Terra. A meta para 2008 é atender, em parceria com 21 estados, 35 mil jovens agricultores entre 15 e 29 anos de idade e até 2011, 275 mil jovens. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é

	outro Programa que teve investimento crescente no período. Criado em 1998 como iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), oferta alfabetização, educação básica e profissional, além da formação e habilitação de professores nas regiões de assentamentos e de acampamentos. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), lançado em 2005 e executado pela Secretaria Especial de Juventude da Presidência da República, reafirma a integração da educação básica com a profissional, na perspectiva de formação integral às populações em situação de maior vulnerabilidade, focalizando o público jovem entre 18 e 24 anos com baixa escolaridade e sem emprego formal.
Convergência (2009)	A mudança tecnológica e a educação profissional de adultos A liberalização da educação técnico-vocacional e profissional (...) a importância de articular programas educativos com programas que buscam oferecer outras formas de aprendizagem. No caso dos jovens, especialmente aqueles programas dedicados à formação profissional e técnica básica e continuada e ao mundo do trabalho. (...) formação profissional e programas de geração de emprego e renda. Este é um cenário importante da aprendizagem na economia moderna, baseada no conhecimento, mas só se já tiver sido formada essa cultura corporativa e ela fizer parte de um sistema educativo profissional e de aperfeiçoamento bem desenvolvido.

Fonte: Quadro produzido pelos autores (2019).

Todos os documentos enunciam a educação profissional como artefato imprescindível para inclusão social dos sujeitos das modalidades educacionais EJA e Campo, cabendo, portanto, ao poder público garantir o acesso e a permanência na escola dos sujeitos trabalhadores, sobretudo, porque a qualificação profissional está preconizada tanto na CF/88 quanto na LDB 9394/96.

A ordem do discurso presente nos documentos preparatórios para VI CONFINTEA

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) vem sendo objeto de estudo, inclusive da UNESCO, que tem se preocupado e ocupado a fomentar o movimento da educação e aprendizagem ao longo da vida. Dessa maneira, vale ressaltar as CONFINTEAS acerca da EJAI, somente a última é que trouxe e apresentou às preocupações com a educação para os povos do campo, ressaltando que ocorreu em Belém no ano de 2009. Então ao se voltar para as especificidades geográficas do Brasil e até mesmo pelas condições geográficas do Pará, os povos do campo foram visibilizados em suas especificidades e peculiaridades inerentes a educação que respeitasse a cultura, a identidade, os saberes tradicionais, em fim tudo que constitui o ser do campo.

Ao que concerne ao Documento base e nacional preparatório à VI CONFINTEA de 2008 reafirma o compromisso político do Estado brasileiro para avançar na garantia do

direito à EJAI (BRASIL, 2009). Então se destaca o que está enunciado no compromisso político em relação aos fatos:

> A persistência de desigualdades sócio-étnico-raciais, de gênero, do campo, das periferias urbanas, entre outros, no processo histórico-estrutural na sociedade (...); as crescentes pressões de coletivos populares e da diversidade de movimentos sociais para que políticas públicas atendam a especificidade de comunidades indígenas, quilombolas, negras, do campo, de periferias urbanas, de idosos e de pessoas privadas de liberdade que lutam por direitos coletivos e por políticas diferenciadas que revertam a negação histórica de seus direitos como coletivos; (...) (BRASIL, 2009).

Estes fatos suscitam um olhar específico para as demandas dos povos diversos, cujo os sujeitos do campo são os indígenas, os quilombolas, os camponeses, são todos aqueles que habitam comunidades tradicionais nos diversos territórios brasileiro. Tal como consta na Resolução 2/2008, a saber em seu:

> Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e **Educação Profissional Técnica** de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - **agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros** (BRASIL, 2018c, grifos nossos).

Os sujeitos do campo são diversos e estes estão presentes na EJAI. Assim sendo, é imprescindível combater o analfabetismo ainda presente. Há constatação das diferenças entre o analfabetismo dos povos do campo e da cidade, o que acarreta uma preocupação em fomentar a educação ao longo da vida para os sujeitos destas modalidades em análise. Dessa forma,

> Quanto à localização, constata-se uma diminuição nas diferenças de taxas de analfabetismo entre campo e cidade, mas a desigualdade se mantém. Em 2006, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais da zona rural era de 24% (em 1996, era de 31%), e de 8% na zona urbana (em 1996 era de 10,8%). Entretanto, em números absolutos, a zona urbana superava em muito a zona rural: havia 9,2 milhões de analfabetos na primeira, e 5,2 milhões na segunda, em 2006 (BRASIL, 2008).

Tais dados revelam a disparidade existente entre o acesso e a permanência dos sujeitos a educação, assim como denuncia a ausência do dever do estado em promover a igualdade de acesso e permanência a educação tal como já fora enunciado no artigo 5º da LDB.

Ressalta-se que a sociedade civil organizada foi importante no processo reivindicatório para o fortalecimento das modalidades educacionais aqui tratas, pois em:

> 2004, respondendo à reivindicação dos movimentos sociais de que a alfabetização se integrasse a políticas de educação básica — resposta facilitada por mudanças políticas na direção do MEC —, a SEEA foi incorporada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que, além de gerir o PBA, assumiu também a responsabilidade sobre a EJA e sobre programas voltados à atenção e valorização da diversidade — educação do campo, educação indígena, educação étnico-racial, ao lado da educação ambiental. Esse novo desenho, além de sinalizar a **necessária articulação entre a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos**, elevou o estatuto dessa modalidade no Ministério, integrando-a a outras **iniciativas voltadas ao enfrentamento das desigualdades e valorização da diversidade brasileira**, inaugurando um modo de gestão participativa no exercício da intersetorialidade como **gestão pública da EJA** (BRASIL, 2009, p. 21, grifos nossos).

A gestão democrática está presente neste posicionamento dos movimentos sociais ao primar pela gestão participativa por meio da intersetorialidade, fortalecendo o enfrentamento das desigualdades e promovendo a valorização da diversidade cultural brasileira dos diversos povos do campo que são os sujeitos da EJAI.

As práticas pedagógicas e o material didático para as modalidades EJAI e campo

As especificidades pedagógicas para as modalidades educacionais EJAI e campo requerem do ser docente uma gestão pedagógica diferenciada para que possa atender as demandas formativas dos sujeitos destas modalidades. Pois o professor não pode infantilizar o processo de escolarização, tendo em vista que os sujeitos destas modalidades são sujeitos com conhecimento de mundo, com experiencias acumuladas ao longo da vida, por isso o diálogo deve ser importante no processo de escolarização para além do ler, escrever e contar (MELO, 2017a).

Ao que concerne à especificidade metodológica o ser professor deve ser criativo, inovador e lúdico promovendo a contextualização dos saberes de forma a ampliar os horizontes de sentido dos sujeitos aprendentes a partir de um currículo integrado, a saber:

> Um currículo para a EJA deve ser construído de forma integrada, respeitando a diversidade de etnias e manifestações regionais da cultura popular; não pode ser previamente definido, e sem passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, bem como a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados (BRASIL, 2009, p. 35).

O papel que o professor desempenha é de fundamental importância para que a EJA seja ofertada com decência, tal como defendeu Freire (1996) em Pedagogia da

autonomia, ao enunciar “Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade” (FREIRE, 1996, p. 13). Desta maneira, a complexidade da prática pedagógica para os sujeitos da EJAI não deve ser apenas a transmissão do conhecimento.

Na resolução 1/2002 o discurso jurídico enunciativo acerca da proposta pedagógica deve fomentar os saberes oriundos de sua realidade local, assim está declarado:

> Art. 5º As **propostas pedagógicas das escolas do campo**, respeitadas **as diferenças** e o **direito à igualdade** e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: **sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.** Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as **propostas pedagógicas** das escolas do campo, elaboradas no âmbito da **autonomia dessas instituições**, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2018c, grifos nossos).

Mais uma vez a educação profissional de nível técnico é ressaltada para os povos do campo, bem como as suas especificidades: culturais, sociais, políticas, econômicas, de gênero, geração e renda. Desse modo, a complexidade da prática pedagógica deve corroborar para a aquisição do conhecimento de forma ampliada, contextualizada e integrada as especificidades.

De tal modo, é ressaltado na Resolução 1/2000 ao que concerne a prática pedagógica em seu art. 5º, mais especificamente em:

> III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2018d).

Também consta no enunciado do art. 17º, mais especificamente em “III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;”. A relação teoria e prática, assim como Freire (1996, p. 11) enunciou que “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”.

Ao que concerne ao material didático o discurso enunciado sobre os recursos didáticos na Resolução 1/2000 evidência em parágrafo único que: “As instituições ofertantes informarão aos interessados, antes de cada início de curso, os programas e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, **recursos**

didáticos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições" (BRASIL, 2018d, grifos nossos). Observa-se que os recursos didáticos não estão especificados, de modo que as instituições poderão usar quaisquer materiais.

Já na resolução 2/2008 que estabelece as diretrizes para educação do campo trata dos materiais didáticos, conforme enunciado em seu:

> Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra estruturais adequadas, bem como **materiais e livros didáticos**, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2018e, grifos nossos).

Desse modo, destaca-se o livro didático específico direcionado as especificidades dos povos do campo, bem como a necessidade de ter biblioteca nas escolas do campo, para que os estudantes possam ter acesso aos livros didáticos diversos. De tal modo, que suscita uma produção didática concernente com as diversidades dos povos do campo.

Assinalações conclusivas

A educação de jovens, adultos e idosos assim como a educação do campo e a educação profissional permeiam os grupos de enunciados que tem um único e mesmo objeto: a educação.

Os textos-fonte enunciam o direito a educação de forma tricotômica, sendo da responsabilidade do estado, família e sociedade, a relação destes três elementos permeia o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes do coletivo EJAI nas escolas do campo. De tal modo quaisquer cidadãos podem reclamar o acesso e a permanência ao poder público por ser um direito subjetivo.

A educação básica é obrigatória e não deve ser violada ou negada o seu acesso, tendo em vista que todos têm direito a educação, por isso que os sujeitos de direitos devem estar organizados em movimentos sociais para que por meio da gestão participativa enfrentar a lei do mais forte, reivindicar o acesso aos direitos preconizados juridicamente.

A prática pedagógica do ser professor voltado para as modalidades educacionais em tela deve fazer jus as demandas de aprendizagem dos sujeitos de direito, de forma a fazer valer o currículo integrado, para que transcenda a escolarização, corroborando assim com uma prática pedagógica interdisciplinar, lúdica e contextualizada com a realidade local dos sujeitos oriundos de seus territórios.

O material didático está enunciado de forma genérica na diretriz curricular da EJA, e na diretriz curricular da educação do campo está mais específico quando trata do livro

didático e de biblioteca na comunidade educativa ressalvadas as especificidades do contexto. Assim sendo, os professores têm acesso ao material didático para promover uma prática pedagógica por meio da relação intrínseca a teoria/prática.

Por conseguinte, compreende-se que a ordem do discurso para educação de jovens e adultos tem ganhado centralidade nos eventos de caráter nacional, sobretudo, mediante a preparação para a VI CONFINTEA que aconteceu em Belém em 2009.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 03 ago. 2018a.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018b.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018c.

BRASIL. **Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008:** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018d.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000:** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018e.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA).** Ministério da Educação (MEC). Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_nacional_preparatorio_VI_CONFINTEA.pdf>. Acesso em 03 ago. 2018.

CONVERGÊNCIA. Brasília: UNESCO, Ação Educativa, DVV International, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

MEC/SECADI. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. 1ª. Brasília: MEC. 2008.

MELO, Maria Aparecida Vieira de. **Educação em direitos humanos e diversidade:** experiência formativa. Ed. Clube dos Autores. América -Joinville/SC, 2017a.

MELO, Maria Aparecida Vieira de. **A educação do campo e a educação popular nas escolas do município de Canhotinho-PE.** Ed. Clube dos Autores. América -Joinville/SC, 2017b.

MELO. Maria Aparecida Vieira de. A educação do campo: a formação do professor em contestação. **Diversitas Journal**, v. 2, p. 293, 2017c; Disponível em: <http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/diversitas_journal/article/view/545>. Acesso em: 03 ago. 2018.

Sobre os autores

Maria Aparecida Vieira de Melo – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **OrcID**: http://orcid.org/0000-0001-8683-525X.

Marcelo da Fonsêca Santana – Graduação em Física pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-5497-0147.

Ricardo Santos de Almeida – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor da rede pública municipal de Porto Calvo/AL e Professor da Educação Básica Técnica e Tecnológica Substituto de Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas Campus Marechal Deodoro. **OrcID**: http://orcid.org/0000-0003-1266-2557.

Como citar este artigo

MELO, Maria Aparecida Vieira de; SANTANA, Marcelo da Fonsêca; ALMEIDA, Ricardo Santos de. A ordem do discurso da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no território da Educação do campo brasileiro: a qualificação profissional enunciada em análise documental. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 328-344, jan.-abr., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Maria Aparecida Vieira de Melo** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Marcelo da Fonsêca Santana**, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise; e o terceiro **Ricardo Santos de Almeida**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 19 de abril de 2019.
Devolvido para a revisão em 28 de outubro de 2019.
Aceito para a publicação em 29 de outubro de 2019.

Brazilian agribusiness in Mozambique: the ProSAVANA Programme case study

Tamy Yukie Kobashikawa
Soka University – Tóquio, Japão.
e-mail: e18d0602@soka-u.jp

Abstract

This paper is about the ProSAVANA Program, a trilateral cooperation project between Japan, Brazil and, Mozambique. ProSAVANA Program goal is to develop the agriculture sector in the Nacala Corridor and it has been controversial due to conflicts among government, private corporations, and civil society organizations. Private investments were expected to occur in the Nacala Corridor, mainly from Brazilian agribusiness. However, the paper concluded that Brazilian private investments in Mozambique's agriculture sector were a stagnant state in the analyzed period (2007-2017). The paper examines the status of the ProSAVANA Program and what are the difficulties to Brazilian agribusiness invest to Mozambique. Current challenges of the program were found as follows: (1) high risk of investment due to non-existent public subsidies to small, medium and large-scale agribusiness; (2) "land property" law bureaucracy; and (3) civil society mobilization against ProSAVANA. All they are key factors to repel Brazilian agribusinesses.

Keywords: Technical cooperation; FDI; ProSAVANA Program.

O agronegócio brasileiro em Moçambique: estudo de caso sobre o Programa ProSAVANA

Resumo

Este artigo é sobre o Programa ProSAVANA, um projeto de cooperação trilateral entre Japão, Brasil e Moçambique. O ProSAVANA tem como objetivo desenvolver o setor agrícola no Corredor de Nacala e tem sido controverso devido a conflitos entre governo, corporações privadas e organizações da sociedade civil. Havia a expectativa de investimentos privados no Corredor de Nacala, principalmente do agronegócio brasileiro, no entanto, o artigo concluiu que os investimentos privados brasileiros no setor agrícola de Moçambique estão estagnados no período analisado (2007-2017). O artigo examina o status do Programa ProSAVANA e quais são os motivos para o agronegócio brasileiro não investir em Moçambique. Conclui-se as principais razões são: (1) o alto risco de investimento devido a falta de subsídios públicos ipara o agronegócio de pequeno, médio e grande porte; (2) a burocracia da "lei da propriedade da terra"; e (3) a mobilização da sociedade civil contra o ProSAVANA. O artigo conclui que todos estes fatores repelem o agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: Cooperação técnica; IDE; programa ProSAVANA.

El agronegocio brasileño en Mozambique: estudio de caso sobre el Programa ProSAVANA

Resumen

Este artículo es sobre el Programa ProSAVANA, un proyecto de cooperación trilateral entre Japón, Brasil y Mozambique. El ProSAVANA tiene como objetivo desarrollar el sector agrícola en el Corredor de Nacala y ha sido un tema de controversia debido a conflictos entre gobiernos, corporaciones privadas y organizaciones de la sociedad civil. La expectativa de inversiones privadas en el Corredor de Nacala, principalmente del agronegocio brasileño. Sin embargo, las inversiones privadas brasileñas en el sector agrícola de Mozambique están estancadas desde el período analizado (2007-2017). El artículo examina el status del Programa ProSAVANA y cuáles son los motivos para el agronegocio brasileño no invertir en Mozambique. Se concluyó que las principales razones son: (1) el alto riesgo de inversión debido a la falta de subsidios públicos ipara el agronegocio de pequeño, mediano y grande porte; (2) la burocracia de la "ley de la propiedad de la tierra"; y (3) la movilización de la sociedad civil contra el ProSAVANA. El artículo concluye que todos estos factores repelen el agronegocio brasileño.

Palabras clave: Cooperación técnica; IED; programa ProSAVANA.

Introduction

Brazil is one of the largest food suppliers in the world and has developed technology for tropical areas in an export-led model. One important partner to achieve this result is Japan, in which the Brazilian government and Japan International Cooperation Agency (JICA) created the Japanese-Brazilian Cooperation Program for Cerrado Development (PRODECER)[1] in the 1970s.

Brazilian economic-political power increased in Africa as a policy of the Workers' Party during former president Luis Inácio Lula da Silva mandate (2003-2010), through the promotion of international cooperation, economic-political agreements, exchange programs, open of embassies, and diplomatic missions (MRE, 2017). Mozambique is the main target of Brazilian

[1] PRODECER is a partnership between Brazil and Japan to improve the Brazilian Cerrado (Brazil`s savanna area). The program developed specific technology for the Brazilian tropical area in an export-led model. According to Hosono, Magno and Hongo (2016), the Cerrado development provide a valuable model for developing countries struggling to attain nutrition and food security, to create value chains and employment, as well as, to generate social inclusiveness and to achieve sustainable development. In terms of institutional set up, the program had three important components. First, a financial cooperation mechanism; second, the creation of Company of Agricultural Promotion (CAMPO - *Companhia de Promoção Agrícola*); and third, the collaboration of EMBRAPA and its various centres – especially the CPAC (EMBRAPA's Cerrado Agricultural Research Center – established in 1975) (HOSONO & HONGO, 2016).

technical cooperation (CABRAL & SHANKLAND, 2013). In the period of 2011-2013, Mozambique received about USD 13.2 million in technical cooperation from Brazil (IPEA, 2016). During 2001-2018, 178 projects started in Mozambique, mainly in agriculture, health, and education sector.

Brazil, Japan, and Mozambique designed a threefold program called Program for Triangulated Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannahs of Mozambique (ProSAVANA) to develop the agriculture sector in the Nacala Corridor[2]. The project has four goals: to guarantee food security, to improve smallholder farms productivity, to develop rural sector competitiveness, and to promote agribusiness. ProSAVANA had alarmed civil society organizations (CSO) and academics. Some of the negative arguments are that the program's purpose is to promote the Mozambican agribusiness; or that the program only benefits the Mozambican political-economic elite (and does not consider local community and peasants), or that there is a lack of transparency and communication among all groups involved in the program.

Because of Brazilian investments in Moatize mining coal[3] and the ProSAVANA, it was expected significant private investments in the Nacala Corridor, especially from Brazilian agribusiness. However, the literature available until the date this paper was written lacked updated data about whether those investments occurred or not, and why Brazilian agribusiness does not invest in Nacala Corridor, as Cheru and Modi ed. (2013), Vaz (2015), Alden, Chichava and Alves ed. (2017), and others. Therefore, the purpose of this research is to understand the reasons for the failure to attract Brazilian agribusiness to Mozambique.

The research is based on the annual report of JICA, newspapers from Brazil, Mozambique, and Japan, and semi-structured interviews employed with key representatives in

[2] "The region of Nacala Corridor, considered in ProSAVANA, is the area between the parallels 13ºS to 17ºS, covering the Provinces of Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Niassa and Tete. Nonetheless, the target districts considered in the study for the Program are Monapo, Muecate, Meconta, Nampula, Mogovolas, Murrupula, Mecubúre, Ribáuè, Lalaua and Malema, in the Nampula Province. Cuamba, Mecanhelas, Madimba, Ngauma, Lichinga, Majune and Sanga, in the Niassa Province. Gurué and Alto Molócuè, in the Zambézia Province" (PROSAVANA, 2018).

[3] Brazilian and Japanese private companies invest in mega projects enterprises in the Nacala Corridor to explore coal in the region. Moatize mining coal is 95 percent operated by Brazilian mining company Vale S.A. and the Japanese conglomerate company Mitsui & Co, Ltd., and 5 percent by EMEM (*Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.*), a state-owned mining company of Mozambique. On 2017, Mizuho Bank, Ltd. signed a financing agreement with Japan Bank for International Cooperation, African Development Bank and other nine private financial institutions for a total of USD 2.73 billion in finance loans (MIZUHO BANK, 2017).

the agriculture field. Quantitative data were obtained from several Brazilian and Mozambican institutes and international organization sources, including primary data from Agency for the Promotion of Investment and Exports (*Agência para a Promoção de Investimento e Exportações* – Apiex). Moreover, a fieldwork trip in Maputo, Mozambique from October 22nd to November 4th, 2017 were also considered in this paper.

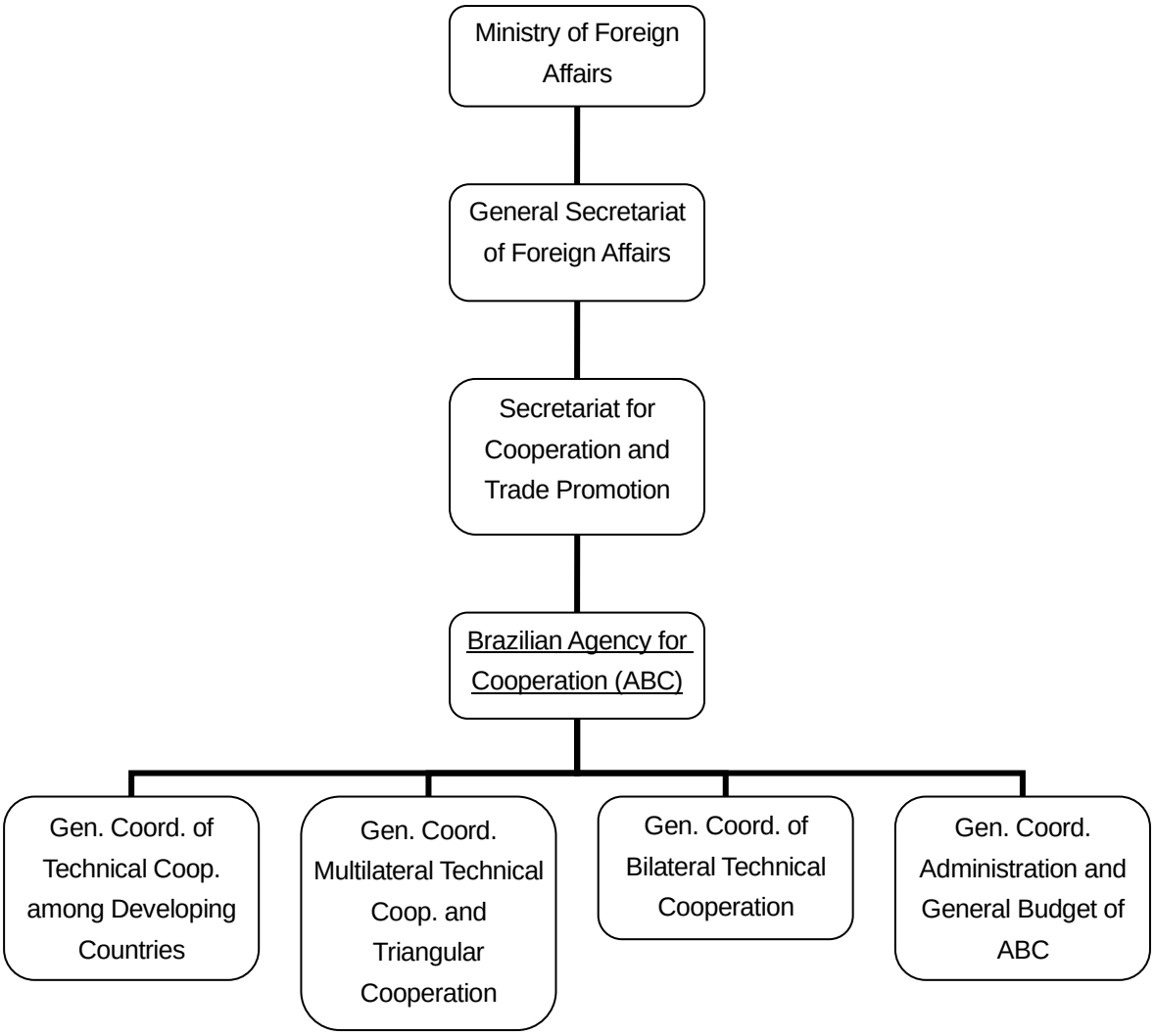
The first section is a summary of Brazilian technical cooperation efforts. Next section explains about the ProSAVANA Program, in which is divided into three subsections: (1) program purpose; (2) current status; and (3) reasons for failure. Finally, there is a brief conclusion.

Brazilian technical cooperation efforts

After the Cold War, global governance became more complex, like a “subway map”, in which some actors are more relevant than others and developing countries remains unrepresented (AMORIM, 2010). In this context, mainly in the mandate of former president Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), Brazil willed to play a greater role through the diversification of trade partners and foreign policy (AMORIM, 2010). Brazil increased technical cooperation to enhance economic-political power through the promotion of foreign aid, open of embassies, diplomatic missions, economic - political agreements, and exchange programmes (AMORIM, 2010). In Africa, Brazil agreed on bilateral cooperation and investments facilitation agreements to promote trade and investments (MRE, 2017), particularly in Portuguese speakers’ countries (CABRAL & SHANKLAND, 2013).

As an important instrument for foreign policy, the Brazilian Agency for Cooperation (*Agência Brasileira de Cooperação - ABC*) is exclusively responsible for Brazilian programs and projects for technical cooperation (MRE, 2017). According to Zanella and de Castro (2017), ABC faces difficulties to manage and to effectively lead technical cooperation strategies, due to the structure of Brazilian bureaucratic services and the agency hierarchically subordinated position in the Ministry of Foreign Affairs (see Figure 1).

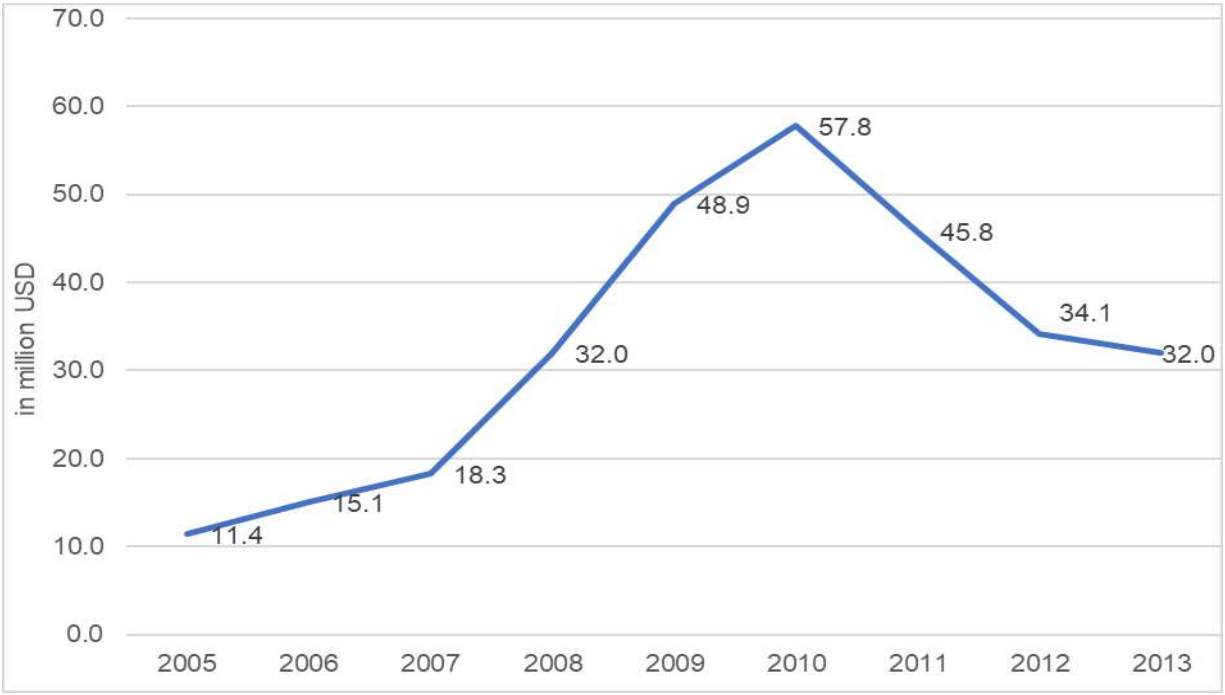
Figure 1: The Brazilian Agency for Cooperation Structure



Source: ABC (2017). Made by the author

Brazilian expenditure in technical cooperation rises in the period 2007-2010, when a growth from USD 18.3 million in 2007 achieved a maximum of USD 57.8 million in 2010, stabilizing around USD 37.3 million in the period of 2011-2013, as shown in Figure 2. The total expenditure in technical cooperation is the sum of technical cooperation expenditure from public institutions, including ABC, ministries, banks and research institutions. ABC itself is responsible for 71.6 percent of these expenditures.

Figure 2: Brazilian Total Expenditure in Technical Cooperation (in million USD)



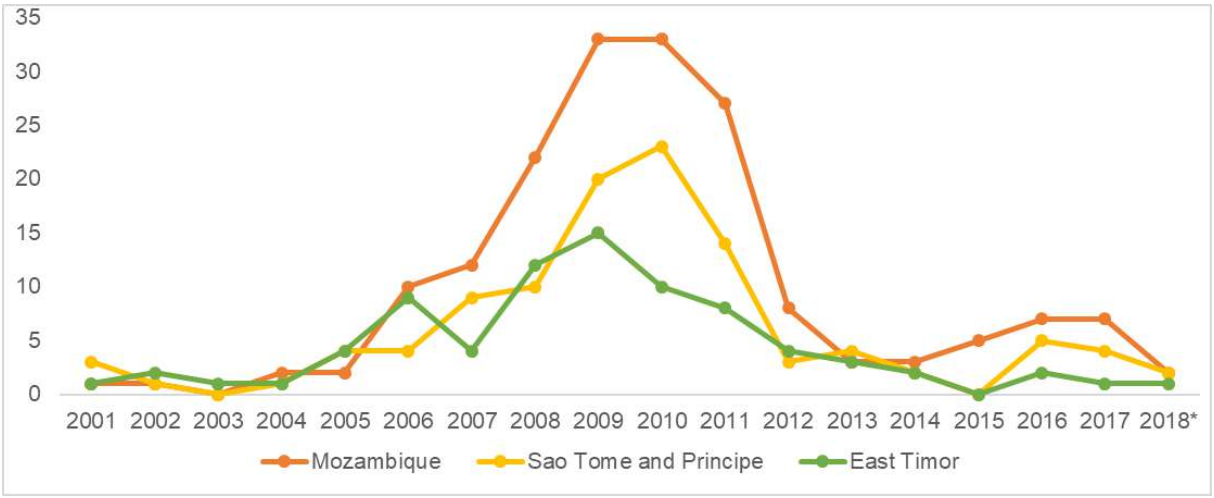
Source: IPEA, 2016. (Made by the author)

* Originally, the data is in Brazilian Real (BRL). Exchange rate from BRL to USD based on Ipea/Dimac (2017)

Mozambique is the main target of Brazilian technical cooperation (CHICHAVA et al. 2013). In the period of 2011-2013, Mozambique received about USD 13.2 million, almost twofold the second country in the rank, São Tomé and Príncipe, with USD 6.9 million (MRE, 2017). After 2013, there is no available data about expenditure in technical cooperation; however, the number of technical cooperation projects are insignificant when considered a total number of projects per year in top three recipient countries (see Figure 3).

Since 2012, the total number of projects slow down drastically, achieving a minimum of seven projects in Mozambique, four in São Tomé and Príncipe, and only one in East Timor in 2017. Brazilian technical cooperation projects slowdown generally, because of the political-economic instability and change in foreign policy strategies in Brazil.

Figure 3: Number of Brazilian Technical Cooperation projects per year (TOP 3 countries)



Source: ABC, 2018. Made by the author.

*data collected until 2018, June 18th

** Project starting year

In Mozambique, cooperation projects are on agriculture, health, and education, respectively 22.5 percent, 19.7 percent, and 12.9 percent (see Table 1). With Brazilian expertise, agriculture projects are done as South-South cooperation or trilateral cooperation (among Brazil, Mozambique, and a traditional partner).

Despite it is important to explain how Brazil acquired knowledge in the agriculture field, and therefore, how its sector has been developed, this paper does not discuss it. Only one factor considered in the literature is the partnership between Brazil and Japan in the 1970s called PRODECER. The project main purpose was to improve the agriculture productivity in Brazilian Cerrado (Brazil`s savannahs area), mainly soybeans, in an export-led model. It developed specific technology for Brazilian tropical area and as a result, Brazil became one of the largest food suppliers in the world and a “model of agribusiness” (HOSONO, ROCHA & HONGO, 2016). In 2000, Japan and Brazil signed the Japan-Brazil Partnership Program (JBPP), focus on jointly implement technical cooperation in developing countries as trilateral cooperation mainly Latin America and Africa.

Table 1: Number of Brazilian Technical Cooperation Projects in Mozambique per sector (2001-2018)

Year**	Agriculture	Health	Education	Environment	Cities	Public Administration	Defense	Others	Total
2001			1						1
2002								1	1
2003									0
2004								2	2
2005		1	1						2
2006	1	3	2					4	10
2007	3	3	1	2		1		2	12
2008	3	6	3	1	2	1		6	22
2009	7	4	3	4	3	2	1	9	33
2010	6	10	3	1	4	3	1	5	33
2011	11	4	3	1	1	2	1	4	27
2012	3		1	1	1		1	1	8
2013			2	1					3
2014	1						2		3
2015	2							3	5
2016	2	3	1				1		7
2017	1	1	2				1	2	7
2018*							1	1	2
Total	40	35	23	11	11	9	9	40	178
	22.50%	19.70%	12.90%	6.20%	6.20%	5.10%	5.10%	22.40%	100.00%

Source: ABC, 2018. Made by the author

*Data collected until 2018, June 18th

** Project starting year

Brazilian technical cooperation in agriculture sector reflects the dual dichotomy of Brazilian agriculture institutional structure, in which large-scale farmers group compete with small and medium-scale farmers group for financial resources, political influence, and support (ZANELLA & DE CASTRO, 2017, p. 256). The ProSAVANA Program (findings in the next section), the most important and controversial project from Brazil and Japan to Mozambique, is an example of Zanella and de Castro`s argument.

Adopting a solidarity speech, Brazil is committed to take advantage of the expertise and knowledge acquired in the Brazilian Cerrado, and to apply it in the African savannahs (EKMAN & MACAMO, 2014). Moreover, Brazil foreign affairs ministry intends to expand Brazil`s participation in world affairs (AMORIM, 2010) and foreign aid is an important tool to achieve it.

The ProSAVANA Program

ProSAVANA is a program aimed to develop agriculture sector in Nacala Corridor, which would happen within 20 years. The program is divided into three projects: (1) Project for Improving Research and Technology Transfer Capacity for Nacala Corridor Agriculture Development (ProSAVANA-PI); (2) Project for Support of the Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor (ProSAVANA-PD); and (3) Project for Establishment of Development Model at Communities' Level with Improvement of Rural Extension Service under Nacala Corridor Agriculture Development (ProSAVANA-PEM).

The first project main goal is to maximize the current knowledge of the natural and socioeconomic resources of the Nacala Corridor, and to identify the most appropriate agricultural technologies for the sustainable development of regional agriculture, centered on the modernization and institutional capacity building of Agricultural Research Institute of Mozambique (*Instituto de Investigação Agrária de Moçambique* – IIAM). The second project is focused on developing a regional agricultural development plan for the Nacala Corridor (Master Plan). Finally, the third and last project purpose is to do a plan and to execute agricultural development projects in a level of communities for the establishment of zones of development, and to develop a virtual

platform for consultancy through the support of two Brazilian universities (*Universidade Federal de Viçosa* and *Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*).

Program purpose

According to the governments of Brazil, Japan, and Mozambique, ProSAVANA integrates both large-scale and small-scale farmers groups. Its purpose is to guarantee food security, to improve smallholder farms productivity, to develop rural sector competitiveness, and to promote agribusiness. However, those four goals do not have the same level of importance.

At a first stage, ProSAVANA main purpose was the development of large-scale farms to produce crops for export-led. At the International Symposium for ProSAVANA titled "International Agribusiness Seminar in Mozambique" held in Sao Paulo in April 25th, 2011, representatives from Brazil and Mozambique said that the demand for food due to world population growth is an opportunity for Brazil and Mozambique to become world food suppliers (JICA, 2011), which was pushed after the food crisis of 2007-2008. Representatives of private corporations (Miranda Industrial Ltd. and Mitsubishi Corporation) emphasized three important aspects to attract private investments: local government support, technical expertise, and infrastructure (JICA, 2011). In the subsequent year, a group of 60 politicians and entrepreneurs visited Nacala Corridor and reiterated the need to develop infrastructure in the area (JICA, 2012), which has been done in the Nacala Development Corridor Project, to explore coal in Moatize mining.

Civil society organization [4] and academic researchers [5] are concerned about ProSAVANA, mainly after the release of Master Plan (see section 3.2.2 ProSAVANA-PD). Their main argument is that the program does not consider peasants and agribusiness as equals; Brazilian cooperation has commercial interests, which benefits only the Mozambican political elite and the multinationals, excluding all other interested parties who are affected by the program, such as peasants and the local community. In addition, they criticize the limited information shared with all involved parties about implementation process. For example, it is unclear what proportion of production is destined for the domestic market to ensure food security, and what proportion is

[4] *União Nacional de Camponeses* (UNAC) (2012), Environmental Justice (2012 and 2013); ADECRU (2017), and others.

[5] Chichava et al. (2013), Nogueira and Ollinaho (2013), Mosca and Bruna (2015), McDonnell (2017), and others.

destined for the export market (CHICHAVA, 2011, PATRIOTA & PIERRI, 2013, EKMAN & MACAMO, 2014, MOSCA & BRUNA 2015; and MCDONNELL, 2017).

Despite a high expectation of investments in agriculture from all involved parties, Brazilian private investments in the agriculture sector of Mozambique are stagnant in the analyzed period (see table 2). In the period 2007-2017, only four investments were approved in the agriculture sector, in a total of twenty-three investments from Brazil to Mozambique, which represent USD 22 million, a third of total investments. Unfortunately, Apiex does not have any information about whether investments have been executed or not.

As a consequence of all constant and severe critics, Mosca (2014) states that the official discourse has changed to minimize the relevance of agribusiness investments and emphasize small and medium investments. The recent official discourse is to apply contractual agriculture (NOGUEIRA & OLLINAHO, 2013), which is still, an export market oriented to "modernize" the economy based on the concept of “economy of scale”, supporting the import of agriculture technology to increase productivity (ZANELLA & DE CASTRO, 2017).

Table 2: Brazilian FDI in Mozambique per sector (2007-2017)

Year	Currency	Agriculture	Construction	Transport & Communication	Services	Tourism & Hotel	Industry	Total Project
2007	USD (in million)		3					3
	No. of projects		1					1
2009	USD (in million)			6.5	0.2			6.7
	No. of projects			1	1			2
2011	USD (in million)				2	0.19		2.19
	No. of projects				1	1		2
2012	USD (in million)	7.5			3.57		1.04	12.1
	No. of projects	2			2		1	5
2013	USD (in million)		1.2		1.1			2.3
	No. of projects		1		1			2
2014	USD (in million)				1		7.51	8.51
	No. of projects				1		2	3
2015	USD (in million)	0.6	11.87		1.16			13.63
	No. of projects	1	1		2			4
2016	USD (in million)	14.53	0.15					14.68
	No. of projects	1	1					2
2017	USD (in million)				0.67		0.1	0.77
	No. of projects				1		1	2
Total Sector	USD (in million)	22.62	16.22	6.5	9.7	0.19	8.65	63.89
	No. of projects	4	4	1	9	1	4	23

Source: APIEX, 2017 (Made by the author)

*2017 from Jan to Sep / **2008 and 2010 have no Brazilian FDI

Current Status

ProSAVANA-PI

As previously introduced, ProSAVANA-PI's purpose is to develop and transfer agricultural technology in Nacala Corridor. It was executed by agriculture research institute of Japan, Brazil, and Mozambique, Japan International Research Center for Agricultural Sciences (JIRCAS), Brazilian Agricultural Research Corporation (*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária* - Embrapa) and Agricultural Research Institute of Mozambique (*Instituto de Investigação Agrária de Moçambique* – IIAM) respectively. The project has a total duration of 6.5 years (2015/05 - 2017/11).

The project outcomes can be seen at Table 3:

Table 3: ProSAVANA-PI Outcomes

Outputs:	Objectively Verifiable Indicators:
1 - Capacity of IIAM research centers in Northeast and Northwest	- Experimental laboratory and research equipment are repaired, constructed, and installed at IIAM CZnd (soil and plant analysis laboratory). - Laboratory construction plan for IIAM CZno is developed. - Record of use and maintenance of research facilities and equipment are kept by IIAM. - Meetings to evaluate experimental plans and results are taken place annually at IIAM. - C/Ps' self-evaluation survey on research and transfer abilities shows advance as compared to baseline survey results. - Guidelines of research center management are accepted by IIAM. - C/Ps present on their research work regarding soil improvement technology and cultivation technology more than a total of 8 times in meetings, seminars, workshops, Annual Meeting on Research Achievements and Planning (IAMRAP), Agriculture Research Meeting – Nacala, symposium between IIAM and universities, conferences, etc.
2 – Natural resources and socio-economic conditions in Nacala Corridor are evaluated.	- Reports and databases on natural resources evaluation in Nacala corridor (soil, vegetation, land use, meteorology, water resources and landscape) are accepted by IIAM. - Reports of socio-economic assessment are accepted by IIAM.
3 – Soil improvement technology for Nacala Corridor is developed.	- A soil improvement manual (including fertilization and soil conservation) is accepted by IIAM.

4 – Appropriate cultivation technology for Nacala Corridor is developed.	- A cultivation manual (including crops, varieties, seed production, microorganism, access to water and cropping system) are accepted by IIAM.
5 – Technology transfer activities for extension workers are implemented on newly developed/validated agricultural technologies	- Technology transfer activities (seminars, field days, training courses, etc.) are held over 15 times. - A decision support model is accepted by IIAM. - Training for extension workers to use the decision support model is taken place.

Source: Final report ProSAVANA-PI (2017, p. 35-36)

ProSAVANA-PD

The main purpose of ProSAVANA-PD is to develop a Master Plan for a regional agricultural development in Nacala Corridor. To achieve it, public consultations were held with local communities, as well as in the provinces' capitals and in Maputo (MOSCA & BRUNA, 2015).

However, the Master Plan Version Zero, released in 2015, was criticized by civil society organizations as from Brazil, Japan and Mozambique (see section 3.1 Program purpose). To overcome this issue, civil society tried to get involved in the project through public participation sessions, exchange of dialogues and approaches, as well as sharing ProSAVANA documents to the public.

Due to such efforts, the Master Plan initial concept was reformulated (see Table 4), despite the persistent idea of transformation of current farming systems and mind-set of family farmers, and the lack of information (MOSCA & BRUNA, 2015).

Table 4: Master Plan transition

	Before CSO criticism	After CSO criticism
Main target	Large-scale farms (agribusiness)	Agribusiness, and inclusion of small and medium scale farms as contract farmers
Crops	Cash crops (soy, potato, vegetables, cashew, cotton, tobacco)	Food crops (corn, cassava, beans, peanuts)
Market Destination	International market (especially Asia)	Domestic market and international market (especially Asia)

Source: Mosca & Bruna (2015)

The final version of Master Plan is not approved yet and without its approval, ProSAVANA is on hold. The program`s confidentiality creates a frustration and distrustfulness atmosphere among Government, peasants, CSOs, and the private sector.

ProSAVANA-PEM

The third and last project was scheduled to occur between 2013 and 2019. According to the interviews, they are in implementation, but no detailed could be shared. ProSAVANA-PEM main purpose is to increase agricultural production at each farming size by adoption of the agricultural development models. According to ProSAVANA website (2018), the project activities are:

First, to comprehend current situation of social economic aspects, agriculture/farming and public/private/NGOs agriculture extension services in the target areas of ProSAVANA. Then, it will prepare an annual work plan for the project, carry out baseline survey and periodical survey, define development models and formulate reference projects to be implemented.

Second, to select target groups, areas and partners for the reference projects; implement, monitor and evaluate the reference projects, engage public/private/NGOs in the reference projects to contribute with the activity, and recommend potential agricultural development models based on the reference projects.

And third, to support implementation of the agricultural development models in the target areas of ProSAVANA, compile public policy recommendation(s) to promote the potential agricultural development models for sustainable rural development, identify and select potential stakeholders in the target areas of ProSAVANA to engage in promoting agricultural development models, establish extension methodologies in the target areas of ProSAVANA, prepare guidance materials for promoting extension services of the agricultural development models in the target areas of ProSAVANA, conduct trainings and/or OJTs for public/private/NGOs agricultural extensionists and agricultural producers, support and promote extension services by public/private/NGOs agricultural extensionists; and compile public policy recommendation(s) for the improvement of the extension services for sustainable rural development and reflect it/them in the provincial strategies.

Reasons for failure

Explaining why Mozambique does not attract Brazilian large-scale investors is not simple. However, this paper points out some reasons for it. Before explaining why Brazilian agribusiness is not investing in Mozambique, it is primal to consider that ProSAVANA is not a replication of PRODECER, as stated by Ekman and Macamo (2014).

The first reason why Brazilian agribusiness are not attracted to invest in Mozambique is that comparing with Brazil, it is hazardous to invest in Mozambique. For instance, Mozambique has no subsidies to large-scale farms nor small-middle-scale farms (while Brazil has), Brazilian farmers have limited knowledge about Mozambique, and Brazil still has available land to invest and economic growth possibilities in the agriculture sector.

On one hand, Brazilian farmers receive public subsidies to invest. Recently announced by Brazilian Government, the Safra Plan[6] (*Plano Safra*) of 2018/2019 has sums in the order of USD 50.51 billion for medium and large-scale farms, and USD 8 billion for small-scale farms (JARDIM, 2018). On the other hand, Mozambique has no economic conditions to provide subsidy funds to small, medium or large farms and Brazilian agribusinesses will not invest without receiving subsidies. In the ProSAVANA Program, it was expected that Brazil and Japan would provide subsidies to Brazilian farmers invest in the Nacala Corridor, which motivated several Brazilian entrepreneurs to visit Mozambique, as presented by JICA's release (2011 and 2012). Nevertheless, those subsidies have not been done and, consequently, Brazilian agribusiness has not been interested in investing in Mozambique.

The second reason is that all land is state property. The process to obtain DUAT (Land Use Authorization) as well as the legal process to foreigners be allowed to work in Mozambique are bureaucratic. In Brazil, all land is a private property, whereas in Mozambique, the entrepreneur obtains DUAT. In Mozambique, it is possible to keep the rights to use, transferred or inherited a land. Whether you live in the land for at least ten years or inherited it, you have the right to use it. However, according to interviews, Brazilian entrepreneurs are still reluctant and do not think it is a huge advantage compared with Brazil's land.

[6] The Safra Plan is a set of subsidies given by the Government to strengthen the agriculture sector.

Obtain DUAT is very bureaucratic because of the lack of government resources management and capacity. Furthermore, peasants and agribusiness enterprises are in conflict for a land usage right. A high percentage of peasants do not have enough documents to prove how long they have used a land, and even the government does not have control about such information. Due to this issue, smallholder farmers are expropriated for private enterprises (EKMAN & MACAMO, 2014).

The third and last reason is that civil society mobilization against ProSAVANA beat off foreign agribusiness. The lack of information about ProSAVANA purpose and implementation; unsatisfactory dialogue between government, peasants, and CSOs; and not enough public consultations and debates created an unpleasant and negative image about what is ProSAVANA, and who is beneficiated by it.

CSOs from Brazil, Mozambique, and Japan mobilized in a “No to ProSAVANA Campaign”, which did four Triangular Conference of People (*Conferência Triangular dos Povos*) in the past five years. Projects such as ProSAVANA and MATOPIBA[7] deny the peasant’s right to decide on their own food systems, imposes foreigner agricultural practices and options and are an attack to peasant’s class (NO TO PROSAVANA, 2018). The constant criticism to agribusiness repels investments and is the last main reason to Brazilian agribusinesses do not invest in Mozambique.

Concluding, comparing to Brazil, Mozambique has not enough attractiveness to Brazilian farmers. Mozambique does not provide subsidies or land property, and Mozambican peasants and civil society are not welcoming them.

Final Consideration

Mozambique is the main target of Brazilian technical cooperation. In the period of 2011-2013, Mozambique received about USD 13.2 million; and from 2011 to 2018, 178 projects were executed mainly in agriculture, health and education sector. ProSAVANA is the main project

[7] MATOPIBA is a region that involves 337 municipalities in the Northern of Brazil (states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia). It accounts for a large part of the Brazilian production of grains and fibers and it is an identified region for the expansion of agribusiness (EMBRAPA, 2018).

from Brazil in Mozambique and is a trilateral cooperation between Brazil, Japan, and Mozambique. This paper investigated about ProSAVANA Program challenges to attract Brazilian large-scale farmers.

Private investments were expected in the Nacala Corridor due to Brazilian investments in Moatize mining coal and ProSAVANA Program, however, Brazilian private investments in the agriculture sector of Mozambique are stagnant. During 2007-2017, only four (out of 23) investments were approved in the agriculture sector from Brazil to Mozambique.

Challenges, such as the high risk of investment; no subsidies to small, medium and large-scale farms; all land in Mozambique is state property; the bureaucratic process to obtain DUAT, and the civil society mobilization against ProSAVANA, created an unpleasant atmosphere to private investments and Brazilian agribusiness are not willing to invest in Mozambique.

Brazilian, Japanese and Mozambican Governments are committed to run the ProSAVANA program, and many stakeholders held a lot of expectations for Brazilian investments, however, there is no tangible outcomes so far and investments in agriculture sector has failed.

This research was conducted by understanding technical cooperation, FDI and ProSAVANA Program, although it has a limitation on data.

References

ALDEN, C., CHICHAVA, S. and ALVES, A.C. (Eds.) **Mozambique and Brazil: forging new partnerships or developing dependency?** Cape Town, South Africa: Fanele, 2017.

AMORIM, C. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional,** 53 (special edition), 214-240, 2010. Doi: 10.1590/S0034-73292010000300013

APIEX. **Personal communication**. Maputo, Mozambique, 2017.

CABRAL, L. and SHANKLAND, A. Narratives of Brazil-Africa cooperation for agricultural development: new paradigms? **FAC Working Paper**, 51, 2013. Retrieved from: https://www.gov.uk/dfid-research-outputs/fac-working-paper-51-narratives-of-brazil-africa-cooperation-for-agricultural-development-new-paradigms (August 18, 2017).

CHERU, F. and MODI, R. (Eds.). **Agricultural development and food security in Africa: the impact of Chinese, Indian and Brazilian investments**. London, England: Zed Books, 2013.

CHICHAVA, S., DURAN, J., CABRAL, L., SHANKLAND, A., BUCKLEY, L., LIXIA, T. and YUE, Z. Chinese and Brazilian cooperation with African agriculture: the case of Mozambique. **FAC Working Paper**, 49, Brighton, UK: Future Agricultures Consortium, 2013.

EMBRAPA. **Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA - Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA e MAPA)**. Brasilia, Brasil, 2018. Retrieved from: https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html (December 04, 2018).

EKMAN S-MS and MACAMO, C.S. Brazilian development cooperation in agriculture: A scoping study on ProSavana in Mozambique, with implications for forests. **CIFOR Working Paper**, 138, 2014. Doi: 10.17528/cifor/004489

FUNADA-CLASSEN, S**. Analysis of the Discourse and Background of the ProSAVANA Programme in Mozambique: Focusing on Japan's Role**, Tokyo, Japan: Tokyo University of Foreign Studies, 2013.

HOSONO, A., da ROCHA, C. and HONGO, Y. (Eds.). **Development for sustainable agriculture: the Brazilian Cerrado**. London, England: Palgrave Macmillan, 2016.

IPEA. **Brazilian cooperation for development: 2005-2009.** Brasilia, Brazil, 2011. Retrieved from: http://www.mestradoprofissional.gov.br/portal/images/stories/PDFs/160825_relatorio_cobradi_2005_2009_ingles.pdf (June 18, 2017).

_____ **Brazilian cooperation for international development: 2010**. Brasilia, Brazil, 2014. Retrieved from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_braziliancooperation_ingles.pdf (June 18, 2017).

_____ **Brazilian Cooperation for International Development 2011-2013 report.** Brasilia, Brazil, 2016. Retrieved from http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_contentandview=articleandid=30412 (June 18, 2017).

JICA. **Realização do Simpósio Internacional ProSAVANA-JBM (Programa de Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique através da Cooperação Triangular entre o Japão, o Brasil e Moçambique)** "Agronegócio em Moçambique – Cooperação Brasil–Japão e Oportunidades de Investimento"**.** 2011. Retrieved from: https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/articles/110513.html (August 11, 2018).

_____. **Envio da missão conjunta público-privada para a promoção de investimento no Corredor de Nacala,** República de Moçambique, 2012. Retrieved from: https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2012/14062012.html (August 15, 2018).

_____. **Mozambique newsletter,** 9, Maputo, Mozambique, 2016. Retrieved from: https://www.jica.go.jp/mozambique/english/office/others/c8h0vm00008n8euu-att/news201604.pdf (September 04, 2018).

JARDIM, A. **Plano Safra 2018/2019.** Portal do Agronegocio, 18/06/2018. Retrieved from:

https://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/plano-safra-2018-2019-172868 (October 15, 2018).

LIMA, M. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional,** 48 (1), 24-59, 2005. Doi: 10.1590/S0034-73292005000100002

LULA, L. I. **Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Presidência da República, 2003. Retrieved from: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view (November 09, 2017).

MCDONNELL, R. M. **What Brazil-Mozambique relations tell us about South-South cooperation.** In Alden, C., Chichava, S. & Alves, A.C. (Ed.), Mozambique and Brazil: forging new partnerships or developing dependency? (pp. 46-64). Cape Town, South Africa: Fanele. 2017.

MIZUHO BANK. **Project Financing for the Nacala Corridor Railway and Port Project in the Republic of Mozambique.** 2017. Retrieved from: https://www.mizuhobank.com/company/release/pdf/20171128release_eng.pdf (May 19, 2018).

MOSCA, J. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. **Revista Nera**, 38 (20), 68-105, 2014.

MOSCA, J. and BRUNA, N. ProSAVANA: discursos, práticas e realidades. **Observador Rural**, 31, OMR, 2015.

MOYO, S. **Agrarian transformation in Africa and its decolonization.** In CHERU, F. & MODI, R. (Eds.), Agricultural development and food security in Africa: the impact of Chinese, Indian and Brazilian investments (pp.38-56). London, England: Zed Books, 2013.

MRE. **Agência Brasileira de Cooperação. Conceito.** Brasilia, Brazil, 2017. Retrieved from: http://www.abc.org.br/CooperacaoTecnica/ Conceito. (Janeiro 29, 2018).

NOGUEIRA, I. and OLLINAHO, O. From rhetoric to practice in south-south development cooperation: a case study of Brazilian interventions in the Nacala Corridor development program. **Institute of Socioeconomics** Working Paper. University of Geneva, 2013.

PATRIOTA, T. C. and PIERRI F. M. **Brazil´s cooperation in African agricultural development and food security.** In Cheru, F. & Modi, R. (Eds.), Agricultural development and food security in Africa: the impact of Chinese, Indian and Brazilian investments (pp.125-144). London, England: Zed Books, 2013.

ProSAVANA. **What is ProSAVANA**. 2018. Retrieved from: http://www.prosavana.gov.mz/what-is-prosavana/ (July 17, 2016).

ProSAVANA-PI. Mozambique **Nacala Corridor Agricultural Development Research and Technology Transfer Improvement Project Completion Report** [Mozanbīku-koku nakara kairō nōgyō kaihatsu kenkyū gijutsu iten nōryoku kōjō purojekuto purojekuto gyōmu kanryō hōkoku-sho] [モザンビーク国 ナカラ回廊農業開発研究・ 技術移転能力向上プロジェクト プロジェクト業務完了報告]. Tokyo, Japan, 2017. Retrieved from:

http://libopac.jica.go.jp/images/report/12301248_01.pdf (December 14, 2018).

UNITED NATIONS. **Africa's Cooperation with New and Emerging Development Partners: Options for Africa's Development**, 2010. Retrieved from: http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/pubs/2010emergingeconomies.pdf (Janeiro 29, 2018).

VAZ, A. C. International drivers of Brazilian agricultural cooperation in Africa in the post-2008 economic crisis. **Revista Brasileira de Política Internacional,** 58 (1), 164-190, 2015. Doi: 10.1590/0034-7329201500109

ZANELLA, M. and DE CASTRO, C. M. A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique. **Revista Nera**, 20 (38), 255-279, 2017.

About the author

Tamy Yukie Kobashikawa – Has a bachelor degree in Social Sciences at Federal University of São Paulo, Brazil (2014), has a Master degree (2018) in Economics at Soka University, Japan, and currently is a Ph.D. candidate in Economics at Soka University. **OrcID** – https://orcid.org/0000-0003-2218-4448.

How to cite this article

KOBASHIKAWA, Tamy Yukie. Brazilian agribusiness in Mozambique: the ProSAVANA Programme case study. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 345-365, jan.-abr., 2020.

Received for publication on May 23, 2019.
Returned for review on May 25, 2019.
Accepted for publication May 27, 2019.

Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia

Albert Hasudungan
The University of Sidney Sidney, Austrália.
e-mail: albert.hasudungan@sydney.edu.au

Jeffrey Neilson
The University of Sidney – Sidney, Austrália.
e-mail: jeffrey.neilson@sydney.edu.au

Abstract

This study examines the processes of negotiation through which agribusiness investors are gaining access to large areas of land for oil palm plantations within the Kapuas Hulu district of West Kalimantan in Indonesia. Kapuas Hulu is at the forefront of current oil palm expansion in Indonesia, making this a revealing case-study of current practices at Indonesia's oil palm frontier. In their book, *Powers of Exclusion*, Hall, Hirsh and Li. (2011) describe the complex interplay of processes that are assembled to effectively exclude some actors from accessing land while privileging others. In Indonesia, these powers are applied to explain how investors access plantation land for a fraction of its market value. This study presents the complexities of institutional interplays among different actors that negotiate land dispossession across three village environments, each at different stages of engagement with the palm oil industry. In Kapuas Hulu, agribusiness corporations often gain land access with the support of customary elites, causing tensions within many Dayak Iban communities. Yet, informal modes of organisation, centred on the traditional longhouse social structures, also collide with the powers of exclusion, to produce sites of resistance.

Keywords: Palm oil; Kalimantan; land; political ecology; Indonesia.

Proses pembebasan lahan untuk perkebunan kelapa sawit di Kapuas Hulu, Kalimantan Barat

Penelitian ini mengkaji kompleksitas proses negosiasi antara investor perkebunan besar kelapa sawit dan masyarakat demi mendapatkan akses lahan di kabupaten Kapuas Hulu, Kalimantan Barat. Proses konversi lahan untuk perkebunan kelapa sawit di Kapuas Hulu terus mengalami perkembangan yang pesat. Menurut kajian akademik dari Hall, Hirsh and Li. (2011), proses tersebut melibatkan kekuatan ekonomi politik dominan untuk memperbesar akses lahannya dengan menghilangkan atau membatasi akses lahan pihak yang menyerahkannya. Keputusan ekonomi untuk konversi lahan ini didasari oleh motif atraktifnya transaksi lahan di pasar. Studi ini mengkaji proses negosiasi antar berbagai aktor dan/atau institusi dalam proses pembebasan lahan untuk peruntukan perkebunan kelapa sawit skala besar. Dalam proses pembebasan lahan tersebut, pemilik modal bekerjasama dengan segelintir elit adat lokal yang mendukung pembebasan lahan itu. Proses pembebasan lahan itu sangat kompleks sampai memicu perpecahan antara pihak institusi informal masyarakat tersebut, antara yang mendukung atau menolak proposal konversi lahan untuk perkebunan kelapa sawit.

Kata Kunci: kelapa sawit; Kalimantan; tanah; ekologi politique; Indonesia.

Processos de aquisição de terra para a produção de óleo de palma em Kapuas Hulu, Indonésia

Resumo

Esse estudo examina o processo de negociação através do qual investidores do agronegócio conseguem acesso a grandes áreas de terra para a plantação de palma (com fins à extração de óleo) em Kapuas Hulu, no distrito de Kalimantan do Oeste na Indonésia. A região de Kapuas Hulu está na linha de frente da área de expansão das plantações de palma na Indonésia o que torna este um estudo de caso revelador sobre as práticas na fronteira de produção do óleo de palma. Hall, Hirsch e Li (2011) descrevem em seu livro Powers of Exclusion o complexo arranjo de processos que são conjugados para excluírem o acesso à terra de uma forma eficaz para alguns atores enquanto privilegiam outros. Aplicando esse arcabouço para o caso da Indonésia é possível explicar como investidores obtém grandes propriedade pagando apenas uma fração de seu valor de mercado. Desta forma, este trabalho apresenta as complexidades dos arranjos institucionais entre diferentes atores que negociam a expropriação de terras na área de três vilarejos, cada qual em um estágio diferente de engajamento na cadeia produtiva do óleo de palma. Um desses arranjos presentes em Kapuas Hulu é que corporações do agronegócio costumam obter o acesso à terra através do apoio de elites tradicionais, o que causa tensões entre muitas comunidades Dayak Iban. Finalmente, modos informais de organização, como as estruturas sociais constituídas em torno de família extensas em casas comuns, têm entrado em choque com tais poderes de exclusão (powers of exclusion) produzindo espaços de resistência.

Palavras-chave: Óleo de palma; Kalimantan; terra; ecologia política; Indonésia.

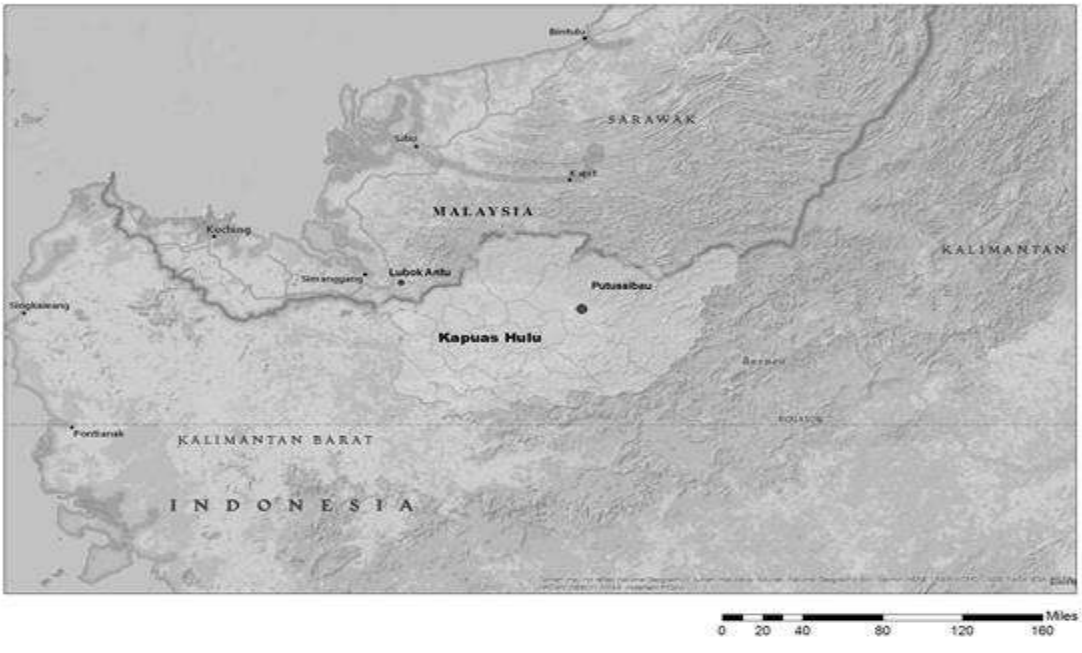
Introduction

Compared to many other vegetable oils, palm oil offers an economically efficient and relatively low-cost production system in land abundant frontier regions, and strong international demand attracts the interest of large agribusiness investors. Foreign (primarily Malaysian and Singaporean) and domestic agribusiness firms have made large-scale investments in the Indonesian palm oil sector. Indonesia is the world's largest palm oil producer, and investors are motivated by an abundance of cheap labour and large amounts of apparently available land. For Indonesian policy makers, palm oil presents a variety of economic advantages that have encouraged them to facilitate the expansion of plantations into the remoter parts of rural Indonesia. Investment in palm oil development stimulates stronger export earnings and earns foreign exchange that support Indonesia's balance of payments and protects the exchange rate, while providing an important source of formal and informal revenue for the state. The industry is also seen to create jobs in rural regions with few other employment opportunities, and with multiplier effects for broader regional economies.

The expansion of palm oil, therefore, appears to have brought economic development to the outer islands of Indonesia where there has been an expansion of local infrastructure development and (many have argued) a reduction in rural poverty (PACHECO ET AL, 2017). Nevertheless, it is undeniable that palm oil expansion has also had major impacts on landscape transformation right across Indonesia. In the post-decentralisation era (after 1999), district governments in Indonesia have been empowered to provide local permits for large-scale oil palm plantations. Environmental concerns have been heavily debated between proponents and opponents of palm oil (PACHECO ET AL, 2017). Environmental campaigns aiming to limit palm oil expansion have been refuted by the palm oil industry in Indonesia, with the Palm Oil Business Association in Indonesia (GAPKI) even stressing the positive environmental benefits of plantations such as the ability to absorb carbon dioxide (GAPKI, 2013). The introduction of palm oil development into rural areas has resulted in a major influx of capital and labour into local landscapes (CRAMB & CURRY, 2012), while some activists have opposed big business due to accusations of labour exploitation. For instance, Amnesty International (2016) argued how the industrial development of palm oil in Indonesia is associated with child labour exploitation, while Potter (2015) shows an alternative assessment of palm oil in Sanggau in West Kalimantan, where smallholder farmers highly value the opportunity to grow the crop. Meanwhile, Mertz (2015) acknowledges the problem of land dispossession from large oil palm plantations in Sarawak and West Kalimantan, but nevertheless suggests that it has increased the market participation and infrastructure access for rural communities. The livelihood impacts of oil palm development, therefore, are intensely debated.

Oil palm is a land-extensive crop, with high returns on capital investment and relatively low labour requirements when access to land is cheap, and so plantations in Indonesia frequently cover large areas - some exceeding 100 thousand hectares. This article examines the specific processes through which areas of land are made available and incorporated into the palm oil complex in Kapuas Hulu, a District of West Kalimantan that shares a border with Malaysian Sarawak (Figure 1). Oil palm is also predominately planted as a monoculture, and so the spatial expansion of the crop frequently involves the exclusion of alternative land uses. This study combines political ecology and value chain approaches to examine unequal power relations and how they influence land control and access.

Figure 1: Map showing Kapuas Hulu District in West Kalimantan



The political ecology of resource exclusions

The field of political ecology has a long and rich history of examining how agrarian communities adapt to the influx and influence of external capital into their communities, and the multi-scalar analysis of the interaction between humans and the environment is central (NEUMANN, 2005). In mapping natural resource outcomes, political ecologists do not depend solely on natural causes, but also consider human behaviour and how different actors conserve or exploit natural resources. In such human interaction with the environment, political ecologists acknowledge the realities of imbalanced power relations among humans as well as conflicts over conserving some resources and exploiting others.

From this perspective, many environmental problems can be perceived as essentially political economic issues, which arise from the social relations of production within a capitalist system (NEUMANN, 2009). Local institutions do not have a monopoly over the regulation of local resource usage and access. In reality, corporate and state actors, operating at other spatial scales, can conspire together to significantly influence control over land access for large-scale palm oil expansion. The process of acquiring land for palm oil cultivation can be further understood through the domains of property and access. Ribot & Peluso (2003) define property as a claim to benefit from things, where things can become natural resources. In Kapuas Hulu,

property can be claimed through different institutions. For instance, customary leaders can claim *tembawang* (or forest garden) collectively as their common property on the basis of customary rules. The state can claim the forest area as state land on the basis of state regulation, and private entities can enclose land as private property on the basis of formal certificates they have acquired from the purchase or leasing of that land.

The concept of access has a broader relation to the property. Access concerns an ability to benefit from a natural resource (RIBOT & PELUSO, 2003), and it underpins broader social relations to property rights or ownership. For instance, in forest areas, the local community can acquire access to natural resources with permission from the state apparatus. Hence, in the intersection of broader relationships of owners and the people who enjoy the benefits of accruing natural resources, access refers to those who actually benefit.

Examining access raises questions of power in natural resource management as it scrutinises the various mechanisms, process and social relations that are exercised to influence the abilities of different people to benefit from natural resources (RIBOT & PELUSO, 2003). Political ecology can hence be used to trace the struggles of local institutions to access land and retain livelihoods amidst the onset of capitalist relations. In particular, local actors necessarily encounter, and must negotiate with, local elites, government actors, plantation developers (including timber entrepreneurs) and conservationists, all within the fluctuating pressures exerted by markets and prices (McCARTHY, 2006).

Resource exclusion involves limiting the access of original owners to their disposed land and even totally excluding some (marginal) actors from accessing land at all (HALL ET AL, 2011). In discussing land dispossession, Rhein (2014) finds that, in West Kalimantan, a variety of actors have been involved in land enclosures and the allocation of concessions. In those scenarios, local strongmen, senior bureaucrats, and influential businessmen have consolidated resources to establish palm oil. Using patron-client relationships, those consortia can shape ownership over particular tracts of land through the concession model. Hall et al (2011) identify four key “powers” that enable land exclusion and subsequent resource accumulation: regulations, force, market, and legitimisation. Regulations are often sets of formal rules that govern land and resource use and access. Force refers to sanctions and violence that are applied to exclude certain people from land. Land markets have been used as a mechanism to transfer land access from the existing to new owners who possess greater financial capacity. Finally, exclusion can occur through creating a socially acceptable basis of land claims, often through a dominant discourse (legitimation).

In West Kalimantan, Semedi (2014) describe how ethnic Dayaks (considered to be the indigenous people of upland Kalimantan) were dispossessed of swidden lands by the advance of large-scale agribusiness and regulatory processes. In the other settings, farmers have voluntarily converted their swidden or rubber plots into oil palm. When palm oil prices were high, farmers' market access can be expanded where local communities sell their crops to local collectors. Nevertheless, Potter (2015) notes the population expansion in West Kalimantan which has resulted in land shortages and resource competition, while capitalist firms have an interest in maintaining a monopoly over land to maximise their profits from large-scale plantations.

This paper examines the formal and informal processes through which large areas of land are appropriated by agribusiness investors, while local communities are effectively excluded from accessing that land. These processes involve a series of negotiations between investors and both state structures and local communities. The ensuing political negotiations can be seen as a process leading to the effective exclusion of certain actors (especially local communities) from areas subsequently converted to oil palm.

Methods

To address these research objectives, various data collection methods were employed as part of a doctoral study by one of the authors, including eight months of fieldwork in West Kalimantan during 2016 and 2017. The research objective required a deeper understanding of changing local social relations, power relations, and livelihood transformation, and a variety of data collection techniques were used during the ethnographic field work. These included: participant observation, semi-structured interviews, group discussions and a household livelihood survey. Three villages were identified as case-studies of livelihood transformation under oil palm, with 40 households surveyed from each village. The detailed results of these surveys are presented in Hasudungan (2018) and are not presented in this article. They did, however, inform our understanding of local perception towards land appropriation processes.

Palm oil in Indonesia

Originating in West Africa, the oil palm tree grows well under humid climates with suitable rainfall, such as Indonesia, and Europeans originally brought oil palm to Indonesia, with the first pilot experiment conducted in West Java, in 1848 (BERGER & MARTIN, 2012). Oil Palm cultivation was initiated in Sumatra in the late 1800s, as the opening of the Suez Canal in 1869

allowed a much shorter shopping route to European markets for products from Southeast Asia (BREMAN, 1989). The Dutch viewed the thinly populated north-eastern parts of Sumatra (south of the current city of Medan) as a “waste land”, since it was surrounded by thick forest, and interspersed with “unproductive” swidden cultivation. As a result, the east coast of Sumatra was developed into what appeared to be one large plantation, which became known as Deli around the turn of the 20th century (Stoler 1998, p.14).

In West Kalimantan, the Dutch occupied the western part of Borneo (West Kalimantan) in 1848 in response to British expansion in Sarawak (EILENBERG, 2014a). In Sarawak, the expansion of cash crops - in particular rubber and pepper, mainly occurred under the British Empire, with the assistance of Iban Dayaks in Batang Lupar territory. In contrast to the relatively large-scale commercial development of industrial crops in Sumatra, cash crop development initially occurred in West Kalimantan through cooperation between ethnic Chinese settlers and Dayaks. Being popularised by Chinese merchants, Dayaks cultivated rubber in their swidden fields from around 1903 in the Sanggau region (BISSONNETTE ET AL, 2011). While road infrastructure was not well-developed, merchants soon saw the possibility to bring palm oil into Pasar Kelua, near Tanjung in South Kalimantan which was shipped directly to Singapore in the early 20th century (Ibid, p.156). In West Kalimantan, however, palm oil did not become a high value cash crop until the mid-1970s.

In 1978, state institutions made direct interventions to facilitate smallholding palm oil partnerships between various Indonesian state-owned plantation companies (PTPNs) and smallholder farmers (ZEN ET AL, 2016). Under these arrangements, local inhabitants effectively surrendered their land to state-owned corporations. From all land allocated to the corporation, 70 percent of the land was redistributed to smallholder farmers, while the remaining 30 percent was kept by the corporation (CRAMB & McCARTHY, 2016). In those smallholding schemes, local smallholders gained access to financial capital, inputs and the ability to sell their fruits to the state-owned corporation at the price determined by the corporation. At the same time, these schemes tended to involve a significant cost for the government and the PTPNs, who would subsidise the smallholder production and absorb the risks associated with the delivery of poorer quality product. As a result, a dominant narrative emerged, mainly from within the international donor community, that the industry was badly affected by inefficient government attempts to intervene in palm oil cultivation (LARSON, 1996). Donors came to believe, in the 1990s, that liberalisation of palm oil development in the hand of private investors would give far more efficient business outcomes (BUDIDARSONO ET AL, 2013). During this period there continued to be widespread allegations that state-controlled palm oil policies were fuelling smuggling,

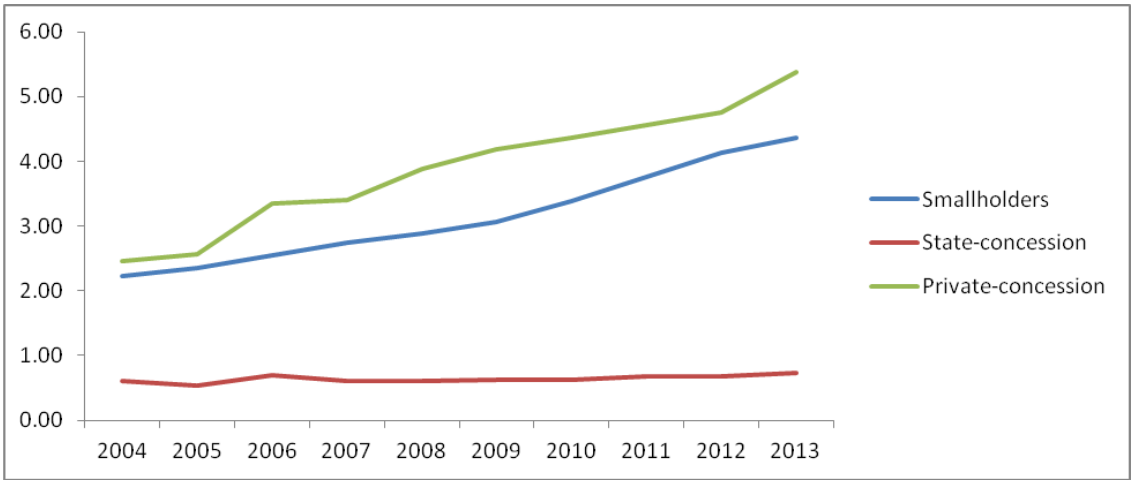
leading to inefficiencies, reducing foreign exchanges and contributing to inequality (GASKELL, 2015). The World Bank took this opportunity to push the development of private plantations as a way to absorb labour, including from some state-sponsored transmigration policies (POTTER, 2011). The World Bank insisted that the government allow market forces to dictate development of the sector and so in the context of a limited state budget and under pressure from donors, the palm oil sector became increasingly privatised (BUDIDARSONO ET AL, 2013).

During the 1998 Asian Financial Crisis, and under pressure from an IMF rescue package, the government began withdrawing fiscal support for subsidising smallholder palm oil development. As a result, the government began actively promoting corporate investments in oil palm during the post-*reformasi* period (i.e. the period following the fall of Suharto in 1998). With increased liberalisation, private companies complained of poor smallholder capacity and unreliability, resulting in their reluctance to give responsibilities for cultivation to smallholders within their estate (CRAMB & McCARTHY, 2016). This led to corporate demands for greater direct control over oil palm land and relegating former landowners to roles either receiving dividend payments or working as labour.

The government tried to encourage private investors to follow earlier state-run models such as the Nucleus Estate Scheme (*the Perkebunan Inti Rakyat*, or PIR), as usefully described by Bissonette (2013) where PIR consists of a core company (*inti*) surrounded by smallholders (*plasma*). Smallholders were considered beneficiaries of large-agribusiness and received technical knowledge and market access to processing mills from the company. In exchange, they were bound by contract to exclusively provide fruit to the company. In reality, this form of contract farming all too frequently provided inadequate technical support for the farmers, many of whom were unable to meaningful benefit from the wealth generated from the industry.

Within the new private model of corporate palm oil production, new partnerships between private plantations and smallholders were established, as the government increasingly withdrew from direct involvement in plantations (Figure 2). Under such schemes, large-scale plantations resulted in new and complicated institutions that reached down to the village level (McCARTHY & ZEN, 2016). For instance, land was parcelled out to cooperatives and the cooperatives were then forced to allow companies to manage that land. In this instance, smallholders would maintain formal ownership of their land which was cultivated under corporate management (thereby forgoing their own management rights) and received a share of profits from the company.

Figure 2: Oil Palm cultivation by ownership type (in Million Hectares)



Source: Indonesian palm oil statistics, Ministry of Agriculture (website)

Oil palm in Kapuas Hulu District

A shareholding system has been applied in our case sites in Kapuas Hulu. For instance, in Miau Merah village, PT. Riau Agro Plantation (PT RAP) acquired a plantation permit (known in Indonesia as a *Hak Guna Usaha*, or HGU) over 4,500 hectares of land, 40 percent of which was owned by local villagers, such that a shareholding system was implemented. This involved the company fully controlling production, but whereby a share of financial benefits were redistributed, through a formal agreement with a land cooperative, to the original landholding members of the local community. Under this model, the participation of local people in the palm oil industry, and their relationship with downstream companies, is limited to receiving monetary dividends from their landholdings. Over time, large agribusiness firms have been able to control increasingly large areas of land by negotiating with the government to gain control over the redistributed land they obtained from local inhabitants. In addition to the expansion of corporate palm oil, the desire of smallholders to cultivate palm oil in their farms, has also contributed significantly to the expansion of palm oil across Indonesia (Figure 2).

Due to its frontier location near the Malaysian border, Kapuas Hulu is considered strategically important by Indonesian political elites concerned about potential loss of national sovereignty. The extremely underdeveloped state of the region is seen as a risk, as the economic expansion of Malaysian activities there could eventually result in a territorial claim. Partially as a response to these concerns, Indonesian national elites have been actively promoting palm oil development since around 2000, with large-scale operations beginning in Silat Hilir in 2001 (SHANTIKO ET AL, 2013). In a further attempt to assert national control, in 2007, the state provided land use permits to any large-scale palm oil developer willing to operate

further upstream in Badau (immediately proximity to Sarawak), resulting in plantations being established in 2012.

The emergence of large-scale palm oil operations significantly impacted processes of land access for swidden farming, which is culturally important to indigenous Dayak Iban communities. In a previous study in Kapuas Hulu, Clerc (2012) found many lands previously used for swidden cultivation had been converted to oil palm. Kapuas Hulu is an important case study as it straddles the current frontline of oil palm expansion, with some Dayak Iban longhouse communities in Embaloh Hulu actively resisting the ongoing expansion. The upper reaches of Kapuas Hulu thus present an interesting case where traditional Dayak communities demonstrated some (initial) resistance to the expansion of oil palm in their territories.

Kapuas Hulu also provides insights into the competing agendas of environmental conservation and the imperative of economic development. Communities in Embaloh hulu believed that palm oil development, as they witnessed in the other villages, would bring environmental destruction and land dispossession. These villages are located on the border of the Betung Kerihun National Park, which was formally established in 1995 and provides habitat for the Bornean Orangutan and several other primate species. At the same time, many individual households were struggling to find alternative incomes to meet their increasing cash needs. International conservation and non-government agencies have been active in attempts to conserve these forests, and many inevitably come into conflict with local palm oil advocates.

We now turn to analysing three distinct processes through which land appropriation for oil palm is taking place in Kapuas Hulu.

Formal regulatory processes of land appropriation

The area converted to oil palm continues to grow at a significant rate. In 1999, there were few cases of land being provided to oil palm plantations, but oil palm concession land had grown to an astonishing 464,000 hectares[1] by 2015. Much of this land was allocated through central land use authorities working in partnership with local elites, although the processes of land allocation were often opaque and based on securing benefits for political elites and agribusinesses.

The creation of exclusive access rights over land is ultimately political and involves dynamic power relations, as described elsewhere by Massey (2009). In Indonesia, land use

[1]*Data perkembangan perizinan Perusahaan perkebunan di Kabupaten Kapuas Hulu (Keadaan Tahun 2015).*

decisions are often made in a top down hierarchical way, involving the Ministry of Forestry and local governments who delineate between development zones and forestry zones (CHAKIB, 2014). Spatial land zoning is a critical process that involves three tiers of government: local district governments make their own spatial zones (RTRWK); these are negotiated with forestry officials and their forestry zoning plans (TGHK); finally, these are incorporated into provincial zoning plans (RTRWP), which ultimately determines formally allowable activities on particular lands. Through these negotiations, local governments typically attempt to reduce areas that are zoned as state forest, thereby opening up land to oil palm conversion. In a general sense, forestry authorities would lose their authority over lands once they had been converted into designated non-forest use areas, such that negotiations over these forest lands becomes an institutional contest between the forestry authority and local authorities to maintain territorial influence and possible access to rent-seeking opportunities.

Allocating oil palm leases (HGU) almost inevitably results in access loss for local communities. In Kapuas Hulu, two palm oil corporations, PT BTS (PT Buana Tunas Sejahtera) and PT RAP (Riau Agrotama Plantation), were granted HGU concessions under different conditions and even though compensation was provided to the community due to loss of land during this process, many believed it to be inadequate. In the land titling and leasing system, power relations work in the favour of the government who is able to overrule the informal property rights of smallholders (McCarthy, 2006). The rationale for local government to override local customary land tenure systems is discursively constructed through an argument that these systems are poorly adapted to encourage economic development.

Through the permit process, corporations have to negotiate with various state institutions and, prior to applying for a HGU, corporations have to negotiate with local development agencies to get information about land availability, obtain local permits, and undergo environmental assessment (AMDAL). After they meet these various requirements, they can negotiate with the national land agency (BPN) to finally obtain HGU leasing rights.

During the process of obtaining a HGU lease, land concession proponents are required to resolve pre-existing conflicting land claims and pay compensation if needed. Prior to receiving local permits (*ijin lokasi*), district elites required PT BTS and PT RAP to negotiate with local communities to resolve any formal or informal claims to the land these companies were planning on cultivating. Such bureaucratic requirements, however, were often accompanied by weak local government monitoring capacities, and in Kapuas Hulu, the consultation process was driven by the company, such that local claims to land were effectively ignored. For instance, in both Silat Hilir and Badau, company representatives attempted to encourage local inhabitants to sacrifice

their land for large-scale plantations. Simultaneously, local elites would use the consultation process to secure land sales to the company – often severely under-priced land. Much of the land previously accessed by the local community was not formally certified (ie. they did not have formal land title, or *Hak Milik*), which would otherwise involve a costly administrative process.

As local villagers have weak formal claims to land, agribusinesses are able to take advantage of formal land allocation systems to gain access. For instance, in Badau, company representatives attempted to gain the support of local leaders by offering up-front compensation payments to village leaders, on the apparent assumption that such payments would persuade influential local leaders to convince other villagers to approve the transfer of communal lands to the company. One local community member, alluding to the actions of company spokespersons, said:

> "They frequently came into my house to try and persuade me to give up my land by promising employment. I thought all my family members would become field supervisors….. Yet, I am now disappointed that I gave 31 hectares of my land." (female respondent, Janting, Badau, 2016).

In Miau Merah, verbal promises of wealth and jobs were also given by the company to encourage land release, and many villagers felt deceived:

> "The spokesman told us that if we join the palm oil company, we will never suffer loss. We would not have to work, as the dividend would be delivered to us. In harvesting season, we could even purchase a television and receive money. We can just stay and relax in our home" (male resondent, Miau Merah, Silat Hilir, 2016).

Compensation should be paid to existing land users prior to an HGU concession being issued. This process of receiving compensation (and thereby effectively surrendering rights) occurred in a social environment fully controlled by the company. Using their influence over national and provincial land regulation processes, large-agribusinesses are able to push down compensation far below market prices. During the process of establishing the plantation, the company was in a strong position to dictate terms of compensation, and generally treated villagers as project recipients (who should be thankful for the company "gifts") rather than rightful stakeholders. Some reportedly received as little as 250,000 IDR per hectare (19 USD) (SHANTIKO ET AL, 2013). In the process, all plantation land, including the land ostensibly redistributed to the community, became under the full control of the company. Dividend payments provided by the company in 2016 and 2017 varied greatly in value, but a single villager would on average receive approximately 60 thousand IDR per month (around 4.6 USD). Although it was claimed that the local community had been consulted about the company's

decisions, there were few opportunities for villagers to meaningfully discuss their needs and aspirations.

In Miau Merah, the situation was different again from that just discussed in Badau. Here, the company did not initially provide monetary compensation for acquired land but rather took control by directly managing 40 percent of land allocated to farmers. Yet, farmers received regular payments for fruit harvested from their plasma production plots, which were calculated based on the weight of total fruit production in all their plasma plots, and could be between 400 to 900 thousand rupiah (or 30-67 USD) per month. Through these arrangements, PT BTS, was able to secure over 6 thousand hectares of land through a HGU concession[2]. In Miau Merah, the company was able to secure about 4.5 thousand hectares in total.

Discursive strategies to appropriate land

The formal regulatory system is underpinned by various powerful discourses regarding the most appropriate use of land and processes for allocating use rights. Contestations over land use essentially arise from competing models of reality that have been assembled in order to promote particular interests. Here, discourse is employed by powerful actors to allow the construction of a particular way of framing reality that delegitimises alternative framings (a process elsewhere discussed by Street, 2001). The way in which different discourses are used often shows how power is being contested among elites. Dynamic power relations can also be observed between central and provincial governments as they release and reclassify forest areas for oil palm development.

While some conservation advocates hope that National Park designation could help support tourism, for the most part forestry designation is considered a poor economic driver. As a result, provincial and district governments are often keen to endorse forest conversions to other uses, even when this marginalises local land use and resource access rights. In 2016, the provincial government formally converted 13.5 thousand hectares of protection forests in Kapuas Hulu into non-forest areas.[3] According to the political proponents of this process, the conversion of forests would result in new legal rights for the local community.[4] In reality, it seems clear that the economic and political interests of district and provincial elites was the driving

[2] Data of land concession in Kapuas Hulu, West Kalimantan, sourced from local plantation office in Putussibau, 2015.
[3]Presentation of Provincial government to national parliament, May 30, 2016.
[4]Interview with provincial forestry staff, Pontianak, West Kalimantan, 2016.

motivation as it supported oil palm expansion, and coalitions of businessmen and politicians would stand to benefit.

After those forests were converted into development zones, other local elites also pushed the narrative of opening up ‘marginal swidden lands’. This narrative was also legitimated and reinforced by official development agencies at the national and international level. Various reports written by multilateral development organisations are underscored by an agenda which promotes rural development and large-scale agribusiness as economically superior to swidden farming. In such reports, the concept of ‘utilising’ ‘marginal' areas or ‘wastelands' is discursively presented as a key strategy to increase the efficiency of production. For instance, in the 2008 World Development Report, commercial crops were advocated as a key means to achieve poverty alleviation. In line with this argument, commercial smallholders would provide their surplus crops to local markets as a key way in which to expand commercial agriculture (World Bank, 2007, p. 3). Furthermore, it was argued that smallholders can benefit from direct partnerships with agro-industry (Ibid, p.2). The report also suggests that subsistence farmers are frequently “buyers of food and sellers of labour” and that the unfavourable conditions endured by many swidden farmers have rendered them incapable of engaging in commercial crop production.

Such assessments help construct a discourse around the perceived inefficiency of traditional swidden farming of the land, which has led to the promotion of large-scale plantation farming. As another example, Deininger et al. (2011) advocate the introduction of oil palm plantations in areas currently known as ‘wastelands’ or ‘*alang-alang’*, thereby delegitimising subsistence production because it is not marketized. In fact, subsistence-based swidden cultivation is used as a critical means of survival (CRAMB, 2007; DOVE, 2011). During the post-1998 period, national elites presented the threat of destabilised borders to national security if Malaysian interests expanded their economic activities in Kapuas Hulu. To resist such pressures, national economic sovereignty was discursively established in an attempt to supposedly maintain self-sufficiency and “national dignity” in the context of the rising economic power of Sarawak in Malaysia. For example, in 2005, former Indonesian President, Susilo Bambang Yudhoyono, made the following claim:

> “Our plan is to develop the areas alongside the border for palm oil plantations, forestry, and tourism centres. If we can develop this from the west to the east, security and stability will be better. Palm oil and agricultural cultivation will raise

> incomes, absorb the workforce and increase regional taxes. Meanwhile, we will be able to keep on nurturing the sense of nationhood and being Indonesian."[5]

In this context, land policies were justified to institutionalise new land arrangements in the border regions, with national regulations formulated to accommodate large-scale plantations. A new 'grand design' land policy was initiated in 2011, which laid out a 15 year master plan which included a large scale agrarian zone in the border areas of Kapuas Hulu (EILENBERG, 2014b) as part of what they referred to as an *Agropolitan* region. Nonetheless, these policies were challenged and opposed by various actors, as activists and affected villagers took actions to oppose these national land use plans. Often, this opposition was spearheaded by non-government activists to gain public attention, attracting sympathy and support from a network of international NGOs. In turn, international NGOs (along with some international donors) who were critical of these policies applied pressure on national elites within Indonesia in a partially successful attempt to change national land use policies. National and local political actors did, however, eventually modify formal planning processes to designate an oil palm zone in the local spatial plans in Kapuas Hulu (EILENBERG, 2014a). Agribusiness investors saw the euphoria to maintain national sovereignty in the borderlands as an opportunity to establish plantations close to Malaysia, and possibly even benefit from cheaper transportation costs.

The ability to construct a powerful narrative about the benefits of oil palm and the backwardness of swidden systems has been critical to legitimising the formal land appropriation process, but it still required the active enrolment of local community members.

Intimate exclusions within communities

Both government processes related to the formal approval process, and the requirements of sustainability standards such as the Roundtable for Sustainable Palm Oil (RSPO), require that plantation companies obtain the prior and informed consent of local communities, and for relevant compensation to be paid. The process of obtaining this consent in Dayak villages was complicated (and was arguably also facilitated) by horizontal conflicts amongst community members. Companies frequently gained access to land through establishing patron client relations with customary elites, thereby breaking the cohesion of longhouse communities.

[5] Political statement of SBY as quoted in Tempo. 2005. Border integrity, Tempo, English edition No. 50. 16–22 Aug.

In these processes of land appropriation, customary institutions are constantly challenged by various external interventions orchestrated by interested parties (companies and their state-based allies) that frequently use customary leaders as instruments of their interests. In the first stage, market powers were a powerful influence over customary elites, when companies negotiated with various village elites surrounding Badau. Following initial verbal promises of future prosperity, village leaders were taken by company representatives to the company's other plantation in Riau province in Sumatra.

> "About 30 village leaders were invited to a feasibility study in Riau. They were shown the development in the company's concession, and in return we gave the land to them. Yet, those promises were misleading. What they had promised was different to current reality" (Male Iban respondent, Badau, 2016).

Through such travel perks and other activities, the company expected key leaders in the village to convince other villagers to agree to land transfers. As negotiations progressed, the company sought further way to influence internal community dynamics, and increasingly relied on patron-client relations stretching down to the village level in an attempt to secure the flow of natural resources from village lands. McCarthy (2006) presents similar processes in Aceh, where village and district officials were bribed in exchange for allowing the logging industry to proceed. In Badau, patron-client relations are primarily used to make informal arranagments between the company and local elites:

> "Before they acquired the local land, they gave [money] in envelopes [to village leaders]. After they got what they wanted, they just left." (Male respondent in Janting, 2016)

Through what became an influential patronage relationship, the various powers of exclusion (as presented by HALL ET AL, 2011), including regulation, force, markets and legitimation were combined by those customary interests to pursue the enclosure of common land. For example, it was stated by Dayaks in Badau that a village leader urged his family to surrender land to the company. As land conflicts emerged, community representatives from Kekurak met with NGOs and media organisations to discuss the problem of land dispossession, but later claimed that Dayak thugs threatened violence against the activists (CHAMIM ET AL, 2012). Another villager explains:

> "In the beginning we rejected oil palm, but there were two people who urged the local people to accept. They said we were stupid when other villages had opened up to large-concessions, but we had not. The company has accrued

> extensive financial resources against local people in the court…….. They came to other villagers' houses to urge land sales". (Interview with male respondent, Janting, 2016).

In various interviews with Dayak community members, it was revealed that many people had hoped that the establishment of oil palm plantations would improve their household economies. For instance, in an interview with local inhabitants in Janting, one Dayak community member sold large tracts of land with the expectation that their children would be given supervisor jobs within the company[6]. They later discovered that these promises were not fulfilled and greatly regretted the loss of their land. On the other hand, those who rejected oil palm were often forced to leave their longhouse community to form new longhouses. Similarly, swidden farmers who rejected these schemes were often influenced by NGO activists, such as farmers in Janting village.

Village communities, then, are presented with highly divergent narratives from external agents about future prospects should they choose to cooperate with oil palm companies, resulting in divided aspirations, sometimes leading to serious horizontal conflicts and even violence. During one interview, one local Dayak man revealed that his father in law had opposed the oil palm company on the basis that the terms and conditions of the agreements were both unclear and fluctuating, such that he was subsequently verbally abused as a result. In another instance of intense debate, one man who supported large-scale palm oil ended up in a *Mandau* sword fight with another man who was opposed to the company. Other similar conflicts within Iban villages between supporters and opponents of palm oil were commonly reported during fieldwork.

Horizontal conflicts can also occur between communities, and are often related to communal and customary territorial claims, such as occurred along an ambiguous boundary between Janting and Semuntik villages. According to Janting villagers, the Semuntik villagers had sold the communal forest of Janting villagers to the company without their permission or discussion which immediately resulted in conflict. This occurred despite various kin and cultural relationships between Dayak Iban villagers of Janting and Semuntik.

In Janting, after customary institutions were challenged, those who rejected palm oil plantations imposed social sanctions upon those who supported previous land appropriations. This included not inviting, or excluding, those who stayed in the longhouse community from attending certain customary meetings to make some local decision makings. As a result, several

[6] Interview with M, Janting, Kapuas Hulu, 2016.

meetings related to oil palm have been shifted to other venues. These and other horizontal conflicts within Dayak communities were frequently perceived, by local migrants and non-Dayaks, as a sign of weak customary institutions that could be exploited to gain access to resources.

In Miau Merah, Dayaks constitute a smaller proportion of the local population compared to Malays and other migrants, such that these migrant groups have more comprehensively challenged the customary practice of swidden farming by the Dayaks. They argued that swidden was a destructive agricultural practice that causes smog in neighbouring countries. The official Village Head (*kepala desa*) explained:

> "I need to explain the effect to indigenous farmers. I already told them the smog will go overseas [to Malaysia]. I did not blame the swidden, but just the way to convert them with slash and burn practices. We find no progress to reduce slash and burning farming". (Male village head, Miau Merah, 2016).

Such legitimating discourses, often backed up by the actual or threatened use of violence, have proven to be powerful tools for excluding some community members from their land, and these are often employed within the community itself as a form of "intimate exclusion" (HALL ET AL, 2011).

Exclusion and differentiation through market processes

Individuals who have become financially successful with access to cash income, either through early adoption of oil palm and hard work or, more commonly, through privileged access to social capital and primitive accumulation, have expanded their interests to acquire even more land through local market transactions. Numerous cases unfolded whereby initial access to off-farm income (such as a salary as a field plantation supervisor) or from palm oil had enabled subsequent land purchases – often from family swiddens. At the same time, those who lack initial income or other forms of capital, or whose farms are poorly maintained, or who are exposed to sudden price volatility for their outputs, find themselves forced to sell their land into the hands of wealthier villagers. While a land market accommodates the successful actors to accrue assets, the market also works to exclude those who have been made vulnerable by their fluctuating, but ever-increasing, cash needs. Financial distress caused by the need to pay electricity or phone bills, or to meet various social expenses such as health and education, was a common cause of land sales amongst households we interviewed. In Miau Merah, for instance, an elderly Dayak farmer, who claimed to be 101 years, had sold his plasma plot

entitlements to other villagers and was subsequently forced to seek off-farm work in and around the village. Other cases were commonly narrated to us.

Oil palm cultivation tends to require significantly larger upfront access to financial resources than some other crops, and is less amenable to intercropping. As such, processes of social differentiation seem to occur much more rapidly in oil palm frontiers than for other commodity boom crops, and land dispossession amongst kin and community, often based on voluntary negotiations and market forces, is a common pattern.

The process of converting customary tenure into individual property rights is a complicated one, and no doubt highly varied, but one such mechanism was presented to us in Badau when a Malay man sought to purchase land held under customary tenure. He was unsure of the customary land demarcation and the rights of dispossesion held by the Dayak individual with whom he was negotiating, such that he called customary elites and various other villagers to determine the new boundary of the land. He effectively bribed several influential individuals to secure his claim:

> "Previously, I used to only deal with land holders in purchasing land. Now, I need to bring 10 neighbours where the land is located. I give them cash of say 100 thousand IDR [10 USD]. I want to prevent any external parties claims, so that I insist that they collectively point out the boundaries. After that I propose a *SKT* (land claim letter from the village head) to be approved with those signs of those neigbours." Interview with A, Badau, Kapuas Hulu, 2016.

This engagement may actually suggest an increasing influence of customary land institutions over time (compared to the informant's behaviour in the past) that need to be accommodated by potential new resource users. However, it also demonstartes the relative ease through which land exclusion can occur through the marketisation of land. In Miau Merah, some local migrants would attempt to sure up their claims by obtaining formal land certificates as soon as practically possible to avoid any future customary claims on land that was previously made by land tenure customary institution. In local land market transactions, they instead invited the customary leader as a formality and as a reference of the past history of that land. In fact, the decision to determine local land sells and purchases frequently depends more on the voluntary transaction between local buyers and sellers in Miau Merah.

In these various cases, it can be observed that customary land institutions were subservient to processes of market-based exclusions and to the certainty of regulation (formal land certificates), and appear to be becoming increasingly irrelevant in the regulation of local resource access.

Conclusion

Large scale oil palm development has resulted in land appropriation and the exclusion of some individuals from accessing land. This has occurred as a result of various mechanisms, including the regulatory processes associated with spatial planning and formalizing private concessions (HGU), through discursive strategies, and by establishing local networks with local customary elites and market mechanisms. While local communities have, at times, been able to call on external institutions to mobilise support for their struggle against land appropriations, sometimes making an impressive resistance movement, they are engaged in a negotiating space characterised by highly unequal power relations. National and local elites have more successfully configured alternative strategies to incorporate regulations, force and market pressure to achieve their aims. The outcome of this process has been large-scale landscape transformation across Kapuas Hulu away from a mosaic of forests, agroforests and swiddens towards a mostly monocultural oil palm plantation, although this process remains, at present, incomplete and contested.

Formalizing process of allocating large-scale concessions combines regulation and discursive narratives to accommodate the interests of global markets. These interests are able to concentrate land resources into their hands through regulatory mechanisms that ensure that this is achieved at relatively low cost. They rely heavily on negotiation and networking with various national and local elites within the state apparatus. While there has been a countermovement from environmental activists and other NGOs to recognise customary rights and to reject oil palm expansion, this countermovement has largely failed to take into account the reality that many community members are actively embracing the crop and engagement with the broader oil palm economy. Many local swidden farmers expressed a disappointment towards environmental advocacy groups in that they have been largely unable to generate alternative income-generating activities for the local community. As a result, many have established their own oil palm smallholdings in an attempt to secure a cash income.

To acquire local land from customary Dayak communities, large-scale agribusiness have cooperated with some customary elites to enable the dispossession of previous land users. In that process, customary elites have themselves drawn upon regulation, legitimation (through the construction of a dominant discourse and the manipulation of customary institutions) and even threats to make that happen. The ensuing horizontal social tensions and conflict within Dayak communities has led to the fracturing of customary longhouse institutions in some cases.

With weaker customary institutions, land markets have accelerated as an alternative to facilitate “voluntary” land dispossessions, resulting in increasing social differentiation in village society.

Over many decades, policymakers in Kapuas Hulu have portrayed locally abundant land resources as ‘marginal lands’. More recently, these same actors have promoted conversion of what was earlier characterised as swidden and forest landscapes into large-scale oil palm plantations. According to the logic of policymakers, the state-backed conversion of frontier lands into oil palm can bring about numerous benefits. Those benefits include the strengthening of government influence in the border district as well as increased state revenue and the generation of employment opportunities. On the downside, the expansion of large-scale oil palm plantations has been accompanied by the ongoing disregard and marginalisation of local informal land rights and customary access institutions.

Within broader planning processes, a political discourse of promoting and sustaining the palm oil sector has become enshrined within various spatial planning regulations that influence land use outcomes. Various international organisations also legitimise and promote policies that encourage the expansion of large scale oil palm plantations, with national and local elites often tailoring these development narratives to serve their own interests.

The state bureaucracy also informally promotes oil palm expansion by purposefully choosing to work through ambiguous legal and spatial planning categories, resulting in decisions that allow for the de facto expansion of the crop. Within these grey areas, local and national governments have a weak capacity to effectively and adequately monitor and evaluate existing and proposed oil palm concessions. Agribusinesses are then able to manipulate these processes to influence the local community, partly through their ability to convincingly present a particular narrative of economic development related to palm oil. Ultimately, these distorted and opaque processes in turn tend to advantage corporate interests by giving them access to underpriced land.

This article has demonstrated how the interests of large agribusiness capital have acted across multiple spatial scales, involving a network of non-firm actors, to enable the conversion of large areas of land in Kapuas Hulu to oil palm. While the ultimate social outcome for the Dayak communities who previously dominated land use in this region remain uncertain, it appears clear that their access to natural resources (especially land) as the foundation of traditional livelihood strategies has been severely disrupted, and probably irrevocably so.

References

AMNESTY INTERNATIONAL. **The Great Palm Oil Scandal:** Labour Abuses behind Big Brand Names. 2016. Available at: https://www.amnesty.org/download/Documents/ASA2151842016ENGLISH.PDF.

BERGER, K.G.; Martin, S.M. Palm Oil. In: KIPLE, K.F.; Ornelas, K.C. (Eds.). **The Cambridge World History of Food**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p 397–411.

BISSONNETTE, J. 2013. Processes of Land Accumulation and Patterns of Labour Mobility in Large-Scale Oil Palm Smallholding Schemes in Indonesia. **Working Paper 47. Land Deal Politics Initiative**. The Hague: School of International Studies, 2013. Available at http://www.plaas.org.za/sites/default/files/publications-landpdf/LDPI47Bissonnette.pdf.

BREMAN, J. **Taming the Coolie Beast:** Plantation Society and the Colonial Order in Southeast Asia. Delhi: Oxford University Press. 1989

BUDIDARSONO, S.; SUSANTI, A.; ZOOMERS, A. Oil Palm Plantations in Indonesia: The Implications for Migration, Settlement/Resettlement and Local Economic Development. In FANG, Z (Ed.). **Biofuels - Economy, Environment and Sustainability**. London: InTech. 2013. p173-193.

CHAKIB, A. **Civil society organizations' roles in land-use planning and community land rights issues in Kapuas Hulu regency, West Kalimantan, Indonesia** (Vol. 147). Bogor: CIFOR (Centre for International Forestry Research). 2014

CHAMIM, M; IRAWATI, D.S; PAREANOM, Y.A; HAE, Z; BUDIMAN, I. **Raja Limbung:** Seabad Perjalanan Sawit. Yogyakarta: INSISTPress. 2012.

CLERC, J. **Unpacking Tenure Security; Development of a Conceptual Framework and Application to the Case of Oil Palm Expansion on Customary Land in Kapuas Hulu District, West Kalimantan, Indonesia (Working Paper 102).** Bogor: CIFOR. 2012.

CRAMB, R; CURRY, G.G. Oil Palm and Rural Livelihoods in the Asia-Pacific Region: An Overview. **Asia Pacific Viewpoint,** v. 53, n. 3. p. 223–39, 2012.

CRAMB, R; McCARTHY, J.F. **The Oil Palm Complex:** Smallholders, Agribusiness and the State in Indonesia and Malaysia. Singapore, NUS Press. 2016.

DENINGER, K; BYERLEE, D; LINDSAY, L; NORTON, A; SELOD, H; STICKLER, M. **Rising Global Interest in Farmland. Methodology.** Washington, World Bank. 2011.

DOVE, M. **The Banana Tree at the Gate:** A History of Marginal Peoples and Global Markets in Borneo. New Haven; Yale University Press. 2011.

EILENBERG, M, Evading Colonial Authority: Rebels and Outlaws in the Borderlands of Dutch West Borneo 1850s–1920s. **Journal of Borderlands Studies**. v. 29, n. 1. p. 11–25. 2014a.

EILENBERG, M, Frontier Constellations: Agrarian Expansion and Sovereignty on the Indonesian-Malaysian Border. **The Journal of Peasant Studies**. v. 41, n. 2. p. 157–82. 2014b

GAPKI (Indonesian Palm Oil Association). **Data Pabrik Pengolahan Kelapa Sawit Di Kalimantan Barat**. Available at http://gapki-kalbar.or.id/laporan.php. (accessed July 12, 2018). 2016

GASKELL, J.C. The Role of Markets, Technology, and Policy in Generating Palm-Oil Demand in Indonesia. **Bulletin of Indonesian Economic Studies**. v.51, n. 1. p. 29–45. 2015.

HALL, D; HIRSCH, P; LI, T.M. **Power of Exclusion:** Land Dilemmas in Southeast Asia. Singapore: NUS Press. 2011

HASUDUNGAN, Albert. **Political Ecology of Palm Oil Development in the Kapuas Hulu District of West Kalimantan**. PhD Dissertation, University of Sydney. 2018. Available at https://ses.library.usyd.edu.au/handle/2123/345

LARSON, D. **Indonesia's Palm Oil Subsector.** Policy Research Working Papers. Washington: The World Bank,. 1996.

MASSEY, D. 2009. Concepts of Space and Power in Theory and in Political Practice. **Documents d'anàlisi geogràfica***,* 55: 15–26. 2009

McCARTHY, J.F. **The Fourth Circle:** A Political Ecology of Sumatra's Rainforest Frontier. Stanford: Stanford University Press. 2006

MERTZ, O. Oil Palm as a Productive Fallow? In CAIRNS, M. (Ed.). **Shifting Cultivation and Environmental Change:** Indigenous People, Agriculture and Forest Conservation*.* London and New York: Routledge. 2015, p731–41

NEUMANN, R.P. Neumann, RP. **Making Political Ecology.** Routledge: New York. 2005.

NEUMANN, R.P. Political Ecology. In THRIFT, N. (ed). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier. 2009

PACHECO, P; GYNCH, S; DERMAWAN,A; KOMARUDIN, H; OKARDA, B. **The Palm Oil Global Value Chain: Implications for Economic Growth and Social and Environmental Sustainability CIFOR Working Paper 220**. Bogor: CIFOR (Centre for International Forestry Research). 2017

POTTER, L. Agrarian Transitions in Kalimantan: Characteristics, Limitations and Accommodation. In BISSONNETTE, J; De KONINCK, B; POTTER, L. (Eds.). **Borneo Transformed:** Agricultural Expansion on the Southeast Asian Frontier. Singapore, NUS Press. 2011. 152–202.

POTTER, L. Where Are the Swidden Fallows Now? An Overview of Oil Palm and Dayak Agriculture across Kalimantan, with Case Studies from Sanggau, In CAIRNS, M. (Ed.). **Shifting Cultivation and Environmental Change:** Indigenous People, Agriculture and Forest Conservation*.* London and New York: Routledge. 2015, p742–769.

RHEIN, M. **Industrial Oil Palm Development:** Liberia's Path to Sustained Economic Development and Shared Prosperity? Lessons from the East. Right and Resources Initiative. 2015 Available at www.rightsandresources.org/publication (accessed July 12, 2018).

RIBOT, J.C; PELUSO, N.L. A Theory of Access. **Rural Sociology.** v. 68, n. 2. p. 153–81. 2003

SEMEDI, P. Palm Oil Wealth and Rumour Panics in West Kalimantan. **Forum for Development Studies.** v. 41, n. 2. p. 233–52. 2014

SHANTIKO, B; FRIPP, E; TAUFIQOH, T; HERI, V; LAUMONIER, Y. **Socio-Economic Considerations for Land-Use Planning: The Case of Kapuas Hulu, West Kalimantan**. Bogor: CIFOR (Centre for International Forestry Research).

STOLER, A. **Capitalism and Confrontation in Sumatra's Plantation Belt, 1870-1979**. Michigan: University of Michigan Press. 1998.

STREET, J. **Mass Media, Politics and Democracy.** New York: Palgrave. 2001.

WORLD BANK. **World Development Report 2008 - Agriculture for Development.** Washington DC: The World Bank. 2007.

ZEN, Z; BARLOW, C; GONDOWARSITO, R; McCARTHY, J.F. Intervention to Promote Smallholder Oil Palm and Socio-Economic Improvement in Indonesia. In CRAMB, R; McCARTHY, J.F. (Eds.). **The Oil Palm Complex:** Smallholders, Agribusiness and the State in Indonesia and Malaysia. Singapore, NUS Press. 2016. p78–108.

About the authors

Albert Hasudungan – PhD Candidate at School of Geosciences the University of Sydney. Thesis: Political ecology of palm oil development: Case study in Kapuas Hulu, West Kalimantan. **OrcID**: https://orcid.org/0000-0002-8756-8971

Jeffrey Neilson – Senior Lecturer in Geography at the University of Sydney, School of Geosciences Indonesia Coordinator for the Sydney Southeast Asia Centre (SSEAC) Program Director for University of Sydney's Environmental Science Program**. OrcID**: https://orcid.org/0000-0003-2560-2190

How to cite this article

HASUDUNGAN, Albert; NEILSON, Jeff. Processes of land appropriation for large-scale oil palm development in West Kalimantan, Indonesia. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 366-389, jan.-abr., 2020.

Received for publication on June 04, 2019.
Accepted for publication June 07, 2019.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de**. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 -67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha dejóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **"Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social "Nós da Sul".** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot**. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barrage amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016**). V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacialdas políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. ***Posseiros* in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. "**A escola é nossa!": territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA.Matías Carámbula. ¿**Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos enuruguay**. V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A **centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998**.**

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para u oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149- 169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-

21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. “**Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica**. V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "**The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998**.**

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20- 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149- 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along**

India's Narmada river. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63,
2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS,Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula**. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. S**egurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergência**s. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e asescolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. C**onflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áres cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.
NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.
FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barrage amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para u oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacialdas políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha dejóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos**. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. v**. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "**A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK**, Erick Gabriel Jones.** *Posseiros* in the middle São Francisco: state planning and labor mobility. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258 , jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **"Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de**. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22 , n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22 , n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica**. V. 22 , n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22 , n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social "Nós da Sul".** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. “**A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio**. V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA.Matías Carámbula. ¿**Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos enuurugua**y. V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.